

**MORAR,
VIVER E
(RE)EXISTIR
NAS CIDADES**

**MORAR ,
VIVER E**

Alessandra Soares
de Moura e
Pedro Freire de
Oliveira Rossi
(Org.)

**(RE)EXISTIR
NAS CIDADES**



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP

Diretora Geral

Ms. Erika Marques de Almeida Lima

Diretora Acadêmica

Dra. Iany Cavalcanti da Silva Barros

Diretor Administrativo/Financeiro

Richard Euler Dantas de Souza

Coordenador de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

Ms. Cícero de Sousa Lacerda

Editores

Cícero de Sousa Lacerda

Hercílio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

Corpo Editorial

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Hercílio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas – Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago BizerraFideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho – Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Coordenador Geral da SAAU'19

Ms. Pedro Freire de Oliveira Rossi

Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Ms. Marcela Dimenstein

Comitê Científico da SAAU'19

Ms. Aline Paiva Montenegro

Ms. Alessandra Soares de Moura

Ms. Ana Luísa Pires Gouveia Guedes

Ms. Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti

Dra. Dayse Luckwü Martins

Ms. Fernanda Rocha de Oliveira

Ms. Flavia Giangiulio Taveira

Ms. José Giuseppe Pereira Branquinho

Ms. Marcela Dimenstein

Dra. Nirvana Rafael de Sá

Ms. Paulo José Rossi

Es. Rebecca Vanessa Bandeira Rodrigues de Souza

Copyright © 2019 – Editora IESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

João Faissal / Neopop Imaginária

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (IESP)

M827 Morar, viver e (re)existir nas cidades [recurso eletrônico] /
organizadores, Pedro Freire de Oliveira Rossi, Alessandra Soares de
Moura. – Cabedelo, PB: Editora IESP, 2019.
320 p. ; il.

Tipo de Suporte: E-book

Formato: PDF

Modo de Acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-5597-104-4

1. Cidades. 2. Planejamento territorial urbano. 3. Urbanismo.
I. Rossi, Pedro Freire de Oliveira. II. Moura, Alessandra Soares de.

CDU: 711

Bibliotecária: Angélica Maria Lopes Silva – CRB-15/023

Editora IESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,
Bloco Central - 2 andar - COOPERE
Morada Nova. Cabedelo - PB.
CEP 58109-303

Apresentação	4	Estratégias bioclimáticas e tecnológicas para as cidades pequenas do amazonas com foco nas edificações ribeirinhas tipo palafita	77
Entrevista Ermínia Maricato	6		
(re)existir, (re)fazer os ambientes construídos e cidades. A (re)partição das mais valias imobiliárias como poderoso instrumento de “desenho” dos prédios/assentamentos humanos, sua socialização, renovação, qualidade e inclusão	11	Importância do zoneamento para a aplicação de políticas de melhorias urbanísticas em bairros originados da auto-construção (ZEIS)	87
A contribuição propositiva da quadra urbana no contexto da revisão do plano diretor de João Pessoa -PB	22	“Memória não se remove”: A história das favelas escovada a contrapelo.	95
A questão urbana em tempos de crise do capital: a negação do direito à cidade	34	Processo participativo e microubanismo: o caso da horta comunitária na Vila Santa Luzia, Recife	104
A segregação sob a lógica imobiliária: alternativas e dinâmicas em Del Castilho, Rio de Janeiro	43	Programa Mutirão na Vizinhança: experiências na construção participativa de espaços públicos	114
Conjunto habitacional Aluizio Campos em Campina Grande PB: análise das práticas de arquitetura e urbanismo	52	(re)existência aos (in)visíveis: reinserção na sociedade por meio da agricultura urbana	128
Cortiços e vilas na cidade contemporânea: Atores invisíveis na produção e apropriação informal da área central de João Pessoa	63	Reabilitar para re-habitar: a trajetória dos oito casarões da Rua João Suassuna	138
		A autenticidade da participação cidadã em metodologias projetuais	147

A cidade através da película: uma análise crítica de um novo viver urbano	157	Intervenção em centro histórico, avaliação de ocupação urbana	230
A criança e a cidade: uma reflexão sobre a importância do espaço que educa	167	Mutirão: prática autogestionária da resistência	237
A urbanização excludente: O caso do Porto do Capim	173	O inventário como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico de Patos, Paraíba	248
Alô Paraisópolis: desenho urbano para o bairro Maria de Lourdes Leite	183	Ocupe esse vazio: a requalificação do pátio da Igreja Nossa Senhora de Assunção.	260
As casas modernistas de Augusto Reynaldo: Os desafios de sua conservação e restauro	191	Rua do Horto: religião e a formação de uma paisagem cultural	270
Dinâmica e relação entre vazios urbanos e ocupações sociais por moradia em Recife - PE	203	Trabalhadores informais e o direito à cidade: uma investigação sobre as condições de mobilidade e trabalho em Brasília/DF	280
Espaço público e moradia através da metodologia de placemaking: um estudo de caso da comunidade Califon em Campina Grande - PB	213	Transecto e compactação, uma proposição a urbanidade dispersa no município de Erechim	292
Estudo sobre o uso e ocupação do solo nos bairros Centro e Jaraguá:consequências da concentração dos mesmos para a dinâmica da cidade Maceió - AL.	224	Uma análise semiótica de infografias e diagramas que explicam o plano piloto	303
		Vazios urbanos do centro de Campina Grande: diagnóstico e simulação	312

Este livro surge da organização e apresentação dos trabalhos apresentados durante a Mostra de TCC (II SPMTO) de Arquitetura e Urbanismo pelo curso de Arquitetura e Educação Superior da Paraíba a partir do ponto de partida a frase: Mostrar as cidades. Para introduzir o conteúdo teórico, apresentamos primeiro com a professora ativista Er dos arquitetos e urbanistas.

Alessandra Soares
e Pedro Rossi

Organização de alguns artigos
na 1ª Sessão de Pesquisas e
Debates (PC) da Semana Acadêmica
de Urbanismo (SAAU-19), organizada
pelo Instituto de Urbanismo de
São Paulo (IESP), que teve como
tema Morar viver e [re]existir nas
periferias, a partir do campo
de pesquisa de uma entrevista
com a arquiteta Armínia Maricato e um artigo
de Cláudia Pires e Demetre
Anastassakis.

O PAPEL SOCIAL DA ARQUITETURA

Ermínia Maricato

Tenho um grande amigo e guru intelectual, um dos mais importantes intelectuais brasileiros, que é o Roberto Schwarz. Ele cunhou uma expressão, “as ideias fora do lugar”⁴. Essa expressão me vem à cabeça quase todos os dias. Estamos em uma sociedade em que trazemos do período colonial uma distância, uma discrepância, entre o pensamento e a prática. Entre o que é a base material da sociedade, que era escravista, e a base do pensamento ideológico, que era liberal. Nós conseguimos ser liberais sendo, na realidade, materialmente, escravistas. Então, existe uma distância muito grande entre ideologia e base material.

Isso é muito evidente nas nossas faculdades e nas faculdades de arquitetura. Conseguimos trabalhar com a ideia de que a arquitetura são determinados pontos específicos da cidade localizados dentro de um lote urbano. Abstraimos tudo aquilo que nos cerca. É como se o ambiente construído não fizesse parte da arquitetura, fosse alguma coisa específica, feita por gente famosa, que ganhou prêmio, aquilo que fica dentro do lote e que muitas vezes nega o entorno. Poderíamos dizer que o entorno nega a racionalidade da arquitetura.

Mas se existe uma função social do arquiteto no nosso país, ela sem dúvida está na cidade. Isso implica que a arquitetura tem que ter um compromisso com o espaço urbano e coletivo, que devemos estar de olhos abertos o tempo todo: quando estamos caminhando de um lugar para o outro, quando estamos dirigindo, quando sobrevoamos uma cidade, inclusive através do Google Earth. Mas em que, exatamente, precisamos pensar quando estamos olhando e vivendo o espaço?

O texto a seguir surgiu a partir de uma entrevista concedida por Ermínia Maricato, em fevereiro de 2018, na cidade de João Pessoa (PB), a Alessandra Soares¹, Artur Maia² e Pedro Rossi³. Sua visita à Paraíba se deu a convite da Diocese de Campina Grande para participar do I Seminário A Cidade É Nossa, organizado pela Frente Pelo Direito à Cidade. Na ocasião, participou, também, do lançamento da rede BR Cidades em João Pessoa, com palestra na sede do Instituto de Arquitetos do Brasil na Paraíba (IAB.pb).

Ermínia Maricato é ativista política e uma das mais importantes pensadoras brasileiras da atualidade. Seu trabalho se volta, principalmente, ao debate crítico sobre o nosso processo periférico de urbanização. Já ocupou cargos públicos, como na Prefeitura da Cidade de São Paulo, onde foi Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) e no Governo Federal, onde foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003- 2005) cuja proposta de criação se deu sob sua coordenação. Profa. Colaboradora do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP além de participar de corpos editoriais. Criadora do BR Cidades.

Sua fala se volta, principalmente, ao papel do arquiteto e urbanista no século XXI, a críticas a certas ideias e conceitos lançados na tentativa de problematizar o processo de urbanização no Brasil. Também discorre sobre a importância das entidades vinculadas à profissão bem como aquelas que considera importante como forma de organização da sociedade civil contra os poderes hegemônicos estabelecidos na cidade, a exemplo da rede BR CCidades.

¹ Alessandra Soares, arquiteta e urbanista, professora do IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba).

² Artur Maia, comunicólogo, professor do IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba) e da UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

³ Pedro Rossi, arquiteto e urbanista, presidente do IAB/PB e coordenador do curso de arquitetura e urbanismo do IESP (Instituto de Educação Superior da Paraíba).

⁴ A expressão cunhada por Roberto Schwarz surge no primeiro capítulo de sua tese doutoral, publicada em livro no ano de 1977 com o título “Ao vencedor as batatas”. Schwarz é graduado em Ciências Sociais pela USP; mestre em teoria literária e literatura comparada pela Universidade de Yale e doutor em estudos latino-americanos pela Universidade de Sorbonne (Paris 3). Professor de teoria literária na USP e na Unicamp, onde se aposentou em 1992.

É importante estar atento naquilo que é fundamental para a estruturação do espaço, em relação ao uso e à ocupação do solo. Podemos olhar o que está construído e o que não está construído. O que é verde e o que é pavimentado. Tudo isso faz parte da cidade e é objeto de trabalho dos arquitetos. O paisagismo, a questão ambiental, a permeabilidade do solo e o saneamento. Isso não é trabalho só dos engenheiros. É trabalho nosso, também. A mobilidade, por exemplo, tem tudo a ver com a distância entre casa e trabalho, casa e escola, casa e comércio, casa e faculdade. A desigualdade nas cidades é uma construção social, e os arquitetos precisam se encarar como participantes da sociedade, da cultura que é praticada, da ideologia da cidade, que é uma ficção.

Por que a nossa política habitacional e urbana segrega, isola, exila, põe para fora da cidade? Grande parte da nossa população não mora numa moradia projetada por arquitetos e construída por engenheiros. A cidade é construída como uma ficção. É como se o mercado imobiliário fosse a cidade, mas grande parte da nossa população não faz parte do mercado imobiliário.

A democratização da arquitetura e da cidade fará uma enorme diferença na vida de grande parte da população urbana, assim como na dos arquitetos, que terão outro ponto de vista de atuação profissional. A ideia é ampliar as oportunidades do acesso à arquitetura e disseminá-las, afinal, arquitetura é saúde, conforto ambiental é saúde e salubridade é saúde. A correta trajetória das aberturas de uma casa em relação à trajetória do sol, aos ventos, é fundamental, pois tem a ver com qualidade de vida.

Precisamos dialogar com outros setores para mostrar o quanto a arquitetura é fundamental na vida das pessoas, explicitando o seu alcance social. Isso é importante, inclusive para ampliar o campo de atuação dos arquitetos. Não há outra saída, pois temos uma profissão que está se proletarizando pelo grande número de pessoas que estão sendo formadas pelas faculdades de arquitetura e que não tem mercado de trabalho.

Nesse sentido, como se pode abrir o mercado de trabalho? O que é melhor para nós e o que vai ser melhor

para as nossas cidades e para a sociedade brasileira? Uma das coisas mais importantes, sem dúvida, é a Lei Federal de Assistência Técnica⁵. É a forma que temos de fazer pressão junto aos poderes públicos para que os arquitetos possam trabalhar com assessoria técnica junto à população que hoje não tem acesso aos serviços de arquitetura. E, também, no ensino de arquitetura, são fundamentais os cursos de extensão, atividades que saem da escola de arquitetura e da bibliografia dos livros e vão para a realidade.

Através da extensão universitária é possível se defender das ideias fora do lugar, da construção fictícia sobre o que são as nossas cidades, e trabalhar com a cidade real. A realidade não é apenas os centros dos mega edifícios do mercado imobiliário. É aquilo e é também a produção dos bairros de autoconstrução que estão fora do mercado. É preciso trabalhar essa realidade da cidade de uma forma “Paulo Freiriana” e passá-la para a população, inclusive para as faculdades de arquitetura e para os gestores públicos das nossas cidades.

A arquitetura é muito importante para a sustentabilidade ambiental, para a saúde das pessoas, para a racionalidade urbana, para a economia de custos urbanos, para a melhoria das cidades e para as vidas das pessoas. Há muito trabalho a ser feito, mas é maravilhoso e prazeroso para quem acredita que a arquitetura é necessária.

5 A promulgação da Lei No. 11.888/2008, conhecida como a Lei Federal de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita ao projeto e à construção de habitação de interesse social.

Cidade para as Pessoas e “As Ideias Fora do Lugar”

Na Dinamarca, a noção de “cidade para pessoas”⁶ funciona muito bem. A Dinamarca não é um capitalismo de primeiro mundo, é de mundo zero. É uma sociedade igualitária, apesar de capitalista. Os direitos humanos são muito fortes. A bicicleta, por exemplo, é muito mais defendida do que o automóvel. Importar esse conceito é um exemplo muito bom das “ideias fora do lugar”.

Quando Jan Gehl veio para o Brasil, ele foi na Avenida Faria Lima e fez uma crítica⁷. A Faria Lima, em São Paulo, é uma avenida de elite muito importante. À época, questionei o porquê de não o terem levado para o Capão Redondo, pois seria muito interessante se ele conhecesse a realidade brasileira. Ele viu a cidade de São Paulo através de um pedaço da realidade que não condiz com a totalidade. “Cidade para pessoas” omite o que é a luta de classes no Brasil, que é profunda, que é escandalosa.

Jessé de Souza⁸ tem se esforçado para problematizar as classes sociais no Brasil contemporâneo. Não concordo totalmente com ele, mas está trazendo para a discussão a questão da escravidão. A cidade brasileira tem em si, quando você olha o mapeamento, por exemplo, da lo-

6 O termo “cidade para pessoas” ficou conhecido a partir das publicações do arquiteto e urbanista dinamarquês Jan Gehl, cujo pensamento central questiona a maneira como as pessoas e a vida urbana são relegadas a partir do planejamento das cidades ao se pensar primeiro nas formas do edifício. Uma de suas obras mais conhecidas, “Cities for people”, publicado em 2010, Gehl aborda questões fundamentais à qualidade de vida na cidade e que se refletem na escala dos espaços, nas soluções de mobilidade, nas dinâmicas que favorecem a vitalidade, sustentabilidade e segurança das áreas urbanas, na valorização dos espaços públicos, nas possibilidades de expressão individual e coletiva e tudo aquilo que pode ser apreendido ao nível do observador.

7 LORES. Raul Juste. Sinto pena de quem trabalha na Faria Lima, diz urbanista dinamarquês. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1836502-sinto-pena-de-quem-trabalha-na-faria-lima-diz-urbanista-dinamarques.shtml>> Acesso em 18 de outubro de 2018.

8 Jessé de Souza é formado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Sociologia pela mesma instituição e doutor em sociologia pela Karl Ruprecht Universität Heidelberg, na Alemanha, onde também obteve o título de livre docência. Professor universitário e pesquisador brasileiro, atua nas áreas de teoria social, pensamento social brasileiro e estudos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo.

calização das pessoas não brancas, uma “senzala”. Jan Gehl não pensa em termos de classe, porque ele vive uma realidade muito diferente. Ele ter tanto prestígio no Brasil mostra uma mentalidade colonizada.

Gostaria muito de ter tempo de escrever, pelo menos um artigo, a respeito dos mitos e fetiches sobre as cidades brasileiras. Um deles, por exemplo, é a ideia da “cidade da exceção”, do Giorgio Agamben⁹. O neoliberalismo trouxe para as cidades no mundo a flexibilização na legislação e nos direitos. No Brasil, olhamos para as operações urbanas, para a venda de potencial construtivo e percebemos que essa é a nossa cidade da exceção. Temos as leis e também temos os prefeitos vendendo exceção em relação às leis. No entanto, no Brasil e na América Latina, uma parte das cidades são estruturalmente de exceção. Não seguem o Código de Obras, nem Lei de Parcelamento do Solo, nem legislação de zoneamento, nem Plano Diretor, nada. Não tem lei para uma parte das nossas cidades. Há uma especificidade muito grande quanto à exceção nas cidades brasileiras. Assim, por que se basear em Agamben? Esse seria o segundo fetiche.

O terceiro fetiche seria a financeirização. Agora tudo virou financeirização. Escrevi um artigo para a Revista Piauí chamado “O Nó da Terra”¹⁰, falando sobre o impasse da política urbana no Brasil. O nó da terra, no Brasil, é centenário. A terra, enquanto apropriação privada, a partir de 1850, substituiu os escravos, que eram a detenção do patrimônio. Quando observamos uma cidade como João Pessoa, na Paraíba, incrivelmente dispersa, e com uma ocupação de baixíssima densidade, sem esgoto, nos perguntamos: “como é que vamos colocar esgoto?”. Qual é o preço desse esgoto para chegar em uma ocupação tão dispersa? Na verdade, o nó da terra, esse que desenhou o século XIX, que desenhou a libertação dos escravos e a escravização da terra, que está na base da sociedade

9 O filósofo italiano Giorgio Agamben é considerado um dos mais importantes intelectuais da atualidade. Pode-se encontrar uma discussão sobre a noção de exceção em seu livro “O Estado de Exceção”, de 2003.

10 MARICATO. Erminia. O nó da terra. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-no-da-terra/>> Acesso em 31 de janeiro de 2019.

brasileira, ele está aqui, fortíssimo, agora, nas cidades, e não só no campo. A renda da terra, a retenção de terra vazia é o desenho das nossas cidades.

Temos uma verticalização excessiva e precoce. Excessiva porque não seria necessário em uma cidade com tantos vazios. A verticalização excessiva e o adensamento de construção trazem o aumento da temperatura urbana, promovem as ilhas de calor, trazem um adensamento no trânsito, etc. Claro que a cidade compacta é o sonho de qualquer urbanista no mundo, mas o que temos é o exagero na densidade, na verticalização combinada com o exagero na dispersão. Sem dúvida nenhuma, deveríamos pensar em uma cidade menos desigual e não em uma cidade para pessoas, pensadas como indivíduos.

Organizações Coletivas e Mudança Social

Tenho falado muito no Brasil todo, na maior parte das vezes para arquitetos e escolas de arquitetura, mas não só. Encontro um ambiente muito interessante, avançado e generoso, vamos dizer assim. De uma utopia em relação às cidades e uma utopia coletiva. O que me parece que a gente não encontra é uma organização desses professores, desses arquitetos, organizados muitas vezes em IABs ou em sindicatos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, foi criado num momento em que a correlação de forças no Brasil estava caminhando para o conservadorismo. Talvez por isso tenha resultado muito mais conservador do que nós esperávamos. Nós, que lutamos para sair do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o CREA, tínhamos uma esperança em relação ao CAU: que seria muito mais libertador do que resultou nesses anos. Agora se começa a perceber que em alguns Estados isso já está sendo revertido.

Estive no encontro da Federação Nacional dos Arquitetos, FNA, para falar e é tanta gente importante do ponto de vista intelectual, profissional, político, e da militância política, que fiquei pensando que nós temos um exército, que são os arquitetos engajados. E não são poucos.

Você vê aqui na Paraíba que não são poucos. O que nos falta é um grau maior de organização.

Sou de uma geração que pensa no partido leninista. A moçada que vem aí traz uma outra pegada, já para usar um termo da moçada. A pegada da organização em rede. Depois de muito medo de dar palpite nessa coisa da rede horizontal, sem verticalização, hoje estou convicta que nós precisamos somar esses dois modelos. Nem só uma verticalização, que submete as bases à direção partidária, mas também nem só uma horizontalidade sem direção. O Levante Popular da Juventude tem essa combinação. Ele tem uma rede, uma direção e está organizado territorialmente no Brasil inteiro. O meu sonho de consumo é o Levante Popular da Juventude. Desculpa usar a palavra consumo. É o meu sonho de organização política.

Os arquitetos, se organizados dessa forma, territorialmente, discutindo nos bairros, nas cidades, nas metrópoles, nos Centros Acadêmicos, nas entidades profissionais, podem ter um empoderamento incrível. E nós estamos no Brasil inteiro. Temos entidades profissionais no Brasil inteiro e escolas em um número que o mercado não está conseguindo absorver. É necessário mudar o mercado, bem como as nossas entidades, que ainda são conservadoras, porque a realidade é forte e dinâmica.

2013 é considerado por muita gente o começo do golpe. Foi o momento em que a esquerda, principalmente, e o Partido dos Trabalhadores, começou a perder hegemonia no Brasil. Mas 2013 traz muita coisa nova, como a reafirmação da questão da mobilidade, que é uma das questões mais importantes na vida da população brasileira, more no campo ou na cidade. Essa é uma questão crucial. O Brasil jamais vai ser moderno se ele não resolver a questão da mobilidade. Como é que se conserva a população pobre dentro dos bairros sem nenhum ativismo, nenhum protagonismo na política urbana? É tirando a mobilidade no fim de semana e ocupando a população durante a semana. Em São Paulo, são cinco horas para ir e voltar na Região Metropolitana. Isso é massacre.

2013 colocou essa questão. A questão urbana apareceu e

submergiu novamente, pela velha política. Até a esquerda não consegue ver a importância, de repente, do quanto é revolucionário começar compreender o cotidiano das pessoas, e discutir o local e as condições da moradia, o preço do aluguel, o preço e o tempo da mobilidade etc. Em uma cidade como João Pessoa, é fundamental. Esse protagonismo vai se colocar, queiramos ou não.

Ouso dizer que vai haver uma explosão nas nossas metrópoles por conta do problema da mobilidade. Não só por parte dos jovens, que são os mais atingidos e que não se conformam. 30% das mulheres da Região Metropolitana de São Paulo são chefes de família e trabalham fora de casa a maior parte delas. Quando chega o final de semana, a mulher tem que lavar roupa, cuidar da casa, às vezes fazer o feijão para a semana inteira porque ela não vai ter tempo. Todo mundo está muito ocupado. Os jovens não. Eles querem ir para o Centro, para a *balada*, para os shows, para os eventos, para as exposições, e não podem. Não tem transporte no fim de semana. Eles se mobilizaram em 2013. Infelizmente, a esquerda não entendeu que aquilo era profundamente político. Alguns, como o ex-prefeito Fernando Haddad, responderam muito bem e fizeram uma administração absolutamente inovadora do ponto de vista da mobilidade.

A realidade vai colocar as contradições com força. Por mais que as contradições sejam, em um futuro muito imediato, sufocadas. Veja a reação dos negros e negras sobre a ocupação do Rio de Janeiro. Alguns anos atrás não se via a população não-branca tão ativa. Se a população não-branca quiser ela muda o Brasil. Uma vez o Douglas Belchior, que foi candidato a vereador em São Paulo, um ativista negro, falou para mim: “professora, a senhora precisa se lembrar que a pobreza no Brasil tem cor”. Eu nunca mais me esqueci disso. Essa realidade vai se colocar, mas precisamos ter sensibilidade para perceber. Também vai se colocar a questão da mobilidade, do boom imobiliário com o aumento dos aluguéis, do preço do metro quadrado dos imóveis, que permaneceram altos; do empoderamento do mercado imobiliário contra uma política urbana mais adequada.

VAMOS
À LUTA!
VAMOS
À LUTA!
VAMOS
À LUTA!
VAMOS
À LUTA!
VAMOS
À LUTA!

(RE)EXISTIR, (RE)FAZER OS AMBIENTES CONSTRUÍDOS E CIDADES.

A (RE)PARTIÇÃO DAS MAIS VALIAS IMOBILIÁRIAS COMO PODEROSO INSTRUMENTO DE “DESENHO” DOS PRÉDIOS/ASSENTAMENTOS HUMANOS, SUA SOCIALIZAÇÃO, RENOVAÇÃO, QUALIDADE E INCLUSÃO

Cláudia Pires e Demetre Anastassakis¹

1-Introdução

A habitação é função estruturante do espaço urbano. Como tal, seu papel nas cidades é fundamental para o equilíbrio social, sendo, portanto, um instrumento poderoso de indução do crescimento urbano e oferta de abrigos em condições adequadas para assentamentos humanos.

1 Arquitetos e Urbanistas, assessores técnicos, empreendedores, incorporadores e ex- Dirigentes do Instituto de Arquitetos do Brasil.

O que se tem, a todo o momento e ao longo da história contemporânea, é sempre um descompasso entre o que se produz (oferta) e o que precisamos ofertar (demanda) que satisfaça, a contento, o desafio de fazer com que habitação cumpra seu papel social, reduza a desigualdade social, promova justiça e equidade.

Este artigo traz, em seu cerne, um pouco das reflexões que os arquitetos deveriam fazer para contribuir concretamente para o desafio do morar. Sabe-se que ao longo da história brasileira, o hiato da relação oferta demanda na produção habitacional, acompanhada de baixos investimentos em políticas públicas de desenvolvimento urbano, comprimiram a oferta e não acompanharam a demanda. Os analistas se debruçaram sobre o falso problema do déficit habitacional, como anuncia Guilherme BOLLAFFI², sobre modelos excludentes e desiguais de oferta habitacional, desde os modelos de oferta quando aos requisitos de acesso à casa própria discutidos recorrentemente por Nabil BONDUKI, Ermínia MARICATO e Flávio VILLAÇA³. A habitação é uma mercadoria especial. Sem nenhuma dúvida que a sua produção constitui-se um desafio em países desiguais como o Brasil. Mas insiste-se aqui em modificar a tônica da discussão, considerando a reflexão sobre os efeitos perversos da não oferta do produto habitacional mas colocando a Arquitetura e Urbanismo e consequentemente seus autores, os arquitetos, na linha de frente da solução do problema, apelando-se para os instrumentos disponíveis a favor da resposta da produção de cidades e bom desenho urbano. Corrobora-se com a crítica, mas provoca-se ao arquiteto urbanista para o lado da ação.

No modelo desenvolvido neste texto, a idéia é que arquitetos urbanistas ofertem a montagem do negócio imobiliário, viabilizado economicamente e especialmente projetado para atendimento dos movimen-

2 BOLLAFFI, G. (1977a). Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. Ensaios de Opinião 2+1. Rio de Janeiro: Editora Inúbia

3 BONDUKI, Nabil. Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, c1992./ MARICATO, E. (2001). Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes./ VILLAÇA, Flavio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Ed., 1986. [1]p. ((Cadernos de educação política. Serie Sociedade e Estado;16)) ISBN 8526001272 (broch.)

tos sociais organizados para moradia, de iniciativa dos mesmos, ao que chamamos de incorporação social. Habitualmente há uma prestação de serviços, feita por arquitetos, porém com informalidade, cuja premissa de atendimento está voltada para os editais públicos, vem subordinado ao escopo dos movimentos. Na crise, com recursos escassos, a concepção apresentada propõe novos desenhos, modeladas de forma que estes empreendimentos usem outros *fundings* existentes no mercado.

Observando o jogo imobiliário urbano quanto à construção para moradia exclusiva (ou multifamiliar e mista) a partir da prática profissional no desenho, incorporação, obra e academia, descobrimos e identificamos vários agentes sociais/econômicos, de alto luxo, ou a preço de custo, na modalidade Entidades, ao qual caracterizamos abaixo:

1. OS DONOS DO TERRENO

No momento em que, em vez de segurá-lo para “engorda”⁴, o colocam para satisfação da demanda solvável. Um terreno teria, neste caso, dois valores:

- o valor do bem patrimonial conforme sua inserção urbana e infra-estruturas.
- o valor agregado pela decisão de colocá-lo no mercado para atendimento desta demanda.

2. EVENTUAIS POSSEIROS E OCUPANTES (pacíficos e reconhecidos), se lá se instalaram para obter moradia (e não para especular sobre terra alheia).

3. PROJETISTAS/ARQUITETOS que estudando/co-nhecendo a legislação urbanística, as tendências do mercado e quando trabalhando diretamente para a demanda e seus desígnios estão cientes das possibilidades econômicas e da viabilidade daquilo que propõem.

4. INCORPORADORES são os agentes que “amarram” as pontas e materializam sonhos e desejos.

5. CORRETORES são aqueles que agregam valor, aproximando Demanda da Oferta.

6. A DEMANDA, principalmente quando se expressa na definição de tudo, ou mesmo na adesão por meio de promessa de compra e venda, voluntária e satisfeita.

7. BANCOS, INVESTIDORES, FUNDOS privados ou públicos como o FGTS e o SFH, que financiam a construção, garantidos pela hipoteca dos imóveis incorporados.

8. CONCEDENTES DE EVENTUAIS SUBSÍDIOS/DESCONTOS para reduzir a inequação entre o custo do bem X capacidade de aquisição dos compradores.

9. AS PREFEITURAS como reguladoras do Uso do Solo, investidoras na infra-estrutura física e social do entorno, e/ou ainda fornecedoras de direitos adicionais de construção.

10. CONSTRUTORES ou os prestadores de serviço, como empresas, subempreiteiros, até cooperativas de ajuda mútua, que constroem os prédios e os espaços.

O que verificamos na prática, é que alguns destes agentes, por n+1 motivos e “tradição” típica da cultura brasileira de produção social do espaço, se apropriam das mais valias surgidas, como se só eles, como categoria envolvida no processo, agregassem valor ao arranjo imobiliário, como é o caso dos construtores.

Obviamente, grupos sociais, empresas, grupos econômicos, cooperativas e assessorias técnicas, podem se organizar, e o fazem, para cumprir cumulativamente diversos papéis, inclusive o de incorporador.

Nossa tese é de que as mais valias, ou aquilo que se produz como excedente na produção de uma incorporação imobiliária usual se reparta entre todos. A proposta é que isso se faça proporcionalmente a seus valores agregados, resultando descontos no custo do empreendimento, na produção de equipamentos sociais, nas melhorias no “produto” e do entorno, no BDI⁵, lucros de construção e de remuneração dos recursos. Todos os

4 Valorização pela especulação imobiliária. NA

5 BDI – Bônus de Despesas Indiretas

que agregam valor, **não só alguns ou os mesmos** que costumamos criticar usualmente, se apropriem de parte proporcional da mais valia, fazendo a roda da economia e da inclusão social, caminhem mais rápido.

Neste caso, reside no trabalho do arquiteto urbanista a função de, utilizando seu conhecimento profissional, incorporar e exercer de forma gerencial, o papel de agente imobiliário que assume a tarefa proposta de repartir e produzir a socialização de mais valias.

2-ALGUNS EXEMPLOS DEMONSTRATIVOS

Para demonstrar empiricamente, o que propomos, elencamos abaixo, alguns exemplos de produção habitacional que, estando viabilizados e/ou construídos, cada qual com o seu problema específico, demonstram **à capacidade do fazer que reside na tomada de decisão possibilitada pelo projeto e onde a moradia popular acaba por garantir essa viabilidade.**

2.1 - SÃO FRANCISCO SETOR VIII, São Paulo, SP

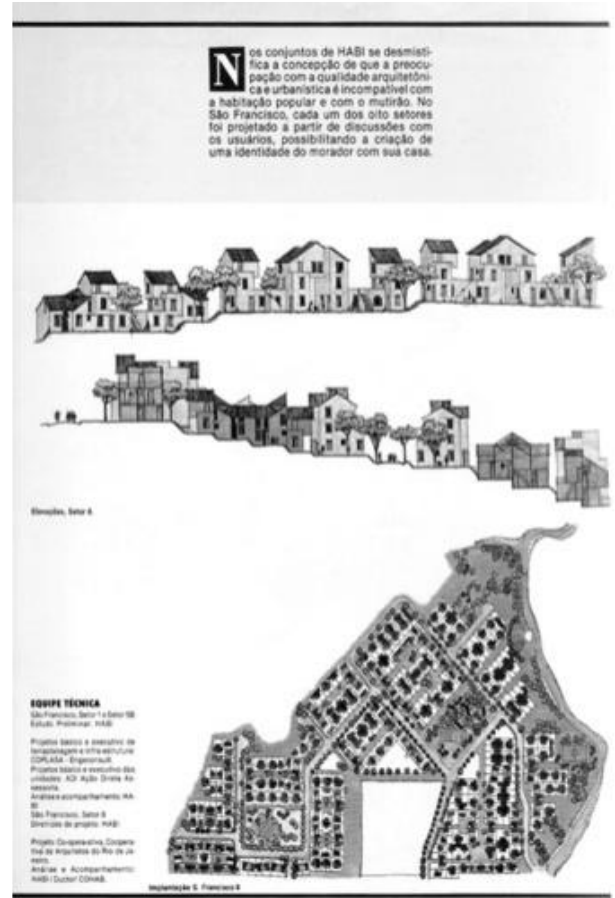
A Secretaria de Habitação da Prefeitura do município de São Paulo e a HABI encomendaram ao IAB SP um “Concurso Nacional” para Habitação de Interesse Social, no Brás e em São Mateus, exatamente no bairro de São Francisco, para Construção em Autogestão e Mutirão, por Entidades populares de produção habitacional. Estas entidades se encontravam inscritas no cadastro da HABI, portanto já organizadas e com demanda definida.

Havia total liberdade quanto ao objeto do projeto, mas tínhamos que “seduzir” e ouvir a demanda organizada, que na segunda etapa do Concurso, faria chegar sua opinião ao Júri Técnico.

Vencemos o São Francisco, mais suburbano à época, e menos denso que o Brás, vencido pela equipe do arquiteto Sylvio de Podestá, que não logrou ser construído.

Então a definição final do Projeto, vinha dos autores Premiados, do júri, da população organizada demandante, e da Prefeitura promotora, aprovadora e financiadora.

Fig 1 e 2: Publicação da Projeto na Revista Projeto por ocasião do Concurso e Obras iniciadas em regime de autogestão. Fonte: CoOperativa – Arquivo pessoal dos autores.



O resultado foi um projeto que, 20 anos depois, conforme o que se constata em publicação comemorativa:

“Houve e há até hoje, uma grande “apropriação” dos espaços, nos três níveis, pelos moradores; o valor de uso e de viver nestas moradias e neste bairro, é tão grande, que continua “ganhando” dos crescentes valores de troca! Em torno de 10 % somente dos moradores venderam e foram trocados, substituídos.... Claro que a luta, o trabalho no mutirão, todo fim de semana, durante dois anos ou mais, são fundamentais na apropriação, mas não impedem em geral, que o valor de troca prevaleça.... E no caso, apesar de concurso, fizemos com o mutirão, protótipos, maquetes em escala real, criticou-se nossa intenção projetual, “vendemos” para os mutirantes/mutuários/moradores, as idéias que nos fizeram ganhar o concurso, de forma que eles aceitassem e quisessem. Assim houve participação efetiva do cliente no produto final, construído.”⁶

2.2 - CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Inicialmente, A UNESCO, encomendou um Estudo sobre a Dinâmica Urbana e Imobiliária de Salvador, em entendimento com o Governo da Bahia.

A principal questão que se estudou, era o que fazer com as inúmeras ruínas do Centro Histórico, que se apresentava cada vez mais degradado, com tentativas insuficientes de lá implantar muitos Centros Culturais, muito Comércio sofisticado, de artesanato e folclore.

Faltava vida, que poderia ser produzida com moradia permanente, e apesar do “charme” de morar em casarões reformados, praticado por artistas e “aristocratas” excêntricos, não tinha demanda de ricos ou abastados em número suficiente que demandasse moradia para tanto espaço construído (ou em ruínas).

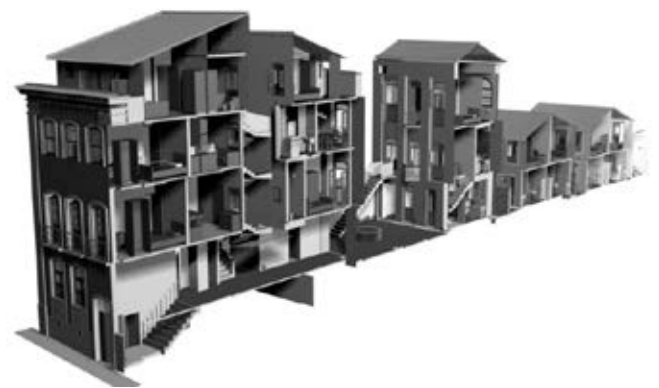
⁶ Texto incluso no livro de comemoração dos 20 anos do projeto São Francisco, setor 8. Autores, Pedro Cascon e Demetre Anastasakis, em colaboração com a Secretaria de Habitação, conduzida pela Arquiteta Elisabete França. NA

A UNESCO, com a CONDER do Estado da Bahia, então, na intenção de “vitalizar” o espaço total, com obras nas ruínas, contidas no Pelourinho, Patrimônio Histórico da Humanidade, resolveu “incorporar” para servidores públicos, moradias muito baratas (apartamentos muito pequenos, sem correspondência bi-unívoca com os ex casarões senhoriais), com a seguinte projeto de viabilidade financeira:

- o Estado desapropriou ruínas em estado muito ruim, a preços baratos, cujo custo não incidiu aos mutuários significando um subsídio relevante.
- outro subsídio era formal, dado pelo desenho obrigatório por respeito às fachadas existentes que não previam entradas de automóvel, afastando certos setores de classe média, e dificultando a *gentrificação*.
- outro subsídio, foi que a União Federal tomou ao BID Monumenta, empréstimo, também não incidente aos moradores, em nome da preservação de fachadas e telhados do sítio histórico tombado;
- para tanto os servidores contemplados seriam “zeladores” do restauro.
- a construção dos apartamentos/moradias foi financiada pelo programa PAR da Caixa, Programa de Arrendamento Residencial, também com juros subsidiados pelo FGTS.

E os projetos, complexos e feitos pela equipe de Arquitetos, precederam as obras, não sendo prestação de serviços às construtoras, mas ordens de serviço a elas que construíram sem nenhum risco, embora com a complicação logística de ter duas fontes pagadoras. Os projetos foram negociados enquanto escopo e pagos pelas UNESCO e CONDER do Estado da Bahia.

Fig. 3: Centro Histórico de Salvador Fonte: Arquivo pessoal dos autores. Fig. 4 e 5 : Fachada e imagem do interior projetado e adaptado para habitação cuja fachada foi restaurada pela UNESCO.



2.3 - MORADAS DA SAÚDE

Desenvolvemos para a Prefeitura do Rio, uma pesquisa intitulada “Oportunidades Habitacionais na Região Administrativa, Saúde, Gamboa e Santo Cristo”, onde levantamos todos os terrenos não construídos disponíveis nesta região, tombada pelo Projeto Sagas, nos morros formais não ocupados pela Favela do Morro da Providência; não se levou em conta também, os terrenos planos, conquistados ao mar por aterros, de gabaritos mais altos, que vieram a integrar mais tarde o Porto Maravilha.

Fizemos modelos de ocupação destes terrenos, com os pressupostos de:

- propor prédios de até quatro pavimentos, sem elevador, contextualizados com o entorno tombado e com ampla diversidade de combinações tipológicas
- não permitir habitação unifamiliar para “honrar”, com densidade, a infraestrutura já existente
- cruzar matematicamente o máximo permitido de unidades, pelas regras geométricas que estabelecemos para conviver com o patrimônio tombado, com o mínimo de unidades que viabilizariam aquele terreno, e seu custo em frações ideais, para habitação popular.

Logo um terreno chamou atenção pela dimensão e localização. Tratava-se de um terreno que fora uma ilha que fora sede de uma fazenda, onde o português proprietário acessava de barco vindo da Praça XV e passava para rezar por uma capela existente até os dias atuais e visitava o morro se dirigindo para construções que não existem mais. A ex-ilha/fazenda foi integrada à área aterrada da praia e virou, nos anos seguintes, depósito de óleo combustível em tonéis para o Porto, pela gravidade que oferecia.

O dono do terreno naquela altura era, por doação anterior, a Casa da Amizade Rotária do Rio de Janeiro, que não tinha destinação para ele. Os 42.000

m² de terreno no Porto, com alto risco de vir a ser ocupado era uma localização interessante para um empreendimento habitacional.

O Projeto de Revitalização do Porto, já estava em “gestação” pela equipe “arquitetocrática” da Prefeitura do Rio e se inicia com um projeto oriundo do crédito associativo, cujo arranjo e viabilidade foi orquestrado pela Secretaria de Habitação, agindo com Coordenadoria de Fomento, sendo o projeto feito pela equipe de Arquitetos e demanda organizada para um projeto de baixo custo, no Centro do Porto Maravilha, exemplo paradigmático que comprova que moradia no centro é possível.

Fig. 6 e 7: Foto aérea do Porto do Rio, tendo ao fundo, o Condomínio Moradas da Saúde. Fonte: Studio X. Detalhe da tipologia de apartamentos do Condomínio Moradas da Saúde. Fonte: Philippe Leon Anastassakis.



2.4 - BAIRRO PARQUE, Nova Iguaçu, RJ

A Prefeitura de Nova Iguaçu possuía um terreno de cerca de 300.000m² onde construtores locais, planejavam fazer casas uni familiares, com terreno de cerca de 125,00 m² cada, para servidores municipais.

Queria também fazer um Parque Público Municipal, para o qual não havia recursos orçamentários disponíveis.

A equipe da Secretaria de Urbanismo, atendendo a demanda da dona da terra, por possuir uma grande demanda de servidores, de rendas diferenciadas, (mas baixas) de garis e professoras, até funcionários de nível superior, como arquitetos, engenheiros, advogados, médicos decidiu realizar um Concurso para equacionar um projeto para área.

A solução foi dada com a intenção promover um empreendimento de tipologias e preços diversos, de modo que fosse proporcional à pirâmide de rendas, com unidades para um padrão ao que seria hoje o Faixa 1⁷ do Programa Minha Casa Minha Vida. As unidades sem elevador, apartamentos de padrão mais médio, com elevadores, e casas geminadas e sobrepostas em vilas/pequenos condomínios, mais caros e privativos de modo que adensando, se liberasse terra para a implantação de um Parque. Com o lucro público apurado pelo financiamento, haveria recursos que o custeasse, oferecendo à cidade um belo parque público. Aos moradores, seria ofertado, como resultante do projeto, um elemento valorizador em termos de uso e até de troca, de sua moradia, e ainda uma segurança extra ao próprio Parque, pela visibilidade que dele havia das janelas principalmente dos apartamentos.

O BDI da obra habitacional, que não seria pública, mas prestação de serviços aos mutuários/servidores era determinado pelos parâmetros usuais da Caixa, para o Crédito associativo Econômico.

As construtoras selecionadas teriam que seguir rigoro-

⁷ Lei Federal 11977/2009, modificada pela lei federal 12424/2011. NA

samente o projeto desenvolvido previamente, e o compromisso com os mutuários/compradores.

Não teriam risco de comercialização, e, portanto, não ficariam sozinhos com as mais valias geradas, mas só parte delas.

A parte mais significativa destas mais valias ficaria com a municipalidade, com os mutuários que possibilitariam o financiamento em seu nome, e eliminação de qualquer risco comercial para a construtora.

Mas também com os projetistas/arquitetos, pois não recebiam uma encomenda da construtora, mas o projeto antecedia. O projeto em questão não construído, pois não logrou alavancar os recursos na Caixa, dentro do mandato do então prefeito, mas comprovou que a operação de viabilidade, usando a habitação de baixo custo. A demanda construída ou fomentada seria o caminho para projetos e arranjos em prol de moradias para quem necessita delas.

Fig. 8: Imagem 3 d da proposta de intervenção no Bairro Parque de Nova Iguaçu demonstrando a diversidade tipológica proposta e que viabilizaria a incorporação pública e o parque acessório a ela. Projeto não foi construído, mas foi a semente para outros projetos exitosos deste tipo. Fonte Arquivo Pessoal dos autores.



2.5-ALDEIA DOS LARANJAIS, Nova Iguaçu, RJ

Um terreno no Bairro Valverde, em Nova Iguaçu, no limite entre o território urbano e a encosta não edificante, que é máximo a cota 100, com vista para a cidade,

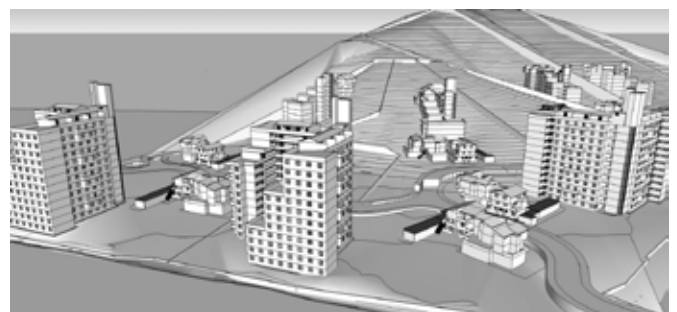
e para o verde. Como atrativo urbano, muita condução, comércio, escolas, de propriedade de quatro irmãos, sendo dois arquitetos, resolvemos incorporar para servidores municipais de baixa renda e militantes do movimento da moradia, apartamentos na atual Faixa 1,5 do MCMV para rendas familiares de R\$ 1.200 a R\$ 1.800. A decisão da equipe foi projetar um empreendimento, com uma densidade tal, que garantisse a viabilidade comercial com frações ideais a baixo custo, possibilitadas pela escala da oferta. A proposta introduz elevadores com comércio pertencente ao condomínio, visando assumir/reduzir seus custos de sua existência, aos moradores. Existe a proposta de se implantar uma creche comunitária também custeada pelo comércio.

A proposta de incorporação prevê apartamentos de 2 quartos, com ou sem vaga, e uma quantidade menor de apartamentos de 3 quartos.

Ao lado, existem outros 2 terrenos, contíguos, também familiares, cujos proprietários aceitam empreender analogamente, deixando até para a encosta edificável, prédios menores, adequados ao morro, sem cortar, mais privativos e um pouco mais caros, da faixa 2 de financiamento. Um dia, este foi o lugar de plantio de laranjais.

Um dos terrenos contíguos está ocupado pacificamente de modo extensivo, por moradores que trocarão suas benfeitorias por apartamentos “descontados” do valor da terra, não onerando a viabilidade, mas reduzindo a lucratividade de quem não soube/não conseguiu manter seu patrimônio indiviso.

Fig. 9: Imagem do 3 d da proposta de intervenção no Bairro Aldeia dos Laranjais, Nova Iguaçu-RJ, demonstrando a diversidade tipológica que viabilizaria a incorporação pública e o parque acessório a ela. Fonte Arquivo Pessoal dos autores.



A proposta de incorporação viabiliza o atendimento ao público alvo demandante de moradia e permite remunerar a contento, proprietários de terra envolvidos no empreendimento.

2.6 - Bairro AREIAS, Ribeirão das Neves, MG

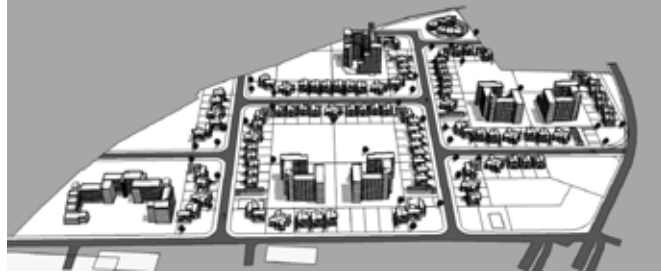
Situação razoavelmente análoga à Aldeia dos Laranjais, com diferenças quanto à propriedade; os donos são uma família de pequenos proprietários (a terra é hoje um enclave indiviso, no meio de loteamentos em toda volta, e de frente para a Estrada Intermunicipal, com farta condução). Não tendo fôlego nem conhecimento para parcelar/empreender, fizeram um contrato de parceria e incorporação com os arquitetos para produção de um bairro planejado, com tipologias e preços e etapas de maior diversidade, oferta de 1290 unidades, contando com apartamentos, lojas, casas geminadas e superpostas, creche, quadras, áreas livres.

O primeiro empreendimento viabilizado, dentro da área total de 14 hectares, é de demanda do Movimento Popular, para a faixa 1 do PMCMV Entidades, com preço das frações ideais compatíveis com as rendas, mas com alto nível de participação e cultural de famílias engajadas na luta pela moradia. Pelo que determina a resolução, as prestações são variáveis conforme a renda e não ultrapassam R\$ 180 a R\$ 300 reais, na moeda de hoje.

Logo a seguir durante a obra, e aproveitando o “chamar atenção” para o que ali ocorre, lançamento para venda para empregados de baixos salários e servidores sindicalizados, apartamentos da faixa 1,5, contando nesta oportunidade, com recursos do FGTS.

A infra-estrutura será feita simultaneamente, e antes um pouco, das construções prediais, sempre como custo incidente dos empreendimentos e aproveitando a teoria da produção de empreendimentos onde se socializa a valorização paulatina do que se produz. E ao fim, tem-se também a produção de comércio e casas tipo vila, um pouco maiores, de faixa 2, geminadas e sobrepostas. Há ofertas de lotes, atendendo à demanda do proprietário da área.

Fig 10: Imagem do 3d da proposta de intervenção no Bairro Areias, Ribeirão das Neves, com a diversidade tipológica que viabilizaria a incorporação. Fonte Arquivo Pessoal dos autores.



2.7-SÃO MATEUS, São João de Meriti, RJ

Este é o mais típico exemplo de Parceria Público Privada, onde não se gasta dinheiro público, mas a municipalidade “dá as cartas” como no Condomínio Moradas da Saúde, e agindo como Coordenadoria de Fomento e Captação.

São Mateus é um bairro tradicional densamente ocupado, de urbanização consolidada, com farto comércio, (a primeira Casa Sendas é limítrofe ao terreno) equipamentos de saúde, delegacia da Mulher, escola de samba, ciclovia unindo ao Centro de São João do Meriti. Está localizado ao lado da desativada Estação de Trem Suburbano de São Mateus.

A proposta de projeto foi para um terreno num encontro ferroviário de três linhas. Uma das estações ainda funcionando é a Linha Auxiliar, e no lugar exato de previsão (garantida pelo projeto) de uma Estação de um transporte de massa em estudo, para VLT, entre a Pavuna (Rio de Janeiro) e o recém-implantado Arco Metropolitano.

Não havendo mais necessidade operacional ferroviária para o terreno, a Prefeitura buscou que o Governo do Estado cedesse para fins habitacionais de servidores, dando ao Estado, uma Contrapartida em Unidades Habitacionais financiadas também a servidores estaduais, ferroviários, policiais, professoras, pessoal de Saúde.

A prefeitura então fez o papel de Incorporador, e contratados para a formulação do produto, “desenhamos” para ela este empreendimento como um projeto denso o suficiente para ter escala, a fim de viabilizar muitas unidades

e permitir cobrar do construtor a ser selecionado, através de chamamento público, uma contrapartida em equipamentos públicos e sociais que também viabilizarão os elevadores e a manutenção do condomínio projetado.

O empreendimento tem também a função de ser um marco urbanístico e habitacional, além de marcar o eixo e a estação de transporte de massa no território, já que ele é visto, a 17 km de distância. O projeto proposto propicia um mirante no seu topo que será aproveitado como equipamento turístico e gastronômico, adicionando outras funções de uso em um empreendimento que resolve problemas de habitação de interesse social.

Fig 11: Imagem do 3d da proposta de intervenção em São Mateus, São João do Meriti, demonstrando a diversidade tipológica que viabilizaria a incorporação pública e a estação acessória a ela. Fonte Arquivo Pessoal dos autores, Desenho Ricardo Lopes.



2.8 - OCUPAÇÃO ZEZÉU RIBEIRO E NORMA LÚCIA, Hipercentro, Belo Horizonte, MG

Trata-se de um prédio modernista, bonito, do INSS, construído na de 1960, no Hipercentro de BH, na Rua Caetés que abrigou, durante décadas repartições públicas em andares corridos. Em um gesto simbólico e igualitário, o MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a CMP – Central de Movimentos Populares, UNMP – União Nacional por Moradia Popular, e CONAM- Confederação Nacional das Associações de Moradores, ocuparam o edifício nas Jornadas de Lutas pela Moradia em abril de 2015. Até o momento moram em uma Ocupação com o fim de obter aquisição do imóvel e obtenção de financiamento junto ao MCMV Entidades,

para sua requalificação, modernização e adaptação para moradias. Estas unidades serão pequenas, centrais, mas com todos os confortos e facilidades, projetadas para 88 famílias, onde se agrega também, usos não habitacionais que viabilizam a manutenção do edifício.

A Caixa Econômica Federal já promoveu o necessário chamamento para transformar os ocupantes em mutuários, promover as obras, e repassar o imóvel, de forma onerosa, mas com subsídio, aos que o ocupam e o mantêm funcionando, até por acordo judicial, em que se pese, processos de reintegração de posse sobre os mesmos.

Os Movimentos Unidos ocuparam, mas a viabilidade da ocupação precisou de uma firme Assessoria Técnica e da ação das três últimas Secretárias Nacionais de Habitação para tornar a reivindicação pela moradia, ou o sonho, em realidade (ainda não totalmente concretizada).

Fig.12: Foto aérea da região central de Belo Horizonte. Fig. 13: Fachada do Edifício Fonte: Lidyane Ponciano.



Algumas teses se destacam na apresentação destes exemplos:

1. **Arquitetos Públicos e/ou Privados**, empreendem melhor, principalmente quando associados à demanda organizada e conseguem, de algum modo, deter o domínio sobre a terra/imóveis.

2. Poder Público fomenta e exercendo este papel, tem consigo o poder de regular a qualidade do que é construído;

3. **Construtor, constrói**. Temos tradição no Brasil de confundir os papéis e delegarmos funções aos construtores ou empreiteiros, que de fato devem ser repensadas, já que sua concepção de cidade e de espaço construído é deveras bastante limitada.

4. **Arquitetos Públicos ou privados conhecem a cidade e suas especificidades**. Dominam melhor a equação localização versus empreendimento e com o projeto, conseguem viabilizar melhor a proposta que melhor se torna adequada à demanda. Na prática, a resposta para a reformulação de uma política habitacional no país, tem no projeto dos Arquitetos, sua mais viável alternativa.

Nesta linha, temos que dar crédito aos verdadeiros empreendedores que, os arquitetos urbanistas, que ao tomarem decisão de propor, conseguiram dar consequência objetiva ao problema da habitação. Alguns lograram êxito e estão construídos. Outros, apesar do projeto pronto, acabaram por fomentar novas propostas, viraram paradigmas e teses executadas em outro momento oportuno. São eles:

Os arquitetos **Ermínia Maricato e Nabil Bonduki**, no Jardim São Francisco, ao coordenarem, como agentes públicos, os programas de habitação do município de São Paulo.

As arquitetas **Briane Bicca e Jurema Machado**, na tomada de decisão, como agentes da UNESCO, para o Centro Histórico de Salvador .

Os Arquitetos **Luiz Paulo Conde, Nina Rahba, Sérgio Magalhães**, para a construção da viabilidade e do fo-

mento que resultou o Condomínio Moradas da Saúde, no centro do Rio, provando que é possível habitação para baixa renda no Centro da Cidade.

O Arquiteto **Vicente Loureiro**, agente público no Bairro Parque construindo o paradigma em torno do desenho urbano e ambiental para a habitação, cuja viabilidade se faz com a dosagem correta de diferentes tipologias de uso e densidades.

Kety Anastassakis, Demetre Anastassakis, Claudia Pires, na Aldeia dos Laranjais, arquitetos e incorporadores, seguindo a linha da urbanização dirigida e incorporada por arquitetos.

Cláudia Pires, Demetre Anastassakis, incorporadores em Areias, organizando inclusive a demanda de movimentos sociais e agindo com incorporadores e arquitetos.

Ruth Jurberg, agente público, como agente público em nome do município de São João de Meriti, em São Mateus.

Movimento de Moradia, Claudia Pires, Demetre Anastassakis ao viabilizarem o arranjo e negociarem as bases do Chamamento da Ocupação Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia, além de atuarem como assessoria técnica.

Positivamente, e com todo o respeito, **estes não são créditos de projetos**.

Considerações finais do (re)existir, (re)fazer os ambientes construídos e cidades.

Em todas as iniciativas apresentadas neste texto, podemos comprovar que a habitação é o uso estruturante do espaço urbano pois em cada exemplo dado e construído, a habitação gerou efeitos positivos em seu entorno pela construção do espaço do morar dentro da cidade. No caso do Condomínio Moradas da Saúde, Porto Maravilha, Gamboa, no Rio, há de se enfatizar que qualquer pesquisa de pós ocupação que se fizer hoje, com moradores evidenciará que o valor de uso da unidade habitacional superou o valor de troca e há fortes evidências que o fator que determina este resultado, de

fato é a qualidade do espaço produzido pelo projeto. Porém para haver projeto, uma operação de recorte maior envolveu a montagem do empreendimento e resultou no que se reconhece como exitoso.

Todavia, os resultados observados em diversos destes exemplos e outros que se somam em iniciativa e qualidade, ante à escala do problema habitacional brasileiro levantados inúmeras vezes por colegas e parceiros, são pequenos e até mesmo pontuais, o que exige da categoria profissional de Arquitetos e Urbanistas, no que diz respeito à sua contribuição intrínseca, um esforço maior para mudança do cenário.

Precisa-se expandir a atuação dos arquitetos e urbanistas para um modelo proativo de atuação na Assistência Técnica, com indução da livre iniciativa destes profissionais, quando ente privado e um maior poder de percepção do profissional, quando agente público. Esta iniciativa contribuiria para a melhor inserção da categoria e seria de fato uma proposta concreta da profissão para solução de problemas que envolvam a produção habitacional. Independente de políticas públicas estruturadas, o fato é que fundos privados de financiamento que contam inclusive com subsídios públicos, com é o caso do FGTS acumulam recursos, dificilmente acessados pelos tomadores de dinheiro para iniciativas de construção como também pelos esforços de empreendido por arquitetos e demanda que ainda são pequenos. A operação de propor, projetar e viabilizar raramente se coloca como prática de escritórios e agentes públicos que tem arquitetos como seus gerentes.

Fizemos questão de ressaltar que por trás de empreendimentos exitosos, apesar de paradigmáticos, existe ação efetiva de arquitetos urbanistas, mais do que efetivamente a reflexão e a crítica aos modelos de políticas pré-concebidos. Enfatizamos também que esta ação vai além do projeto e instiga o Arquiteto a dominar a temática da produção habitacional, para além dos limites do projetar. Esta seria uma contribuição efetiva para resolver problemas e colher, certamente, melhores resultados.

(RE)
EXISTIR

(RE)
FAZER

(RE)
EXISTIR

(RE)
FAZER

A CONTRIBUIÇÃO PROPOSITIVA DA QUADRA URBANA NO CONTEXTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA-PB

THE PROPOSITIVE CONTRIBUTION OF THE URBAN BLOCK IN THE CONTEXT OF REVISION OF THE DIRECTOR PLAN OF JOÃO PESSOA-PB

MARCO ANTONIO SUASSUNA LIMA

Arquiteto e urbanista, doutorando UFRN-PPGAU. Docente pelo UNIPÊ e pela UNIFACISA. marcosuassuna@gmail.com

LUCIO LACERDA JR

Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário de João Pessoa – Unipê. luciojr@outlook.com

RESUMO

O Plano Diretor de João Pessoa-PB está sendo revisado, mas com tímida participação da sociedade civil. Entre os inúmeros temas a serem debatidos, as transformações nas escalas dos bairros deve merecer uma preocupação dos gestores públicos, sobretudo a verticalização sem planejamento com impactos na vida dos moradores. Sobre esse tema, como reflexão e investigação espacial, foi escolhido o bairro dos Bancários, localizado na região sul, ainda com margem para ser adensado, e inserido na Zona Adensável não Prioritária, próximo de duas instituições de ensino superior importantes (UFPB e UNIPÊ), de serviços bancários, shoppings, escolas, creches, praças, porém concentrados prioritariamente na principal avenida do bairro Emp. João Rodrigues Alves. A dinâmica urbana do bairro vem sendo transformado rapidamente, derivado do processo de verticalização e do intenso interesse do mercado imobiliário em especular o solo seguido da mercantilização do espaço sem regulação do poder público. Tal realidade é comum em vários bairros da cidade, com impactos danosos ora já percebidos ou com tendência de serem acentuados tais como congestionamento no tráfego, monofuncionalismo, comprometimento da ventilação natural, relação de negação entre as edificações e os espaços públicos, e aumento da sensação de insegurança nas quadras intra-bairro devido à falta de movimento nas calçadas.

PALAVRAS CHAVES: Plano diretor; bairro; quadra híbrida.

ABSTRACT

The Master Plan of João Pessoa-PB is being revised, but with timid participation of civil society. Among the many issues to be discussed, the transformations in the neighborhood scales deserves a concern of the public managers, especially the unplanned verticalization with socio-spatial impacts in the life of the residents. About this matter, as a reflection and spatial investigation, the neighborhood of the Banks was chosen, located in the South region, still with margin to be densified, and inserted in the Non-Priority Zone, near two important higher

education institutions (Federal University of Paraíba and Centro Universitário de João Pessoa-PB), banking services, shopping centers, schools, day care centers, squares, primarily concentrated on the main avenue of Avenida Emp. João Rodrigues Alves neighborhood. The urban landscape of the neighborhood has been transformed quickly, derived from the process of verticalization without planning and the intense interest of the real estate market in speculating the soil and the commercialization of the space. This reality is common in several districts of the capital of Paraíba, with harmful impacts now perceived or with a tendency to be accentuated such as traffic congestion, monofunctionalism, natural ventilation impairment, a relationship of denial between buildings and public spaces, and sense of insecurity.

KEYWORDS: *master plan; neighborhood; hybrid block.*

INTRODUÇÃO

No dia 05 de outubro de 2017, no teatro de Arena do Espaço Cultural da capital paraibana, uma palestra do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, encerrava o Seminário Cidades Democráticas realizado pelo Fórum Plano Diretor Participativo (FPDP), organismo que conta com mais de 30 organizações da cidade de João Pessoa, incluindo movimentos sociais, entidades de classe, mandatos parlamentares, sindicatos, centros comunitários, instituições de ensino, redes, coletivos e organizações não-governamentais, conforme descreve o Vereador Tibério Limeira (PSB). O FPDP convidou formalmente gestores da prefeitura, que não compareceram ao evento. A sociedade civil permanece questionando o fato do Plano Diretor (PD) de João Pessoa-PB estar sendo revisado por uma comissão interna do poder executivo, contrariando noções básicas da gestão democrática contidas no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Até o encerramento deste texto, passados mais de 14 meses do referido Seminário, a prefeitura vem apenas sinalizando que apresentará em breve os resultados dos trabalhos elaborados pela comissão interna de técnicos, para receber críticas e sugestões da sociedade civil, fato ainda não ocorrido, que é preocupante, pois o prazo legal já foi encerrado (final do

ano de 2018). Tal postura hermética não está compatível com o processo participativo de revisão do PD de qualquer cidade. Na ocasião pós-evento, escrevi nas redes sociais:

Na palestra de Hadad (um político e ex-prefeito da maior cidade brasileira) noções ou conceitos de ordenamento espacial, calçadas animadas, bairros saudáveis, térreos com comércios, relação com setor privado, mobilidade urbana, espaços públicos foram lucidamente mencionados. Sabemos que o êxito do ex-prefeito deve muito as assessorias fundamentais de arquitetos e urbanistas no seu governo, isso é fato e que merece o registro. Lembro a participação de Fernando de Melo Franco, um arquiteto e urbanista com experiência prática em projetos urbanos e arquitetônicos, co-fundador do escritório paulista MMBB, e Secretário de Desenvolvimento Urbano (2012-2016) na gestão municipal da capital paulista. Por isso que agora, é hora de apresentarmos nas discussões para a população, estudos preliminares de densidades habitacionais por bairros, estudos de mobilidade urbana e demais aspectos espaciais que ilustram de forma mais compreensível o fato real urbano para apoiar o entendimento das pessoas sobre o significado do Plano Diretor, que é uma lei municipal que incorporará os caminhos como a cidade deve crescer de forma mais justa e sustentável para os próximos 10 anos. Acho que nesse momento a sociedade precisará muito dos arquitetos e urbanistas, geógrafos e outros técnicos para auxiliar nessa etapa importante. É o momento das universidades apresentarem seus repertórios de estudos da cidade para auxiliar no diagnóstico das principais problemáticas e potencialidades como pressuposto para a formulação das diretrizes do PD. (LIMA, Facebook, 06-10-2018).

Na condição do não diálogo da prefeitura com a população, a intenção do texto nas redes sociais foi de externar uma inquietação sobre a importância do PD na vida da população, e assim tentar sensibilizar os participantes do fórum, na mudança para outro formato

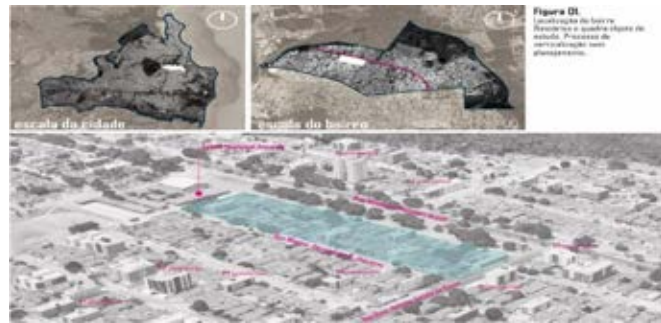
que fosse mais próximo do entendimento do leigo, já que o formato apresentado em palestras e audiências públicas quase sempre é técnico e distante da realidade do povo. Obviamente, tudo seria mais fácil se o poder executivo, na figura do prefeito como incentivador, cumprisse a determinação legal da gestão democrática, construindo um processo participativo na revisão do PD, convocando a sociedade civil a colaborar com o planejamento urbano do município de João Pessoa-PB, e disponibilizando sua base de dados democraticamente para a elaboração de oficinas participativas, cartilhas e demais instrumentos de debate público, descentralizados por toda a cidade. Embora pareça utópico, São Paulo, Jundiaí, Jandira – SP, dentre muitas outras cidades, fizeram isso.

Na medida em que essa abertura ao diálogo não ocorreu, e sabendo dos riscos que prováveis relações tendenciosas entre o poder executivo e setores hegemônicos do capital imobiliário podem provocar na desigualdade desenvolvimento urbano, como atitude proativa, apresentamos para o grupo do FPDP algumas ideias e contribuições que podem ser incorporadas na revisão do Plano Diretor. É um estudo propositivo ainda em construção, mas que já anuncia algumas diretrizes para serem amadurecidas com uma discussão mais ampla, transversal e multidisciplinar entre a população, técnicos e gestores da cidade.

As reflexões se apoiam na literatura especializada de cidade para pessoas (Gehl, Jacobs, Speck, Campos Filho, entre outros), em vivências como colaborador arquiteto e urbanista em gestões municipais, com passagens nas Secretarias Municipais da Habitação e de Planejamento Urbano, de 2007 a 2010, em 2013, como morador do bairro e como cidadão preocupado com a qualidade de vida desta e das futuras gerações da capital paraibana. Para tal, apresentamos um instrumento que consideramos fundamental no processo de planejamento urbano. O Plano Diretor de Bairro (PDB), conceito já defendido por Campos Filho (2013):

(...) por isso, vamos defender aqui o que chamamos de Plano de Bairro ou Plano Diretor de Bairro. É um modo novo de colocar você, cidadão, no centro da discussão do Plano Diretor. É justamente um jeito de colocá-lo como ponto de partida no pensar a qualidade de vida urbana, no que ela tem de dependência em relação à organização do espaço de uma cidade. (CAMPOS FILHO, 2003, p. 10)

Figuras 01, 02 e 03: Localização do objeto de estudo na escala da cidade, do bairro e da quadra. Esta situa-se nos Bancários, delimitada pelas ruas Wagner Alexandrino B. Japiassú ao sul, Tubalcaim da Silva Brandão ao Oeste, Waldemar de Mesquita Accioly ao norte.



Fonte: Autor.

Como reflexão e investigação espacial, foi escolhido o bairro dos Bancários, localizado na região sul, ainda com margem para adensamento, com franco crescimento da população urbana desde anos 2000, próximo de duas instituições de ensino superior importantes (Universidade Federal da Paraíba e Centro Universitário de João Pessoa-PB), de serviços bancários, centros de compras, escolas, creches, praças e atualmente em construção uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A maior parte desses equipamentos urbanos se encontram na Avenida Emp. João Rodrigues Alves. A dinâmica urbana do bairro vem sendo transformado rapidamente, derivado do processo de verticalização sem planejamento e do intenso interesse do mercado imobiliário em especular o solo e da mercantilização do espaço.

Utiliza-se como estratégia e método, o estudo de uma quadra, seus usos, impactos e transformações desde a gênese da ocupação até os dias atuais, e a tendência futura caso não haja nenhuma providência mitigadora ou reguladora do ordenamento urbano nesta. O caso da quadra em estudo é um exemplo local com repro-

duções semelhantes em todo o território do bairro (e de outros bairros da cidade), com várias quadras sendo modificadas pelas construções de edifícios de 03 pavimentos onde antes havia moradias térreas em lotes de 12x30m. A partir do entendimento dessa lógica predominantemente mercadológica, onde o setor privado vem ditando as mudanças respaldadas por uma legislação obsoleta é recomendado uma revisão nessa mesma legislação para combater esse modelo existente de edifícios multifamiliares isolados por muros, sem relação com espaços públicos e monofuncionalismo das novas edificações da quadra (apenas o residencial). A utilização dos princípios da quadra híbrida (LIMA, 2017, FILHO, 2003, JACOBS 2011, KARSSENBERG, 2015), a partir da inserção de edifícios de usos misto (comercial e habitacional) na escala do lote, como viabilidade possível e gradual, pode-se alcançar, em seguida, resultados satisfatórios de habitabilidade para a quadra como um todo, atendendo a diversos modos de viver e morar.

Portanto, a proposta preliminar visa à conciliação da presença inevitável do mercado imobiliário com os instrumentos de gestão urbana capazes de conter o crescimento verticalizado danoso para os moradores, através de outra maneira de se construir na quadra. Assim, acredita-se que as quadras híbridas têm um poder catalisador para as mudanças positivas nos bairros se forem bem articuladas com a legislação urbanística de uso e ocupação do solo da cidade. Ressalva-se que cada bairro tem seu tecido urbano peculiar, e a distribuição das quadras híbridas depende das suas vocações sócioespaciais devidamente compreendidas.

DESENVOLVIMENTO

A Quadra

Partimos do pressuposto que quadra é sinônimo de quarteirão. Segundo Lamas (2014) o quarteirão é conceituado como:

[...] um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais; é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastro (lotes) para a construção de edifícios. É também um modelo de distribuição de terra por proprietários fundiários. Como é também o modo de agrupar edifícios no espaço delimitado pelo cruzamento de traçados. (LAMAS, 2014, p.88)

O autor considera o quarteirão um sistema antigo num processo geométrico elementar que ao longo do tempo foi adquirindo status de unidade morfológica na produção da cidade, e pode ser definida como “[...] a parte mínima identificável na estrutura urbana.” (LAMAS, 2014, p.88).

Lamas (2014) aponta a relação entre as partes constituintes da quadra, os edifícios, os lotes, as vias. A quadra, em muitos casos, é delimitada e circundada por três a quatro vias e ocupados por edifícios ou espaços públicos como praças. Os edifícios, por sua vez, podem se diferenciar em altura e em programa. Lamas entende que o quarteirão não independe dos elementos que compõem o espaço urbano, mas sim resulta do traçado das vias, do posicionamento dos edifícios, da forma dos lotes, dos espaços públicos, semipúblicos, privados, das regras geométricas de divisão fundiária do solo, do ordenamento e parcelamento do solo.

No Brasil, a Lei de Parcelamento do Solo (nº 6766/1979) definiu a quadra como parte do parcelamento da gleba (unidade maior do solo), resultando internamente em lotes como menores parcelas do solo e visível divisão dos limites da propriedade privada dos espaços públicos.

Aspectos Legais e Espacialidades

Toda e qualquer possível alteração no uso e ocupação do solo da cidade deverá estar previsto na legislação urbanística para o devido cumprimento pela população, caso contrário, as intenções para se construir no lote será apenas composto por ideias ou abstrações sem reflexo no amparo legal e na realidade do espaço construído. Na história moderna no país, a criação da lei de

parcelamento do solo, Lei Federal nº 6766 de 1979, foi um marco no planejamento e regulação urbanística no Brasil estabelecendo diretrizes de parcelamento, desmembramento de glebas em loteamentos, aberturas de vias e equipamentos urbanos, moldando a forma urbana das cidades, conforme a aplicabilidade das leis de uso e ocupação do solo de cada cidade, complementado com o macro-zoneamento do Plano Diretor municipal.

Surge daí, há mais de 40 anos, a maneira de ocupar os lotes nas cidades, valorizando a escala privativa do lote, e deixando em segundo plano os espaços públicos, sobretudo a relação com as calçadas. Foi dado demasiada importância ao zoneamento das cidades em termos de disciplinamento das suas funções (uso residencial, comercial, institucional, lazer, circulação), aos indicadores urbanísticos no lote (taxa de ocupação, índice de aproveitamento, recuos, solo permeável), gabarito, ao edifício em si, mas foi deixado de lado, prioritariamente, as relações das pessoas e a escala humana nos bairros. Reforçado pela cultura do automóvel, muitas cidades foram desenhadas para abrigar os veículos automotores, construindo autoestradas, alargando vias, construindo viadutos, gerando estacionamentos, garagens privativas e deixando cada vez mais espaços para carros, e menos espaços públicos para as pessoas (calçadas, praças, parques).

Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto várias outras questões ganham mais força, como acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis. Além disso, as ideologias dominantes de planejamento - em especial, o modernismo - deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. (GEHL, Jah, 2013, p.3)

Desta forma, para que as ideias das quadras híbridas sejam implementadas nos bairros, são recomendadas que sejam previstas na legislação urbanística, sobretudo na lei de uso e ocupação do solo, no mapa de Zoneamento da cidade. Tal mudança deve ocorrer também na

tabela de parâmetros urbanísticos conformes as figuras a seguir (figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5: Tabela de usos e indicadores urbanísticos e mapa de João Pessoa, situação atual (esquerda) e situação proposta. É proposta a criação de uma nova Zona no mapa de uso e ocupação do solo (ZR4). A tipologia RH (6) refere-se ao edifício híbrido proposto, com uso comercial e/ou serviços no térreo e flexibilidade de vagas (considerar 70% das vagas para automóveis), podendo ser reduzida pela metade no recuo frontal conforme disponibilidade de transportes públicos e ofertas de quadras híbridas nos bairros.

ZONA RESIDENCIAL 3 (ZR3)							
USOS PERMITIDOS	LOTE (*)			EDIFICAÇÃO (A)			
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇÃO MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	360,00	12,00	50	-	5,00	1,50	3,00
R2 (1)	450,00	15,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R3	-	-	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R4	CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09						
R5 (2)	600,00	15,00	40	PL+ 4PV+CB	5,00	4,00	4,00
R5	600,00	15,00	35	4 PV	5,00	3,00	3,00
R6	900,00	20,00	30	-	5,00	4+(h/10)	4+(h/10)
RH (6)	720,00	24,00	55	4 PV	5,00	3,00	2,50
CL=SL(3)	360,00	12,00	50	3 PV	5,00	1,50	3,00
CB=SB	450,00	15,00	50	3 PV	5,00	2,00	3,00
IL	600,00	15,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
IPP (4)	360,00	12,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00

ZONA RESIDENCIAL 3 (ZR3)							
USOS PERMITIDOS	LOTE (*)			EDIFICAÇÃO (A)			
	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇÃO MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA (B)	AFASTAMENTOS		
					FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	360,00	12,00	50	-	5,00	1,50	3,00
R2 (1)	450,00	15,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R3	-	-	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
R4	CONDOMÍNIO HORIZONTAL VER ANEXO 09						
R5 (2)	600,00	15,00	40	PL+ 4PV+CB	5,00	4,00	4,00
R5	600,00	15,00	35	4 PV	5,00	3,00	3,00
R6	900,00	20,00	30	-	5,00	4+(h/10)	4+(h/10)
R8	360,00	12,00	55	PL+ 2PV ou 3 PV	5,00	1,50	3,00
CL=SL(3)	360,00	12,00	50	3 PV	5,00	1,50	3,00
CB=SB	450,00	15,00	50	3 PV	5,00	2,00	3,00
IL	600,00	15,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00
IPP (4)	360,00	12,00	50	2 PV	5,00	1,50	3,00

Fonte: Autor, editado da SEPLAN.

Figura 6: Trecho do Mapa Zoneamento - Código de Urbanismo. O Bancários encontra-se na Zona Residencial – ZR3. É proposto que seja criado uma nova Zona Residencial, a ZR4, na qual prevê a quadra híbrida nos bairros.



Fonte: SEPLAN editado pelo Autor.

As Escalas Urbanas

Uma das críticas direcionadas ao planejamento urbano tecnocrático diz respeito ao olhar visto de cima, sem considerar a vida ao nível dos olhos na cidade e a escala humana. Com isso, elaboram-se mapas, planos e zoneamento sem conhecer a dinâmica cotidiana dos bairros, suas interações e vivências das pessoas no dia a dia. Rompendo com esse olhar, a proposta aqui abordada parte de uma compreensão onde a escala humana seja prioridade, ou conforme GEHL (2013), vida, espaço, edifícios nessa ordem. Observa-se, portanto, que as mudanças podem partir de uma adequada compreensão entre as escalas urbanas, iniciando por uma hierarquia que compreenda a escala da rua, da quadra, do bairro sistematicamente, contrapondo-se ao zoneamento ortodoxo que parte da escala macro, distante da vida no chão, e definem indicadores urbanísticos herméticos

Figura 7: Evolução urbana da densidade habitacional – saturação da infraestrutura no futuro próximo e comprometimento da qualidade de vida. Fonte: Autor.



que regulam os afastamentos, a taxa de ocupação, os gabaritos e os usos dos edifícios sem avaliar os impactos nos espaços públicos e na vida dos moradores.

Ao invés de serem estudados os espaços públicos que se desejam e, daí, serem definidos os volumes dos edifícios, constroem-se os edifícios conforme o interesse imobiliário dos terrenos. Isto significa que, quando nos abstermos de projetar para o espaço urbano em benefício de índices, estamos transferindo para o lote, para a propriedade privada, a definição da forma urbana, a definição do espaço público. Mas, paradoxalmente, é a definição dos volumes e dos espaços públicos, na busca pela melhor cidade, o que legitima o Estado na função de legislar urbanisticamente, de determinar o que se pode construir, onde e em que condições. (MAGALHÃES, Sérgio, 2015, p.35).

Densidade Urbana e Tendências na Quadra Objeto de Estudo

Densidade urbana é a relação entre o número de residentes de um determinado lugar e a área onde eles vivem. Como resultado, é possível informar o grau de concentração da população, variando conforme a intensidade de uso e ocupação do solo (ACIOLY, 1998). É dividida em densidade bruta e líquida, a primeira relaciona a população residente e a área bruta na qual ela reside, incluindo ruas, espaços públicos. Já a densidade líquida, só considera relação da população residente com a área líquida residencial específica. É um conceito que está diretamente relacionado ao planejamento urbano, podendo ser específico para cada bairro, conforme uso e ocupação do solo, tecido urbano, sistema viário, capacidade de suporte da infraestrutura, drenagem urbana,

oferta de transporte coletivo, modos de vida de uma população, tipologias habitacionais, aspectos culturais.

No caso em questão, para avaliar a densidade urbana na quadra ao longo dos anos, foi definido três momentos de ocupação e transformação urbana a partir da verticalização. A gênese (1980) quando foram entregues as moradias do bairro, a situação atual (2018) com alguns edifícios verticalizados e a tendência futura hipotética em 2025. No primeiro momento observa-se uma baixa densidade – 98 hab/ha devido a tipologia de casas térreas e unifamiliares. Em 2018, a densidade já houve um aumento considerável com a construção de prédios multifamiliares de três pavimentos, ou seja, em mais de três décadas, a densidade aumentou mais de 250% já verificado na paisagem urbana local. No cenário futuro em 2025 (e não tão distante) estima-se que a densidade habitacional alcance 497 hab/ha, valor considerado alto pelo perfil do bairro, com possível saturação da infraestrutura – sistema viário, rede coletora de esgoto, energia elétrica, limpeza urbana, custo de manutenção.

Nas figuras 8 e 9, conceitos e implicações da densidade urbana, sabendo que nem sempre se pode distribuir a massa construída a partir de uma gleba de um hectare desocupada, por exemplo. Uma das realidades mais vistas nas cidades são as modificações por lotes remembrados ou por lote, evidenciando a forma pontual de intervenção com reflexos no entorno. Por isso a pro-

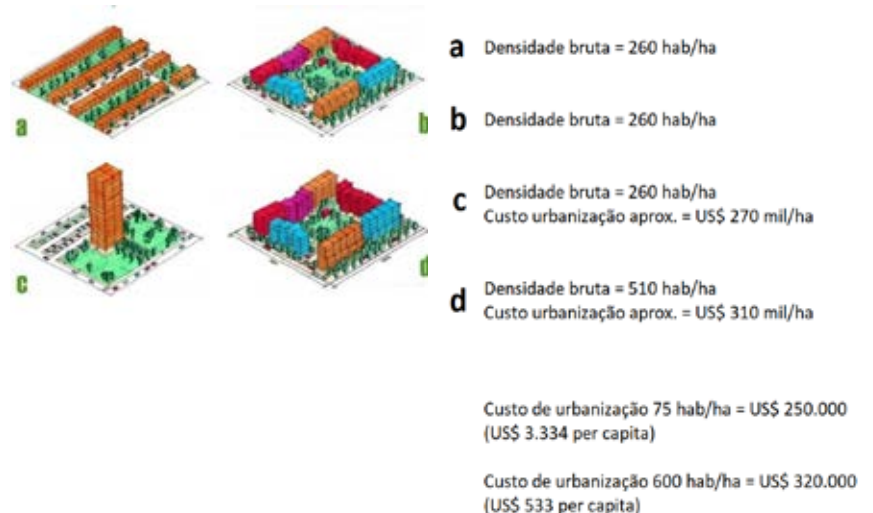
cupação de adotar maneiras de aferir tais mudanças na quadra, deste fenômeno urbano bastante comum.

Para cada caso específico se deve estudar a densidade econômica ou ótima, levando-se em conta o nível e o gênero de vida da população, a estrutura ecológica da cidade e, sobretudo, o custo unitário dos equipamentos urbanos. Deve-se, dentro da realidade local, adensar ao máximo a população urbana. No Brasil, parece que a densidade econômica se situa entre 250 e 450 habitantes por hectare - densidade residencial bruta média (FERRARI, Celson, 1979, p.350).

A implementação da densidade urbana conforme particularidades espaciais de cada bairro favorece a distribuição equilibrada de serviços urbanos de qualidade a maior parte da população, reduzindo a necessidade de deslocamentos motorizados, e incentivando a movimentação de pedestres nos espaços públicos. Neste sentido, tal reflexão alinha-se também ao conceito de cidade compacta (Rogers,1997), um dos estudiosos sobre os usos polifuncionais e o surgimento de novas centralidades nas cidades.

Figura 8: Vantagens e problemas da alta e baixa densidade urbana. Fonte: ACIOLY e DAVIDSON, 1998.

Figura 9: Comparativo de densidades urbanas líquidas numa área de 1 ha em distintas formas edificadas numa área urbanizada. No caso “A”, “B” e “C”, formas distintas com a mesma densidade. No caso “D”, foram acrescentados dois pavimentos ao modelo “B”, para recalcular. Fonte: GEOVANY J. A. Silva, 2016.



A Situação Atual

O bairro dos Bancários foi fundado em 1980 com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH), possui uma população de 11.863 habitantes (Censo IBGE 2010), e estima-se que atualmente tem mais de 14.000 moradores. Nos últimos 10 anos vêm sendo transformado pela verticalização sem planejamento e pelo uso habitacional multifamiliar restrito, com evidentes sintomas no espaço urbano. As casas térreas estão sendo demolidas e substituídas por prédios de dois pavimentos nos lotes 12X30m. No entanto, essas mudanças não contribuem para a qualidade de vida coletiva no bairro, pois prioriza a escala privada e os investidores do capital imobiliário que lucram com os altos preços dos imóveis sem regulação do poder público. Com uso apenas habitacional na maioria das quadras, as demandas cotidianas dos moradores em termos de provisão de comércios e serviços não são atendidas. Desta forma, é preciso depender do automóvel ou caminhar longas distâncias para fazer compras e acessos aos serviços básicos na principal Avenida do Bairro, a Emp. João Rodrigues Alves.

Na quadra objeto de estudo limitada pelas seguintes vias: Rua Waldemar Mesquita Acyoli ao norte, Rua Bancário Antônio Jacinto de Souza ao leste, Rua Wagner Alexandrino B. Japyassu ao sul, nos Bancários, observa-se a tendência da verticalização que vem mudando a paisagem e a dinâmica urbana no bairro. Esse fenômeno ocorre em várias quadras, o que demonstra a necessidade da reflexão para tentar alternativas que amenizem alguns impactos nocivos para a população. É, portanto um estudo piloto local que reflete o problema global do bairro. Os principais motivos pela escolha desta quadra foram: localização próxima a um equipamento comunitário relevante que é a Escola Municipal Aruanda, gradual presença de comércios, embora de forma aleatória (restaurantes, pizzarias), já apontando a carência de comércio observado pelos próprios moradores e o limite com a Rua Waldemar Mesquita Acyoli, conhecida como as “três ruas”, importante marco referencial do bairro.

IMPACTOS GERADOS

Muro, segregação e proximidade entre os prédios

Os lotes continuam sendo fechados por muros, com reflexo na desertificação das calçadas e ausência de comércios no térreo para o atendimento das necessidades cotidianas dos moradores.

Figura 10: Muro e segregação público x privado.



Fonte: Autor.

Os afastamentos laterais dos edifícios de três pavimentos (10m altura), são construídos a 1.50m do limite do lote de 12x30. Entre eles, a distância é de apenas 3,00m, o que compromete a incidência dos ventos predominantes e a privacidade dos apartamentos. Ainda assim, os imóveis são vendidos com valores altíssimos, cerca de R\$ 3501,00/m².

Figura 11: Uso R8 (térreo+pav.) predominante na quadra, são construídos muito próximos, com apenas 3,00m entre eles.



Fonte: Autor.

Aumento da frota de veículos

Um dos impactos mais danosos nessa lógica da verticalização e adensamento sem planejamento é o aumento vertiginoso da frota de automóveis particulares. Segundo Henriques (2013), só em 2013 houve um aumento de

750 veículos em circulação no bairro. Provocado pelo adensamento e relação de uma vaga para cada apartamento exigida pelo Código de Urbanismo da prefeitura, estima-se que em 2025 a quadra estudada abrigará mais de 200 veículos ou a proporção de cinco carros por lote de 12x30m, no início nos anos 1980, tinham-se apenas quarenta. Considerando como um fato que pode se replicar no bairro, as consequências são preocupantes, pois afetam todos indistintamente. Poluição, congestionamento, acidentes no trânsito, custos, comprometimento das relações de vizinhança são alguns dos problemas dessa externalidade negativa.

A PROPOSTA

Conceitos e o Remembramento Proposto

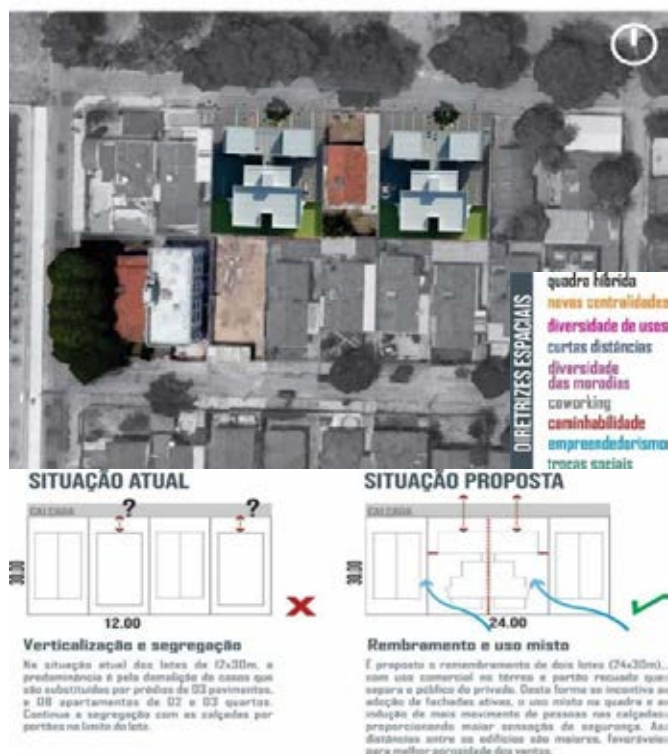
As transformações na quadra podem ocorrer, ao longo dos anos, conforme a dinâmica do mercado imobiliário, com a viabilidade econômica e com a qualidade de vida urbana coletiva. Tal medida pode ser alcançada pelo estímulo a caminhada através da oferta de uso misto na quadra (comércio, serviço, moradia, espaços públicos qualificados), acessados a pequenas distâncias (máximo de 500m). Tipologias variadas podem ser concebidas, desde que se mantenha o mesmo princípio de multifuncionalidade e pedestrianismo. Neste sentido, o pavimento térreo com comércios (farmácia, mercadinho, lanchonetes, bares, salão de beleza, lojas, etc.) equilibradamente espalhados nas quadras, é fundamental para a animação urbana e interações sociais. É proposto que se inicie pelo remembramento de dois lotes em quadras estratégicas em termos de localização e catalisação dos efeitos positivos no entorno. O poder público poderá assumir a responsabilidade de gestão do território no bairro, aplicando mudanças ordenadoras na legislação urbanística.

Verifica-se que na situação atual dos lotes de 12x30m, a predominância é pela demolição de casas que são substituídas por prédios de 03 pavimentos, e 08 apartamentos de 02 e 03 quartos, além de 08 vagas para carros. É proposto o remembramento de dois lotes (24x30m), implantando edifício híbrido (uso misto) com

uso comercial no térreo e portão recuado que separa o público do privado. Desta forma se incentiva a adoção de fachadas ativas, o uso misto na quadra e a indução de mais movimento de pessoas nas calçadas proporcionando maior sensação de segurança. As distâncias entre os edifícios são maiores, favoráveis para melhor porosidade dos ventos. Tal intenção visa se adequar ao perfil do mercado imobiliário de forma a viabilizar a mudança sem grandes dificuldades em termos cartoriais e da propriedade privada, mas sem deixar de contemplar a urbanidade. Foram previstas 13 vagas para carros, 05 a menos em relação a situação atual que seria 16 vagas para cada dois lotes, mais 10 vagas para bicicletas (paraciclos), podendo ser reduzidas as vagas conforme eficiência do sistema de transporte público e integração entre os modais não poluentes.

Figuras 12 e 13: Proposta do remembramento gradual de dois lotes de 12x30 e diretrizes.

O REMEMBRAMENTO PROPOSTO



Fonte: Autor.

Quadras Híbridas no Bairro e Caminhabilidade

Garanta uma caminhabilidade adequada e muito do restante virá a seguir. (SPECK, Jeff, 2016, p.28)

Para combinar quadra híbrida com caminhabilidade, foram investigados alguns conceitos básicos, entre eles GEHL (2013), SPECK, (2016), JACOBS (2011). Eles abordam que quadras curtas, com atrativos para a caminhada e animação urbana perpassam pela mistura de usos e diversidade social. Mas a qualidade do percurso, o estado de conservação das calçadas, o clima, a sensação de segurança e a vigilância social também interferem na indução da caminhada.

A distância aceitável de caminhada é um conceito relativamente fluido. A maior parte das pessoas está disposta a percorrer cerca de 500 metros. A distância aceitável, porém, também depende da qualidade do percurso. (GEHL, Jan, 2013, p.121)

Outro tema bastante preocupante na atualidade é a insegurança nos bairros. Neste sentido, desde os anos 1960, JACOBS (2011) alertava que:

O requisito básico da vigilância é um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas dos distrito; deve haver entre eles sobretudo estabelecimentos e espaços públicos que sejam utilizados a noite. Lojas, bares e restaurantes, os exemplos principais, atuam de forma bem variada e complexa para aumentar a segurança nas calçadas. (JACOBS, Jane, 2011, p.37)

Significa que quanto mais variações de comércio na quadra, que funcionem de manhã, de tarde e à noite, acessíveis a curtas distâncias, se terá mais movimento de pessoas e vigilância social nas calçadas proporcionadas pelos “olhos da rua”. No caso do bairro dos Bancários, isto pode ser proporcionado alterando a forma urbana de algumas quadras. É possível, neste sentido, definir quadras específicas que possam atuar enquanto efeito multiplicador das mudanças conforme os conceitos abordados da quadra híbrida (diversidade de usos, caminhabilidade, trocas sociais). Acredita-se que pelo menos cinco quadras podem cumprir esse papel, atuando nas transformações benéficas para a população (ver figura 17). A escolha dessas quadras decorreu

a partir dos seguintes critérios: (1) localização distante dos eixos viários principais que já concentram oferta de comércio e serviços; (2) áreas com concentração de moradias térreas, mas em processo de verticalização visadas pelo mercado imobiliário; (3) potencial de influência no entorno de até 500 metros de distância a partir da quadra de intervenção.

Figura 14: Área de influência no entorno da quadra híbrida objeto de estudo. Cerca de 400 famílias podem ser beneficiadas por cada quadra híbrida implantada no bairro.



Fonte: Autor.

Os pedestres e as famílias das quadras vizinhas poderão ser beneficiados pela quadra híbrida e seus comércio e serviços previstos devido as curtas distâncias para serem percorridas a pé (até 500m). Esta característica espacial pode incentivar a caminhada, desestimular o uso do automóvel particular, incrementar a economia local e gerar maior movimento de pessoas nas calçadas.

Na implantação da quadra híbrida em um cenário de transformação até 2025, se investigam outras formas de ocupação de edifícios na condição de remembramento de mais de dois lotes e ruptura do paradigma danoso da cultura do automóvel, oferecendo espaços semi-públicos pelos pátios gerados e mais fachadas capazes de gerar maior vitalidade urbana.

Figura 15: Quadra híbrida, cenário de transformação para 2025 com uso misto.

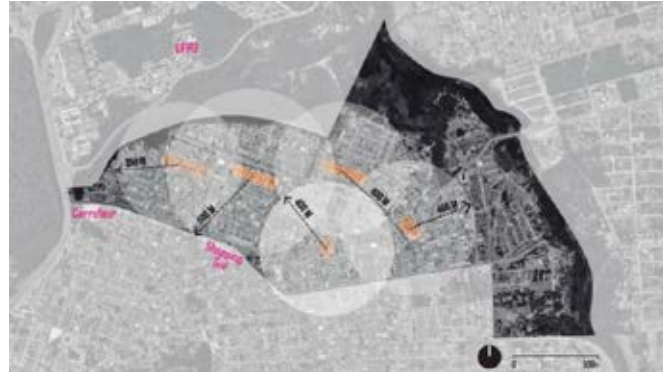


Fonte: Autor.

A Escala do Bairro dos Bancários

No bairro em estudo (e conforme os critérios de escolha das quadras híbridas estratégicas - localização, potencial e influência), pode-se definir pelo menos cinco quadras situadas de forma descentralizada no espaço urbano do bairro, ao alcance de uma caminhada que varia entre 350m e 500m. Acredita-se que com a implementação do uso híbrido/misto nessas quadras, se poderia impulsionar outras transformações na vitalidade urbana, na economia local, nas trocas sociais e na sensação de segurança do bairro, de forma a beneficiar mais de 1800 famílias diretamente e cerca de 2500 famílias indiretamente. Isto porque comércios podem ser criados, rendas geradas, ofertas de empregos, trabalho, lazer, encontros, trocas sociais, empreendedorismo. Juntos com os espaços públicos e comunitários (praças, campos de esportes, associações de bairro), as quadras híbridas podem contribuir decisivamente para a animação urbana e qualidade de vida tão almejada pelos moradores. Ela - a quadra híbrida - é uma relevante ferramenta no processo de planejamento de bairro que pode ser incorporada ao PD, por ora em revisão.

Figura 16: Localização das quadras híbridas propostas (em destaque). Influência no entorno pelo poder catalisador das transformações positivas no bairro.



Fonte: Autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo entende que a forma urbana interfere no comportamento social. No caso específico do bairro, sugere que as mudanças nas quadras dos Bancários sejam realizadas de forma gradual, considerando a simulação dos cenários hipotéticos enquanto instrumento fundamental para revisão da legislação urbanística e para a humanização dos espaços. Para ilustrar, e possivelmente sensibilizar os gestores e o setor privado, foram utilizadas investigações espaciais como ferramentas para demonstrar hipoteticamente uma alternativa ao que vem sendo construído. Aponta que há outras formas de organização espacial combinando tipologias de uso misto (habitacional, comercial e serviços) com as necessidades diárias dos moradores, conforme conceitos de cidade compacta e centralidades urbanas. Os estudos mostrados não têm a pretensão de afirmar a melhor solução, mas são notórios as diferenças entre a situação atual e a situação proposta, embora com necessidade de ser melhor discutido de forma mais ampla.

As construções do espaço privado, que representam grande parcela do solo urbano, podem ser viabilizadas em harmonia com o espaço público, sendo mais atraentes para as trocas sociais e gentis para com a cidade, sem abdicar do ato de morar com qualidade. Por isso, é possível demonstrar que não é incompatível fazer operações urbanas entre agentes do mercado imobiliário e as noções do bom urbanismo. Danosos são as legislações inadequadas que provocam o “desenho das qua-

dras fechadas” e gestores negligentes serem uns dos responsáveis pela cidade hostil e hermética. O fazer urbano mais humano, perpassa inevitavelmente pela mudança na legislação, e as simulações espaciais e os estudos espaciais aqui investigados podem auxiliar a aprofundar essa discussão (LIMA, 2017). É admissível utilizar os recursos das simulações espaciais como instrumentos de sensibilização e informação para os moradores da cidade.

Atualmente se conhece muito pouco de boas práticas de desenho urbano qualificados, da moradia próxima das facilidades urbanas, isso porque a nossa cidade é fruto do zoneamento dogmático que privilegia o lote fechado, a especulação imobiliária e o uso monofuncional. Assim, a sociedade aceita tal condição do ato de morar como sendo refém da cidade capitalista, sem ao menos conhecer outras formas melhor para se viver porque há um predomínio analfabetismo urbano. Para reversão deste quadro, o poder executivo, pode capitanear as mudanças no marco legal do zoneamento da cidade, como política pública de regulamentação do disciplinamento do uso e ocupação do solo tanto no bairro em estudo (Bancários), quanto em outros com a mesma tendência de verticalização sem planejamento no território de João Pessoa-PB. Neste sentido, é preciso articular tal prerrogativa no PD, criando um Plano de Bairro estratégico capaz de aproximar as mudanças espaciais ocorridas nas quadras, das necessidades cotidianas da população. Por fim, Verifica-se que as mudanças sugeridas nas quadras, podem ser consolidadas desde que com planejamento e incorporadas na legislação urbanística (Plano Diretor e lei de uso e ocupação do solo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLY, Cláudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro. Mauad. 1998.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Ed.34, 2003.
- DANTAS, Maria Grasiela de Almeida. **Planejamento Urbano e Zoning**. 1.ed. João Pessoa. Editora Universitária/ UFPB. 2003.

FIGUEROA, M. **Habitação coletiva e a evolução da quadra**. Vitruvius, Arqtextos. Texto Especial 357, fevereiro de 2006. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.069/385>> Acesso em: 17 out de 2017.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013.

HENRIQUES, Fábio. **Na capital, 34 bairros vivenciam a verticalização residencial**. Revista Edificar, p.47, março, 2013

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo> Martins Fontes, 2011.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian, 2007.

LEITE, Carlos. **Instrumentos Urbanos Inovadores**. Revista Arcoweb, 2016. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/noticias/artigos/carlos-leite-instrumentos-urbanos-inovadores>. Acessado em 04 de Abril de 2018.

LIMA, Marco Antonio Suassuna Lima; ISMAEL, Lúcio. **Desenhando a quadra híbrida no cotidiano dos bairros**. Revista Projetar. V.2. N.2. Agosto 2017.

LIMA, Marco Antonio Suassuna Lima. **Comentários na Página do Fórum Plano Diretor Participativo**. Facebook, 06-10-2018.

MAGALHÃES, Sérgio. **Estratégias projetuais na arquitetura brasileira**. Arkhé: Revista de arquitetura e urbanismo. V.2, Itajaí-SC. Ed. da Universidade do Vale do Itajaí, 2015.

NÓBREGA, Maria de Lourdes C.C. **“Por um espaço público cidadão: o encontro do edifício com a rua”**. Recife: Publicações SENGE, 2014.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona, Editora Gustavo Gili, 1997,

SILVA, G.J.A. da; Silva, S. E. Silva; Nome, C. A. **Densidade, dispersão e forma urbana**. Arqtextos - São Paulo. 189.07 urbanismo ano 16, fev. 2016. Disponível em : <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.189/5957>. Acessado em outubro 2017.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. Tradução Anita Dimarco, Anita Natividade. 1.ed. São Paulo. Perspectiva, 2016.

A QUESTÃO URBANA EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

THE URBAN ISSUE IN TIMES OF CAPITAL CRISIS: THE DENIAL TO THE CITY

RAYSSA BERNARDINO DE LACERDA

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB - rayssab.lacerca@gmail.com

MARIA DE LOURDES SOARES

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB

RESUMO

Diante do atual cenário de crise estrutural do capital, no qual vivenciamos um avanço de estratégias danosas do capital para a retomada da sua taxa de lucro, se faz necessário discutirmos os danos causados pelo mesmo ao meio urbano. Deste modo, a fim de construirmos uma análise crítica e propositiva, analisamos por meio de uma pesquisa bibliográfica, a Questão Urbana em tempos de crise estrutural do capital. Percebendo os grandes impactos causados progressivamente às cidades, por causa da submissão das mesmas à lógica do capital, que tem como resultado a negação do direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVES: Crise do Capital; Questão Urbana; Direito à Cidade; Moradia Digna.

ABSTRACT

Faced with the current scenario of capital structural crisis, in which we experience an advance of harmful strategies of capital to resume its rate of profit, it is necessary to discuss the damage caused by it to the urban environment. Thus, in order to construct a critical and propositional analysis, we

analyze through a bibliographical research, the Urban Question in times of structural crisis of capital. Realizing the great impacts caused progressively to the cities, because of the submission of the same ones to the logic of the capital, that results in the denial of the right to the city.

KEYWORDS: Capital Crisis; Urban Issues; Right to the City; House Digna.

INTRODUÇÃO

O século XX revela para a humanidade uma gama de acontecimentos que colocam em evidencia as contradições do modo de produção capitalista. Entre esses acontecimentos está a grande crise do capital dos anos de 1970 que abalou a estrutura do sistema como um todo, evocando do capital uma série de medidas para o restabelecimento da sua taxa de lucro.

O principal objetivo do capital sempre foi, e sempre será, a obtenção cada vez maior de lucros, subjugando a tudo e todos à sua lógica. Em períodos de crise, com a queda brusca das taxas de lucros, o capital precisa se reinventar, estabelecendo novas estratégias para sua recuperação.

É nesse contexto que o receituário neoliberal começa a ser implantado em vários países, a fim de reorganizar as economias diante da crise, trazendo um pacote de medidas que deveriam ser implementadas visando o desmonte dos direitos conquistados, entre eles os direitos sociais e urbanos.

O capital busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, transformando a cidade em um grande negócio e impondo dessa forma, ações que seguem o caminho contrário ao interesse e necessidades da maior parte da população, o que interfere diretamente na qualidade de vida no meio urbano.

Em razão disso, as cidades que são vistas como mercadoria no capitalismo, se apresentam como espaços divididos, fragmentados. Um lado da cidade bem estruturado, com todos os serviços e equipamentos neces-

sários que garantem uma boa qualidade de vida para aqueles que podem pagar; e outro lado com pouca ou nenhuma infraestrutura para aqueles que não podem pagar, aos quais são negados o direito à cidade.

No Brasil, o declínio da política urbana dá-se no período das décadas perdidas¹, durante os anos de 1980 e 1990, tempos de crise marcados por intenso ajuste fiscal e pelo recuo dos investimentos em políticas públicas. Nesse período a crise urbana é agudizada pela maior submissão da cidade aos interesses do capital, administrando o espaço urbano com vistas à obtenção cada vez maior de lucros, o capital acaba por reiterar a histórica lógica de segregação socioespacial das cidades brasileiras.

Contribui para esta lógica de cidades o maior programa habitacional do Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado para servir como ativo financeiro e para responder a necessidade social de construção de habitações. Trata-se de uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento urbano, que empurra para as áreas periféricas da cidade os pobres aprofundando assim a desigualdade numa sociedade historicamente desigual.

Desta forma, o estudo aqui proposto, objetiva analisar a problemática urbana brasileira em tempos de crise estrutural do capital, levando em consideração de forma particular a questão da moradia no Brasil através do PMCMV, e os rebatimentos do mesmo na qualidade de vida no meio urbano.

A finalidade desta pesquisa é contextualizar a crise urbana, a partir de uma análise que visa a compreensão do processo histórico em torno das discussões que resultaram deste processo. Trata-se de uma pesquisa inicial de caráter bibliográfico que corresponde a um estudo em desenvolvimento sobre a questão urbana e sobre a habitação de interesse social.

¹ Período de estagnação econômica, marcado pelo desemprego, pela queda do consumo, pelo aumento da dívida externa e pelo declínio do Produto Interno Bruto (PIB).

DESENVOLVIMENTO

A Crise do Capital

O mundo capitalista após a década de 70 tem vivenciado um período marcado por uma série de recessões, como afirma o historiador Hobsbawm (1995, p. 393) “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”.

Os grandes problemas sociais como pobreza e desemprego em massa, que o período da Era de Ouro havia em grande parte eliminado, segundo Hobsbawm (1995), reapareceram depois de 1973. Nesse período “[...] vivemos a transição entre o capitalismo do Estado-providência e a globalização neoliberal, com a flexibilização do grande acordo entre Estado, Sindicatos e Capitais [...]” (MARICATO e SERRA, 2018, p. 60), que resultou no aprofundamento das desigualdades e da informalidade, e na flexibilização dos direitos.

O modo de produção capitalista tem vivenciado uma de suas maiores crises que se iniciou nos anos 70 do século XX com o fim do chamado “anos dourados” do capital e tem se estendido até os dias de hoje, através de crises menores que se tornaram episódicas. Como afirma Netto e Braz (2006, p.214) a esse respeito, “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”.

Uma dessas crises menores episódicas, que faz parte dessa onda longa recessiva da economia capitalista, foi a crise que se iniciou em 2007 nos EUA, conhecida como a “crise das hipotecas *subprime*”, que rapidamente se alastrou arrastando o resto do mundo por uma rede financeira e comercial, gerando um grande colapso financeiro, do qual os países capitalistas têm lutado para se recuperar, como afirma Harvey (2011, p.13),

Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises. No entanto, também deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980.

Estamos assim, segundo Mota (2010), diante de uma crise estrutural do capital, de caráter global- devido à estrutura mundializada do capital-, e não setorial, por não se restringir a uma única área.

Diante desse contexto de grande recessão, o capital monopolista implementa várias estratégias para reverter essa conjuntura de queda da taxa de lucro. Uma delas é a ideologia neoliberal² que defende a diminuição da ação estatal no tocante a efetivação dos direitos sociais, suprimindo assim direitos e garantias sociais conquistados pela luta dos trabalhadores ao longo dos anos. Como defende Harvey,

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascaráda por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

A autoridade de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) em conjunto com os grandes países capitalistas levaram ao triunfo a ideologia neoliberal nas décadas de crise.

É nesse contexto de crise mundial do capital que, segundo Mota (2010, p.13), de forma ampliada se “expõe as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes: a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego, para falar das suas mais destacadas expressões”.

A Questão Urbana

Segundo Harvey (2011), houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde os anos 70, sendo várias dessas baseadas em questões de desenvolvimento urbano. E isso porque no que diz respeito à questão urbana, a crise urbana existente tem se tornado cada vez mais aguda, devido a subordinação da cidade aos interesses do capital, como afirma Guerra et AL (2012, p.197).

O espaço como produto da atividade humana e da relação homem-natureza faz parte do processo mais geral de reprodução da sociedade. Ao ter sua produção assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, o espaço é também mercantilizado, tal como a cidade e a própria moradia, que são, destarte, concebidas como mercadorias necessárias à viabilização da produção, da circulação, distribuição e troca, condição para a realização do ciclo de acumulação do capital.

Dessa forma, ante a necessidade do capital de reprodução, os espaços e lugares são criados sob uma lógica de um modelo global de cidades com conteúdos específicos neoliberais que vê a cidade como um negócio. Harvey (2011, p.137), a esse respeito declara que “[...] a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital”.

Assim, é nesse contexto, que a cidade no capitalismo é moldada pelo capital, passando a ser vista como uma mercadoria, não atendendo assim, às necessidades da classe trabalhadora, se não por via mercado, sendo assim, o seu valor de uso suprimido pelo valor de troca, como afirma Maricato (2015, p.23).

² Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, que ganhou terreno após a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973.

A classe trabalhadora [...] quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade [...]. Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é mercadoria.

Assim, a perda da função social das cidades no capitalismo, tem feito com que o direito à cidade seja negado a muitos, por vivemos num mundo em que o direito à propriedade privada e a busca pela taxa de lucro superam todas as outras noções de direito, inclusive o direito à cidade.

O direito à cidade foi um termo desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968, *Le droit à la ville*, que trabalha o direito à cidade como o direito de não exclusão da classe trabalhadora as qualidades e benefícios da vida urbana. Contribuindo para essa questão Harvey (2013, p.47) afirma que o direito à cidade “[...] pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”.

Assim, o direito à cidade pode ser entendido como o direito de questionar a condição de vida nas cidades e a transformá-la conforme os desejos do coletivo. Na atualidade esse conceito vem sendo revisitado e atualizado por vários pesquisadores, principalmente por causa das mudanças no cenário urbano e pelos novos desafios postos pelas mesmas. No âmbito dos movimentos sociais urbanos esse tema tem ganhando outros sentidos, como o direito ao acesso a moradia, a segurança, aos espaços públicos, a mobilidade e aos serviços e equipamentos públicos.

Em contrapartida, o que está associado ao capitalismo contemporâneo em crise é o crescimento das desigualdades sociais, concentração de pobreza e um profundo retrocesso na garantia do direito à cidade, que se encontra sob a lógica do capital como cidades divididas, fragmentadas, marcadas por questões estruturais de moradia, mobilidade, saneamento, entre outros.

Visto que hoje, a cidade centrada no mercado é o foco e nela imperam novos métodos de produção e novas formas de segregação e exclusão, a cidade não é democrática e reproduz uma ausência de participação coletiva na sua formação e no usufruto das riquezas nela produzida, por aqueles que foram excluídos do desenvolvimento econômico, por aqueles que foram deslocados das áreas centrais e jogados para as periferias.

Corroborando para essa questão Harvey (2013, p.50) afirma ainda que “As chamadas cidades ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados”.

Desse modo, como declara Rodrigues (2014, p.12) “O acesso a moradia se dá por via mercado. Quando o mercado coordena um direito fundamental, aí temos um problema. Gera cidades paralelas”, um lado da cidade bem estruturado para aqueles que podem pagar, e o outro lado, ao qual o direito à cidade é negado, com pouca ou nenhuma estrutura. Como atesta Guerra *et al.* (2012),

Na cidade, vale a lei do mercado! Aqueles cujos rendimentos permitem, vivem em lugares mais bem equipados, de fácil acesso, com níveis de conforto. Os pobres são relegados à própria sorte. Quando não dormem nas ruas, em lugares perigosos, vivem em áreas distantes dos centros urbanos e com pouca ou nenhuma infraestrutura (p.202).

Esse é um fenômeno observado tanto nos países centrais do capitalismo, como nos países periféricos, onde o capital também tem dividido as cidades, empurrando para as periferias a população de baixa renda. Como afirma Rolnik (2002), a respeito da realidade brasileira,

Uma característica comum a todas as cidades brasileiras, independentemente de sua região, história, economia ou tamanho, é o fato de cada uma delas apresentar um contraste muito claro entre uma parte da cidade que possui alguma condição de urbanidade, uma porção pavimentada, ajardinada, arborizada, com infra-estrutura completa [...] e outra parte, normalmente de duas a três vezes maior do que a primeira, cuja infra-estrutura é incompleta, o urbanismo inexistente, que se aproxima muito mais da ideia de um acampamento do que propriamente de uma cidade (p.54).

Esses problemas urbanos refletem sobre a questão da moradia no país, que acumula um grande *déficit* habitacional ao longo da história, fruto da concentração de renda e das desigualdades sociais, afetando a população de baixa renda, que é atingida pela falta de acesso a uma moradia digna.

Nesse sentido é importante ressaltar que a habitação dos trabalhadores não está incluída no valor do seu trabalho, no baixo custo da venda da sua força de trabalho, e assim sendo, por não possuírem condições financeiras para obter esse bem via mercado (devido aos baixos salários), não lhes resta outra opção, a não ser construir a sua própria moradia com os seus recursos, como afirma Maricato (2011, p.20),

Afinal, jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio da autoconstrução das casas e ocupações irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao 'produto de luxo', de outro.

Sobre esta questão a autora ainda afirma que,

[...] a maior parte da população urbana constrói suas casas sem o concurso de conhecimento técnico (de engenharia e arquitetura), sem financiamento formal e sem respeito à legislação fundiária, urbanística e edilícia. Essa prática, dita de autoconstrução, foi central para o barateamento da força de trabalho nacional (o custo da moradia não estava incluído no salário) [...] (MARICATO, 2015, p.80).

Desse modo, contribuindo com este debate Davis (2006) afirma que o rápido crescimento urbano no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável para a produção em massa de favelas declarando que "pode haver mais de 250 mil favelas na Terra" (p.199).

Diante desse contexto de crise do capital e de grande déficit habitacional, o Estado que tem o papel de sustentar as relações de produção e a estrutura de classe, entra em cena para satisfazer as necessidades negligenciadas pelo capital (MANDEL, 1985).

Para isso, no Governo Lula é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), pensado numa parceria entre o Governo Federal e empresas privadas em 2009, para amenizar os efeitos da crise econômica de 2008, e para diminuir o grande déficit habitacional brasileiro³ através da construção em massa de novas habitações.

Com o PMCMV, o Estado além de conseguir atender a uma necessidade social, que é a habitação, ainda consegue atender à necessidade que o capitalismo tardio tem de valorização do capital, proporcionando ao mesmo a oportunidade para investimentos lucrativos em obras de infraestrutura. Assim, o Estado que procura constantemente evitar qualquer tipo de rebelião que perturbe a ordem, absorve essa demanda e transforma em reforma (MANDEL, 1985).

³ A questão da moradia como uma questão social, vem se agravando com o avanço do capitalismo, fruto da concentração de renda e das desigualdades sociais, o país acumulou um déficit habitacional estrondoso, perceptível na falta de moradia digna para a população de baixa renda.

Por conseguinte, a política habitacional se consolidou no Brasil com o crescimento nos investimentos com o PMCMV, ganhando destaque na agenda do governo depois de muitos anos, o investimento em habitação de interesse social.

Contudo, o programa possui um desenho fortemente fundado na participação do setor privado, e desse modo, retoma a política habitacional na visão empresarial com o interesse de construir moradias, como um ativo financeiro, uma política anticíclica. Dessa forma, as habitações construídas pelo programa se dão nos piores terrenos das cidades, sem ser levado em consideração o espaço urbano em seu conjunto.

Essa lógica de funcionamento do programa tem expulso os pobres do centro das cidades, lançando-os nas periferias, contribuindo para a histórica lógica de segregação socioespacial das cidades, já que os empreendimentos destinados às famílias mais carentes são construídos em lugares periféricos das cidades, lugares onde o preço da terra é mais barato devido à falta de infraestrutura de serviços e equipamentos públicos essenciais ao conceito de moradia digna.

O direito a moradia digna foi reconhecido como um requisito para a dignidade da pessoa humana em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara que, “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação [...]” (artigo XXV, item 1), tornando-se, assim, o direito a moradia digna um direito reconhecido e aplicável em todas as partes do mundo.

É importante observar que o direito a moradia digna não se refere apenas a um abrigo, mas como defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e outras legislações pertinentes, trata-se de uma moradia que garanta um padrão de vida adequado, que ofereça as condições para um pleno desenvolvimento social, cultural e econômico dos indivíduos.

Como considera Rolnik (2009, p.1) a esse respeito,

Muitas vezes se toma, e aqui no Brasil não é diferente, moradia como sendo simplesmente quatro paredes e um teto, um abrigo. Só que moradia adequada vai muito além disso. Significa, se falarmos em termos urbanos, um lugar na cidade a partir do qual as condições básicas para a sobrevivência humana estejam garantidas, de forma digna. Significa a inserção dessa moradia em um bairro, em um pedaço da cidade com toda a infra-estrutura completa, com acesso direto e fácil a equipamentos de educação, saúde e culturais, a oportunidades de desenvolvimento humano e a emprego.

Desse modo, muitas famílias contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, ainda que beneficiadas com a casa própria vivem em situação de grande vulnerabilidade social, por não ser garantido às mesmas uma rede de proteção social que contemple serviços de saúde, educação, segurança, transporte, lazer, etc. Negando-lhes dessa forma, o direito de morar.

Percebe-se, dessa forma, no principal programa de habitação de interesse social do país a sobreposição de interesses econômicos do capital em detrimento dos sociais, contribuindo assim para a lógica de cidades fragmentadas, ao qual o direito de moradia digna e o direito à cidade são negados.

Assim sendo, a esse respeito Maricato em entrevista à Rede de Mobilizadores coloca a questão da dificuldade de acesso da classe trabalhadora àquilo que a cidade tem a oferecer, ao afirmar que,

Aqui no Brasil, a população trabalhadora não consegue entrar na cidade formal. Ela está na periferia, é caracterizada por pessoas excluídas que, ao mesmo tempo, produzem pelas próprias mãos a sua cidade, muitas vezes ilegal, sem transporte público, sem os equipamentos e serviços sociais essenciais, como escolas, museus, universidades, saneamento, iluminação pública. É uma periferia de tradição escravista que não tem direito aos benefícios urbanos de uma coletividade e que é jogada para áreas ambientalmente frágeis, como áreas de proteção de mananciais, encostas. Esta população não cabe na cidade, ela não tem direito a uma cidade urbanizada e qualificada (2014, p.1).

Desse modo, à classe trabalhadora é destinada uma parte da cidade em que faltam serviços e bens públicos essenciais, capazes de interferir na melhoria das condições de vida de seus moradores. Como afirma Guerra (2014, p. 261), “[...] há, de fato, um verdadeiro descompasso entre os níveis alcançados pela produção social de riqueza e o nível de infraestrutura e de serviços implantados em grandes extensões de nossas cidades e metrópoles”.

Portanto, num contexto de crise com a perspectiva de ajuste do Estado para garantir a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, em detrimento da perspectiva de democratização com a ampliação de direitos sociais, constata-se um aprofundamento da crise urbana, com o agravamento das desigualdades socioespaciais.

Os determinantes para essa realidade são o capital imobiliário, a indústria e o poder público, forças que decidem como a cidade vai ser e onde grande parte da população vai morar. Devido a alta especulação imobiliária, em geral, a população de baixa renda só tem a possibilidade de ocupar terras periféricas (terras baratas, por não possuírem infraestrutura) ou ocupar áreas ambientais, que não poderiam ser urbanizadas. Como considera Sposito (2000, p.90),

O preço do aluguel ou da compra do imóvel é determinado pelo fato de ser um bem indispensável a vida, de ser propriedade de alguns homens e não ser de outros, e de que nas cidades o seu valor se eleva pelo alto nível de concentração populacional e de atividades.

As intervenções mais recentes do Estado seguem a lógica do ajuste, com o objetivo de beneficiar o capital, em detrimento das necessidades de amplos setores da população urbana que há muito tempo sonham com o direito à cidade. Sob a lógica da globalização neoliberal, passou a ser visto nas cidades o planejamento estratégico e o urbanismo dos megaeventos, exemplos emblemáticos disso são observados na história recente das políticas urbanas como a construção de aeroportos, a reestruturação de portos, a urbanização de favelas em localizações consideradas estratégicas; custos esses necessários à acumulação de capital.

Como afirma Gerra (2014) a esse respeito,

Mais recentemente, nas principais cidades brasileiras, são realizadas remodelações e renovações urbanas ligadas à preparação de nossas cidades para sediar megaeventos (jogos olímpicos, copa das confederações, copa do mundo de futebol, etc.). Essas intervenções urbanas seguem a mesma tendência observada em outros países, em contextos similares: desalojamento de segmentos da classe trabalhadora, com expulsões, muitas vezes, violentas, para dar vazão ao frenesi de reconstrução e de modernização e adaptação dos espaços urbanos às novas necessidades do capital (p.262).

Por isso, como bem observa Souza (2010), o Estado, que é uma esfera a favor das classes dominantes desde a sua origem, sempre será uma instância em desfavor dos trabalhadores. Derrubando assim, concepções ingênuas que o veem como árbitro entre as classes, juiz neutro, representante do interesse nacional. Assim, o que se percebe é que o capital, na busca em tempos de crise pelo restabelecimento da taxa de lucro, impele o

Estado a investir somente naquilo que considera rentável, moldando assim as cidades aos seus interesses, negando a classe trabalhadora o direito à cidade, o direito a uma boa qualidade de vida no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a urbanização que desempenhou um papel importante na absorção de capitais excedentes, teve como resultado um grande processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade

Desse modo, não é permitido ignorar a catástrofe urbana que jaz à porta. A necessidade de reforma urbana salta aos olhos quando se constata as condições de vida da maior parte dos trabalhadores, quando se observa o sacrifício diário vivido nos transportes coletivos, quando se considera os altos índices de violência, ou os grandes sacrifícios enfrentados pelas famílias de baixa renda para que os seus filhos consigam ter acesso à escola e a postos de saúde.

Assim sendo, é inegável a dimensão urbana da crise estrutural do capital, que atinge todo o globo nos dias atuais, e em especial o Brasil, pois as cidades brasileiras apresentam graves problemas de urbanização que foram agravados ao longo do tempo, por causa da falta de planejamento, controle no uso e ocupação do solo, e de reforma fundiária.

A ausência de políticas de habitação social e de infraestrutura urbana capazes de responder às necessidades postas pela expansão urbana instalou nas cidades brasileiras uma situação de barbárie. Agora cabe indagar-mo-nos sobre a possibilidade de construirmos formas de resistência, para a construção de modalidades opostas de urbanização, centradas nas necessidades humanas e não nas de acumulação do capital.

Temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, mas, além disso, é imprescindível que se lute para que os direitos básicos que foram conquistados no aparato legal urbanístico brasileiro sejam observados, é neces-

sário que as ruas sejam tomadas por uma nova geração com energia para lutar contra essa barbárie, com energia para lutar por cidades mais justas.

Precisamos lutar contra essa dramática e perigosa lógica do capital de governar as cidades, lutar para o estabelecimento de uma forma metabólica entre o homem e a natureza, que coloque as necessidades dos homens como prioridade. Para que dessa forma seja garantida a toda a população o direito à cidade e a uma moradia digna.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Mike. *Planeta de Favelas, a involução urbana e o proletariado informal*. São Paulo: Boitempo, 2006.

GUERRA, E. C. et al. *A questão urbana e a produção acadêmica do serviço social brasileiro em foco*. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.191-214, jul./dez. 2012.

GUERRA, Eliane Costa. (2013). *Questão Urbana e Ambiental em Tempos de Crise do Capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, Número Especial, p. 257-267 julho de 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. IN: VAINER, Carlos (Org.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. *O direito à Cidade*. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

_____. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, José Júlio et al. Estratégias de produção habitacional de interesse social através do PMCMV na região Metropolitana de Belém e no sudeste de Pará. IN: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs). *Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARICATO, Ermínia. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo*. Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/2014/04/08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>>. Acesso em 17 de jul. de 2017.

MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. *Para Entender a Crise Urbana*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia; SERRA, Carina. BR Cidades: um projeto para as cidades do Brasil. In: CADERNOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA. São Paulo: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, n.1, jan. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. IN: _____. (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, v.1.

OHCHR. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

RODRIGUES, Anai Atantes. *Moradia Popular: a cidade em disputa: depoimento*. [julho, 2014]. São Paulo: Revista Caros Amigos. Entrevista concedida a Roney Rodrigues.

ROLNIK, Raquel. *É possível política urbana contra a exclusão?* Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

_____. *Relatora da ONU fala sobre política habitacional do Brasil*. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/04/30/relatora-da-onu-se-pronuncia-sobre-politica-habitacional-do-brasil/>>. Acesso em 09 de julho de 2017.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 101, 2010.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

A SEGREGAÇÃO SOB A LÓGICA IMOBILIÁRIA: ALTERNATIVAS E DINÂMICAS EM DEL CASTILHO, RIO DE JANEIRO

THE SEGREGATION UNDER THE REAL STATE LOGIC: ALTERNATIVES AND DYNAMICS IN DEL CASTILHO, RIO DE JANEIRO

RAQUEL MORAIS PINHEIRO GOMES

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018), raquel.pinheiro@ globo.com

RESUMO

O presente trabalho se insere nos processos socioeconômicos que incidem sobre o espaço urbano, e se propõe a levantar questões acerca das alternativas de produção do espaço nas grandes cidades. Apresenta como fundamentação uma reflexão teórica sobre os mecanismos da lógica imobiliária, buscando compreender como a mesma influi sobre o uso e ocupação do solo de forma a agravar a segregação socioespacial e demais desigualdades, e a proposição de alternativas com base no processo autogestionário, passando pela investigação de experiências anteriores relevantes, como a Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá. A análise então se volta para o bairro de Del Castilho, na zona norte do Rio de Janeiro, para avaliar como essas dinâmicas influem no meio urbano, e quais as condições favoráveis à aplicação de modelos autogestionários ali. Assim, busca contribuir para as produções teórica e prática acerca das cidades contemporâneas que venham a incorporar esses elementos como base.

PALAVRAS CHAVES: Produção do Espaço; Lógica Imobiliária; Autogestão.

ABSTRACT

The present work is inserted in the socioeconomic processes that affect the urban space, and proposes to raise questions about the alternatives of space production in the big cities. It presents as foundation a theoretical reflection on the mechanisms of real estate logic, pursuing to understand how it influences the land use and occupation in order to aggravate the socio-spatial segregation and other inequalities, and the proposition of alternatives based on the process of self-management, going through the investigation of relevant previous experiences, such as the Housing and Mixed Cooperative Shangri-la. The analysis then turns to the neighborhood of Del Castilho, in the northern zone of Rio de Janeiro, to evaluate how these dynamics influence the urban environment, and what conditions favor the application of self-managed models there. Therefore, it pursues contribution to theoretical and practical productions regarding contemporary cities that will incorporate these core elements.

KEYWORDS: Production of Space; Real State Logic; Self-management.

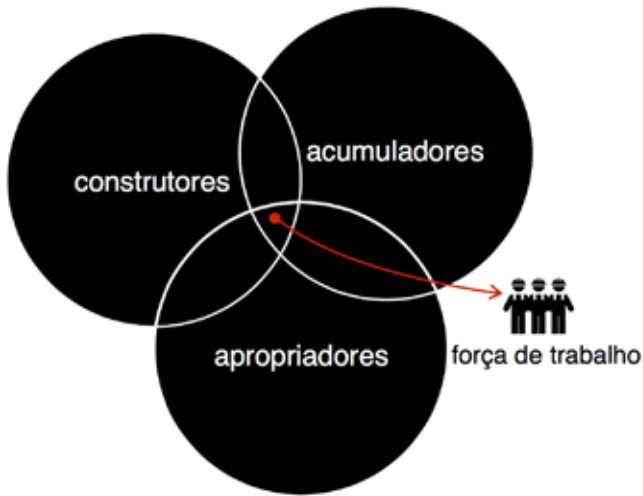
INTRODUÇÃO

Os empreendimentos imobiliários são a expressão das desigualdades ocasionadas pelo modo de produção capitalista. Segundo Lefebvre (2001), a cidade contemporânea é como uma projeção do sistema sobre o território. E essas transformações se dão de maneira direta e imediata.

O protagonismo de diferentes atores na produção do espaço urbano, reconhecido por Harvey (1982) a partir da sociedade capitalista, com suas contradições e tensões, é dividido em três grupos principais: os apropriadores - aqueles que buscam apropriação de renda, investindo visando um lucro posterior -, os construtores - que buscam lucro através da construção, ou seja, da arquitetura colocada como mercadoria - e os acumuladores - que veem nesses empreendimentos uma oportunidade para estimular produção e acumulação de capital. O que esses grupos têm em comum, além do objetivo, é que todos se utilizam - de formas e em níveis diferentes -, da força de trabalho. É através da explo-

ração dessa força que é possível produzir o espaço da forma como ele é produzido nesses moldes.

Figura 01: Diagrama de agentes atuantes na produção do espaço sob a lógica imobiliária.



Fonte: Acervo pessoal.

E de fato, ao fim dessa cadeia de produção, o acesso e apropriação dos espaços resultantes permanece pautada na lógica mercadológica, restringindo-se o seu acesso e reforçando a segregação em níveis espaciais e sociais. A dicotomia entre espaços públicos e privados é reforçada por programas excludentes, que se encerram em si mesmos e interrompem o diálogo com o espaço urbano circundante. E esse processo ocorre não só através do programa arquitetônico propriamente dito, mas também através de gestos projetuais como muros, grades, mudança abrupta de escalas e outros elementos que negam o entorno e dificultam a relação com o espaço público. Tudo isso de forma a não responder às necessidades locais e nenhum outro interesse se não os interesses do capital.

Segundo Caldeira (2000), os condomínios fechados por exemplo, são uma versão residencial da forma contemporânea de segregação social e espacial, marcada por muros e tecnologias de segurança. Espaços cada vez mais privatizados, fechados e monitorados, para os mais diversos fins, como residência, consumo, lazer e trabalho.

Segundo Arantes (2002):

(...) enquanto a definição do destino das cidades estiver exclusivamente nas mãos de urbanistas ou do capital imobiliário e das construtoras, não será possível uma gestão efetivamente democrática. O urbanismo não é um instrumento neutro, e muitas vezes está associado às estratégias do capital na produção do espaço. É preciso tirar o debate deste círculo fechado e ampliá-lo a toda a população. (ARANTES, 2002, p.224)

Frente a essa lógica, seria necessário então pensar uma nova forma de produção do espaço que incorporasse conceitos como: emancipação popular, desmercantilização e a valorização dos espaços públicos como catalisadores urbanos. E essa produção pelo viés popular vai além da produção da arquitetura em si, alcançando também o seu consumo a posteriori.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo chamar a atenção para a importância da autogestão como uma alternativa disruptora das bases de produção do mercado imobiliário. Apontando alguns caminhos para compreender como esse modelo está atuando na produção do espaço hoje e principalmente como está avançando para além da agenda habitacional tradicional, a reflexão proposta é acompanhada do estímulo à geração de emprego e renda como fator de emancipação popular e justiça social para a população local. Para isso, além da análise de experiências de projetos autogestionários que conseguiram expandir o modelo para outros equipamentos e serviços, será trabalhado um território-referência, o bairro de Del Castilho, na cidade do Rio de Janeiro, que reflete as consequências do intenso boom imobiliário que ocorre na região.

DESENVOLVIMENTO

A produção autogestionária

Segundo Rodrigo Lefèvre (1981), a utopia de um “canteiro-escola”, que nada mais é do que a transformação das relações de produção, baseia-se em premis-

sas como a criação coletiva, o trabalho em equipe, a posse coletiva dos frutos do trabalho e a democratização da produção e do consumo de arquitetura. “Para quem?”, “O quê?”, “Quando?” e “Como?” são as perguntas que Lefèvre (1981) faz para compreender os caminhos dessa nova produção.

A pedagogia de Paulo Freire também tem papel fundamental na construção desse imaginário, uma vez que insere a participação popular no desenvolvimento econômico, levando a uma nova compreensão crítica da realidade e nova postura diante de seu tempo e espaço (ARANTES, 2002). E é atingindo essa nova compreensão que será possível alcançar avanços mais profundos na desmercantilização dos espaços urbanos e na emancipação popular.

Por sua vez, ao falar de mercantilização dos espaços, não há como deixar de mencionar a produção habitacional. No cenário sociopolítico atual, a habitação social gira em torno dos projetos geridos por empreiteiras e grandes construtoras. Prova disto se dá no montante dos recursos oriundos do programa Minha Casa Minha Vida alocados para essas iniciativas, que gira entorno de 98% - em detrimento dos 2% destinados a associações e cooperativas (LAGO, 2013). A atual forma de financiamento da habitação autogerida é através do programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, e a sua realização depende da aprovação do financiamento na Caixa Econômica. Porém, com a política cada vez mais fragilizada e dificultada pelos mais diversos setores, como aborda Huguenin (2013), de forma a desestimular e boicotar os movimentos pela autogestão, as habitações autogeridas ainda não apresentam um número satisfatório se comparado com a forma hegemônica de produção do espaço.

Entretanto, é a partir dessa forma de organização, com associações e cooperativas habitacionais, que há uma efetiva contribuição para a produção de moradias mais democráticas, que se aproximam mais da realidade dos moradores. E os benefícios não param por aí. A organização popular e a inclusão dos usuários finais em todo o processo, faz da produção autogestionária uma real

forma de emancipação política, impulsionando uma nova ordem social e urbana (ARANTES, 2002).

Como coloca Miranda (2017), a partir de um amplo estudo acerca dos diferenciais da autogestão, utilizando como caso-referência o conjunto Quilombo da Gamboa, da Chiq da Silva, a maior contribuição desse processo são os debates que extrapolam o tema da habitação e alcançam resultados projetuais que geram espaços mais passíveis de cumprir sua função social para a região. Criam-se espaços que contribuem com o bairro, permitindo uma maior relação com a realidade de cada morador, respondendo suas demandas específicas e tornando mais difusa a segregação de espaços públicos e privados.

Ampliando a agenda da autogestão

O questionamento trazido por Arantes (2002) se baseia a partir das experiências anteriores do mutirão autogerido e coloca uma questão crucial para a produção de espaços na cidade contemporânea:

O mutirão autogerido tem dificuldades em expandir-se para além das próprias fronteiras e, por isso mesmo, ainda não se constituiu numa referência para futuras transformações no âmbito da cidade. Poderiam os equipamentos gerais da sociedade e os serviços urbanos funcionar de maneira igualmente autogerida? (ARANTES, 2002, p.222)

Como um importante exemplo, temos as cooperativas uruguaias, que organizadas pela FUCVAM (Federación Uruguay de Construcción de Viviendas por Ayuda-Mutua) e possuindo uma legislação própria desde 1968, conseguiram dar um passo além da produção habitacional habitual, e estenderam a autogestão para a administração de equipamentos comunitários e institucionais (ARANTES, 2002).

Já no Brasil, temos o exemplo do Conjunto União da Juta (Figura 2) na zona leste de São Paulo, assessorado pelo grupo Usina. No conjunto, são oferecidos alguns serviços para o bairro, como creche, atividades extra-

curriculares para os jovens, um posto de atendimento da Caixa Econômica e uma padaria comunitária.

A experiência na União da Jata estimulou outros movimentos de moradia a quererem incorporar não só serviços, mas também comércio em seus projetos. O que de fato só foi permitido em um momento posterior, após articulações políticas, liberando-se outros usos além da habitação somente no pavimento térreo.

Figura 02: Imagem das obras do Mutirão da Jata, em São Paulo. 1992.



Fonte: Site ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/767411/usina-25-anos-mutirao-uniao-da-jata>>. Acesso em 04/05/2018.

Além de outros projetos como Vila Monte Sion e Jardim Nazareth (ambos também realizados pelo Usina), na cidade de Suzano, São Paulo, que também preveem diversos espaços de áreas comunitárias, de lazer, cultura e educação em busca de integrar os projetos com o tecido urbano do entorno (HUGUENIN, 2013).

De fato, a organização de espaços comuns como creches, padarias comunitárias, centros de cultura e profissionalizantes, e até cooperativas de produção, tem se mostrado com um potencial impulsionador para a manutenção da mobilização dos mutirantes. Porém, a maior parte das experiências autogestionárias ainda evidenciam o desafio que é explorar o processo autogestionário para equipamentos e serviços urbanos.

Na esfera rural, os assentamentos do MST estão experimentando novas formas de trabalho, educação e cultura, cabendo então traçar um paralelo com a cidade, buscando como essas experiências poderiam ocorrer

no meio urbano e relacionando espaços de educação, produção, geração de renda e trabalho com a moradia (ARANTES, 2002).

Mesmo com essa posição aparentemente “secundária” nas pautas de produção de arquitetura, a geração de trabalho e renda é uma necessidade real no dia-a-dia não só dos movimentos sociais, que são compostos em sua grande maioria por pessoas marginalizadas e em situação de risco, mas também da população de baixa renda não organizada.

A forma como as necessidades por produção e educação se traduzem em demandas espaciais e como essas demandas são atendidas são questões que vem sendo cada vez mais levantadas, porém ainda é preciso aprofundar e entender suas possibilidades frente aos limites no contexto atual. Só então será possível expandir suas fronteiras.

Segundo Huguenin (2013), os atuais financiamentos nacionais, como o Minha Casa Minha Vida - Entidades e o Produção Social da Moradia, impedem a proposição de um espaço urbano diferenciado, que seja pautado na propriedade coletiva, justamente porque são modelos que ainda priorizam a propriedade privada.

E os outros créditos e financiamentos da Caixa Econômica voltados à produção de imóveis são todos inseridos na lógica imobiliária, privilegiando grandes construtoras e corporações da construção civil, como o “Apoio a produção” e “Alocação de recursos”.

Diante das dificuldades e burocracias para acessar recursos públicos para habitação de caráter social e autogestionária, hoje, é seguro dizer que não existe um sistema apropriado de financiamento para projetos sociais que se proponham a ir além da habitação popular, abarcando outros programas e propostas.

Algumas poucas experiências realizadas no Rio de Janeiro permitiram inovações, pois não contaram com recursos públicos e dessa forma, não estavam atreladas a um programa de financiamento rígido, como é o caso da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá (Figura 03)

em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. A partir de investimentos de organizações não governamentais, a cooperativa contou com uma fábrica de blocos de concreto e um restaurante popular, estando ambas ligadas ao funcionamento do mutirão. Os blocos produzidos eram empregados na obra e o excedente vendido para gerar renda aos próprios moradores, chegando a produzir 600 blocos por dia. Já o restaurante fornecia alimentação nos dias de mutirão, além de também vender quentinhas para inteirar a renda dos moradores (HUGUENIN, 2013).

A experiência da Cooperativa Shangri-lá, se comparada às habitações sociais tradicionais, também trouxe melhorias espaciais, com residências que se abrem para um pátio coletivo, que extrapola os limites da cooperativa e funciona, de forma viva e dinâmica, como um espaço público para os demais moradores da região.

Dessa forma, a partir da análise e entendimento de experiências como essas citadas e da problemática em ampliar a agenda da autogestão para além da habitação, busca-se com este trabalho estimular a reflexão de novas formas de pensar e produzir a cidade, de forma a criar espaços que representem efetivamente a apropriação popular e a não mercantilização sob a ótica do capital a partir de modelos expandidos da autogestão.

Figura 03: Cooperativa Shangri-lá recém-inaugurada.



Fonte: Fundação Bendo Rubião, sem data. Disponível em: <<http://www.bentorubiao.org.br/acervo/>>. Acesso em 28/04/2018.

O bairro de Del Castilho: um estudo de caso

A escolha pelo bairro de Del Castilho, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, se deu em função do processo de especulação imobiliária que incide na região e que se intensificou nos últimos anos, sendo uma região que reflete claramente as consequências da produção sob a lógica imobiliária.

A conformação histórica do bairro, que se deu ao redor da antiga fábrica têxtil que hoje é o Shopping Nova América, corrobora para a incidência desses processos. Atualmente o shopping conta com um grande complexo de torres empresariais, comerciais, e um hotel (Figura 4), atuando como polarizador para esses e demais empreendimentos, de forma a potencializar o boom imobiliário que se intensificou na região.

Também se insere nessa dinâmica o templo da Igreja Universal do Reino de Deus, que até pouco tempo atrás era a maior sede da Igreja Universal no país - perdendo apenas para o Templo de Salomão, na cidade de São Paulo. Estando situada em um terreno de 35.000 m², a igreja continua a atrair diariamente centenas de pessoas para o bairro, e contribui de forma distinta, porém não inferior, para a especulação imobiliária ali.

Figura 04: Mapa do bairro de Del Castilho e seus empreendimentos imobiliários mais recentes.



Fonte: Imagem tratada e retirada do Google Earth.

Figura 05: Relação da rua com o térreo de um dos empreendimentos no bairro.



Fonte: Site Imovel Guide. Disponível em: <<http://www.imovelguide.com.br/condominio/vidamerica-clube-residencial/6656>>. Acesso em 11/05/2018.

Por isso, para além da análise empírica dos projetos já realizados em sistema de autogestão, tanto no contexto nacional quanto internacional, estabelecer Del Castilho como o ponto de referência deste trabalho oferece a possibilidade de embasar reflexões e conclusões teóricas em um cenário concreto, e que se repete em diversas grandes cidades, onde empreendimentos imobiliários surgem de forma sistemática e as demandas da população original permanecem não atendidas, agravando as desigualdades sociais em um território já tão partido.

Contrastando com os empreendimentos mencionados acima, estão presentes no bairro de Del Castilho 2 favelas que se originaram recentemente. São elas: Bandeira 1 e Bandeira 2. Ambas surgiram a partir dos anos 2000 e se configuram como territórios vulneráveis frente aos avanços imobiliários que se dão na região, além das constantes ameaças da Prefeitura de derrubada dos barracos. A Bandeira 1 (Figura 6), que se situa exatamente no trecho entre as linhas do trem e do metrô, é a mais crítica entre elas, em uma situação de extrema insalubridade e incertezas.

Figura 06: Barracos na favela Bandeira 1, entre as linhas do trem e do metrô.



Fonte: Site RioOnWatch. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=6046>>. Acesso em 18/05/2018.

Diante deste cenário, o bairro de Del Castilho é localizado em uma área central da zona norte da cidade, fazendo divisa com outros bairros expressivos da região, além de possuir uma ampla oferta de transportes, contando com metrô, trem e linhas de ônibus que levam a diversas partes da cidade e região metropolitana.

Através de uma análise e reconhecimento da área, pode-se identificar que no entorno do Shopping Nova América e da Igreja Universal, onde há rápido acesso aos modais de transporte anteriormente citados, o fluxo de pedestres é constante durante todo o dia, tendo seus maiores picos no início da manhã e no fim da tarde. Esse intenso movimento de pedestres faz com que moradores da região se posicionem ao longo desses trechos para trabalhar de maneira informal (Figuras 7 e 8), buscando garantir seu sustento e sobrevivência.

A partir dessa realidade, foram mapeados os trajetos mais usuais dos pedestres no entorno imediato e conseqüentemente os pontos onde esses trabalhadores estão concentrados, o que permitiu evidenciar como esses empreendimentos afetam as dinâmicas e atividades locais.

Figura 07: Florenço, 54 anos, trabalha nos arredores do Shopping Nova América, em Del Castilho.



Fonte: Acervo pessoal. Foto tirada em 29/08/2018.

Para quem e porquê

A maior parte desses trabalhadores informais é moradora das favelas Bandeiras 1 e 2, além de bairros do entorno como Engenho da Rainha e Inhaúma. Sendo obrigados a realizar diariamente longos trajetos transportando suas mercadorias, muitos relatam dificuldades graças a falta de acessibilidade, de espaços de apoio, além da constante exposição a intempéries.

Hoje, alguns trabalhadores contam com um galpão próximo, na entrada da Bandeira 2, para armazenarem suas mercadorias. Porém, o local não é seguro e diversas vezes o depósito é encontrado vazio no dia seguinte, gerando prejuízo e frustração.

A ausência do poder público também abriu espaço para a chegada das milícias e do tráfico, que hoje dividem o território e controlam a utilização dos espaços, cobrando valores dos trabalhadores semanalmente. Quem realiza visitas esporádicas e “fiscaliza” é a guarda municipal, que segundo relatos, simplesmente retira todos os aparatos dos trabalhadores para realizar fotos.

Dado a todos os relatos e estudo do local, é notória a situação de desamparo em que se encontram os trabalhadores e a população local. Sem nenhuma rede de apoio, são obrigados a viver sob coações, e mandos e desmandos dessas forças locais. Para além disso, a

maior parte dos trabalhadores também se mostra incomodada com a falta de infraestrutura urbana no bairro. Queixam-se da falta de áreas livres, locais que sejam abertos ao público e voltados para o lazer, onde possam levar seus filhos e realizar passeios em família. E de fato a região carece desses espaços públicos, estando cada vez mais escondida atrás dos muros e grades dos grandes empreendimentos.

A falta de áreas de apoio e produção para esses trabalhadores, que como já mencionado anteriormente exercem suas atividades extremamente expostos às mais diversas dificuldades, também evidencia o resultado dos constantes avanços do setor imobiliário, que produz empreendimentos comerciais e residenciais que são inacessíveis para essa população, e por isso não cumprem sua função social.

Estes empreendimentos são na maior parte das vezes mera reprodução de modelos prontos, um padrão que prioriza o barateamento de custos sob a lógica do lucro, onde os espaços são predominantemente monofuncionais, hierarquizados e “protegidos” da rua através de grades, muros, portões, cancelas e diversos outros dispositivos criados essencialmente para gerar a sensação de segurança, quando na verdade geram espaços hostis e excludentes.

Estudar e aprofundar a reflexão acerca da criação de espaços que não reproduzam o “modus operandi” do mercado imobiliário é uma forma ativa de reivindicar o solo urbano para a classe trabalhadora. Reivindicar seu direito à cidade e buscar formas de apropriação popular, proporcionando espaços que condizem com suas demandas e realidades específicas.

Figura 08: Trabalhadores informais ocupando trajetos de grande fluxo em Del Castilho.



Fonte: Acervo pessoal. Foto tirada em 28/02/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a lógica imobiliária é colocada como objeto de estudo inicial de forma a investigar como a mesma incide no espaço urbano influenciando as dinâmicas socioespaciais. Ao se apropriar da força de trabalho para gerar lucro e acúmulo de capital, o mercado imobiliário corrobora para a manutenção do “status quo”, reforçando as desigualdades e a segregação espacial que se fazem cada vez mais presentes nas grandes e médias cidades.

A fim de então traçar alternativas de produção a partir dos moldes autogestionários, são analisadas referências que lograram êxito ao buscar na autogestão respostas a programas diversos, expandindo a agenda para além da produção habitacional tradicional através de equipamentos comunitários e institucionais.

Os modelos autogestionários analisados neste presente trabalho mostram ser de extrema importância levantar alternativas não apenas de políticas públicas como também de produção material no espaço. Pensar espacial-

mente a autogestão além de trazer melhores resultados de projeto, pode ajudar na conscientização política do coletivo, estimulando a busca por seus direitos.

Esses resultados se dão a partir da priorização da participação democrática e do engajamento coletivo no processo de gestão dos espaços. É através da ampla participação popular que geram-se uma série de potenciais a serem pensados e explorados, como por exemplo, o uso para os espaços coletivos como potencial de geração de renda, de cultura e de lazer.

Neste contexto, a geração de emprego e renda é tida como componente essencial para a reprodução social, sendo vital sua reflexão e proposição na produção do espaço urbano. É através dela que confere-se autonomia e emancipação socioeconômica, fazendo-se justiça social e fomentando a consciência popular. Obtém-se na geração de renda uma contribuição para a garantia ou melhor condição de direitos sociais e de acesso a uma série de bens e serviços urbanos.

Dessa forma, o trabalho aplica os conceitos e as análises apresentados através da abordagem da autogestão como alternativa ao mercado imobiliário, no bairro de Del Castilho na cidade do Rio de Janeiro, como estudo de caso.

Del Castilho reflete de forma clara as consequências de repetidos investimentos imobiliários em uma determinada região. Com um crescente número de novos empreendimentos nos últimos anos, o boom imobiliário no bairro evidencia a expansão das desigualdades, com uma população local que se vê perdendo seu espaço para as forças econômicas atuantes.

Por fim, a partir da aplicação das análises ao território específico, é possível atestar que o estudo e a reflexão acerca da criação de espaços que não reproduzam a lógica de mercado é de fato um instrumento essencial para reivindicar o direito da classe trabalhadora à cidade, fazendo com que o espaço urbano cumpra sua função social e contribua de fato para o dia-a-dia daqueles que moram e vivem na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, H. Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. The production of space. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: Espaço e Debates no. 6. São Paulo: NERU/Cortez, 1982.

ARANTES, P. Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Ed. 34, 2002.

FERRO, S. “Trabalhador Coletivo” e autonomia. In: Usina: entre o projeto e o canteiro (Edições Aurora, 380 páginas), 2016.

_____. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HUGUENIN, J. O território do homem comum: a constituição e apropriação cotidiana do espaço em cooperativas habitacionais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ARTIGAS, V. Caminhos da Arquitetura. [organização José Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas]. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOTTDIENER, M. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 2010.

ENGELS, F. A Questão da Habitação. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988.

LAGO, L. Autogestão da moradia na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. In: revista eletrônica e-metropolis, nº 5, ano 2, jun. 2011. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/005/original/emetropolis_n05.pdf?1447896287>. Acesso em 17/06/2018.

BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? In: revista eletrônica e-metropolis, nº 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/201/original/emetropolis27_capa.pdf?1485998522>. Acesso em 11/04/2018

MIRANDA, P. M. S. Moradia e autogestão no Quilombo da Gamboa: espaço, projeto e contradições. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEL CAS TIL LO --- RIO

CONJUNTO HABITACIONAL ALUÍZIO CAMPOS EM CAMPINA GRANDE PB: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE ARQUITETURA E URBANISMO

HOUSING COMPLEX ALUÍZIO CAMPOS IN CAMPINA GRANDE PB: ANALYSIS OF ARCHITECTURE AND URBANISM

JOBSON BRUNNO DA SILVA LIMA

Graduando de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande, jobsonbrunno@gmail.com

LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA

Doutora em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Campina Grande, livia.miranda@ufcg.edu.br

RESUMO

Localizado em Campina Grande, PB e em construção desde 2014, o Conjunto Habitacional Aluizio Campos inaugura uma nova frente de urbanização na cidade ao ser o primeiro grande empreendimento que viabiliza o Complexo Aluizio Campos. O discurso oficial veiculado na mídia e que consta nos documentos oficiais do *Planejamento Estratégico - Campina Grande 2035* anunciam esse conjunto como um marco no desenvolvimento sustentável, inovador, moderno. Este artigo visa identificar se suas características de arquitetura e urbanismo correspondem ao discurso oficial anunciado. A partir de uma investigação de caráter quali-quantitativo, busca-se correlacionar parâmetros técnicos de qualidade e as condições materiais de produção do empreendimento. A pesquisa é parte do projeto de Iniciação Científica (Processos recentes de reestruturação nas bordas urbano-rurais de Campina Grande: o caso do Complexo Aluizio Campos) desenvolvida no âmbito do INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Paraíba. Os resultados apontam que o conjunto habitacional reproduz a maioria dos problemas arquitetônicos e

urbanísticos já amplamente criticados nos projetos de habitação de interesse social no Brasil: tendem a reforçar a segregação residencial pela falta de integração com o tecido urbano; concentram grande número de unidades e pobre diversidade tipológica; entre outros aspectos que distanciam a proposta do discurso oficial.

PALAVRAS CHAVES: Conjunto Habitacional Aluizio Campos; Habitação de Interesse Social; Análise projetual;

ABSTRACT

Located in Campina Grande, PB and under construction since 2014, the Housing Complex Aluizio Campos inaugurates a new urbanization front in the city. The official speech published in the media and that appears in the official documents of the *Planejamento Estratégico Campina Grande 2035* announce this set as an innovative product and landmark of sustainable development. This article aims to identify if its characteristics of architecture and urbanism correspond to this official discourse. Based on a qualitative-quantitative research, it is sought to correlate technical parameters of quality and the material conditions of production of the enterprise. The research is part of the Scientific Initiation Project (Recent processes of restructuring in the urban-rural edges of Campina Grande: the case of the Complexo Aluizio Campos) developed under the scope of the Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba. The results show that the housing complex reproduces most of the architectural and urban problems already widely criticized in housing projects of social interest in Brazil: they tend to reinforce residential segregation due to lack of integration with the urban fabric; concentrate a large number of units and poor typological diversity; among other aspects that distance the proposal of the discourse of sustainability.

KEYWORDS: Housing Complex Aluizio Campos; Social Housing; Project Analysis.

O Brasil experimentou um novo momento, entre 2003 e 2016, em que várias iniciativas se sucederam, trazendo ao centro da política governamental o tema da moradia através de diversas ações entre elas estão o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (Cardoso, 2019). Implementado a partir de 2009, com o objetivo de enfrentar o déficit habitacional e acelerar o crescimento econômico, em um contexto de recessão devido à crise mundial de 2008, o programa tem produzido habitações de interesse social, em diferentes modalidades, por todo o país. Apesar de promover o acesso à moradia para as camadas populares, o PMCMV tem sido alvo de críticas, principalmente os empreendimentos para a Faixa 1, voltada para os segmentos de baixa renda, quanto à qualidade dos projetos e obras e, também, em relação à localização, frequentemente, em áreas periféricas e carente de serviços.

A análise dessa produção para a Faixa 1 evidencia que as instituições e empresas responsáveis pelos empreendimentos têm adquirido terrenos mais baratos, e normalmente, distantes das áreas centrais, na periferia ou nas franjas urbanas. Como justificativa afirmam que essa é a única alternativa viável para construção de imóveis para faixas de menor renda, considerando os valores disponíveis pelo PMCMV por unidade habitacional para os empreendimentos. Isso provoca a exigência de grandes deslocamentos e aumenta o custo de vida dos moradores que muitas vezes não conseguem assumir o ônus dessa inadequada inserção. Além disso, esse padrão reforça a segregação socioespacial e o espraiamento urbano, exigindo a extensão das redes de infraestruturas e dos serviços, o que também favorece a especulação imobiliária nas descontinuidades/vazios entre os empreendimentos e a malha urbana.

Algumas incorporadoras e construtoras têm adotado alternativas arquitetônicas e urbanísticas padronizadas por todo país desconsiderando questões socioespaciais, ambientais e topográficas dos terrenos nos quais se inserem (FERREIRA, 2012, pág. 74), fato que compromete a qualidade das unidades habitacionais. A

longa repetição das posição e disposição em renques, buscando viabilizar a construção, inibem a identidade do morador com sua residência e criam ambientes monofuncionais. São adotados agressivos processos de terraplanagem de grande impacto e elevado custo. A implantação também é prejudicada pelas soluções de estacionamento áridas, impermeáveis e sem vegetação que buscam atender a quantidade de vagas exigidas pela legislação e acabam por definir a disposição do lote. Subestimadas no processo de projeto, as áreas verdes tem sido o lugar das áreas residuais, que quando áreas de lazer cercadas de muros e grades, além da ruptura da cidade, comprometem a integração entre os diferentes grupos sociais.

O elevado adensamento demográfico e dimensionamento do empreendimento deve buscar se adequar ao porte do município e da região em que insere e ao déficit habitacional local ou regional (FERREIRA, 2012, pág. 82). Quando realizado sem qualidade urbanística, eles provocam soluções pouco agradáveis, com espaços livres insuficientes, problemas de salubridade e pouca fluidez urbana (FERREIRA, 2012, pág. 76). Há ainda a dificuldade de adaptação das unidades ao perfil da família, uma vez que poucos são os exemplos de projetos que consideram as possibilidades e flexibilidade que a produção em larga escala exige.

Segundo dados do Ministério das Cidades de 2018, três conjuntos habitacionais para a faixa de renda 1 do PMCMV foram construídos: o Conjunto Residencial Major Veneziano com 1984 unidades habitacionais em 2011, o Loteamento Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna com 1948 unidades habitacionais em 2012 e o Conjunto Residencial Vila Nova da Rainha com 576 unidades habitacionais no mesmo ano. Como demonstram os Estudos do INCT Observatório das Metrôpoles do núcleo Paraíba (Miranda, L. 2018), os conjuntos mencionados compartilham de muitos dos problemas de qualidade urbanística e arquitetônica apresentados anteriormente.

Em Campina Grande, desde 2014, está em construção na periferia da cidade o Conjunto Habitacional Aluizio Campos com 4100 unidades habitacionais para aten-

der famílias da Faixa I do PMCMV. Atualmente, ele é o principal empreendimento viabilizado no Complexo Aluizio Campos¹ e encontra-se em fase de acabamento e destinação das unidades habitacionais às famílias contempladas. O Conjunto Habitacional Aluizio Campos inaugura o empreendimento e, diferente dos conjuntos habitacionais do PMCMV construídos anteriormente na cidade, tem sido apresentado como marco no desenvolvimento habitacional, produto inovador e exemplo a ser seguido.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é aplicar parâmetros para avaliação do empreendimento visando identificar se as suas características correspondem ao discurso anunciado. Para responder a essa investigação, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre os problemas dos projetos de arquitetura e urbanismo de habitação em interesse social do PMCMV e a partir desses estudos identificados critérios de avaliação da qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos. Após, realizou-se levantamentos do projeto aprovado na prefeitura que possibilitaram análises de suas características físicas e formais. Buscou-se então construir um perfil do empreendimento e observar se o mesmo apresenta inovações aos padrões amplamente reproduzidos de habitação de interesse social.

É importante destacar que além deste conjunto, estão previstos ainda, outros três conjuntos habitacionais que sob o mesmo discurso e inseridos no Complexo Aluizio Campos, constroem uma nova frente de urbanização. Dessa forma, essa agenda não só viabiliza processos de espraiamento e especulação imobiliária comuns a produção de HIS, mas profundas transformações que possuem grande impacto ambiental, político, social e econômico para a cidade de Campina Grande e região, fato que justifica a necessidade desse estudo.

A discussão, aqui proposta, foi motivada por discussões realizadas no âmbito da Rede INCT Observatório

das Metrôpoles - Núcleo Paraíba. Ela está articulada a um Projeto de Iniciação Científica (Processos recentes de reestruturação nas bordas urbano-rurais de Campina Grande: o caso do Complexo Aluizio Campos) e tem o apoio financeiro do INCT Observatório das Metrôpoles, por meio do Projeto: AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano (2015-2020), em sua linha de pesquisa: Caracterização dos regimes urbanos nas Metrôpoles.

Propomos cinco temas gerais, que buscam num primeiro momento explicar os parâmetros de qualidade urbanística adotados para o empreendimento ainda em construção e que se subdivide em escalas, conforme a metodologia escolhida, visando construir uma abordagem geral sintética: (1) materiais e métodos; (2) inserção urbana; (3) implantação; (4) unidades habitacionais; (5) conclusão;

Materiais e métodos

Para que os objetivos desta proposta fossem atingidos, inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica visando desenvolver uma análise da qualidade urbanística e arquitetônica do Conjunto Habitacional Aluizio Campos.

Utilizou-se a metodologia do livro *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos*, produzido pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos - LABHAB – FAUUSP, coordenado por João Sette Whitaker Ferreira e publicado em 2012. O livro apresenta uma radiografia da produção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Baseado nessa radiografia foram desenvolvidos parâmetros de qualidade segundo as diferentes escalas em que ocorrem. Dessa forma, a qualidade urbanística e arquitetônica está na boa relação entre as três escalas.

O uso de uma metodologia desenvolvida a partir da produção do PMCMV permite identificar se as características do Conjunto Habitacional Aluizio Campos correspondem ao discurso sustentável, inovador e moderno

¹ O Complexo Aluizio Campos é parte do Planejamento Estratégico – Campina Grande 2035 e é composto por cinco componentes predominantes (habitacional, logístico, industrial, misto, tecnológico) que buscam inserir a cidade em uma modalidade estratégica de desenvolvimento.

anunciado. Além disso, ao serem desenvolvidos em escalas que se inter-relacionam, a garantia da moradia de qualidade não está apenas em uma escala isoladamente.

Quadro 01 – Quadro de variáveis para análise urbanística e arquitetônica

Escalas de análise	Parâmetros de qualidade	Descrição
Inserção urbana	infra estrutura e serviços urbanos	Presença (e otimização) de drenagem, abastecimento, saneamento, pavimentação, iluminação pública, energia elétrica, coleta de lixo.
	localização e acessibilidade	Garantia de uma boa inserção urbana a partir da diversidade de usos, atividades e grupos sociais. Integração a rede de transporte público e sistema viário existente. Proximidade a equipamentos educacionais, de saúde, cultura e lazer. Minimização do tempo e deslocamento dos moradores.
	fluidez urbana	Adequação a malha urbana existente garantindo o diálogo harmonioso entre os eixos de circulação do conjunto e os eixos de circulação do entorno.
Implantação	adequação à topografia do terreno	Mínima necessidade de movimentação de terra, contribuindo para a redução do impacto ambiental causado pelas novas edificações e do custo proveniente dos cortes, aterros e contenções.
	paisagismo e impacto ambiental	Garantia do acesso ao sol e ventilação cruzada nas diferentes estações do ano levando em consideração fatores específicos de cada zona bioclimática; Garantia de áreas permeáveis.
	formas de ocupação do terreno	Permissão da insolação e ventilação nas unidades habitacionais; Criação de áreas de acesso e uso público; Garantia da mescla de usos e distância adequada entre as edificações; Adequado agrupamentos das unidades habitacionais.
	áreas comuns e de lazer	Priorização do acesso ao uso público dos terrenos e a mescla de usos, permitindo o desempenho de diferentes funções e atividades.
	densidade e dimensão	Adequar ao porte do município e da região em que se insere e ao déficit habitacional local ou regional.
Unidades habitacionais	custo de construção	Custo como elemento para melhoria do projeto arquitetônico - não aumento do lucro.
	conforto ambiental	Priorizar da ventilação cruzada nas unidades, as boas condições de conforto térmico e desempenho acústico adequado.
	distribuição das unidades no pavimento tipo	Garantia da privacidade das unidades, facilidade de acesso, boa relação entre o número de unidades no pavimento e as circulação vertical e horizontal, maximização do uso de iluminação natural nas áreas condominiais e melhores condições de conforto ambiental.
	dimensionamento	Contemplar espaços necessários ao uso de cada ambiente, com mobiliário adequado ao tamanho e perfil da família, sem comprometer a circulação.
	flexibilidade	Possibilidade de alteração interna às unidades, segundo as diferentes necessidades de seus moradores
	desempenho e eficiência	Priorização de sistemas construtivos que possibilitem diferentes desempenhos térmicos, em função das variações regionais, diversidade climática e disponibilidade de materiais.
	sustentabilidade	Reduzido impacto ambiental e garantia de condições de vida digna para todos

Fonte: Ferreira (2012). Modificado pelos autores.

Alerta-se que como ainda não houve a ocupação do empreendimento, não foi possível mensurar o nível de satisfação da população contemplada com as unidades habitacionais. Fator que também justifica o uso desses parâmetros, uma vez que, como anunciado anteriormente, permitem analisar o conjunto habitacional em construção comparando suas diferentes escalas.

Inserção urbana

As inúmeras pesquisas realizadas sobre a inserção urbana dos empreendimentos promovidos pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) atestam que, em sua maioria, esses conjuntos estão localizados em áreas

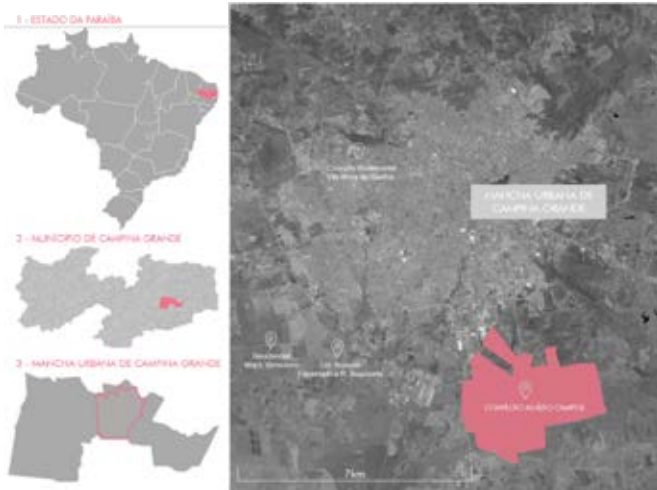
periféricas, devido à oferta de terrenos maiores e mais baratos. (ANDRADE, 2015; MARICATO, 2009; ROLNIK, 2014; AMORE, et Al. 2015; apud Melo, 2016). Os conjuntos habitacionais, promovidos pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Campina Grande até 2014 estão representados no Cartograma 1. A partir dele é, possível perceber que os empreendimentos estão inseridos nas franjas urbanas da cidade, consolidando a lógica de espraiamento e dispersão que reproduz um padrão de produção das cidades que já se mostrou insustentável (FERREIRA, 2012, pág. 64).

O Conjunto Habitacional Aluizio Campos está inserido no Complexo Aluizio Campos que corresponderá, quando finalizado, segundo dados da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência (SEPLAN) a 25% da atual mancha urbana da cidade. Apesar dos discursos reforçarem o caráter “inovador” do empreendimento, a área onde está sendo implantado o complexo está inserida, parcialmente, em áreas rurais e de fragilidade ambiental, de forma desarticulada da malha urbana e que ainda não dispõem de infraestruturas e serviços urbanos. Com essa implantação nas bordas urbano-rurais da cidade, a iniciativa reproduz exemplos de inadequada inserção urbana do Programa Minha Casa Minha Vida em função da desconexão com a cidade, ficando distantes das centralidades e oportunidade urbanas, que dificultam condições de vida da população periférica.

A possibilidade de articulação entre local de trabalho e moradia são apontadas como diferencial desse projeto, frente a possível redução de custos para os empregadores e de impactos negativos sobre a mobilidade da cidade. Entretanto, essa articulação não está assegurada, tendo em vista possíveis incompatibilidades entre os perfis profissionais requeridos pelas empresas que irão se instalar no Complexo e a qualificação e experiência profissional dos moradores. O que é muito provável que ocorra, é o deslocamento dos moradores para outras áreas da cidade onde estão localizados seus trabalhos e empregos e, também, o fluxo de empregados das empresas do Complexo Aluizio Campos a partir de seus locais de moradia, em outras regiões da cidade e do entorno. Além disso, é impor-

tante considerar que o Conjunto Habitacional Aluízio Campos está previsto para ser inaugurado muito antes que uma quantidade significativa de empresas estejam instaladas no Complexo que promete se consolidar no decorrer dos próximos 25 anos.

Cartograma 1. Localização dos Empreendimentos da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida e do Complexo Aluízio Campos no município de Campina Grande.



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2019.

Segundo FERREIRA (2012, pág. 68), a adequada inserção urbana de um empreendimento habitacional é garantida por boa localização na malha urbana, em regiões com infraestrutura instalada e providas de serviços e equipamentos urbanos. Para ser possível o acesso ao PMCMV, considerando os requisitos do programa, era necessário que todo o empreendimento habitacional estivesse em Zona Urbana. Para viabilizar o empreendimento, o perímetro urbano de Campina Grande foi alterado no final de 2014, englobando toda a área destinada ao complexo. Além disso, o conjunto habitacional foi proposto, contrariando o Plano Diretor, em uma zona que tem previstas restrições à intensificação da ocupação, por inexistirem condições físicas favoráveis, equipamentos urbanos ou infraestrutura urbana instalada, sendo passível, apenas, de parcelamento de baixa densidade ocupacional (PLANO DIRETOR DE CAMPINA GRANDE, 2006, p.6).

O município distrito sede de Campina Grande, possui dentro da sua malha urbana, uma alta concentração de espaços vazios e subutilizados, com a maior parte destes locais inseridos em regiões com infraestrutura consolidada, e com seus proprietários esperando a sua valorização, aumentando a especulação imobiliária dentro da cidade. (SOUZA, 2016, pág. 83).

Neste sentido, essa inserção urbana nas bordas urbano-rurais da cidade implicou na extensão das redes e demandou a criação de uma série de infraestruturas. Em seus 114 hectares, foram construídos 219 grandes lotes, dispostos em 58 quadras (15 para áreas públicas e 43 para áreas privadas de edificações residenciais). Do total de 219 grandes lotes, 203 lotes são de uso residencial, dois lotes são de uso comercial, nove lotes são destinados às praças, cinco lotes são destinados para equipamentos comunitários diversos, contando ainda com diversas áreas verdes de uso público.

Apesar desta infraestrutura instalada, o Trabalho de Conclusão de Curso *Análise do empreendimento habitacional do Complexo Aluízio Campos em Campina Grande – PB* realizado por SOUSA (2016), constatou a inviabilidade do empreendimento devido a inexistência de integração urbana com a malha consolidada, a carência de equipamentos que subsidiem a vida cidadina e o caráter célula do empreendimento que atenua os efeitos da segregação sócio espacial (SOUSA, 2016, pág. 82). Entre outras considerações, observou-se quanto a inserção urbana que: (i) o entorno não abriga funções ditas urbanas, diminuindo percentualmente a área de contato com a mesma; (ii) a presença de barreiras ou limites de caráter linear (Linha férrea, BR 104, Distritos Industriais) o circundando, de forma a ilha-lo, impõem ao conjunto uma impressão forte no espaço, muitas vezes habilitando a impressão de impenetrabilidade; (iii) o tamanho das Quadras e Aberturas dos Espaços Públicos são adequados, com espaços públicos significativos distribuídos ao longo do desenho urbano; (iv) a caminhabilidade dificultada devido aos cortes e aterros que dificultam o traslado; (v) o conflito entre a proposta

intermodal de uso da linha férrea para o Porto Seco do Complexo Aluizio Campos e a proposta a troca dos trilhos para inserção do VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) inviabiliza integração a rede de transporte público e sistema viário existente;

As características descritas acima demonstram que a localização e acessibilidade do terreno reproduzem condições de inserção urbana com decisões que comprometerão a fluidez urbana e proporcionarão o isolamento de 20 mil pessoas da malha urbana consolidada e a expansão espalhada da cidade (SOUSA, 2016, pág. 78.)

Implantação

Essa escala se refere ao empreendimento, sua relação com o entorno imediato (ruas vizinhas), com a forma de ocupação do terreno e a integração entre as edificações, áreas verdes e livres, espaços de convivência e circulação (FERREIRA, 2012, pág. 63). Somadas a localização estratégica próxima a rodovia, evitando um confinamento ao leste, a implantação do Conjunto Habitacional Aluizio Campos ao sudeste do empreendimento se justificou pelas condições topográficas mais planas do que o resto do complexo, as restrições da Infraero que proibia alocar o setor residencial no centro do empreendimento, e pela exposição do loteamento a poluição industrial devido a direção dos ventos.

Com 4.100 unidades habitacionais construídas com recursos do FAR Faixa 1 do PMCMV, o Conjunto Aluizio Campos é o segundo maior em construção do país. Estão previstos, ainda, a construção de mais quatro conjuntos habitacionais (Cartograma 02) que juntos a esse empreendimento em construção somarão mais de 6000 unidades habitacionais. Um deles, o Campina Residence da mesma construtora responsável pelo Conjunto Habitacional Aluizio Campos já está em

construção. Para a Prefeitura Municipal de Campina Grande, o objetivo é reduzir em mais de um terço o déficit habitacional da cidade que segundo dados da SEPLAN em 2014, ano do lançamento do projeto, chegava a 13000 residências.

Cartograma 02: Localização do Conjunto Habitacional Aluizio Campos e demais conjuntos que serão construídos no Complexo Aluizio Campos



Fonte: Elaborado pelos Autores. 2019.

O Quadro 02 apresenta a densidade demográfica estimada dos Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 01 produzidos na cidade de Campina Grande. O Conjunto Habitacional Aluizio Campos apresenta a menor densidade demográfica e mais se aproxima da solução do Loteamento Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna, que adotou a tipologia da casa isolada no lote. Isso acontece porque 73,46% das unidades habitacionais do Conjunto Aluizio Campos são horizontais estando dispostas em renques de casas geminadas. Segundo FERREIRA (2012, pág. 84) esse tipo de empreendimento tende a se afastar da mancha urbana da cidade, por terem baixas densidades, muitas vezes inferiores a 150 habitantes por hectare, são conjuntos de grande porte e ocupam grandes terrenos, para permitir produção em grande escala, que torne rentável o empreendimento.

Conjuntos Habitacionais Faixa 1 do PMCMV	Unidades habitacionais	Área (hectares)	Densidade Demográfica (hab/ha)	Tipologia
Residencial Major Veneziano	1984	9,92	800	Vertical sem elevador
Loteamento A. Figueiredo e R. Suassuna	1948	36,47	213	Casa isolada no lote
Residencial Vila Nova da Rainha	576	3,24	711	Vertical sem elevador
Habitacional Aluizio Campos	4100	114	143	Germinadas e vertical sem elevador

Fonte: Dados da Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. 2018. Organizado pelos Autores, 2019.

Para MASCARÓ (1998 apud FERREIRA, 2012), a redução das densidades habitacionais nos empreendimentos não representa a diminuição nos custos de implementação das redes de infraestrutura. Neste sentido, a decisão por uma solução superdimensionada e de baixa densidade demográfica no perímetro urbano da cidade, mais do que a redução do déficit habitacional, ao promover a extensão das redes, viabiliza o projeto do Complexo Aluizio Campos e o desenvolvimento imobiliário na periferia de Campina Grande, ao implementar a infraestrutura urbana necessária em 117 hectares do projeto.

Como visto anteriormente, a área no qual foi implantado o empreendimento possui interesse ambiental, com elevado potencial paisagístico que lhe conferem restrições quanto a ocupação. Sua acentuada topografia e os diversos cursos d'água existentes o tornam frágil ambientalmente, e exigiram grandes movimentações de terra, de alto custo e impacto ambiental. Ao solicitar agressivos processos de terraplanagem para implantação de uma tipologia carimbada, as soluções de arquitetura para as unidades habitacionais não aproveitaram o potencial paisagístico do terreno conforme mostra a Figura 01.

Figura 01: Fotos da implantação das unidades habitacionais geminadas do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, em Campina Grande. 2019.



Fonte: Acervo dos Autores, Janeiro 2019.

As soluções de paisagismo podem possibilitar a redução do impacto ambiental ao preservar elementos naturais, recuperar córregos e garantir áreas permeáveis. Apesar do projeto preservar áreas de grande declividade por onde passam córregos ao longo de todo o terreno (talwegues), todas as ruas do conjunto foram pavimentadas com asfalto, enquanto as calçadas com pisos intertravados de concreto. Essa decisão projetual provoca a impermeabilização excessiva do solo e têm impactos diretos no meio ambiente como a redução da infiltração da água da chuva no solo que pode acarretar em alagamentos e o aumento da temperatura. A configuração das ruas por relevância e tipos de tráfego também é prejudicada com essa solução paisagística, que compromete a hierarquia viária e prioriza o automóvel, em detrimento das necessidades para os deslocamentos a pé e por bicicletas.

Apesar de preservadas no projeto urbanístico, essas regiões com talwegues não tiveram seu potencial paisagístico aproveitado, visto que não foi previsto no projeto um tratamento paisagístico adequado, o que pode conferir a essas zonas estigmas de insegurança e impenetrabilidade. Somadas a isso, distribuídas por todo o terreno, a grande largura e comprimento dos talwegues, que não possuem pontes de conexão entre suas extremidades, os tornam barreiras e limites de caráter linear, comprometendo a acessibilidade e criando subzonas parcialmente isoladas entre si dentro do conjunto. Além disso, a linha férrea, atualmente desativada, que cerca o lado leste e sul do conjunto, sem tratamento paisagístico e desintegrada de seu entorno, pode funcionar também como um limite e se tornar lugar dos problemas já citados acima.

O projeto abriga três quadras poliesportivas e duas quadras de vôlei de areia e equipamentos de academia populares espalhados dentro destas áreas. Para Souza (2016), esses espaços livres do Conjunto Habitacional Aluizio Campos, embora estejam dentro do padrão mínimo adequado e exista uma predominância no incentivo a práticas esportivas, apresentam déficits de proteção contra o clima, violência e mobiliários.

Além disso, apesar dos esforços da PMCG em reflorestar áreas desmatadas no local e recuperar a mata nativa da região com implantação de 800 mudas ao longo do complexo, essa disposição tem sido feita de modo insuficiente e inadequado. Ao serem dispostos de modo aleatório, as soluções desconsideram as diferentes sensações que a combinação entre os distintos volumes vegetais e edificados podem proporcionar, potencializando usos e a apropriação dos espaços, além de provocar os problemas identificados por Sousa (2016) citados anteriormente.

Unidades Habitacionais

Segundo FERREIRA (2012, pág. 63), essa escala se refere às características da edificação ou da unidade habitacional, tendo em vista seu dimensionamento, flexibilidade, conforto ambiental, técnicas e materiais adotados, sistemas construtivos utilizados. A escala é fundamental para o alcance da qualidade arquitetônica.

O Relatório Ambiental do Conjunto Habitacional Aluizio Campos (2018, p.10) pontua que a escolha das tipologias se deu em decorrência da insuficiência de espaço do terreno para contemplar as áreas e equipamentos exigidos no Chamamento Público, de forma a atender às diretrizes urbanísticas da Secretaria de Planejamento do Município de Campina Grande. Por isso, segundo o relatório, para implantar as 4.100 Unidades Habitacionais as tipologias utilizadas foram: (i) casas térreas dispostas duas a duas, geminadas unifamiliares; (ii) apartamentos tipo em quatro pavimentos (térreo, 1º andar, 2º andar e 3º andar), dispostos em blocos de quatro unidades por pavimento que correspondem a tipologia multifamiliar. Entretanto, conforme apresenta a Tabela 01, essa solução apresenta baixa densidade demográfica. Tal qual afirma FERREIRA (2012, pág. 84), a densidade inferior a 150 habitantes por hectare viabiliza a produção em grande escala, que torna rentável o empreendimento, e, além disso, no caso do Conjunto Habitacional Aluizio Campos expande redes de infraestrutura que possibilitam o projeto do Complexo Aluizio Campos.

Figura 03: À esquerda, planta das casas térreas geminadas. À direita, planta das casas térreas geminadas com expansão em vermelho.



Fonte: SEPLAN, setor de geoprocessamento de Campina Grande, 2016.

As unidades habitacionais geminadas possuem $42,52\text{m}^2$ com possibilidade de expansão de $8,44\text{m}^2$, enquanto os apartamentos possuem $41,47\text{m}^2$ sem possibilidade de expansão. Para FERREIRA (2012, pág. 68), não é possível aceitar que seja confortável um apartamento de 45m^2 para dois dormitórios, ou seja, com possibilidade de comportar cinco pessoas. Isso significa $8,8\text{m}^2$ por pessoa, a título de comparação, o BNH indicava área mínima de 12m^2 por pessoa.

Algumas unidades habitacionais das duas tipologias são acessíveis aos portadores de deficiência física. Porém, foi identificado um subdimensionamento dos banheiros dessas unidades, que dificultam o uso do lavatório e boxe, para chuveiro e ducha. É importante destacar, entretanto, que os corredores, que devem possuir no mínimo $0,90\text{m}$ para corredores de uso comum com extensão até $4,00\text{m}$, e as portas, que devem possuir um vão livre mínimo de $0,80\text{m}$, obedecem ao padrão exigido pela NBR 9050 (2015).

Figura 04: Apartamentos tipo em quatro pavimentos.



Fonte: SEPLAN, setor de geoprocessamento de Campina Grande, 2016.

A partir do mesmo Relatório de Impacto Ambiental (2018, p.10), as habitações foram implantadas de maneira a evitar grandes movimentações de terra, e de forma que os cômodos recebam luz solar durante todos os dias do ano; os quartos recebam o sol de leste e a cozinha e a sala, o sol de oeste. Apesar dessas implantações otimizadas quanto ao conforto serem possíveis para a tipologia das casas térreas geminadas, para a solução dos pavimentos tipo em quatro andares, é inviável tendo em vista a solução de tipologia H. Com quatro unidades por andar e circulações nas áreas comuns de cada edifício centralizadas, enquanto a privacidade é comprometida, são minimizados os gastos com a construção, o que privilegia o segmento econômico. Há impactos negativos na salubridade e na habitabilidade dos blocos, que ao privilegiar um dos lados com a melhor insolação e ventilação, necessariamente prejudica o outro.

Além disso, diferente da tipologia unifamiliar, não foi previsto expansão para as soluções multifamiliares, que somadas à falta de flexibilidade dos sistemas construtivos escolhidos retomam problemas já verificados ao longo do processo histórico de produção de HIS, tanto no PMCMV, como também nos empreendimentos realizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) entre os anos 60 e 80. Outra problemática refere-se à susten-

tabilidade financeira dos condomínios que, frequentemente, apresentam altos índices de inadimplência.

A reportagem da edição 63 da Revista Prisma destacou o uso da alvenaria estrutural em grande escala:

Na mira, o desempenho técnico e a economia que a alvenaria estrutural com blocos de concreto proporciona, revela Renato Rocha, diretor de Planejamento da Construtora Rocha Cavalcante, empresa sediada em Campina Grande e já com 38 anos de atuação no mercado, com obras em diversas áreas: habitacional, rodoviárias, mercado imobiliário, entre outros. “Nosso critério para adotar a alvenaria estrutural com blocos de concreto foi eminentemente técnico e econômico, pois queríamos experimentar esse sistema que já se revelou como muito eficiente em inúmeras obras habitacionais”, avalia Rocha. (ROCHA, 2017).

Apesar da facilidade de treinamento da mão de obra e rapidez da construção, sabe-se que a adoção de paredes maciças de concreto são pouco recomendáveis devido à baixa inércia térmica deste material, que rapidamente atinge a temperatura do ambiente externo não desempenhando a função de isolante térmico (FERREIRA, 2012, pg. 87). Além disso, a construção em alvenaria estrutural diminui as possibilidades de flexibilidade e adaptabilidade tão necessárias aos projetos de habitação de interesse social, considerando a diversidade de perfis e necessidades dos moradores. Com baixa variação tipológica, esse tipo de projeto necessita de soluções que se adequem às diversidades e mudanças nos perfis dos moradores.

A lógica de excessivo uso do concreto, é importante destacar que a empresa Inter Block, responsável pela fabricação dos blocos e pisos intertravados de concreto, que vêm sendo utilizados no empreendimento, pertence ao Grupo Rocha Cavalcante, também responsável pela construção do Conjunto Habitacional Aluizio Campos através da Construtora Rocha Cavalcante. Nesse sentido, o uso desse material priorizou não somente a racionalização do processo construtivo, mas provavelmente limitou as alternativas quanto ao uso de

outras tecnologias que pudessem contribuir para uma maior qualidade arquitetônica/urbanística e proporcionar maior qualidade ambiental.

Como destaca FERREIRA (2012, pág. 86):

A equação da grande escala x qualidade da construção: uma das dificuldades à produção de moradias em grande escala diz respeito aos desafios tecnológicos que isso representa para os empreendedores. Construir é muito caro, a terra necessária para isso é cada vez mais. O preço fundiário e o custo da construção pesam na composição do empreendimento e as construtoras, como gestoras de negócio que pressupõe retorno financeiro, tentarão diluir os custos no preço final do imóvel. Como se trata de segmento de mercado que não consegue arcar com preços demasiadamente altos, a tendência das construtoras será tentar diminuir ao máximo da construção. Para isso, há duas saídas: rebaixar a qualidade construtiva utilizando materiais mais simples ou investir na pesquisa de soluções construtivas que permitam racionalizar e acelerar a construção.

O autor destaca ainda que a análise da sustentabilidade deveria seguir as escalas de sentido inverso: da construção da unidade habitacional, à inserção urbana, passando pela implantação. As considerações colocadas anteriormente, mostram que o processo de urbanização em grande escala e de alto impacto ambiental, somado a segregação socioespacial, devido ao espraiamento da cidade, e a priorização do segmento econômico, em detrimento da qualidade arquitetônica, coloca em risco as condições dignas de vida para todos, e se se contrapõe ao discurso de sustentabilidade anunciado (FERREIRA 2012, pág. 98).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das narrativas oficiais apresentarem o Conjunto Habitacional Aluizio Campos como uma proposta inovadora, as análises mostram que o empreendimento reproduz muitos dos problemas arquitetônicos e urbanísticos dos projetos de habitação de interesse social

no Brasil. Entre eles se destacam: (i) a desarticulação entre empreendimento habitacional e malha urbana existente; (ii) implantações inadequadas em relação ao conforto ambiental e a topografia; (iii) a produção tipologias monofuncionais, repetitivas e inadequadas ao perfil das famílias; (iv) limitações de flexibilidade devido o sistema construtivo em alvenaria estrutural e de inadaptabilidade das tipologias multifamiliares; (v) a falta de agenciamento paisagístico nas áreas livres e acidentadas potencializando zonas de insegurança, limitando fluxos e criando áreas segregadas dentro do conjunto.

Há também questões específicas, que merecem ser evidenciadas, sendo que a primeira guarda alguma similaridade com processos em outras cidades: (i) o arranjo público-privado voltado para o desenvolvimento imobiliário na periferia de Campina Grande, tendo influenciado o poder público para a ampliação do perímetro urbano, reforçando a dispersão urbana e a pressão sobre áreas ambientalmente frágeis; (ii) a relação inevidente entre a qualificação profissional dos moradores e as empresas a serem instaladas no complexo que compromete a filosofia que une moradia e emprego prometidas pela proposta.

É importante frisar que o Conjunto Habitacional Aluizio Campos, ainda que quase pronto, está em construção e que as análises produzidas neste artigo possuem limitações que, entre outras considerações, também justificam as escolhas metodológicas. Por isso, destaca-se a necessidade de futuros estudos mais detalhados sobre a qualidade desse projeto, avaliando, também, a pós-ocupação.

O Conjunto Habitacional Aluizio Campos é o primeiro de pelo menos outros três conjuntos, que pretendem ser construídos no complexo em breve. Nesse sentido, é necessário que, apesar da atual inflexão democrática, sejam garantidos a participação social e o controle social para evitar a repetição dos erros comuns aos atuais projetos insustentáveis de habitação de interesse social. O público beneficiado poderia ser selecionado à priori, por exemplo. Dessa forma seria possível conhecer o perfil das famílias e produzir unidades mais adequadas a este perfil. Além disso, é necessário também que se promova processos participativos para o projeto do empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 45-55. 2015.

CAMPINA GRANDE. **Campina Grande 2035. Visão de Futuro. P8 Complexo Aluizio Campos**. Campina Grande, 2017. (Datashow). Disponível em: Acessado em: 10/09/2018

FERREIRA, J. S. W. [coord.]. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. 1ª ed. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

GRANDE, Prefeitura Municipal de Campina. **Plano Diretor do Município de Campina Grande: Lei Complementar N 003 de 09 de outubro de 2006**. Campina Grande: Gabinete do Prefeito. 2006.

Mais PB. **Casas do 'Aluizio Campos' primam pela acessibilidade em CG**. Portal Mais PB, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.maispb.com.br/160787/casas-do-aluizio-campos-primam-pela-sustentabilidade-e-acessibilidade.html>>. Acesso em 25/01/2019.

MELO, J. L. P.; MIRANDA, L. Empreendimentos Habitacionais em Espaço Periféricos. **Análise do desenho, projeto e produção de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campina Grande PB: O Caso do Residencial Major Veneziano: UFCG, 2016**. (Relatório de pesquisa apresentado e aprovado no Edital PIVIC UFCG 2015).

MOURA, Helder. **Dória destaca Complexo Aluizio Campos como a "maior obra habitacional" e exemplo para o País**. Helder Moura, set. 2017. Disponível em: <<https://www.heldermoura.com.br/doria-destaca-complexo-aluizio-campos-como-a-maior-obra-habitacional-e-exemplo-para-o-pais/>>. Acesso em 25/01/2019.

PROMINA MINERAÇÃO E ENERGIA. Relatório Ambiental Simplificado – RAS. **Empreendimento: construção de 4.100 unidades habitacionais através do programa Minha Casa, Minha Vida, no loteamento Aluizio Campos, no município de Campina Grande – PB**. Campina Grande, Promina Mineração e Energia. 2018.

ROCHA, S. **Alvenaria estrutural em grande escala: Maior empreendimento do Minha Casa, Minha Vida em construção em Campina Grande-PB utiliza alvenaria estrutural com blocos de concreto**. Revista Prisma, julho. 2017. Disponível em: <http://www.revistaprisma.com.br/novosite/noticia_print.asp?cod=7910>. Acesso em 25/01/2019.

SOUSA, M. C. B. **Análise do empreendimento habitacional do Complexo Aluizio Campos em Campina Grande, PB. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Campina Grande**. Campina Grande.

CORTIÇOS E VILAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ATORES INVISÍVEIS NA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO INFORMAL DA ÁREA CENTRAL DE JOÃO PESSOA

CORTIÇOS AND VILAS IN THE CONTEMPORARY CITY: INVISIBLE ACTORS IN THE PRODUCTION AND INFORMAL APPROPRIATION OF THE CENTRAL AREA OF JOÃO PESSOA

CAMILA COELHO SILVA

Mestra em Arquitetura e Urbanismo, docente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF SERTÃO PE
camila.coelho@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO

O processo de deterioração e desvalorização dos centros urbanos tem como um dos principais fenômenos resultantes a multiplicação de moradias coletivas como vilas e cortiços. A relativa “invisibilidade” das habitações coletivas precárias de aluguel (HCPAs) nas áreas centrais, com destaque para a cidade de João Pessoa, leva a conclusões por vezes apressadas no sentido de afirmarem a morte dos “centros históricos”. Este trabalho aponta em outra direção ao destacar a existência de grande número de habitações coletivas de aluguel no bairro do Varadouro. Objetiva-se avaliar as suas condições de habitabilidade, através de sua identificação, mapeamento e caracterização (realizados através de fichas de levantamento e registros fotográficos), bem como de entrevistas com locadores, locatários e representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Observou-se que as HCPAs inseridas no bairro Varadouro apresentam péssimas condições de habitabilidade na escala da uni-

dade habitacional em oposição à habitabilidade urbana; apesar das HCPAs não oferecerem, comprovadamente, condições habitacionais adequadas para seus inquilinos, estes preferem salvaguardar a facilidade de acessos, de meios de transporte e a proximidade do trabalho, isto é, a articulação e integração com o seu entorno, a ter que residir em domicílios situados nas periferias da cidade, afastados de suas atividades e destinos.

PALAVRAS CHAVES: Habitação coletiva precária de aluguel; habitabilidade; centros históricos.

ABSTRACT

The deterioration and depreciation process on urban centers has as a main phenomenon resulting from the multiplication of collective houses like vilas and cortiços. The relative “invisibility” of precarious collective rental houses (HCPAs) in central areas, with special focus on the city of João Pessoa, leads to conclusions sometimes rushed ones, in order to asserting of the death of “historical centers”. This job points in another direction when highlights the existence of a high number of collective rental houses in the neighborhood of Varadouro. The objective is to evaluate the living conditions, through their identification, mapping and characterization (achieved through survey forms and photographic records), as well as interviews with lessors, lessees, and representatives from City Hall of João Pessoa. It was observed that the inserted HCPAs in the neighborhood of Varadouro have poor living conditions on the scale of the housing unit as opposed to urban livability; despite the poor collective rental housing do not offer proven, appropriate living conditions for their tenants, they prefer to safeguard the ease of access, transport means and the proximity of the work, namely, the coordination and integration with its surroundings, the having to live in households located in the outskirts of the city, away from their activities and destinations.

KEYWORDS: Collective precarious housing rental; habitability; historic center.

INTRODUÇÃO

O problema habitacional e o processo de deterioração crescente dos centros urbanos, em especial dos chamados “centros históricos”, vêm sendo abordados nas últimas décadas por importantes estudos (SANTOS, 1986; VILLAÇA, 2001; ROLNIK; BOTLER, 2004; SCOCUGLIA, 2004; CANDIDO; PEREIRA, 2005; DAVIS, 2006; KOWARICK, 2007; entre outros). Este processo, justificado, sobretudo, pelo fator econômico no que diz respeito à dinâmica de crescimento urbano, reflete diretamente na desvalorização e esvaziamento de imóveis, bem como na degradação dos espaços públicos, embora, paradoxalmente, sejam áreas contempladas com infraestrutura urbana básica e com transporte público, subutilizados nesse contexto.

Flávio Villaça (2001) considera que a expansão das cidades ocasionou a migração dos estratos de maior renda para outras regiões, acompanhada por grande parte das iniciativas privadas. Assim, os centros urbanos tiveram sua economia enfraquecida e seus terrenos desvalorizados, quando não abandonados.

O revés deste processo é a atração de uma nova população moradora empobrecida e novas formas de ocupação desses espaços. Um dos principais fenômenos resultantes, e questão expressiva desde o século XIX, é a multiplicação de **habitações coletivas precárias de aluguel** (HCPAs) na forma de vilas e cortiços, características do processo de urbanização dos centros das cidades brasileiras, marcado pelas péssimas condições habitacionais, pelo encarecimento do preço da moradia e pela segregação socioespacial.

Apesar de haver uma gama significativa de estudos sobre revitalização, requalificação ou reabilitação de centros históricos em processo de deterioração, as habitações de interesse social as quais nos referimos aqui se fazem ausentes ou pouco exploradas na história escrita das cidades brasileiras, dificultando seu estudo. Como reforça Bonduki (2004), os registros e a documentação divulgada sobre o período inicial da crise habitacional focam quase que exclusivamente na elite e em seu es-

forço de modernizar as cidades. Em contraponto, “um véu negro encobre os alojamentos dos trabalhadores: ninguém os via, ninguém os descrevia” (Ibid., p. 21).

Na cidade de João Pessoa, objeto de estudo deste trabalho, ocorre o mesmo até os dias atuais; a história, as produções literária e acadêmica fecharam os olhos para produções informais da cidade, como as vilas e cortiços, bem como para sua importância no processo de produção urbana e na ocupação do centro primaz da cidade, ao ponto de se tornarem “invisíveis” perante os olhos dos cidadãos e do poder público.

As HCPAs passam despercebidas também pelas mãos do poder público. Por estarem dispersas na área urbana e não serem tão marcantes aos olhos como as favelas e demais ocupações irregulares, elas não recebem atenção do governo municipal, embora careçam de cuidados, tendo em vista sua importância como alternativa de moradia para a população de baixa renda que quer e necessita residir nos centros das cidades.

A relativa “invisibilidade” de habitações coletivas precárias de aluguel nas áreas centrais das cidades brasileiras, com ênfase na cidade de João Pessoa, induz a conclusões por vezes precipitadas no sentido da afirmação de uma possível morte dos centros históricos.

No sentido oposto desta percepção, este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB) desenvolvida entre 2013 e 2015 (SILVA, 2015). Chama atenção para a produção e resistência de moradias coletivas existentes em parte do centro histórico de João Pessoa, mais precisamente na delimitação do bairro Varadouro, onde se desenvolveu um misto de atividades de comércio, serviços e habitação desde os primórdios da constituição e crescimento da cidade, bem como para o forte mercado informal de locação que as gerencia e fortalece a vitalidade econômica da região central.

Impossibilitados de possuírem casa própria ou de alugarem moradias melhores devido aos altos valores de alu-

guéis, ou pela necessidade de residirem próximos ao local de trabalho pelo custo da mobilidade urbana, ou ainda combinando as alternativas citadas, os indivíduos de baixa renda não têm outra opção senão o aluguel de habitações coletivas, geralmente precárias, insalubres e sem o mínimo de condições necessárias à habitabilidade.

Nesse contexto, sentimos a necessidade de apreender o processo de produção das invisibilizadas habitações coletivas de aluguel nas áreas centrais das cidades contemporâneas partindo do caso da cidade de João Pessoa. Este artigo tem como objetivo avaliar as condições de habitabilidade de tais formas de moradia, através de sua identificação, mapeamento e caracterização (realizados através de fichas de levantamento e registros fotográficos), bem como de entrevistas semiestruturadas com locadores e locatários.

O entendimento desses componentes torna-se fundamental para compreensão de sua lógica de produção/reprodução e para a provisão de uma base científica para a formulação de políticas públicas de enfrentamento da necessidade de oferta qualificada do solo urbano para a população pobre.

Para cumprimento do objetivo proposto, o artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, é apresentado o contexto histórico, econômico e social no qual as habitações coletivas de aluguel se inserem; em seguida, área de estudo é caracterizada, para melhor compreensão da produção das HCPAs e da apropriação do local; os procedimentos de pesquisa são expostos por conseguinte; enfim, o levantamento e caracterização dos cortiços e vilas é esmiuçado, trazendo também algumas características do mercado informal de aluguel que possuem relação direta com as condições de habitabilidade de tais formas de morar; por fim são pontuadas as considerações finais do trabalho.

A (r)existência de vilas e cortiços nas áreas urbanas centrais de ontem e hoje

Embora a questão habitacional seja uma problemática antiga da história das cidades, foi com a revolução in-

dustrial e com o intenso processo de urbanização pelo qual passaram as cidades que esse problema teve evidência. A lógica de mercado aplicada ao setor imobiliário e os baixos salários da época foram alguns dos grandes responsáveis pela formação de um quadro de ampla precariedade das condições de habitação, dentro de um contexto de urbanização acelerada.

O esvaziamento dos centros das cidades e sua consequente deterioração relacionam-se diretamente com as formas de produção e consumo. Dentre outros fatores, o incremento populacional, a expansão da malha urbana e o desenvolvimento da economia trouxeram consigo diferentes formas de apropriação e valorização do solo urbano, refletindo em especial nas áreas centrais das cidades.

Concomitantes ao congestionamento dos centros devido à intensidade de seus comércios e serviços, surgem outros lugares mais atraentes para se viver. As atividades ditas “nobres” (VARGAS; CASTILHO, 2009) e a população mais abastada migram para estes novos locais e são substituídas por atividades menos rentáveis, por vezes informais, e até ilegais, exercidas por moradores/usuários de baixo ou nenhum poder aquisitivo, estes se mantendo em condições de vasta precariedade; assim, degradaram-se os espaços públicos e o acervo edificado, proliferaram as habitações coletivas precárias como cortiços e vilas particulares, e foram gerados vazios urbanos no coração das cidades (ROLNIK; BOTLER, 2004; BONDUKI, 2004).

O cortiço, por exemplo, é uma das modalidades de habitação coletiva mais antigas. Operários de menor renda, trabalhadores informais e desempregados encontravam no cortiço o abrigo compatível com suas condições financeiras. Entendido por muitos como uma forma de habitação para momentos de crise, uma moradia provisória e de exceção, o cortiço recebeu inúmeros títulos no decorrer dos anos, todos expressando sua precariedade. As nomenclaturas mais conhecidas são: “casa de cômodo”, “cabeça de porco” (nome de um famoso cortiço no Rio de Janeiro), “estância”, “zungu”, “pensão”, “hospedaria”, “quintal” e “estalagem”.

A terminologia mais recente relativa aos cortiços é “Habitação Coletiva Precária de Aluguel” ou HCPA (PICCINI, 2004), que classifica tais habitações segundo fatores definidos pela Lei Moura¹ - Lei Municipal nº 10.928 de 1991, única lei alusiva aos cortiços. Com esta definição, e, a partir da análise de diversas conceituações, percebe-se que muitos dos atributos referentes aos cortiços também podem ser constatados nas vilas. Se a única diferença claramente identificada entre as tipologias é a questão da coletivização ou não das áreas molhadas (banheiros, áreas de serviço e/ou cozinha), o conceito definido pela Lei Moura permite inserir a vila na mesma definição.

Deste modo, os cortiços e vilas são retratados aqui com o termo habitações coletivas precárias de aluguel ou HCPAs, referente à unidade usada como moradia multifamiliar e acessada através da locação ou sublocação, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características:

- Ser constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano;
- Ser subdividida em mais de uma unidade habitacional;
- Utilizar o mesmo ambiente para exercer diversas funções (estudar, dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc.);
- Ter acesso comum dos espaços não edificadas;
- Apresentar uso comum das instalações hidráulicas e sanitárias, sejam os banheiros, cozinhas e/ou tanques;
- Oferecer infraestrutura, no geral, precária, causando riscos à saúde ou à vida (ventilação e iluminação naturais inadequadas, umidade excessiva, infiltrações, instalações elétrica e hidráulica em más condições, etc.);
- Apresentar superlotação de pessoas.

¹ A Lei Moura nasceu da necessidade de regular as condições de habitação e as questões que envolviam o pagamento de aluguéis dos mais de 90 mil cortiços paulistas. Estabelece critérios de habitabilidade, salubridade, higiene e segurança para os cortiços, bem como regula aspectos edilícios, condições mínimas de ventilação, pé direito mínimo, etc.

Inúmeros fatores propiciaram a multiplicação destas moradias: a demanda por habitações de baixo custo para os trabalhadores, a restrita disponibilidade de imóveis para aluguel, os aluguéis exorbitantes, a impossibilidade de se obter a casa própria devido aos baixos salários ou à ausência deles, e a possibilidade de os proprietários e arrendatários de terrenos e imóveis lucrarem com sua produção.

Mesmo com a precariedade, a insalubridade e a falta de habitabilidade, as habitações coletivas de aluguel localizadas nas áreas centrais das cidades ainda são boas opções de moradia para muitos, se comparadas às habitações nas periferias, rejeitada pela falta de infraestrutura, mas sobretudo pela distância.

Pela perspectiva do proprietário de tais formas de moradia, a produção das HCPAs não conforma grandes lucros a ponto de os proprietários e intermediários se tornarem abastados. Entretanto, o pouco lucro alcançado é adquirido sem esforços, o que o torna vantajoso: necessita de baixo investimento, não é submetido a regras legalmente instituídas, se sustenta sem nenhum tipo de fiscalização e controle, e, por isso, ficam livres de impostos. Assim, as HCPAs, quando não são a única fonte de renda dos proprietários/intermediários, acabam sendo complemento da renda destes micro-investidores.

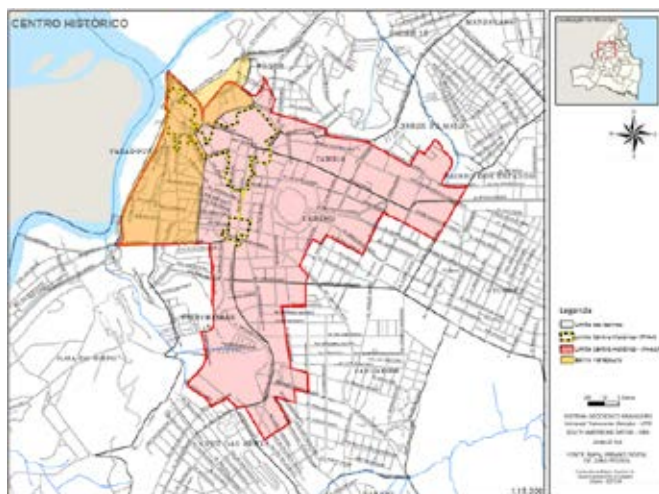
É nesse contexto que, com o passar dos anos, os cortiços e vilas foram se firmando como alternativa de moradia para pessoas de baixa renda e fonte de renda para proprietários de antigos casarões, ocupando principalmente as zonas centrais das cidades, muitas vezes invisíveis ou ignoradas aos olhos dos transeuntes e principalmente do poder público. Com relação às intervenções nas áreas centrais, as políticas e programas frequentemente são acompanhadas da valorização da área e da expulsão das famílias pobres, não havendo interesse para se melhorar e manter as habitações coletivas ativas; ignoram-nas, e deixam passar a oportunidade de utilizá-las como uma das soluções para manutenção da vitalidade dessa região.

A falta de diálogo entre as políticas habitacional e de proteção ao patrimônio e, conseqüentemente, a negligência na garantia da qualidade de vida para os moradores das áreas centrais urbanas, facilitam e incentivam a (re)produção das habitações coletivas de aluguel, agravando seu quadro de precariedade. Assim sendo, os cortiços e vilas populares resistem, invisíveis, e seus moradores (sobre)vivem sem esperanças de melhorias nas habitações e, por conseguinte, de vida, mas, ainda assim, preservam a vida (ou sobrevivida) das áreas centrais fora do horário comercial, indo contra o discurso de morte dos centros urbanos.

Nesse contexto, o bairro Varadouro, mais antigo da cidade de João Pessoa e integrante de sua área central, foi investigado, na busca pela compreensão de suas formas de ocupação e apreensão informais.

O caso de João Pessoa: o Varadouro e suas habitações coletivas precárias de aluguel

Figura 01: Indicação do recorte de estudo – bairro Varadouro – dentre as delimitações do centro histórico da cidade de João Pessoa definidas pelo IPHAN e IPHAEP.



Fonte: Mapa urbano digital de João Pessoa, 2014, editado por Camila Coelho.

Localizado na área central da cidade de João Pessoa, totalmente inserido na delimitação do centro histórico pelo IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba e tendo parte de suas quadras também inseridas na delimitação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o bairro do Varadouro (figura 01) se tornou recorte de estudo por diversos fatores.

Ele é indicado pela literatura da história da cidade de João Pessoa bem como por historiadores como sendo um dos bairros mais antigos onde se desenvolveu um misto de atividades de comércio, serviços e habitação desde os primórdios da constituição e crescimento desta cidade, e onde se estabeleceram algumas das ruas comerciais mais dinâmicas durante muitos anos, como por exemplo, as Ruas da República, Maciel Pinheiro, Beaurepaire Rohan e Barão do Triunfo.

Após os anos 1950, deu-se início o processo de abandono pelos moradores mais abastados e, em seguida, por parte dos comerciantes, apresentando-se, com o decorrer dos anos, como um bairro ainda de cunho comercial e de serviços, mas marcado pela prostituição, marginalidade, violência e como local de moradia de uma população estigmatizada, residente em ocupações irregulares, exemplificadas pelas comunidades Porto do Capim e Maurício de Nassau, às margens do Rio Paraíba.

A sua fama negativa se complementa pela ausência de estímulo à permanência da população em suas áreas de convívio e de lazer. De suas oito praças, poucas foram mantidas como espaços de convivência para os moradores e frequentadores do bairro. Algumas delas adquiriram a função de canteiro, como a Praça XV de Novembro e a Olavo Bilac, e outras são usadas como estacionamento ou até mesmo como ponto de comércio/serviços, caso da Praça Álvaro Machado, onde hoje se localiza um posto de gasolina, bem como da Antenor Navarro antes da revitalização realizada em 1998. Após a revitalização, a Praça Antenor Navarro se tornou uma das mais conhecidas pelos pessoenses, sendo detentora de certa vitalidade urbana através de manifestações artísticas e eventos culturais que lá ocorrem, principal-

mente nos fins de semana, embora sua dinâmica de consumo cultural tenha suscitado uma imagem distante da realidade da população residente no bairro, como dito anteriormente, privilegiando consumidores e turistas, e mostrando, assim, que foi alvo de um processo, mesmo que incipiente, de gentrificação por consumo e lazer (SCOCUGLIA, 2004, 2010).

Em contraponto à baixa atratividade de seus espaços de lazer, o bairro do Varadouro ainda garante a atração e o movimento de pessoas por concentrar em sua delimitação as estações ferroviária e rodoviária da cidade, bem como o terminal de transporte intramunicipal. Tais elementos proporcionaram ao bairro o reconhecimento como uma centralidade em termos de transporte urbano, o que se faz presente até a contemporaneidade e reforça o potencial habitacional da área.

No estudo, levou-se ainda em consideração não só a precariedade de suas habitações coletivas de aluguel, identificada em trabalhos desenvolvidos anteriormente, mas a degradação pelo qual o bairro vem passando nos últimos anos, apesar dos projetos de requalificação de suas praças e do Convênio Brasil-Espanha de Cooperação Internacional, que promoveu a conservação de alguns dos seus imóveis tombados pelos órgãos oficiais de patrimônio. Tais ações resultaram na sua reinvenção, com a constituição de um cenário de consumo e lazer como parte da estratégia do poder público municipal para “revitalizar” a área (SCOCUGLIA, 2004b).

Ao mesmo tempo, o Varadouro é o bairro do centro histórico onde o poder público vem tentando implantar políticas de incentivo à habitação social, programas que atestam a tentativa de minimizar problemas de carência de moradias, bem como de modificar as estratégias de dinamização da vida urbana no centro histórico no sentido de estimular o retorno de diversos segmentos ao centro da cidade.

Além disso, no Cadastro de Vilas fornecido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (2012/2014), constata-se um número significativo de vilas no bairro comparado aos demais que compõem o centro histórico da cidade.

Procedimentos de Pesquisa

Tomando como ponto de partida o objetivo de avaliar as condições de habitabilidade das habitações coletivas precárias de aluguel do bairro Varadouro, foram descritos neste tópico as etapas de pesquisa e os procedimentos adotados em cada uma das fases para melhor entendimento de seu desenvolvimento.

1ª Etapa: Construção do referencial teórico-conceitual

A primeira etapa consistiu na revisão e crítica da literatura constituída a respeito dos conceitos, contextos, características e problemáticas que cercam o objeto de estudo deste trabalho. Imprescindível ao cumprimento do que se propôs alcançar, esta etapa se estendeu por toda a pesquisa, e foi desenvolvida a partir da consulta de livros, teses, dissertações, periódicos e artigos nas áreas de arquitetura, urbanismo e ciências sociais.

2ª Etapa: Pesquisa documental e entrevistas com representantes da PMJP

Concomitante à revisão de literatura, desenvolveu-se a pesquisa documental, que consistiu na coleta de informações em instituições como a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre a existência das habitações coletivas de aluguel e a dinâmica do mercado imobiliário no bairro do Varadouro. Ainda foi consultada a legislação do município de João Pessoa, como Plano Diretor, Código de Obras e de Urbanismo, mas nenhum deles faz referência a qualquer tipo que seja de habitação coletiva precária de aluguel. Deste modo, sentiu-se a necessidade de se fazer entrevistas semiestruturadas com alguns representantes da PMJP, na busca de dirimir as dúvidas existentes sobre a atuação do órgão perante a problemática no que diz respeito ao cadastro, fiscalização e propostas de melhorias.

3ª Etapa: Construção da ficha de levantamento do imóvel e dos formulários e entrevistas com locatários e locadores

Antes de partir para a pesquisa empírica, foi necessária a construção de um modelo de ficha de levantamento do imóvel, bem como a definição das informações a serem coletadas com os locatários e locadores.

Com o objetivo de identificar, caracterizar e avaliar as condições de habitabilidade urbana e habitacional das habitações coletivas de aluguel, bem como do mercado imobiliário informal de locação, a ficha foi dividida em quatro partes, além de possuir um cabeçalho com indicação do número da habitação coletiva (definido pela ordem em que estas foram identificadas), data em que foi identificada e endereço.

A primeira parte contempla a identificação geral da HCPA através do mapa de localização e do registro fotográfico da fachada do imóvel.

O segundo tópico trata da habitabilidade urbana e considera a existência e tipo de fornecimento de infraestrutura urbana e serviços públicos, como destino do lixo, energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A próxima parte da ficha de levantamento concentra as variáveis de desempenho construtivo, oferecendo subsídios para avaliação das condições de habitabilidade da habitação de um modo geral. São considerados o número de pavimentos, a origem da edificação (construída ou adaptada), localização no lote, estado de conservação das fachadas (bom, regular ou deteriorado), material das paredes e da cobertura, número de unidades habitacionais (com e sem inquilinos), presença de instalações hidráulicas coletivas, quantidades de banheiros na HCPA, número aproximado de moradores, menor/maior número de moradores por unidade habitacional, e, por fim, os registros fotográficos da moradia coletiva.

Por fim, o quarto tópico reúne dados para avaliação da habitabilidade da unidade habitacional, bem como do mercado imobiliário informal de locação, através da coleta dos

seguintes elementos: área da unidade habitacional; estado de conservação da estrutura interna (bom, regular ou deteriorado); valor do aluguel e se inclui despesas de água e/ou energia; valor do m²; divisão dos cômodos; existência de sobreposição de funções e, em caso positivo, quais funções se sobrepõem. Ainda neste último tópico, foi proposta a avaliação das condições de conforto ambiental da unidade habitacional a partir dos seguintes fatores: iluminação natural, ventilação natural, instalações elétricas, instalações hidráulicas, isolamentos de ruídos externos à habitação e isolamento de ruídos entre cômodos. Como a pesquisa não propõe a mensuração de fatores e sim a análise a partir da avaliação dos usuários, estratégia trabalhada e defendida por Gleice Elali (2010 apud SILVA, 2001), a avaliação das condições de conforto ambiental no tocante à iluminação, acústica e térmica foi feita a partir da análise da satisfação dos usuários, utilizando-se uma escala de três pontos com as alternativas bom-regular-ruim.

Encerra-se o quarto tópico com a exposição de fotos que registrem todos os elementos analisados no tópico referente à unidade habitacional.

A partir da necessidade de construir o perfil do morador e dos proprietários das habitações coletivas precárias de aluguel na área central de João Pessoa, além de conhecer os motivos de se morar nessas condições e como se estabelecem as relações com os proprietários das moradias, construiu-se também um formulário para se aplicar com os locatários e outro para os locadores.

4ª etapa: Pesquisa de campo

A área de estudo foi definida pela delimitação oficial do bairro Varadouro da PMJP, por onde percorreu-se todas as ruas e avenidas entre os meses de setembro e dezembro de 2014. Identificadas como HCPAs, o próximo passo foi o estabelecimento de contato com pelo menos um dos residentes das habitações coletivas encontradas. Para cada imóvel identificado, foram selecionadas duas famílias residentes.

Para preservar a identidade dos moradores, utilizamos como critério para identificação a letra M seguida do

número do imóvel na ordem do levantamento de campo, e diferenciando o primeiro do segundo entrevistado com os números 1 e 2 (ex.: primeiro morador entrevistado da habitação 03 – M03.1). Da mesma forma, codificamos os proprietários, identificando-os com a letra P seguida do número do imóvel (o proprietário da habitação 01 é tratado como P01, e assim por diante).

5ª Etapa: Sistematização e análise dos dados

De posse de todas as informações supracitadas, procedeu-se à sistematização dos materiais obtidos e análise dos dados, finalizando a pesquisa.

Vilas, cortiços e suas condições de habitabilidade

Constatou-se a existência de 43 habitações coletivas precárias de aluguel no Varadouro, das quais 35 foram acessadas, representando 81,4% do total mapeado. Para cada habitação coletiva, foram visitadas e agrupadas informações de duas unidades habitacionais (UHs) e na análise do material coletado todos os casos foram estudados, ou seja, as 70 unidades.

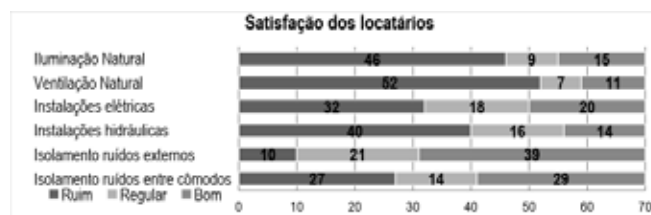
Como previsto, a habitabilidade a nível urbano se apresenta positiva de modo geral, sobretudo pela localização do bairro, que dispõe de infraestrutura básica, diversos meios de transporte, além de ser local de trabalho para boa parte dos inquilinos das HCPAs, embora, ao mesmo tempo, corresponda a uma região de serviços básicos urbanos e de estoque imobiliário subutilizados pelos programas e projetos voltados para resolução da problemática habitacional na cidade de João Pessoa.

Não se pode dizer o mesmo no que se refere às condições de habitabilidade das unidades habitacionais. Fatores como fachadas e ambientes internamente deteriorados e unidades de moradia excessivamente adensadas foram identificados com frequência na pesquisa de campo.

Potencializando a problemática da condição de habitabilidade das unidades habitacionais, observamos o

grau de (in)satisfação dos locatários no que diz respeito às condicionantes fundamentais para uma moradia saudável: iluminação e ventilação naturais, instalações elétricas e hidráulicas e isolamento de ruídos externos e entre cômodos (gráfico 01).

Gráfico 01: Satisfação dos locatários quanto à iluminação e ventilação naturais, instalações elétricas e hidráulicas e isolamento de ruídos externos e entre cômodos.



Fonte: Pesquisa empírica realizada entre setembro e dezembro de 2014.

Sobre o isolamento de ruídos, apesar da falta de isolamento acústico e da proximidade das unidades habitacionais devido à disposição física das formas de moradia em questão, os inquilinos pouco reclamaram, classificando-as, em sua maioria, como de nível bom. O oposto ocorre quando se trata da iluminação e ventilação naturais. A pesquisa de campo mostrou que, de acordo com a percepção cotidiana dos locatários, as unidades habitacionais apresentam, no geral, escassa ventilação natural, além de serem pouco iluminadas pela luz solar (figuras 02 a 04). Porquanto as habitações coletivas precárias de aluguel são subdivididas ao máximo com objetivo de dar lugar a mais UHs e, consequentemente, aumentar o lucro, a ventilação e a iluminação naturais são os primeiros elementos sacrificados. Assim, os inquilinos têm sua saúde prejudicada, uma vez que ambientes como esses úmidos, escuros e sem ventilação estimulam a proliferação de ácaros, mofo e muitos outros poluentes biológicos.

Figuras 02 a 04: Exemplificação da precariedade da iluminação e ventilação naturais das HCPAs estudadas.



Fonte: Pesquisa empírica realizada entre setembro e dezembro de 2014.

Da mesma forma que a ventilação e iluminação natural, as instalações elétricas e hidráulicas também são motivo de insatisfação dos locatários. No que diz respeito às instalações elétricas, percebe-se, em grande parte dos casos, o risco proeminente de acidentes como choques e incêndios, devido à prática de “gatos” de energia elétrica, à exposição das fiações e à falta de manutenção das instalações. Com relação às instalações hidráulicas, a insatisfação dos inquilinos é proveniente não apenas dos problemas com encanamento antigo, remendos, pias e vasos sanitários quebrados e/ou entupidos, falta de manutenção, etc., mas também dos conflitos gerados quando há o compartilhamento das áreas molhadas (figuras 05 a 08).

Figuras 05 a 08: Condições das instalações elétricas e hidráulicas de parte das HCPAs estudadas.



Fonte: Pesquisa empírica realizada entre setembro e dezembro de 2014.

Além dos pontos retratados até aqui, cabe ainda expor uma característica predominante das HCPAs levantadas, identificada em 51 das 70 unidades habitacionais (72,9% do total de núcleos familiares) e que interfere definitivamente na qualidade da habitabilidade: a sobreposição de funções cotidianas em um único ambiente ou vão. Sua frequência justifica-se, no geral, pelas pequenas dimensões dos cômodos, fato que acaba por limitar o funcionamento adequado das ações diárias e traz a necessidade de concentrar as atividades em espaços únicos e subdimensionados (figuras 09 e 10).

Figuras 09 e 10: Exemplos de unidades habitacionais que recorrem à estratégia da sobreposição de funções perante a disposição de pequenos cômodos.



Fonte: Pesquisa empírica realizada entre setembro e dezembro de 2014.

Os casos mais comuns são os que concentram as funções de cozinhar, estar e dormir em um único vão (23%), ou que, além disso, ainda reúnem o banho e a lavagem de roupas (25%). Tal sobreposição é negativa não somente a partir do ponto de vista da funcionalidade da moradia, mas também no que diz respeito à salubridade dos ambientes e à saúde dos moradores.

Em suma, a habitabilidade da unidade habitacional corresponde à qualidade de vida na escala da unidade habitacional, determinada pelo atendimento das necessidades físicas, psicológicas e socioculturais dos habitantes, bem como dos preceitos de conforto ambiental. A partir da descrição e análise das categorias consideradas, de forma geral, é possível afirmar que as HCPAs inseridas no bairro Varadouro apresentam péssimas condições de habitabilidade na escala da unidade habitacional, es-

tando longe de alcançar a condição preconizada de ser habitável e saudável. Esse quadro de precariedade habitacional é fortalecido pela característica de invisibilidade física e social, uma vez que não é possível reparar o que não se vê ou não se quer ver.

Em contraponto, ao questionar os locatários sobre o nível de satisfação com a locação do imóvel, 77,1% responderam de forma positiva, enquanto 17,1% se encontram insatisfeitos com a moradia e 5,7% não informaram sobre o nível de satisfação. Os poucos casos que alegam estarem insatisfeitos com a moradia trazem como problema a péssima qualidade habitacional e as pequenas dimensões dos ambientes, fato condizente com a realidade observada nas visitas de campo:

Aqui, o ambiente, eu estou. Mas o quarto não, por causa de mofo. Meus móveis é tudo no plástico... Tá entendendo? Pode prejudicar esse negócio tudo novo, isso daqui, entendeu? Eu tenho maior medo. Ali, meu guarda-roupa, bem bonito, bem novo. Aí já tá mofando ali, ó! (M 09.2)

Aqui? Tô não... eu queria arrumar um canto mais melhozim pra mim morar. Mas as condição num dá, por isso que eu tô aqui. Pelejo, pelejo, mas aparece uma coisa ou outra! (M 22.1)

Já os motivos mais alegados pelos inquilinos atestando sua satisfação se referem à tranquilidade, segurança, proximidade de familiares e amigos, valor de locação acessível e localização, deixando, surpreendentemente, a qualidade da moradia (ou a falta dela) em segundo plano. Vejamos depoimentos que exemplificam essa posição:

Tô. Que é perto do comércio, do meu trabalho... Só pra mim mesmo, tá bom! (M 18.2)

Eu to satisfeita porque é bom de morar, é tranquilo e é mais seguro, né! Todo mundo conhece todo mundo. Quando a gente viaja, deixa roupa no varal, e quando volta tá do mesmo jeito. (M 21.1)

É interessante observar que quase a totalidade dos inquilinos entrevistados vivencia a coletividade das HCPAs como sendo uma propriedade positiva desta forma de morar. Nesse sentido, a segurança e tranquilidade relatadas em seus depoimentos são geralmente decorrentes da condição de se ter a vizinhança mais próxima de si, se comparado às habitações unifamiliares. Seriam os “olhos da rua” indicados por Jacobs (2011[1961]), numa escala reduzida, a escala intra-habitacional. Pode-se dizer que tal fato se trata de uma particularidade do mercado imobiliário informal de aluguel das HCPAs do Varadouro, uma vez que, nos relatos apresentados pelos diversos estudos de vilas, cortiços e demais formas de habitações coletivas precárias, a coletividade é extremamente negativa para os locatários, devido às inúmeras e cotidianas discussões entre eles, recorrentes do conflito de personalidades e interesses dentro de uma mesma edificação.

Em suma, observa-se que, apesar da inadequação das habitações e das dificuldades enfrentadas nessa forma de habitar, os cortiços e vilas fazem a manutenção da vida urbana dos centros históricos, imperceptíveis por trás das fachadas ecléticas ou de grandes portões descharacterizadores dos antigos casarões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das habitações coletivas precárias de aluguel não oferecerem, comprovadamente, condições habitacionais adequadas para seus inquilinos, estes preferem salvaguardar a facilidade de acessos, de meios de transporte e a proximidade do trabalho, isto é, a articulação e integração com o seu entorno, a ter que residir em domicílios situados nas periferias da cidade, afastados de suas atividades e destinos.

Embora proporcionem, no geral, precárias condições de habitabilidade para os inquilinos, os cortiços e vilas identificados têm relevante papel social por permitir que a população pobre tenha acesso à moradia e, por conseguinte, por manter a função habitacional presente no centro antigo da cidade de João Pessoa. Ao mesmo tempo, ratifica a ausência de ações incisivas do poder público na resolução dos problemas habitacionais e na regulação da produção e da comercialização da terra urbana, voltadas especialmente para a faixa populacional de baixa renda, além da falta de políticas e programas competentes que agenciem adequadamente o reaproveitamento das áreas centrais, tendo em vista seu eminente potencial construtivo e seus valores econômicos, sociais e culturais.

Acrescenta-se à problemática habitacional nas normas, políticas e programas de iniciativa pública, a falta de fiscalização, função básica atribuída à administração pública municipal, que acaba por perpetuar as condições de irregularidades em relação às edificações e de ilegalidade com relação à locação.

Neste sentido, a garantia de melhorias no ambiente urbano, de resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária se torna fundamental para a resolução da problemática habitacional nos centros históricos, partindo da premissa de se manter e legalizar a permanência da população nestes locais. O sucesso dessa ação depende, dentre outros fatores, da ação do Estado nos seus três níveis de governo – municipal, estadual e federal.

Por fim, as políticas habitacionais, a nível municipal, estadual e federal, devem evitar seus hábitos de padronização e considerar a heterogeneidade de nosso país em suas proposições e ações, elegendo condutas versáteis e adequáveis às mais diversas conjunturas. Assim sendo, o entendimento dos componentes abordados nesta pesquisa tornou-se fundamental para compreensão de sua lógica de produção/reprodução, além de se apresentar como essencial para provisão de uma base científica para a formulação de políticas públicas de enfrentamento da necessidade de oferta qualificada do solo urbano para a população pobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CANDIDO, Malta Campos; PEREIRA José Eduardo Borba. Da segregação à diversidade: moradia e requalificação urbana na área central de São Paulo. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v.5, n.1, 2005, p. 01-24.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 [1961].

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n.70, 2007, p.171-211.

LACERDA, Norma. **Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e teoria das convenções**. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2011.

PICCINI, Andrea. **Cortiços na cidade**: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2004.

ROLNIK, Raquel; BOTLER, Milton. Por uma Política de Reabilitação de Centros Urbanos. **Revista ÓCULUM**, Campinas: PUC, SD, 2004. Disponível em: <www.usp.br/srhousing/rr/docs/por_uma_politica_de_reabilitacao_de_centros_urbanos.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2012.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”. **Revista Projeto**, n. 86, São Paulo, Abril, 1986.

SILVA, Camila Coelho. **Ser/estar/viver invisível**: avaliando as condições de habitabilidade e informalidade das habitações coletivas precárias de aluguel no bairro Varadouro, João Pessoa-PB João Pessoa. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C.. **Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.



ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS E TECNOLÓGICAS PARA AS CIDADES PEQUENAS DO AMAZONAS COM FOCO NAS EDIFICAÇÕES RIBEIRINHAS TIPO PALAFITA

BIOCLIMATIC AND TECHNOLOGICAL STRATEGIES FOR SMALL CITIES OF THE AMAZON WITH FOCUS ON THE RIVERSIDE BUILDING NAMED PALAFITA

DIANA SOARES COSTA

Mestranda em Engenharia civil, Universidade Federal do Amazonas,
arq dianasoares@hotmail.com

MARIA DE JESUS DE BRITTO LEITE

Doutora, Universidade Federal de Pernambuco, jubleite@uol.com.br

RESUMO

No Amazonas é grande o número de cidades de pequeno porte. E nessas pequenas cidades, é comum a presença da tipologia arquitetônica palafita. Erguidas no entorno dos rios, lagos e igarapés, são habitações tradicionais da cultura ribeirinha cuja arquitetura pressupõe um diálogo com o ciclo das águas. Considerando que os sistemas construtivos devem prever soluções para uma boa qualidade de vida dos seus moradores o trabalho propõe estratégias bioclimáticas, tecnologias e materiais sustentáveis para as edificações nas pequenas cidades inundáveis localizadas na calha do rio Solimões-Amazonas. A proposta da pesquisa é reinserir os conceitos de arquitetura bioclimática, de boa ambiência e a utilização de materiais regionais já aplicados historicamente pelos ribeirinhos, além de incluir tecnologia e pesquisa de novos materiais, ambos respeitando os conceitos de sustentabilidade e de respeito ao contexto. É grande a perspectiva do resgate da arquitetura

vernácula tipo palafita como uma preservação do modo de habitar da população ribeirinha, considerando que grande parte da população dessas cidades ainda guarda valores culturais e históricos.

PALAVRAS CHAVES: Amazonas; Cidades pequenas; Rio Solimões-Amazonas; Palafita; Tecnologias sustentáveis; Materiais sustentáveis.

ABSTRACT

In Amazonas the number of small cities is high. In the small towns palafite type buildings are common. They are built around the rivers, lakes and streams with traditional dwellings of the riverside culture whose architecture presupposes a dialogue with the water cycle. Considering that construction systems should provide solutions for a good quality of life for their residents, the main purpose is bioclimatic strategies, sustainable technologies and materials for buildings in the small flooded cities located in the Solimões-Amazonas river. The research proposal is to reinsert the concepts of bioclimatic architecture, of good ambience and the use of regional materials already applied historically by the riverside, including also technology and research of new materials, both respecting the concepts of sustainability and respect to the context. The perspective of rescuing palafite vernacular architecture is great as a preservation of the way of inhabiting of the riverside population considering that great part of the population of these cities still holds cultural and historical values.

KEYWORDS: Amazonas; Small towns; Rio Solimões-Amazonas; Palafita; Sustainable technologies; Sustainable materials.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o espaço geográfico está direcionado para pelo menos duas diferentes realidades, uma delas é relacionada com as grandes metrópoles e capitais sustentadas pelo crescimento urbano desordenado, e a outra aos municípios do interior, distantes dos centros administrativos e financeiros (DEAK; SCHIFFER, 1999; OLIVEIRA, 2004). No entanto, por questões políticas, econômicas e ambientais, esses municípios exibem atributos e problemas similares aos das grandes cidades, especialmente na falta de infraestrutura e aumento da população em áreas de risco em virtude da escassez de serviços essenciais (DEAK; SCHIFFER, 1999; OLIVEIRA, 2004).

No contexto Amazônico, mesmo considerando suas condições ambientais especiais, o cenário urbano - seu modo de ocupação, formação territorial, exploração dos recursos naturais - ao longo do tempo vem se transformando em um mosaico territorial (HUFFNER et al., 2017). A Amazônia não é só natureza, ela também tem uma face urbana naturalmente interligada aos rios e florestas, mas nem sempre relacionada à dimensão fundiária comum nas cidades grandes. (OLIVEIRA, 2004).

Faltam registros relacionados às cidades pequenas, que apontem os aspectos norteadores de sua divisão territorial, que hoje conta com 62 municípios e área média de 25.000 km², enquanto a média nacional é de apenas 1.5 mil km² (DUTRA; PEREIRA, 2018); a ausência de planejamento urbano; o desconhecimento de suas particularidades, que ocasiona baixa atratividade econômica, baixo investimento do estado em políticas de infraestrutura física e social (SAKATAUSKAS; SANTANA, 2016). Nessas pequenas cidades, a população tradicional que habita as proximidades dos rios, lagos e igarapés¹, sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado e do extrativismo. São denominadas de populações ribeirinhas (OLIVEIRA JUNIOR, 2009).

1 Igarapé – Denominação dada aos pequenos rios, na Região Norte (Amazônia). Igarapé é um termo indígena que significa “caminho de canoa” (de igara – canoa, e pé – trilha, caminho) (GUERRA & GUERRA, 2005).

A maior parte dessa população concentra-se nas áreas inundadas, que possuem mais de 600.000 km² e se localizam ao longo dos grandes rios Amazônicos. Destes, cerca de 400.000 km² corresponde a várzea e 200.000 km² de igapó (JUNK, 1980). Nessas áreas, é grande a flutuação do nível das águas dos rios, que varia em média de 4 a 10 m, resultando em grandes inundações ao longo de suas margens, gerando períodos de cheias e secas (JUNK, 1980).

É preciso considerar um outro aspecto importante, visto que a população ribeirinha tem profunda ligação com esse ambiente, de tal forma que a sazonalidade das águas exerce influência e determina os eventos sociais e as ações do cotidiano (HERMES, 2014). Assim, é comum a presença de edificações fixadas às margens dos rios, que são sua principal via de locomoção, fato este que justifica o acesso às canoas ou outras embarcações. Nota-se, portanto, que o rio está diretamente envolvido no modo de vida, transporte e na cultura geral da população ribeirinha.

Na busca de minimizar o fator de negativo das inundações sem desconsiderar o modo de vida ribeirinho, uma boa alternativa é o sistema construtivo baseado na tipologia arquitetônica das palafitas (MENEZES e PERDIGÃO, 2013; MENEZES et al., 2015).

Pode-se dizer que há uma atmosfera que é própria do lugar (NORBERG-SCHULZ, 1971) e da qual fazem parte tanto as alternativas construtivas, quanto os modos de conviver com as realidades ribeirinhas, de se relacionar com as margens, com as adversidades da natureza e um senso de fazer parte, que caracteriza o povo e seu habitat. Essa condição direciona estudos em arquitetura e urbanismo no sentido de identificar condições de “boa ambiência” (BRITTO LEITE; GONÇALVES, 2009), para além dos estudos sobre opções arquitetônicas e urbanísticas, que preservem esse modo de viver e de se relacionar com as características culturais, físicas e ambientais locais. Junta-se a essas observações, a importância da concretização de uma rede urbana ribeirinha para a economia regional do Amazonas, para o seu patrimônio cultural e histórico.

Então, o tema desta pesquisa é a busca por estratégias bioclimáticas, tecnologias e materiais sustentáveis para as pequenas cidades inundáveis da calha do rio Solimões-Amazonas, visando a garantia da boa qualidade de vida dos ribeirinhos; as boas condições das edificações tipo palafitas. Juntas, essas estratégias compõem boa parte do que se entende por “boa ambiência”, o que valida a importância desta área de estudo.

Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre palafita, arquitetura bioclimática, cidades pequenas, tecnologias (energia solar fotovoltaica, reaproveitamento da água da chuva, iluminação) e materiais sustentáveis (madeira, telhas, vigas, lajes) e de serviços básicos como separação/destinação dos resíduos sólidos e tratamento de esgoto. Consultadas as normas de desempenho NBR 15220, as bases de dados como o SCIELO- Scientific Electronic Library Online e Google Acadêmico e Periódicos Capes. Também foram coletados dados da Agência Nacional de Águas – ANA (<http://www.ana.gov.br>) e da Climate-Data.org (<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/amazonas-95/>). De posse do perfil bioclimático, foi possível perceber e propor melhores estratégias bioclimáticas que podem ser introduzidas na pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Cidades pequenas do Amazonas

Nos estudos sobre as pequenas cidades no Brasil, há uma tendência em utilizar a classificação de acordo com o quantitativo populacional. Segundo esse critério, o IBGE enquadra em pequenas cidades (até 20.000 habitantes), médias (até 500.000 habitantes) e grandes (acima de 500.000 habitantes). As cidades de pequeno porte são maioria no Brasil, sendo que 95% dos municípios brasileiros possuem até 50.000 habitantes, ou seja, há mais de 5.000 municípios que se classificam como pequenas cidades (IBGE, 2010). No Amazonas, dos 62 municípios, cerca de 84% possuem até 50.000 habitantes e 43% até 20.000 habitantes (IBGE 2018).

Similar ao quadro nacional, é alto o número de municípios de pequeno porte. As pequenas cidades da Amazônia, localizadas distantes das grandes, têm formas de uso e ocupação do solo, tanto urbano como rural, que expressam os hábitos de moradia da região, em geral, as edificações são construídas nas proximidades dos rios e florestas (SAKATAUSKAS e SANTANA, 2016).

Atualmente, o que se percebe é que essa categoria ainda não está amplamente caracterizada, além de ser possível notar existência de poucos estudos no Amazonas. Entretanto, podem ser destacados os trabalhos onde são abordados temas, tais como, os aspectos culturais (OLIVEIRA, 2004), a dimensão do rural e urbano (COSTA et al., 2014), o padrão de ocupação urbana, planejamento urbano e conceitos (SATHLER et al., 2009; SAKATAUSKAS; SANTANA, 2016), a questão da habitação e a rede urbana e cidades ribeirinhas (MORAES; SCHOR, 2011; SATHLER et al., 2009; SCHOR; OLIVEIRA, 2011).

Ainda sobre a classificação das cidades, o quantitativo populacional não deveria ser o único aspecto para se definir e compreender a pequena cidade. Buscando dialogar com este questionamento, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB) da Universidade Federal do Amazonas, propôs uma classificação para construir uma tipologia da rede urbana local.

Desse modo, os tipos de cidades são classificados de acordo com o seu papel na dinâmica da rede urbana, como resultado, as cidades estudadas pertencentes à calha do rio Solimões-Amazonas podem ser agrupadas em: cidades médias de responsabilidade territorial (Tabatinga, Tefé e Parintins), cidades médias com dinâmica econômica externa (Coari), cidades médias com função intermediária (Manacapuru e Itacoatiara), pequenas cidades de responsabilidade territorial (Benjamin Constant, Santo Antônio do Iça e Fonte Boa), pequenas cidades com dinâmica econômica externa (Codajás, Iranduba e Carreiro da Várzea) e cidades especiais (São Paulo de Olivença, Amaturá, Tonantins, Jutai, Uarini, Alvarães, Anori, Anamá, Silves, Urucurituba e Uruará) (SCHOR; OLIVEIRA, 2011; SCHOR et al., 2014; SCHOR et al., 2016).

Diante disso, mesmo que parte da população urbana do Amazonas esteja concentrada em pequenas cidades que não oferecem serviços suficientes à sua população, essas cidades funcionam como um local de proteção para os habitantes do interior.

Tipologia arquitetônica regional: Palafitas

Compostas por “pilotis”, a edificação pertence a um sistema construtivo em que é sustentada através de uma grelha de pilares (ou colunas) em seu pavimento térreo. Em francês, pilotis significa palafita, mas em português o termo foi adotado apenas para as estruturas arquitetônicas modernas, distinguindo-as das tradicionais palafitas de madeira de habitações lacustres (SANTOS, 2010). No Brasil existem vários núcleos de palafitas, sendo que a sua presença é mais comum na Amazônia (PALHETA; RODRIGUES, 2012; ROBACHER, 2013; MENEZES et al., 2015).

Segundo Menezes (et al. 2015), na Amazônia, o tipo palafita dialoga não somente com o ambiente físico, mas com os aspectos culturais e a vivência cotidiana dos ribeirinhos. Ela se reproduz de modo espontâneo na região e o conceito pode ser apossado pelo arquiteto a partir da compreensão da linguagem do espaço característica entre morador e ambiente físico (MENEZES e PERDIGÃO, 2013). Assim, as características culturais do povo podem ser mantidas para que não se perca o significado do lugar (MENEZES; PERDIGÃO, 2013).

É dentro desse contexto, em que a população ribeirinha habita edificações cuja tipologia arquitetônica é denominada palafita, que são habitações tradicionais e culturais, cuja arquitetura pressupõe um diálogo com o ciclo das águas da região, com suas pilastras de madeiras submersas durante enchente e vindas à tona no período da vazante (PEREIRA, 2011).

São fortes as relações estabelecidas pelos ribeirinhos, com a palafita e seu entorno. O fato de viverem próximos das águas, obriga os moradores das comunidades a conhecerem as condições relacionadas ao regime hidrológico e as maneiras de viver sobre as águas durante os

períodos de seca na terra firme e no período de cheias. Segundo Almeida (2005 pg. 56), a proximidade da água e da floresta transformou o morador de palafita em um ser “anfíbio”. Assim, muitas das casas nas áreas alagadas (várzeas) são construídas sobre palafitas ou sobre toras (flutuantes), para que não alaguem durante as enchentes. (OLIVEIRA JUNIOR, 2009; HERMES, 2014).

Portanto, a relação ribeirinho-palafita-entorno pode ser considerada o principal suporte na elaboração de projetos para a região, uma vez que, pode articular-se com outros aspectos visando a busca de respostas para a proposta arquitetônica (ALMEIDA, 2005). Assim, no desenvolvimento de novas propostas direcionadas para a construção de edificações em áreas alagadas, a relação com o meio ambiente (regime das águas ou condições climáticas) deve ser priorizada de forma a promover o aumento e a melhoria da arquitetura ribeirinha na região (Figura 1).

Figura 01: Edificação tipo palafita e seu entorno no Município de Anamá, no Amazonas, 2015.



Fonte: Autora, 2015

A arquitetura bioclimática é uma adaptação da produção arquitetônica às condições climáticas locais. O bioclimatismo seria um conjunto de recursos teóricos que buscam subsídios para o planejamento da edificação aproveitando os elementos do clima para satisfazer exigências de conforto térmico. A bioclimatologia é uma ciência antiga, baseada em estratégias projetuais, para vencer as adversidades climáticas (OLIVEIRA, 2006). Os irmãos Olgyay formularam um método de quatro estratégias integradas para a construção de um edifício climaticamente equilibrado: clima, através da análise dos elementos climáticos e microclimáticos do local, tais como temperatura, umidade relativa do ar, radiação solar e efeitos do vento; biologia, compreensão das necessidades biológicas e conforto humano; tecnologia, através da combinação de soluções tecnológicas para solucionar problemas de conforto ambiental; e arquitetura, que representa a combinação de todas as soluções formalizando-se na edificação (OLIVEIRA, 2006).

Givoni (1976), publicou em “Man, climate and architecture” uma carta bioclimática da edificação. Nessa publicação o autor diz que o clima de uma dada região é determinado pelo padrão das variações dos vários elementos e suas combinações, onde destaca-se ao considerar que para o conforto humano nos desenhos dos edifícios devem ser relacionados: radiação solar, comprimento de onda da radiação, temperatura do ar, umidade, ventos e precipitações os principais elementos climáticos. Na carta bioclimática, é delimitada a zona de conforto e limites dentro dos quais algumas estratégias de projeto poderiam garantir conforto, além de apresentar informações a respeito do comportamento climático do entorno.

A partir dessa carta, é possível indicar algumas estratégias a serem empregadas no projeto da edificação. As estratégias mais comuns são: ventilação, resfriamento evaporativo e umidificação, inércia térmica, aquecimento solar passivo, condicionador de ar, aquecimento artificial (GIVONI, 1976).

De acordo com o zoneamento bioclimático, a ABNT adotou o zoneamento apresentado em 1999 na composição da NBR 15220-3 de 2005, estabelecendo um conjunto de recomendações técnico construtivas para cada zona. Cabe salientar que a cidade de Manaus e algumas cidades do interior estão inseridas na Zona Bioclimática 8.

No Amazonas, tem sido comum não considerar as condições ambientais na prática da arquitetura, colocando em segundo plano as características locais. Porém, os irmãos Olgyay, desde os meados da década de 1960 já iniciaram discussões sobre a importância da arquitetura trabalhar de forma harmônica com a natureza, sendo assim os precursores das primeiras referências do assunto (“Design with Climate” e “Architecture and Climate”) quando criaram o termo “*bioclimatism*” (NEVES, 2006, p. 21).

Atualmente, as obras de Severiano Porto formam ao lado daquelas produzidas por Niemeyer, o conjunto de projetos mais conhecidos de um arquiteto brasileiro contemporâneo na América Latina e Europa. Este arquiteto, projetava a arquitetura bioclimática no estado do Amazonas que já eram praticados pelos ribeirinhos Amazônicos através da tipologia arquitetônica palafita. A partir desse princípio, para a elaboração dos projetos, na atualidade, é importante repensar as construções de forma a proporcionar um ambiente propício e estimulante de habitabilidade que dialogue com o entorno.

O desafio, nessa mesma linha de pensamento, é diminuir o impacto ambiental, principalmente em virtude de que as construções estão entre as principais atividades geradoras de degradação ambiental. A proposta é que a partir da arquitetura tradicional os problemas possam ser resolvidos perante os desafios das construções sociais sustentáveis, especificamente incorporados conceitos de arquitetura bioclimática (NEVES, 2006; LIMA e BORGES, 2014).

Caracterização climática

De posse dessas informações, pode-se traçar estratégias para a análise das pequenas cidades do Amazonas quanto ao perfil bioclimático. A ideia é que a partir dessas informações básicas, que devem sempre ser aperfeiçoadas, haja uma contribuição a fim de realizar a caracterização climática das cidades analisando os dados de variação da temperatura, umidade relativa, precipitação pluvial e nível das águas dos rios a partir da medição de suas cotas.

Quanto a temperatura, deve-se evidenciar a variação da temperatura anual, os meses mais quentes e as médias mais baixas, bem como sua insolação anual. A distribuição temporal da precipitação a fim de verificar sua ocorrência de chuva durante o ano e sua média anual para evidenciar as estações seca e chuvosa com o período de maior e menor de precipitação. Vale ressaltar, que na maioria das cidades do Amazonas, verifica-se a ocorrência de chuva durante praticamente todo o ano e a distribuição das médias de umidade seguem de perto a das chuvas, fazendo com que os menores valores, ocorram na época das menores precipitações.

Quanto a variação do nível da água o estudo é de extrema importância, visto que, há a incidência em quase todo o estado de inundações são periódicas. Vale ressaltar que a partir de 1990, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM, criou uma classificação de alerta - Sistema de Alerta de Cheias (SAC) - para oferecer às autoridades e demais órgãos competentes uma previsão realista de cheias, com tempo suficiente para que sejam tomadas as devidas medidas de assistência à população que ocupa o leito dos rios e igarapés (FERNANDES, 2016). Níveis de alerta foram definidos conforme as cotas das águas do Negro: entre 27 e 28.10m surgem os primeiros alagados, cheia fraca; até 28.50m começam os transtornos, cheia média; dos 28.50m inicia a cota de emergência, grande cheia e a partir dos 29m a cheia excepcional (FERNANDES, 2016). Assim, de acordo com essa classificação as cheias mais recentes, dos anos 2012 (cota, 29.97 m), 2013 (cota, 29.33m), 2014 (cota, 29.50 m) e 2015 (cota, 29.66 m) são consi-

deradas excepcionais (FERNANDES, 2016). Além disso, a mesma autora destaca o aumento na frequência de cheias excepcionais no estado.

De acordo com essa classificação, as cheias têm sido cada vez mais frequentes, com episódios de enchentes que aconteceram em nos rios Negro, Solimões e Amazonas (CPRM, 2017), as quais, destacam-se os anos 2009 (cota máxima de 29.77 m em julho), 2012 (cota máxima de 29.97 m em maio) e 2015 (cota máxima de 29.66 m junho) que foram considerados eventos extremos no ciclo hidrológico (SANTOS et al., 2017).

Para o levantamento de dados, dá-se o exemplo de Manaus, onde a amplitude de variação anual das inundações do rio Negro é de aproximadamente 10m e a cota da média de máximas anuais é 27.74m sobre o nível do mar. A enchente começa no final de novembro, começo de dezembro e continua até o final de abril, atingindo o nível máximo entre maio e julho, caracterizando o período de cheia. A vazante do rio começa no final de julho e começo de agosto prosseguindo até início de setembro. Finalmente, a cota atinge o valor mais baixo entre setembro a novembro, águas baixas, que é denominada como a seca.

Tecnologias sustentáveis

A fim de atender às cidades pequenas da calha do rio Solimões-Amazonas que abriga parte da população ribeirinha que habita as edificações vernáculas tipo palafita, foram selecionadas alternativas para uma boa qualidade de vida a serem empregadas, que devem cumprir os requisitos bioclimáticos, as normas vigentes, em especial as estratégias que são sugeridas para a zona bioclimática nº 8 onde está inserida a cidade de Manaus e alguns municípios do interior. Foram escolhidas a iluminação e ventilação naturais, vegetação como barreira solar, separação/destinação dos resíduos sólidos (com uso de compostagem), fossa séptica biodigestora elevada, energia solar fotovoltaica e o reaproveitamento da água da chuva.

Para o uso da Iluminação natural, deve-se evitar a radiação solar direta e planejar as edificações com sombrea-

mento 100% com utilização de brises ou vegetação. O recuo das paredes em todas as fachadas também é muito eficaz, facilitam assim sua implantação, porém não descartando os estudos sobre a orientação solar. A iluminação natural contribui no ambiente projetado com o contato do homem com a natureza, fator importante para o conforto do usuário, bem como evita o desperdício de energia provocado por iluminação artificial.

Considerando o clima quente e úmido, altas temperatura, umidade e a radiação solar elevadas da grande maioria das cidades do Amazonas, uma das maneiras de propiciar conforto térmico é a ventilação natural. As construções devem prever aberturas voltadas para a orientação da ventilação predominante, possuir grandes aberturas e como consequência, permitir a penetração da ventilação nos ambientes. Ressalta-se a importância da ventilação cruzada que promove a remoção do calor por acelerar as trocas por convecção e contribui para melhoria da sensação térmica dos habitantes por elevar os níveis de evaporação. Em contrapartida, o condicionamento passivo será insuficiente, sendo necessária a especificação de condicionadores de ar eficientes e econômicos ou ventiladores de teto que supram a necessidade térmica.

A importância das áreas verdes para melhorar na qualidade do ar e amenizar a temperatura, tem sido demonstrada em vários trabalhos, pois a vegetação no ambiente urbano é uma das principais estratégias empregadas para amenizar os efeitos do calor (ROBACHER, 2013; LONDE; MENDES, 2014; NEVES, 2006). A vegetação como barreira solar pode ser trabalhada com a utilização da cobertura verde ou telhado verde que é uma prática muito utilizada, sendo constituída por várias camadas, solo, com variação de espessura, material drenante, sistema contra raiz e impermeabilizante para área de sustentação do telhado verde, ou também com paredes verdes localizadas nas fachadas que receberão os maiores índices de insolação.

A separação e destinação dos resíduos sólidos abrange muitos tópicos, tais como: racionalização do consumo de matérias-primas e energia, segregação e destinação

adequada de resíduos, estímulo à aplicação de tecnologias limpas, cumprimento da legislação vigente e busca pela aplicação das melhores práticas. Recomenda-se a implementação da coleta seletiva dos resíduos orgânicos, resíduos inorgânicos, recicláveis, não recicláveis, conforme determina o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para sua destinação final, as técnicas são conhecidas como: tratamento, reciclagem e disposição.

Considerando o impacto ambiental, a localização das cidades do interior do Amazonas e o problema de logística, a técnica mais viável de ser utilizada é a reciclagem, bem como, sugere-se que nas cidades seja incentivada a implantação de composteiras que são locais onde são depositados resíduos orgânicos que geram um composto que pode ser usado como complemento para o solo.

Desenvolvido pela Embrapa Instrumentação, o sistema de funcionamento da fossa séptica biodigestora elevada é simples e de baixo custo, sendo possível tratar o esgoto dos banheiros de forma eficiente, eliminando o mau cheiro e reduzindo os micróbios que podem causar doenças. Essa tecnologia visa o lançamento de água limpa no rio/igarapé e permite ainda que o adubo líquido (efluente) que sai no final da fossa, seja utilizado na fertilização de plantas (OLIVEIRA et al, 2018). A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública. Nesse caso, por tratar-se de edificações tipo palafita, a fossa séptica deve ser adaptada à área inundável ficando no mesmo nível da edificação, e possuir por precaução, na elevação, uma margem de erro de 1m.

Quanto à energia solar fotovoltaica, é importante ressaltar que na Amazônia, os desafios para levar energia elétrica às comunidades são extremamente complexos considerando sua grande extensão territorial e suas populações que habitam áreas de floresta compacta, densa rede hidrográfica e alagáveis. No entanto, essa tecnologia tem sido considerada uma das alternativas para energização de regiões isoladas e distantes. A concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no estado do Amazonas, implantou sistemas de geração fotovoltaica e distribuição de energia elétrica em doze comunidades localizadas em seis municípios

no estado do Amazonas (ARAÚJO, 2014). Para reforçar a viabilidade dessa tecnologia, houve avaliação do sistema após seis anos (MORALES et al., 2012).

No Amazonas, a reutilização da água da chuva pode parecer exagero em um estado com abundância de água, porém, no período da seca, é comum nas comunidades ribeirinhas a ocorrência de escassez de águas e maior a dificuldade de conseguir a água para as atividades cotidianas (OLIVEIRA et al., 2008).

Materiais construtivos

A madeira que é um recurso natural e renovável, desempenha um grande papel como material junto à construção civil e ainda apresenta grande disponibilidade, especialmente na Amazônia. Nesse contexto a madeira é um dos recursos naturais mais consumidos, utilizado na construção das edificações para fins estruturais como vigas e pilares e fins não estruturais como paredes, portas e janelas. Neves et al. (2008) apresenta uma comparação de desempenho térmico de materiais tradicionalmente utilizados nas construções dos ribeirinhos das Reservas Extrativistas com materiais de construção comumente encontrados no mercado local. Através da análise da condutividade térmica, densidade e calor específico dos materiais os autores apontam a maior adequabilidade da madeira em relação ao bloco de concreto.

Com o foco na sustentabilidade das construções, em pesquisas realizadas no Amazonas, ressalta-se o trabalho de OLIVEIRA (2017) que desenvolveu telhas cimentícias reforçadas os com tecido de fibras naturais vegetais da Amazônia. Os resultados dos ensaios físico-mecânicos indicaram que as fibras utilizadas apresentam um potencial uso como reforço das placas cimentícias, formando um compósito de alta resistência, apresentando boas propriedades mecânicas e de durabilidade promissoras no desenvolvimento de peças estruturais.

Ainda relacionado aos compósitos desenvolvidos em pesquisas no Amazonas, destaca-se a viga madeira-concreto (SÁ RIBEIRO et al., 2006) que é composta de madeira de refugo de média a alta densidade

proveniente da região Amazônica e sobras de aço de construção, compostas de uma camada base com peças de madeira em alturas intercaladas e uma camada de topo de concreto em que revelaram alta resistência e média eficiência do compósito para as vigas avaliadas. Os autores ressaltam que os *decks* compostos de madeira-concreto podem atender uma grande demanda de uso, como pontes e lajes comerciais e residenciais na Amazônia brasileira.

Enfim, o uso dos conceitos de sustentabilidade relacionados aos materiais de construção enfatiza a necessidade de priorizar a especificação de materiais locais, renováveis, reciclados ou recicláveis, porém respeitando a cultura local, a tipologia arquitetônica de palafitas e a coerência com a paisagem das cidades com ambiente natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades pequenas do Amazonas possuem importante papel na rede urbana, na economia regional e em virtude das mudanças econômicas que ocorreram ao longo do tempo, geraram modificações que podem ter provocado alterações na função de seus papéis na rede urbana da região.

Diante disso, é grande a perspectiva do resgate da arquitetura vernácula tipo palafita como uma preservação da forma de habitar da população ribeirinha, considerando que, grande parte da população dessas cidades ainda guarda valores culturais e históricos. Então, a partir dos conceitos de sustentabilidade e de respeito ao contexto, a pesquisa reinsere os conceitos de arquitetura bioclimática e a utilização de materiais regionais já aplicados historicamente pelos ribeirinhos, conceitos de boa ambiência e tecnologias inovadoras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES pela concessão da bolsa de mestrado da primeira autora na Universidade Federal do Amazonas e ao Laboratório de Investigação do Espaço - LIA da Universidade Federal de Pernambuco que coopera com a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias - REDBCM.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220-3**: desempenho térmico de edificações: parte 3: zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005.

ALMEIDA, L. C. M. Habitabilidade na cidade sobre as águas: **Desafios da implantação de infra-estrutura de saneamento nas palafitas do Igarapé do Quarenta - bairro Japiim - Manaus/AM**. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

ARAÚJO, C. F. **Eletrificação rural em comunidades isoladas na Amazônia: Introdução da energia solar fotovoltaica na reserva extrativista do rio Unini, AM**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

BRITTO LEITE, M. J. GONCALVES, G. **O Espaço como investigação da Arquitetura**. In: IV Seminário do Projeter 2009, São Paulo: Projeter como Investigação: antologia. São Paulo: Ed. Alter Market, 2009.

COSTA, L. F. B.; ANDRADE, F. A. V. A.; SILVA, C. M. M. S. **O rural e o urbano na Amazônia: um estudo das transformações socioespaciais no distrito de Freguesia do Andirá no Município de Barreirinha-AM/ Brasil**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, out. 2014. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/30/rural-urbano.html>. Acesso em: 25 nov. 2018.

DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

DUTRA, M. J. L.; PEREIRA, H. S. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v. 20, n.1, p. 51-68, 2018.

FERNANDES, V. **Impactos socioambientais causados pelas cheias excepcionais do rio Negro em Manaus – AM, ocorridas entre 1950 A 2015**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM.

GIVONI, B. *Man Climate and Architecture*. 2. ed. London: **Applied Science**. 483 p., 1976.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**, Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

HERMES, F. **Elaboração de um projeto padrão de escola para as regiões ribeirinhas**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado Processos Construtivos e Saneamento Urbano) - Universidade Federal do Pará, Belém.

HUFFNER, J. G. P.; OLIVEIRA, A. R. F. Crescimento urbano desordenado no município de Ponta de Pedras na ilha do Marajó: Um estudo

de caso do bairro do Carnapijó. **InterEspaço. Revista de geografia e interdisciplinaridade**, Grajaú/MA, v. 3, n. 8 p. 159-18, 2017.

IBGE, 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/iranduba/panorama>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LIMA, F. C.; BORGES, J. T. Gestão energética no Amazonas: a alternativa solar. **Revista T&C Amazônia**. 24. ed. Manaus. p. 41-51, 2014. Disponível em: <<http://www.fucapi.br/tec/2014/09/30/gestao-energetica-no-amazonas-a-alternativa-solar/>>. Acesso em: 10/04/2018.

LONDE P. R.; MENDES P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - Hygeia**, Minas Gerais, v. 10, n.18, p. 264-272, 2014.

LOUREIRO, K.; CARLO, J.; LAMBERTS, R. Estudos de estratégias bioclimáticas para a cidade de Manaus. In: ENTAC IX Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, 2002. Foz de Iguaçu, p. 153-162.

JUNK, W. J. Áreas Inundáveis - Um desafio para Limnologia. **Acta Amazônica**, v. 10, p. 775-795. 1980.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V. Modo de habitar amazônico em sistemas: aproximações com o tipo palafita. In: VI Projeter: projeto como instrumento da materialização da arquitetura: ensino, pesquisa e prática, 2013. Salvador, p. 237-254.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V.; PRATSCHKE, A. O tipo palafita amazônico: Contribuições ao processo de projeto de arquitetura. **Oculum Ensaios**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 237-254, 2015.

MORALES, L. R. V.; MOCELIN, A. R.; ZILLES, R. Estado dos sistemas fotovoltaicos domiciliares instalados em uma comunidade ribeirinha amazônica após seis anos e meio de operação. In: IV Congresso Brasileiro de Energia Solar e V Conferência Latino-Americana da ISES, 2012, São Paulo.

MORAES A. O.; SCHOR, T. As redes urbanas na Amazônia: a cidade como o começo e o fim. **Revista Geográfica de América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-16, 2011.

NASCIMENTO, J. A. S.; MAURO, C. A. A sustentabilidade ambiental urbana a partir de uma perspectiva espacial: o caso das cidades da Amazônia brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 6, n. 9, p. 113-121, 2006.

NEVES, L. O. **Arquitetura bioclimática e a obra de Severiano Porto: Estratégias de ventilação natural**. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo.

NEVES, L. O.; SALAZAR, M.; STRAATMANN, J.; SANTOS, R.; TIerno, C.; VASCONCELOS, V.; REIS, A. A arquitetura popular ribeirinha na Amazônia e a elaboração de diretrizes de construção sustentável: o caso das Reservas Extrativistas Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri. In: XII Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, 2008, Fortaleza.

NORBERG-SCHULZ, C. Existence, Space & Architecture. New York: Praeger Publishers, 1971.

OLIVEIRA, T. F. C. S. **Sustentabilidade e arquitetura: uma reflexão sobre o uso de bambu na construção civil**. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Centro de tecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

OLIVEIRA, J. A. A cultura nas pequenas cidades da Amazônia Brasileira. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

OLIVEIRA JUNIOR, J. A. **Arquitetura ribeirinha sobre às águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, M. S. **Desenvolvimento e caracterização de telhas cimentícias reforçadas com tecido de fibras vegetais da Amazônia**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

OLIVIERA, T. C. S.; RODRIGES, B. F.; CARNEIRO, E. F. Qualidade de Vida de Ribeirinhos na Amazônia em Função do Consumo de Água. In: IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2008. p. 1-10.

OLIVEIRA, B. R.; GUEDES, M. C. G.; LIRA-GUEDES, A. C.; MARMO, C. R.; SARGES, R. C.; COSTA, J. B. P. Construção do sistema de fossa séptica biodigestor adaptada para várzeas estuarinas do Rio Amazonas. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2018. 32 p.

PALHETA, C. S. A.; RODRIGUES, C. I. A casa de Afuá: Estética popular em uma cidade sobre palafitas. **Iara - Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo, v. 5, p. 164-182. 2012.

PEREIRA, M. F.; SANTOS, S. M. A.; BARROS, T. D. Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade. **Somanlu**, Manaus, v. 11, n. 2, p. 15-40, 2011.

ROBACHER, L. A. Requalificação urbana e ambiental na área habitacional da zona portuária Baixada do Ambrósio, Santana, Amapá. **Inclusão Social**, Brasília, v. 6 n. 2, p. 32-41, 2013.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 2, p. 151, 2016.

SÁ RIBEIRO, R. A.; ROCHA, J. S.; SÁ RIBEIRO, M. G. Vigas de madeira-concreto com conectores de resíduos de construção. Conferência Brasileira sobre Materiais e Tecnologias não-convencionais na Construção Ecológica e Sustentável, Salvador, 2006.

SANTOS, T. O. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: Um estudo de revisão. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v.11, n. 2, p. 157-181, 2017.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, R. R.; COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A. Cidades, Rivers and Urban network in the Brazilian Amazon. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, v. 5, p. 258-276, 2014.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. **Acta Geográfica**, Boa Vista, ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, p.15-30, 2011.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A.; MORAES, A. O.; SANTANA, P. V. Aparentamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 1, p. 09-35, 2016.

SILVA, A. L. Estratégias passivas para habitações na cidade de Manaus visando o conforto térmico. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia. 13. ed, v. 1, n. 13, 2017.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova economia**, Belo Horizonte, v.19, n.1, 2009.

AMAZONAS
AMAZONAS
AMAZONAS
AMAZONAS

IMPORTÂNCIA DO ZONEAMENTO PARA A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS DE MELHORIAS URBANÍSTICAS EM BAIRROS ORIGINADOS DA AUTOCONSTRUÇÃO (ZEIS)

IMPORTANCE OF ZONING FOR THE APPLICATION OF URBANISM IMPROVEMENT POLICIES IN NEIGHBORHOODS ORIGINATED BY SELF-BUILDING (ZEIS)

IRISLALDO ERIK ESTEVAM DA SILVA

Mestrando em Geografia - PPGG / UFPB

E-mail: erik.estevam@gmail.com

RESUMO

Ao observar a dinâmica de uma cidade, percebemos em seu espaço o crescimento contínuo de áreas em diversas localidades. Sejam estas áreas oriundas da prática da autoconstrução (realizada pela própria população) ou não, sejam elas planejadas ou não, periféricas ou não, o fato é que todas elas necessitam de atenção do poder público para a realizar a melhoria de infraestrutura urbanas que atendam às necessidades da população. Diante disso, esse artigo tem por objetivo realizar uma breve reflexão teórica acerca desse tema, partindo da abordagem da produção do espaço urbano por um agente específico desse ambiente (a própria sociedade), a partir da autoconstrução, bem como enfatizar, por meio dos marcos legais, como o poder público pode pôr em prática o planejamento para melhorias urbanas e/ou urbanísticas dessas áreas em questão. Assim, por meio da legislação específica, pode-se realizar o zoneamento de prioridades dessas localidades (ou áreas) que são conhecidas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Identificar, selecionar e priorizar estas áreas dentro de um município para que se possa

aplicar as devidas ações de melhorias de infraestrutura e de equipamentos urbanos é um primeiro passo para se ter um bom desenvolvimento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano, Autoconstrução, Zoneamento, ZEIS.

ABSTRACT

When observing the dynamics of a city, we perceive in its space the continuous growth of areas in diverse localities. Whether these areas arise from self-building practices (made by the population itself) or not, whether planned or not, peripheral or not, the fact is that all of them need the attention of the public power to carry out the improvement of urban infrastructure that meet the needs of the population. Therefore, this article aims to make a brief theoretical reflection about this theme, starting from the approach of the production of the urban space by a specific agent of this environment (the society itself), through self-building, as well as to emphasize, through legal frameworks, how the public power can put into practice the planning for urban and/or urbanist improvements in these areas. Thus, through specific legislation, it's possible the zoning of priorities of these localities (or areas) that are known as Special Areas of Social Interest (ZEIS). Identifying, selecting and prioritizing these areas inside a city so that the necessary actions of improvements of infrastructure and urban equipment can be applied is a first step to have a good urban development.

KEYWORDS: Urban space; Self-building; Zoning, ZEIS

INTRODUÇÃO

Analisando a dinâmica de crescimento de uma cidade, percebemos que, continuamente, há o surgimento de novas áreas que podem se constituir como bairros. Sejam estes planejados ou não, frutos da autoconstrução ou não, periféricos ou não, o fato é que esses novos locais (ou futuros bairros), necessitam de atenção e de uma política que se volte para a assistência de seus moradores no que tange à implementação de serviços básicos de infraestrutura e de equipamentos urbanos.

A proposta para escrita desse artigo surgiu a partir das discussões e reflexões sobre a cidade e o urbano na disciplina de Planejamento Urbano cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG – UFPB), por meio do levantamento teórico-bibliográfico acerca de conceitos como espaço urbano, produção do espaço, planejamento e zoneamento.

Assim, a partir da realidade observada nas grandes e médias cidades brasileiras nas últimas décadas, percebemos que há continuamente o surgimento de periferias urbanas a partir da autoconstrução realizada pela própria população. Desta feita, este trabalho busca abordar, refletir e ressaltar a importância da prática do zoneamentos de prioridades realizada pelo poder o público no ambiente urbano para a melhoria destas localidades (ou novos bairros) que surgem constantemente ou daqueles já existentes há um certo tempo.

DESENVOLVIMENTO

O espaço urbano produzido pela população

Morar em uma cidade média ou grande no Brasil nos coloca diariamente diante de paisagens inquietantes. As pessoas sem casa e as casas luxuosas. Algumas comunidades sem pleno abastecimento de água e a água sendo utilizada para fins diversos em outras. Os modernos edifícios e as casas resultantes da autoconstrução sem o emprego de técnicas formais. Essas são imagens facilmente observadas nas cidades brasileiras. O geógrafo, então, considera essas paisagens para analisar e refletir como elas foram construídas, quais suas características, quais atores interferem naquela realidade.

Estudar o espaço deve considerar essas inquietações. Estudar o espaço urbano deve relacionar tais inquietações aos processos específicos deste tipo de ambiente: o espaço urbano. A luta pela moradia e a especulação imobiliária são marcas desse meio. Estudar o espaço é isso: articular escalas e conhecimentos sobre o processo de construção do lugar em que as pessoas vivem.

Trazer à tona a discussão do espaço e da sua (re)produção ao longo do tempo na cidade, faz-se necessário para entender a sua dinâmica e o modo como ele se manifesta na paisagem. O espaço é um movimento que para Santos (1977) pode ser entendido como um constante processo de fixos e fluxos e observar sua mudança é indispensável para a compreensão das questões que permeiam a dinâmica espacial. Para além desses fixos e fluxos presentes no espaço, é preciso que entendamos que, na perspectiva abordada pelo mesmo autor, podemos entendê-lo como um sistema de objetos e um sistema de ações. Santos (1997), afirma que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 1997, pag. 39)

O espaço na perspectiva enquanto sistema de objetos e sistema de ações é dinâmico. Tal dinamicidade se dá a partir das ações dos sujeitos sobre os objetos. Os sujeitos (sociedade) atuam e modificam o espaço constantemente, atribuindo-lhe características e funcionalidades diversas a partir de suas necessidades. As pessoas ao construírem a cidade, sua casa, seu comércio ou sua igreja estão agindo na transformação do espaço. Deixam suas marcas na paisagem. Onde antes não existiam construções, passam a existir. Para construir a cidade as ações transformam os objetos naturais em objetos artificiais. A vegetação foi retirada, o rio foi aterrado e agora temos ruas e casas. É dessa forma que as ações e os objetos vão construindo, transformando, reelaborando o espaço geográfico.

Nessa visão dinâmica do espaço, podemos então entender o que é o espaço urbano e sua produção. Para

Corrêa (2009) “o espaço urbano pode ser compreendido como um complexo conjunto de uso da terra e, assim, a organização espacial da cidade apresenta-se como um espaço fragmentado e articulado porque ele é, em suma um reflexo da sociedade” (CORRÊ, 2009, pág. 8 - 9), sociedade esta que, historicamente, e, sobretudo, no contexto capitalista, é desigual.

A produção do espaço urbano dentro da sociedade capitalista, então, é cercada de agentes com interesses, intenções e necessidades sociais diferentes que manifestam suas ações gerando relações em tal espaço fragmentando-se e articulando-se, inicialmente, mas não somente nesses dois processos isolados. Assim, a “[...] expressão espacial de processo sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade.” (CORRÊA, 1995, p. 09).

Entender como esse reflexo das ações sociais sobre o espaço urbano se concretiza é entender os motivos que levaram os diferentes grupos a se instalarem em determinados pontos de uma cidade, por exemplo. Segundo Corrêa (2005):

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de luta – é um processo social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 2005, pág. 11)

Além disso, o estabelecimento de determinados grupos sociais em certos pontos da cidade podem revelar, diretamente, o nível de posição socioeconômica do mesmo o que também é reflexo do sistema no qual estamos inseridos. Até o momento tenho trazido o espaço visto através da abordagem enquanto produção dentro da cidade, ou seja, o espaço urbano. Mas, para a além do espaço físico, construído, há o espaço vivido, dotado de importância para aqueles que o constroem. De acordo com Souza (2005), podemos entender que:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu, mas a organização espacial e as formas espaciais, uma vez produzidas, influenciam os processos sociais subsequentes. (SOUZA, 2005, pág. 99)

Quais “processos sociais subsequentes” seriam esses? Compreende-se que a cidade é de um todo tomada de apropriações e uso de seus espaços, muitas vezes ociosos. Certamente a organização espacial de uma cidade, que é dotada dessas relações, pode ser percebida na paisagem a partir das necessidades da população que constroem (produzem) sua própria habitação (geralmente nas periferias), estabelecendo e modificando esses espaços ao longo do tempo. É por isso que se faz importante entender o espaço urbano a partir dos agentes que o produzem¹. E, no caso da produção do espaço realizado pela própria população diante de suas necessidades de moradia, é importante também saber como esses espaços oriundos da auto-construção (muitas vezes precários e periféricos) são alvos de políticas públicas para melhoria de sua infraestrutura por meio da prática do zoneamento, prática essa que abordo no próximo tópico.

A ação da política pública por meio da prática do zoneamento

Tais localidades não planejadas nascem e crescem de acordo com a necessidade da população que não tem moradia própria e começam a ocupar áreas do tecido urbano. As pessoas que neles se estabelecem começam a construir suas moradias da forma como podem. Com o passar do tempo, o tecido da localidade vai to-

¹ De acordo com Capel (1983), além da própria população, outros segmentos da estrutura social do sistema capitalista reorganizam o espaço de acordo com suas necessidades e, sobretudo, de acordo com seus interesses, são eles: os proprietários dos meios de produção, os donos/ proprietários do solo, os incorporadores (grandes empresas) imobiliários, e o Estado em suas esferas (Municipal, Estadual e Municipal).

mando forma: as ruas (ou vielas) vão se desenvolvendo, as construções se intensificando, o pequeno comércio local se estabelecendo, tudo isso a partir da prática socioespacial e da dinâmica cotidiana dos próprios moradores da área.

A partir da abordagem de Cavalcanti (2001) e correlacionando aos bairros surgidos pela autoconstrução, percebemos que este espaço produzido existe por conta da organização social que nele se instaurou e orientou de forma a (re)organizá-lo continuamente, embora de forma não planejada. Assim, o arranjo estrutural das vias (um tanto desordenadas), ajuda a perceber que o planejamento urbano do mesmo não foi pensado anteriormente ao seu surgimento. Elas foram sendo desenhadas conforme a necessidade da população que nele se instala e determina seus próprios lotes de terreno. A autora, ainda ressalta que:

A cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações; contudo, ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado [...] Um aspecto a discutir no estudo da cidade e do espaço urbano é o significado e a importância de postular uma produção do espaço urbano e não uma organização desse espaço. (CAVALCANTI, (2011, pag. 66-67)

Campos Filho (2003)², classifica os tipos de bairro segundo a estrutura do tecido urbano com a qual o mesmo se apresenta. De acordo com a classificação do autor, temos os seguintes tipos:

² Ver obra do autor “Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade” que traz abordagens acerca de estrutura, planejamento urbano, zoneamento e propostas para que a população seja ativa nos movimentos e orçamentos participativos em sua cidade para cobrar ações de melhoria para o bairro onde se mora.

Tipo 1: bairro nascendo e se desenvolvendo isoladamente, usualmente na periferia do espaço urbano da época em que é associado;

Tipo 2: bairro se relacionando a bairros vizinhos formando uma malha de bairros, conforme o território urbano vai se expandindo;

Tipo 3: bairro planejado tipo “jardim”, que nasce usualmente nas periferias urbanas da época em que são implantados, e depois podem ir ficando centrais;

Tipo 4: bairro que se transformou em central na estrutura urbana devido a expansão do território da cidade.” (CAMPOS FILHO, 2003, pag. 60)

De acordo com os tipos de desenhos urbanos de bairro apresentados por Campos Filho (2003), identifica-se que os bairros por ele exposto como do “Tipo 1”, são aqueles originados pela autoconstrução, ou seja, pela própria população e sem planejamento. O autor ainda enfatiza a sua classificação e caracteriza-o como:

O tipo 1 tende a ser o que nasce de uma ausência de planejamento, com o mercado atingindo livremente, sem zoneamento ou com sua desobediência sistemática, como na região dos mananciais, ou regulando por um zoneamento misto aberto, sem controle sobre suas transformações [...] (CAMPOS FILHO, 2003, pág. 62; grifos do autor)

Contudo, essa tipologia não é algo fácil de se realizar, sobretudo porque ela deve partir de uma minuciosa tarefa de caracterização e da forma com a qual se originam esses bairros tais bairros. A tipologização deve ser feita *a posteriori* e não *a priori*. Como bem enfatiza Souza (2015) “[...] os critérios para identificação de tipos, não foram (são) propostos previamente, mas sim definidos após um minucioso exame da realidade. Nesse caso, uma realidade muito heterogênea.” (SOUZA, 2015, pág. 119, grifo meu). Assim, após a identificação de bairros e sua tipologia, a gestão pode determinar as prioridades para pôr em prática as suas ações de in-

fraestrutura e melhorias em tais localidades, bem como priorizar algumas delas.

A partir da promulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), a prática do zoneamento de prioridades começa a ser realizada no Brasil. O zoneamento é o instrumento que permite que haja a organização e divisão de um território de uma cidade em zonas. Existem vários tipos de zoneamento (de uso industrial, ambiental, de uso diversificado, agrícola, habitacional, etc.) além dos de interesse social. O zoneamento determina para tais áreas seu gênero e as práticas de uso e ocupação do solo com o objetivo de desenvolver projetos para melhorias de problemas específicos. Souza (2015), ao trazer o conceito de zoneamento, assinala que:

O zoneamento de prioridades, é uma identificação dos espaços (ou zonas, como prefere o linguajar técnico) que, por serem problemáticos, são considerados como merecedores de atenção especial por parte do Poder Público. Esses espaços podem ser favelas e loteamentos irregulares, demandando regularização da propriedade da terra e investimentos em infra-estrutura; podem ser, também, áreas de preservação ambiental. O assunto dos zoneamentos exige, contudo, um maior detalhe. O tipo mais usual de zoneamento é o zoneamento de uso do solo. Nele, a cidade é dividida em zonas conforme o tipo de uso do solo mais adequado para as diferentes partes do tecido urbano.” (SOUZA, 2015, pág. 263)

No que diz respeito ao zoneamento de interesse social, essa modalidade permite, assim, que os bairros reconhecidos e delimitados como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) possam ser alvos de melhorias de infraestrutura urbana. Esse instrumento pretende possibilitar melhor adequação urbanística³ de áreas pobres, bem como a sua regularização fundiária. Contudo as chama-

das ZEIS já existiam e seu reconhecimento já era praticado na cidade do Recife. Como afirma o plano do documento do Ministério das Cidades (2009, p. 10):

A expressão “Zona Especial de Interesse Social” - ZEIS surgiu em Recife, na lei municipal de uso do solo de 1983, delimitando áreas urbanas “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana (BRASIL, 2009, pag. 10)

É a partir de tal dinâmica de ocupação e do crescimento do tecido urbano, que se pode identificar e delimitar uma área previamente ocupada. De acordo com tais características e a tipologia adequada e, como já supracitado, observada *a posteriori* do processo de formação de uma área, é que se pode reconhecer e determinar uma ZEIS. Daí em diante a gestão pode dar início às intervenções e de planejamento da mesma. É o que ressalta o documento do Ministério das Cidades (2009):

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. (BRASIL, 2009 pag. 17)

³ Como ressalta Souza (2015) na parte III de seu livro denominada “Instrumentos e Institucionalidades”, o autor traz que o urbanismo é apenas uma das várias modalidades do planejamento. O planejamento urbano é algo mais amplo e complexo que o planejamento urbanístico, pois parte de algo previamente pensado e formulado para ser aplicado posteriormente na cidade.

A partir de então, o que podemos identificar de ações sobre planejamento urbanístico⁴ e qual a sua importância para a melhoria destas áreas (bairros, Zonas de Interesse Social) será toda embasada a partir de sua classificação como uma ZEIS. “Planejar as cidades tem como objetivo a garantia do bem-estar da população adequando a expansão urbana às necessidades presentes e futuras.” (CARVALHO [et. al.], 2010, p. 01). Este planejamento pode ser realizado previamente ou posteriormente com a delimitação de tais áreas pela gestão.

Podemos afirmar que a legalização de uma ZEIS pode ser respaldada a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo a partir do Plano Diretor da Cidade como afirmam Carvalho [et. al.] (2010) em seu trabalho intitulado “Gestão e planejamento de áreas urbanas”. É a partir do reconhecimento de uma ZEIS que há, também, o reconhecimento da diversidade de ocupação de solo nas cidades. O estabelecimento de uma ZEIS é importante para que se tenha a possibilidade de se construir uma legalidade na área ocupada e, portanto, o direito de moradia e habitação dos cidadãos nela estabelecidos a partir de tal legalidade atribuída.

Desta feita, o município tem sobre determinada área uma atenção maior e específica para que se concentrem ações de melhorias de planejamento urbano, infraestrutura e para a implantação de serviços públicos na localidade em questão, como postos de saúde e policial, escolas, creches, rede de água potável e esgotos, iluminação pública, dentre outros. A definição de uma área como ZEIS leva o município:

a) permitir a inclusão de parcelas da população que foram marginalizadas da cidade, por não terem tido possibilidades de ocupação do solo urbano dentro das regras legais;

b) permitir a introdução de serviços e infraestrutura urbana nos locais onde eles antes não chegavam, melhorando as condições de vida da população;

c) regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois reduzindo-se as diferenças de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação, reduz-se também as diferenças de preços entre elas;

d) introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos;

e) aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas – vistas nesse caso muitas vezes com bons olhos pela população, pois os serviços e infraestrutura deixam de ser encarados como favores, e passam a ser obrigações do poder público;

f) aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda. (PÓLIS- IDELSEFES, Recife, pag. 01, 1998)

⁴ Baseado em Souza (2015) e em outros textos como os de Arantes (2009), Maricato (2009) e Vainer (2009) que tratam sobre o planejamento urbano no Brasil em geral e, a partir reflexões pessoais, prefiro aqui utilizar a expressão “planejamento urbanístico”. No meu entendimento para o caso discutido neste artigo a aplicação das ações de planejamento e infraestrutura para uma ZEIS se dá após a sua existência, seu reconhecimento e regularização, logo se trata de um planejamento urbanístico.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) é a lei que regulamenta os artigos nº 182 e 183⁵ da Constituição de 1988, neles são estabelecidas normas que regem “o uso e a propriedade do solo urbano para o interesse social em prol do bem coletivo” (CARVALHO *[et. al.]*, 2010, p. 09). A partir do Estatuto, há então a concretização de instrumentos que poderão ajudar e auxiliar no planejamento urbano além de, obviamente, instituir outros conceitos e argumentos que permitam ao município ter um maior controle e gestão urbanística sobre sua área e fiscalização sobre o uso do solo.

Assim, pelo Estatuto da Cidade, podemos perceber que há uma variedade de instrumentos que permitem o planejamento urbano e urbanístico, além do zoneamento. Estes instrumentos, em consonância com o reconhecimento da ZEIS, podem auxiliar no processo de regularização da área e da fixação da população que nela vive.

5 Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (p. 12-13)

O documento do Ministério das Cidades (2009, p 18) ainda afirma que “o poder público municipal é responsável por coordenar a implementação das ZEIS, porque elas são um instrumento da política de desenvolvimento urbano do município”. Desta feita, após o reconhecimento e implementação, a área pode fazer parte dos projetos de melhorias urbanas e/ou urbanísticas que abarca todo o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi abordado, percebemos que há uma correlação direta entre a produção do espaço urbano realizada pelas pessoas e uma de suas necessidades básicas: a moradia. É esta necessidade que faz com que a camada mais pobre da sociedade recorra a construção de sua habitação de forma precária, em áreas periféricas e de vulnerabilidade social e ambiental. A autoconstrução existe e é constante. E só por meio da ação do Estado (o poder público) que essa camada da população pode reconhecida e assistenciada por meio dos parâmetros legais que este dispõe.

É dessa forma que os dispositivos legais (a legislação) e os instrumentos de planejamento entram em consonância para atuar de maneira conjunta na cidade. Vale a ressalva que a aplicação da legislação na cidade varia muito de gestão para gestão, e que é algo que depende unicamente dela no município para se concretizar. É um exercício que deve ser realizado frequentemente, já que a produção do espaço urbano a partir das necessidades reais da população é um processo contínuo e que sempre vai existir. Sua ação é sempre visível no tecido urbano e as pessoas dessas áreas precisam de assistência e serviços urbanos e infraestrutura básicas.

Identificar, selecionar e priorizar determinadas áreas dentro de um município para que se possa aplicar as devidas ações de melhorias é um primeiro passo para se ter um bom desenvolvimento urbano. No caso das ZEIS, não se trata apenas de uma delimitação e reconhecimento, mas sim de todo um conjunto de ações que, após essa classificação, pode proporcionar uma melhoria direta na qualidade de vida de seus morado-

res que tanto precisam das mínimas condições de salubridade no seu lugar de vida cotidiana com todas as adequações que atendam às suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPEL, Horacio. **La producción del espacio urbano**. In: Capitalismo Y morfología urbana en España. Barcelona: Ediciones Frontera, 4ª ed, 1983. (p. 85-142)

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In: Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. (p. 15-48)

BRASIL: Ministério das Cidades. **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de vazios urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

CARVALHO, Luiz Eugênio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães; BEZERRA, Anselmo César V. **Gestão e planejamento de áreas urbanas**. Recife: UFPE, 2010.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2009. (p. 121 – 192)

Planalto – Casa Civil: Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em 18/12/2018 às 19h40min

_____. **Lei nº 10257 de 10 de Julho de 2001 - Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_

2001/L10257.htm> Acesso em 18/12/2018 às 18h15min.

Revista Pólis-Idelsefes: dicas e ideias para a ação Municipal. **Zonas de Especial Interesse Social**. Nº 117. Recife, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.

_____. **Breve nota metodológica em torno da construção de uma tipologia das abordagens de planejamento e gestão urbanas**. In: Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. (p. 117-131)

_____. **Instrumentos de Planejamento Urbano**. In: Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. (p. 215-292)



“MEMÓRIA NÃO SE REMOVE”: A HISTÓRIA DAS FAVELAS ESCOVADA A CONTRAPELO.

“MEMORY CAN’T BE REMOVED”: THE HISTORY OF FAVELAS BRUSHED AGAINST THE GRAIN.

PATRÍCIA MONTEIRO SANTORO DOS SANTOS

Titulação: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UFRJ (2017) - institucional: Mestranda em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ (atualmente) - patii.monteiro@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aspira, com a brevidade de um ensaio acadêmico, acrescentar à discussão sobre as variáveis da violência estatal presentes nos grandes projetos urbanos – enfatizando os movimentos sociais favelados que resistem a partir da preservação da *memória*. Aborda-se a disputa por novas *narrativas* que falem da favela como potência (presença, e não ausência) – o que demanda um esforço de “contra-discurso” de seus moradores, únicos com direito legítimo de contar a sua história. A narrativa dos oprimidos será também uma história da luta de classes, na medida em que revelará a *barbárie* que a história oficial (da classe dominante) esconde. Como exemplos de atravessamento de memória - mas, também, símbolos de resistência favelada: Manguinhos, Vila Autódromo e Complexo do Alemão.

PALAVRAS CHAVES: favelas; direito; memória; resistência.

ABSTRACT

With the briefness of an academic assaying, the present work aspires adding to discussion about the variables of the state violence present in urban design - emphasizing the social movements from favelas that resist by preserving the memory. The dispute is addressed for new narratives that speak about favela like powership (as like presence, and not like absence) – what demands

efforts of a “counter-discourse” from their residents. The narrative of oppressed people will also be the history of the class struggle, just because it will reveal the barbarism hidden behind the official history (from the hegemonic class). As examples of memory’s disrespect - but also as resistance symbol of the favela - it will be shown the cases of Manguinhos, Vila Autódromo and Complexo do Alemão.

KEYWORDS: favelas¹; right; memory; resistance.

INTRODUÇÃO

“Parece que os LUGARES DE MEMÓRIA devem ser autorizados pelo poder. Os moradores não podem criá-los. Por isso, nós vamos na contramão. A contramão é um caminho difícil, mas é coletivo.”

- Marize B. Cunha

Por que não aprendemos com a história? Por que projetos urbanos de hoje revisitam erros categóricos do passado? Seriam pouco potentes os movimentos sociais que lutam pela preservação da memória? À esta última pergunta, pelo menos, a resposta é fácil: não! Os movimentos que reivindicam o **direito à memória** são “A” alternativa possível. Admiravelmente resilientes, sobrevivem em oposição aos planos hegemônicos de dominação através do planejamento urbano (*do Estado sobre a Sociedade*)². As formas de controle social do Estado alternam entre opressão-repressão; ao passo que o estímulo a discussões em esferas participativas seria o controle social estruturado na via oposta (*da Sociedade sobre o Estado*).

1 Opta-se, aqui, pela não-tradução para o inglês do termo “favela”. O termo “slum” (1812) tendeu – por muito tempo – à criminalização desse território citadino e sua população (DAVIS, 2006).

2 SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: NOVAIS, Pedro. “Planejamento social, controle social e desigualdade socioespacial”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 22 ago/2018.

Os mecanismos participativos ainda são, no entanto, muito tímidos – quando existem e não têm seu propósito desvirtuado. Este trabalho pretende, com a brevidade de um artigo acadêmico, reforçar a discussão sobre quanta violência estatal permeia os grandes projetos urbanos – enfatizando os movimentos sociais favelados que resistem a partir da *preservação da memória*. As estratégias de sobrevivência das favelas de Mangueiras, Vila Autódromo e Alemão nos ensinam – arrisca-se dizer – mais do que as teorias sobre o que precisa ser revisto. Os excluídos denunciam a ausência de participação da classe trabalhadora (das minorias em geral) nas decisões sobre aquilo que afeta suas vidas. Para discutir sobre a produção social do espaço, discute-se aqui, uma vez mais, um dos princípios da teoria marxista (sob o ponto de vista de quem é explorado): “o homem como sujeito de sua história”.

O ‘urbanismo’, como todas as outras técnicas (que não são neutras, atuam sempre sob algum viés), é um objeto de disputa por diferentes grupos sociais. Até aqui, foi a classe dominante quem sempre se apropriou dele como ferramenta; como a solução da classe proprietária para a organização espacial da cidade. Aqui urge a discussão sobre a *responsabilidade moral* do exercício profissional (e humano) do *Urbanista* e Arquiteto. Se o planejamento é usado – hegemonicamente – para controlar e dominar, como podemos usá-lo para impedir esse mau uso (no sentido daquilo que é imoral)? Qual contribuição o urbanismo pode dar à “classe operária”?

Disputando narrativas

Sob a perspectiva da antropologia, Neiva Vieira da Cunha³ entende a memória coletiva dos movimentos sociais e coletivos como um “contra-discurso” – “*não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas*” (LEFEBVRE, 1968, p.113). Por se contrapor e por resistir, a partir da luta, aos discursos de poder e

à história oficial, os moradores (há tempos) reivindicam uma nova narrativa sobre a favela. Se a ‘história’ é mecanismo de dominação, o ‘materialismo histórico’ é exigência da classe trabalhadora pela historicização dessas relações produtivas.

Por questionarem a história do modo como vem sendo contada, exercem – na prática – a Tese VII proclamada por Benjamin (1940)⁴: estão “*escovando a história a contrapelo*”. Significa concebê-la do ponto de vista dos vencidos, em oposição à história oficial (identificada com as classes dominantes) – que oculta o excedente utópico presente na luta dos oprimidos. A *história da cultura* – sendo esta história oficial que despreza e ignora a cultura popular – deve ser abandonada, para passar a integrar a *história da luta de classes*. E isso não se resume a aperfeiçoar a história da cultura para a uma história mais “democrática” ou “popular”; é mais revolucionário e radical do que isso: significa desconstruir o fetichismo burguês, ao revelar a **barbárie escondida** nessas produções culturais (LÖWY, 2010).

Os movimentos sociais reivindicam, por exemplo, uma narrativa que fale das potencialidades de seus territórios – sua demanda é por reconhecimento. Como aponta Neiva, chega de caracterizá-los pelo “*o que não têm*”, falemos “*do que as favelas têm*”. A ‘Hipótese 4’ de Pablo Benetti (2018) para projetos urbanos em favelas diz que “*a caracterização da favela pela ausência dificulta sua organização política e seu reconhecimento urbano e social*”. Defini-las pela **presença** significa reconhecê-las, por exemplo, enquanto concentradoras de renda e de oportunidades de negócios que subsistem ali mesmo; ou por sua capacidade de convivência e resolução de conflitos (já que a polícia, ali, não tem nenhuma legitimidade para mediar qualquer questão); ou por sua juridicidade específica (que correlaciona forças internas – aí sim, com alguma legitimidade, com o poder estatal), etc.

3 SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: DA CUNHA, Neiva Vieira. “Memória e resistência na cidade”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 31 out/2018.

4 “Teses sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940 apud LÖWY, 2010).

Esta representação que, historicamente, caracteriza a favela pela falta, pela violência, pela precariedade... acaba justificando intervenções que veem esse território como *tábula rasa* para atuação. O “grau zero da arquitetura” (em busca do “grau máximo de renda”) caminha para um reducionismo de formas desgarradas de qualquer contexto, sem nenhuma preocupação com o entorno (ARANTES, 2008). Alcança-se o valor mais raso que a arquitetura pode ter. E há, no entanto, quem confunda essa arbitrariedade com liberdade projetual. O Complexo do Alemão, por exemplo, recebeu investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC – com destaque para “mobilidade” [sic]⁵, através da implantação do primeiro teleférico em favelas no Rio de Janeiro. Apesar da exploração midiática, o projeto do teleférico parece não ter considerado as demandas de deslocamento da população.

Com as estações localizadas no topo dos morros, pouco acessíveis aos habitantes de cotas mais baixas, só 10% da população de quase 80 mil pessoas eram transportados por dia – menos de 1/3 da capacidade oferecida pelo sistema (IZAGA; PEREIRA, 2014, p.100/101). Os 33% dos recursos investidos na construção do teleférico, somados aos 28% deles em infraestrutura (muitas vias foram abertas para colocação dos pilares do sistema) revelam que quase 2/3 dos gastos foram para obras não consideradas prioritárias pela comunidade (PATRÍCIO; CARDOSO, 2016, p.13). As obras, iniciadas em abr/2008, previam um novo sistema viário com 21,4km de extensão (“para permitir o acesso de veículos de serviço”). É curioso notar, no entanto, que apenas 30% dos domicílios do Alemão ficam em vias transitáveis a carro; os 70% restantes são acessados por becos, escadarias ou ruas de pedestres⁶.

5 Inaugurado em 7 jul/2011, o sistema de teleférico - que conectava 6 estações em um percurso de 3,5 km - parou de funcionar em 21 out/2016, por falta de pagamento do Estado (lê-se “desvio de dinheiro público”). Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/fonte-de-propina-de-sergio-cabral-pac-das-favelas-deixou-obras-inacabadas-20542726.html>>. Acesso em 30 nov/2016.
6 Fonte: Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão - Caderno de Resultados. Disponível em <<http://m.ptdocz.com/doc/586011/pds-alemao>>. Acesso em 13 jul/2017.

A exploração da imagem do teleférico por jornais, “turismo”⁷, novela, marcas (Figura 01) – associada à má fé da expressão “retomada de território” – exemplifica a técnica sendo utilizada com fim propagandista de um sistema político. Cinema, publicidade, televisão; o audiovisual em geral: a arte reproduzida em *massa* (era da reprodutibilidade técnica⁸) consegue capturar, reunir e ordenar as *massas*. O projeto é usado, de maneira perversa, como ferramenta para a manutenção da alienação que naturaliza relações sociais não naturais. Falta ouvir o que a favela já diz: “*Mas talvez não seja de estrelas que esse planeta precisa, muito menos do marketing [...] No caso do arquiteto e urbanista, um profissional que entenda de [...] comunicação visual para uma população favelada*” (ARANTES, 2010, p.108).

A *ausência* ou *presença* do Estado, aliás, não são opções excludentes, mas qualidades simultâneas: está *ausente*, por exemplo, na regulação e oferta de terras, mas *presente* em manter esse território sob o status da “ilegalidade” (BENETTI, 2018). Caracterizar a favela sempre pelo viés da “falta” ignora seu potencial como solução criativa para o problema habitacional, assim como despreza os esforços diários de sua população para ser social e legalmente reconhecida. A estetização da política reivindica e cultua a estética da ‘ordem’; e “*Todos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto [] a guerra*” (BENJAMIN, 1996, p.195).

7 A disputa por narrativas sobre a favela – que superem a da criminalidade - JAMAIS deve ser a do “zoológico de bichos humanos” no qual se pode simplesmente turistar. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/opinion/1506382613_871251.html>. Acesso em 26 set/2017.

8 (BENJAMIN, 1996).

Figura 01: Exploração da imagem do teleférico do Complexo do Alemão
 Fonte: Divulgação Rede Globo (2012) | Disponível em <<https://caras.uol.com.br/arquivo/nanda-costa-e-dira-paes-gravam-salve-jorge-no-morro-do-alemao.phtml>>. Acesso em 16 jan/2019.



Legenda: Atrizes Nanda Costa e Dira Paes gravando cena da novela ‘Salve Jorge’; com o teleférico estampado pela marca de sorvetes ‘Kibon’; foto compartilhada em um ‘guia turístico’ (Disponível em <<http://www.guiadorio.net.br/2013/10/dicas-de-turismo-rio-de-janeiro-teleférico-complexo-do-alemao.html?m=1>>. Acesso em 16 jan/2019).

Essa narrativa pautada pelos aspectos negativos justifica, também, o controle social policial. O medo tem efeito fundamental na política porque alimenta o desejo das pessoas de terem proteção. Nesse sentido, justifica situações de emergência e autoriza uma política de segurança/vigilância do Estado que compromete nossa individualidade/privacidade. A perversidade disso está em aceitarmos esse controle/militarização do espaço público, porque entendemos que essas medidas não são para nós - mas para aqueles por cuja etnia, religião, cor e condição social são tratados, arbitrariamente, como suspeitos.

Por esse raciocínio, pode-se compreender porque uma das Mães de Manguinhos⁹ (em encontro na Fiocruz em set/2018) definiu o PAC Favelas como uma parte do pacote de “segurança” pública do Estado, não como programa de urbanização. “A UPP chegou junto para si-

lenciar a resistência contra o PAC”, disse. Segundo ela, a elevação da via férrea de Manguinhos sob o pretexto da “integração dos dois lados da comunidade”, na verdade, veio para facilitar o deslocamento do Caveirão¹⁰ dentro da favela. O que guarda certo sentido, já que os dois lados permaneceram separados com a duplicação da Av. Leopoldo Bulhões.

A história contada por quem detém o poder justifica projetos urbanos de teor etnocêntrico e autoritário, que desconsideram as representações locais. Por exemplo, a celebração de serviços sociais prestados por polícias da UPP - sem considerar ou sem incentivar diversos projetos sociais pré-existentes dentro da comunidade. A construção da ‘favela’ pelo ‘asfalto’ diz muito mais sobre o segundo: a negação do *direito de existir* e o *discurso do terror* (para justificar a militarização) fazem parte da narrativa que pretende transformar a realidade na direção do aprofundamento do sistema vigente - capitalista e fascista. O ‘urbanismo’ (técnica não neutra) tem sido setor estruturante ao desenvolvimento do capitalismo – que tem no fascismo não “O” único meio de, mas uma opção consciente.

O fascismo elabora uma imagem idealizada sem espaço para o contraditório e, sob o pretexto do progresso a qualquer custo, reivindica a “guerra” para mobilizar a sociedade. A “metáfora bélica” (FRANCO, 2014, p.96) é perigosa: de tanto ser repetida, autorizou tacitamente que o Estado oficializasse, de fato, uma guerra contra esse território – e, caos conflagrado, justificasse todo tipo de ação. Só os não favelados puderam ser manipulados pela falsa sensação de alívio com o anúncio das UPPs - “Unidade de Porrada nos Pretos”, para Alan Brum (2016, p.230). O “Caveirão da Paz” (branco, e até aí se revela o racismo estrutural em que vivemos) continua derrubando corpos no chão¹¹. O urbanismo militar “ex-

9 Mães de Manguinhos é “um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que têm filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado, a polícia racista e fascista Brasileira”. Militam todos os dias, apesar do luto, pela memória de seus filhos mortos pelo Estado. Definição e ações do grupo disponíveis na página do Facebook @maesdemanguinhos.

10 Siglas: Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz); PAC (Programa de Aceleração do Crescimento); UPP (Unidade de Polícia Pacificadora); Caveirão (nome popular do veículo blindado da polícia militar).

11 Adolescente executado no Alemão. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/10/5579718-morte-no-alemao-dh-apreende-armas-de-sete-policiais-militares.html>>. Acesso em out/2018.

pressa nitidamente as contradições de um modelo autoproclamado ‘pacificador’” (FRANCO¹², 2014, p.95):

Dessa forma, o caráter autoritário e violento da polícia sobre as populações de baixa renda e seus locais de moradia (favelas, morros, conjuntos habitacionais e posses) são vistos como atos normais, por grande parte da sociedade, dos meios de comunicação e dos agentes responsáveis pela segurança do Estado, reproduzindo o discurso de que bandido e favelado são sinônimos. A “metáfora bélica” ganha apoio de diferentes setores da sociedade e justifica todo o tipo de violência. (FERRAZ, 2007-2008, p.200 apud FRANCO, 2014, p.95/96).

Às vezes, o arquiteto não “percebe” que sua atuação pode expor alguém ao risco; o distanciamento da situação sobre a qual se projeta é a estratégia perfeita para eximir o profissional do que possa ocorrer antes, durante e depois da execução do seu projeto. O projeto urbano do PAC no Alemão, por exemplo, foi a porta de entrada para o projeto de “segurança” pública das UPPs. Dois eventos que não se desvinculam; inclusive o desdobramento infeliz de um denuncia o outro, e vice e versa. Mais do que a *responsabilidade técnica*, está em jogo a *responsabilidade moral* do urbanista. Mais severo que possa soar, não podemos nos permitir desconhecer as circunstâncias sobre as quais projetamos e, mesmo as conhecendo, submeter um projeto que sujeite o outro a este lugar de medo. É evidente que - não tão simples como escrito - isso pode acontecer: sobrar o pedido de desculpa e a solidariedade. Por isso, não é salutar reivindicar a “aura” do arquiteto; estamos passíveis ao erro (técnico ou moral) – e seremos, sim, responsáveis por ele.

12 Dissertação da vereadora Marielle Franco – executada em 14/03/2018: “UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro”.

Tudo isso dito, não espanta constatar que os interesses e as experiências dos moradores dessas áreas não são considerados na elaboração da proposta de intervenção urbana. Em Manguinhos (Zona Norte do Rio de Janeiro – RJ), as obras do PAC reconstruíram sobre o rio Faria-Timbó uma estrutura de concreto que fez piorar a gravidade das enchentes na região (em função da retenção de lixo nas vigas). A reconstrução da ponte (Figura 02) - que já havia sido retirada pela Prefeitura por exatamente esse motivo - mobilizou moradores a formalizarem uma reclamação¹³:

A construção da ponte sobre o rio Faria-Timbó é a causa das enchentes de Manguinhos, parte de Bonsucesso e parte de Higienópolis. Vivemos um período de 1991 a 2009 sem enchentes, mas no ano de 2010 perdemos nosso sono e, até a data de hoje, já houve outras 3 grandes inundações, onde moradores e comerciantes tiveram muitos prejuízos. (PIVETTA et al, 2016, p.25)¹⁴

Dessa forma, uma obra inserida no pacote de intervenções de um programa público de urbanização golpeou, *por tabela*, a construção da *memória coletiva* de moradores daquele local. A obra da ponte não apenas ignorou os avisos daqueles que, por residirem há anos na comunidade, tinham de fato experiência para avaliar seu impacto; como também, *por tabela*, agravou as enchentes em Manguinhos. Tendo uma das últimas, no início de 2018, arrasado com as mudas de árvores plantadas no coração da favela - pelas Mães de Manguinhos - em 2016 (em *memória* de seus filhos assassinados pelo Estado).

13 Carta escrita por moradores (impresso) e entregue ao presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro/EMOP, em 02 jul/2015 (PIVETTA et al, 2016, p. 25).

14 Relatório produzido pelo ‘Laboratório Territorial de Manguinhos’ (LTM-Fiocruz) - grupo de trabalho que avaliou os impactos do PAC nos Complexos do Alemão, de Manguinhos e da Rocinha.

Figura 02: Obras do PAC sobre o rio Faria-Timbó.



Obras do PAC sobre o rio Faria-Timbó. 04/02/2014. Acervo LTM. Fotos: Jorge Castro

Fonte: Acervo LTM-Fiocruz | foto: Jorge Castro em 04 fev/2014 (PIVETA et al, 2016).

Direito à memória: resistência favelada

Os afetos e sentimentos desempenham importante papel nas formas de mobilização comunitária (DA CUNHA, 2018): a dor/o sofrimento/a indignação despertam o coletivo na construção da oposição àquilo que os oprime. Às margens do que veio a ser o Parque Olímpico em 2016, a Vila Autódromo (1ª favela da Barra da Tijuca) reafirmou-se enquanto lugar de resistência – apesar dos atravessamentos de memória. Em 02 set/2017, em parceria com o Instituto Goethe (Projeto Céu Aberto), o Museu das Remoções organizou na comunidade o evento “Vila Autódromo e o futuro da memória”:

Nos últimos 9 meses, o projeto buscou colaborar para reflexão sobre a memória territorial, problematizando os processos de urbanização excludentes promovidos no Rio de Janeiro. Em uma interface entre a arte, urbanismo, arquivologia e ativismo, foram desenvolvidos dispositivos e atividades que valorizam a memória construída e em construção pelos moradores e apoiadores da Vila Autódromo, tendo como ponto de partida a própria história da comunidade e iniciativas como o Museu das Remoções. (MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).

Hoje, na entrada da Vila Autódromo, um grande painel recebe o visitante com a lembrança do que foi um dia a comunidade (Figura 03) – em contraste com a rea-

lidade daquilo que sobrou. Tudo o que o capital toca dissolve o que havia antes: a classe trabalhadora está sempre sendo removida contra sua vontade (em vez da permanência, eis que se apresenta o “urbanismo efêmero”). A redução da favela a, basicamente, uma única rua de pouquíssimas casas padronizadas na cor branca choca! - porque materializa toda a violência que conduziu o processo de remoção e a tentativa de apagar a especificidade desse território e de seu povo.

Figura 03: Placa de “boas-vindas” na Vila Autódromo (antes e depois)¹⁵.



Fonte: Museu das Remoções (facebook) | foto: Luiz Claudio Silva | divulgação: Nivaldo Macário – em 07 ago/2016 (foto maior); e 05 ago/2018 (foto em círculo).

Ainda sobre estratégias de preservação da memória contra políticas de remoção, a arte (técnica em disputa) se apresenta como instrumento potente de denúncia. A artista visual Carol Lucena – nascida e criada no Complexo do Alemão – elaborou, em 2011, um trabalho que se apropria das *ruínas* e dos *escombros* remanescentes das remoções em função do PAC Alemão (Figura 04). ‘Ruínas I’ “propõe a imaginação da estética anterior à demolição do imóvel, a suposição de imagens, e por isso, a fotografia do não-real, do passado”, define ela.

¹⁵ A Vila Autódromo mostrou-se experiência vitoriosa embora parcial: 90% removida, 20 famílias conseguiram permanecer no local após “urbanização” da prefeitura - que não considerou o Plano Popular da Vila Autódromo (alternativa dos moradores). Sobre o processo iniciado em 2014: Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/com-remocoes-vila-autodromo-enColhe-83-em-dois-anos-17872872>>. Acesso em 20 mar/2018.

Enquanto ‘Ruínas II’ *“Trata-se de intervenção em paredes e muros urbanos na construção de ruínas de cômodos destruídos; sugerindo a instalação de um imóvel recém-demolido, nunca de fato existido”*.

Outro ato “denúncia-resistência” a partir da arte, também no Alemão, foi a apropriação – com o grafite – de uma escada que restou das remoções realizadas ao longo da Av. Central (Morro do Alemão). A intervenção (do artista local Mario Bands) tornou-se ainda mais simbólica porque, pouco tempo depois da apropriação coletiva desse fragmento de memória, o governo o derrubou. A pesquisadora Marize Cunha, do LTM-Fiocruz¹⁴, registrou essas temporalidades distintas: da permanência do passado, depois a intervenção artística, até a extinção total de um pedaço da história local (Figura 05). Não bastassem os traumas do processo de remoção, essa última ação feriu ainda mais aqueles que se relacionavam afetivamente com o local. *“Me afetou tanto que sonhei com isso... Com essa cena da destruição... Desanimar jamais, precisamos reagir!”*, disse uma. *“Consegui pegar 3 pedaços a pedido do Mario Bands, mas a parada foi tão premeditada que limparam todo o terreno!”*, disse outro.

O Instituto Raízes em Movimento¹⁶, sediado poucos metros abaixo de onde ficava a escada, há anos atua no sentido de construir e compartilhar uma memória coletiva sobre a região. Apostando em novas tecnologias digitais - *redes sociais* para comunicar o processo e *produção audiovisual* para documentá-lo – criaram o ‘Raízes Locais - Memórias e Identidades’, uma ação do programa CEPEDOCA – ‘Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão’:

Nossa proposta é construir coletivamente junto às juventudes novas leituras sobre o nosso espaço, o Complexo do Alemão. Desenrolando umas ideias, circulando por nossas Favelas e nossa cidade, movimentando e construindo caminhos que respeitem nossas identidades e valorizem nossas memórias. [...] por meio da construção de uma cartografia social subsidiada pelas entrevistas realizadas pelos jovens participantes do projeto junto aos moradores antigos, promovendo diálogos intergeracionais. Os registros desse processo (encontros de formação, documentos, fotos, vídeos e as entrevistas) ajudarão a alimentar o mapa de memória afetiva consolidada num aplicativo virtual (Mootiro), além do acervo sobre o Complexo do Alemão em [...] consolidação. (RAÍZES LOCAIS, 2017).

Não por acaso, quando me aproximei do Alemão enquanto estudante de *Urbanismo* e *Arquitetura*, em 2015, acontecia o “Circulando – Diálogo e Comunicação na favela”. Evento anual do Raízes, aquela edição (em 12 dez/2015) trazia como tema “memórias”; uma tarde inteira “recontando histórias”. Como pontuou Da Cunha: chega da narrativa do “problema social”! De onde esse discurso está sendo construído? As experiências comunitárias apresentadas aqui estão disputando narrativas – quem conta e o que conta – quando lutam para recuperar as formas de expressão cultural e de apropriação espacial da sua favela. As vivências do dia a dia também constituem formas de conhecimento. Na favela, há muito mais do que se supõe se guiados somente a partir da premissa da falta: há vida!

¹⁶ Criado em 2001, tem “como missão promover o desenvolvimento humano, social e cultural do Complexo do Alemão [...] por meio da participação de atores locais como protagonistas desses processos, tendo como foco o fortalecimento e ampliação do capital social dessas comunidades”. Definição e outras ações da ONG disponíveis na página do Facebook @raizesemmovimento.



Fonte: Portfólio Carol Lucena | foto: Carol Lucena em 2011. Disponível em <<https://issuu.com/banco.portfolios/docs/carol-lucena>>. Acesso em 17 nov/2018.

Figura 05: “na CONTRAMÃO do poder: lugares de memória coletiva”.



Fonte: Acervo LTM-Fiocruz | foto: Marize Cunha em 05 dez/2013 (facebook).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos governos ideologicamente remocionistas, do discurso higienista, da favela invisibilizada à favela tratada como inimigo (BURGOS, 1998) ... eclodiu uma reação: a união de moradores em torno da unidade associativa do favelado (agora, um termo com conotação positiva). As representações foram redefinidas (“remoções nunca mais”): agora exigiam a urbanização de favelas, desde que respeitando a singularidade de cada um desses territórios. No entanto, apesar do consenso tácito da “não-remoção”, mudanças silenciosas vieram com os programas de urbanização mais recentes. Novas remoções justificadas por grandes eventos, perda de protagonismo das representações locais, especificidades neutralizadas. Omissão, irresponsabilidade, descuido qualificam uma série de “negligências urbanísticas” – como a produção artificial de símbolos/imagens pelo Estado, vide o caso do PAC com o teleférico.

A arquiteta Bia Petrus (da Casa de Estudos Urbanos), em palestra¹⁷ compartilhada com Luiz Carlos Toledo, comentou sobre o valor das “indisciplinas urbanas” – sendo cada indisciplinada reveladora de uma questão urbana. A indisciplinada pode até ser uma provocação sutil – como as ações de “arte-afeto” já mencionadas aqui – e, ainda assim, será um importante passo dado dentro do movimento de [re]agir, provocar, ativar! Ela defende, nesse sentido, uma nova forma de fazer projeto - que não depende da habilidade de operar softwares como o AutoCad (tripla alienação), porque constrói espaços a partir das relações entre as pessoas.

Pensar as cidades como verdadeiros sistemas de memória, como uma “arqueologia urbana”, pode nos ensinar muito sobre projeto urbano e responsabilidade de atuação. Como a ideia não se transforma pela ideia,

17 SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: PETRUS, Beatriz; TOLEDO, Luiz Carlos. “Casa de Estudos Urbanos: (re) AGIR, uma possibilidade”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 08 ago/2018.

para mudar a realidade é preciso levar o pensamento à prática. Não abrir mão do nosso lugar de enfrentamento enquanto sujeitos políticos que somos, ter coragem para refletir a teoria em ação. Aproveitar que, frequentemente, “*da própria forma de opressão se constroem as formas de resistência*” (DA CUNHA, 2018)¹⁸. O método autoritário para intervenções urbanas costuma ser mais fácil; fazer democrático é mais *Complexo*. **O favelado não desiste: insiste em existir; e só de existir, resiste!** Talvez, o que falte à grade curricular do ensino de Urbanismo seja, de fato, a disciplina baseada na indisciplinada. A rua ensina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori. **Forma, valor e renda na arquitetura contemporânea**. In: ARS Ano 7, Volume 8, Nº 16. São Paulo, 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. **O GRAU ZERO DA ARQUITECTURA NA ERA FINANCEIRA**. In: Novos Estudos, n.80. São Paulo: 2008.

BENETTI, Pablo. **Cinco hipóteses para o Projeto Urbano possível em favelas**. Rio de Janeiro, 2018. (texto ainda não publicado)

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: _____. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996. p.165-196.

BURGOS, Marcelo. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.) **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. 1ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018. p.07-36.

DAVIS, Mike. A generalização das favelas. In.: **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.31-58.

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. ADM UFF. 2014.

IZAGA Fabiana, PEREIRA, Margareth da Silva. “A mobilidade urbana na urbanização das favelas no Rio de Janeiro”. In: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, nº 4, maio 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. **O direito à cidade**. [1968]. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. ‘**A contrapelo**’. **A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)**. Traduzido do francês por Fabio Mascaro. Lutas Sociais, São Paulo, nº 25/26, p.20-28. 2º sem/2010, 1º sem/2011.

PATRÍCIO, Nuno André; CARDOSO, Adauto Lúcio. **A produção habitacional do PAC-UAP no Rio de Janeiro** Um estudo de caso sobre a experiência do Complexo do Alemão. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

PIVETTA, Fátima *et al.* **PAC Manguinhos, problemas não resolvidos e recomendações**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2016. (Relatório Técnico).

SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: NOVAIS, Pedro. “**Planejamento social, controle social e desigualdade socioespacial**”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 22 ago/2018.

SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: DA CUNHA, Neiva Vieira. “**Memória e resistência na cidade**”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 31 out/2018.

SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: PETRUS, Beatriz; TOLEDO, Luiz Carlos. “**Casa de Estudos Urbanos: (re)AGIR, uma possibilidade**”. Rio de Janeiro, auditório ARCHIMEDES MEMÓRIA: PROURB/UFRJ, 08 ago/2018.

¹⁸ Noção geral simplificada sobre o conceito de “resistência infra-política” (James Scott), brevemente introduzido por Da Cunha (2018) - informação verbal.

PROCESSO PARTICIPATIVO E MICROURBANISMO: O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA NA VILA SANTA LUZIA, RECIFE

PARTICIPATORY PROCESS AND MICRO-URBANISM: THE CASE OF THE COMMUNITY'S VEGETABLE GARDEN IN VILA SANTA LUZIA, RECIFE

LARYSSA ARAÚJO

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco e cofundadora do Massapê, laryssa@massape.org

MELINA MOTTA

Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Pernambuco e cofundadora do Massapê, melina@massape.org

RESUMO

Apresentando a experiência de acompanhamento e integração ao processo participativo de implementação da Horta Comunitária na Vila Santa Luzia, busca-se aqui demonstrar uma das maneiras alternativas de produção dos ambientes urbanos e como é possível desenvolvê-la a partir de um processo de urbanismo colaborativo. A inserção de uma horta urbana em uma área inutilizada teve por objetivo empoderar os moradores da vizinhança, melhorar as práticas relacionais entre pessoas e espaço público e trazer o fortalecimento da rede comunitária presente no local. O projeto aqui trazido foi feito em consonância com um novo modelo de pensar a cidade, a partir de reflexões que pautam sobre novas formas de melhorar a qualidade de vida das pessoas, bem como transformar positivamente a cidade a partir do microubanismo. Elaborado pelo Massapê - organismo de urbanismo, arquitetura e ativismo social - este artigo tem como objetivo pontual proliferar esta forma de vivência, ampliando ideias, formas de alimentação, possibilidades de transformação do espaço e recapturando o contato com a natureza pela comunidade, o

projeto traz impactos promissores para uma renovação da vida urbana contemporânea.

PALAVRAS CHAVES: urbanismo colaborativo; microubanismo; horta urbana; processo participativo.

ABSTRACT

Presenting the experience of attendance and integration to the participatory implementation process of the Community Vegetable Garden in Vila Santa Luzia, it seeks to demonstrate one of the alternative ways of producing urban environments and how it can be developed from a collaborative urbanism process. The inclusion of an urban vegetable garden in an unused place had the purpose to empower the neighborhood residents, improve relational practices between people and public space, and strengthen the community network present on the area. The project brought here was made in line with a new model of city thinking, based on reflections about new ways to improve the quality of life of people, as well as positively transform the city based on microubanism. Produced by Massapê – an urbanism, architecture and social activism organization - this article aims to proliferate this way of living, expanding ideas, ways of feeding, possibilities of space transformation and recapturing contact with nature by the community, the project brings promising impacts for a renewal of contemporary urban life.

KEYWORDS: collaborative urbanism; microubanism; urban vegetable garden; participatory process.

Inseridos num contexto de reinterpretação das práticas urbanas em resposta às dinâmicas da vida nas cidades, busca-se trazer aqui processos de reação a fim de conquistar uma maior sustentabilidade social nos espaços públicos. Hoje, ao redor do mundo, há e têm sido feitas, ações da sociedade civil, medidas governamentais e pactos internacionais que buscam essas práticas a fim de promover mais das interações sociais, o aumento de espaços verdes e de convivência nas grandes cidades. Tendo-se os espaços públicos como áreas fundamentais para a sustentabilidade da vida urbana, esses lugares devem cumprir o papel da resiliência urbana, garantir a equidade de gêneros, ser sustentável com o meio ambiente e promover a inclusão social, tudo isto está previsto nas questões trazidas pelos documentos da ONU Habitat III. Diante das análises políticas e de gestão urbana, conceitos trazidos pelo mesmo documento, tal como *placemaking*¹ podem fazer melhor compreender as intenções projetuais e metodológicas utilizadas pelo Massapê², grupo que, a partir do microurbanismo, ou seja, intervenções pelo desenvolvimento de pequenas escalas, inseriu o processo da horta comunitária da vila Santa Luzia no intuito de envolver os mais diversos atores e moradores da comunidade do bairro da Torre, na cidade do Recife.

Ainda dentro do contexto do ONU Habitat III, vê-se que, para atendermos às demandas inseridas para a Nova Agenda Urbana, é necessária e urgente a mudança das táticas de planejamento urbano para que essas premissas sejam conquistadas. A redução das desigualdades, o crescimento econômico sustentável e a criação de novos sistemas agroecológicos urbanos ali estarão para promover um melhor bem estar social assim como a resistência desses ambientes urbanos a partir do engajamento social. Ações como estas podem ser replicadas para que tenhamos cidades mais inclusivas,

1 Refere-se aos processos colaborativos de pensar e construir os espaços a fim de trazer uma visão compartilhada dos lugares, em busca de uma maior identificação e apropriação, física e sociocultural das pessoas para com os ambientes.

2 Organização da cidade do Recife que atua na área de Urbanismo, Arquitetura e Ativismo Social.

participativas e construídas pelos seus próprios moradores. Estas questões, quando aplicadas nos processos decisórios da cidade, tangem ao direito à cidade, à proteção da paisagem urbana e, sobretudo à identidade coletiva a partir do momento em que se ativa a função social destes espaços públicos.

Destarte, a partir de uma análise etnográfica do processo de Implantação da Horta Comunitária da Vila Santa Luzia, elaborado dentro de um recorte temporal de três meses (metade de agosto de 2018 até o início de dezembro do mesmo ano) e feito a partir de um projeto do Massapê, em parceria com o centro comunitário CEPAS (Centro de Ensino Popular e Assistência Social do Estado de Pernambuco Santa Paula Frassinetti), financiado pelo o Fundo Socioambiental Casa, este trabalho teórico de estudo do processo, elaborado enquanto modo de análise social, busca investigar os acontecimentos relacionados à implantação da horta e sua relação com os estudos antropológicos baseados na dinâmica da vida urbana configurada nesta região da cidade do Recife, área localizada às margens do rio Capibaribe, inserida no Bairro da Torre, próxima aos bairros de Santana e Cordeiro.

A comunidade possui, de forma geral, uma população de baixa renda que resiste permanecendo numa região valorizada economicamente pelo mercado imobiliário mesmo não se enquadrando enquanto ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) pela LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) da cidade do Recife, dentro desse contexto, a vila Santa Luzia possui, evidentemente, sua própria variação de camadas sociais e de dinâmicas de uso. O projeto de construção da horta é o resultado de uma reação que vem ocorrendo, por parte das pessoas da área da arquitetura e do urbanismo, pela mudança na forma de construir as cidades, em resposta às reflexões acerca do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e da participação popular em prol do urbanismo colaborativo, método utilizado pelo Coletivo Massapê, alinhados assim à nova agenda urbana da Onu Habitat III anteriormente mencionada.

DESENVOLVIMENTO

Nas redondezas de onde a horta foi instalada, às margens do Rio Capibaribe, há uma ocupação de barracos e palafitas, e de uma biblioteca comunitária construída por um dos moradores, em reação ao processo de ocupação habitacional insalubre localizado em frente às casas de alvenaria tradicionais, ou seja, dentro do conjunto desses dois tipos de habitação é possível observar alguns tipos de conflitos sociais, principalmente por questões de classe. O processo analisado consistia na implantação de um espaço que tinha por objetivo reativar uma área subutilizada e promover a apropriação e reidentificação do espaço por parte dos moradores, a partir de uma ressignificação e um trabalho conjunto, que visava unir tanto os moradores das ocupações em alvenaria, quanto os das palafitas e barracos irregulares, buscando assim promover uma construção coletiva que visa reduzir algumas deficiências relativas ao aproveitamento sustentável do espaço, bem como trazer novas perspectivas da sustentabilidade ambiental da construção urbana, a partir da implantação de um espaço agroecológico.

Sendo assim, o processo de implantação da horta comunitária consistiu em:

- Reconhecimento e integração na área: período de interação com a comunidade, intervenções, identificação de lideranças e escolha do lugar a ser intervindo;
- Rodas de conversa para discussão acerca de hortas comunitárias, agroecologia e do projeto de implantação;
- Mutirões de construção da horta comunitária;
- Rodas de conversa e oficinas de análise de pós ocupação.

Figura 01: Vista de satélite da Vila Santa Luzia e localização da horta comunitária, bairro da Torre, no Recife. 2018



Fonte: Google Maps com alteração dos autores. Disponível em: <maps.google.com>. Acesso em 10/10/2018.

Reconhecimento e integração na área

A vila Santa Luzia, possuindo suas próprias particularidades dentro do contexto da cidade do Recife, apresenta formas de uso do ambiente urbano bastante diferentes das dinâmicas tradicionais dos bairros de classe média, lá a rua é do pedestre, das festas, das crianças e dos animais domésticos, as portas das casas por vezes estão abertas e os vizinhos costumam ter contato diário, ou seja, a sociedade ali possui sua própria relação com a paisagem, ela ali se insere como integrante principal, o contato das pessoas com o Rio Capibaribe, com as ruas, simboliza um desenho particular de identidade para a Vila Santa Luzia. Ali se vive um tempo diferente do dia a dia comum dos bairros centrais da capital, a dinâmica de vida se adapta ao seu contexto e às necessidades econômicas de quem habita este lugar. Lá as pessoas falam de janela para janela e de porta para porta, também tem churrasco nas ruas, cerveja na beira do rio, a beleza da Vila Santa Luzia, ainda com alguns reverses, não perde seu destaque enquanto conformadora de uma paisagem particular que engloba as ações físicas e sentimentais da comunidade, lá há os olhos para a rua (JACOBS, 1961).

Característico dos padrões de ocupação da segunda metade do século XX no Recife, a vila resultante do processo de instalação das famílias de operários das fábricas de tecido existentes no entorno, planejada a partir de uma ocupação irregular, a vila Santa Luzia teve seu plano urbanístico em meados da década de 1970,

no entanto, nunca recebeu toda a infraestrutura devida, como é possível ver a partir das ruas de barro, na margem do rio e da praça sem equipamentos fixos.

Ao inserirmos um processo de intervenção, as primeiras premissas eram a de entender os contextos de dinâmica das pessoas com o ambiente construído, isso envolvia uma interpretação da paisagem como um todo - o que incluía o contato com a comunidade e o estímulo de seu engajamento -, reconhecendo-se que, o morador é o principal ator que compõe o lugar, cujas características dependem diretamente dessas dinâmicas de vida que conformam a comunidade, lhe conferindo elementos que alicerçam o morador e o fazem perceber-se nela tornando o lugar como um espelho de si mesmo.

Figura 02: Vista das palafitas na Vila Santa Luzia, bairro da Torre, no Recife. 2018



Fonte: Acervo do autor. Autor: Guilherme Erico

Na fronteira entre a Vila Santa Luzia e o curso d'água, margem sul do rio, local onde a horta foi instalada, há como ocupação barracos e palafitas, e, em outra parte junto ao terreno que deu lugar à horta, existe um pequeno bar e a Rioteca, praça construída pelos moradores das casas, no intuito de evitar o processo de ocupação habitacional insalubre na beira do curso d'água, na pequena praça construída, há mesas, cadeiras, parque infantil e uma biblioteca na beira do rio, onde os moradores costumam fazer festas e se reunirem no dia a dia.

Dentro do conjunto dos dois tipos de moradia mencionados, é possível, de imediato, observar alguns tipos de conflitos de classe com relação às interações socioespaciais, que são amenizados pela presença da praça construída pelos moradores. Boa parte da comunidade demanda pelos processos de higienização e retirada das habitações irregulares de forma constante - ainda que, a própria vila tenha surgido deste tipo de habitação - os moradores "regulares" solicitam a retirada das palafitas bem como promovem ocupações alternativas de uso da margem do rio Capibaribe, tanto a reivindicação de um grupo, como de outro, possui sua própria legitimidade, evidentemente, mas não podemos deixar de destacar as heranças ainda existentes dos processos de higienização iniciados nas cidades brasileiras durante o século XX, como no caso dos conflitos relatados da revolta da vacina (SEVCENKO, 1984, pág.39) e que ocorrem, em muitos casos até hoje, onde grupos sociais mais "poderosos" buscam se sobressair sobre os mais fragilizados, processos de relações tipicamente brasileiros, o que acarreta corriqueiramente em conflitos deste tipo. Desta forma, a carência do espaço por um processo de inclusão social que torne o ambiente mais resiliente e pacífico era visível, o que conferia a ele mais uma razão para o aporte de uma intervenção urbana participativa.

Além dessa área, que se apresenta de forma marcante na comunidade, temos, em sua configuração morfológica, a praça Gregório Bezerra, que, como mencionamos anteriormente, é remanescente do plano urbano do assentamento da vila implantado entre as décadas de 1970 e 1980, mas nunca recebeu infraestrutura. Mui-

tos que usam a praça e que moram mais adentro, ou seja, afastados do rio, pouco utilizam as margens e desconhecem a Rioteca e a riqueza paisagística do lugar, fato que se deve também, à presença dos barracos e instalações irregulares, ao que se diz entre os moradores, constatando-se mais uma vez os conflitos existentes entre os moradores dos dois tipos de ocupação.

Figura 03: Produto da intervenção feita junto com os moradores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo do EREA Recife 2018, na Praça Gregório Bezerra . 2018



Fonte: Acervo do Massapê.

Por esses motivos, desde que o grupo Massapê começou a conhecer a comunidade, no início do ano de 2017, foram feitas então, no intervalo de tempo de um ano, algumas intervenções no intuito de promover a amenização desses conflitos e uma maior utilização e revalorização dos espaços públicos, houveram mutirões de limpeza e transformação da praça Gregório Bezerra além de sessões de cinema ao ar livre, tanto na praça como na Rioteca. Os dois tipos de atividades tinham participação dos moradores, mesmo assim, a aderência não era tão forte quanto se gostaria por nosso grupo.

Sendo assim, o processo agora analisado consiste na implantação de um espaço que tinha por objetivo reativar uma área subutilizada e promover a apropriação e reidentificação do espaço por parte de todos os moradores, a partir de uma ressignificação e um trabalho conjunto, que visou reunir tanto os moradores das ocupações em alvenaria, quanto os das palafitas e barracos irregulares. Para o projeto da horta comunitária, iniciado em agosto de 2018, era imprescindível que, desta vez, os moradores participassem integralmente de toda construção. Junto ao grupo, desta forma, foi desenvolvida uma metodologia que trouxe todo um processo de escuta e engajamento dos moradores no processo de decisão do projeto e de sua execução.

A área possui suas contradições: é carente de infraestrutura, mas tem sobretudo, seus espaços públicos sempre vividos socialmente; além disso, possui seus conflitos socioeconômicos, as pessoas que vivem nos barracos e palafitas nem sempre se sentem convidadas a ocuparem os mesmos lugares que os que vivem nas casas de alvenaria tradicional. Daí vem a demanda de uma reapropriação afim de trazer um elemento urbano que trouxesse mais interação das pessoas com a área e que funcionasse enquanto espaço de convivência de todos, seja para contemplação ou colheita, essa iniciativa buscava despertar a conexão entre as pessoas principalmente por meio de um processo urbano colaborativo. A escolha do terreno ao lado da Rioteca foi feita pelo fato de já existirem alguns moradores engajados na transformação do espaço e de trazer os olhares para a oportunidade que de ter o rio como elemento natural, ligado à horta.

Figura 04: Moradores na Rioteca. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Um dos pontos observados na construção deste processo de pré projeto da horta urbana comunitária, onde foram feitas algumas intervenções urbanas na vila, foi a percepção de que, dentro da comunidade há alguns atores que possuem uma função chave na participação das discussões e mutirões. Essas pessoas são as que possuíam mais contatos entre a vizinhança, bem como se disponibilizaram em participar integralmente do projeto da horta.

É importante destacar também sobre como era feita essa articulação, o Massapê fez várias visitas à comunidade, conversou com moradores das ruas ao redor sobre as possibilidades de intervenção e, por meio de um grupo no aplicativo WhatsApp, os moradores engajados se incluíram com maior força no processo, facilitando assim a convocação de rodas de conversa para a discussão das possibilidades trazidas à comunidade com a instalação da horta. Isto era feito a partir da visão de que, enquanto processo participativo, pessoas da comunidade devem ter posição estratégica no processo de implantação de um projeto que visa a mudança da dinâmica local a partir da inserção de um uso que procura trazer novas práticas de convívio social. Os atores da comunidade foram todos voluntários e vinham de classes semelhantes, os quais já se articulavam entre si com os cuidados da Rioteca, além disso, representantes do centro comunitário da vila, o CEPAS tiveram um papel articulador fundamental.

Início do projeto e realização das rodas de conversa

Figura 05: Início da roda de conversa com os moradores na Rioteca. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

A área que recebeu a intervenção foi escolhida justamente pelo uso que a comunidade já dava para a margem do rio, o Massapê, que já atuava há certo tempo na vila, percebia a grande necessidade de implementar uma horta urbana em uma área onde fosse, de certa forma, assegurada a sua manutenção. Claudemir Amaro, morador da vila e principal construtor da Rioteca era tido para o grupo de projeto como uma liderança chave em todo processo, era o ator articulador mais central para convocar os demais vizinhos. É importante que isto seja destacado uma vez que, para que se entenda a apropriação da horta, se observe que alguns dos moradores e atores do processo não eram todos ligados ao grupo que já frequentava a Rioteca.

Para início do projeto, os moradores foram convocados por meio de cartazes colocados na Rioteca e por meio de convite das lideranças locais, para a primeira roda de conversa, onde iríamos discutir sobre a horta comunitária e seus propósitos, a aderência de pessoas logo no primeiro encontro foi bastante efetiva, bem como sua participação, muitos se empolgaram bastante com a ideia, e, ao longo dos dias entre as rodas de conversa, traziam ideias para o projeto. Destarte, em resumo, a horta urbana comunitária da Vila Santa Luzia teve como etapa inicial encontros com rodas de conversa e dinâmicas de grupo com os moradores,

realizados semanalmente, às terças-feiras, durante à noite, cujos temas foram:

Os propósitos de construção de uma horta comunitária:

Nesta primeira roda de conversa foi feita inicialmente uma etapa de apresentação das pessoas que estavam presentes, como forma de estímulo para que se sintam mais à vontade em participar da discussão. Em seguida, foi apresentado o porquê da construção da horta, e aberta a conversa entre os presentes, para que se soubesse o interesse dos atores envolvidos na construção da intervenção, foram apresentados os benefícios para a saúde a partir de uma alimentação saudável, que poderia ser proporcionada pela inserção do jardim. A partir do engajamento das pessoas que estavam ali presentes, foi formado um grupo de articuladores da comunidade, estes então se tornaram os principais atores das etapas de construção do projeto, com eles, foi construída também uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) para que refletíssemos sobre como fazer os próximos passos. O cronograma de reuniões e mutirões também foi apresentado para que os moradores pudessem opinar e estar cientes das datas em que as próximas atividades aconteceriam.

Como funcionam as hortas comunitárias e exemplos de implantação de hortas no Recife:

Para trazer uma ideia mais clara sobre o trabalho que viria a ser feito, foram trazidos vídeos sobre a construção de outras hortas urbanas e seus conceitos, além disso, apresentamos exemplos existentes na cidade do Recife. Alguns dos moradores se mostraram bastante empolgados ao perceberem onde poderiam chegar e os benefícios que seriam trazidos, apresentaram novas ideias de irrigação, possibilidades de tratamentos com plantas medicinais. Foi feito, em seguida, um levantamento de habilidades dos que se mostraram ao dispor para contribuir permanentemente com o processo, ou seja, quem sabia mexer com maquinário, plantações, cortes de marcenaria (para construção da estrutura), etc.

Sistemas de plantação, o aporte da visão da agroecologia:

Com a participação do biólogo agroecologista, Guilherme Cavazzani, foi apresentado como seria feito o sistema de plantações, de maneira que as plantas funcionassem de forma mútua, fugindo ao sistema tradicional de agricultura onde se plantam as espécies separadamente em fileiras. O objetivo desta roda de conversa foi de apresentar os benefícios deste modelo a ser implantado, que se desenvolveria de forma mais orgânica, trazendo a tona ideias sobre ciclos, relações de comunidade. Nesta reunião, também foi discutido sobre como seriam as regras de convivência dos moradores com o novo espaço a ser construído, o principal debate levantado foi acerca do fechamento da horta com cadeados para que pessoas de fora não entrassem, no entanto, pudemos trazer a ideia da importância da coletividade comunitária a ser trazida para a horta, de que, o maior benefício do que viria a ser feito era a ideia de que é possível transformar lugares a partir da vontade dos moradores. As crianças, tanto nesta como também nas demais rodas de conversa, participam ativamente dos grupos, neste dia, foram elaborados desenhos de como elas imaginavam a futura horta.

Avaliação do projeto elaborado de acordo com as pautas colocadas durante as discussões:

Nesta conversa, o Massapê apresentou a proposta da delimitação do espaço, que havia sido definido junto aos moradores, foi proposta uma estrutura de sementeira e um espaço contemplativo de frente para o rio. Foi feita uma dinâmica sobre quais espécies as pessoas gostariam de plantar, utilizando a maquete, elas colocavam as ilustrações dos tipos de leguminosas que gostariam no espaço. Mais uma vez os conflitos sobre o fechamento ou não da horta surgiram, no entanto, foi possível contornar a questão e os moradores concordaram em fazer somente uma cerca que protegessem dos animais domésticos. A ideia de compartilhamento do espaço público foi bastante debatida, viu-se a extrema importância de trazer tais questões, uma vez que, o projeto tem como um dos principais objetivos essa

mudança de perspectiva dos indivíduos com os lugares que devem ser de todos.

Figura 06: Apresentação da proposta da estrutura da Horta em forma de maquete. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Processo construtivo - os mutirões

Com o objetivo de incorporar os moradores em todo o processo, os mutirões foram todos feitos com elaboração conjunta, além da roda de conversa, foram 5 dias de trabalho, sempre aos sábados. As pessoas que participaram eram, em maior parte, moradores dos arredores, de todas as idades, em sua maioria, crianças, para isto foi necessário a inclusão de um processo de inclusão com a incorporação de atividades infantis, ora em paralelo à construção ora participando ativamente da implantação da horta.

Figura 07: Terreno da horta antes da intervenção. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

Para cada dia de mutirão foi elaborada, pelo Massapê, uma metodologia de divisão de trabalho, ou seja, separada em etapas, a construção da horta tinha, para cada dia, um objetivo específico, como limpeza do terreno/ fertilização do solo, construção da cerca e elaboração dos canteiros, inserção da estrutura da sementeira, construção do deck/mirante do rio e, por último, o plantio. As funções eram separadas em equipes de pintura, corte, escavação dos canteiros, cuidados com as crianças (atividades de bombinhas de sementes, pintura com barro, etc), desta forma, a dinâmica de trabalho foi facilitada, uma vez que, no início de cada dia, nos dividimos em grupos e cada integrante do Massapê era responsável por coordenar uma função.

Viu-se além disso a necessidade de articulação entre comunidades, para o fortalecimento de uma implementação de trabalhos de urbanismo colaborativo, o qual visa estabelecer uma nova relação de construção urbana, inclusiva e participativa, a fim de evitar conflitos socioambientais, que podem surgir naturalmente a partir da inserção de projetos construídos verticalmente onde os técnicos não levam em conta os contextos sociais existentes, o que acarreta no surgimento de problemas como gentrificação, ou da retirada das características principais da dinâmica de um lugar (ZUKIN, 2000).

Figura 08: Primeiro mutirão da horta comunitária. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

No 2º mutirão, moradores da comunidade pesqueira da Ilha de Deus, participaram dos trabalhos, os quais chegaram de barco, com tambores e pandeiros tocando músicas regionais. A energia era incrível, todos partici-

pavam e construía o espaço que foi elaborado e vinha sendo moldado muito rapidamente, todos tinham poder de opinião embora nem todos se sentissem à vontade para tal. Ainda assim, viu-se um processo quase que inteiramente participativo. As pessoas eram convidadas para participar nas semanas entre os mutirões, tanto pelo coletivo, quanto pelos próprios moradores, atores fundamentais do processo. Este processo de articulação é de grande importância para o projeto, inserção de grupos e formação de redes de intervenções urbanas são relevantes para o fortalecimento e legitimação do trabalho colaborativo nas cidades, isso é fundamental para um melhor engajamento das comunidades, que se empoderam ao aperceberem-se das possibilidades de alteração do ambiente em que vivem, daí então, por meio deste “micro urbanismo” são conquistadas mudanças de contextos que se conectam através de redes comunitárias ao longo da cidade (SOBRAL, 2018).

Figura 09: 5º Mutirão da Horta Comunitária - plantio de mudas. 2018.



Fonte: Acervo do Massapê.

No 3º mutirão se iniciou o processo de plantio, os canteiros e a estrutura da sementeira da horta já estavam sendo erguidos, os moradores que se incluíam no processo permaneceram até o fim, a cada momento chegava alguém de novo nem que fosse para entender o que estava acontecendo ali. O 4º mutirão, ainda com grande participação das pessoas fez as pessoas acreditarem na capacidade de um trabalho coletivo, todos que ali estavam, ainda que com suas divergências políticas, se uniam para uma nova forma de construir a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apropriação e transformação do espaço urbano: resultados

Ainda que a área intervinda já seja apropriada pelos moradores, constatava-se que sua potencialidade enquanto espaço coletivo da comunidade ainda não era bem explorada, como já mencionada, a relação da comunidade com o rio veio perdendo sua essência com o passar dos anos - muito por conta da poluição - sendo assim, observou-se que no processo, era buscada uma relação fortalecida com a margem do rio por parte dos moradores, que já vinha sendo reconstituída por meio da Rioteca - espaço por eles construído - além disso via-se a implementação de horta urbana como uma oportunidade de revisão das formas de trocas sociais no contexto urbano. Os moradores foram se unindo em prol de uma troca coletiva, onde foram estabelecidos consensos de pós ocupação, os quais se mostraram sempre disponíveis, entre eles, para um cuidado contínuo da horta urbana.

Figura 10: Horta comunitária após o 5º mutirão. 2018



Fonte: Acervo do Massapê.

A busca pela interação social e pelo fortalecimento da identidade cultural dos atores urbanos, por meio de uma continuidade dos padrões de ocupação socioespaciais é fundamental neste processo coletivo, a horta comunitária foi ali trabalhada como elemento articulador do espaço, que simbolicamente estaria sendo vista como um renascimento da visão sobre os espaços urbanos, sobre

a participação e sobre os processos constitutivos do planejamento urbano da cidade contemporânea, que muito corriqueiramente vêm desconsiderando a participação das pessoas que constituem o lugar.

Temos aqui então um caso que busca sair da tradição do urbanismo moderno constituído na primeira metade do século XX, e que ainda se apresenta por meio da prática neoliberal de produção do espaço. Construindo ilusões sobre a verdadeira função da cidade para seus habitantes, a prática do urbanismo, em muitas situações, tem negligenciado questões acerca da memória, dos usos urbanos e do futuro da metrópole contemporânea, as quais tangem facilmente as necessidades das camadas mais vulneráveis. É evidente que há ainda um caminho longo a ser traçado pela mudança nas formas de pensar a cidade, é preciso considerar diretamente as dinâmicas sociais existentes, muitas vezes esquecidas pelos planejadores urbanos. As metrópoles vêm se reconfigurando cada vez mais e não podem desconsiderar as trocas sociais, uma vez que, isto pode acarretar em processos de esfacelamento das trocas sociais, as quais são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas enquanto indivíduos constituintes de um grupo. É preciso que as memórias sejam continuadas e que a identidade seja real, assim sendo, processos de transformação urbana participativos como este podem ser uma alternativa á tradição dos planejadores urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades, 1961; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavaliheiro. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade, 1968. São Paulo: Centauro editora, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina: Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 2003.

SOBRAL, Laura. *Doing it together: cooperation tools for the city co-governance*. Berlim: A cidade press, 2018.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio (Org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 81-102.

CONSTRUINDO ILUSÕES SOBRE A VERDADEIRA FUNÇÃO DA CIDADE PARA SEUS HABITANTES, A PRÁTICA DO URBANISMO, EM MUITAS SITUAÇÕES, TEM NEGLIGENCIADO QUESTÕES ACERCA DA MEMÓRIA, DOS USOS URBANOS E DO FUTURO DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA, AS QUAIS TANGEM FACILMENTE AS NECESSIDADES DAS CAMADAS MAIS VULNERÁVEIS.

PROGRAMA MUTIRÃO NA VIZINHANÇA: EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

'MUTIRÃO NA VIZINHANÇA' PROGRAM: EXPERIENCES IN THE PARTICIPATORY CONSTRUCTION OF PUBLIC SPACES

RAISSA GONÇALVES MONTEIRO

Arquiteta e urbanista, Mestre em Assentamentos Humanos, Coordenadora de Planejamento Territorial da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Conde, raissagmonteiro@gmail.com

SUSANA FREIRE DE SOUSA MONTENEGRO BORBA

Arquiteta e urbanista, Coordenadora de Controle Urbano da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Conde, susamontenegro@gmail.com

YURI DUARTE LOPES

Arquiteto e urbanista, Coordenador de Habitação da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Conde, yuridl88@gmail.com

RESUMO

O Programa “Mutirão na Vizinhança” surgiu em 2017 por iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Conde, na Paraíba, tendo como principal objetivo pensar e transformar espaços e equipamentos públicos estabelecendo a participação comunitária como ponto fundamental do processo de construção da cidade. São incorporados ao Programa, por meio de parcerias, associações de moradores, voluntários e a academia, a exemplo do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, o TRAMA. Os esforços conjuntos em prol de melhorias espaciais aproximam as três instâncias - prefeitura, universidade e comunidade - integrando seus saberes em um processo democrático, transparente, de execução mais rápida e menos burocrática do que uma obra pú-

blica feita dentro dos trâmites usuais. O fazer cidade de forma compartilhada trata o planejamento e a construção dos espaços públicos como ‘processos’ e não como ‘produtos prontos’. Por meio do Mutirão é possível ampliar a capacidade de atendimento e estreitar os laços com as comunidades, além de abrir possibilidades de experimentação criativa em escala 1:1.

PALAVRAS CHAVES: construção participativa; espaços públicos; mutirão; comunidades locais.

ABSTRACT

The program entitled “Mutirão na Vizinhança” (roughly translated as “Neighborhood Task Force Program”) was launched in 2017 at the municipality of Conde, state of Paraíba/Brazil. As an initiative of the Municipal Secretary of Planning, the program main goal is to think and transform public spaces and facilities establishing community participation as a key priority for the construction of the city.

Through partnerships, a variety of collaborators engage themselves to the Program, such as neighborhood associations, local volunteers, collectives and the university, hereby represented by Architecture and Urbanism students in the Federal University of Paraíba working for the course’s university office, named TRAMA.

The efforts put together to provide spatial improvements approximate those three instances - local government, academia and community - integrating their knowledge in a democratic, transparent process whose results are faster and less bureaucratic than if the project was designed, built and ‘delivered’ within the usual procedures.

Participatory city making treats urban planning and the construction of public spaces as ‘processes’ and not ready made “products”. Through Mutirão na Vizinhança it is possible to broaden the capacity to serve and tighten the bond with local communities, also opening possibilities for creative experimentation in real scale.

KEYWORDS: participatory construction, public spaces; mutirão; local communities.

A CIDADE DE CONDE - TERRITÓRIO E OCUPAÇÃO URBANA

Situada no litoral sul do Estado da Paraíba, a cidade de Conde possui 54 anos de emancipação política, com população de 25 mil habitantes e densidade demográfica de 123,74 hab/Km², aproximadamente (IBGE). A cidade se destaca pelo potencial paisagístico e ambiental, se tornando um importante destino turístico do Estado.

O núcleo urbano inicial, hoje sua sede político-administrativa, encontra-se às margens da Rodovia Federal BR-101, que conecta as capitais João Pessoa-PB (37km) e Recife-PE (110km), cuja área industrial se tornou um forte vetor de desenvolvimento econômico. A leste, estão as praias do litoral sul e centralidades consolidadas como o núcleo urbano de Jacumã, marcado por fortes investimentos imobiliários.

O processo de crescimento da cidade evidencia-se a partir de 1968, com a disseminação dos loteamentos urbanos. Devido à ausência de instrumentos de regulação e à falta de políticas públicas de planejamento, esses novos parcelamentos foram, muitas vezes, sendo implantados desconsiderando as características geomorfológicas do território e sem a infraestrutura mínima necessária (ruas abertas, pavimentação, etc), em desconformidade com o que determina a Lei Federal nº 6766/79 (Parcelamento do solo urbano), o que acabou por ocasionar diversos empecilhos na ocupação dos seus lotes.

Em contraponto ao conceito de cidade compacta, a expansão urbana no Conde aconteceu de maneira

espraiada, onde a implantação de novos loteamentos direcionou o crescimento do tecido urbano. Desta “colcha de retalhos” sem tratamento urbanístico resultou uma série de vazios urbanos - e muitas das áreas públicas que deveriam ter sido destinadas no ato do licenciamento desses parcelamentos (praças, ruas, áreas verdes), ou não existem ou foram desconfiguradas e invadidas. Essa falta de planejamento, aliada a ausência de investimentos em equipamentos e espaços públicos de qualidade, resultaram em diversas precariedades urbanísticas que afetam a vida cotidiana da população.

Considerando que espaços de uso coletivo, destinados à circulação, lazer, cultura e preservação da paisagem são de grande importância para a vida em comunidade e levando em conta a situação posta no município, entendeu-se como urgente e necessária a criação de mecanismos para suprir a escassez de tais espaços. A Prefeitura Municipal de Conde, por meio da Secretaria de Planejamento, criou o Programa Mutirão da Vizinhança como uma ferramenta alternativa de incremento à política urbana no sentido de promover melhorias nos espaços públicos de uso coletivo com participação social, promovendo assim uma reestruturação urbana comprometida com a escala local. Este artigo discorre sobre a criação, os objetivos e a experiência de implementação das três primeiras intervenções realizadas entre os anos de 2017 e 2018.

O PROGRAMA MUTIRÃO NA VIZINHANÇA

O Programa tem como objetivo geral desenvolver ações colaborativas que qualifiquem os espaços públicos, de forma a atender às diversas demandas sociais e urbanas, por meio da participação e do envolvimento de agentes como: membros de comunidades locais, movimentos da sociedade civil, universidades, empresas privadas e o poder público.

O Programa é desenvolvido em quatro etapas principais, pensadas como uma metodologia base para todas as edições do Programa, ainda que, em cada uma de-

las, a especificidade das características locais demandam adaptações:

Etapa 01 - Tecendo as redes: realização dos primeiros contatos com os interessados e colaboradores, onde, por meio de reuniões e oficinas de idéias, são levantadas as problemáticas, discutidas as propostas de intervenção, identificando os potenciais do local, articulando os instrumentos necessários e disponíveis para que a ação possa ser viabilizada posteriormente.

Etapa 02 - Viabilizando a ação: planejamento e articulação dos diversos atores para viabilizar a etapa do mão-na-massa e a execução da proposta, com distribuição de tarefas, definição de atividades e grupos temáticos para o dia da ação, a partir das demandas elencadas, aquisição de materiais e definição da logística de alimentação, transporte, limpeza, entre outros elementos necessários.

Etapa 03 - Colocando a mão-na-massa: para os dias de ação *in loco*, conta-se com a presença de representantes da Prefeitura, da comunidade, dos parceiros envolvidos, assim como de voluntários e interessados em colaborar com as tarefas propostas nos grupos de trabalho - que podem envolver atividades de pintura, jardinagem, marcenaria, etc - integrando os saberes para atender as demandas de cada intervenção. As ações de mão-na-massa são planejadas para durar pelo menos dois turnos, com pausa para refeição coletiva, importante momento de interação entre a comunidade local e os participantes.

Etapa 04 - Finalizando o novo espaço: concluído o mutirão, este é o momento de realizar os arremates finais e possíveis operações de infraestrutura que necessitem de mão-de-obra especializada - como instalação de iluminação e pavimentação - assegurando qualidade urbana ao espaço. O fechamento de cada edição acontece com atividades culturais no local, celebrando a inauguração da intervenção.

As três primeiras edições do Programa tiveram objetos de intervenção distintos. A primeira foi a construção de

uma praça; a segunda, a reconstrução de um museu quilombola; e a terceira, a requalificação de um terreno vazio ao lado do Núcleo de Cultura do município - todas em espaços de uso coletivo subutilizados e que careciam de atenção do poder público.

#1 PRAÇA DA AMIZADE - CONJUNTO ADEMÁRIO RÉGIS

Localização: Loteamento Cidade Balneário Novo Mundo - Carapibus

Agentes: Prefeitura Municipal de Conde, Associação de Moradores, TRAMA.

Área: 2117 m²

Custo total aproximado: R\$ 3.500,00 (desconsiderando as obras posteriores)

A experiência piloto do Programa Mutirão na Vizinhança aconteceu entre março e abril de 2017 no conjunto habitacional Ademário Régis, localizado na porção litorânea da cidade e próximo à áreas de crescente especulação imobiliária. O terreno originou-se da desapropriação de cinco lotes para a construção de uma praça que nunca foi efetivada. Assim, a única área pública do conjunto acabou se tornando um grande vazio urbano, com potencial de servir a uma população estimada de mais de 2000 pessoas.

Figura 01: Vista aérea do Conjunto Ademário Régis com destaque para a Praça.



Fonte: Google Earth adaptado, 2019.

O conjunto habitacional foi resultado de convênios realizados entre a Prefeitura de Conde e Instituições Finan-

ceiras no âmbito do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), sendo implantado entre os anos de 2006 e 2012. Hoje, conta com aproximadamente 520 edificações, ainda irregulares, e uma população predominantemente de baixa renda. Com a aprovação da Lei Municipal Complementar 001/2018 (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - Zoneamento), o conjunto passou a ser reconhecido como Zona de Especial de Interesse Social (ZEIS) e está em processo de regularização fundiária.

O terreno da Praça, com área total de 2117m², é margeado por moradias e fica próximo aos equipamentos públicos mais importantes da comunidade: a sede da Associação Comunitária, a Escola Municipal Geni Rufino dos Santos e à Unidade Básica de Saúde (UBS Carapibus), reforçando ainda mais seu caráter de centralidade. Os limites da área eram incertos e não havia nenhum tipo de tratamento urbanístico e infraestrutura. Apesar das condições precárias, seu potencial de espaço público já era reconhecido pelos moradores e explorado principalmente pelas crianças e jovens, que o utilizavam para diversas atividades.

Figuras 02 e 03: Vista aérea e foto da Praça antes da intervenção.



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Conde/PB.

A demanda por transformar o local em uma praça surgiu por meio da Associação Comunitária como uma solicitação antiga. Diante de uma situação financeira desfavorável para grandes investimentos e reconhecendo a importância no atendimento desta demanda, a Prefeitura lançou a primeira experiência do Programa, que veio se concretizar com a construção da Praça da Amizade.

Tecendo as redes

Os primeiros contatos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) com a Associação e com a possível área de intervenção, ocorreu para analisar a viabilidade da proposta, e avaliar algumas questões determinantes como: a escala da intervenção, o engajamento da associação e de moradores, cronogramas de ação e a situação fundiária dos terrenos.

Figuras 04: Reunião com a comunidade para entendimento da demanda.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Tratando-se de uma região de interesse imobiliário, houve primeiramente a elucidação quanto a propriedade dos terrenos. Depois de realizadas buscas cartoriais e em arquivos da Prefeitura, foi constatado que a área já havia sido desapropriada, mas ainda não escriturada, fato que não impediu a continuidade da proposta.

Para atendimento da demanda, e considerando também a escala da intervenção, foi realizada parceria com o TRAMA (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFPB), que ficou responsável pela metodologia da oficina participativa, do desenvolvimento e detalhamento do projeto junto à Prefeitura e a orientação dos grupos de trabalho no dia do mão-na-massa.

A Associação de Moradores responsabilizou-se pela mobilização da comunidade a fim de garantir a sua participação, bem como pela captação de alguns materiais e recursos da região que pudessem ser utilizados na construção do espaço.

A Prefeitura ficou encarregada principalmente da articulação com os demais agentes e órgãos, na aquisição de materiais essenciais para execução do mobiliário e da infraestrutura da praça, além do acompanhamento dos serviços e a disponibilização de técnicos, mão de obra e equipamentos.

Viabilizando a ação

Para provocar o envolvimento ativo da comunidade na concepção da nova Praça foi realizada uma oficina participativa que propôs a construção coletiva de um “Mapa dos Desejos” - processo pedagógico onde a comunidade expõe suas idéias e anseios para o lugar, para que sejam definidas as diretrizes do projeto. A partir de uma apresentação geral do Programa, da equipe e de ações correlatas, os participantes foram divididos em rodas de conversa, uma especificamente para as crianças. Compartilhadas as propostas de cada roda e com o auxílio de uma maquete física, foi construído o traçado da praça, com a delimitação de áreas para paisagismo, calçadas, quadra e playground.

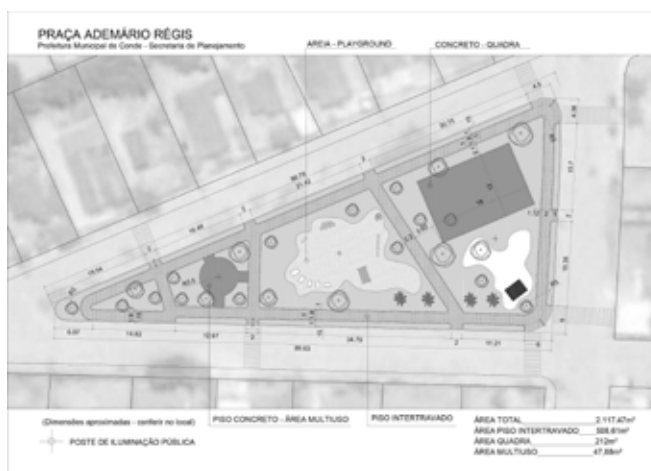
Figuras 05 e 06: Oficina participativa.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Com o esboço da proposta de intervenção definido e aprovado coletivamente, o projeto foi desenvolvido e detalhado com especificações e quantitativos de materiais e equipamentos necessários para a realização do mutirão.

Figura 07: Projeto consolidado da Praça, depois das oficinas participativas.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Colocando a Mão na Massa

O mutirão aconteceu durante dois dias consecutivos (08 e 09 de abril), e os participantes foram divididos em grupos de trabalho para cada intervenção proposta, orientados pelos técnicos da SEPLAN e os voluntários do TRAMA:

Grupo 01: Piso - os participantes demarcaram os caminhos/passeios com corpos de prova de concreto reaproveitados, balizadores de bambu e cordas. Também delimitaram com areia os espaços para a instalação de brinquedos para crianças.

Grupo 02: Brinquedos - foram utilizados diversos materiais adquiridos e/ou reaproveitados como toras de eucalipto, manilhas de concreto e pneus para a construção de brinquedos para as crianças;

Grupo 03: Pintura - pintura de murais artísticos nas paredes das casas ao redor da Praça, marcado pela presença predominante das crianças.

Grupo 04: Palhoça - instalação de uma estrutura de sombra feita com varas de bambu e folhas de coqueiro;

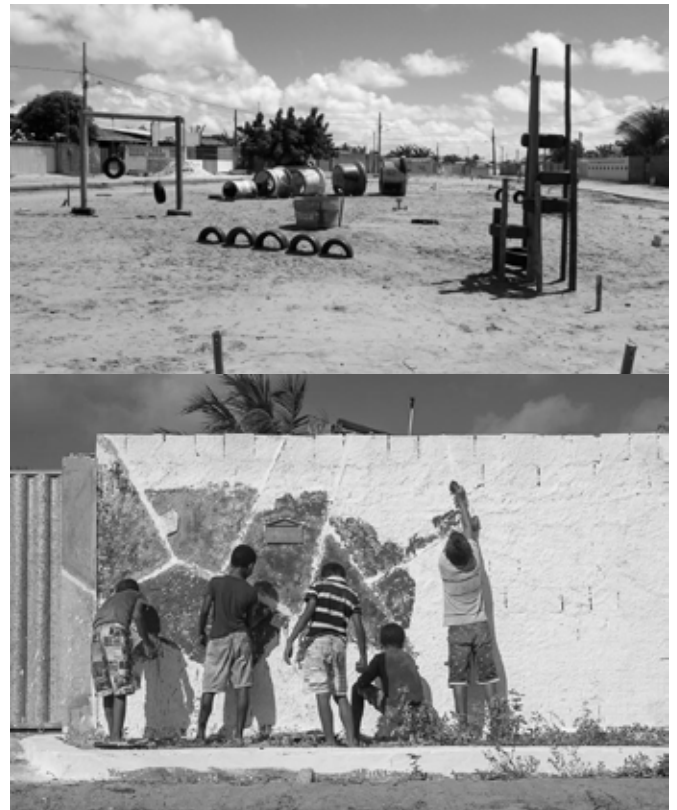
Grupo 05: Paisagismo - plantação de grama nos canteiros e de mudas de árvores de sombra, cultivadas no Viveiro Municipal, assim como a confecção de plaquetas indicando o nome de cada espécie.

Figuras 08 e 09: Material gráfico de divulgação da ação.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Figuras 10 e 11: Dia do mão na massa, com pintura de painéis artísticos e playground.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Finalizando o novo espaço

Depois de realizadas as primeiras intervenções físicas no terreno, a área estava demarcada e estabelecida, representando, no seu traçado, os anseios da comunidade local. Entretanto, devido à dimensão do espaço, não foi possível concluir toda a obra e a pavimentação dos passeios já delimitados, a iluminação pública, bancos de alvenaria, a quadra multiuso, foram executados posteriormente pela equipe da Prefeitura.



Fonte: Altair, 2018.

A Praça foi inaugurada oficialmente em meio a apresentações culturais e teve seu nome escolhido por votação entre os moradores locais, sendo batizada de Praça da Amizade, simbolizando o processo coletivo que lhe deu origem.

A Praça, hoje, viabiliza uma intensa dinâmica de uso e se tornou um importante ponto de referência e permanência da região. O espaço transformou-se em um palco aberto à novas e variadas práticas comunitárias, dentre elas: comemoração de festividades natalinas e de ano novo, prática de atividades físicas (aulas abertas de dança e capoeira) além de ser um espaço mais qualificado e seguro para as crianças, e que conta também com rede aberta de internet sem fio.

#2 MUSEU QUILOMBOLA - COMUNIDADE NEGRA DO IPIRANGA

Localização: Quilombo Ipiranga - Zona Rural de Conde.

Agentes: Prefeitura Municipal de Conde, Associação de Moradores, TRAMA.

Área: 50 m²

Custo total aproximado: R\$ 2.000,00

Cerca de 70% do território de Conde está na Zona Rural - atravessada por rios, vales e grandes maciços de vegetação nativa. É em sintonia com este cenário que há séculos resistem povos quilombolas e indígenas na cidade, mantendo viva sua rica diversidade cultural através das artes manuais, da dança e dos cantos, da culinária, dos modos de construir e co-habitar o espaço.

Existem três quilombos na cidade, e dois deles estão localizados no Assentamento Gurugi, demarcado pelo INCRA na década de 1990. No âmbito municipal, esses territórios passaram a ser reconhecidos como Zona de Povos e Comunidades Tradicionais em 2018, pela Lei Municipal Complementar 001/2018 (Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo).

Um deles é o Quilombo Ipiranga - conhecido por perpetuar a tradição do Coco de Roda no terreiro da comunidade todo último sábado de cada mês, em parceria com outros grupos culturais. A comunidade do Ipiranga conta hoje com mais de 120 famílias, que representam os descendentes da população negra liberta ou fugida do regime de escravidão.

Figura 14: Vista aérea da área do museu quilombola.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

O primeiro Museu Quilombola do Ipiranga foi idealizado e montado em 2013 pela Associação da Comunidade Negra do Ipiranga, moradores e mestres locais. A intenção foi possibilitar o acesso à diversos registros da cultura e da história desses povos, recriando o ambiente doméstico onde muitos cresceram - uma casa simples executada em taipa de mão, contendo réplicas de móveis antigos, objetos de uso cotidiano e instrumentos usados para caça e pesca artesanal.

O museu era ponto de visitação turística e de geração de recursos para a manutenção das atividades culturais na comunidade. Entre 2016 e 2017, após um período de chuvas, a estrutura do Museu sofreu fortes danos e acabou por desabar.

Figura 15: Vista do antigo museu quilombola.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Tecendo as redes

Tendo tomado conhecimento do Programa Mutirão na Vizinhança, a Associação buscou a Prefeitura para solicitar a reconstrução do Museu. Entendendo a construção coletiva e o resgate de técnicas locais como premissas importantes do Programa, efetivou-se a parceria com a Associação para colocar em prática a segunda edição. Respeitando a cultura da comunidade, a reconstrução do museu aconteceria em taipa, conforme as técnicas utilizadas tradicionalmente, sendo finalizada com a Festa da ‘Tapagem’ (nome usado para o ato de soquear o barro dentro da estrutura), na celebração do tradicional coco de roda.

A prefeitura buscou, mais uma vez, a parceria com o TRAMA para viabilizar a ação junto à comunidade e, tratando-se de uma construção em taipa nos moldes tradicionais, foram convidados mestres locais para orientar o processo construtivo.

Viabilizando a ação

Para estabelecer o primeiro contato com os moradores foi realizado um encontro na comunidade, com visita à área da intervenção e mapeamento prévio das demandas de reconstrução do museu.

Nos relatos dos moradores estavam presentes desejos que iam além da reconstrução do museu - como enriquecer o entorno com ajardinamento feito a partir de ervas medicinais e a construção do “Cantinho da Leitura” - lugar para abrigar as atividades comunitárias e pedagógicas infantis.

Nessa etapa também foram definidos os custos, os materiais e o cronograma de ação do mão-na-massa, com a atribuição das responsabilidades de cada agente. A Prefeitura ficou responsável pela compra dos materiais não disponíveis na comunidade, os insumos necessários para a refeição coletiva, a divulgação da ação e a viabilização de um grupo cultural para o dia da inauguração. O TRAMA se encarregou do levantamento da área do antigo museu, realizado no mesmo dia do primeiro encontro, para posterior desenvolvimento do projeto, com a disposição dos cômodos e maquete digital, bem como especificação e orçamento dos materiais necessários para a execução dos espaços. A Associação ficou com a função de articular e engajar a comunidade, difundir a ação para os interessados e frequentadores do quilombo, articular a participação dos mestres locais, resgatar os materiais guardados do antigo museu e captar outros materiais disponíveis no local, como estacas de sabiá, barro e bambu.

Colocando a Mão-na-Massa

O primeiro momento de mão na massa foi para a montagem da estrutura (07 e 08 de outubro), que contou com dois grupos de trabalho:

Grupo 01 - Montagem da estrutura: o grupo reuniu principalmente os jovens e adultos e foi guiado por três mestres, que orientaram o processo de montagem dos pilares, vigas e da coberta. Os mestres Marinaldo, Nando e Costinha apresentaram e explanaram sobre as técnicas, materiais, ferramentas e nomenclaturas específicas de elementos da construção tradicional em taipa.

Figuras 16 e 17: Montagem da estrutura.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Grupo 02 - Cantinho de leitura: grupo composto em sua maioria pelas crianças do quilombo, que através de desenhos expressaram seus desejos para a área. A

ideia era transformar a clareira na mata em um espaço de acolhimento e permanência ao ar livre. A partir das ideias que surgiram e dos materiais disponíveis foram elaborados mobiliários para armazenamento de livros, bancos, balanço, e um banco em bambu e cordas que possibilita diferentes formas de apropriação.

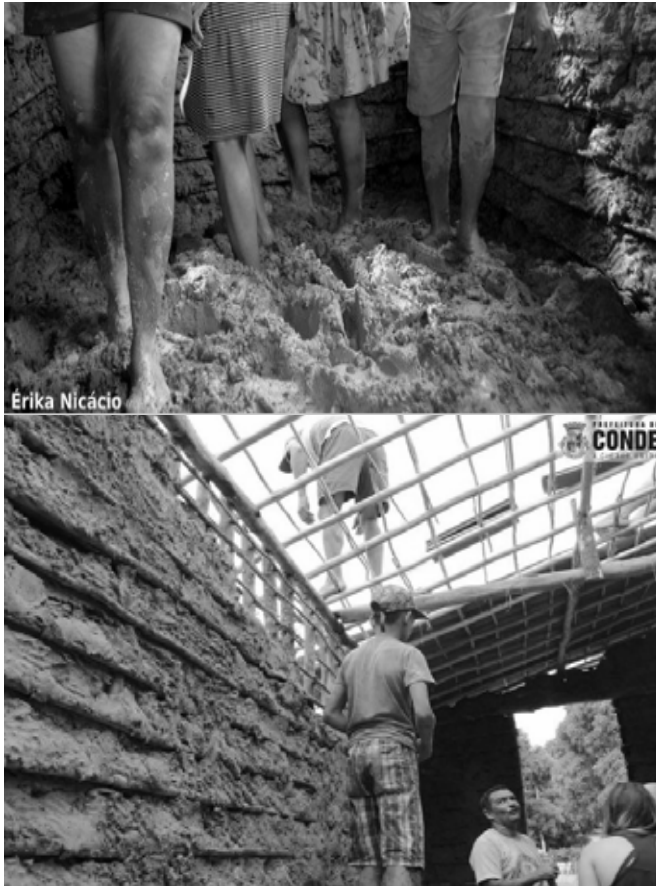
Figuras 18 e 19: Oficina de desenho para mobiliário e finalização do mobiliário de leitura.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

No segundo momento do mão-na-massa (21 de outubro), foi feita a montagem da coberta junto com a tapagem com barro selecionado previamente pela comunidade. A preparação da taipa foi feita coletivamente através da mistura do barro com água e do pisoteio, formando uma massa consistente para preencher as paredes.

Figuras 20 e 21: Pisoteio do barro e montagem da coberta.



Fonte: Erika Nicacio e Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Finalizando o(s) novo(s) espaço(s)

Em sequência à conclusão da tapagem do barro nas paredes houve a instalação das esquadrias. Esperou-se a secagem e cura do barro para realizar a inauguração oficial e a abertura do museu para visitação, na noite do coco de roda que contou com a presença do grupo Bongar, da Nação Xambá de Olinda/PE.

O museu, reconstruído, representa mais do que um espaço físico que resgata técnicas tradicionais, sendo também um espaço simbólico que perpetua a memória coletiva e da comunidade do Quilombo Ipiranga.

Figura 22: Vista do museu quilombola reconstruído.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

#3 NÚCLEO DE CULTURA - CENTRO

Localização: Rua Domingos Maranhão, 141 - Centro
Agentes: Prefeitura Municipal de Conde, Instituto Intercement, Escola Viva Olho do Tempo, Oficina Espacial, Coletivo Massapê, Coletivo Acervo 03, TRAMA.
 Área: 195m²
Custo total aproximado: R\$ 13.000,00

O distrito central de Conde é a sede político administrativa do município e concentra um grande número de equipamentos e serviços públicos, como o Mercado Municipal, escolas, unidades básicas de saúde e praças onde acontecem importantes atividades do calendário cultural e cívico da cidade. Apesar de possuir uma forte dinâmica social e econômica, o fluxo de pessoas na área central é essencialmente diurno, com exceção das escolas de ensino noturno e do Núcleo de Cultura, que funciona como pólo atrator de jovens e adultos no período da noite.

O Centro de Criatividade Professor Iveraldo Lucena, popularmente conhecido por Núcleo de Cultura, é um galpão de aproximadamente 500 m² que hoje abriga a Coordenadoria de Cultura do município, aulas, palestras, eventos institucionais de promoção da cultura local e alguns cursos.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Na parte externa, é ladeado por dois terrenos vazios - um ao fundo e outro à esquerda - sendo este de titularidade pública, sem uso específico. Em 2017 houve uma motivação para ativar o potencial latente deste terreno, na possibilidade de realizar uma ação de requalificação dentro do Programa do Mutirão na Vizinhança, num formato diferente das edições anteriores já realizadas, que pudesse envolver os jovens engajados nas atividades culturais do Núcleo.

A ideia era de construir uma infraestrutura básica de suporte às atividades recreativas e culturais ao ar livre, dando mais visibilidade à produção cultural dos grupos, que poderiam sair de dentro do núcleo para a rua, e da rua para a cidade.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Tecendo as redes

A Prefeitura entrou em contato com o TRAMA/UFPB para apresentar a proposta e solicitar um levantamento arquitetônico do terreno, identificando também os primeiros reparos estruturais a serem executados para a viabilização da ação.

Pausada por alguns meses à espera de recursos, a proposta foi retomada através de uma parceria entre a Prefeitura de Conde e Instituto Intercement - empresa que contribui com investimentos sociais nos municípios onde atua, e a ação seria realizada no “Dia do Bem Fazer”, atividade realizada pelo Instituto, que visa apoiar as potencialidades dos territórios e a promoção do desenvolvimento comunitário - princípios que se alinham aos do Programa Mutirão na Vizinhança.

Para efetivar o acordo com o Instituto Intercement - neste caso, o ente financiador - foi necessário buscar uma ONG de atuação local para mediar o recebimento da doação e auxiliar nas transações contábeis. A ONG escolhida foi a Escola Viva Olho do tempo, com atuação focada na formação cultural e sócio-ambiental de crianças e adolescentes.

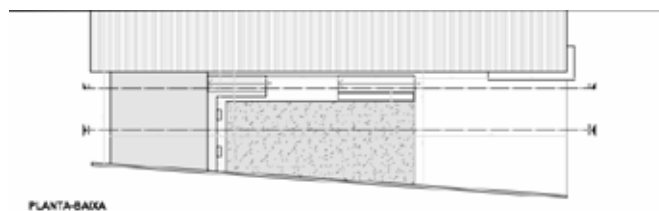
Para a requalificação da área foi definido que seria realizada obra de nivelamento do piso elevado existente no local e definição de seu acesso, transformando-o em um palco para atividades culturais, criação de murais artísticos nos limites do terreno (paredes do galpão e muro lateral), produção de mobiliário de suporte ao uso do espaço, e existência de paisagismo e iluminação.

Para efetivar essas ações, foram realizadas parcerias com alguns coletivos, além do TRAMA, que realizaram atividades no dia do mão na massa, sendo eles: o Coletivo Acervo 03 (João Pessoa), com experiência em oficinas de grafiteagem para jovens e crianças; o Coletivo Massapê (Recife), que trabalha com intervenções urbanas e a Oficina Espacial (João Pessoa), escritório de design e arquitetura que trabalha com foco na marcenaria. A prefeitura ficou responsável pela articulação com os diversos agentes e pelo orçamento e compra dos materiais além de toda a logística do dia.

Viabilizando a ação

Ajustado o financiamento, pôde ser dado início às primeiras obras de melhoramento da infraestrutura do local - executadas pela SEINFRA - que incluíam algumas demolições, remoção de lixo e entulhos, nivelamento do piso do palco, seguido de reconstrução dos muros laterais e dos acessos ao palco por meio de rampa e escada.

Figura 26: Projeto de intervenção para o terreno vazio.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Colocando a Mão-na-Massa

O dia 22 de dezembro de 2018 foi a data escolhida para a ativação do espaço, que aconteceu em dois turnos (manhã e tarde), com intervalo para o almoço coletivo. Cerca de 40 pessoas se dividiram em quatro grupos de trabalho:

Grupo 1 - Produção de mobiliário urbano (Coletivo Massapê e Oficina Espacial): utilizando-se de pneus reaproveitados do depósito da Prefeitura e pallets doados pela Intercement, foram produzidos bancos para compor o novo espaço.

Figuras 27 e 28: Produção do mobiliário.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Grupo 2 - Grafiteagem (Coletivo Acervo 03): após reunião de idéias para escolher o conceito da intervenção, o muro da lateral esquerda foi preparado para receber o mural, cujas imagens pintadas fazem referência a grupos de música e dança que atuam no Núcleo;



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

Grupo 3 - Iluminação (SEINFRA): produção de varal de lâmpadas para iluminação decorativa do palco e mural, e instalação de refletores para iluminação geral do espaço;

Grupo 4 - Paisagismo (Secretaria de Meio Ambiente): plantação de mudas de vegetação rasteira, distribuídas nas laterais do espaço.

Finalizando o novo espaço

Após a conclusão das atividades dos grupos de trabalho, o palco foi inaugurado com apresentações culturais do grupo de dança coreana K-pop e grupo de hiphop.

Alguns itens das obras de infraestrutura tiveram que ser executados nos dias subsequentes, a exemplo da conclusão e acabamento do piso, instalação de calha na lateral do Galpão e colocação de brita e grama para tratamento do piso permeável.

Essa experiência demonstrou a possibilidade em convergir os interesses comuns do poder público municipal, empresa privada, coletivos de atuação independente e grupos de cultura em prol de transformar um terreno vazio em um espaço convidativo que agora consegue absorver diversas demandas sociais de uso coletivo para atendimento da população, tornando o espaço como parte do cotidiano e do sistema de espaços públicos da área central da cidade.

Figura 31: Espaço concluído.



Fonte: Acervo SEPLAN - Prefeitura Municipal de Conde/PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização das três experiências, percebe-se que apesar de possuírem etapas de ação semelhantes, as edições do programa trouxeram lições e desafios distintos. Foi possível perceber que o Programa Mutirão na Vizinhança possibilita uma diversidade de intervenções em diferentes realidades e contextos, fundamentais para a promoção do encontro cidadão e de outras maneiras de perceber a cidade. As intervenções realizadas pelo Mutirão não foram só espaciais e físicas, mas também pedagógicas - contribuindo com a transformação social e a consciência urbana das comunidades e lideranças envolvidas.

O Programa, que tem como ponto fundamental do processo de construção dos espaços a participação comunitária, demonstra que o objetivo das intervenções não se limita apenas ao “produto” arquitetônico ou urbanístico concluído e entregue, mas sim ao seu “processo”,

que inclui diálogo, engajamento, mobilização, negociação, transparência dos trâmites burocráticos, das aquisições e custos de viabilização, entre outros passos e metodologias que tornam o cidadão parte integrante dos complexos processos de produção da cidade, tornando-os co-responsáveis por essas transformações.

Um modelo de produção de espaços baseado na troca de saberes, no reconhecimento das potencialidades locais e recursos disponíveis, no mapeamento das práticas culturais existentes e os agentes de transformação de cada comunidade contribui para atribuir novos valores e novas identidades a espaços inexistentes ou apagados pela memória dos moradores locais.

As intervenções trouxeram impactos positivos diretos e indiretos, alcançando com êxito o atendimento de todas as demandas postas. A experimentação e a busca por ferramentas alternativas de transformação dessas realidades urbanas emergentes possibilitou a difusão de práticas sociais e apropriações coletivas com a resignificação desses espaços comuns, que tornaram-se catalisadores de urbanidades.

Apesar de possuírem realidades e características sociais distintas, foi possível perceber que nas três edições ainda é limitada a questão da participação comunitária nesses processos de construção dos espaços, onde a presença ainda é marcada prioritariamente por pessoas que de alguma forma já possuem algum tipo de engajamento no local. Relaciona-se a isto diversos fatores, incluindo a histórica exclusão dos cidadãos nos processos de decisão política até então.

Entendendo que esse Programa é processo, acredita-se que ele contribuirá para que a população fortaleça suas competências para a vida comunitária, tornando-se protagonista da construção e manutenção desses espaços.

E como nas palavras de Francesco Careri, faz-se necessário e urgente criar políticas públicas de co-participação e mecanismos institucionais para que se possa *“percorrer terras carentes de arquitetura, de um certo tipo de arquitetura, que não é a espetacular, mas a do cotidiano, a ser criada, juntamente com os que já têm um projeto para o seu próprio território, participar da mudança [...], indo trabalhar entre as pessoas, na auto-construção e mutirão, construir juntos e ao lado dos que lutam pelo próprio direito de habitar, tomar uma posição, virar a página”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina dos textos, 2011.

VELOSO, M.; MARQUES, S. A pesquisa como elo entre teoria e prática do projeto: alguns caminhos possíveis. **Arquitextos**, Vitruvius, set. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/211>>. Acesso em 15/11/2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ROMANO et al (Organizadores). **Centralidades Periféricas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. 244p.

(RE)EXISTÊNCIA AOS (IN) VISÍVEIS: REINSERÇÃO NA SOCIEDADE POR MEIO DA AGRICULTURA URBANA

(RE)EXISTENCE OF THE (IN) VISIBLE: REINSERTION IN THE THE SOCIETY THROUGH URBAN AGRICULTURE

LÍLIAN YUMI MATSUDA PAULI

Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, lilian.ymatsuda@gmail.com

RESUMO

O presente estudo visa buscar soluções para duas problemáticas urgentes no contexto da cidade contemporânea: o inchaço populacional e a demanda por alimentos e terras cultiváveis. Essas temáticas, quando aliadas a questões sociais existentes em uma país subdesenvolvido, tornam-se ainda mais graves, tais como: especulação imobiliária, esvaziamento dos centros urbanos, déficit habitacional, além de outras questões sociais. “Cidade aos invisíveis” trata de um edifício que oferece moradia, produção de alimentos e educação alimentar para pessoas em situação de rua no centro da cidade de Curitiba. Aborda-se a ideia de uma cidade paralela e invisível, cheia de problemas cotidianos que não se quer enxergar por comodidade. Assim, surge o conceito do projeto de transformar essa cidade invisível em uma cidade aos invisíveis por meio de um edifício que convida ao caminhar de forma autônoma, fazendo de suas lajes as ruas da própria cidade. Estas se transformam em comércio, habitação, lazer; resgatam a relação perdida entre campo e cidade por meio da agricultura urbana; e os protagonistas desse edifício são os seres invisíveis existentes na sociedade em que vivemos: pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Habitação. Agricultura Urbana. Educação Alimentar. Pessoas em situação de rua. Centros Urbanos.

ABSTRACT

The present study looks for solutions that concerns two urgent problematics in the context of contemporary city: the population swelling, and the demand for food and farm lands. These tematics, when aligned to the social needs of an underdeveloped country, becomes more severe, such as: emptying of urban centers, high cost of land in central areas, real estate speculation, gentrification. “City to the invisibles” is about a building that offers housing, food production and food education for homeless in the center of Curitiba. It’s approach the idea of a parallel and invisible city, full of daily problems that is not seen out of convenience. Thus, the concept of the design is transforming this invisible city in a city for the “unseen” through a building that invites people to walk in an autonomous way, making of its slabs the streets of the own city. These can turn into commerce, housing, leisure; rescue the lost relationship between countryside and city through urban agriculture; and the protagonist of this building are the invisible people that exist in the society we live in: homeless.

Keywords: Habitation. Urban Agriculture. Food education. Homeless. Urban Centers.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte do Trabalho Final de Graduação apresentado em 2017, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Curitiba. Neste estudo, pretende-se apresentar a busca de soluções de integração entre o meio urbano e rural que envolvam o morar, produzir e consumir, especialmente, para a população mais desfavorecida, àquela em situação de rua. Integração também no sentido de projeto de arquitetura, em que o próprio edifício tenha essa função de inclusão, inserção, agregação, aproximação de pessoas.

Portanto, para alcançar o objetivo proposto, foi necessário resgatar a história da formação das cidades europeias e analisar a relação existente entre campo e cidade, como tentativa de compreender os motivos que

levaram esses dois mundos a viverem uma relação de dualidade, quando na realidade deveriam se relacionar complementarmente. Além disso, foi necessário estudar sobre o surgimento da utopia verde, desde quando as áreas verdes eram somente reconhecidas por suas funções paisagísticas decorativas até o momento em que passa a assumir a função de produção de alimentos nas cidades, por meio dos conceitos de agricultura urbana e permacultura.

Desta forma, para este estudo, identifica-se como problema o inchaço populacional urbano somado à demanda por alimentos e terras cultiváveis, que são graves problemas reais da sociedade mundial atual. Essas temáticas se tornam ainda mais complexas quando se consideram problemas sociais enfrentados por um país em desenvolvimento, como a falta de moradias, sobretudo, a pessoas socialmente vulneráveis em situação de rua.

Assim, tem-se como hipótese que a criação de um edifício de moradia, educação alimentar e produção de alimentos com a finalidade de proporcionar autoconsumo e geração de renda, localizado em um centro urbano, utilizando-se de terrenos subutilizados que não cumprem a sua função social, poderiam atender a essa demanda de déficit habitacional existente e ajudar a solucionar o problema de segurança alimentar no contexto urbano.

Isto posto, como objetivo geral, pretende-se planejar e projetar a construção de um edifício de moradia, de produção de alimentos e de educação alimentar no centro de Curitiba, Paraná, utilizando-se de propriedades que não cumprem a sua função social, para que pessoas em situação de rua possam ter acesso à produção de alimentos orgânicos, visando autoconsumo e geração de renda monetária. Para que, além da produção agrícola, também haja assistência social, reabilitação química, educação alimentar, debates, palestras e feiras com a finalidade de reintegrar essa população à sociedade.

Justifica-se esse estudo, visto que “O atual desafio da arquitetura é entender o mundo rural”. Essas foram as palavras do arquiteto holandês Rem Koolhaas durante o Congresso Internacional da Fundación Arquitectura y

Sociedad de Pamplona, Espanha, intitulado “Arquitetura: Mudança climática”. Koolhaas (2016) fez um pedido aos arquitetos para que parem de ignorar o mundo rural como campo de operação.

Cada vez mais se começa a pensar na inclusão do mundo rural no urbano, devido às estimativas de alta população em poucos anos. Sendo assim, é imprescindível estudar em como vencer o desafio da organização e produção de alimentos nas cidades. Segundo dados do relatório da ONU “Perspectivas da Urbanização Mundial”, de 2014, a população humana aumentará em cerca de 2,5 bilhões de pessoas e dois terços da população da Terra residirá em centros urbanos em 2050, ou seja, será necessária uma área com cerca de 20% a mais de terras do que o representado pelo Brasil para alimentar a população mundial, sendo que, atualmente, em todo o mundo, mais de 80% da terra que é adequada para a produção já está em uso.

Além do problema da falta de espaço para produção, ainda existe a questão do desperdício de alimentos e da fome. O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos no mundo e um dos que mais desperdiça, em todas as etapas, desde a plantação, passando pelo transporte e industrialização, até o manuseio e preparo dentro de casa enquanto milhões de brasileiros passam fome. Segundo o Caderno Temático *A nutrição e o consumo consciente*, do Instituto Akatu (2004), só os supermercados da cidade de São Paulo descartam perto de 13 milhões de toneladas de alimentos por ano. As feiras livres jogam no lixo mais de mil toneladas em frutas, legumes e verduras por dia. Segundo a ONU, o Brasil perde US\$ 16 bilhões, ou seja, cerca de 30% de tudo o que produz por ano em alimentos.

Além disso, ainda existem os problemas sociais enfrentados por países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, tais como: desigualdade social, esvaziamento dos centros urbanos, gentrificação, especulação imobiliária, entre outros.

Portanto, a criação de um edifício que integre o meio urbano e rural envolvendo o morar, produzir, educar

e consumir em um centro urbano, com programas de educação voltados à produção de alimentos e contra o desperdício de comida, atendendo, em especial, às necessidades da população mais desfavorecida, em situação de vulnerabilidade social, torna-se um tema relevante como objeto de pesquisa por trazer a possibilidade de minimizar os problemas de fome, educação e injustiça social, como tentativa de promover uma cidade contemporânea mais justa e com políticas públicas que buscam de fato a sustentabilidade.

Destarte, a metodologia empregada na pesquisa é de natureza aplicada, visto que o resultado do artigo busca um produto final concreto: as diretrizes projetuais para a elaboração do projeto arquitetônico do Edifício de moradia, com intuito de produzir alimentos e de orientar a educação alimentar, com propósito de atender demandas sociais de uma parcela das pessoas que se encontram em situação de rua na cidade de Curitiba. A pesquisa foi iniciada através do estudo exploratório acerca da temática da alimentação, em busca de aprimoramento de ideias e obtenção de maior familiaridade com o objeto de estudo.

Por meio de procedimento da pesquisa bibliográfica, explicações foram sendo levantadas, partindo de referências teóricas para compreender o contexto brasileiro relacionado às problemáticas do inchaço populacional, demanda por alimentos e terras cultiváveis. Verifica-se que essas temáticas se tornam ainda mais complexas, quando se consideram problemas sociais enfrentados por um país em desenvolvimento, tais como: falta de moradias e pessoas que vivem em situação de extrema pobreza nas ruas do país.

Por conseguinte, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a coordenadora da instituição filantrópica SEFRAS, empregando um roteiro que permitia liberdade para desenvolver as questões. Após conhecer melhor a história da instituição, despertou o interesse de minha parte em realizar uma pesquisa de campo através dos Chás da tarde promovidos pelo SEFRAS para investigar a realidade das pessoas em situação de rua, onde também houve a oportunidade de realizar

uma entrevista em grupo com os próprios moradores de rua, além da observação direta do evento. Após a análise dos resultados obtidos e também de pesquisas realizadas a respeito de pessoas em situação de rua, foi possível descrever as características dessa população, buscando gerar um perfil dessas pessoas.

Estudos de casos também foram analisados para ajudar no projeto formal, a fim de entender o programa de necessidades, o partido arquitetônico, o conceito a respeito da agricultura urbana e técnicas de aplicação das hortas nos edifícios e/ou que ajudem como experiências de uso parecido. Foram analisados também os seguintes estudos de caso:

- Home Farm: proposta do Sparks Architects para Singapura (2014);
- Masterplan da Vila Torres: proposta de uma equipe de alunos da UFPR para o concurso “Pensar la Vivienda, Vivir la Ciudad” (2016).

Logo foi definida uma área de intervenção e dados foram interpretados por meio da abordagem quantitativa, em que foi possível mensurá-los para o desenvolvimento de gráficos, tabelas, mapas, a fim de levantar dados estatísticos sobre a área de intervenção, bem como as potencialidades, deficiências e condicionantes do entorno.

Finalmente, um mapa síntese dos dados coletados contendo aspectos físicos e psicológicos do local de intervenção foi desenvolvido para a elaboração das diretrizes projetuais e dimensionamento de áreas para auxílio nas estratégias de implantação, técnicas construtivas e relações urbanas.

CONCEPÇÃO DO EDIFÍCIO

Após análise de todos os problemas apresentados, aborda-se a ideia de uma cidade paralela e invisível, cheia de problemas cotidianos que não queremos enxergar por conveniência. Assim, surge o conceito do projeto de transformar essa cidade invisível em uma cidade aos invisíveis através de um edifício que possi-

bilite o caminhar de forma autônoma: sem muros, sem barreiras e obstáculos; sem distinção de cor, raça ou classe social; fazendo de suas lajes as ruas da própria cidade. As lajes se transformam em campos de futebol, comércio, habitação; resgatam a relação perdida entre campo e cidade através da agricultura urbana; e os protagonistas desse edifício são os seres invisíveis existentes na sociedade em que vivemos: pessoas em situação de rua.

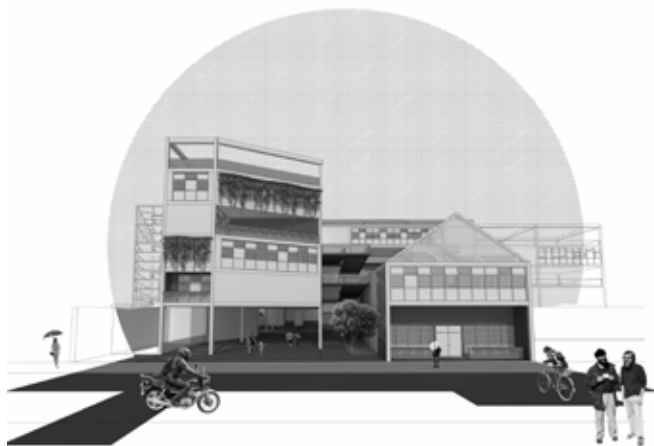
Figura 01: Esquema conceito. 2017.



Fonte: Autora.

O local escolhido para implementar o projeto foi a região central de Curitiba-PR, mais precisamente às proximidades da Praça Rui Barbosa, pelo fato desta ser visivelmente um local de permanência de uma grande quantidade de pessoas em situação de rua. Além disso, também se encontram nas proximidades, a instituição filantrópica SEFRAS e diversos equipamentos urbanos.

Figura 02: Imagem da fachada do Edifício proposto. 2017.



Fonte: Autora.

A proposta desse trabalho é que o edifício seja uma entidade pública municipal com apoio da instituição SEFRAS, que já realiza cadastramento das pessoas em situação de rua e faz um trabalho de assistência social com essa população. Nota-se que, primordialmente, o que precisa ser feito e necessita investimento público é o trabalho de suporte a essas pessoas para que elas realmente deixem as ruas.

Além da instituição SEFRAS, o edifício poderia ser concebido com o apoio da instituição FAS (Fundação de Ação Social), que é o órgão público responsável pela gestão da assistência social em Curitiba e atua de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município.

O programa de necessidades foi criado não apenas com o intuito de acolher e dar assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade nas ruas, mas também de dar um segundo passo, um suporte por meio de moradia digna e emprego através da agricultura urbana e educação alimentar, para que essas pessoas consigam construir laços afetivos e, principalmente, recuperar a auto-estima para se inserirem novamente à sociedade e ao mercado de trabalho formal.

Além disso, o complexo conta com outros diversos programas para atender aos moradores e à comunidade externa, para a geração de fontes alternativas de renda, não havendo uma dependência exclusiva da atividade de agricultura. Estas atividades são: restaurante popular, creche, salas multiuso para a confecção de artesanato e afins, café com vista para a Praça Rui Barbosa, comércio, feira dos alimentos excedentes, assistência social, psicologia, apoio aos dependentes químicos e sala de conferência para atividades e apresentações culturais.



Fonte: Autora.

Segundo dados da pesquisa do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), 2.776 pessoas estão em situação de rua em Curitiba. No entanto, o projeto proposto não seria suficiente para atender toda a demanda. O próprio SEFRAS, por meio de entrevistas, afirma que muitas delas, dificilmente, se reintegrariam por estar tempos prolongados nessa condição. Muitas delas são dependentes químicos e não se relacionam mais com suas famílias. Portanto, considerou-se que os residentes a menos de um ano, poderiam mais facilmente se reinserir em suas famílias, se tivessem oportunidades de emprego, tratamento psicológico e da dependência química.

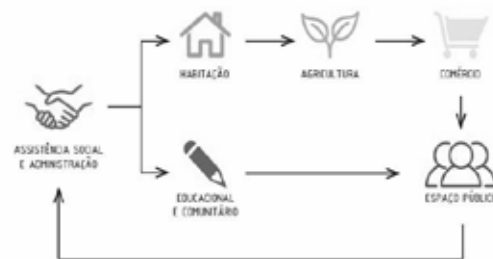
Considerando que essa população de moradores recentes, que estão a menos de um ano em situação de rua, é de 39% das 2.776 pessoas existentes nessa situação em Curitiba é possível chegar ao cálculo de 1.083 pessoas. Este trabalho visa atender, com moradia, cerca de 20% dessa população, ou seja, aproximadamente 220 pessoas, pois o intuito é que seja um projeto piloto e que possa ser disseminado em outros locais da cidade. Os demais serão atendidos por meio dos outros setores do edifício que visam o tratamento, educação e profissionalização. O projeto também prevê atividades para a

cidade e seu entorno, pois a reinserção dessa população depende do convívio com as pessoas que circulam e vivem em suas adjacências.

Analisando os parâmetros construtivos da Zona Central – ZC, foi possível obter uma estimativa de áreas, visto que o terreno de intervenção possui 7.300m². Considerando o coeficiente de aproveitamento 5 foi possível chegar à área computável total de 36.500m². Como a taxa de ocupação máxima é de 66%, foi possível chegar ao cálculo de 4.818m² de área máxima por pavimento, resultando em 8 andares, podendo ser mais alto, dependendo da redução de área por andar, já que, segundo os parâmetros da ZC, a altura máxima é livre.

Devido a isso, o programa foi dividido em seis macro setores: assistência social, educacional e comunitário, habitação, agricultura, comércio e espaço público. No esquema abaixo, é possível observar a relação entre os macro setores e o espaço.

Figura 04: Esquema da relação entre as funções do espaço. 2017.



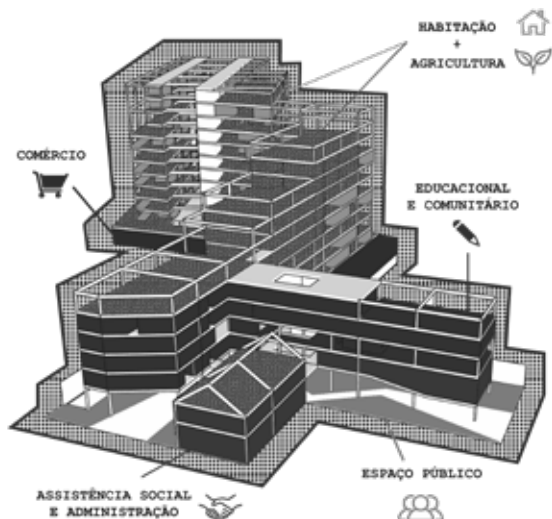
Fonte: Autora.

O edifício visa funcionar da seguinte forma: a população em situação de rua entra em contato com a secretaria do edifício, recebendo primeiramente assistência social, trabalho psicológico e reabilitação. Se ainda houver vagas disponíveis, ela poderá receber um apartamento tipo estúdio para moradia em troca de trabalho no setor de agricultura. Com o passar do tempo, caso estabeleça ou restabeleça vínculos afetivos e familiares, a pessoa poderá se mudar para o apartamento tipo família, desde que ainda existam vagas e todos os moradores continuem contribuindo com o trabalho na

agricultura, mesmo que não seja em tempo integral, pois todos possuem o direito de continuar exercendo as mesmas atividades remuneradas de antes. Lembrando que o objetivo do projeto não é simplesmente dar moradias, pois as pessoas precisam pagar por elas por meio do trabalho de agricultura urbana proposto. Uma porcentagem de todo o alimento arrecadado serviria para autoconsumo e o restante para comércio através do espaço de feira, aberto a todo público. Havendo vagas, tanto os moradores do edifício quanto à população em geral podem participar das atividades educacionais e comunitárias existentes.

Cada um dos macro setores é responsável por algumas funções que foram pré-dimensionadas com base no coeficiente de aproveitamento. A tabela a seguir apresenta as proporções de cada um deles em relação à área computável total de 36.500m². Como a área total dos macro setores é de 32.055m², significa que o projeto estará utilizando 88% da área computável total.

Tabela 01: Proporção de áreas entre os macro setores. 2017.



Fonte: Autora.

Figura 05: Esquema de setorização do Edifício. 2017.

MACRO SETORES	ÁREA (m ²)	PROPORÇÃO (%)	ÁREA TOTAL (m ²)
ASSISTÊNCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO	3195	88	32055
EDUCACIONAL E COMUNITÁRIO	2620		
HABITAÇÃO	12470		
AGRICULTURA URBANA	10740		
COMÉRCIO	1530		
ESPAÇO PÚBLICO	1500		

Fonte: Autora.

O setor de assistência social e administração é considerado como a porta de entrada da população em situação de rua, nele são previstos espaços para psicólogos e assistentes sociais, auditório para palestras e grupos de reabilitação para dependentes químicos. Além de funcionar a área administrativa e de apoio ao edifício, nesse setor também são previstas 140 vagas de carros para moradores e um bicicletário com capacidade para 140 bicicletas.

Tabela 02: Pré-dimensionamento do setor de assistência social e adm. 2017.

MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
ASSISTÊNCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO	RECEPÇÃO	50	9	575 + 2620 = 3195
	SECRETARIA	80		
	ASSISTENTE SOCIAL	10		
	PSICÓLOGO	10		
	MINI AUDITÓRIO	170 pessoas = 400		
	BANHEIRO	4 sanitários = 20		
	COPA	5		
	ESTACIONAMENTO	140 veículos = 2520		
	BICICLETÁRIO	140 bicicletas = 100		

Fonte: Autora.

O setor educacional e comunitário é composto por creche e biblioteca, cozinha comunitária e comedor, espaços destinados à educação alimentar e ao aprendizado de possíveis receitas, utilizando plantas alimentícias não convencionais - PANCs que são encontradas facilmente e a maioria das pessoas não conhece.

Também é composto por salas multifuncionais que consistem em módulos que podem ser divididos livremente ou agrupados, sem funções previamente determinadas, seguindo as necessidades da população do edifício, podendo vir a ser utilizadas para aulas, artesanato, dança, festas, reunião de condomínio, entre outros.

Tabela 03: Pré-dimensionamento do setor educacional e comunitário. 2017


MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
EDUCACIONAL E COMUNITÁRIO	COZINHA COMUNITÁRIA	200	7	2620
	COMEDOR	300		
	SALAS MULTIUSO	600		
	CRECHE	200 crianças = 1000		
	BIBLIOTECA	500		
	BANHEIRO	4 sanitários = 20		

Fonte: Autora.

Conforme já mencionado, o setor de habitação é composto por duas tipologias de apartamentos: tipo estúdio e família. Os apartamentos estúdios são destinados às pessoas recém chegadas da situação de rua e que estão em fase de acompanhamento. Os apartamentos família são destinados às pessoas que conseguiram restabelecer vínculos familiares ou até mesmo novos vínculos e estão dispostos a constituir uma família e precisam de mais espaço, já que a principal ideia do edifício é que ele não seja uma casa de passagem e sim de moradia permanente.

No total foram previstas 200 unidades de apartamentos, 80 unidades do tipo estúdio com 35m² cada e 120 unidades do tipo família com 70m² cada. Essas proporções foram estabelecidas em função das entrevistas que identificou que 55% tem filhos e, deste percentual, 53% possuem algum tipo de contato com eles.

Tabela 04: Pré-dimensionamento do setor de habitação. 2017

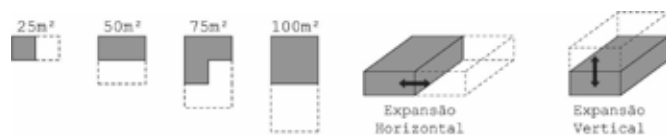
MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
 HABITAÇÃO	HALL DE ENTRADA	100	34	12470
	RECEPÇÃO	50		
	CIRCULAÇÃO	1120		
	APTOS ESTUDIO	80 aptos. de 35m ² cada = 2800		
	APTOS FAMÍLIA	120 aptos. de 70m ² cada = 8400		

Fonte: Autora.

Porém, em momento projetual, foi optado em utilizar o conceito de arquitetura modular. Tais módulos de apartamentos, de 25 m², podem vir a ser expandidos, de forma a seguir a malha estrutural do edifício de 5m x 5m.

Os módulos podem ser agrupados tanto horizontalmente quanto verticalmente, possibilitando autonomia dos moradores na forma de expansão do apartamento.

Figura 06: Esquema de expansão dos módulos de apartamentos. 2017



Fonte: Autora.

Um módulo de 25m² abrigaria um morador ou casal, um módulo de 50m² possibilitaria um apartamento de três quartos, ou seja, uma família de quatro pessoas, e

assim por diante. Todos os módulos ainda podem ter o agrupamento de uma varanda ou podem utilizar a cobertura do apartamento como varanda, utilizando-se de uma escada nos apartamentos que possuem o pavimento com pé direito duplo.

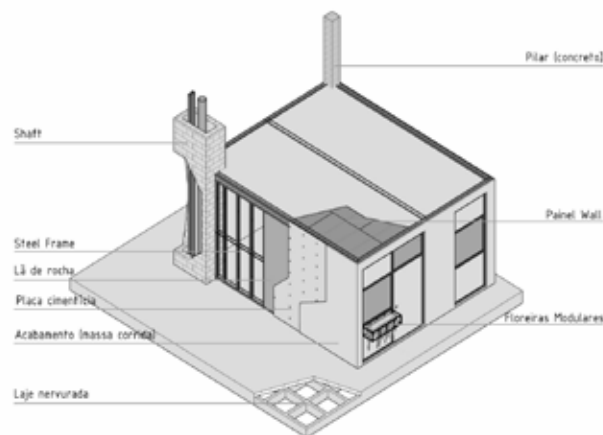
Figura 07: Plantas dos módulos de apartamentos. 2017



Fonte: Autora.

Também foi optado em utilizar materiais pré-fabricados, o que torna a execução da obra mais rápida e com baixo índice de perda de materiais, os módulos dos apartamentos são compostos de steel frame e vedação em placas drywall com isolamento termoacústico.

Figura 08: Detalhamento do módulo de apartamento. 2017



Fonte: Autora.

O setor de agricultura urbana é voltado ao cultivo de alimentos. Para calcular a área destinada ao plantio de

alimentos foi considerado o estudo de caso Home Farm, do Spark Architects, que possui uma área destinada a agricultura de aproximadamente 14.800m². Também se estimou a quantidade de moradores do edifício segundo cada tipologia de apartamento, resultando em uma estimativa de 919 pessoas. Com esse resultado, foi possível fazer uma previsão de 16m² por pessoa para produção de alimentos em uma quantidade suficiente para atender autoconsumo e venda dos excedentes. Como a média de moradores do edifício deste trabalho é de 600 pessoas (200 x 3), chegou-se ao resultado de 9.600m² de área de plantio de alimentos distribuídos em três diferentes configurações de produção agrícola:

- Escala individual: espaços dentro de cada apartamento, varandas ou floreiras nas sacadas destinados a plantação de temperos e plantas ornamentais;
- Escala coletiva: consiste na principal atividade do projeto, a agricultura urbana, com espaços de hortas comunitárias destinadas a todos os moradores do edifício produzir hortaliças e legumes para autoconsumo e mercantilização, funcionando como a principal atividade econômica para os moradores, que poderão vender o excedente de alimentos produzidos. Para isso, foram propostas duas tipologias de cultivo: o sistema de aquaponia - técnica em que os excrementos dos peixes nutrem as plantas e as plantas oxigenam a água para os peixes; e a agricultura tradicional “soil-based farm”, no solo e na cobertura do edifício;
- Escala comunitária: consiste na plantação de árvores frutíferas espalhadas pelas áreas públicas do terreno, disponíveis para toda a população.

Além dos espaços de plantio de alimentos, nesse setor também são previstos espaços para triagem, embalagem e armazenagem dos alimentos e ferramentas.

Tabela 05: Pré-dimensionamento do setor de agricultura urbana. 2017

MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
AGRICULTURA URBANA 	PLANTIO	9600	29	10740
	TRIAGEM E EMBALAGEM	300		
	DEPÓSITO ÚMIDO - ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS	500		
	DEPÓSITO SECO - ARMAZENAGEM DE FERRAMENTAS VESTIÁRIOS	300		
		8 sanitários = 40		

Fonte: Autora.

Ainda com base no estudo de caso dos Sparks, foi possível realizar uma estimativa da quantidade de área necessária para o cultivo de cada um dos sistemas apresentados na Home Farm: fazenda vertical através da aquaponia, fazenda linear e fazenda tradicional, incluindo os sistemas previstos nesse trabalho.

Tabela 06: Pré-dimensionamento do micro setor de plantio. 2017

MICRO SETOR	ESCALA	SISTEMA	ÁREA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)
PLANTIO	1	FAZENDA LINEAR	973	9600
	2	AQUAPONIA	4865	
	3	FAZENDA TRADICIONAL	3762	
		ÁRVORES FRUTÍFERAS	-	

Fonte: Autora.

Além disso, foi possível realizar uma estimativa da possível quantidade de alimentos, empregos fixos e temporários que 9.600m² de agricultura geraria, como é possível observar no esquema abaixo:

Figura 09: Esquema de agricultura. 2017



Fonte: Autora.

O setor de comércio consiste nas lojas fixas e espaços de feiras destinados à comercialização dos alimentos produzidos nas hortas comunitárias. Propõe-se a criação de galerias comerciais que façam ligação com outras existentes no entorno para a criação de uma cidade voltada às pessoas, incentivando-as a caminharem e a participarem de uma vida urbana vital e variada com atividades estimuladoras, como descrito por Gehl, 2010.

Tabela 07: Pré-dimensionamento do setor de comércio. 2017

MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
 COMÉRCIO	LOJAS FIXAS	1200	5	1530
	FEIRAS	200		
	ARMAZENAGEM	50		
	BANHEIRO	20 sanitários = 80		

Fonte: Autora.

O setor de espaço público consiste na praça de acolhida do edifício. Espera-se ocupar a menor quantidade possível de área construída do pavimento térreo para que as pessoas possam circular e desfrutar das atividades oferecidas pela projeto.

Tabela 08: Pré-dimensionamento do setor de espaço público. 2017

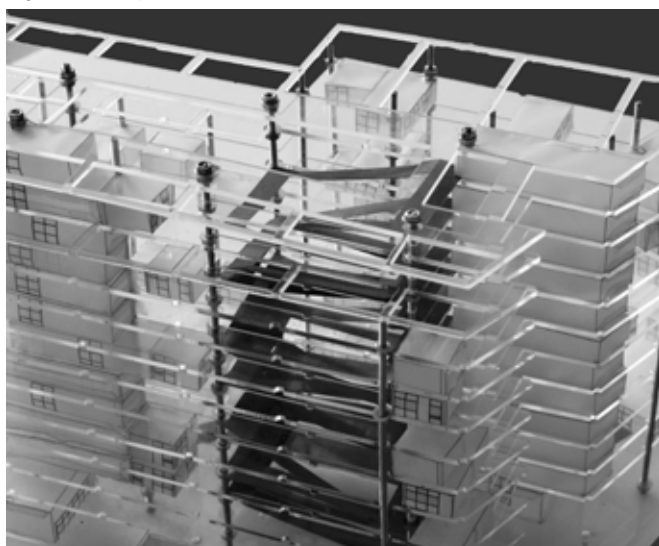
MACRO SETOR	MICRO SETOR	ÁREA (m ²)	%	ÁREA TOTAL (m ²)
 ESPAÇO PÚBLICO	PRAÇA	1500	4	1500

Fonte: Autora.

Todos os pavimentos possuem ligação através das rampas que funcionam como o coração do edifício, que dão acesso livre a todos os pavimentos, funcionando como ruas, artérias da cidade. O edifício também conta com passarelas e vazios que servem para maior entrada de luz natural nos pavimentos.

Os módulos de habitação são os elementos restritos, da mesma maneira que funciona uma rua da cidade, que são representadas pelas rampas que dão acesso livre a todos os pavimentos do edifício.

Figura 10: Maquete física. 2017



Fonte: Autora.

Além disso, a cada dois pavimentos com módulos habitacionais, um é dedicado apenas à produção de alimentos, possuindo pé direito duplo justamente para maior entrada de luz no interior do prédio. Nos espaços que não absorvem tanta luz natural se encontram quadras de esportes, praças, espaços de lazer e os tanques de peixe para produção de alimentos através da técnica de aquaponia, utilizando-se de iluminação artificial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo desenvolveu-se a partir de cinco problemáticas principais, a partir disso, foram estudadas maneiras de como solucioná-las:

1. Em relação à questão do inchaço populacional e demanda por terras cultiváveis, as soluções foram encontradas na agricultura urbana e na permacultura;
2. Referente ao déficit habitacional existente, constatou-se a necessidade de viabilizar mais moradias de interesse social;
3. Quanto à questão do esvaziamento dos centros urbanos, pôde-se constatar a necessidade da re-ocupação da área central, que é dotada de infraestrutura, porém, está subutilizada com inúmeros estacionamentos privados e edifícios abandonados e degradados. A re-ocupação por meio de moradias de interesse social é uma tentativa de mitigar os problemas da especulação imobiliária e segregação.
4. No que diz respeito à população em situação de rua, as soluções foram viabilizadas por meio da assistência social, da reabilitação química, do apoio de entidades sociais e com propostas de melhoria da auto-estima dessas pessoas para reintegração à sociedade, oferecendo habitação, segurança alimentar e emprego;
5. No tocante à questão da fome e desperdício de alimentos, a educação pode ser a solução, propondo ensinar receitas culinárias e a utilização de plantas com funções alimentícias pouco exploradas ou co-

nhcidas pela maioria das pessoas, as plantas alimentícias não convencionais – PANCs.

Portanto, pode-se afirmar que os resultados obtidos por meio da pesquisa foram bastante satisfatórios e foram aplicados ao objetivo de se projetar um edifício de uso múltiplo com moradia, produção de alimentos e educação alimentar para pessoas em situação de rua no centro da cidade de Curitiba, com a utilização de terrenos ociosos, subutilizados, com uso de estacionamentos particulares e edifícios abandonados, ao lado da Praça Rui Barbosa, próximo à instituição SEFRAS e aos demais equipamentos urbanos existentes na cidade em benefício da parcela mais desfavorecida da população.

Todavia, sem esquecer que o ponto crucial do edifício é que ele tenha a mesma essência da premissa de Howard para as Cidades-Jardins, de que os moradores sejam proprietários perpétuos do edifício para que haja a propriedade comunal da terra. A comunidade deve crescer primeiramente a partir de um senso coletivo de apropriação, os aspectos físicos e o desenho devem ser um reflexo dessa propriedade comum antes de ser substituído desse sentimento.

REFERÊNCIAS

FERBER, Amanda. Projeto brasileiro recebe menção honrosa no Concurso “Pensar la Vivenda, Vivir la Ciudad”. **Archdaily**. 2016. Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/791440/projeto-brasileiro-recebe-mencao-honrosa-no-concurso-pensar-la-vivenda-vivir-la-ciudad>>. Acesso em 02 jun. 2017.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Eure (santiago)**, [s.l.], v. 26, n. 78, p.1-7, set. 2000. SciELO Comision Nacional de Investigacion Cientifica Y Tecnologica (CONICYT). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612000007800006>. Acesso em: 28 fev. 2018.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. Tradução de: Maria Alice Junqueira Bastos, Pérola de Carvalho, Anita Guimarães. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

INSTITUTO AKATU. **A nutrição e o consumo consciente**. Caderno temático, capítulo 3. 2014. Disponível em: < [http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/nutricao\(2\).pdf](http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/nutricao(2).pdf)> Acesso em 20 mar. 2017.

org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/nutricao(2).pdf> Acesso em 20 mar. 2017.

MAGRINI, Renato Velloso. **Permacultura e soluções urbanas sustentáveis**. 2009. 112 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ONU BR: Organização das Nações Unidas. **Cidades terão mais de 6 bilhões de habitantes em 2050**, destaca novo relatório da ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cidades-terao-mais-de-6-bilhoes-de-habitantes-em-2050-destaca-novo-relatorio-da-onu/>> Acesso em: 02 jun. 2017.

PAULI, Lílian Yumi Matsuda **Cidade aos invisíveis: Edifício de moradia, produção de alimentos e educação alimentar para pessoas em situação de rua**. 2017. 144 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SPARK. Homefarm Cingapura. 2014. Disponível em: < http://www.sparkarchitects.com/portfolio_page/homefarm/> Acesso em 02 jun. 2017.

REABILITAR PARA REHABITAR: A TRAJETÓRIA DOS OITO CASARÕES DA RUA JOÃO SUASSUNA

REHABILITATE TO REINHABIT: THE TRAJECTORY OF EIGHT TOWNHOUSES AT JOÃO SUASSUNA STREET

YURI DUARTE LOPES

Arquiteto e Urbanista, Coordenador de Habitação - Seplan - Prefeitura Municipal de Conde-PB, yuridl88@gmail.com

RAISSA GONÇALVES MONTEIRO

Arquiteta e Urbanista, Mestra em Assentamentos Humanos, Universidade Católica de Leuven, Coordenadora de Planejamento territorial - Seplan - Prefeitura Municipal de Conde-PB, raissagmonteiro@gmail.com

PASCAL MACHADO

Arquiteto e Urbanista, Professor de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Pernambuco (UFPE), pascal_univ@yahoo.com.br

RESUMO

Considerando a temática de intervenções em centros urbanos de valor histórico, o presente artigo relata a trajetória da reabilitação de oito Casarões no Centro antigo de João Pessoa para inserção de moradia, comércio e cultura - experiência desenvolvida na Prefeitura de João Pessoa, pela Secretaria Municipal de Habitação (SEM HAB), entre os anos de 2012 e 2018. A proposta foi elaborada visando reintegrar as edificações à dinâmica urbana do bairro do Varadouro, cujo patrimônio edificado ainda sofre as consequências do êxodo imobiliário e residencial característico da maioria dos centros históricos do país. O processo experienciado pelos técnico(a)s da prefeitura nesta modalidade e contexto específicos é narrado neste artigo como forma de evidenciar a complexa, porém possível, re-introdução de habitação acessível e de qualidade nos centros históricos - além de ressaltar a importância da Vila Sanhauá como marco histórico para a cidade de

João Pessoa e inspiração para outras capitais do Brasil e da região nordeste.

PALAVRAS CHAVES: Centro Histórico; Reabilitação; Habitação social; Patrimônio histórico edificado; João Pessoa.

ABSTRACT

In the framework of interventions in urban centers of historical value, this article reports on the rehabilitation of eight townhouses in the old city center of João Pessoa, state of Paraíba/Brazil, bringing into the ensemble new housing units and ground floor spaces for commercial and cultural activities - experience developed by the Municipality of João Pessoa (SEM HAB), between the years of 2012 and 2018. The project was designed aiming to reintegrate the buildings into the urban dynamics of Varadouro's neighborhood, whose built heritage suffers the consequences of the residential exodus that also affected many other protected city centers around Brazil. The process experienced by the team of architects and public servants working at this specific modality and context is narrated in this article as a way of highlighting the complex but possible reintroduction of affordable and quality housing in historic centers - as well as highlighting the importance of Vila Sanhauá as a historical landmark for the city of João Pessoa and also an inspiration for other capitals of Brazil and the northeast region.

KEYWORDS: Historic center; Rehabilitation; Social housing; Heritage buildings; João Pessoa.

O ESVAZIAMENTO DO CENTRO

Restaurar um Setor Monumental ou Paisagístico é, sem dúvida, restaurar sua arquitetura e seus elementos naturais, mas é também restituir sua vocação de ser habitado por homens de nossa época. Com efeito, nenhum monumento histórico está protegido se não encontra uma destinação viva. (ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES, 1971. Pág. 143 apud Silva, 2016)

A partir de levantamento realizado nos imóveis do centro de João Pessoa entre 2011 e 2012 (SILVA, 2016) constatou-se que aproximadamente um a cada quatro lotes possui, pelo menos, algum de seus pavimentos desocupados ou subtutilizados, situação que pode ser confirmada ainda nos dias atuais, não havendo, desde então, intervenções ou investimentos significativos neste sentido, seja por iniciativa do poder público ou de entes privados.

O abandono e a degradação progressiva de edificações com valor histórico-cultural nos centros urbanos brasileiros é uma realidade dolorosa e recorrente, principalmente nas capitais. A transferência dos interesses econômicos para outras partes da cidade cria novas centralidades imobiliárias que aceleram o processo de expansão da malha urbana, orientada, não por uma lógica de adensamento de áreas dotadas de maior infraestrutura, mas por uma lógica puramente mercantil e rodoviarista, e o direcionamento de investimentos públicos segue voltado para esses nichos específicos de mercado.

A situação não é diferente na cidade de João Pessoa, fundada em 1585 e terceira capital mais antiga do país. A partir do final do século XX a cidade se afasta cada vez mais das margens do Rio Sanhauá, seu nascedouro, em direção ao litoral, causando um profundo impacto na dinâmica socioeconômica e cultural do centro antigo.

Na década de 1920, com a construção da Avenida Epitácio Pessoa, essa expansão se intensifica, tendo seu ápice após a década de 1930 quando ocorre o processo de transferência das atividades portuárias para o município vizinho de Cabedelo. Neste momento, a região central passa por um forte processo de desaceleração econômica até que nos anos 1980 se percebe, com maior ênfase, uma multiplicação de imóveis vazios, abandonados e em estado de degradação.

Gradativamente o centro antigo é ocupado por usos voltados ao comércio diurno, com a instalação de lojas de confecções, móveis, oficinas mecânicas, entre outros que submeteram antigos casarões e suas fachadas a uma série de descaracterizações. Nesse ritmo, o uso residencial foi sendo extinto, a não ser nos casos onde predominam as

ocupações, cortiços e os assentamentos informais, como a comunidade Porto do Capim e a Vila Nassau.

REABILITAR PARA REHABITAR

Resgatar as condições de habitabilidade nas áreas centrais é uma condição indispensável para garantir a proteção do patrimônio edificado (SILVA, 2016). O centro antigo de João Pessoa passou por inúmeras tentativas de reativação através de investimentos públicos voltados ao turismo e à ocupação cultural dos edifícios de valor patrimonial, mas pouco se fez para criar uma política de re-valorização da área pelo resgate do uso habitacional.

Este artigo narra a trajetória de oito casarões em ruínas, localizados no coração cultural do bairro do Varadouro, cujo projeto de reabilitação foi concebido visando transformá-los em edifícios integrados de uso misto - abrigando residências e empreendimentos ligados à economia criativa - projeto que veio ser batizado como “Vila Sanhauá”.

Por reabilitação, entendemos:

“... a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios (...) ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais (...) com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados” (Decreto-Lei n.º 307/2009, artigo 2º, ¹)

O Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, lançado pelo governo federal em 2003, trata a reabilitação como “*um processo de gestão de ações integradas, públicas e privadas, de recuperação e reutilização do acervo edificado em áreas já consolidadas da cidade, compreendendo os espaços e edificações ociosas, vazias, abandonadas, subtutilizadas e insalubres; a melhoria dos espaços e serviços públicos; da acessibilidade, e dos equipamentos comunitários na direção do repovoamento e utilização de forma multiclasista*”.

¹ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional / Portugal.

E traz como uma das diretrizes “[...] a redução do déficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos e da recuperação do acervo de prédios públicos, preferencialmente para o uso residencial, articulando esse uso a outras funções urbanas” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 12).

Dentro deste campo de ação, expõe-se aqui a abordagem projetual desenvolvida pela equipe de arquitetos e urbanistas da Diretoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de João Pessoa (SEM HAB / PMJP) entre os anos de 2012 e 2014, de maneira a trazer uma reflexão sobre os processos de intervenção em áreas de patrimônio histórico nas cidades brasileiras, em especial, no contexto da capital paraibana. Destacam-se as dificuldades encontradas para conjugar exigências jurídicas, técnicas e financeiras, e conseguir superá-las para chegar a uma proposta arquitetônica que é capaz de conciliar as demandas das diferentes instâncias ao mesmo tempo que se esforça para quebrar paradigmas e inovar nas soluções projetuais.

CONTEXTO URBANO E O OBJETO DE ESTUDO

A intervenção objeto deste artigo se aplica a oito sobrados geminados que datam de meados das décadas de 1920 e 1930. Os casarões são localizados na Rua João Suassuna (Figura 1), que representa historicamente um dos mais importantes eixos de ligação da chamada ‘cidade baixa’ (às margens do Rio Sanhauá) com a cidade ‘alta’, onde foram edificadas as principais igrejas, largos e sobrados residenciais. Hoje, a rua é o principal acesso aos terminais rodoviário e ferroviário, além de ser rota de saída para as regiões metropolitanas de Bayeux e Santa Rita, o que confere ao local um intenso fluxo de veículos.

Figura 01 – Fachada dos oito casarões em 2016.



Fonte – Silva, 2016

O conjunto está inserido na região considerada como o nascedouro da cidade, próximo ao ‘Porto do Capim’, como era conhecido o antigo atracadouro do Rio Sanhauá, com históricos armazéns que ainda resistem ao tempo em suas margens. O trecho da rua onde se encontram os casarões chegou a abrigar edificações distintas do século XVIII e XIX, demolidas durante o processo de urbanização da cidade no início do século XX para ampliação da via. Os oito imóveis, dispostos em dois pavimentos, ocupam praticamente toda a extensão da área do lote, implantados sem recuos frontal e lateral e com estreitos recuos de fundo.

Permaneceram em estado de ruína até 2018, quando efetivamente se deu início à obra de reabilitação. Com exceção de dois casarões que ainda possuíam cobertura (nº 01 e 09) e de outro que recebeu uma laje de piso em concreto armado (nº 49), a maioria perdurou sem nenhuma estrutura de piso ou telhado, estando gravemente expostos às intempéries e à patologias causadas pela umidade e presença de fungos.

De modo geral, o que restava dos imóveis era a sua “casca” - formada pelas fachadas frontal e posterior e pelas paredes laterais. Nas fachadas frontais, o valor arquitetônico do conjunto manteve sua ornamentação sóbria, que remete aos movimentos de vanguarda moderna, principalmente o Art-Décor.

Figura 2 – Quadro da situação atual do conjunto dos oito casarões.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP, montagem da equipe, 2013

TENTATIVAS, LIMITES E ALCANCES

Em 2006 aconteceu a primeira importante investida pública para instalação do uso residencial nos casarões - batizada de *Projeto Moradouro* - cujo objetivo era readaptar sete dos oito casarões para uso exclusivamente residencial, por meio da construção de 35 unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda. O projeto foi elaborado e chegou a ser aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e pela Caixa Econômica Federal, órgão financiador à época. Segundo portaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como condição para a liberação da licença ambiental de intervenções sob sua jurisdição estava atribuída a realização uma pesquisa arqueológica. As dificuldades em encontrar empresas qualificadas para o serviço, além de outros percalços técnicos e burocráticos para a viabilização da proposta arquitetônica acabaram por suspender por alguns anos sua implementação.

No ano de 2010 decidiu-se repensar o uso dos casarões para que o conjunto abrigasse uma incubadora de empresas emergentes, devido a onda de aparecimento das chamadas “startups”. Os órgãos de proteção patrimonial chegaram a sinalizar positivamente à proposta e novos estudos passam a ser desenvolvidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação. Em 2012 surge outra proposta, para que os casarões se tornem

um Centro de Recuperação de Computadores (CRC), sendo desenvolvidos outros ensaios para acomodar este programa que consistia em montar uma rede local de reaproveitamento de equipamentos de informática, formação profissional e inclusão digital. Também neste ano foram tomadas ações emergenciais de conservação da estrutura, como o travamento dos vãos de esquadrias a a instalação de escoras em locais estratégicos.

Após tentativas e especulações sobre o que se instalaria naquelas ruínas, a ideia do antigo projeto *Moradouro* foi resgatada em 2013, como parte de uma política de requalificação do centro junto a outras intervenções anunciadas dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Nesse contexto, decidiu-se retomar a proposta inicial de implantação de unidades habitacionais nos casarões, dessa vez com financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, objetivando atingir beneficiários da Faixa 2 (na época, com renda média entre R\$ 1.600 e R\$ 3.275,00).

‘VILA SANHAUÁ’ - DA CONCEPÇÃO À EXECUÇÃO

1. CONDICIONANTES LEGAIS E OPERACIONAIS

O conjunto dos oito casarões em questão, por estar situado em um contexto urbano de valor cultural, paisagístico e arquitetônico, foi delimitado como Área de Preservação Rigorosa (APR) pelo IPHAEP², recorte que também abrange os bens protegidos a nível nacional, pelo IPHAN.

Intervenções físicas em construções nessas áreas são balizadas por um conjunto normativo que define uma série de restrições e orientações que, de maneira geral, visam garantir a preservação das características estéticas e estruturais dos objetos arquitetônicos.

² Tombamento do Centro Histórico Inicial da cidade de João Pessoa, Decreto nº 25.138 de 28 de junho de 2004.

Tendo preservada “parte de suas características espaciais, estruturais, volumétricas, tipológicas e decorativas originais”, os Casarões são classificados como de Conservação Parcial, devendo-se respeitar diretrizes básicas como: a “preservação das cobertas originais e adequação daquelas alteradas às tipologias tradicionais”; a “preservação e (...) recuperação da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis”; e a “reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da cobertura estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, salubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos” - sendo, esta última, uma oportunidade de justificar intervenções para viabilizar projetos como este em questão. (Deliberação nº 05/2004/CONPEC)

Além das condicionantes patrimoniais, as exigências normativas que apresentaram mais dificuldades, do ponto de vista operacional, foram as impostas pelo PMCMV, pois suas diretrizes estavam voltadas para a construção de novos empreendimentos e não abarcavam operações de reabilitação em conjuntos históricos nem as especificidades deste tipo de projeto.

Entretanto, como era a maneira mais factível de financiamento à época da concepção do projeto, as unidades habitacionais da Vila Sanhauá foram projetadas para se encaixar nos parâmetros do PMCMV - Faixa 2. Por ser a primeira vez no Brasil que se aplicariam recursos dessa linha de financiamento para uma intervenção em Centro Histórico, destaca-se a importância dos esforços conjuntos realizados nas instâncias municipal e federal entre os técnicos da SEMHAB, CAIXA e o IPHAN/PB para tentar adequar a proposta às exigências do Programa, na intenção de que se tornasse uma experiência piloto a nível nacional.

2. PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Como citado anteriormente, a realização de pesquisa arqueológica era condição indispensável para se avançar no processo de reabilitação dos oito casarões.

Para isso a Prefeitura lançou, por duas vezes, procedimento licitatório para executar o serviço. O tempo administrativo dos processos (que envolvia avaliações jurídicas, montagem, trâmites entre secretarias) impactou de maneira considerável o andamento dos trabalhos, já que restaram desertas as tentativas de licitação, possibilitando, assim, recorrer à contratação direta.

Finalmente contratada, a empresa de arqueologia tinha um prazo de cinco meses para realizar prospecções in loco e pesquisas documentais. As prospecções (escavações) foram realizadas no solo e nas paredes, contando com a parceria dos alunos da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa,

Foram encontrados objetos diversos como pratos, garrafas, faiança inglesa e até uma antiga cacimba de armazenamento de água, somando mais de 500 peças datadas do século XVII até o começo do século XX. Muitos desses elementos estão diretamente ligados às atividades desenvolvidas naquele local, que chegou a abrigar armazéns, barbearias, prostíbulos e bares. Através do trabalho de arqueologia se pode confirmar a hipótese que os casarões foram erguidos sobre as bases dos imóveis antecedentes e tiveram seus lotes diminuídos para o alargamento da Rua João Suassuna. As escavações encontraram resquícios das fundações anteriores e de elementos da parte hidráulica.

Figura 3 – Fotografias dos elementos encontrados e das escavações do trabalho de arqueologia.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP.

3. EM BUSCA DE UM PROJETO VIÁVEL

O discurso sobre a importância do uso habitacional em áreas urbanas centrais e a mistura de usos apresenta-se bastante consolidado e vem sendo, inclusive, corrobo-

rado pelas cartas patrimoniais desde a década de 1970, quando passam a sugerir que a política de habitação deve abranger os centros antigos (Resolução De São Domingos, 1974 in: IPHAN, 1995) e que deve ser garantida a variedade de suas funções (Declaração De Amsterdã, 1975 in: IPHAN, 1995).

Entendendo a necessidade de re-ocupar o centro antigo e promover a diversidade de usos como elemento fundamental para um processo de requalificação e valorização do espaço urbano degradado, o projeto buscou conferir qualidade espacial aos apartamentos, integrar os casarões para que funcionassem como uma unidade de vizinhança, implantar salas para instalação de comércio local de apoio à moradia (mercearias, farmácias, padaria) e atividades culturais, equilibrando a ocupação noturna e diurna.

Aliar o uso habitacional à criação de pontos comerciais, de serviços e de cultura garante uma dinâmica mais contínua de uso dos edifícios, re-inserindo-os ao tecido urbano da quadra a partir da regeneração física e econômica do pavimento térreo.

A estrutura arquitetônica original (tipologia dos sobrados) apresentava planta com vãos profundos e cobertura única, geralmente em três águas, praticamente inexistente na maioria dos casarões, mas que segundo as diretrizes deveria ser recuperada em seu formato original. Este representou os principais desafios, tendo em vista a necessidade de realizar adaptações e recortes para proporcionar ventilação e iluminação aos apartamentos, visando garantir sua habitabilidade.

Mesmo com todos os desafios e limites, o projeto atuaria como as peças de xadrez citadas por Jane Jacobs, utilizadas pela administração pública como ferramenta de estímulo à criação de novos lugares estratégicos, proporcionando uma maior vitalidade urbana nas áreas centrais (JACOBS, 2011).

Diante dessa perspectiva a busca por soluções e alternativas de desenho se demonstrou uma trajetória com diversas nuances e complicadores a serem superados.

A elaboração do projeto, considerando a complexidade da área, exigiu negociações preliminares com os vários órgãos de controle³, visando o alinhamento da compreensão e interpretação da legislação patrimonial.

Considerando toda a problemática envolvida e tratando-se, ainda, de um projeto condicionado por limitações orçamentárias da Administração Pública, o seu processo de concepção representou a busca pelo equilíbrio entre o ideal e o tangível, na construção de um projeto viável.

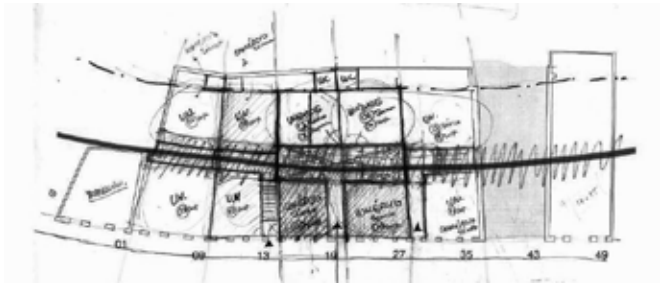
4. DESENHANDO A INTERVENÇÃO PROPOSTA

O projeto teve como princípio norteador o traço (figura 4) que marca a intenção do corte longitudinal nos casarões, traduzida espacialmente na forma de um pátio interno integrando as unidades e possibilitando a entrada de ventilação e iluminação natural. Cria também um ambiente comum de acesso que integra os apartamentos em uma só unidade de vizinhança, estratégia de desenho que resgata o sentido de 'vila' na parte interna mantendo a exterioridade dos sobrados. O pátio e a passarela metálica que atravessa os casarões, além de conectar os novos vizinhos, garante a destinação de áreas para jardins.

A cobertura foi interferida unicamente pelas aberturas dos vãos para passagem de luz e vento, possibilitando o uso dos pátios, do jardim e das janelas abertas abertas na fachada interna para ventilação cruzada dos apartamentos. Sua reestruturação conta também com a combinação de elementos metálicos e de madeira, além das telhas cerâmicas tipo colonial, alternadas com telhas de vidro que criam frestas para passagem de luz.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, Coordenação do Patrimônio Cultural de João Pessoa.

Figura 4 – Croqui do princípio norteador do Projeto para os oito Casasões da rua João Suassuna.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP.

O programa é composto por dezessete unidades habitacionais, sendo uma unidade adaptada para Portadores de Necessidades Especiais, uma área comum de acesso e convivência, seis unidades comerciais e uma unidade reservada para uso Institucional. As habitações possuem áreas entre 39,93m² e 73,41m² contendo dois quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço (figuras 5 e 6). Os apartamentos localizados no térreo e na parte posterior do terreno contam, ainda, com uma pequena área de quintal, o que favorece as suas condições de ventilação e iluminação, além de proporcionar uma área verde de uso privado.

Foram realizados estudos em maquete física e eletrônica para compreender melhor as soluções propostas e a importância do elemento central de circulação em estrutura metálica para a estética do conjunto e a coesão do projeto. Nas unidades do primeiro pavimento aproveitou-se o pé direito para instalação de mezaninos com área livre aberta que possibilita diversos usos, por onde também se tem acesso ao segundo quarto das unidades (figura 7).

As unidades comerciais, por sua vez, possuem áreas que variam entre 40,06m² e 131,70m² e estão todas localizadas no térreo com acesso direto pela rua, garantindo a independência dos fluxos.

Figura 5 – Planta baixa do pavimento térreo.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP

Figura 6 – Planta baixa do pavimento superior.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP

Figuras 7 e 8 – Imagens de maquete eletrônica ilustrando, respectivamente, a circulação no pátio central por meio de passarelas metálicas e o mezanino de um dos apartamentos superiores.



Fonte – Acervo SEMHAB-PMJP.

Visando uma construção que interferisse o mínimo possível nas paredes originais, e mantivesse a sua estabilidade, foi proposta a utilização de estrutura metálica independente para sustentar os novos elementos e fazer a amarração da estrutura remanescente.

As esquadrias e as varandas seguiram seu desenho original, sendo restauradas ou reconstruídas seguindo o padrão das anteriores. O piso original de ladrilho hidráulico com diferentes padrões em cada Casarão, foi mantido onde se encontrava em bom estado de conservação. Nos locais onde o piso foi suprimido ou deteriorado estão peças novas, com releitura do padrão antigo, marcando de forma sutil a substituição.

Considerando o entorno, foram realizados estudos relacionados aos espaços públicos adjacentes e às condições de mobilidade urbana naquela região (figura 9). Devido à intensidade do fluxo de veículos na rua, percebeu-se que a intervenção se tornaria viável a partir do alargamento da calçada frontal - que estava mau estado de conservação e eram muito estreita, impedindo o fluxo seguro e confortável dos pedestres.

O plantio de árvores foi proposto como medida paisagística para criação de bolsões de sombra ao longo calçada e na frente dos estabelecimentos do térreo. No entanto, a proposta não foi acatada pelos órgãos de proteção patrimonial, com justificativas de que poderia criar empecilhos na apreensão do conjunto arquitetônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto para a reabilitação dos oito Casarões da Rua João Suassuna foi aprovado pelos órgãos de controle e encaminhado para a CAIXA, agente financiador e responsável também por subsidiar os recursos para os interessados em adquirir os apartamentos. Contudo, diversos entraves burocráticos e operacionais direcionaram a Prefeitura de João Pessoa a finalmente custear a intervenção com recursos próprios, assim os trâmites seriam gerenciados a nível municipal, dando maior celeridade à execução da obra, orçada em mais de R\$ 4,2 milhões. Dessa maneira as unidades habita-

cionais continuaram a ser de propriedade pública, não mais vendidas e financiadas a entes privados, mas administradas pela Prefeitura e concedidas a beneficiários por meio de Edital, que teriam a Cessão de Uso Oneroso do espaço por um intervalo de tempo pré determinado pagando valores abaixo dos preços de mercado.

No que diz respeito à obra, esta ficou a cargo da empresa contratada para sua execução. A proposta inicial sofreu adaptações durante a elaboração dos projetos executivos e na execução de alguns detalhes arquitetônicos e estruturais da obra, como o dimensionamento da estrutura metálica, a passarela, as instalações elétricas e escolhas cromáticas. Apesar de se distanciar da proposta inicial em alguns aspectos, o partido arquitetônico, as plantas baixas e as aberturas seguiram o desenho do projeto básico aprovado.

Imagina-se que, se fosse concretizado de fato pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, o projeto abriria caminho para um novo paradigma da política habitacional com recursos do Governo Federal. Entretanto, poderia ter menos chances de alcançar os resultados esperados, já que trataria-se de uma operação de mercado, estando sujeita aos interesses e especulações privados. Sendo realizado com recursos próprios, por outro lado, o projeto é encarado como uma política pública de planejamento urbano e, tratando-se de imóveis públicos, dependendo da gestão podem desempenhar um papel importante na requalificação da área e representar um modelo a ser reproduzido, melhorado e ampliado, atuando no âmbito da valorização do Centro Histórico e da política habitacional.

A obra, entregue desde junho de 2018, provocou a volta de olhares para o potencial latente do centro histórico da capital. Hoje os apartamentos encontram-se ocupados pelos novos moradores e agentes comerciais e culturais que agora fazem parte do processo de reinserção de novas dinâmicas urbanas àquele espaço, fazendo com que habitar o centro com qualidade a um preço acessível não seja uma utopia distante, mas uma possibilidade legítima e próxima com a sinergia dos esforços necessários a sua viabilização - visto que o potencial edificado existe e espera resistindo ao tempo.

Figura 9 – Foto da obra concluída a partir da rua.



Fonte – Yuri Duarte, 2018

Figuras 10 e 11 – Fotos da obra concluída - passarelas internas e átrio.



Fonte – Alessandro Potter, 2018 e Raissa Monteiro, 2018

Figuras 12 e 13 – Fotos internas da obra concluída - apartamento.



Fonte – pbhoje.com.br/noticias/43171/veja-fotos-dos-apartamentos-do-villa-sanhaia-no-centro-de-jp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério das Cidades. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília, DF, 2008.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

PARAÍBA. Decreto N° 25.138, de 28 de junho de 2004

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 307/2009. **Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**

SILVA, E. R. **Centro Antigo De João Pessoa: Forma, uso e patrimônio edificado**. 2016. 164 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio grande do Norte. 2016

A AUTENTICIDADE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM METODOLOGIAS PROJETUAIS

THE AUTHENTICITY OF CITIZEN PARTICIPATION IN PROJECTUAL METHODOLOGIES

ELEONORA PAOLI¹

RESUMO

Este artigo busca investigar metodologias empregadas em assentamentos vulnerabilizados para a elaboração de diagnósticos e para levantamentos prévios a projetos de intervenção e/ou requalificação urbana. Para tal, foi realizado um estudo de caso no bairro El Níspero, na cidade de Montería na Colômbia, em que foram avaliadas as práticas cidadãs adotadas no que tange o grau de autenticidade da participação, do controle social e da tomada de decisões da comunidade. Como resultado foi produzida uma matriz de análise da participação em metodologias que poderá ser aplicada em outros estudos de caso.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias participativas. Participação cidadã. Assentamento vulnerabilizado. Matriz de participação.

ABSTRACT

This article aims to analyze methodologies used in vulnerable settlements for the elaboration of diagnoses and for preliminary surveys of urban intervention and/or requalification. For that, a case study was carried out in El Níspero neighborhood, in the city of Montería, Colombia, where the citizen practices were evaluated in terms

of authentic participation, social control and community decision-making. As a result, it was produced a participation analysis matrix that could be applied in methodologies in other case studies.

KEYWORDS: Participatory methodologies. Citizen participation. Vulnerable settlement. Participation matrix.

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é investigar metodologias de participação cidadã² empregadas na elaboração de diagnósticos e para levantamentos prévios a projetos de intervenções e/ou requalificações urbanas em assentamentos vulnerabilizados. Para tal, foi realizado um estudo de caso no bairro El Níspero, na cidade de Montería na Colômbia. O objetivo foi, assim, o de avaliar se a metodologia adotada em El Níspero, a fim de concretizar esses estudos³, possibilitou uma abertura maior ao envolvimento da comunidade ou acabou limitando-o.

Este tema ganha pertinência uma vez que tem se tornado um desafio no âmbito do planejamento urbano atual internacional. Devido ao direito à participação estar estabelecido constitucionalmente no caso da Colômbia – como também de outros países, inclusive o Brasil, são amplos os estudos teóricos e práticos relacionados a esta questão. Todavia, críticas têm sido tecidas sobre a relação das formas de envolvimento e a concretização das decisões tomadas pelas comunidades durante este

² Assumiremos, nesse trabalho, a tradução literal do termo colombiano Participación Ciudadana (Participação Cidadã) a fim de facilitar as referências ao longo da revisão bibliográfica. Entretanto, ressaltamos que no Brasil o mesmo conceito é expresso através do termo “Participação Popular”.

³ A organização e liderança popular do bairro buscou a interação com entidades públicas e privadas – Universidade e Prefeitura – com o intuito de expor suas problemáticas e aspirações, destacar a precariedade das condições de vida e buscar conversar sobre formas de participação que pudessem contribuir para o melhoramento das condições de vida de seus moradores. Nessas circunstâncias, a Facultad de Arquitectura da Universidad del Sinú, em Montería, se interessou pelo caso de El Níspero e colocou-se à disposição para realizar um trabalho conjunto com os moradores, que teve como objetivo, através de metodologias que serão descritas e analisadas a seguir, gerar um diagnóstico das condições do bairro e propostas de intervenções para melhorias urbanas.

¹ Ensino Superior – Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, eleonora.paoli@aluno.ufop.edu.br.

processo. A vivência direta⁴ da tentativa de implementação de práticas cidadãs despertou, em mim, questionamentos sobre a relação entre as metodologias e seus resultados, uma vez que inconvenientes, ou mesmo sua condução e elaboração, poderiam ter sido melhor direcionados. Nesse sentido, este artigo pode contribuir como referência e suporte para o desenvolvimento de metodologias participativas que auxiliem a prática projetual no entendimento da realidade implicada e do modo de habitar das comunidades vulnerabilizadas.

De uma maneira geral, o aporte deste estudo consiste na criação de uma matriz geral de análise da participação da comunidade baseada em nove parâmetros - a serem aplicados em suas diversas fases de elaboração, aplicação e sistematização de resultados - enquadrados entre dois polos de participação e não-participação. A matriz fruto desse trabalho foi pensada de maneira a viabilizar sua aplicação futura em diversos estudos de caso - brasileiros ou não. Por último, serão descritas as atividades que compõem a metodologia empregada em El Níspero, retomando as três fases em que ocorreu, e serão avaliadas a partir do grau de envolvimento da comunidade em relação aos nove parâmetros da matriz.

Entretanto, antes de iniciar tal empreitada, é importante orientar o leitor no contexto histórico e socioespacial em que se situa o bairro El Níspero, na cidade colombiana de Montería, que será objeto desse estudo. O ano de formação do assentamento El Níspero coincide com uma das ondas mais fortes de *desplazamiento* (remoção, deslocamento forçado) no território colombiano, razão pela qual uma quantidade significativa de pessoas foi forçada a abandonar suas casas em direção aos centros urbanos. No caso de Montería, para as famílias *desplazadas*, a administração da prefeitura realizou a adequação e a entrega dos lotes de uma urbanização, em 2002, no lugar renomeado pelos seus habitantes como El Níspero.

4 O interesse no tema vem em função de uma experiência de estágio na Colômbia entre setembro 2017 e março 2018, na Facultad de Arquitectura da Universidad del Sinú em Montería. Isso resultou crucial para o recorte temático deste artigo - que por sua vez é oriundo de um Trabalho de Conclusão de Curso-, já que me brindou a oportunidade de trabalhar nas três fases de elaboração, aplicação e sistematização de práticas participativas e colocar em discussão a relevância da metodologia.

De acordo com Pinedo (2012), El Níspero se enquadra na modalidade de informalidade urbana tanto na categoria de assentamento precário quanto na de assentamento irregular por fracionamento privado. A primeira indica que a maioria das casas ainda estão inacabadas com instalações improvisadas e carecem de infraestrutura, serviços públicos básicos e equipamentos comunitários. Já a segunda, indica a condição dos lotes terem sido entregues sem o cumprimento dos processos legais cabíveis e, por isso, passaram a ser chamados de “bairros subnormais”, sendo esta última situação associada ao processo de autoconstrução.

Neste artigo, não entraremos no mérito dos relatos históricos nacionais e locais e suas repercussões socioespaciais nem das especificidades do diagnóstico urbano do El Níspero, entretanto estes elementos são cruciais para o entendimento da complexidade dos agentes que interagem no assentamento e de que forma as instituições promotoras e a academia se posicionam diante dessa realidade.

DESENVOLVIMENTO

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

De acordo com Velásquez (2003), os avanços no âmbito da participação cidadã na Colômbia - especialmente no que se refere ao planejamento urbano - se concretizaram com a Carta Política de 1991. Entretanto, como afirma Urrego,

a interdependência entre o planejamento territorial e a participação evoca e sugere, segundo a Constituição Política Colombiana de 1991, um mecanismo de consulta, em seu artigo 339, em que as autoridades locais solicitam aos cidadãos a sua visão no âmbito dos planos de desenvolvimento e ordenamento territorial, mas sem poder vinculante e decisivo na tomada de decisões” (URREGO, 2017, p. 242, tradução nossa, grifo nosso).

Isso implica que, apesar das disposições constitucionais, essas podem estar associadas a instrumentos mais consultivos do que decisórios, resultando em uma participação fictícia. Como apontado por Santos (2005), “existem vários estilos ou tipos de participação, alguns dos quais podem ser usados para reforçar processos de dominação, ao passo que outros podem promover a emancipação dos sujeitos participantes” (SANTOS, 2005, p. 48).

A escala de classificação criada por Souza (2003), por exemplo, se baseia em situações de “não participação”, “pseudoparticipação” e “participação autêntica”. O primeiro caso engloba as categorias de coerção e manipulação, onde não há canais de diálogo e a população é induzida a aceitar uma determinada intervenção, através de uma forte propaganda ou até mesmo com uso da força, como no caso das remoções. Já o segundo caso pode ocorrer por meio de mecanismos de informação, consulta ou cooptação, em que não se concede real poder decisório e a instância popular resulta, portanto, fictícia. Por último, a parceria, a delegação de poder e a autogestão constituem os marcos institucionais da participação autêntica, ou seja, em que há uma presença efetiva do Estado e da sociedade civil que colaboram para uma democracia representativa. (SOUZA, 2003).

Nesta perspectiva, metodologias participativas são instrumentos que podem viabilizar a construção de pactos entre os atores sociais envolvidos, contudo não garantem o envolvimento ativo dos sujeitos, demarcado pelo efetivo acesso ao poder e pela redução dos processos de exclusão.

A MATRIZ DE ANÁLISE DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Uma vez entendido que por metodologia não nos referimos apenas a atividades isoladas, mas sim a um processo geral que engloba aspectos de sua Preparação, Aplicação e Sistematização, a matriz foi criada de forma a refletir essas três fases do processo. A Preparação consiste tanto na elaboração da metodologia e na convocação dos participantes antes da sessão quanto na sua organização no dia do encontro (PARÂMETROS 1 e 2). Já os parâmetros relativos à Aplicação se referem a

tempo e lugar de aplicação e à linguagem usada tanto no material quanto pelo aplicadores durante a sessão (PARÂMETROS 3, 4, 5 e 6). Por último, a Sistematização faz referência à maneira como ocorreu a compilação dos resultados após a sessão e ao retorno para a comunidade para sua aprovação e livre acesso às informações (PARÂMETROS 7, 8 e 9).

PARÂMETRO 1: Elaboração da metodologia

O primeiro parâmetro refere-se à própria construção de práticas cidadãs, antes mesmo de sua aplicação. Para além das referências utilizadas – exemplos de metodologias já reconhecidas e legitimadas como participativas – é levado em conta o ambiente e as pessoas que tiveram contribuição nesse processo, ou seja, se nessa fase houve colaboração da comunidade ou o aporte ficou restrito apenas à academia ou instituição promotora. O ensaio das práticas em pequena escala antes da sessão geral, permitindo assim eventuais correções, é outro aspecto a ser considerado nesse parâmetro. Por último, esse parâmetro resulta importante à medida que mostra se a metodologia reflete a realidade descrita nos diagnósticos já disponíveis sobre determinada comunidade e território e se se desenvolve a partir dela, ou seja, se há um conhecimento prévio tanto do ambiente quanto da história da comunidade.

PARÂMETRO 2: Organização dos participantes

Esse parâmetro refere-se à maneira como foram convidados, escolhidos e em seguida repartidos os participantes da sessão, levando em conta fatores como sexo, idade, ocupação, etc. A aleatoriedade ou supervisão na organização das pessoas, bem como o fato deles serem voluntários ou não, interfere na distribuição equitativa em grupos e, portanto, nos resultados finais das práticas. O número total de pessoas e a quantidade por grupo também resultam importantes – bem como o equilíbrio entre organizadores e participantes –, já que grupos muito grandes não propiciam a participação unânime e equilibrada. Além disso, a maneira como os moradores foram informados e convidados à atividade metodológica indica o grau de colaboração entre co-

munidade e a academia ou instituição promotora na fase de preparação da sessão.

PARÂMETRO 3: Ambiente de aplicação

Esse parâmetro refere-se ao meio físico em que foram postas em prática as metodologias, tanto do posto de vista da ergonomia e conforto quanto da sensação de familiaridade ou estranhamento que o ambiente pode causar. Um ambiente próximo à realidade das pessoas e com o qual elas se identifiquem pode influenciar de forma positiva o rendimento das práticas, enquanto o incômodo provocado por um espaço inadequado e adverso pode comprometê-las. Não somente o lugar em si, mas também quem escolheu e preparou o lugar antes da sessão são fatores importantes a serem considerados.

PARÂMETRO 4: Tempo de aplicação

O quarto parâmetro faz referência à duração das atividades metodológicas durante a sessão, uma vez que uma quantidade de tempo adequada consegue manter as pessoas envolvidas e interessadas no processo, enquanto extrapolando esse tempo a sessão gera exaustão nos participantes e compromete assim seus resultados. Ainda pode-se considerar se houve um recesso para descanso durante a sessão. A escolha da data do encontro e o momento do dia em que ocorreu – manhã, tarde ou noite –, também devem ser considerados, já que isso pode propiciar uma maior participação da comunidade ou limitá-la.

PARÂMETRO 5: Linguagem do material

Esse parâmetro refere-se à compreensibilidade do material entregue aos participantes para o desenvolvimento das atividades durante a sessão. O uso tanto de uma linguagem quanto de uma estética próxima à realidade das pessoas, e que reflete seus modos de vida, configura-se como mais acessível e, portanto, mais estimulante para eles. Ao contrário, uma linguagem complexa – levando em conta, por exemplo, o nível de escolaridade, a faixa etária do grupo ou as tradições locais – pode desmotivar a pessoa e prejudicar seu rendimento. A capacidade e disponibilidade do indivíduo para ler e/ou

escrever também deve ser levada em conta durante a elaboração da atividade.

PARÂMETRO 6: Linguagem do aplicador

Esse parâmetro refere-se à abordagem e à linguagem usada pelos aplicadores durante as sessões. Assim como a linguagem do material, a fala empregada durante as atividades precisa ser acessível e compreensível pelos participantes. Uma linguagem técnica, que se afasta dos modos de falar do dia a dia, resulta ineficaz para atingir seu interesse e colaboração. Além disso, caso haja alguma sessão infantil, é recomendada a assistência de um profissional do campo da pedagogia para auxiliar na supervisão das crianças. De maneira geral, é recomendado que os aplicadores saibam se relacionar bem tanto com crianças quanto com adultos.

PARÂMETRO 7: Compilação dos resultados

Esse parâmetro refere-se à interferência que o indivíduo, ou grupos de indivíduos, responsáveis por compilar os dados oriundos das atividades, pode ter no resultado final do estudo. A imparcialidade de quem relata e compila as informações ou a simples sensibilidade para o entendimento dos resultados finais gera maior assertividade no diagnóstico final e na proposta de intervenção. Ainda nessa fase, a colaboração de membros da comunidade pode elucidar certos aspectos e ajudar a reportá-los da forma mais adequada além de contribuir para o aprofundamento do sentimento de pertença durante as distintas etapas do processo.

PARÂMETRO 8: Aprovação final

O oitavo parâmetro refere-se à aceitação e aprovação final por parte da comunidade do produto das atividades. Mais especificamente, é avaliado se essa etapa está incluída na própria metodologia e de que forma é realizada. De certa forma, isso permite tanto esclarecer alguns aspectos que não tenham ficados convincentes durante a compilação quanto corrigir eventuais incoerências e legitimar o produto final.

PARÂMETRO 9: Livre acesso às informações e controle social

O último parâmetro serve para entender se, após a compilação dos resultados, estes são disponibilizados para a comunidade ou se seu uso fica circunscrito à academia. Além disso, é avaliado se a comunidade tem possibilidade de exercer controle social sobre os resultados finais, podendo acessá-los, discuti-los e exigindo determinadas alterações, mesmo após o encerramento da sessão. O controle social implica a integração entre a sociedade civil e a entidade promotora, sendo por esse motivo de extrema importância.

A Tabela 1, além de apresentar os parâmetros criados – de acordo com as três fases já mencionadas - indica os extremos⁵ possíveis no que diz respeito à participação, o que permite avaliar se determinado parâmetro possui elementos que o caracterizam como participativo ou não participativo.

ESTUDO DE CASO: AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DESENVOLVIDAS EM EL NÍSPERO

Preparação

A equipe de Preparação foi integrada por seis representantes da *Universidad del Sinú*, que desenvolveram a metodologia dentro da academia, a partir de algumas referências no âmbito da participação que foram readaptadas para os objetivos da sessão. Ao encontro estiveram presentes voluntariamente crianças e adolescentes, integrando um grupo de cerca sessenta pessoas entre os 6 e os 14 anos de idade.

5 Vale mencionar que esta forma de classificação dos parâmetros entre 'extremos' foi baseada na matriz proposta pelo geógrafo Klemens Laschefski em seu trabalho "A sustentabilidade geográfica de condomínios na zona metropolitana de Belo Horizonte" (2006).

Parâmetros	Participativo	Não participativo	
PREPARAÇÃO	1. Elaboração da metodologia	Colaborativa: quando ocorre a contribuição de pessoas tanto da academia e/ou instituições promotoras quanto da comunidade no processo de elaboração da metodologia; é previsto um ensaio em pequena escala antes da sessão para eventuais correções. Baseia-se no conhecimento prévio da comunidade.	Restrita: acontece quando apenas a academia e/ou instituições promotoras desenvolvem a metodologia, sendo aplicada de maneira hierárquica. Os objetivos das atividades não são criados e compartilhados com a comunidade, nem testados antes da sessão geral. Não leva em conta a realidade e a história da comunidade.
	2. Organização dos participantes	Equitativa: as pessoas são convidadas e escolhidas de forma a manter uma distribuição equilibrada quanto a determinadas variáveis (sexo e idade, por exemplo, mas a depender dos objetivos) dos participantes dos grupos. Estes devem estar cientes dos objetivos das atividades. O tamanho dos grupos deve garantir participação ativa de todos.	Irregular: os participantes são divididos em grupos aleatoriamente e/ou sem critérios, gerando certa disparidade, além de seu número não ser adequado. Estes não são informados previamente sobre o intuito do encontro.
APLICAÇÃO	3. Ambiente de aplicação	Receptivo: ambiente próximo à realidade da comunidade, de fácil acesso, confortável e adequado para o tipo de atividades. Envolve todas as necessidades básicas – iluminação, sanitários, água, etc.	Desconfortável: ambiente descuidado, mal iluminado, bagunçado e carente de serviços básicos. Sem funcionalidade e afetividade que estimule o bem-estar dos participantes.
	4. Tempo de aplicação	Pertinente: o tempo da atividade é suficiente para a realização das etapas previstas e adequado para manter a concentração dos participantes durante toda a sessão. O dia e o horário da sessão favorecem a participação do maior número de pessoas.	Inapropriado: o tempo da atividade é muito maior ou muito menor do que o necessário e sem recesso durante a sessão, tornando-se extenuante para os participantes. O dia e o horário da sessão restringem a participação da comunidade.
	5. Linguagem do material	Compreensível: linguagem e estética do material adequadas ao nível de escolaridade, idade e origem dos participantes, refletindo a variedade linguística e social de forma a ser acessível a todos.	Incompreensível: vocabulário complexo e técnico do material, além de distante da realidade dos participantes, sem nenhum elemento que provoque um sentimento de identificação.
	6. Linguagem do aplicador	Familiar: o aplicador sabe se relacionar bem com os participantes, utilizando uma linguagem simples e próxima a eles, falando de maneira clara e calma. Caso haja sessão infantil, as crianças são assistidas por um pedagogo.	Estranha: linguagem excessivamente técnica, com referências incompreensíveis aos participantes. O aplicador fala rapidamente e não sabe lidar com adultos e crianças.
SISTEMATIZAÇÃO	7. Compilação do diagnóstico	Assertiva: o relator participou das atividades, descrevendo de forma imparcial os resultados da sessão. É ajudado por membros da comunidade durante essa fase, o que torna a transcrição mais completa.	Duvidosa: o relator se ocupa da compilação isoladamente, sem ter feito parte da sessão e da elaboração das metodologias. A sua compreensão dos fatos é incompleta e tendenciosa. Não há a participação de membros da comunidade.
	8. Aprovação final	Interativa: os resultados da sessão voltam para discussão e aprovação final da comunidade, a qual é consultada para a elaboração da versão final do diagnóstico e da proposta de intervenção.	Excludente: uma vez encerrada a sessão, os grupos não recebem um retorno sobre o resultado final que não é aprovado nem legitimado pela comunidade.
	9. Livre acesso às informações e controle social	Efetivo: a comunidade tem acesso aos dados e resultados da atividade metodológica, podendo consultá-los e discuti-los novamente, exigindo eventuais alterações.	Precário: a comunidade não recebe os dados e resultados da atividade metodológica e não tem possibilidade de questioná-los e de exercer o controle social.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Aplicação

A Sessão Participativa Infantil ocorreu em uma das igrejas da comunidade e teve uma duração total de aproximadamente quatro horas, incluindo o tempo de um breve intervalo. Junto à equipe da *Universidad*, na fase de Aplicação e de preparação do lugar cooperaram uma pedagoga e um líder da comunidade.

A atividade 1 teve como objetivo o entendimento da relação entre a comunidade infantil e o uso do espaço público. A todos os grupos foram entregues três cartolinas e uma foto dos três espaços públicos do bairro, além de post-its e canetas; cada cartolina foi usada para um bloco de perguntas (bloco 1, 2 e 3) e para cada resposta do bloco foi usada uma cor diferente de post-it.

- Bloco 1: Olhando para a foto da praça, escrevam: a) Quais palavras pensam quando olham para essa foto; b) O que mais gostam desse espaço; c) O que menos gostam desse espaço; d) O que fazem nesse espaço.
- Bloco 2: Escrevam: a) O que mais gostam do bairro onde moram; b) O que menos gostam do bairro onde moram; c) Quais atividades realizam no bairro onde moram; d) O que falta no bairro onde moram.
- Bloco 3: Escrevam: a) Qual cor gostam mais; b) O que fazem geralmente no tempo livre; c) Quais atividades realizam em outros bairros da cidade; d) Um lugar de diversão na cidade onde vão com frequência e porquê.

Já a atividade 2 teve como objetivo descobrir as intenções e as preferências dos participantes com vistas a elaborar uma proposta para os espaços públicos a partir das necessidades da comunidade infantil. Foram distribuídas, assim, quatro cartolinas pequenas e tintas e pincéis para cada grupo, sendo cada uma destinada a desenhar, pintar e escrever a resposta para essas perguntas: a) Os jogos que mais gostam; b) Os esportes que mais gostam; c) Inventem um jogo que gostariam de fazer na quadra; d) Se pudessem desenhar a rua onde moram, como seria e o que teria?

Sistematização

Uma vez encerrada a sessão, os coordenadores de cada grupo relataram algumas considerações finais sobre as discussões e guardaram as cartolinas de acordo com a cor dos grupos dentro da *Universidad*, depois de escanear-las e armazená-las em uma nuvem virtual.

PARÂMETRO 1: Elaboração da metodologia

Em relação ao primeiro parâmetro, foi observado que nem a atividade 1 nem a 2 trouxeram elementos que comprovassem o conhecimento prévio sobre a realidade física e socioeconômica da comunidade. Tendo vivenciado a fase de Preparação, é certo que houve uma pesquisa aprofundada sobre o ambiente do bairro, enquanto a história da comunidade em si – levando em conta o fator do *desplazamiento*, por exemplo, não foi focado nas atividades. Deste modo, podemos ressaltar que ambas as atividades configuram uma metodologia genérica que poderia ser reproduzida em outros contextos não necessariamente ligados a El Níspero, provavelmente devido à ausência de integrantes da comunidade nessa fase. Ainda ressaltamos que não houve um ensaio da metodologia antes da aplicação geral e concluímos que nenhuma das duas atividades teve uma elaboração **colaborativa**, ao contrário, essa ficou **restrita** ao âmbito acadêmico e apenas repassada à comunidade para que enviasse seus participantes.

PARÂMETRO 2: Organização dos participantes

Ambas as atividades 1 e 2 podem ser colocadas no mesmo patamar em relação a esse parâmetro, já que foram desenvolvidas no mesmo dia e pelos mesmos grupos. A convocatória de participantes foi realizada pelos líderes da comunidade durante umas das reuniões do bairro a pedido da equipe da Universidade e, no dia da sessão, foi supervisionada a quantidade máxima de sessenta crianças através de um cadastro, não sendo impedida a entrada de ninguém. Entretanto, esse número total resultou inapropriado em função da idade das pessoas, do material, do espaço e da equipe disponível. As crianças menores ou as mais tímidas acabaram se envolvendo menos dentro do próprio grupo pois as crianças maiores se sobressaiam. Provavelmente, a aleatoriedade da distribuição dos grupos pode ter causado essa irregularidade. A organização tendeu, portanto, a ser **irregular** no quesito da distribuição e ao mesmo tempo **equitativa** no que se refere à convocação dos participantes.

PARÂMETRO 3: Ambiente de aplicação

A igreja onde foram realizadas ambas as atividades 1 e 2, apesar de ter uma decoração discreta com alguns elementos coloridos, é uma construção com alvenaria aparente, telha metálica e sem janelas para iluminação natural e ventilação adequada, o que, associado ao clima tórrido, comprometeu o conforto térmico durante a sessão tanto para os participantes quanto para os organizadores. A iluminação e ventilação artificiais também resultaram insuficientes. Além disso, cada grupo tinha à disposição apenas uma mesa e seis cadeiras de plástico, o que tornou difícil a escrita das crianças durante a atividade. Entretanto, por se localizar no bairro, em um ponto de fácil acesso, o ambiente era receptivo e acessível por gerar uma sensação de familiaridade e segurança. Os líderes ajudaram tanto na escolha do lugar quanto na preparação no dia da sessão, providenciando mesas, cadeiras e lanches, e estando presente quando as crianças chegaram e foram embora. O ambiente possui, portanto, características tanto de **desconforto** quanto de **receptividade**.

PARÂMETRO 4: Tempo de aplicação

O dia de realização das atividades 1 e 2 foi um sábado pela manhã, momento no qual as crianças não desempenham atividades escolares, o que não trouxe restrições à participação. Entretanto, a duração da sessão foi muito extensa, gerando cansaço e desatenção nas crianças e se tornando extenuante também para os organizadores, o que configurou um tempo total de aplicação **inapropriado**. Entretanto, em relação à atividade 2, ela ocorreu mais rapidamente – sendo mais lúdica e prática - e portanto resultou mais **pertinente** e adequada à faixa etária dos participantes do que a atividade 1. O fato dela ter ocorrido após o recesso também pode ter influenciado positivamente, uma vez que as crianças haviam tido um momento de descontração. Contudo, em nenhuma das duas atividades foi possível a realização da fase final de discussão em grupo, deixando a metodologia incompleta, uma vez que a atenção das crianças já havia sido comprometida pelo tempo de aplicação.

PARÂMETRO 5: Linguagem do material

No que se refere à modalidade e à linguagem do material, a atividade 2 resultou mais **compreensível** e adequada à faixa etária das pessoas, uma vez que foi baseada na ação de desenhar e pintar mais do que na de escrever. Algumas crianças, de fato, não sabiam escrever ainda, o que limitou o envolvimento delas na atividade 1. Esse fator está estritamente ligado ao parâmetro 1 referente à elaboração da metodologia. Mesmo que o coordenador as ajudasse a transpor seu pensamento escrevendo no lugar delas, esse fator mostrou-se desestimulante para a criança no restante da atividade. No que se refere à aplicação das perguntas tanto da atividade 1 quanto da 2, cada coordenador as formulava verbalmente para o próprio grupo de uma maneira diferente de como reportadas acima, tornando o material mais **compreensível**. O material empregado em ambas as atividades não possuía uma estética que fosse próxima à realidade dos participantes, o que não tornou o material atrativo, porém tampouco complexo e **incompreensível**.

PARÂMETRO 6: Linguagem do aplicador

Os aplicadores das atividades 1 e 2 foram os próprios coordenadores dos grupos, que não possuíam preparação pedagógica, porém se relacionaram bem com as crianças. O fato da maioria deles serem de Montería caracterizou uma fala e uma expressão mais **familiar** às crianças. A cooperação de uma pedagoga foi fundamental durante a aplicação, especialmente quando a atenção das crianças se desviava das atividades, apesar de ter sido apenas uma profissional para todos os grupos. Não foi utilizada uma linguagem técnica e **estranha** durante a sessão, entretanto foi preciso cuidado na maneira de dirigir as perguntas, já que isso poderia simplesmente confirmar uma resposta em vez de estimular uma nova consciência para novas questões.

PARÂMETRO 7: Compilação dos resultados

Essa fase ocorreu apenas dentro da academia, sendo realizada pelos coordenadores e discutida em conjunto. O fato deles terem feito parte da fase de Aplicação – mesmo que não todos estiveram na fase de Preparação –, contribuiu para uma compilação dos dados mais **assertiva**. De fato, a interpretação de algumas respostas e desenhos foi possível só graças à presença do coordenador. Entretanto, a compilação dos resultados não envolveu nenhum integrante da comunidade, reduzindo assim seu sentimento de pertença e gerando interpretações apenas de fora para dentro. Quanto à assertividade dos resultados, a atividade 2 resulta mais aberta a interpretações, uma vez que se baseia em desenhos e pinturas, enquanto a atividade 1 é menos **duvidosa** já que se exprime com palavras.

PARÂMETRO 8: Aprovação final

Não houve aprovação final dos resultados compilados após a sessão, o que torna ainda mais **excludente** a fase de Sistematização dessa metodologia. A comunidade nunca recebeu um retorno sobre os dados das atividades 1 e 2, excluindo assim a possibilidade de uma aprovação final **interativa**.

PARÂMETRO 9: Livre acesso às informações e controle social

Os resultados nunca foram entregues à comunidade e, portanto, não houve um **efetivo** acesso a eles. Sem a possibilidade de aceder, tampouco foi possível exercer controle social sobre as iniciativas que foram tomadas a partir das sessões, envolvimento que resultou, portanto, **precário** em ambas as atividades 1 e 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matriz criada neste trabalho pode mostrar avanços e/ou retrocessos em relação à participação da comunidade nas etapas pré-projeto. De maneira geral, em El Níspero notamos que, no quesito Preparação, essa fase resultou ser pouco colaborativa, especialmente durante a elaboração da metodologia. A organização dos participantes demonstrou a colaboração e interesse livre da comunidade na fase de convocatória, enquanto a distribuição de crianças nos grupos não ocorreu de maneira equitativa limitando o envolvimento de alguns durante certas atividades. Já na Aplicação, observamos uma maior abertura à participação, especialmente em relação à linguagem do material e do aplicador. O ambiente e o tempo de aplicação situaram-se em um patamar intermédio de efetividade, possuindo características tanto de desconforto quanto de pertinência. Por último, a Sistematização não apresentou quase nenhuma característica de participação, à medida que os resultados da compilação – que ocorreu sem nenhum integrante da comunidade –, nunca foram disponibilizados para a comunidade e passaram por uma aprovação final, restringindo assim o envolvimento popular na tomada de decisões.

Apesar das disposições claras dos instrumentos legislativos, a participação cidadã no âmbito do planejamento urbano é passível de questionamentos à medida que possui diferentes estágios de autenticidade. A contribuição desse trabalho pretende ser a de orientar a condução de futuras metodologias como maneira de compreender a realidade de comunidades em situação de vulnerabilidade e projetar na escala urbana de acordo com suas formas de viver e habitar.

LASCHEFSKI, K. A sustentabilidade geográfica de condomínios na zona metropolitana de Belo Horizonte. *In*: COSTA, H. S. M. *et al.* (org.). **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006, p. 313-338.

PINEDO LÓPEZ, Jhon William. **Urbanización marginal e impacto ambiental en la ciudad de Montería**. 2012. Tesis (Doctorado) – Universidad Politécnica de Valencia, Departamento de Urbanismo, Valencia, 2012.

SANTOS, Ailton Dias (org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis/IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

URREGO, Gleidy. Interdependencias y rupturas de la participación y planeación del territorio en Colombia, a partir de 1991. **Revista Katharsis**, n. 23, enero-julio 2017, pp. 236-259. Disponível em: <http://revistas.iue.edu.co/index.php/katharsis>. Acesso em: 18 set. 2018.

VELÁSQUEZ, Fabio C., GONZÁLEZ, Esperanza R. **¿Qué ha pasado con la participación ciudadana en Colombia?** Bogotá: Fundación Corona, 2003.



A CIDADE ATRAVÉS DA PELÍCULA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE UM NOVO VIVER URBANO

THE CITY THROUGH THE FILMS: A CRITICAL ANALYSIS OF A NEW URBAN LIVING

MELISSA SILVA

Arquiteta e Urbanista, Universidade Estadual do Maranhão. melis-
saalmeidas12@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo relacionar arquitetura e cinema apresentando a sétima arte como um meio interessante e rentável de estudar as cidades em sua concretude, assim como a maneira que o cosmopolita se relaciona com ela, com base da análise do filme *Jogador Número 1* (2018), de Steven Spielberg. Para isso, investiga-se a maneira que os diretores de cinema começaram a abordar a cidade como cenário desde os seus primórdios, tomando como ponto importante as cidades futuristas. O trabalho segue com estudos voltados para os novos conceitos de cidade que vem surgindo devido aos avanços tecnológicos, e as mudanças na forma de interações dos indivíduos com os espaços físicos, baseados nos estudos de Rosane Araujo, em sua tese intitulada *A cidade sou Eu*. Percebe-se que a abordagem técnica e os meios da narrativa apresentados por Steven Spielberg em *Jogador Número 1*, falam de maneira significativa sobre as maneiras de se relacionar com a cidade, ao mesmo tempo que revela um espaço fílmico e enredo que complementam a análise. Espera-se ao final da pesquisa instigar reflexões, por meio do filme proposto, em relação ao uso da cidade concreta e seus espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Cinema. Realidade Virtual.

ABSTRACT

This research has the goal to relate architecture, cinema and urbanism, introducing the seventh art as an interesting and profitable way to study cities in their concreteness, as well as the way the cosmopolitan relates to it, based on the analysis of the movie Ready Player One (2018) by Steven Spielberg. In order to this, it is investigated a series of film directors who approach the city like stage from its beginning, taking as important point the futuristic cities. This work follows with studies directed to the new concepts of city that has been emerging due to the technological advances and the changes in the form of interactions of the individuals with the physical spaces, based on the studies of Rosane Araujo in her thesis titled The city is Me. It can be seen that the technical approach and narrative media presented by Steven Spielberg in Ready Player One, speak in a significant way about ways of relating to the city while revealing a film space and plot that complements the analysis. It is expected at the end of the research to instigate reflections through the proposed film, regarding the use of the concrete city and its spaces.

KEYWORDS: City. Cinema. Virtual Reality.

INTRODUÇÃO

Com diferentes linguagens e formas de expressão, arquitetura e cinema dialogam entre si de diversas formas. A medida que um se expressa através de som e fotografia, o outro se apresenta por meio do espaço funcional e esteticamente pensado, e como arte do olhar, ambos falam através do espaço construído. Podemos citar cenografia, exemplificando de forma um tanto sintetizada. Para Nouvel (1997), o arquiteto, assim como o diretor de cinema, deve saber conduzir luz e o movimento, produzindo por meio dos seus projetos uma cenografia de ritmos.

Para aprofundar o estudo, a pesquisa terá como base a análise do filme *Jogador N°1* (2018), onde se fará um estudo sobre os personagens, suas relações com o ambiente físico com o ambiente virtual. A narrativa se

passa em 2044, um futuro distópico onde a humanidade prefere a realidade virtual do jogo OASIS ao mundo real, e apresenta como cenário uma cidade futurista e por toda, esquecida e trocada pele cibercidade.

Analisando os espaços que o filme traz e a relação dos personagens com os espaços urbanos, a conceituação de cidade e o campo do urbanismo estão em questão. Com o uso contínuo do virtual por meio de aparelhos celulares e computadores, a tendência é que cada vez menos se priorize a cidade física, sem exigir de gestores maior qualidade urbana e de espaços públicos. Trabalhamos, assistimos aula, conversamos, pagamos contas e fazemos compras sem um único deslocamento, sem precisar vivenciar o urbano, sem precisar olhar a cidade. Alguns atores demonstram preocupações em situar novamente as cidades no novo contexto mundial.

Essa pesquisa propõe identificar alguns pontos de afinidades entre cinema, arquitetura e urbanismo (com ênfase nos estudos das cidades), principalmente através da análise dos espaços cenográficos, dando destaque aos que se revelam como cidades utópicas, tendo em vista que esses trabalham com os mesmos conceitos que a arquitetura. Sendo assim, tem como objetivo geral analisar o novo conceito de cidade que vêm surgindo devido aos avanços tecnológicos, através do ensaio do filme proposto, refletindo como isso já têm modificado nossas relações, nosso meio de interagir com a cidade, o viver urbano e as relações entre sociedade, tecnologia e urbanismo. Os objetivos específicos visam fazer-se conhecidos os diferentes conceitos de cidade, assim como analisar criticamente como alguns filmes representam as cidades, tomar conhecimentos sobre a história da cidade dentro do cinema e aprimorar o olhar crítico cinéfilo.

Com esse fim, a pesquisa baseia-se em uma recapitulação bibliográfica sobre o tema “afinidades entre cinema e arquitetura”, estendido em dissertações, livros, revistas, artigos e outros trabalhos acadêmicos. Estudaram-se teses sobre os múltiplos conceitos de cidade, principalmente sobre as cidades virtuais, e também sobre como as cidades de um modo geral se revelam nos filmes por meio da linguagem cinematográfica,

com o intuito de compreender melhor os fundamentos do cinema e do olhar do diretor em relação aos espaços públicos. Foi necessário a análise de filmes ao longo do trabalho que foram apontados como fundamentais ao tema e que acarretassem reflexões desinentes da investigação do mesmo.

É importante ressaltar que, apesar de grande parte da pesquisa abordar a sétima arte, o cerne desse estudo está no campo urbanístico, com enfoque no campo do estudo das cidades. Foram apenas tidos como meios de um melhor entendimento, a análise das narrativas e linguagens cinematográficas dos filmes investigados.

DESENVOLVIMENTO

AFINIDADES ENTRE ARQUITETURA, URBANISMO E CINEMA

A importância da arquitetura para o cinema

O diretor de cinema, assim como o arquiteto e urbanista, tem como instrumento fundamental de trabalho o espaço, e ambos lidam com a arte do olhar. O ator e diretor de cinema francês Rene Clair, afirmou certa vez que a “arte mais próxima do cinema é a arquitetura”. O arquiteto urbanista cria e planeja milimetricamente meios de melhorias desse espaço, seja ele uma única peça, um edifício, uma praça ou uma cidade. Com o planejamento, o arquiteto busca alcançar objetivos primordiais como a funcionalidade, estabilidade e estética. ZEVI (1996), afirma que o espaço é o principal suporte da arquitetura, onde os quatro lados de um prédio são apenas uma caixa e dentro em seu interior se encontra a joia arquitetônica: o espaço.

O cinema pode ser considerado, junto com a arquitetura, uma das artes onde o sentido espacial é mais forte, já que ambos são artes espaciais e temporais, que se desvendam via trajetórias e ângulos de visão. A arquitetura enquanto agente ativo da legitimação espacial interna do cinema nos permite várias leituras, funcionando como uma espécie de arquitetura marginal, diferente daquela a que estamos mais habituados. (SANTOS, 2005, p. 16)

O cinema é considerado a arte do tempo e do espaço, e com a arquitetura sendo a concepção desse espaço, arrisco dizer que o cinema é a manipulação deste. O arquiteto o cria, e cabe ao diretor de cinema traduzi-lo com sua própria linguagem, com seu próprio ponto de vista.

Quando a arquitetura é projetada numa tela, ela sai do seu enredo original e passa a ser apenas um experimento do real. Essa imagem consegue se enquadrar em diversas perspectivas, possibilitando que essa arquitetura seja reconhecida de outros pontos de vista, logo, o cinema tem o domínio de mudar a forma de como nós vemos os prédios, ruas e cidades. Essa manipulação que os cineastas praticam livremente nos filmes é fruto de técnicas próprias da arte, como enquadramento de câmera, cortes, plano-sequências, montagens, fotografia (luz) e etc. Dessa forma, podemos dizer que o cinema se torna agente revelador de uma arquitetura da qual não estamos acostumados a observar, uma arquitetura vista com pontos de visão fora do campo habitual, uma vez que os olhos do espectador se tornam a própria câmera, que vagueia livremente em torno da arquitetura e do espaço urbano.

Figura 01: Torres Gêmeas. 2010.



Fonte: Sony Pictures. Disponível em: http://sony.wikia.com/wiki/World_Trade_Center. Acesso em: 10/09/2018.

Figura 02: - Cena do filme A travessia (2010). 2015.



Fonte: Estadão. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,entrevista-joseph-gordon-levitt-fala-sobre-desafios-de-a-travessia,1776043>. Acesso em: 10/09/2018.

A arquitetura nos filmes pode parecer exercer apenas um papel visual, aprimorando a imagem de um filme com um edifício ou uma praça arborizada, porém Schaal (2000) afirma que:

Film architecture is fictional architecture. It is unimportant whether a city, a building, a room exists in reality or whether only the facades have been built up. Film architecture is an architecture of meaning. There is nothing in the frame that is not important and does not have something to say. (SCHAAL, 2000.)¹

Logo, não sendo arquitetura apenas paisagem em seu contexto original, ela pode significar muito além da perspectiva no universo cinematográfico. Esta se torna protagonista quando certos filmes alcançam sentido às suas narrativas também por meio dela (Akçay, 2008). É visto que a percepção do espaço arquitetônico no cinema vai além de somente planos de fundo através dos enquadramentos de câmera.

Uma nova realidade cibernética

Segundo Kirner e Tori (2004, p. 03), desde o surgimento do cinema, a possibilidade de imergir em ambientes virtuais veio fomentando profissionais do meio (engenheiros, profissionais de mídia, etc.). Sendo assim, o campo do ciberespaço através dos avanços da

¹ A arquitetura dos filmes é fictícia. Não importa se uma cidade, um edifício ou uma sala existem na realidade ou se apenas as suas fachadas foram construídas. A arquitetura fílmica é uma arquitetura de significados. Não há nada na tela que não seja importante ou que não tenha algo a dizer. (Tradução: autora)

tecnologia, por hora não permitiu apenas a eficiência em trocas de informações e práticas de determinadas atividades. Proporcionando novidades à cibercultura, inovações chamadas de realidade virtual - uma tecnologia de interface entre um sistema de operações e um usuário -, que tomou visibilidade em 2016, permite diferentes experiências, proporcionando uma sensação de presença em um ambiente completamente virtual, por meio de recursos de imagens 360° e gráficos 3D, uma vez que ele simula de forma fiel o ambiente real vivido através de óculos Vr 3D² (ver figuras 3 e 4). Apesar de se destacar de forma expressiva no mundo dos jogos, esse recurso já atingiu diversos campos de estudo, afim de facilitar e inovar inúmeras atividades.

Figura 3 - Espaço real. 2016



Fonte: Virtual Reality SteamVR featuring the HTC vive. Acesso em: 23/11/18

Figura 4 – Espaço virtual. 2016.



Fonte: Virtual Reality SteamVR featuring the HTC vive. Acesso em: 23/11/18

A CIDADE NO CINEMA: ESTUDO DE CASO DO FILME JOGADOR Nº 1

5.2.1 O objetivo de analisar uma cidade simulada

Por ser o cinema um aparato enraizado na ideologia do realismo, tradicionalmente considerado como um “meio de reprodução do real”, o filme teria a capacidade de estreitar as relações entre o mundo real e sua imagem produzida. No entanto, partindo do princípio que o objeto fílmico pode ser pensado independentemente da sua relação com o objeto real a ponto de fazer sentido considerá-lo como apto até mesmo a tomar o lugar do objeto – substituí-lo em nossa mente através do processo da visão, da imagem fílmica que se apresenta aos nossos olhos, uma fusão de realidade e fantasia pode ocorrer e é isto que o renomado geógrafo inglês David Harvey (1996, p. 322) presume quando afirma que “Materialidade, representação e imaginação não são mundos separados” (COSTA, 2013, p. 253)

Antes de começar a analisar com maior profundidade as duas cidades opostas que o filme retrata e como essas apresentam a vivencia de um urbanismo ‘futuro’, e que, até então, são cidades fictícias, é de suma importância introduzir alguns motivos e argumentos que torne relevante o suficiente o estudo de uma cidade que (pelo menos ainda) não é real.

Através dos filmes, de maneira especial os de ficção, o cinema não oferece apenas a observação e visibilidade dos espaços trilhados e vivenciados pelo cosmopolita com suas imagens fílmicas de ambientes geográficos, mas, segundo Maria Helena (2013, pág. 253) “em sua anuidade e diversidade artística, (o cinema) nos auxilia na apropriação desses espaços”, mesmo que eles não existam.

Se para Alain Musset (2006, pág. 15), o interesse final de uma pesquisa científica é confrontar as representações que mudam a imagem da realidade, logo nos perguntamos: analisar e estudar uma cidade que não existe poderia ser considerado escroque? Uma vez que o espaço analisado não existe, em nenhum caso a distância estabelecida entre o investigador e seu objeto de estudo poderá ser suprida, como “o tempo para o historiador, o espaço para o geógrafo ou a cultura para o antropólogo, sabendo-se que nem o tempo, nem o espaço, nem a cultura são campos reservados de cada disciplina.” (2006, pág. 15). O autor segue explicando que ainda que possamos realizar uma pesquisa com um campo de estudo “real e efetivo”, que “veracidade” o estudo visaria buscar? Melhor dizendo, deveríamos aceitar ou mensurar a distância temporal, espacial ou cultural que separa o investigador do seu objeto?

MUSSET (2006, pág. 15) afirma que, com relação à espaços urbanos e cidades, um pesquisador com o andamento da sua pesquisa não deve se restringir em tentar caracterizar e relatar aquilo que já existe, nem tão pouco limitar-se em discorrer de maneira concisa os complexos filtros que impedem essa ficção de alcançar uma realidade. O pesquisador, reconhecendo as suas naturais limitações, consegue impor limites ao seu objeto de estudo. É a sua organização e a maneira como ele analisa uma cidade simulada, apresentando meios de análise que objetivam estudos sobre algo que já existe, que valida a pesquisa como assunto interessante a ser discutido.

É o seu olhar e sua metodologia que o transformam em tema, quer dizer, em problema. Para as ciências sociais nenhum objeto é a priori mais legítimo do que outro: é a questão que é colocada que lhe dá um sentido. Nesta perspectiva, pouco importa que a cidade seja real ou imaginária, a partir do momento em que a pesquisa possa colocar em prova ferramentas de análise e buscar uma reflexão sobre as sociedades contemporâneas. (MUSSET, 2006, pág. 15)

Mesmo sendo uma cidade fictícia criada com o objetivo de dar sentido a uma narrativa cinematográfica, a Ohio

de 2045 e a cidade virtual OASIS, são belíssimos materiais de pesquisa para se discutir e aprender processos sociais, urbanísticos e sócio-políticos que se encontram ainda timidamente nas cidades contemporâneas.

5.3 OASIS: uma vivencia de olhos fechados

Wade se encontra num espaço. De repente, coloca um tipo de óculos que cobre totalmente sua visão. Com os olhos fechados, e, agora abertos para um mundo cibernético no qual ele jamais poderá tatear seus prédios ou encostar seus pés em suas vias, Wade o vive tão intensamente como se esse mundo fosse real em sua concretude.

Oasis, o nome dado pelo seu criador ao famoso jogo massivo online, ganha o título que se torna pertinente não somente ao seu uso, mas da forma e intensidade que é usado. Trazendo o significado do dicionário, oásis é uma pequena área no meio do deserto, que tem a presença de água, paz e se torna um lugar de descanso e refúgio. É de grande importância para a sobrevivência e conforto dos que caminham no deserto, então, “o oásis possibilita que os viajantes descansem e recuperem o fôlego para continuar seu rumo”.³

Fazendo uma analogia perfeita com a vivencia do jogo e a vivencia na cidade real, o OASIS se torna de fato uma fuga dos habitantes de Ohio quando não se resta mais muita a coisa a se fazer, ou viver, ou até mesmo interagir na cidade concreta, sendo esta para eles uma espécie de esperança e força para continuar a viver na cidade real.

“Quando me sentia deprimido e frustrado com a vida, só precisava apertar o botão do Jogador Nº 1 e meus problemas sumiam de minha mente instantaneamente.” (CLINE, 2015, pág. 13)

Assim que os óculos de realidade virtual são ligados, os habitantes de Ohio, em suas casas (ou em espaços reservados apenas para jogar com auxílio de diversos equipamentos especiais), entram na cidade virtual com uma paisagem urbana completamente diferente. Num primeiro momento no filme, Wade nos apresen-

3 Dicionário Online de Português.

ta o jogo, e, com um movimento de câmera, o diretor nos proporciona uma sensação de imersão, nos fazemos perceber o sentimento que os jogadores/habitantes têm ao entrar na cidade virtual.

“Atualmente, a realidade é uma droga. Todos procuram por um tipo de fuga. Por isso Halliday é um grande herói para nós. Ele nos mostrou como ir onde quiser sem sair do lugar. Não precisa ter um destino quando corre em uma esteira omnidirecional com sensores de pressão quádruplos no chão. James Halliday viu o futuro, e então o construiu”.⁴

Figura 5 - Habitantes nas ruas de Ohio, e ao mesmo tempo no OASIS. 2018.



Fonte: Jogador Nº1. Screenshot do filme. 2018.

Com essa introdução, Wade nos apresenta o OASIS, enquanto se encontra em seu esconderijo, a parte traseira de uma van sem bancos, um ambiente bagunçado e pouco simpático.

E então, com visor ligado, mergulha-se no jogo. Esse por si só, é capaz de assumir várias formas, apresentar diversos cenários, proporcionando diversas sensações. Os ambientes tridimensionais que o OASIS apresenta parecem tão reais aos seus usuários que se torna fácil esquecer o fato de tudo ali ter sido originado por computador, mas, como já foi comentado, toda a população de Ohio o usava precisamente pela capacidade do jogo em fazer isso.

Figura 6 - Wade em seu esconderijo, espaço que usa para entrar no OASIS. 2018.



Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/lifestyle/galeria/1168035/>. Acesso em: 11/11/18

Vivenciar a cidade em todos os seus aspectos urbanísticos e sociais envolve questionamentos sobre os espaços, paisagens e que tipo de sensações esses itens nos proporcionam. Que tipo de cidade se quer? Qual a forma da paisagem da cidade que se quer? Que espaços para vivências se tem? Wade chama o criador da cidade virtual de herói, justamente pelo fato de, em meio ao mundo real caótico, ele ter conseguido suprir de forma positiva todos esses questionamentos. No filme, se torna evidente que os usuários do OASIS têm como principal interesse (e não único) jogar com os outros jogadores e competir entre si. Todavia, pretende-se investigar com essa análise aspectos mais profundos em relação à própria vivência, à forma que os usuários se relacionam entre si dentro da realidade virtual e a sua preferência em relação à cidade real, com um olhar de pesquisadora do meio urbano, investigando os motivos que poderia ter causado tal fato.

Como o jogo de realidade virtual foi criado com o intuito de se tornar também refúgio para os habitantes de Ohio, Halliday, além das competições e experiências surreais (como em uma plataforma do jogo onde os jogadores são capazes de dançar flutuando), criou em meio a essa plataforma, imagens de cidades agradáveis e simpáticas de se viver. A imagem urbana do OASIS se torna um dos principais motivos do uso em massa do jogo, pois uma cidade agradável aos olhos com espaços que te convidam a vivencia-los, poderá ser trocada (mesmo que seja virtual) por cenários desordenados, que é caso da cidade real.

4 Fala do personagem Wade Watts, do filme Jogador Nº 1.

É importante dizer que o jogo não se resume a uma cidade. O OASIS toma a forma de um mundo inteiro, e, assim como um jogo de fases, encontramos diversos cenários. Mas, com lugares que um dia foram reais como inspiração, Halliday criou de fato uma plataforma imensamente vasta com ambientes urbanos, onde Wade afirma que “as pessoas vão ao OASIS por tudo que podem fazer”. Com essa afirmação, percebemos que o OASIS toma de fato, o lugar de cidade na vida das pessoas, e deixando implícito que é possível também exercer atividades rotineiras, como estudar, fazer compras ou trabalhar. LYNCH (1999, pág. 05), afirma que uma imagem ambiental adequada proporciona ao cosmopolita um sentimento significativo de segurança emocional, onde esse sentimento pode determinar uma relação agradável entre ele e o espaço a sua volta.

Assim que o jogo é apresentado em um dos primeiros momentos do filme, o movimento de câmera guia o espectador de maneira que se entenda de fato que OASIS é um vasto universo a ser explorado. Repleto de “mundos”, a câmera percorre todos esses espaços, entre eles diversos cenários de jogos e competições. Chegamos então, num espaço onde vários avatares (pessoas) interagem entre si através da interface, todos escondidos atrás de seus personagens. Percebemos a imagem de uma cidade limpa, aparentemente futurista, arborizada e atrativa onde todos utilizam os espaços urbanos, seja para socializar, ou apenas como uma passagem para outros lugares do universo virtual (ver figuras 7 e 8.)

Figura 7 - Plataforma arborizada no OASIS. 2018.



Fonte: Jogador N°1. Screenshot do filme. 2018.

Figura 8 – Espaços de interação do OASIS. 2018.



Fonte: Jogador N°1. Screenshot do filme. 2018.

No decorrer do filme, outros espaços são explorados de modo que o espectador melhor compreenda a escolha dos habitantes em usufruir de maneira excessiva esses ambientes. Em um ambiente final das diversas provas, o jogo apresenta um parque, onde Halliday parece ter se inspirado no Central Park de Nova Iorque, com presença de árvores nativas dos Estados Unidos, como a liquidâmbar⁵, complementando de forma positiva esse espaço (ver figura 9). Lynch explica que “um ambiente bonito tem outras prioridades básicas: significado ou expressividade, prazer sensorial, ritmo, estímulo, escolha” (1999, pág. 12). Quase traduzindo essa análise, podemos usar como base o pensamento de Lynch e afirmar que os habitantes de Ohio encontram significado nos ambientes do jogo justamente por sua expressividade, uma expressividade da qual eles não encontram mais quando tiram os óculos de realidade virtual. O prazer sensorial que o OASIS proporciona se deve a vários identificadores, como a percepção visual de cores, movimentos, formas.

O OASIS apresenta uma forma bem organizada em termos visuais e por isso pode ter um significado forte e expressivo. Lynch comenta que um ambiente representativo, nítido e legível, não apresenta apenas uma segurança, mas estimula a profundidade da experiência humana. O autor continua: “embora a vida esteja longe de ser impossível no caos visual da cidade moderna, a mesma ação cotidiana poderia assumir um novo significado se fosse praticado num cenário de maior clareza.” (1999, pág. 5).

5 Árvore monóica, decídua e muito ornamental, atingem diferentes tonalidades de verde claro, amarelo, laranja e vermelho, muitas vezes de forma simultânea.



Fonte: Jogador Nº1. Screenshot do filme. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise fílmica focando em como os diretores através da linguagem cinematográfica abordam os espaços de uma cidade, sendo na imagem urbana ou em suas dinâmicas, percebeu-se que o cinema fala muito além dos cenários montados com a arquitetura e o urbanismo, podendo ser uma ferramenta de grande efeito nos estudos das cidades contemporâneas e seus conflitos ambientais ou da sociedade. Pôde-se assimilar de forma mais abrangente como os conceitos de cidade se modificaram em prol dos avanços tecnológicos e como isso abriu nossos campos de estudo no meio urbanístico.

Mediante análise do filme Jogador Nº 1, fez-se compreendido que a imagem urbana tem uma importância significativa na forma em que uma sociedade vivencia os espaços de uma cidade. O filme, através de sua abordagem sobre realidade virtual, torna compreendido como ela atua e propõe uma reflexão sobre como esse avanço tecnológico pode afetar na vivência de uma cidade. Portando, o filme fala sobre problemas que a humanidade, num futuro, pode ou não enfrentar. É certo que, na narrativa, a realidade virtual é usada de forma exorbitante porque a cidade atual não apresenta de forma alguma, elementos que atraiam seus moradores, como espaços limpos, praças, parques e uma imagem que proporcione prazer visual. Porém, é válido refletir e considerar que a sociedade esteja caminhando para o mesmo fim, ou algo parecido, com o caminho contrário? Uma vez que o uso sem controle de uma plataforma que seja capaz de proporcionar uma vivência

de espaços cibernéticos que imitam o espaço tangível e existente, pode ou não fazer com que não haja mais cobrança por parte dos habitantes para com os gestores afim da melhoria desses espaços, uma vez que eles sejam trocados pelos espaços virtuais, fazendo assim com que a cidade real seja esquecida.

Os avanços tecnológicos dos dias atuais têm proporcionado novos meios sensoriais aos estímulos humanos. Hoje, apesar do uso em massa de celulares para interação, trabalho e outras atividades, o uso de praças e outros tipos de espaços públicos ainda são utilizados, pois sendo apenas uma tela, *smarthphones* e computadores não proporcionam alguma experiência de uma nova realidade. A realidade virtual já se encontra presente nos jogos, no cinema, nas plataformas educacionais e etc. Se num futuro, a VR proporcionar meios nos quais se fez possível no filme em análise, os espaços públicos da cidade seriam usados da mesma forma? A realidade virtual avança. Michael Reilhac, uma das maiores autoridades em realidade virtual do mundo, comenta que dentro de dois ou três anos, uma empresa dos Estados Unidos vai lançar um novo modelo de óculos que irá massificar a VR, e depois disso a experiência de ver e sentir coisas vai ser drasticamente transformada. Na realidade virtual quebra-se a quarta parede para experimentar a percepção de uma nova realidade⁶. Já podemos ver como anda os avanços dessa tecnologia em festivais de cinema, colocando como exemplo um filme⁷ onde os espectadores se encontram em uma cena de ação, e alguns acabam por gritar ou chorar de tão real que a cena parece.

Tal como o objetivo de Steven Spielberg em transformar as palavras de Ernest Clint, o escritor do livro Jogador Nº 1, em som e imagem através cinema, a atual pesquisa teve como um dos principais intuitos, além de entender novos conceitos de cidade, levantar uma reflexão sobre uma cidade para qual não devemos ir. As tecnologias vão continuar avançando de forma muito rápida e deve-se aceita-la pelos vários benefícios e

6 MERTEN, Luiz. Michel Reilhac fala dos avanços que vão massificar a VR, Realidade Virtual, nos próximos anos. O Estado de São Paulo, 2017.

7 Carne e Areia, do diretor Alejandro González Iñárritu.

facilidades que ela oferece, mas é importante que se usufrua dela com cautela quando (ou se), as realidades virtuais permitirem interações maiores e práticas de atividades rotineiras, para que não nos tornemos marionetes presas em espaços fechados com uma cidade esquecida do outro lado dos óculos.

REFERÊNCIAS

- AKÇAY, Ay egül. **The Architectural city images in cinema: the representation of city in renaissance.** Tese de graduação. Junho, 2008.
- ALTAMIRANDO, Rafael. **Cinema e Arquitetura: “Elysium”.** *ArchDaily*, jan. 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/760982/cinema-e-arquitetura-elysium>
- ARAUJO, Rosane Azevedo de. **A cidade sou eu.** V. 10, n. 23. Rio de Janeiro, 2004.
- AUMONT, Jacques. **A imagem.** 7 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- BARATTO, Romulo. **A carreira de Koolhaas no cinema: 1,2,3 Group.** *ArchDaily*, nov 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/757377/a-carreira-dekoolhaas-no-cinema-12-3-group>
- CLINE, Ernest. **Jogador N°1.** Leya, 2015
- COSTA, Maria Helena Vaz da. **Cinema e construção cultural do espaço geográfico.** Revista brasileira de estudos de cinema e audiovisual, 2013
- DADORA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DUARTE, Fábio. **Cinemacidades.** Resenhas Online, ano 05, n. 053.00, Vitruvius, out. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/532>
- FRONTEIRAS DO PENSAMNTO. **De onde vem uma cidade?** 2018. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/videos/de-onde-vem-uma-cidade>
- GIBSON, William. **Neuromancer.** London: Harper Collins, 1984.
- GNOATO, Salvador. **Blade Runner: a cidade pós-futurista.** Resenhas Online, ano 05, n. 053.01. Vitruvius, out. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/533>
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferencias.** Rio de Janeiro. Ed: Vozes, 2001.
- JACOBS, Jane. **Vida e Morte de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura: uma investigação sobre a nova realidade eletrônica.** Relógio D' água. Trad.: Luís Soares e Catarina Carvalho, 1997.
- KHOOLHAS, Rem. **O que aconteceu com o urbanismo?** Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica, ano 01, n. 01. Rio de Janeiro, 1994.
- KIRNER, Claudio. TORI, Romero. **Realidade Virtual: conceitos e tendências.** São Paulo. Pré-Simpósio VII Symposium on Virtual Reality, 2004.
- LOUSA, António. **Imagens em movimento: cinema e utopia.** Arquitrabalhos. Dez, 2010. Disponível em: <https://arquitrabalhos.wordpress.com/2010/12/03/imagens-em-movimento-cinema-e-utopia/>
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica.** São Paulo: Brasiliense. 2003.
- MASCARELLO, Fernando (org.). Texto: Mariarosaria Fabris. **História do Cinema Mundial.** Campinas, SP: Papirus, 2006.
- MERTEN, Luiz. **Michel Reilhac fala dos avanços que vão massificar a VR, Realidade Virtual, nos próximos anos.** O Estado de São Paulo, 2017.
- MITCHELL, William. **E-topia.** Senac SP, 2002.
- MOGADOURO, Cláudia. **Neorealismo italiano: o movimento que transformou o cinema mundial.** Grupo Cinema paradiso, 2016.
- MUSSET, Alain. **Morar em uma cidade imaginária: os paradoxos de Coruscant (Star Wars).** Revista de Urbanismo e Arquitetura, 2006. v. 7 n.2.
- NAME, Leonardo. **Apontamentos sobre a relação entre cinema e cidade.** Resenhas Online, ano 04, n. 037.02. Vitruvius, jun. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.037/676>
- NAME, Leonardo. **O cinema e a cidade: simulação, vivência e influência.** Resenhas Online, ano 03, n. 033.02. Vitruvius, fev. 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.033/706>
- PINTO, Luciana. **O historiador e sua relação com o cinema.** Revista eletrônica: O Olho da história. Oficina Cinema-História. Bahia, 2004.
- REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. **O conceito de Lugar.** Resenhas Online, ano 08, n. 087.10, Vitruvius, ago. 2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>

SCHAAL, Hans Dieter. **Architectural Design**, Vol. 70, No. 1 (2000).

SANTOS, Fábio Allon dos. **Arquiteturas Fílmicas**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Porto Alegre, 2005.

RODRIGUES, Ana Paula Alves. **A Criação do Espaço Arquitetônico no Cinema Alemão dos Anos 20: O Gabinete do Doutor Caligari e Metropolis**. Covilhã, out. 2012.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do Lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martin Fontes, 2004.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996

A CRIANÇA E A CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO QUE EDUCA

THE CHILD AND THE CITY: A REFLECTION TOWARDS THE IMPORTANCE OF THE PLACE THAT EDUCATES

PEDRO BRITTO

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco e cofundador do Massapê, e-mail: pedro@massape.org

LUCAS SILVA

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco e cofundador do Massapê, e-mail: lucas@massape.org

RESUMO

Partindo da prerrogativa de que a criança é um sujeito pleno de direitos e escolhas, o presente texto busca contribuir na reflexão acerca da relação entre o desenvolvimento pleno na infância e o uso do espaço público. É necessário entender o papel do planejamento urbano nesse contexto e os principais desafios no enfrentamento ao modelo atual de produção da cidade. Nesse sentido, investigou-se as possíveis relações entre a formação integral dos indivíduos e o contato das crianças com a diversidade das ruas e os benefícios que esta interação pode trazer para ambos. O texto sugere que a cidade seja vista em todo seu potencial pedagógico, ao passo que busca fazer uma reflexão em relação ao que está sendo ensinado através dos nossos espaços públicos. Por fim, através da experiência inspiradora dos Bairros Escolas, é indicado um possível caminho de articulação das forças de uma comunidade para que se possa explorar de uma maneira mais integrada a formação de nossas crianças.

PALAVRAS CHAVES: crianças; espaço público; cidade educadora; pedagogia

ABSTRACT

Based on the prerogative that the child is a subject full of rights and choices, this text seeks to contribute to the reflection about the relationship between full development in childhood and the use of public space. It is necessary to understand the role of urban planning in this context and the main challenges in facing the current model of city production. Therefore, we investigated the possible relations between the integral formation of the individuals and the children's contact with the diversity of the streets and the benefits that this interaction can bring to both. The text suggests to see the city in all its pedagogical potential, while seeking to reflect on what is being taught through our public spaces. Finally, through the inspiring experience of the Neighborhood Schools, a possible path of articulation between the forces of a community is indicated so that the formation of our children can be explored in a more integrated way.

INTRODUÇÃO

Este texto surge de uma inquietação central: e se nossas cidades fossem verdadeiros territórios educadores que contribuíssem para a formação integral de seus cidadãos, num ciclo de aprendizado contínuo iniciado na primeira infância? Ainda em 1989, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhece as crianças como sujeitos de direitos, que podem e devem expressar seus pensamentos em temas que lhes interessem, tendo suas opiniões consideradas nas agendas políticas, econômicas e educacionais de um país. Levando isso em consideração, porque ainda hoje suas vozes não são ouvidas no planejamento urbano? Por quem e para quem estão sendo projetadas nossas cidades? É essencial que os planejadores tenham a noção das fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento dos indivíduos, nas suas aspirações pessoais e sociais. O fato é que temos afastado nossas crianças dos espaços públicos, lugar de diversidade humana e trocas sociais por excelência. A vivência da complexidade que forma a cidade tem sido negada da nossa formação. Uma sociedade que preza por valores como democracia, diversidade e coexistência deveria celebrar seu espaço público e incentivar sua ocupação pelos mais diferentes grupos sociais, especialmente pelas suas crianças, independente de raça, gênero, classe social ou qualquer critério discriminatório.

Busca-se entender a perspectiva de desenvolvimento integral da criança, para além dos muros da escola e da educação formal, através do contato direto com a pluralidade que só o espaço público pode oferecer. Se a presença da criança no espaço público é extremamente benéfica para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e cultural, a sua presença também traz vida às ruas e pode ajudar a pautar um planejamento mais humano de nossas cidades. Propõe-se uma reflexão do papel dos planejadores e gestores a partir da mensagem que nossas cidades estão passando, enquanto lugares de ensino que são, ao passo que também tenta-se entender as intenções e consequências da retirada das crianças dos espaços públicos.

Imagem 01: Crianças participam de uma oficina de planejamento para a construção de equipamento público em São Paulo.



Fonte: <<http://primeirainfancia.org.br/criancaoespaco/eixos/participacao-infantil-na-cidade-o-que-e/>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

A partir das ideias desenvolvidas pelo sociólogo português Jaime Bonafé, este texto procura entender o potencial pedagógico dos espaços urbanos e quais mensagens eles têm transmitido, transpassando pela Carta das Cidades Educadoras, enquanto tentativa de sistematização de um rede de cidades comprometidas com a educação integral e contínua através do contato com a cidade. Expõe-se ainda a possibilidade oferecida pela experiência dos Bairros Escola, um projeto referência, desenvolvido pela Associação Cidade Aprendiz na Vila Madalena, que busca potencializar as forças de uma comunidade a partir da articulação de atores e o cuidado com o espaço público e sua ocupação. A partir de provocações e de estudo de caso, o texto busca incitar planejadores, educadores, gestores, pais e a sociedade em geral, e contribuir para o diálogo sobre a importância de se entender melhor a percepção da criança sobre a cidade para que se possa explorar todo o potencial educador dos espaços públicos.

1. A cidade enquanto expressão de uma sociedade

O ODS 11, uma das metas instituídas pela ONU para o Desenvolvimento Sustentável, propõe o desafio de tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Segundo Park, a cidade é “a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que se vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem,

segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver, assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.” Cabe então refletir se os valores que temos priorizado na construção de nossas cidades são aqueles que queremos realmente perpetuar e passar para as próximas gerações. A cidade plural deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa, nunca unitária, porém com um potencial agregador dos seus cidadãos. Deve ainda valorizar o encontro das diferentes culturas e arranjos sociais e familiares. Nessa perspectiva, o contato com a complexidade e riqueza do espaço público pode tornar nossa formação educacional mais integral, deixando mais claras as relações de interdependência entre os agentes que formam a cidade.

Se por um lado valoriza-se uma formação que abraça a diversidade e o intercâmbio cultural e social, porque nossas cidades têm segregado, e mais que isso, porque têm desincentivado a ocupação dos espaços públicos pela coletividade? Nesse mesmo caminho, porque temos tentado proteger nossas crianças retirando-as dos espaços públicos? Volta-se àquele velho ciclo vicioso, onde, por um lado, as pessoas deixam de usar a rua por medo, e por outro, as ruas se tornam lugares mais inseguros pela ausência de pessoas. É preciso entender que uma cidade segura para seus grupos de maior vulnerabilidade, como mulheres, idosos, população LGBT e crianças, será segura para todos. Uma rua ocupada por crianças é sinal de vida e segurança. Além disso, a rua é o primeiro espaço do fazer político. Entender a criança como agente de escolhas no mundo, dotada de direitos e voz ativa, é incentivar seu contato com o espaço público e suas diversas expressões culturais e meios informais de educar. Porém, para que os encontros e trocas possam acontecer, o planejamento da cidade precisa abraçar a visão das crianças, entendendo as peculiaridades de sua percepção espacial e estimulando a sua criatividade, entendendo que a cidade ensina. Se os espaços da cidade devem contemplar a percepção de mundo da criança, eles também podem contribuir para a formação de uma percepção espacial mais aguçada, desenvolvida já desde os estágios iniciais da vida.

2. O espaço público e o brincar

Se a criança é então um sujeito social pleno, dotado de capacidade de ação e participação, é necessário que ela possa ocupar os espaços e pautar o planejamento do ambiente em que vive. Para isso, é necessário entender como funciona o desenvolvimento da percepção espacial nos primeiros anos, e só então deixar de criar espaços onde se “cuidam de crianças”, para criar espaços onde se possa simplesmente “ser criança”. Nossas cidades foram planejadas para funcionar de maneiras bastante específicas e eficientes, sem muita margem para o exercício da criatividade e da ludicidade, porém, a percepção da criança vai sempre tender a dobrar isso. Essa percepção é radicalmente diferente entre crianças e adultos: as crianças são infinitamente mais vulneráveis à influência do ambiente ao seu redor e sua imaginação facilmente se mistura ao que se vê. Quando um adulto vê um objeto, ele já sabe o que vê, pois já o viu uma centena de vezes, o conceito já está formado em sua cabeça, e por isso mesmo, a percepção do adulto é bastante utilitária, enquanto a da criança é imaginativa e apreensiva. É saudável que os espaços coletivos sejam convidativos para o brincar, o criar e o ressignificar, dando à brincadeira o patamar de importância que ela deve ter na nossa sociedade. Filósofo francês radicado no Canadá, Pierre Lèvy acredita que, com o advento das novas tecnologias, o conhecimento deixa de ser matéria para se tornar uma rede de vasos comunicantes e interativos. Essa nova dinâmica reforça a importância de se aprender a “navegar” e não a “estocar” informações. A navegação como processo de aprendizagem rompe a linearidade, favorece a atitude exploratória e lúdica e torna o conhecer uma aventura prazerosa, marcada pela cooperação e pela inteligência coletiva.

Aqui também se encontra a possibilidade de repensar a escala da cidade, de nutrir um olhar para o micro, para as pequenas expressões da cidade, para o senso de vizinhança e as relações interpessoais. O olhar da criança tem muito a nos ensinar sobre descobrir, desvendar e reinterpretar a cidade a partir dos seus detalhes.



Fonte: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-118456/a-cidade-e-para-brincar-slash-basurama>> Acesso em 07 de Fevereiro de 2019.

2.2 Criança na rua, cidade segura

*Ah, a Rua! Só falam de tirar as crianças da rua.
Para sempre? Eu sonho com as ruas cheias delas.
É perigosa, dizem: Violência, drogas... E nós adultos
Quem nos livrará do perigo urbano?
De quem eram as ruas? Da polícia e dos bandidos?
Vejo por outro ângulo: Um dia devolver a rua às crianças
Ou devolver as crianças às ruas;
Ficariam, ambas, muito alegres.
- Paulo Freire*

O espaço público é potencialmente uma vasta fonte de possíveis experiências e descobertas espaciais, pois é complexo e difuso, como se fugisse da tentativa de ordem que buscamos para nossas cidades, é um território fértil para a imaginação humana. Se a criança precisa da cidade, como disse Paulo Freire, a cidade também precisa da criança. Estimulá-las a ocupar os espaços pode ajudar a tornar o planejamento urbano mais humano. Estimular o caminhar das crianças pode, por exemplo, estimular um tráfego mais lento, onde o carro não seja protagonista dos fluxos urbanos. Espaços seguros para as crianças, idosos, LGBT's e mulheres são espaços seguros para todos. A busca por uma sociedade mais inclusiva requer primeiramente que se dê as condições de apropriação do espaço pelos grupos mais vulneráveis. Além disso, o espaço público é onde podemos furar nossas bolhas sociais e culturais, onde a criança pode entrar em contato direto com o outro, o

que é bastante saudável, já que nas primeiras fases do nosso desenvolvimento ainda não temos tantos preconceitos enraizados. Se a rua é o lugar de interseção entre a criação privada/familiar e a criação pública/social, a cidade deve ser inclusiva a todos os arranjos familiares, desde núcleos familiares formados por casais homoafetivos a famílias de mães solas.

2.3 A primeira infância

É essencial que esse contato da criança com o espaço público se dê ainda na primeira infância, fase que compreende os seis primeiros anos da vida de uma pessoa e que tem extrema importância no seu desenvolvimento mental, emocional, social e de aprendizagem, além disso, é fundamental para a construção da sua identidade e seu reconhecimento no espaço e na sociedade. O cérebro depende das experiências para se desenvolver, ele é como uma esponja, que absorve o que está em volta. A cidade tem plena capacidade de exercer esse papel de promotora da experiências necessárias para o desenvolvimento integral. Um importante reconhecimento dessa fase no desenvolvimento dos indivíduos se deu com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), o qual traz relevantes avanços na proteção aos direitos das crianças brasileiras de até seis anos de idade, ao estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a meninos e meninas nessa faixa etária.

3. A cidade educa

Em 1990, foi lançada a Carta das Cidades Educadoras, fruto do 1º Congresso de Cidades Educadoras, em Barcelona, que reúne os princípios essenciais de impulso ao potencial educador das cidades. É uma tentativa de criar-se uma rede global de cidades que promovam a troca de experiências e vivências locais para o desenvolvimento humano integral através da educação no seu conceito mais amplo, para além da escola formal. Na visão de uma educação integral busca-se o desenvolvimento do indivíduo em seus múltiplos aspectos: intelectual/cognitivo, emocional/afetivo, físico/motor, social/relacional e simbólico/cultural. A carta é um ma-

nifesto pela construção de relações mais democráticas, conscientes da interdependência entre todos e que ajudem a entender o significado de liberdade e responsabilidade, respeitando igualmente diferentes indivíduos, diferentes origens, gostos, ritmos e fases da vida.

Na Espanha da década de 70, em meio às cinzas de 30 anos de ditadura Franquista, um movimento de educadores começou a elaborar novas narrativas e literaturas para o que seria uma educação e uma escola preocupadas com a construção da democracia e de uma sociedade transformadora, tratava-se do movimento que ficou conhecido como Renovação Pedagógica. Um de seus fundadores, o professor do Departamento de Didática e Organização Escolar na Faculdade de Filosofia da Universidade de Valência Jaume Bonafé, foi o responsável por aprofundar a reflexão sobre a relação entre cidade e educação, propondo a noção da cidade como um texto que deve ser lido, interpretado e transformado pelos cidadãos. Segundo Bonafé, a cidade deve ser explorada enquanto currículo, já que há milhares de situações construindo significados constantemente. Para ele, a cidade junto aos meios de comunicação são elementos que estão nos moldando como sujeitos, portanto, são currículo e devem ser estudados como tal. O professor ainda faz uma provocação: quem está escrevendo o texto das cidades? E comenta: “Minha hipótese é que hoje o texto da cidade é a pedagogia do capitalismo, mas há também outras linguagens, outros significados, outras práticas sociais que têm a ver com os movimentos sociais e com um currículo contra-hegemônico”. De fato, os gestores políticos e os urbanistas não têm se preocupado com a leitura da cidade, sobretudo com a sua leitura a partir do olhar da criança. É preciso entender que os processos de transformação que uma cidade se propõe a fazer são pedagógicos e o espaço urbano precisa assumir esse protagonismo através do planejamento. A cidade ensina, de um jeito ou de outro. Por exemplo, quando uma cidade diz que é necessário um tráfego rápido de automóveis, ela está dizendo que vivemos em um mundo apressado e que somos um tanto insignificantes perto dos carros, já que os semáforos são todos pensados para eles. Há um didatismo nesse desenho urbano. É preciso trocar a mensagem que

está sendo passada e os planejadores urbanos tem uma grande responsabilidade social nisso.

Se por um lado nossas cidades estão passando mensagens que de alguma maneira não contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, existe também uma espécie de força contraditória inerente aos espaços públicos que esborra pluralidade, encontros e trocas culturais. Nesse sentido, entende-se mais uma vez a via de mão-dupla, na qual a presença das pessoas, e especialmente das crianças, no espaço público, contribui para a promoção de um urbanismo mais humano, mais focado nas pessoas. É necessário ocupar as ruas já, afinal, sempre nos resta a chance de reinterpretar e ressignificar os textos urbanos.

3.2 A experiência dos bairros escola: uma possibilidade

Acreditando nos processos de ressignificação dos espaços públicos, em 1997, a Associação Cidade Escola Aprendiz idealizou o Bairro Escola, uma experiência inovadora que buscou criar, no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, uma plataforma de aprendizagem compartilhada que articula escolas, comunidades, organizações sociais, empresas e poder público. O projeto visou promover condições para o desenvolvimento integral de indivíduos e territórios, com especial atenção às crianças. Entre os princípios adotados na implementação do projeto está a aposta nas riquezas comunitárias e o fortalecimento do que já existe, com o auxílio de um trabalho permanente de mapeamento e investigação. Uma das grandes sacadas da iniciativa foi entender a educação como um esforço coletivo, que se dá por meio da gestão de parcerias, envolvendo diversos atores sociais, sendo assim capazes de administrar as potencialidades educativas de uma comunidade. Um aspecto importante de ser destacado é a escala em que se deu o projeto, a escala do bairro. O bairro é uma escala menor, capaz de ser mais facilmente integrado e de se fortalecer a ideia de pertencimento e identidade. Além disso, é compatível com a escala humana e do pedestre, sendo passível de ser percorrido a pé. Seguindo a própria Cidade Escola Aprendiz, é necessário

identificar um foco geográfico delimitado e revitalizar constantemente o seu espaço público.

Um dos inspiradores do projeto, o brasileiro Anísio Teixeira idealizou a Escola Parque, com o propósito de que as instituições educacionais deixassem de ser lugar somente de iniciação intelectual, para estimular o pensar, o fazer, o trabalhar, o conviver e o participar. A educação comunitária, uma das estratégias do bairro escola, apropria-se desse pensamento e busca permitir que o processo formativo incida sobre o universo cognitivo, assim como sobre os valores, habilidades e atitudes dos alunos. Anísio acreditava que a educação precisava ser regionalizada, de maneira que sua gestão e seus programas respeitassem e considerassem as características e especificidades locais. É o que atualmente chamamos de “agir local, pensar global”. Profundamente impregnada por esses ideais, a educação comunitária busca utilizar todos os ensinamentos disponíveis na comunidade como ponto de partida para conectar as pessoas com as mais diversas teias do conhecimento humano.

A experiência do Bairro Escola da Vila Madalena foi reconhecida como uma tecnologia social pela Unicef, sendo replicado em vários outros territórios. O compartilhamento da experiência se deu através da formação e capacitação de educadores comunitários, que puderam mapear os ativos, mobilizar as parcerias e construir as trilhas educativas em seus próprios bairros, através de articulação com o poder público, a iniciativa privada e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são organismos extremamente complexos e os espaços públicos são a maior expressão de sua pluralidade. É necessário reconhecer que as cidades brasileiras, em geral, não têm explorado o potencial dessa diversidade na formação de seus cidadãos, enquanto seres políticos e culturais. Não temos entendido a intensidade da influência que o meio urbano e os espaços podem ter sobre nós e especialmente sobre nossas crianças. É preciso compreender que a cidade sempre passa uma mensagem. Se é assim, cabe-nos pensar

que mensagem nós realmente queremos transmitir enquanto sociedade e o planejamento urbano é um dos principais meios de se inverter a lógica capitalista hegemônica de produção de espaço. Nesse sentido, se torna uma atitude extremamente subversiva pensar a cidade através do olhar da criança. Repensar escalas, ressignificar símbolos e desacelerar ritmos se mostram como possíveis estratégias para a humanização de espaços urbanos, a partir do entendimento da percepção das crianças sobre o meio em que vivem. Incorporar este entendimento sem dúvida se põe como um grande desafio aos planejadores e gestores, já que a lógica de produção do espaço direciona para a eficiência e a praticidade. Porém, é possível acreditar na perspectiva de um ponto de inflexão cada vez mais nítido no horizonte. Movimentos urbanos, grupos civis organizados e parte dos pensadores das questões urbanas têm cada vez mais levantado a bandeira da cidade para as pessoas e da ocupação de seus espaços. Por sua vez, a ocupação dos espaços públicos de uma cidade, é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma infância que abrace a diversidade e que se forme a partir da troca. Nesse sentido, bons exemplos de experiências locais e movimentos globais, como os explanados neste artigo, podem nos ajudar a continuar construindo o diálogo em torno da importância de se valorizar a relação da criança com a rua.

REFERÊNCIAS

MARTÍNEZ BONAFÉ, J. *Renovación pedagógica y emancipación profesional*. Valencia: Universitat, D.L. 1989.

PARK, R. *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago, 1967.

Carta das Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.ben.es/edcities/espanyol/séc_charter.html> Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

Convenção sobre os direitos das crianças. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html> Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

A URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE: O CASO DO PORTO DO CAPIM

NA EXCLUSIONARY URBANIZATION: THE CASE OF PORTO DO CAPIM

MIRELLA DE ALMEIDA BRAGA

Mestre em Antropologia PPGA/UFPB. Doutoranda em Antropologia PPGA/UFPE. Professora do Centro Universitário de João Pessoa-Unipê. E-mail: profabragad@gmail.com

MARIA LUIZA XAVIER CHAVES

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo vinculada à instituição Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. E-mail: LuizaXavierArq@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma breve pesquisa de campo vivenciada entre grupos de moradores da Comunidade Porto do Capim, João Pessoa, Paraíba. Ao longo das próximas linhas, o leitor encontrará descrições analíticas acerca de determinadas relações sociais estabelecidas por e entre famílias e grupos que transitam pelas categorias identitárias indígena, camponês e urbano, dinamizando ricas e resistentes experiências de vida muitas vezes à revelia dos frágeis e perigosos ideais do capitalismo e da rota do turismo nacional implantados na cidade de João Pessoa, fruto da política do desenvolvimento das cidades brasileiras, onde a exclusão é algo constante, sobretudo, para populações que se fixam em áreas “cobiçadas” pelo circuito-capital, como o grupo ribeirinho do Porto do Capim.

PALAVRAS-CHAVE: Porto do Capim; Relações sociais; Resistência.

ABSTRACT

The present article is the result of a brief field research lived among groups of residents of Porto do Capim Community, João Pessoa, Paraíba. Throughout the next few lines, the reader will find analytical descriptions about certain social relations established by and between families and groups moving through the indigenous, peasant, and urban identity categories, invigorating rich and resilient life experiences often in the absence of fragile and dangerous ideals capitalism and the national tourism route implanted in the city of João Pessoa, fruit of the development policy of Brazilian cities, where exclusion is constant, especially for the sector that fixes on areas “coveted” by the capital circuit, such as the river-side group of Porto do Capim.

KEYWORDS: Porto do Capim; Social relationships; Resistance.

INTRODUÇÃO

Por meio deste artigo, pretendemos compreender algumas dinâmicas contemporâneas vivenciadas por moradores ribeirinhos do Porto do Capim, com especial atenção às práticas cotidianas que são ressignificadas considerando as diversas transformações do lugar, das legislações que envolvem a área e das relações sociais estabelecidas entre os grupos sociais locais situados em um território culturalmente complexo e por vezes considerado como “degradado” sendo uma forma de estigmatizar parte daquela população que ali reside, abordando as relações comunitárias e de identidade existentes no Porto do Capim como algo simples.

A noção de comunidade evoca vários sentidos, que têm como base o sentimento de comunidade e o senso de pertencimento a uma coletividade, para tanto utilizamos de autores clássicos como Bauman e Castells, usando a metodologia de ordem exploratória, somada a vivência produzida junto à comunidade em integrações feitas durante as disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo do Unipê ao longo do ano de 2018, sobretudo, na disciplina de Antropologia Urbana, seja com as autoras do presente artigo participando das festividades existentes no Porto do Capim, como a festa junina e a procissão de Nossa Senhora da Conceição, seja recebendo a comunidade no Centro Universitário, na II Semana do Patrimônio Cultural, para mostrar um pouco mais deles para nós e assim festejarmos uma grande roda do saber. Baseado nessas vivências a narrativa foi orientada pelo grupo de moradores, em especial, Rossana e Raissa, irmãs que compõem e lideram o grupo “Garças do Sanhauá”, procurando ter uma abordagem mais humana, e na prática

da *alteridade*², conceito antropológico que permanece forte nos estudos sobre comunidades.

Conhecendo a realidade local

Por meio deste breve artigo, pretendemos compreender algumas dinâmicas contemporâneas vivenciadas por moradores ribeirinhos do Porto do Capim, com especial atenção às práticas cotidianas que são ressignificadas considerando as diversas transformações do lugar, das legislações que envolve a área, e das relações sociais estabelecidas entre os grupos sociais locais situados em um território culturalmente complexo.

A cidade de João Pessoa foi fundada em 1585 por colonizadores espanhóis e portugueses em localização estratégica para controle da foz do Rio Paraíba, fazendo parte da capitania da Paraíba e nomeada anteriormente como a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Logo após a fundação, surgiram edificações com intuito de representar o poder da Coroa Portuguesa e da Igreja, conforme a visão da autora Maria Berthilde Moura Filha³(2005, p.12) esse conjunto seria uma “montagem da teia de relações com os demais elementos morfológicos que constituem a cidade”, como as ruas, becos e largos da cidade.

Ao contrário do urbanismo “desleixo” descrito na obra de Sérgio Buarque de Holanda⁴, a cidade da Filipéia apresenta uma estrutura urbana com um traçado regular no núcleo situado no alto da encosta, como visto na formação das primeiras ruas e quarteirões, podendo ser percebido nos registros cartográficos do século XVII. A estrutura inicial da cidade foi pensada pelos colonizadores com uma divisão geográfica/topográfica

1 O grupo Garças do Sanhauá foi formado por moradoras da comunidade do Porto do Capim, que desde 2012 fazem parte das organizações culturais comunitárias. Sempre com o objetivo de fortalecer a tradicionalidade de uma comunidade ribeirinha, com o Grupo Cultural Xote das Meninas, Grupo de Jovens, Grupo de Comunicação, Grupo de Produção com vendas de camisas serigrafadas, bolsas ecológicas e artesanatos, na qual a renda é revertida para a manutenção do PONTO DE CULTURA COMUNITÁRIO que desde 2016 mantém forte o processo de construção comunitária. Maiores informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/PortoDoCapim/posts/as-gar%C3%A7as-do-sanhau%C3%A1/579773845554574/>

2 Ao enxergar a comunidade, o seu protagonismo, despertamos no outro a sensação de pertencimento e aceitação real do seu processo enquanto indivíduo. Podemos acessar por alguns momentos a sua “intimidade”, estamos do outro lado da câmera, das luzes.

3 Citação do trabalho para conclusão do doutorado De Filipéia à Paraíba: Uma cidade na estratégia da colonização do Brasil séculos XVI-XVIII de Maria Berthilde Moura Filha, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (1986), com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1997), doutorado em História da Arte pela Universidade do Porto (2005) e pós-doutorado na UFRN (2015).

4 Raízes do Brasil publicado em 1936.

distinguindo os usos de cada região entre cidade alta, descrita no parágrafo anterior, marcada pela presença de edificações religiosas e residências; e a cidade baixa pela atividade comercial e portuária, devido a capital paraibana estar às margens do Rio Sanhauá, um afluente do Rio Paraíba, sendo o local de entrada para as embarcações e permanência dos colonizadores que chegavam⁵. Durante os séculos, os polos foram fundamentais para o desenvolvimento de João Pessoa, sendo a partir do século XX a grande mudança dos usos e funções, ora essa área perdendo o caráter residencial.

Nos anos 20, o então presidente da república Epitácio Pessoa aprova o projeto que viabiliza a construção do Porto Internacional do Varadouro, com a empresa inglesa C. H. Walker & C. Ltda responsável pela construção do porto na capital, às margens do Rio Sanhauá, sendo conhecido como Porto do Capim⁶. A realização do projeto atendeu aos interesses políticos particulares e parte dele foi um sistema de enriquecimento ilícito por não obedecer algumas normas de engenharia, além da inviabilidade do porto receber grandes embarcações, como descrito:

Com relação à desastrosa obra portuária do Varadouro de que vamos tratar, mal se iniciou e logo se promovia a desapropriação de inúmeros prédios que deveriam ser demolidos para futuras avenidas de acesso ao monumental (e inviável) “ancoradouro internacional”. A verdadeira gênese da calamidade reside no empreendimento utópico, tão impraticável e ensandecido quanto seria construir uma ponte entre o continente e Fernando de Noronha: fincados alguns pilares o Tesouro Nacional logo estaria exaurido ainda que não fosse desviado um só tostão. (JOFILLY, 1983, p. 25)

Devido a limitação da sua função, as atividades de escoamento de produção e permanência desempenhadas

no porto do capim foram transferidas para o Porto de Cabedelo. A partir de 1935, com a inauguração do Porto de Cabedelo, e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para Cabedelo, o porto da cidade foi sendo gradualmente desativado, gerando a decadência da área (CPCH, 1999).

Nos anos de 1940 até 1970, com a desativação do Porto do Capim, houve um desenvolvimento de um núcleo residencial caracterizado pela ocupação do espaço por uma população advinda da classe baixa da sociedade, em destaque trabalhadores do antigo porto e, posteriormente, famílias de pescadores. A propósito da figura do pescador, que na região do Porto do Capim, configura-se como pescador artesanal, conceitualmente referimo-nos a todo aquele que exerce a pesca, destinando uma parte do pescado para a subsistência de sua família e outra parcela para a venda a terceiros (Diegues, 2004). É sabido que a pesca artesanal é uma atividade, que diferente da industrial, causa menor impacto socioambiental, já que se utiliza de técnicas “primárias” de captura, o que aproxima os trabalhadores às redes e grupos de pessoas que se inserem na “cultura da preservação” do meio ambiente por meio de proposições políticas para o chamado “desenvolvimento sustentável”. Percebemos no imaginário local das famílias dos pescadores a preocupação de preservação do meio ambiente e do território onde estão afixadas as residências, os moradores do Porto em seu processo de dinâmica social e atividade laboral são pescadores, artesãos, trabalhadores das madeiras, agentes de saúde, dentre outras ocupações. A essência política faz parte do cotidiano da população do Porto do Capim, percebemos o espírito “de liderança” perpassando gerações, e o contexto da relevância da identidade sendo construído, é o caso da família da líder comunitária e fundadora do grupo de dança “Garças do Sanhauá”, Rossana Holanda, ela nos fala que “faz mais de 50 anos que a família ali vive, é o vô, o pai, são relações e permanências”. Bauman (2003, p.21) sobre o processo da identidade diz que “significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar.” É difícil, entretanto, conceituar identidade, tendo em vista que é um processo em constante mutação. Em outro clássico,

5 Segundo informações contidas no Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”.

6 Presume-se que a denominação Porto do Capim surgiu devido à quantidade de capim que ali desembarcava para alimentar os animais que serviam de transporte naquela época, segundo o historiador José Octávio (1989).

Castells (1999, p. 22) diz que a identidade é “a fonte de significado e experiência de um povo”, sendo, assim, o resultado de pertencimento a determinado grupo social.

A urbanização e a memória

O lugar abrange demarcações físicas e simbólicas que se associa ao pertencimento de identidade dos moradores, apresentando características dos mesmos, por exemplo, suas atividades econômicas, ponto de partida para construção das casas ou até mesmo trajetos percorridos pelos habitantes, assim, é possível analisar os conflitos existentes e propor melhorias para o local abordado. No caso do Porto do Capim, as suas relações envolvem o Rio Sanhauá, com a escolha do local sendo favorável para o desenvolvimento das atividades de muitos dos moradores antigos, como a pesca como atividade fim, ou simplesmente trabalhar carregando e descarregando mercadorias, no momento atual, as madeiras são quem absorve parte da mão de obra masculina existente no Porto.

Os moradores do Porto do Capim e da Vila Nassau apresentam discursos e ações no âmbito social em prol de sua permanência no local buscando legitimar as formas de apropriação do espaço como moradia em virtude da existência de um projeto de revitalização. Com mobilização política dos moradores foram criadas associações comunitárias formadas e lideradas por mulheres, como as Garças do Sanhauá, Ponto de Cultura Comunitário e a Comissão Porto do Capim em Ação. A comissão conta com apoio dos professores da Universidade Federal da Paraíba e da Fundação Cia da Terra, na qual busca reivindicar o direito a esse local da cidade pelos moradores que ali estão, defendendo uma identidade territorial e reconhecimento da área, agindo através do estabelecimento de diálogos com o poder público e para que tenha participação e o protagonismo dos moradores nos processos de intervenção, desde o debate sobre os modelos de habitação e projetos de revitalização que favoreçam a sociedade presente no local, até o que eles desejam para seu cotidiano enquanto mediação das políticas públicas.

O fortalecimento da rede de relações e o “medo líquido do outro”, é algo global. Para Ulf Hannerz (1980), a cidade pode ser resumida a uma “reunião de indivíduos que só existem como seres sociais através de seus papéis, e das relações que eles estabelecem e que eles mantêm realizando os seus papéis” (p.308). Traduzindo o que o antropólogo Ulf Hannerz falou na prática, o grupo das Garças do Sanhauá é voltado para atividades culturais e artísticas como disseminadora das práticas culturais do “território do Porto”, seja o xaxado, o arrasta pé da enxada, oficinas de expressão corporal, fabricação de instrumentos, poesia e pintura para crianças e jovens da comunidade com intuito de repassar saberes populares e valorizar a cultural local, apresentando a identidade do lugar. Em conjunto é também pensando o turismo comunitário benéfico para os moradores, com as ruas sendo palcos para as manifestações artísticas e religiosas no local, contando com o apoio da comissão para organizar os eventos, como: Carnaval, Festa de São João, Raízes do Porto e Procissão de Nossa Senhora da Conceição. O turismo comunitário⁷ proporciona recursos financeiros para manter projetos de âmbito social em funcionamento, como as oficinas realizadas no Ponto de Cultura Comunitário, por meio de ‘tour’ pelo Porto, visitando pontos que auxiliam na compreensão do local e de sua formação, do seu processo histórico e da preservação da cultura ribeirinha, organizado bingos e bazares e venda de comidas típicas, como a mariscada. Atualmente a conquista do turismo comunitário como fonte de renda para os moradores é visto como um grande projeto fortalecedor dos vínculos, conforme Rossana Holanda nos falou.

⁷ Praticado atualmente dentro do Porto do Capim pelas lideranças da associação das mulheres do Porto. O protagonismo feminino é algo relevante na comunidade.

Figura 01: Grupo Folclórico desenvolvido no Ponto de Cultura Comunitário denominado “Xote das Meninas”



Fonte: Artigo Porto Do Capim: Inclusão Social E Resgate Cultural Através Da Iniciativa “Porto Do Capim Em Ação” Na Cidade De João Pessoa. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA1_ID2706_03082018182255.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro em 2019.

O turismo comunitário local abrange festividades religiosas, todos os anos no dia 8 de dezembro são realizadas celebrações para Nossa Senhora da Conceição na Ilha da Santa, a chegada ao local é feita por meios de percursos de barco nos rios Paraíba e Sanhauá. O início ocorre os moradores do Porto do Capim e Vila Nassau em um café da manhã coletivo na porta da igreja São Frei Pedro Gonçalves, posteriormente uma missa e procissão com a imagem da Santa em um trajeto da igreja até o trapiche público do Porto do Capim de onde seguem de barco até a Ilha da Santa, local que fazem pedidos e orações individuais acendendo velas e amarrando fitas na cor azul e branco no Oratório que possui a imagem de Nossa Senhora da Conceição e outros santos, as mesmas cores das fitas decoram as ruas do bairro.

Figura 02 e 03: Ilha da Santa/ Celebração na Ilha da Santa.



Fonte: Dissertação O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%-C2%BA%2B%C3%BAo%20Helena%20Tavares%20Gon%2B%C2%BAalves.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro em 2019.

As transformações

A ideia de “transformar”, “revitalizar” a área da comunidade existe cerca de 20 anos, com as políticas patrimoniais de intervenção em João Pessoa divididas em duas fases de atuação distintas, que, segundo Scocuglia (2004), a primeira fase inicia em 1987, a partir do Convênio de Cooperação Internacional e sendo elaborando o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, e a segunda fase em 1998 contando com a participação da sociedade com associações voltadas para educação, cultura e arte e criada a primeira versão do Plano de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. É de grande importância destacar também o surgimento de um novo projeto em 2012 intitulado de

Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau buscando adequar o projeto ao contemporâneo no qual abrange o cumprimento de legislações patrimoniais, ambientais e com intuito de permanência das famílias ribeirinhas no local através da promoção de melhora na infraestrutura da região do Porto do Capim. Com as primeiras tentativas de proteção de um sítio urbano de valor histórico na cidade de João Pessoa iniciadas no âmbito municipal em 1975 com o Plano Diretor de João Pessoa, na qual trouxe a primeira delimitação de uma área de preservação rigorosa para cidade e, em 1992, a definição do “Centro Principal da Cidade”, “Zonas Especiais de Preservação” e “Área de Preservação Rigorosa”. Posteriormente, as ações de proteção abrangeram a instância estadual com a fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP- por meio do Decreto-Lei nº 5.255 e através do Decreto nº. 9.484 foi delimitado o “Centro Histórico Inicial de João Pessoa” sendo o foco de atuação do IPHAEP.

A área entrou em debate envolvendo o âmbito internacional, é possível destacar a criação do convênio de cooperação entre Brasil e Espanha em 1987, que integrou o Centro Histórico de João Pessoa no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI –. Na segunda fase de atuação das políticas, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – CPD-CHJP– por meio do Decreto Estadual nº. 12.239 a partir do convênio estabelecido entre Brasil e Espanha, que definiu uma nova poligonal de tombamento onde foram realizados os primeiros estudos sobre a área que abrangia a cidade baixa e a cidade alta, sendo elaboradas fichas de cadastro, inventários da área, normas de proteção para utilizar como base para fiscalização e processos de análise e originadas as primeiras diretrizes de planejamento para realização de intervenções que, com bases nesses estudos, foi possível criar o primeiro projeto de revitalização estando com parceria com uma organização da sociedade civil, a ACEHRVO, na qual a delimitação para o projeto foi realizada utilizando como base uma planta da cidade de 1855, sendo dividido em

etapas e podendo exemplificar a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves como o início dos projetos de revitalização

Entretanto, o auge da discussão que envolve a comunidade do Porto do Capim e o processo de retirada dos moradores de seu território muito mais que afetivo, sobretudo, identitário, veio a ser posta entre os anos de 2010 a 2014, devido ao projeto do PAC do Governo Federal. O projeto apresentado pela prefeitura de João Pessoa tinha como aporte o valor de R\$106 milhões para abranger duas linhas do programa: o PAC Sanhauá e o PAC Cidades Históricas. O PAC Sanhauá seria a retirada de moradias localizadas perto dos 11 quilômetros de extensão do rio, em áreas de preservação, e a revitalização do rio poluído e assoreado. Já o PAC Cidades Históricas daria um novo uso à área do centro histórico onde está a comunidade Porto do Capim, embora fazendo a relocação de grande parte dos moradores.

As ações da comissão do centro histórico tinham como intuito promover um desenvolvimento social e econômico através da recuperação de áreas com valor histórico e propondo novos usos para a atividade turística, lazer e entretenimento, com financiamento do BID por meio da influência e participação do Programa Regional de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR.

O Projeto de Revitalização do Varadouro e do Porto Capim consiste no reestabelecimento do vínculo entre cidade e rio e “revitalizar sua função econômica, inserção de novos usos que resgatem o caráter histórico, cultural, turístico e social com bons níveis de qualidade” (CPDCHJP, 1997, p.5), com as propostas de realocação da comunidade Porto do Capim, implantação da Praça Porto do Capim, Restauração e requalificação dos edifícios da antiga estrutura portuária, Implantação do Parque Ecológico e Requalificação dos Espaços Públicos.

Ao observar a primeira proposta da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa é notória a problemática da população como obstáculo para aplicação do projeto, pois tem como diretriz a reurbanização da área onde reside a comuni-

dade ribeirinha, na qual iria ser transformada em praça para eventos e um espaço para contemplação da natureza com intuito devolver o rio à cidade, de forma que os habitantes ali existentes não são considerados parte da sociedade e sua presença um empecilho para o acesso ao rio: “reurbanização da área atualmente ocupada pela favela (antigo cais do porto), transformando-a em praça para eventos e contemplação” (CPDCHJP, 1997, p.5). A remoção dos moradores configura uma política de higienização social, na qual traz exclusão dos moradores do local em troca de um desenvolvimento econômico através do turismo, Vainer(2000) chama de marketing urbano, que visa a cidade como coisa que pode ser vendida e onde a pobreza é vista como problema paisagístico ou ambiental, dessa forma, criando um estigma da violência e das péssimas condições do local que, junto com população, são vistos pelos gestores públicos como entrave para a valorização do espaço enquanto ponto turístico. David Harvey(2012, p. 245) diz que “todos aqueles cujo trabalho está envolvido em produzir e reproduzir a cidade têm um direito coletivo não apenas àquilo que produzem, mas também de decidir que tipo de urbanismo deve ser produzido, onde e como” através de assembleias populares para discutir o que revitalizar ou reconstruir o meio urbano, ou seja, a população se faz presente nos processos no âmbito urbano, diferente do imposto pelo projeto de revitalização, que não apresenta participação dos moradores ribeirinhos nas decisões, sendo proposto à realocação dos mesmos para habitações de interesse social, gerando dúvidas sobre o cadastramento, local das construções das unidades habitacionais, implementações de quiosques e do centro comunitário, e a utilização do Prédio da Superintendência da Alfândega em relação ao local e a mudança das moradias com quintais para apartamentos comparando o tamanho dos mesmos com as casas ali presentes.

Figura 04: Perspectiva da Arena de Eventos do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, na versão projetual de 2008.



Fonte: Dissertação O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Helena%20Tavares%20Gon%2B%C2%BAalves.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro em 2019.

Em 2005, a superintendência do IPHAN recebeu do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) orientações técnicas para realizar ajustes na proposta de tombamento e, em 2007, houve a delimitação da poligonal e com o processo recendo o número 1501-T-02, no entanto, existe uma contradição, pois a argumentação para o tombamento da região tem como base a relação entre o Rio Sanhauá e a Cidade de João Pessoa, por a mesma ter nascido às margens do rio e assim sendo um elemento de grande importância histórica. No entanto, é notório ao observar que a delimitação das áreas tombadas não representa isso, pois não abrange as margens que está na área de entorno do perímetro e o rio com ausência de algum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial.

Figura 05: Poligonal de tombamento federal. Em amarelo está a área de preservação rigorosa, em azul a área de delimitação de entorno, em vermelho a área do Porto do Capim e Vila Nassau.



Fonte: Dissertação O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C2%BA%2B%C3%BAo%20Helena%20Tavares%20Gon%C2%BAalves.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro em 2019.

Em 2012, surge a Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau por meio do desenvolvimento de um dossiê apresentando estudos do lugar, incluindo análises in loco, compreendendo o local como espaço dinâmico, sendo parte do processo histórico e urbanístico das transformações da cidade de João Pessoa e de identidade dos moradores, uma vez que possuem sentimentos de pertencimento e buscam a legitimação da apropriação do lugar como forma de moradia, assim existindo a comissão dos mesmos, Comissão Porto Capim em Ação. A proposta de Requalificação possui base nos objetivos desenvolvidos no Projeto de Revitalização, elaborado pela Comissão do Centro Histórico, e atende as legislações ambientais e culturais da área, com intuito de possibilitar a permanência dos moradores no local, porém propondo melhorias na infraestrutura habitação e novos espaços de convivência social considerando as formas de apropriação dos espaços pelos moradores para gerar condições dignas de habitação, economia e sociabilidade da população contando com a participação dos mesmos, sendo proposto:

Melhoria da acessibilidade e transportes.

Redução da criminalidade no Centro Histórico através da permanência da população do Porto do Capim e da Vila Nassau na área de entorno do perímetro tombado.

Recuperação ambiental do rio Sanhauá através de intervenções que ofereçam proteção e recuperação da mata ciliar presente nas margens do rio.

Melhoria das habitações já consolidadas em várias ruas do Porto do Capim e da Vila Nassau utilizando recursos provenientes de Programas do Governo Federal.

Melhoria da infraestrutura urbana, com soluções para implantação de saneamento básico em espaços adequados nas ruas mais estruturadas do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Implantação de estruturas para pequenos eventos e recepção de pequenas embarcações, aproveitando espaços já degradados pela população do Porto do Capim e da Vila Nassau.

Recuperação de conjuntos urbanos significativos, como o da Rua da Areia e da Rua João Suassuna. (DOSSIÊ, 2012).

A proposta apresenta a utilização uma ferramenta legal para a regulamentação fundiária solucionando à situação irregular dos moradores por estarem em terras da União, sendo instruída pelo Estatuto das Cidades que abrange programas como a Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) e Construção de Habitações de Interesse social, além de escutar a população com a participação da mesma no projeto, em um diálogo técnico com a comunidade. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, a proposta contém um relatório técnico intitulado “Viabilidade técnica de implantação de sistema de esgotamento sanitário nas comunidades do Porto do Capim e Vila Nassau em João Pessoa” criado por especialistas da área de Recursos Hídricos

da Universidade Federal da Paraíba por convite de técnicos do IPHAN para visita ao local e estudo a viabilidade técnica da implantação do sistema para atender as comunidades, encontrando:

Uma área mista no que diz respeito ao modo de ocupação e instalações das habitações, ocorrendo em alguns trechos arruamento calçado com largura variando de 8m a 3m, e noutros trechos a instalação foi desordenada, com becos e vielas estreitos, sinuosos e sem calçamento, nas proximidades do manguezal. Mediante consulta à base de dados topográficos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com curvas de nível de 1m/1m, sugere-se a possibilidade de implantar um sistema de esgotamento sanitário, com tubulações e duas estações elevatórias de esgotos. (ATHAYDE JÚNIOR & MELO, 2012)

O projeto apresenta a construção de três pequenas praças na região do trapiche público, na rua do Porto do Capim e uma terceira contando um centro cultural comunitário em uma área onde existe um campo de futebol utilizado pelos moradores, sendo uma alternativa pensada beneficiando a população com lazer e turismo.

Figura 06: Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Vila Nassau



Fonte: Dissertação O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Helena%20Tavares%20Gon%2B%C2%BAalves.pdf>>. Acesso em: 06 de janeiro em 2019.

Entendemos que quando o poder público não escuta a voz dos moradores das comunidades que passam por processos de exclusão social como o Porto do Capim, há uma tentativa de tornar invisíveis essas pessoas, e compreendemos que nos processos de intervenção não deve haver uma exclusão geral do poder público sobre as questões que afetam “esse outro”. Ao praticar a alteridade, o conceito de coletivo, de grupo, não apenas fortalece o entendimento técnico de arquitetos e urbanistas, de antropólogos, historiadores, e tanto outros que estudam grupos excluídos como o Porto do Capim, mas sim da política pública para a cidade, para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar que o urbanismo nada mais é que a busca por uma melhor qualidade de vida, baseado em princípios de sustentabilidade e interação social que visa o bem estar de bairros e comunidades, para tal o diálogo permanente do poder público com as áreas mais excluídas das cidades deve ser uma constante. A valorização do ser humano e do patrimônio é um ponto chave, levando sempre em conta a perspectiva dos usuários em relação ao meio em que estão inseridos, favorecendo a sustentabilidade e a interação social. Assim formaremos uma cidade o coletivo, gestado da “voz sem medo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Sigmund. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COMISSÃO, Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
- Workshop Construindo o Futuro**. Relatório Final. João Pessoa, 2000.
- _____. **Dossiê final das atividades de Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN/MinC, 2006.
- _____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FERREIRA, Marcos Michael Gonçalves; RODRIGUES, Herbet Candeia; SILVA, João Paulo da; FILHO, José Herculano; MEDEIROS, Ka

tilly Joyce Paulino de. **Porto Do Capim: Inclusão Social E Resgate Cultural Através Da Iniciativa “Porto Do Capim Em Ação” Na Cidade De João Pessoa.** Campina Grande, 2018. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA1_ID2706_03082018182255.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro em 2019.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O Porto e a Casa:** dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). (Mestrado) Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

HAHHERZZ, Uif. **Explorer laville.** Paris, Minuit, 1983. (orig. 1980).

JOFFILY, José. **Porto Político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Memórias Ribeirinhas: Porto do Capim.** João Pessoa: IPHAN; Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2011.

_____. **Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim.** João Pessoa: CPDCHJP, 2007.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento nº 1.501-T-02,** “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”. João Pessoa: IPHAN, 2002.

_____. **Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau.** João Pessoa: IPHAN, 2012.

SCOCUGLIA, J. **Revitalização Urbana e (Re)Invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2004.

VAINER, C. B. **Prática, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A Cidade do Pensamento Único.* Desmanchando consensos. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2002.

ALÔ PARAISÓPOLIS: DESENHO URBANO PARA O BAIRRO MARIA DE LOURDES LEITE

HELLO PARAISÓPOLIS: URBAN PLANNING FOR MARIA DE LOURDES LEITE NEIGHBORHOOD

HELEILTON MARTINS SANTOS DA COSTA MARANHÃO

Arquiteto e urbanista, Unipê, Heleiltonarquiteto@gmail.com

ALANA MALUF VILELA

Arquiteta e Urbanista, Unipê, alanamvilela@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresenta a construção de um desenho urbano para o Bairro Maria de Lourdes Leite conhecido como Paraisópolis, na cidade de Borborema, Paraíba. O Bairro surgiu com a implantação de um conjunto habitacional, através do Programa Minha Casa Minha Vida - 2 (PMCMV - 2) em 2013, situado na zona leste da cidade as margens do açude Borborema. O mesmo enfrenta diversos problemas urbanos característicos das áreas periféricas, sofrendo pela ausência de estudos prévios de expansão, carência de infraestrutura e serviços públicos, consequentemente agravados pelos problemas sociais e ambientais, nos quais intensificam o processo de segregação urbana. O presente trabalho teve como principal objetivo elaborar um desenho urbano que garantisse unidade ao tecido urbano, através de melhoria na infraestrutura, implantação de espaços públicos, equipamentos e serviços, levando em consideração os resultados obtidos na oficina participativa construída pelos moradores do bairro, diagnóstico e análise urbana. A proposta resultou em um desenho unificado que dotou a área de infraestrutura urbana, parque, equipamentos e serviços que melhoram a qualidade de vida dos moradores locais, trabalhadores e transeuntes, assegurando assim uma cidade justa e igualitária para todos presentes.

PALAVRAS CHAVES: Desenho urbano, Oficina participativa, Borborema, Bairro.

ABSTRACT

The following paper presents the development of a urban planning for Maria de Lourdes Leite neighborhood known as Paraisópolis, in the city of Borborema, Paraíba. The neighborhood rose with the implementation of a housing set, through the Program My House My Life -2 in 2013, situated in the East Zone of the city, by the surroundings of Borborema weir. The neighborhood faces several urban issues typical of border areas, suffering by the lack of preview studies of expansion, deficiency of infrastructure and public services, consequently worsen by social and environmental problematics, intensifying the process of urban segregation. The paper had as it's main purpose elaborate a urban planning that ensured unity to the urban fabric, through infrastructure improvement, implementation of public spaces, equipments and services, taking in consideration the results obtained in the participatory workshop developed with the local residents, diagnose and urban analysis. The proposal resulted in a plan that united the neighborhood to the urban fabric, endowing the area with urban infrastructure, parks, equipments and services that would uplift the quality of life of the local residents, workers and passersby, ensuring a fair and equal city for all presents.

Key words: urban planning; participatory workshop; Borborema; neighborhood.

INTRODUÇÃO

Segundo a ONU (2016), cerca de metade da população mundial vive atualmente em cidades. Com o crescimento da população, significa dizer que as cidades devem dispor serviços aos seus habitantes, compreendendo, infraestrutura adequada, saneamento básico, habitação, saúde, espaços seguros e uma boa mobilidade urbana.

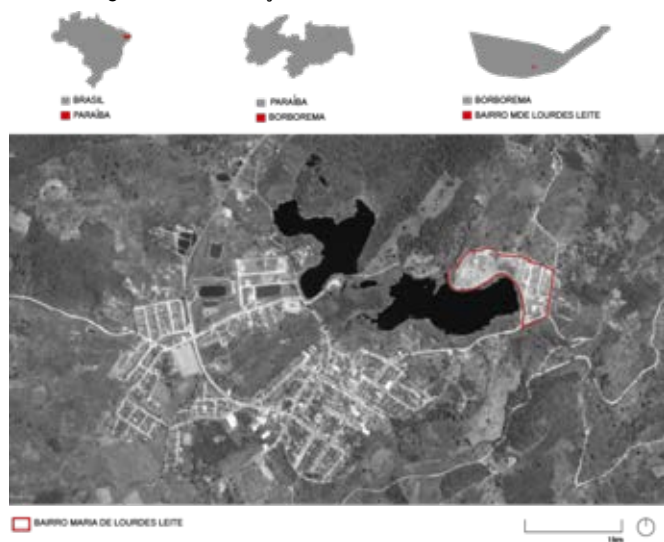
Transpondo para o cenário urbano brasileiro, com base nos dados demográficos do IBGE (2010), 84,4% da população reside em zona urbana, sendo a região sudeste a mais urbanizada com 92,95% e a região nordeste, comparadas as demais regiões do país é a de menor urbanização, correspondendo a 73,1%. Tais dados mostram um

elevado índice de urbanização e o aumento considerável da população urbana, tamanho e números de cidades.

A cidade de Borborema, segundo o IBGE (2010) tem uma população de 5.111 habitantes, sendo 73% residentes na área urbana e os 27% restante da zona rural. O bairro Maria de Lourdes Leite está situado na zona leste do município, ocupando uma área de 6 hectares. É denominado por alguns de seus moradores e visitantes como “Paraisópolis”, pois faz uma analogia a um bairro periférico de São Paulo, apresentado na teledramaturgia Brasileira no seu ano de fundação.

Figura 01: Localização nacional, estadual e municipal; e imagem via satélite do Município de Borborema e Bairro Maria de Lourdes Leite.

Fonte: Google Earth Pro. Edição: Heleilton Martins.



Diante das mais diversas transformações que vem ocorrendo no espaço urbano em especial pela rapidez da urbanização e uma ausência de estudos das áreas de expansão, e conseqüentemente agravamento dos problemas sociais e ambientais, pretende-se neste trabalho elaborar uma proposta de desenho urbano para o Bairro Maria de Lourdes Leite, na cidade de Borborema, levando em conta todas as preexistências já estabelecidas no bairro.

Frente a este cenário e dilemas que o local apresenta o que provoca a produção deste trabalho é inicialmente a maneira como o bairro se relaciona com tecido urbano, gerando repercussões negativas no desenho da cidade pela rápida transformação da paisagem do município

originado pela expansão urbana. A intensificação do processo de espraiamento, segregação urbana, impactos ambientais, ausência de infraestrutura básica, espaços e equipamentos públicos, e por fim, não menos importante, o não reconhecimento da comunidade em seu próprio local de morada, é o que intensifica a estigmatização do local pois assim afeta direta e indiretamente a qualidade de vida da população residente, trabalhadores e transeuntes.

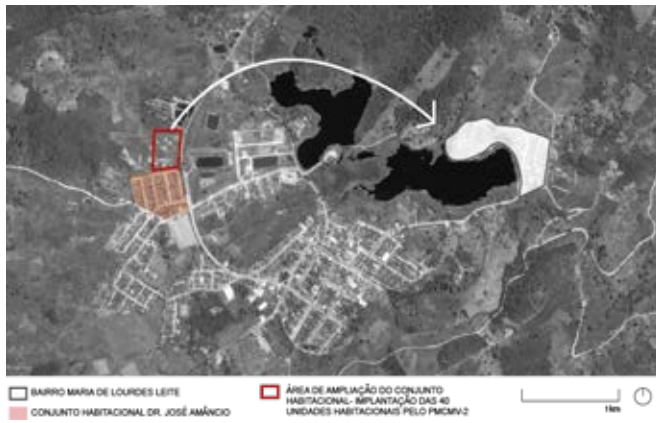
O artigo encontra-se estruturado em três momentos. No primeiro momento, construiu-se um breve contexto histórico, fundamental para compreender a e analisar o objeto de estudo. Em seguida foi feita toda a caracterização da área de estudo, mapas temáticos, visita em campo, oficina participativa, sendo possível compreender melhor a área e definir as tomadas de decisões. E por fim elaborou-se a um novo desenho urbano para o Bairro Maria de Lourdes Leite.

DESENVOLVIMENTO

Breve contexto histórico

O bairro nasce com a implantação do conjunto em agosto de 2013 (Lei nº 013/2013) com a construção de 40 unidades habitacionais pelo o Programa Minha Casa Minha Vida - 2, onde seria inicialmente uma ampliação do conjunto habitacional Dr. José Amâncio Ramalho (Ofício nº 87-2012) localizado em outro extremo da cidade, conforme ilustrado na Figura 02.

Figura 02: Mapa de Borborema com diagrama contendo posicionamento das comunidades em estudo



Com a mudança de governo em agosto de 2013, uma faixa de terra de 60.000m² foi desapropriada no chamado sítio Boa Vista (Lei nº 201/2013) tornando-se assim área de zona urbana, para as instalações do conjunto. Uma proposta feita pela prefeitura foi apresentada para a área, contudo não foi realizada por completo. Em consequência, o deslocamento da população para o conjunto habitacional sem o devido planejamento, resultou no desenfreado crescimento horizontal da área e mudança da paisagem, como ilustra na Figura 03.

Figura 03: Vista de satélite comparativa da área em estudo, mostrando a expansão ao longo dos anos.



Fonte: Google Earth Pro. Edição: Heleilton Martins

A expansão e ocupação da área deu-se rapidamente no sentido oeste, devido às doações de terrenos pelo governo municipal entre os anos de 2015 e 2016, além da implantação de 40 unidades habitacionais em duas quadras, como ilustrado na Figura 04. Segundo os dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foram doados 191 lotes para construção de habitação de interesse social. No ano de 2015 a gestão municipal intitulou a região como um novo bairro, o Bairro Maria de Lourdes Leite.

Figura 04: Delimitação dos terrenos destinado ao projeto original e doação de terrenos



Fonte: Google Earth Pro. Edição: Heleilton Martins

A ausência da participação popular na concepção do bairro, gerou uma repercussão negativa para o desenho da cidade e empoderamento social. Pois assim fomentou o estigma do local de habitação popular, e intensificou a segregação urbana, tantos em seus aspectos físicos quanto social. Objetivando dar voz a comunidade foi proposta a construção de uma oficina participativa, como instrumento de voz aos moradores e de direito a cidade.

Leitura do lugar: oficina participativa e partido urbanístico

Gatti (2013), afirma que a oficina participativa:

[...] é um importante instrumento de democratização da ampliação do canal de debate. Ela permite que as diretrizes projetuais do projeto sejam conhecidas pela população e que os grupos envolvidos possam se manifestar publicamente propondo alternativa e soluções aos problemas existentes. (GATTI, 2013, p.40)

Em busca de atingir o maior número de participantes na oficina, notou-se que os finais de semana seriam os dias mais propícios, em especial no turno da tarde. Observando a particularidade da área, foi realizado um trabalho de divulgação da oficina casa a casa com a entrega de convites, criando uma maior aproximação entre o pesquisador e a população local, também foram espalhados cartazes de divulgação, ilustrado na Figura 05

abaixo, em locais estratégicos sendo esses lugares de maiores fluxos de pedestres no objeto de estudo.

Figura 05: Cartaz convidando os moradores do bairro para a oficina participativa



Figura 05: Cartaz convidando os moradores do bairro para a oficina participativa

A metodologia adotada na oficina foi o de análise elaborado por Azevedo; Alonso e Loch (2009) em que consiste na classificação dos elementos urbanos em quatro categorias: *Manter*: são os elementos que devem ser mantidos no local de forma satisfatória destacando por seu valor; *Introduzir*, abarcar as carências do local, os componentes urbanos ausentes, mas necessários, úteis ou prazerosos, sendo imperioso ou oportuno sua implantação; *Melhorar*, corresponde a itens que existem no local e que devem permanecer no meio urbano mas que precisam de benfeitoria; e por fim *Erradicar*: refere-se aqueles elementos cuja existência ou localização é julgada indesejável de-

vendo ser relocadas retiradas do espaço urbano ou até excluídas.

O motivo da adoção desta metodologia foi devido a sua fácil compreensão, adequando-se a complexidade do objeto de estudo. A partir desse método não só foi analisado o olhar dos moradores para a área, mas sobretudo propostas que foram atendidas na elaboração do projeto de urbanização do bairro. A construção desse quadro foi o momento em que contou com a maior participação dos moradores, através do diálogo e críticas sobre a área.

Em seguida foi montado um quadro do MIME, definido nas quatro ações: *Manter, introduzir, melhorar e erradicar*. Para melhor abordagem e compreensão dos moradores, adotou-se o uso da palavra *eliminar* ao invés do termo *erradicar*.

Figuras 06 e 07: Atividades realizadas na oficina



Fonte: Heleilton Martins

Figura 08: Resultado do painel do MIME



Fonte: Heleilton Martins

Realizada a oficina, observou-se a necessidade de um diagnóstico mais aprofundado e leitura do lugar. Portanto foram montados esquemas espaciais de comportamento do bairro, apontando suas fragilidades e potencialidades, ilustrado na Figura 09 abaixo. Foi possível identificar espacialmente a estruturação do bairro, revelando suas características mais importantes e partir para o esquema conceitual do partido urbanístico.

Figura 09: Estrutura do lugar



Fonte: Heleilton Martins

O diagrama de estrutura do lugar somado à oficina, resultou em um esquema conceitual do partido, contemplado na Figura 10 abaixo, revelando as principais características e diretrizes projetuais que foram adotadas no projeto. Com a análise das normativas e partido montado, foram detectadas habitações na faixa de preservação permanente. Contabilizando um total de 24 imóveis a serem demolidos, nos quais 7 unidades em estado de vacância, 7 unidades em construção e 10 moradias em uso.. Sendo assim, a proposta deve contemplar ainda um projeto de regularização fundiária para os lotes doados pelo governo municipal.

Figura 10: Esquema conceitual do partido



Fonte: Heleilton Martins

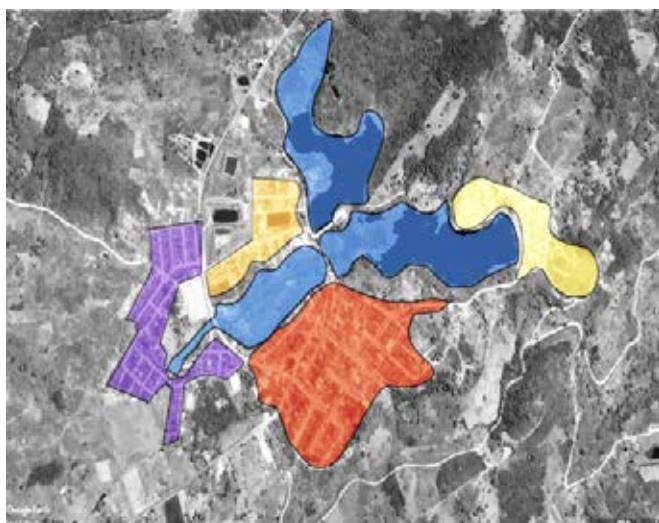
Concepção projetual

A partir da leitura do lugar e os resultados da oficina participativa, foi iniciada a delimitação do conceito, diretrizes projetuais, programa de necessidades e partido que fundamentaram o desenho urbano. Apoiado no quadro do MIME (Figura 08), procurou-se atender e priorizar os desejos da população, sendo assim observada a pertinência das implantações. Verificou-se o que se adequaria à área, e a intervenção enquanto conhecimento técnico gerou a adição de alguns equipamentos pertinentes ao programa de necessidades, ilustrado no quadro a seguir.

PROGRAMA DE NECESSIDADES			
OFICINA PARTICIPATIVA		INTRODUZIDOS	
EQUIPAMENTOS	QUANT.	EQUIPAMENTOS	QUANT.
Lavanderia Comunitária	01	Parque urbano	-
Praças	02	Academia ao ar livre	01
Parque Infantil	02	Mirante	01
Quadra Poliesportiva	01	Ponte para travessia de pedestre	01
Local oficinas	01	Deck de contemplação	01
Espaço para piscicultura	01	Parque molhado, rede de banho	01
Mobiliário urbano	-	Horta comunitária	01
Placa com nome do bairro	01	Quiosque	02
Pavimentação das vias	-	Área de pesca	02

O ponto de partida para a urbanização do bairro Maria de Lourdes foi conectar a área ao restante da cidade. A partir disso, iniciaram-se os estudos numa escala macro, objetivando entender todas as áreas da zona urbana do município. Desta análise observou-se que a cidade é fragmentada, majoritariamente devido a zona urbana ser dotada de recursos hídricos com três bacias d'água, ajudando na dispersão e fragmentação da cidade, ilustrado nas Figuras 11 abaixo.

Figuras 11 : Vista de satélite, com destaque para área das bacias d'água e a integração das mesmas.



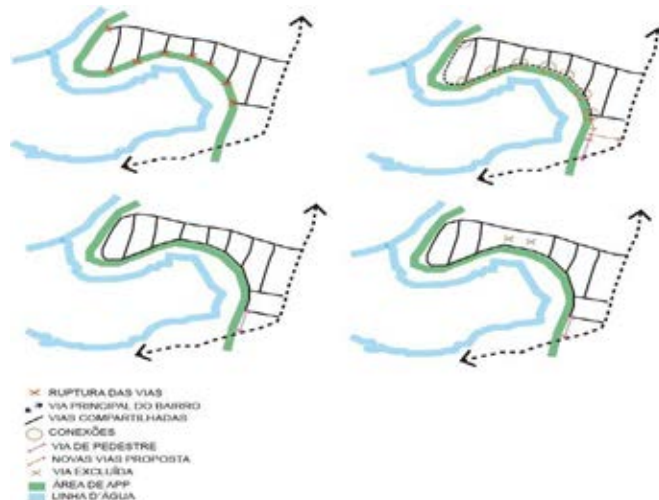
Fonte: Google Earth Pro. Edição: Heleilton Martins

Tendo isto em mente, procurou-se criar uma unidade no tecido urbano da cidade, sendo assim proposto como diretriz um parque linear às margens das três bacias funcionando como um elemento de integração.

Para tanto, primeiramente, foi concebido um novo parcelamento do solo, pois a partir dessas ações cada um dos lotes terá título de propriedade ou posse devido ao projeto de regularização fundiária para os lotes doados pelo governo municipal. Em seguida, foi sinalizado o redesenho das vias e quadras com a aplicação do novo Código Florestal, ilustrado na Figura 12 abaixo.

Quanto às áreas verdes e públicas, observa-se que o bairro está localizado em uma área de rico potencial ambiental e deve ser respeitado, de maneira que predomine estes para melhor integração urbana com a natureza e socialização dos moradores.

Figura 12: Resultado do desenho das vias com aplicação do código florestal e as rupturas criadas com a aplicação do mesmo.



Fonte e edição: Heleilton Martins

Em seguida foram elaborados diagramas conceituais, respeitando as análises das práticas sócio espaciais. Logo, definiram-se os locais estratégicos de intervenção, utilizando-se da topografia e os visuais das ruas como um elemento convidativo para utilização do parque, ilustrado na Figura 16 a diante.

O próximo passo foi a definição das áreas de lazer. As de cunho passivo serão os espaços em que os usuários recebem estímulos sensoriais, como os decks de contemplação, jogos de mesa e pesca. Já as áreas de lazer estimulam maior interatividade, como parques infantis, áreas esportivas e academia, ilustrado pelo diagrama na Figura 17 e detalhado pela tabela, ambos a seguir.

Figura 16: Diagrama de permeabilidade visual



Fonte e edição: Heleilton Martins

Figura 17: Diagrama de distribuições de atividades



Fonte e edição: Heleilton Martins

Nº	Atividade	Descrição
1	Saúde	Unidade Básica de Saúde existente, na qual serão expandidos seus serviços para mais especialidades, coletas de exames e atendimentos durante todos os dias da semana.
2	Educação	Unidade escolar em construção, com três salas de aulas deve ser ampliada de maneira que possa atender toda a população, tanto crianças, jovens, adultos ou idosos em diversos turnos. Espaço destinado à piscicultura, para pesca artesanal e educação ambiental aproveitando os recursos hídricos da área.
3	Sócio Econômico	Implantação de uma lavanderia comunitária, atendendo aos pedidos da oficina, para que as mulheres realizem suas atividades gerando emprego e renda. Hortas comunitárias em todas as quadras do bairro servindo agricultura urbana, além de oferecer renda para os moradores.
4	Cultural	Espaço multiuso para reuniões dos moradores, oficina de artesanato, missas, cultos e aulas de danças populares.
5	Esporte	Implantação de quadras poliesportivas, academia ao ar livre permitindo o bem-estar e socialização dos moradores, além de incentivar esportes aquáticos no açude Borborema.

Por fim, a definição do parque linear na faixa de preservação permanente, ilustrado pela Figura 18 abaixo, foi o principal instrumento para qualificação da área, pois contempla diversas atividades que procuram suprir as necessidades da plural população que ali vive. Com a intenção de prever avanços futuros, foi proposto um cinturão verde com objetivo de barrar a expansão urbana em áreas rurais.

A proposta traz uma identificação de um bairro acolhedor, compacto e multifuncional, e principalmente integrado a zona urbana e rural, descontróí a ideia de um espaço negligenciado representado pelas margens da zona urbana, e passa a ser uma das portas da cidade de Borborema-PB.

Figura 18: Masterplan da proposta final

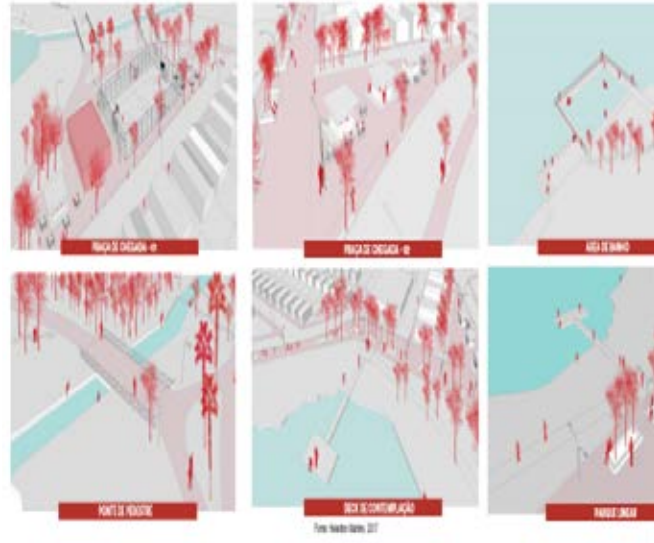


Fonte e edição: Heleilton Martins

As ofertas de espaços de lazer, ilustradas na Figura 19 a seguir, propõe recreação e descanso sombreado. A fim de fomentar uma maior interação entre os locais e o corpo d'água presente, foram propostos decks de madeira que permitam pesca artesanal, lazer, contemplação, além de áreas destinadas ao banho assim tornando-o seguro.

Foram também previstos locais para estacionamento de motocicletas e amarração de animais, pois este é um dos principais meios de transporte local. A promoção da economia local foi proposta através de pontos de comércio facilitando a ligação da zona rural para encontrar o que desejam na área urbana, assim como uma agenda prevista para uma feira local, incitando o contato entre moradores rurais e urbanos.

Figura 19: Montagem com vistas da volumetria final da proposta



Fonte e edição: Heleilton Martins

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do desenho urbano para o Bairro Maria de Lourdes Leite permitiu investigar a importância do planejamento para qualquer área de expansão da cidade, e os reflexos negativos da concepção de novos bairros periféricos desenvolvidos a partir da ausência de um estudo prévio. Sendo assim, a proposta seria uma oportunidade que possibilitaria integrar o bairro com o tecido da cidade.

Um outro destaque para construção desse trabalho foi a realização da oficina participativa que contou com os mais diferentes atores urbanos do bairro e entorno, onde foi possível melhor diagnosticar a área e visando atender seus anseios, além de criar uma melhor relação entre o conhecimento técnico-científico e o olhar dos moradores locais, dando-lhes a oportunidade de pensar e construir uma cidade sadia a partir da participação popular, mediando de maneira ímpar os conhecimentos adquiridos durante a graduação e a realidade das cidades brasileiras.

Espera-se, portanto, que a contribuição por meio desta proposta do desenho urbano venha trazer subsídios para diferentes áreas de pesquisa e intervenção não apenas a cunho urbanístico, mas também social e de política pública, pois não só o bairro se beneficia de melhorias, mas a cidade também compartilha desse desenvolvimento.

ALONSO, Patrícia; AZEVEDO, Maria Helena; LOCH, Sílvia. **Construindo Relações entre leitura espacial e prática projetual: Uma metodologia para ensino de projeto urbano**. In: IV Projeter 2009, São Paulo. Projeto como investigação: Antologia. São Paulo: Altemarket, 2009.

GATTI, Simone. **Manual dos espaços públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo: ABCP, 2013.

MARANHÃO, Heleilton Martins S da C. **Proposta de urbanização do bairro Maria de Lourdes Leite: Borborema-PB**. Monografia (Graduação em arquitetura e urbanismo), Centro Universitário de João Pessoa, João Pessoa, 2017.

IBGE, Instituto de Desenvolvimento de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em: <www.censo.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 de julho de 2017.

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Relatório das nações unidas, 2016**. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

AS CASAS MODERNISTAS DE AUGUSTO REYNALDO: OS DESAFIOS DE SUA CONSERVAÇÃO E RESTAURO

THE MODERNIST HOUSES OF AUGUSTO REYNALDO: THE CHALLENGES OF ITS CONSERVATION AND RESTAURATION

MARIA ANTÔNIA SALDANHA PESSOA DE QUEIROZ

Maria Antônia Saldanha Pessoa de Queiroz é mestrandanda do MDU-UFPE (2019). Arquiteta e urbanista pela UFPE (2018). Administradora de empresas pela UPE (2013). E-mail: antoniasaldanha@hotmail.com

RESUMO

As Casas Modernistas (1958) são dois imóveis geminados de autoria do arquiteto pernambucano Augusto Reynaldo (1924-1958), cujo projeto traduz princípios compositivos comuns a exemplares da arquitetura moderna. As Casas são classificadas como Imóveis Especiais de Preservação (IEP) desde o ano de 2014, o que faz delas exemplares isolados de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural do Recife. Além do reconhecimento do interesse patrimonial, o título de IEP visa resguardar o bem de descaracterizações. Entretanto, os imóveis sofreram sucessivas ações de depredação que puseram em risco esse patrimônio material. O estado atual das Casas Modernistas exige um cuidadoso restauro, que envolve desafios na esfera teórica da conservação da arquitetura moderna e nos domínios da técnica e material do edifício. Tendo como base o marco teórico e metodológico da teoria da restauração e o conhecimento dos atributos patrimoniais e valores atribuídos aos imóveis, foi possível vislumbrar caminhos para a construção de diretrizes projetuais com respeito à sua significância cultural. A análise do estado de conservação do bem, os resultados advindos da dinâmica realizada e as orientações da teoria da restauração possibilitaram a elaboração de diretrizes de conservação

para uma das Casas Modernistas, materializadas tanto em forma textual como gráfica.

PALAVRAS CHAVES: Casas Modernistas; Recife; Conservação da arquitetura moderna; restauro da arquitetura moderna.

ABSTRACT

The Modernist Houses (1958) are two semi-detached houses buited by the architect from Pernambuco August Reynaldo (1924/1958). The project translates compositional principles common to exemplars of modern architecture. The houses are classified as Special Preservation Properties (IEP) since 2014, this make them isolated examples of significant architecture for the historical, artistic and/or cultural patrimony of Recife. The title of IEP aims to protect the good from its decharacterization. However, the properties underwent successive depredation actions that put in alert this material patrimony. The current state of the Modernist Houses requires careful restoration, which involves challenges in the theoretical sphere of modern architecture conservation and in the fields of building technique and material. Based on the theory of restoration theoretical and methodological mark and the knowledge of its patrimony attributes and the values it was attributed, it was possible to comprehend ways to build arcetronics guidelines that sought respect its cultural significance. The analysis of the property's conservation state, the confrontations of the results accrued from the group dynamic and orientations of the theory of restoration made possible the elaboration of conservation guidelines to one of the Modernist Houses materialized both in textual and graphic form.

KEYWORDS: *Modernist Houses; Recife; Modern architecture's conservation; Modern architecture's restoration.*

INTRODUÇÃO

É na zona norte do Recife, em uma via de alta circulação de pessoas, que se encontram as Casas Modernistas (1958), assim conhecidas na cidade. São dois imóveis geminados, sob os números 625 e 639, de autoria do arquiteto e artista plástico Augusto Reynaldo (1924-1958) cujo projeto traduz princípios compositivos comuns a exemplares da arquitetura moderna.

As Casas Modernistas, antigas moradias, são classificadas como Imóveis Especiais de Preservação (IEP), que de acordo com a Lei municipal N° 16. 284/97, são exemplares isolados de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife. Segundo a mesma lei, o título de IEP deve resguardar o bem de sua descaracterização. No entanto, na prática, não é isto que tem ocorrido nas referidas casas geminadas.

Desde 2014, essas edificações abrigaram constantes cenas de vandalismo com graves consequências para o patrimônio. O proprietário, que é o mesmo dos dois imóveis, negligenciou a atenção necessária à sua preservação, o que culminou em processos judiciais determinando a recuperação das características originais das Casas e as devidas providências para impedir novas depredações.

O embate entre o poder público, proprietários e a (não) conservação das Casas Modernistas, que tanto contam sobre a história da arquitetura e memória da cidade, demonstram que a arquitetura moderna ainda é um patrimônio considerado vulnerável.

Ainda são poucos os exemplares modernos com seus valores reconhecidos, pois “desconhece-se que a arquitetura moderna representa um momento histórico, um modo de fazer, não apenas um estilo, mas um método. É reflexo de uma sociedade, de um padrão cultural, econômico, intelectual” (SILVA, 2012, p.42).

Soma-se a essa luta, outro desafio: como se dará o cuidadoso restauro das edificações modernas. Que princípios deverão guia-lo? Este Trabalho de Graduação¹ tem como objetivo geral construir diretrizes projetuais de restauro para as Casas Modernistas, visando restituir sua unidade potencial e minimizando danos à matéria autêntica.

Como objetivos específicos, este trabalho buscou: relacionar lacunas existentes entre a legislação e as consequências causadas nos imóveis; discutir os desafios par-

¹ O Trabalho de Graduação teve como orientadora a professora Flavianna Barreto Lira, sendo a sessão pública de apresentação realizada no dia 19/12/2018.

ticulares da conservação da arquitetura moderna e seus rebatimentos na teoria do restauro em relação à arquitetura tradicional; entender como a teoria da via crítica do restauro suporta o embasamento teórico metodológico para os desafios impostos pelas Casas Modernistas.

Para alcançá-los, buscou-se firmar o arcabouço teórico necessário para conduzir as identificações, análises, julgamentos e decisões que antecederam essas diretrizes projetuais. Para tanto, a metodologia adotada para a construção destas investigações estruturou-se em três etapas.

Na primeira, buscou-se compreender as características da arquitetura moderna e o contexto dos imóveis. Como procedimento metodológico, foi feita uma revisão bibliográfica de Paula Silva (2012), além de pesquisas por meio dos relatórios de visitas, do parecer técnico e da declaração de significância elaborados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC). Ainda, foi realizada uma breve análise da legislação vigente e buscas de notícias através de jornais, redes sociais e processos judiciais.

A etapa seguinte procedeu-se, através dos textos de Beatriz Kühl (2005, 2008) e Susan MacDonald (2003), a uma investigação teórica acerca da teoria da restauração e as particularidades que envolvem a arquitetura moderna nesse contexto. Para enriquecimento dessa exploração, foi demandada dois estudos de caso, sendo realizada uma visita de campo a Casa Kubitschek, em Belo Horizonte, e pesquisas em artigos e relatos dos projetos realizados.

Na última, tomando como base todo o referencial levantado na segunda parte da pesquisa, foi realizada a análise do estado de conservação atual do bem. Para tal, se utilizou do acervo fotográfico já existente e também da própria autora realizado nas visitas de campo aos imóveis. Foram feitas consultas aos especialistas e ao texto de Silvio Zancheti (2014) para subsidiar as posteriores propostas das diretrizes projetuais de restauro ao objeto de estudo.

As etapas metodológicas definiram a estrutura deste documento, que se dividiu em três capítulos intitulados:

Capítulo I: “As Casas de Augusto Reynaldo e o contexto da Arquitetura Moderna”; Capítulo II: “Critérios e desafios da conservação e restauro da arquitetura moderna”; e Capítulo III: “Diretrizes gerais para o restauro”.

DESENVOLVIMENTO

1. Os atributos da arquitetura moderna

A arquitetura moderna surgiu, no mundo ocidental, como resultado de uma época evidenciada por transformações europeias. O período foi extenso, marcado pelo avanço da industrialização, surgimento de diferentes meios de locomoção, guerras e suas destruições e reconstruções, novas demandas e que trouxeram, como consequência, reformulações dos padrões sociais e formais da sociedade e do modo de projetar.

As edificações existentes passaram a não atender satisfatoriamente às necessidades das cidades que cresciam demasiadamente e o cenário industrial que se instalava no momento era precursor da produção em série e baixo custo. O moderno também estava associado às intenções positivas de mudanças sociais.

A produção arquitetônica do período que consiste entre os anos 1920 a 1980, é, por consenso de diversos teóricos, a síntese do que define a arquitetura moderna (MOREIRA e NASLAVSKY, 2009). Essa síntese se estabelece pela arquitetura que conduziu a ruptura com a forma, o projeto e o uso de materiais da arquitetura até então existentes (ZANCHETI, 2014). Instituiu uma nova cultura construtiva, fazendo uso de novas tecnologias, materiais e soluções estruturais, que originou uma forma distinta de compreensão das qualidades espaciais (ZANCHETI, 2014).

Segundo Paula Silva (2012) é possível estabelecer uma síntese dos atributos da arquitetura moderna: i) características gerais: forma e estrutura; ii) os materiais: qualidade não material; iii) tecnologia; iv) flexibilidade funcional; v) aberturas: transparência, interconexão e interpenetração; vi) qualidade do espaço interno; vii) racionalização; viii) o envelope: flexível ou condicionado; ix) imagem fo-

tográfica; x) relação como sítio; xi) significados não evidentes; xii) integração das artes; xiii) temporalidade; xiv) monumentalidade versus estética do vazio; xv) a influência da tradição na arquitetura moderna.

O intuito nesta etapa do trabalho foi de detalhar as especificidades do período moderno no contexto nacional. Além disso, buscou-se o referencial teórico na tentativa de clarear a compreensão individual de cada característica, a fim de contribuir para a precisão metodológica necessária ao julgamento posterior dos atributos e análises realizadas no objeto de estudo.

2. As Casas Modernistas da Av. Rosa e Silva

Foi nessa conjuntura do movimento moderno, guiado pelo paradigma da fluidez espacial, que Augusto Reynaldo (1924-1958) projetou as Casas geminadas ou, mais conhecidamente, as Casas Modernistas (1958). São localizadas na zona norte do Recife, em um terreno com aproximadamente 900m², com um muro central ao meio dividindo os dois lotes, acessos independentes com suas plantas espelhadas.

As Casas Modernistas apresentam atributos comuns a produção arquitetônica moderna, típica do século XX. Suas características gerais com os volumes dos quartos que, suspensos por blocos recuados revestidos por pedras naturais, asseguram o sombreamento e ressaltam o jogo dos cheios e vazios. Ainda, a disposição dos volumes superiores proporciona um terraço vazado e fluido no térreo como local de convívio social.

As formas retangulares, simples e ortogonais; as aberturas generosas de portas e janelas bem definidas; a implantação no terreno com um generoso jardim frontal; a preocupação do arquiteto com a ventilação e iluminação, são atributos que fortalecem a relação interior e exterior da edificação.

A divisão setorial funcional, tão comum ao moderno, é traduzida nesse projeto em três distintos setores bem definidos: social, serviço e área íntima. A relação entre os planos, as diferentes texturas e cores, os distintos ar-

ranjos de esquadrias e a marcação da varanda revelam a riqueza plástica criada pelo arquiteto. É possível, ainda, perceber a integração das artes através de painéis artísticos azulejados. Os painéis, usados como revestimento de superfícies em algumas paredes, se tornam, simultaneamente, protagonistas do projeto.

Figura 01: Casas Modernistas de Augusto Reynaldo, ainda em bom estado de conservação



Fonte: Mariana Alves, 2008

Figura 02: Imóvel nº 625, ainda em bom estado de conservação



Fonte: Mariana Alves, 2008

3. A proteção legal dos imóveis: sobre lacunas e algumas possibilidades

As Casas Modernistas, antigas moradias, são classificadas, através do Decreto nº 28.823/2015, como Imóveis Especiais de Preservação (IEP) que, de acordo com a Lei municipal N° 16. 284/97, são exemplares isolados

de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife.

A Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), setor responsável pela justificativa da inclusão das Casas Modernistas no rol de IEP municipais, atribuiu, no Parecer Técnico de 2014, os valores que conformam sua significância: Valor artístico; Valor histórico; Valor cultural e Valor de existência.

O título de IEP deve resguardar o bem, preservando-o. Não é permitido qualquer ação que caracterize demolição, descaracterização dos seus elementos originais, alteração da volumetria e da feição da edificação original (RECIFE, 1997). No entanto, ações proibidas por lei ocorreram com frequência nas referidas Casas geminadas.

Desde o ano de 2014, ainda no andamento do processo de classificação como IEP, as Casas Modernistas abrigaram intensas cenas de vandalismo e ações de descaracterização, findando em graves consequências para o patrimônio: forros quebrados, banheiros parcialmente destruídos, azulejos danificados, remoções de portas, janelas, sendo também pichadas as obras de arte integradas ao projeto.

Além dos documentos técnicos elaborados por parte do órgão responsável, as manifestações recorrentes da sociedade civil contra os descuidos às Casas Modernistas também tiveram forte papel nas ações fiscalizadas em defesa do patrimônio da cidade.

Figura 02: Imóvel nº 625 após ações de depredações



Fonte: Maria Antônia S. P. de Queiroz, 2018

As manifestações foram essenciais e representaram uma forma de validação, por outros atores sociais, dos valores atribuídos às Casas Modernistas. Tendo a sociedade um papel fundamental na construção da identidade do lugar, esses atos demonstraram a importância da sua preservação e sua relação, também afetiva, com o bem.

As Casas desafiam o tempo da sobrevivência e sua “não-conservação priva a sociedade das suas raízes, da sua identidade e também do conhecimento, elementos indispensáveis ao processo de criação e, portanto, de inovação” (LACERDA, 2012). Não se deve ter o “direito de apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que os bens são portadores” (KÜHL, 2008).

O modernismo foi uma página da história que deve ser entendida como herança de um povo e que não pode ser esquecida. Como afirma Silva (2012, p.42), “desconhece-se que a arquitetura moderna representa um momento histórico, um modo de fazer, não apenas um estilo, mas um método. É reflexo de uma sociedade, de um padrão cultural, econômico, intelectual”.

No campo da conservação, a teoria do restauro traz o lastro teórico e metodológico fundamental para a ação projetual dos imóveis preservados. O desafio é rebatê-lo em soluções de projeto comprometidas com os valores atribuídos ao bem e com manutenção da autenticidade de sua matéria e de seu espírito.

4. Breve histórico da preservação e a via crítica do restauro

Enquanto ato histórico-crítico, o restauro, de modo mais amplo que o filológico, considera não só os aspectos documentais da obra, mas também os estéticos. É significativa a contribuição de Cesare Brandi ao tratar a obra de arte como dupla instância: estética, por meio da qual a obra de arte é considerada obra de arte; e histórica porque foi realizada pelo homem em um determinado tempo. É, em outras palavras, a obra de arte vinculada ao seu tempo histórico e o documento histórico instituído de uma configuração (KÜHL, 2008).

Brandi entendia a obra de arte como produto fundamental da atividade humana e que só era reconhecida como tal a partir da apreensão pela consciência das pessoas. Para que esse reconhecimento perdurasse, ele propôs dois axiomas centrais na sua teoria: “deve-se restaurar apenas a matéria da obra de arte”, posto que a ideia do artista é pura, mas a matéria da obra se degrada, por isso intervir apenas nesta (BRANDI, 2004). Deve-se, também, restabelecer a “unidade potencial da obra de arte” sem cometer um falso histórico ou artístico (BRANDI, 2004).

A partir da perspectiva da via crítica do restauro, ainda hoje válida e não superada, alguns princípios fundamentais devem ser perseguidos ao se realizar intervenções projetuais sobre bens de interesse cultural, são eles: o princípio da distinguibilidade, da reversibilidade, também chamado de re-trabalhabilidade, da mínima intervenção, da compatibilidade entre materiais e técnicas construtivas e do equilíbrio entre as instâncias estética e histórica.

Importante ressaltar que tais princípios são primordiais na orientação da ação projetual, mas a definição da atuação será em conjunto com a compreensão da significação cultural da obra, da sua condição material e de suas características singulares (CARTA DE BURRA, 1980).

5. Desafios da conservação da arquitetura moderna

As particularidades que envolvem o campo da conservação da arquitetura moderna trazem novos desafios à teoria contemporânea da conservação. Devem ser compreendidas e requerem uma reflexão cuidadosa com o objetivo de salvaguardar seus atributos e valores.

Susan Macdonald (2003), ao buscar clarear as particularidades e desafios práticos da arquitetura moderna com vistas à sua conservação, identifica sete aspectos: i. projeto e funcionalismo; ii. tempo de vida; iii. materiais; iv. detalhamento; v. manutenção; vi. pátina do tempo; vii. reconhecimento.

Pode-se adicionar aos desafios elencados por Macdonald (2003), a constante influência dos especialistas e arquitetos responsáveis pelo projeto nas intervenções futuras ao bem.

As particularidades e questionamentos são abordados neste trabalho de forma detalhada no intuito de demonstrar que essas novas problemáticas surgiram no decorrer das experiências ocorridas na conservação da arquitetura moderna. Todavia, é entendido que não é necessária uma teoria específica para tal e é consenso que sua conservação siga os preceitos teóricos da arquitetura dita tradicional.

A problemática do restauro de uma obra do século XX não difere daquele referente a obras antigas, desde que se analise a complexidade com o mesmo rigor teórico, metodológico e científico (SALVO, 2006).

É o reconhecimento dos valores que fornece os subsídios para o julgamento da significância do edifício e que vai guiar as ações de conservação da obra moderna. Compreender a importância dos significados nas obras patrimoniais modernas é fundamental para protegê-las para as futuras gerações.

6. Estudos de caso: Casa Kubitschek e Catedral de Brasília

Como já explicitado, entende-se que o conjunto de reflexões que compõe a chamada teoria do restauro, formulada para bens de arquitetura tradicional, se presta como embasamento às ações de preservação e restauro da arquitetura moderna.

Traz-se aqui, nessa etapa do trabalho, dois exemplos de intervenções em edifícios modernos pertencentes ao patrimônio cultural. São eles: a Casa Kubitschek e a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida (Catedral de Brasília).

Os casos dos bens demonstrados sofreram intervenções que foram analisadas, neste trabalho, sob a ótica da via crítica do restauro. Mesmo com as distintas soluções dadas a cada um dos casos, o estudo detalhado em relação às particularidades desses exemplares mo-

ernos, torna-os contribuições importantes no campo da preservação e de grande valia como subsídios para decisões futuras de ações projetuais².

A fim de demonstrar os desafios da conservação do moderno em um caso prático considerou-se, também, importante a breve apresentação do restauro no edifício Pirelli como uma máxima de superação, a partir da aplicabilidade da teoria de Brandi e também dos preceitos éticos e científicos do restauro crítico.

As reflexões e análises das intervenções realizadas na Casa Kubitschek e Catedral Metropolitana de Brasília foram contribuições importantes para compreender a importância da aplicação dos princípios da via crítica do restauro. Analisar a operacionalização das ações contribuiu para ampliar as reflexões acerca da conservação e restauro dos bens modernos, no que tange sua matéria e espírito.

7. Análise preliminar do estado de conservação do imóvel

Além dos desafios “inatos” à conservação da arquitetura moderna elencados por Macdonald (2003), as casas modernistas de Reynaldo sofreram também com sua destruição deliberada e a negligência do proprietário. Muito já se perdeu de suas características originais. Como restituir sua unidade potencial perdida, utilizando a noção de Cesare Brandi? E mais, como fazer isso sem cometer um falso histórico e sem comprometer a autenticidade das partes restantes?

A definição das posturas de intervenções a serem seguidas necessitará de um julgamento que precisa considerar seu impacto direto na permanência, resgate ou adição de valores ao bem. Fez-se, então, neste trabalho, uma análise preliminar acerca do estado de conservação da casa nº 625. A intenção foi de, através de fotografias e outros registros, compilar o máximo possível de elementos para servir como suporte à realização das posteriores intervenções.

² Há, na literatura, muitos estudos de caso, alguns até com ineditismo em publicações. No entanto, a escolha dos objetos de estudo elencados nesta etapa do trabalho se justifica por apresentar grande potencial em orientar as intervenções necessárias às casas.

As análises indicaram que, a partir do momento que o imóvel deixou de ser utilizado, sua deterioração foi mais rápida. A falta de manutenção da edificação também agravou a ação da degradação. As ações humanas de depredação são os danos mais visíveis na edificação, acelerando o seu processo de perdas arquitetônicas e construtivas. Entretanto, as partes necessárias para compreender o seu “todo” ainda permanecem com sua integridade parcialmente mantida, tornando-se, assim, a edificação apta à restauração.

Entende-se que as propostas de intervenção voltadas à casa estudada deverão prever retardar ao máximo o processo de decadência da materialidade restante. Entretanto, será necessário restituir os elementos já perdidos e, assim, a unidade potencial da edificação. As soluções mais adequadas para seu restauro deverão ter vistas à significância cultural, integridade e autenticidade do bem.

No campo da conservação, a teoria do restauro traz o lastro teórico e metodológico fundamental para a ação projetual dos imóveis preservados. As ideias de Cesare Brandi vêm como subsídio para a conceituação do projeto arquitetônico na preexistência patrimonial.

8. Dinâmica: valoração do bem e posturas projetuais

Foi realizada uma dinâmica entre especialistas que representou um momento decisivo para a construção das posturas projetuais para se intervir nas Casas Modernistas. Os desafios inerentes à conservação da arquitetura moderna e às particularidades que envolvem o processo de arruinamento das duas Casas, somados ao interesse acadêmico neste projeto, impulsionaram a construção dessa atividade.

Os olhares da sua montagem e formatação estavam atentos também a conciliar a teoria contemporânea do restauro com as futuras decisões da gestão pública que envolvem estes imóveis. A dinâmica, foi dirigida e

elaborada pela aluna Maria Antônia e pela orientadora, professora e arquiteta doutora Fláviana Lira³.

O instrumento de consulta foi elaborado com o objetivo de identificar, na opinião dos atores consultados, qual o grau de importância de cada ambiente que compõe as Casas Modernistas e quais posturas os especialistas recomendariam para cada atributo previamente determinado em cada um desses ambientes.

Na primeira etapa, cada ambiente do imóvel foi representado por uma fotografia impressa e foi solicitado que o grupo ordenasse cada ambiente de acordo com o grau de importância, resultando no conteúdo da ficha 1.

Após essa etapa concluída, foi dado início a dinâmica com a ficha 2. Aqui, foram apresentados os atributos constituintes de cada um dos dezessete ambientes da casa (os mesmos já hierarquizados com a aplicação da ficha 1) e era solicitado que se definisse a postura projetual mais pertinente a cada atributo listado⁴.

Foram estabelecidas quatro diferentes posturas para que os especialistas escolhessem apenas uma dentre elas para o tratamento de cada atributo: i) atributo perdeu as qualidades e poderá ser modificado, ii) restauração: “restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido” (Carta de Burra, 1980), iii) consolidação do seu estado atual ou iv) refazimento com novas técnicas e materiais. Aos especialistas, portanto, era solicitado que se escolhesse, para cada atributo, a postura que julgasse mais adequada.

A sistematização dessa experiência significou um aprofundamento nas reflexões acerca da conservação da arquitetura moderna, tendo o imóvel nº 625 como objeto empírico. A dinâmica representou uma rica oportunidade de pensar uma edificação moderna fundamentan-

do-se num método claro de construção das posturas de intervenção sobre o bem, validada coletivamente, permitindo o estímulo de ideias debatidas visando a conservação do patrimônio histórico.

9. Propostas de diretrizes projetuais

Qualquer intervenção em objetos patrimoniais deve ser precedida de uma série de procedimentos que, de acordo com Zancheti (2014), se organizam em etapas de identificação, análise, julgamento, para, enfim, se alcançar a decisão.

Para o corrente trabalho, a etapa de identificação se baseou no levantamento das características arquitetônicas das Casas Modernistas e da constatação das mudanças estruturais que aconteceram ao longo do tempo nas edificações e no seu entorno. A análise, consistiu no reconhecimento dos atributos materiais e imateriais do bem.

O julgamento, seguindo o pensamento brandiano, deve ser pautado em uma “profunda análise do objeto, enquanto produto da ação humana, portanto circunstanciada historicamente” (ZANCHETI, 2014, p. 11). O julgamento, neste trabalho, correspondeu ao processo de valoração do imóvel marcado pela construção da Declaração de Significância. Também foi parte da etapa do julgamento, a valoração através da hierarquização dos ambientes do imóvel, resultado da aplicação da ficha 1 da dinâmica com os especialistas.

As decisões levaram a autora a propor diretrizes projetuais, ou também denominadas de condutas, para o trabalho de restauro da Casa nº 625, com o intuito de manter ou resgatar os valores atribuídos na Declaração de Significância. Para tal, foram baseadas nos seguintes principais referenciais: a aplicação da ficha 2 da dinâmica que permitiu, juntamente com o grupo de especialistas, estabelecer recomendações de posturas de intervenção para cada atributo e as orientações da teoria da restauração, que inclui a atenção nas particularidades da arquitetura moderna.

³ A consulta se fez a um grupo de especialistas: representantes da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife (DPPC) e integrantes da empresa Jorge E. L. Tinoco Restauração e CECI/Curso Gestão de Restauro.

⁴ Os atributos foram identificados, previamente, através da pesquisa bibliográfica e iconográfica da autora e, assim, classificados separadamente por cada ambiente.

Foi a aplicação dos princípios da via crítica do restauro que balizou a definição das soluções de restauro desses cômodos. Houve, no trabalho, a tentativa de rebatê-los nas decisões de modo a contribuir para manter ou ampliar a noção de autenticidade e o comprometimento com os valores atribuídos ao bem.

As diretrizes projetuais foram realizadas para os atributos de todos ambientes do imóvel, complementando as partes faltantes com soluções específicas para cada particularidade⁵. Para tentar traduzir o que seriam essas diretrizes na prática do projeto de restauro, buscou-se simular algumas possíveis soluções. Para realizar essas simulações projetuais, traz-se aqui apenas três ambientes da casa: o banheiro social, o terraço e o jardim frontal.

Figura 04: Simulação projetual realizada pela autora para o banheiro social



Fonte: Maria Antônia S. P. de Queiroz, 2018

⁵ Para a compactação do Trabalho de Graduação neste artigo, não foi possível detalhar as diretrizes projetuais estabelecidas a todos os ambientes do imóvel.

Figura 05: Simulação projetual realizada pela autora para o jardim frontal



Fonte: Maria Antônia S. P. de Queiroz, 2018

Figura 06: Simulação projetual realizada pela autora para o jardim frontal



Fonte: Maria Antônia S. P. de Queiroz, 2018

Através dessas condutas ilustradas graficamente na simulação projetual, será restabelecer a integridade do imóvel, de modo a atender as necessidades atuais, com vistas ao equilíbrio entre as instâncias estética e histórica.

Todas essas diretrizes projetuais buscaram maximizar os benefícios visando a manutenção dos valores atribuídos ao imóvel, e minimizar as perdas que ocorreriam caso não houvesse os devidos cuidados e detalhes sugeridos nesse guia de condutas.

Assim, a fim de conservar o valor de localização/referência na paisagem, deve-se evitar acréscimos e outras alterações que comprometam a compreensão a volumetria do imóvel. As suas fachadas deverão ser restauradas

por entender que o restabelecimento ao estado anterior conhecido proporcionará o retorno da legibilidade do estado do imóvel mais significativo na imagem da memória dos diversos atores. Entretanto, preservar a pátina do tempo proporcionará o respeito histórico ao bem.

O valor artístico deve ser resgatado a partir da tentativa da recuperação de sua composição formal e plástica, através do restauro dos diferentes materiais, cores e texturas. Todas as esquadrias do imóvel também devem ser restauradas para que sejam retomados os diferentes arranjos estéticos e soluções anteriormente existentes.

Visando manter o seu valor histórico e valor cultural, compreende-se a importância de devolver à casa, a sua máxima integridade, preservando sua autenticidade, para que não se perca o status de patrimônio arquitetônico moderno, no sentido de herança e de memória social.

Suas características originais de fachada precisam ser restauradas e um uso compatível precisa ser urgentemente estabelecido para que o imóvel retome a representatividade “de sua época e dos modos de vida a ela associados” (DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA, 2018). Com isso, será possível preservar o valor de autoria e valor existência, visto que estes são os últimos exemplares de imóveis projetados por Augusto Reynaldo na cidade do Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos exemplares de residências modernas já desapareceram em Recife e, com isso, os traços de gerações passadas foram apagados e as gerações futuras privadas da possibilidade de conhecê-los (KÜHL, 2008). Foi buscando entender e desvendar a complexidade do patrimônio moderno que esta investigação foi conduzida.

O presente trabalho procurou, então, explanar as particularidades das duas Casas Modernistas de Augusto Reynaldo, que sofreram intensas ações de vandalismo nos últimos anos, e abrir caminhos para a discussão acerca de sua conservação e restauro.

Conforme exposto, a classificação das Casas Modernistas como Imóveis Especiais de Preservação, assegurada por lei, não tem sido suficiente para salvaguardar esses exemplares arquitetônicos significativos da cidade. A sociedade tem seu papel definido, pois é ela quem vai atribuir os valores ao bem, seja através de grupos ou instituições, interação dos indivíduos e/ou movimentos sociais.

O poder público também deve cumprir suas funções de proteger o patrimônio fazendo valer o instrumento legal e, assim, minimizar a vulnerabilidade existente. Ademais, deve contribuir na promoção da educação patrimonial, como método eficaz de envolver a população na informação da relevância desse período da arquitetura para a construção do patrimônio cultural do século XX.

Retomando o arcabouço teórico e metodológico realizado, a primeira questão que claramente se delineou foi que, apesar da dificuldade em responder aos desafios impostos pelas especificidades das Casas. Nesse sentido, foi importante a leitura das Casas a partir da dupla polaridade de história e estética: intervir sem comprometer a leitura do espaço, que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte, mas valorizando as marcas de seu tempo e o peso que a história traz.

No campo da conservação, a teoria do restauro trouxe o lastro teórico e metodológico fundamental para a ação projetual dos imóveis. Foram os princípios da via crítica do restauro que, sintetizados, operacionalizaram e deram subsídios para soluções projetuais comprometidas com os valores atribuídos ao bem e com a manutenção da autenticidade de sua matéria e de seu espírito.

O restauro como ato crítico apresenta variadas soluções fundamentadas possíveis para um problema. Não existe exclusivamente uma solução plausível, aceita unanimemente e válida atemporalmente (KÜHL, 2005). Entretanto, isso exposto, não exime a responsabilidade de agir fundamentado em sólida base teórica e princípios éticos para afastar o empirismo.

Consolidado esse entendimento, destaca-se a importância das reflexões teóricas feitas ao longo do traba-

Iho, assim como a realização das análises dos restauros executados em obras modernas da Casa Kubitschek e Catedral de Brasília como subsídios para decisões futuras das ações projetuais.

O entendimento das mudanças ocorridas ao longo do tempo e do estado de conservação atual do bem, somado à sistematização da dinâmica realizada com os especialistas, significaram um aprofundamento nas reflexões acerca da conservação da arquitetura moderna fundamentando-a num método oportuno para subsidiar o projeto de restauro. Incluiu possibilidades de critérios de análise e métodos para alicerçar não só as diretrizes projetuais desta edificação, como o de outras que porventura venham a acontecer.

Pode-se dizer que, nesta pesquisa, todo o esforço metodológico realizado ocorreu com vistas ao respeito significância cultural das Casas, a melhorar as suas condições de integridade, interferindo o mínimo possível na sua autenticidade.

Mesmo sabendo que esta investigação ainda tem continuidade, reconhece-se a importância desta pesquisa como fonte documental e de materialidade, que transmitirão o conhecimento e que servirão como efetivos elementos de rememoração coletiva. Ainda assim, servirá como mais um objeto de resistência na história da preservação das Casas Modernistas de Augusto Reynaldo, que simboliza a modernidade, expressão que representa nossa cultura e formação do patrimônio recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. R. **Augusto Reynaldo: resgate de uma obra**. Recife: UFPE, 2008.

BRANDI, C.; **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl; Revisão Renata Maria Parreira Cordeiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2004

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jul. 2001

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. **Parecer Técnico**. Recife, 2014.

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural. **Declaração de Significância das Casas Modernistas**. Recife, 2018.

GEPH - Gerência de Patrimônio Histórico Urbano. **Anteprojeto de restauração da casa de Kubitschek**. Belo Horizonte, 2007.

ICOMOS. 1964. The Venice Charter. Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

ICOMOS. 1980. The Burra Charter. Disponível em: <<https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

KÜHL, B. M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, abr. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/kuhl_pdf.pdf>. Acesso em: 08 set. 2018.

KÜHL, B. M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia: Ed Ateliê Editorial, 2008.

LACERDA, N. Valores dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Org.). **Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. cap. 4.

LIRA, F. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. 277p.

LIRA, F. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. In: ZANCHETI, S; AZEVÉDO, G; NEVES, C. (Org.). **A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2015, p. 26-37.

MACDONALD, S. **20th Century heritage: recognition, protection and practical challenges**, ICOMOS World Report 2002-2003 on monuments and sites in danger. Disponível em: <<https://www.icomos.org/risk/2002/20th2002.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MEDINA FILHO, A. L. de. **Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social**. *Psicol. Soc.* 2013, vol.25, n.2, pp.263-271. Rio de Janeiro, 2013.

MOREIRA, F. D; NASLAVSKY, G. **Valores da Arquitetura Moderna**. I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna (MARC/AL), Recife, 2009.

MOREIRA, F. D. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. Olinda: ed. Centros de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2010. (Texto para discussão, n.46).

NASLAVSKY, G. **Arquitetura Moderna em Pernambuco. 1951-1972: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim**. São Paulo: FAU- USP. 2004.

PASCHOALIN R. F.; **Restauração da catedral de Brasília: desafios e conflitos da restauração da arquitetura moderna**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

RECIFE, Lei nº 16.284, de 22 de janeiro de 1997. **Diário Oficial do Município**, Recife, 23 jan. 1997.

RECIFE, Lei nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial do Município**, Recife, 30 dez. 2008.

SILVA, P. M. **Conservar, uma questão de decisão. O julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife: UFPE, 2012. 236 p.

SALVO, S. A Restauração do Arranha-céu Pirelli: A Resposta Italiana à Questão Internacional. In: **Pós**, n. 19. Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. São Paulo: FAU-USP, 2006.

ZANCHETI, S. M. **A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna**. Olinda: ed. Centros de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. T. F.; **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna**. Olinda: ed. Centros de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014.

DINÂMICA E RELAÇÃO ENTRE VAZIOS URBANOS E OCUPAÇÕES SOCIAIS POR MORADIA EM RECIFE - PE

DYNAMICS AND RELATIONSHIP BETWEEN URBAN EMPTY SPACES AND SOCIAL OCCUPATIONS FOR HOUSING IN RECIFE-PE

LAIS ALBUQUERQUE

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Pernambuco, laiscosta29@hotmail.com

CLARISSA DUARTE

Professora e Pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco e Mestre em Planejamento Urbano pela Univ. Paris 1 - Panthéon - Sorbonne, duarte.clarissa@gmail.com;

RESUMO

As ocupações sociais e os vazios urbanos são temas mundialmente discutidos por estarem muito relacionados à realidade sociocultural das cidades contemporânea, envolvendo políticas públicas, coletivas e culturais. O presente trabalho pretende discutir a relação entre os temas e abordar a dinâmica que os locais ociosos travam, dentro do espaço urbano, além das suas causas e consequências, tendo como base a realidade vigente na cidade do Recife (PE, Brasil). Além de expor uma análise sobre a vulnerabilidade social, gerada pelas ocupações, uma realidade de conflitos e lutas por moradia e condições dignas de vida. Nessa perspectiva, serão sugeridas possíveis caminhos/diretrizes para lidar com a situação, para que ações específicas gerem práticas políticas e sociais de ocupação dos vazios urbanos de forma digna e eficaz, uma vez incorporados princípios como a da equidade, para que o direito à moradia seja assegurado e os espaços públicos não continuem a ser palco de conflitos e abandono.

PALAVRAS CHAVES: Vazios Urbanos; Moradia; Ocupação Social; Planejamento Urbano.

ABSTRACT

The social occupations and the urban empty spaces are worldwide discussed topics for being inside a contemporary sociocultural reality, being fostered by public, collective and cultural politics. The present paper intend to discuss the relationship between the themes, and to approach the dynamics of how these idle spaces affect the urban environment, also their causes and consequences, based on existing Recife city (PE, Brazil) reality. Furthermore exposing an analysis about the social vulnerability, generated by occupations, a reality of conflicts and struggle for housing and dignified life conditions. Over this perspective, possible paths / guidelines to deal with the situation will be suggested, so that specific actions generate politics and social practices of occupation on the urban empty spaces in an dignified and efficient, once incorporated principles such as equality, assuring the right of housing and that the public spaces don't stand as a stage for conflict and abandonment.

KEYWORDS: Urban Empty Spaces; Housing; Social Occupations; Urban Planning

INTRODUÇÃO

Os vazios urbanos possuem conceito ou interpretações diferentes que variam de autor para autor. Parte da ideia de um espaço, em meio à trama urbana, que não está sendo utilizado, seja edificado ou não. Podendo também ser considerado “vazio urbano”, áreas residuais do traçado das vias públicas, como giratórios, baixios de viadutos, entre outros. Alguns desses vazios contudo servem “para o equilíbrio da cidade, uma vez que incorporam funções sociais e urbanas” (MORGADO, 2005).

Entretanto, dentre as várias interpretações do termo destaca-se as afirmações:

Vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios. (PORTAS,2010)

Espaços que aguardam por uma requalificação, uma vez que potencializam a memória, a identidade coletiva e o uso cotidiano na expressão da troca e do comércio, da informação e da comunicação, do debate e da manifestação. (SOUSA, CLÁUDIA, 2010, p.58)

Nessa definição, Portas e Claudia ampliam a concepção de vazios as construções degradadas e abandonadas nas cidades. Tratando-se de espaços que podem ter sofrido diversos fenômenos, sendo um deles a gentrificação: processo pelo qual há uma alteração na dinâmica urbana, onde ocorre mudanças de grupos sociais. Geralmente são espaços requalificados que, no processo de transformação, acabam por mudar a identidade da área e afastar seus ocupantes antigos, gerando muitas vezes áreas abandonadas. Outro processo que gera tais vazios construídos são as transformações e avanços tecnológicos que as cidades sofrem, fazendo com que áreas sejam desativadas pela redução dos seus usos, ou mudanças provenientes da revolução industrial, como é o caso de alguns galpões e áreas de ferrovias desativadas em muitos centros urbanos.

O processo de abandono de áreas construídas da cidade também deve-se à falta de manutenção na infraestrutura das edificações, tornando-as inativas ao uso. Prédios com riscos de desabamento são vistos em várias localidades do Brasil, tornando-se uma ameaça aos usuários da área onde estão localizados, como também um espaço ocioso na cidade, perdendo seu potencial e identidade coletiva quando não é recuperado e requalificado. Por último, outra questão que gera abandonos de certas construções, são as dívidas fiscais. Imóveis privados, que muitas vezes são heranças familiares, são esquecidos e sofrem pelo descaso de políticas governamentais. A tomada de posse desses imóveis pelo poder público deve resgatar essas edificações para o cumprimento da função social desses espaços privados, desocupados, capazes de abrigar milhares de pessoas sem teto.

Sendo assim, o desenho da cidade vai sendo também feito por esses vazios construídos, que alteram a densidade e, conseqüentemente, a dinâmica de onde estão inseridos. Logo, são nesses cenários que surgem

ocupações ditas irregulares. Edificações tornam-se moradias de “pessoas em situação de rua”, “sem teto”, que lutam pela conquista de um espaço para habitar. As ocupações em prédios abandonados surgem entreteçadas com a realidade complexa do país, de sua economia, e do número crescente de pessoas vivendo em situação de rua e de exclusão social. Tal grupo é formado por uma:

[...] populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos [...] como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. (SILVA, 2009, p. 29)

A busca por meios que as façam sair das condições de rua e a luta pelo direito à moradia digna faz com que milhares de pessoas ocupem locais em situações precárias, sem estruturas adequadas de saneamento, iluminação, entre outros. Essas precariedades ocasiona situações preocupantes, devido às condições de vida que tais pessoas se submetem ao buscarem um direito que é assegurado por lei a todas os cidadãos desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à moradia e a assistência aos desamparados.

O cenário de ocupação de imóveis abandonados é visto como algo recorrente em grandes centros urbanos. No entanto, embora contrastantes, a solução pode estar bem perto da realidade existente, havendo um denominador comum, que, nesse caso, é a busca por uma moradia digna e o cumprimento de um direito social fundamental. A construção de novas áreas habitacionais nem sempre é a solução para o problema das pessoas sem um lar, pois o déficit habitacional está também relacionado a questões de especulação imobiliária, fato tende a ter grande influência na forma da ocupação de certas áreas do meio urbano. Nesse sentido, torna-se fundamental propor políticas públicas (alterando a dinâmica existente) capazes de planejar o adensamento

populacional adequado de áreas urbanas, com misturas sociais e culturais, reafirmando que a cidade é feita por pessoas que a recriam e ao mesmo tempo resistem às suas mutações.

DESENVOLVIMENTO

Os Vazios urbanos e suas ocupações no Brasil: a busca pelo direito à moradia.

A economia do país e seus níveis de desigualdade refletem diretamente nas questões sociais e nos direitos humanos. No Brasil, segundo o *World Wealth & Income Database*¹, em 2015 aproximadamente 24% da renda fiscal do país se concentra em 1% da população. Tal dado mostra como a desigualdade está presente na nação. Além disso, refletem as problemáticas discutidas nesse artigo, sendo uma delas o déficit habitacional. Segundo a FGV², no Brasil o déficit habitacional, em 2018, girou em torno de aproximadamente 8 milhões de moradias, comprovando que há cerca de mais de 20 milhões de pessoas que vivem em situações precárias ou em situação de rua. A partir desses dados surgem as seguintes perguntas: Onde está o direito à moradia digna? Onde está o espaço dessa população dentro da cidade?

É exatamente nesse cenário de desigualdade e déficit habitacional que surgem as invasões irregulares no Brasil. A oportunidade de saírem das ruas e residirem em algo que se assemelhe a uma moradia, provocam as aglomerações e ocupações. Tais ocupações podem se localizar em lugares de ilegalidade ou com risco contínuo de catástrofes, sem condições sanitárias adequadas e sem iluminação, sendo um problema também para saúde pública. As pessoas que residem em moradias improvisadas, lutam diariamente pela sobrevivência, sofrem com o acúmulo de lixo, água parada, intoxicação, entre outras dificuldades.

1 World Wealth & Income Database - Banco de dados mundial aberto ao público que fornece a distribuição de renda e riqueza de vários países do mundo, mostrando sua evolução e comparando os mesmos entre si.

2 Fundação Getúlio Vargas - Instituição de Ensino Superior, localizada no Rio de Janeiro, que mantém mais de 90 centros de Estudos e Pesquisas.

O país tem, pelo menos, 6,9 milhões de famílias sem casa para morar. Tem também cerca de 6,05 milhões de imóveis desocupados há décadas. [...] Esse descompasso, que já havia sido indicado pelo Censo de 2010, tem motivado uma onda de ocupações e invasões em uma escala jamais vista no país, diz o urbanista Edésio Fernandes, professor de direito urbanístico e ambiental da UCL. (University College London). (ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARUCHO, Luís - 2018)

As edificações abandonadas vêm sendo local de moradia de muitas pessoas, entretanto, toda edificação que está sem uso e manutenção oferece risco aos ocupantes e aos que estão em suas imediações. No Brasil um dos casos mais famosos dos riscos que essa falta de manutenção pode gerar foi o do edifício Wilton Paes de Almeida, edificação histórica localizada no Largo do Paçandu, em São Paulo, de estilo arquitetônico moderno, com projeto do arquiteto Roger Zmekhol, e tombada em 1992 pelo CONPRESP³. Tal obra passou a ser propriedade do Governo Federal por dívidas a receita. Depois de 2003, foi desativada a sede da Polícia Federal que funcionava no local, sendo assim o edifício foi abandonado e passou a ser ocupado irregularmente. Segundo MURARO, Cauê (2018): “A prefeitura de São Paulo informou que foram cadastradas 248 pessoas de 92 famílias no local. Imagens mostram que, ao menos entre 2015 e 2017, havia ali uma faixa do Movimento Social de Luta por Moradia (MSLM).” O edifício Wilton Paes, em maio de 2018, sofreu um incêndio, que gerou seu desabamento após 90 minutos que as chamas tinham começado.

3 CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, e que é responsável por questões de tombamento de edificações históricas juntamente com o Departamento de Patrimônio Histórico.



Figura 01: Edf. Wilton Paes de Almeida

Fonte: Site Arcoweb. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/noticias/noticias/em-nota-o-causp-comenta-sobre-o-desabamento-de-edificio-em-sp>. Acesso em 04/01/2019.

O desabamento que destruiu a obra do arquiteto Roger Zmekhol, teve como um dos motivos a falta de manutenção na estrutura do prédio que estava abandonada desde 2003 pelo poder público. Sendo essa a conjuntura de muitas edificações espalhadas por todo o Brasil, muitas delas patrimônio histórico da humanidade, que, devido ao total abandono, se tornam tragédias anunciadas, prestes a entrar em colapso, colocando em risco a vida e a memória de muitos que delas se ocupam ou ocuparam. O direitos sociais inacessíveis a uma grande porcentagem da população faz com que vivam do improviso, fazem da rua seu principal espaço de convivência. Dessa forma, depois que tais edificações são ocupadas, a reintegração de posse deve girar em torno de políticas públicas de reabilitação desses imóveis, para uso de habitação social para os ocupantes ou de realocação dos mesmos, com qualidade e igualdade.

O cenário de Recife, e do seu Centro Urbano

A história de formação da cidade do Recife começou onde hoje está localizado seu centro histórico e se desenvolveu para sua periferia. Sua formação data de 1537 e, tratando-se de um planície aluvial, veio ganhando terras, através do aterro de suas margens, dos rios e inclusive do mar ao longo dos anos, fazendo com que a aldeia do Recife fosse crescendo e se tornando a metrópole

atual. Análogo a tal crescimento foram as transformações que seu centro sofreu, onde antes era uma vila de pescador, foram construídos muitos sobrados que, com o desenvolvimento da cidade, se misturaram com novas edificações de estilo moderno. Tornando-se uma área com grande riqueza histórica, cada localidade com suas peculiaridades, morfotipologia e diversidade. O centro urbano do Recife é composto por vários bairros que circundam o Marco Zero⁴ da cidade, sendo alguns deles o Bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

A capital de Pernambuco, como outras grandes cidades do Brasil, teve seu centro transformado e ressignificado, sobretudo no uso do seu solo, o que antes era um local predominantemente habitacional passou a ser em sua maioria comercial e de serviço. Tal mudança, tanto geográfica como cultural, vem ocorrendo desde a época colonial, onde os sobrados do centro começaram a ser abandonados por posturas higienistas, que desenvolveram ideologias nas quais os mesmos eram os culpados de propagação de doenças, pela falta de ventilação e iluminação natural. As ideologias de desvalorização dos centros, que começaram em tal época, são vistas também no movimento moderno, pela setorização do planejamento urbano.

O processo de crescimento da cidade começa a ser centrífuga, e os grandes investimentos em habitação localizam-se nos arredores do núcleo inicial. Houve um abandono e falta de interesse por parte da elite de morar no centro da cidade. “Esse processo de desvalorização imobiliária é identificável não só pela queda do número de novos lançamentos e degradação do estoque construído quanto por uma queda relativa dos valores de locação e de venda em relação a outras regiões da cidade” (SILVA, Luiz, 2015). Os já citados fatores, são um dos motivos para a mudança de pensamento e concepções sobre o centro, gerando desvalorização das suas edificações, o seu abandono e a mudança de seus usos. Contudo, alguma das edificações que não conseguiram

4 Marco Zero do Recife- Localizado na Praça Rio Branco, é de onde parte as medidas das distâncias rodoviárias para todas as terras de Pernambuco.

ram acompanhar as transformações de usos foram rejeitadas, se tornando vazios no meio urbano. Desta maneira, a paisagem do núcleo da cidade tornou suas construções abandonadas, muitos em alto nível de degradação.

A cidade do Recife possui inúmeras construções vazias em toda sua região metropolitana. O IBGE realizou no ano de 2010 pesquisa que mostra o quantitativo de prédios particulares abandonados na cidade. Na pesquisa a metrópole foi dividida em Sub Distrito e Município, de acordo com a classificação da Prefeitura.

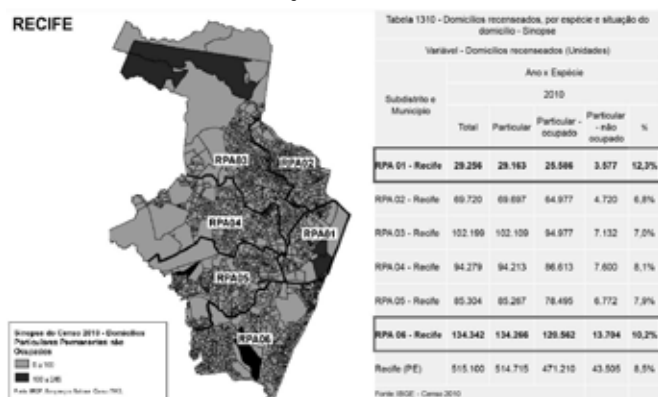


Figura 02: Domicílios particulares permanentes não ocupados

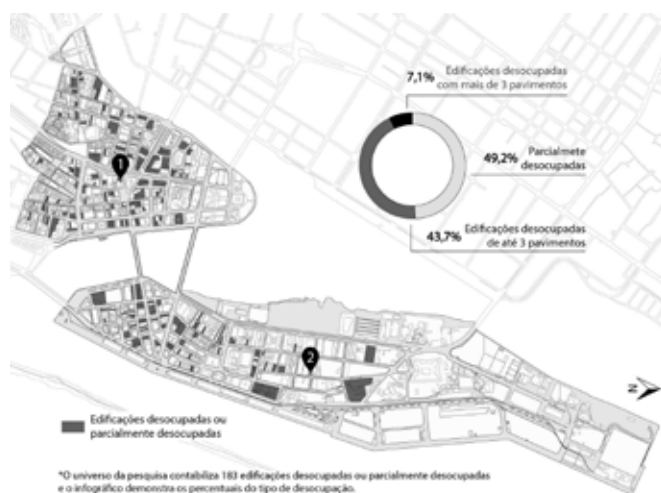
Fonte: Site Fase. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/04/APRESENTA%C3%87%C3%83O-ESTUDO-ABR-2018-V02.pdf>. Acesso em 06/01/2019.

Nesse Censo é possível notar que o maior nível de desocupação está na RPA 01⁵, com percentual acima de 12%. Juntamente com tais dados, foram analisados os números da densidade demográfica (Habitante/Hectare) de cada bairro que compõe a RPA 01, dados encontrados no perfil dos bairros no site da Prefeitura da Cidade. Observou-se a partir dessa pesquisa, que os bairros com maior carência de habitação são: o Bairro do Recife e o Bairro de Santo Antônio, possuindo densidade de 2,23 e 3,53, respectivamente. Referindo-se a bairros localizados no centro da cidade do Recife, comprovando assim a relação do quantitativo de edificações abandonadas e a desvalorização imobiliária do centro.

5 RPA 1- Região Política Administrativa I (RPA1), composta pelos bairros: Recife; Santo Amaro; Boa Vista; Cabanga; Ilha do Leite; Paissandu; Santo Antônio; São José; Coelhos; Soledade; Ilha Joana Bezerra.

O Bairro do Recife e de Santo Antônio foram os primeiros bairros a serem ocupados na cidade, sendo os que carregam maior carga histórica e que concentram os principais pontos turísticos da mesma. Entretanto, são nesses mesmo bairros que são vistas edificações em estado de ruína e descaso. Dessa forma e a partir do resultados dessas pesquisas, o presente artigo buscou mapear tais vazios urbanos, dos dois bairros, e exemplificar alguns dos casos mais preocupantes com ocupações de cidadãos vivendo em condições de vida desapropriadas.

Figura 03: Mapa das Edificações desocupadas no Bairro do Recife e de Santo Antônio



Fonte: ALBUQUERQUE, Lais (2018)

Os dados para execução do mapa foram realizados a partir de levantamentos in loco, análises com o auxílio do Google streetview e, ainda, baseado no levantamento da organização Habitat para a Humanidade Brasil⁶. As construções das áreas estudadas foram classificadas de três maneiras: parcialmente desocupadas, edificações desocupadas de até 3 pavimentos e edificações desocupadas com mais de 3 pavimentos. As construções parcialmente desocupadas são aquelas que possuem algumas de suas unidades vazias (mínimo de 20%), sendo estas ora na interface direta com a rua, ora em seus pavimentos superiores. As edificações com até 3 pavimentos, em sua maioria possuem, são do tipo sobrado e as edificações com mais de 3 pavimentos trazem geralmente traços da arquitetura moderna nordestina.

6 Organização Habitat para a Humanidade Brasil- ONG que trabalha com a promoção da moradia adequada para famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Nota-se, a partir do levantamento, que construções parcialmente desocupadas possuem o maior número de exemplares, isso pode ser explicado pelos fatos já mencionados, de adaptação e transformação de usos das mesmas. Logo, imóveis que foram planejados para um determinado fim e foram convertidos para outros, começaram a possuir dependências ociosas. Como é o caso de alguns sobrados que são ocupados pelo uso comercial e possuem seus pavimentos superiores desabitados, não cumprindo a função social para os quais foram desenvolvidos.

Com base na pesquisa realizada foram encontradas construções que estão servindo como habitação fixa e temporária para algumas pessoas. O quantitativo de moradores de rua é alarmante no centro da cidade, edificações ocupadas são facilmente encontradas, sendo essas expostas à violência, falta de saneamento básico, higiene e precariedade em geral. Para uma melhor análise foram escolhidos dois exemplares dessas edificações abandonadas com ocupações sociais, que serão tratados adiante.

Figura 04: Ocupação Marielle Franco no Bairro de Santo Antônio



Fonte: Site Leia Já. Disponível em: <http://m.leijaja.com/politica/2018/04/14/protesto-no-recife-relembra-um-mes-da-morte-de-marielle/>. Acesso em 06/01/2019.

A ocupação Marielle Franco está localizada no antigo Edifício SulAmérica, situado na Praça da Independência, também conhecida como Praça do Diário, no bairro de Santo Antônio, e foi ocupado pelo MTST⁷ em março de 2018.

⁷ MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, fundado em 1997; luta pelo direito à moradia digna, ocupando imóveis que não atendem à sua função social, principalmente os que possuem grandes dívidas ao governo, sendo um movimento de caráter social, político e popular.

Erguido na década de 1930, encontrava-se esvaziado há pelo menos dez anos e acumula dívidas de cerca de R\$ 1,5 milhão, a quase totalidade desse montante diz respeito a débitos de IPTU. Aproximadamente 200 famílias adentraram o imóvel, fazendo surgir a ocupação Marielle Franco, em homenagem à vereadora carioca assassinada dias antes de deflagrada a tomada da edificação. (NASCIMENTO, Bartolomeu- 2018)

O edifício SulAmérica possui oito pavimentos e estava parcialmente ocupado. Quando o movimento se instalou nele, apenas o térreo e a sobreloja funcionavam. Atualmente as lojas continuam existindo e seus pavimentos superiores deixaram de ser ociosos e foram ocupados por trabalhadores que lutam por moradia digna e alertam para as questões da política habitacional. Tal edificação foi escolhida como exemplar, por ser um perfil comum que se repete em centros urbanos brasileiros, não apenas nos bairros analisados. Construções com térreo ativo e demais pavimentos abandonados são vistas com frequência, situação causada pela desvalorização e esvaziamento dos centros, um problema que vai além de questões de planejamento urbano, envolvendo sobretudo políticas públicas e sociais. A ocupação Marielle tem papel importante na discussão do planejamento urbano, por atentar sobre a função social dos edifícios e as dívidas fiscais ao governo. Tais dívidas são uma das principais causas do abandono de construções espalhadas pela cidade. Além de exemplos como este, encontram-se muitas edificações degradadas, como sobrados e casarões que hoje abrigam moradores de rua ou trabalhadores sem teto.

Na figura 05 observa-se o que restou do sobrado e casarão localizados no bairro do Recife, atualmente moradia para algumas pessoas que antes residiam nas ruas. As construções se encontram em péssimo estado de conservação, seus tetos desabaram, suas janelas foram fechadas com tijolos e seus revestimentos foram se perdendo com o tempo. As edificações históricas que estão nessa mesma situação no centro da cidade sofrem diariamente o processo de abandono e descaso, inviabilizando o seu uso e a valorização da paisagem cultural do local.

Figura 05: Ocupação em ruínas na rua do Ocidente no bairro do Recife



Fonte: Site Google streetview. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-8.0572732,-34.870684,3a,75y,225.69h,92.49t/data=!3m6!1e1!3m4!1sAOrQ8vfu9w9OGNBPdOTF-3g!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em 07/01/2019.

Este avançado estado de degradação faz com que tais construções representem um perigo real para os que a ocupam, necessitando muita atenção com a sua estrutura e sua integridade física. Contudo, a reabilitação de edificações históricas e a manutenção de suas infraestruturas exigem normalmente um investimento importante, desestimulando o interesse de reabilitação por parte de seus proprietários. Curiosamente o custo de reabilitação é muitas vezes menor do que o custo de novas construções (renovação), além de permitir o aproveitamento de áreas consolidadas na cidade, minimizando problemas urbanos como a dispersão e fomentando um planejamento urbano mais sustentável. Faltam, contudo políticas que divulguem e fomentem a urgência da reabilitação.

O despovoamento das edificações faz com que muitas construções sejam deixadas para trás, ainda que a essência de sua arquitetura e significado para as pessoas e para a cidade continuem. É exatamente deste cenário de abandono que surgem as ocupações sociais, como um ato de protesto e luta pela moradia. A ocupação de locais negligenciados envolve questões muito complexas, seja pelas condições de uso ou por questões estruturais, que podem provocar seu arruinamento. Ações de urbanização, regularização fundiária e projetos sociais devem ser pensadas para que o déficit habitacional não continue a ser um problema nos grandes centros.

Caminhos para as ocupações sociais no Brasil e em Recife.

A conjuntura dos vazios urbanos e das ocupações pode ser transformada em algo além de aspectos negativos e servirem para alertar à comunidade a tomar providências para mudar tal realidade. Políticas públicas para edificações com altas dívidas e anos de abandono devem ser realizadas. Tomada de posse, regulamentação fundiária e reabilitação devem ser prioritárias. O déficit habitacional não será resolvido de forma eficiente e sustentável apenas com a construção de novos assentamentos e programas de habitação erguidos fora do centro urbano, normalmente áreas carentes de infraestrutura e transporte. “Reviver” edificações em áreas já consolidadas é claramente um grande passo para diminuição do número de pessoas sem moradia digna.

Em Recife, o preocupante cenário de imóveis abandonados e déficit habitacional fez com que novas posturas fossem discutidas para mudar tal realidade. No ano de 2018 o Plano Diretor da cidade foi revisto, sendo um dos assuntos discutidos a nova lei de uso e ocupação do solo. Tais discussões ainda estão em aberto, a minuta com o resultado final e o novo Plano será lançado em 2019. Contudo, o decreto N° 31.671 das Leis Municipais do Recife lançado em 10 de agosto de 2018, busca resolver questões de imóveis urbanos abandonados com a tomada de posse ao poder público desses bens.

O imóvel arrecadado que passar à propriedade do Município poderá ser destinado a programas habitacionais, à prestação de serviços públicos, ao fomento da Regularização Fundiária de Interesse Social ou serão objeto de concessão de direito real de uso ao particular ou a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos, de fomento ao desenvolvimento ou empreendedorismo, entre outros, no interesse do Município. (Art 15 - Decreto N° 31.671 das Leis Municipais do Recife)

Diante disso, foram iniciados levantamentos dessas edificações, para que as mesmas passem por proces-

Administrativos, com plano para que os prédios sejam recuperados e revividos. Além de iniciativas do município sobre o assunto, o CAU/BR⁸ também se manifestou sobre Política Nacional de Recuperação dos Centros Urbanos com foco na habitação de interesse social. O Conselho propôs 12 tópicos para tais problemáticas, sendo dois deles: “Destinação prioritária de imóveis vazios da União, dos Estados e dos Municípios para operações urbanas oriundas da política de recuperação dos centros” e “Disponibilização de recursos financeiros e subsídios para a requalificação (*retrofit*) de edificações das áreas centrais degradadas por falta de manutenção ou pela desocupação gradativa pelos proprietários ou inquilinos”.

Este papel de propor e discutir o processo de revitalização de áreas urbanas vazias é de extrema importância para que as mesmas possam sair do papel e serem executadas. No Brasil, um exemplar de política pública de revitalização desse tipo de edifício pode ser vista no Edifício Palácio do Comércio Alexandre Marcondes Filho, conhecido como Edifício Riachuelo, localizado em São Paulo. A construção possui 120 apartamentos distribuídos nos seus 17 andares, esses de 46 a 52 m².

Figura 06: Edifício Palácio do Comércio Alexandre Marcondes Filho em São Paulo



Fonte: Site CAU/BR. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/recuperao-centro-sp-moradia/>. Acesso em 09/01/2019.

De acordo com Emerson Fraga (2018) “o Riachuelo teve seus apartamentos vendidos a preços populares para pessoas cadastradas na lista da Prefeitura de São Paulo. As parcelas variam em torno de R\$ 200.” A iniciativa mostra que é possível fazer projetos para as construções abandonadas, aproveitando a infraestrutura existente, não apenas do edifício mais como do local onde está inserido, a coleta de lixo, o transporte, a distribuição de água, entre outros.

Entende-se, portanto, que é a partir de tais iniciativas que o planejamento urbano sustentável deve ser pensado, priorizando a mistura social, com vários perfis de moradores em uma região, como também o respeito ao direito humano essencial. A moradia é um direito de todo ser humano, devendo esta ser digna e com infraestrutura para receber seus habitantes. Deste modo, se a moradia for um privilégio para poucos, a ocupação deve ser um direito de todos, sobretudo quando constatamos que a quantidade de vazios construídos é proporcional ao déficit habitacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de crescimento das cidades pode ocasionar problemas como a desvalorização e esvaziamento de áreas centrais, novos núcleos urbanos surgem por toda a cidade ou regiões metropolitanas, marginalização de áreas, problemas de uso do solo, déficit habitacional, entre outros. Na conjuntura dessas inúmeras transformações, os vazios urbanos vão se formando, passando a ser estruturas físicas obsoletas inseridas no meio urbano, com uma rede de infraestrutura já existente. Paralelo a tal problemática há o aumento das desigualdades sociais e a não execução dos direitos humanos, fazem com que muitas pessoas não tenham uma moradia, e uma qualidade mínima de vida.

As cidades continuam a caminhar para suas periferias, fazendo com que o centro mude de identidade e outros centros surjam em meio às metrópoles. Trabalhadores morando cada vez mais longe de seus empregos, ampliando seus deslocamentos e fazendo surgir outros problemas de planejamento. O esvaziamento atual do centro do Recife reflete décadas de abandono, e sua história

é deixada para trás. As edificações abandonadas lutam diariamente contra o tempo e quando ocupadas, se vive em condições precárias e de vulnerabilidade social. Assim fica claro que por trás dessas ocupações encontra-se a omissão do Estado, falta de políticas públicas efetivas e o cumprimento dos direitos humanos essenciais.

O artigo buscou não apenas mapear as edificações abandonadas no centro. É nosso papel abrir os olhos de todos para uma realidade existente de descaso e de risco a população. Buscou a quebra de paradigmas, para que as ocupações fossem regularizadas e viabilizar um desenvolvimento de um plano de moradia social de qualidade. Além disso, procurou mostrar as novas leis que surgiram no ano de 2018 e que estão cada dia mais olhando para esse cenário e tentando resolvê-lo. Espera-se assim a efetivação do plano diretor da cidade e seu cumprimento, para controlar o planejamento urbano, enfoque à habitação de interesse social.

A complexidade do mundo contemporâneo afeta diretamente a arquitetura, os fenômenos urbanos criam uma complexa teia de interações dentro da qual a arquitetura e a cidade interagem entre si. As novas dinâmicas sociais, os novos fluxos e suas justaposição, entre outros fatores, nos faz analisar a arquitetura, a cidade e as pessoas de modo integrado. A construção de uma cidade compacta, sustentável e adensada, só será possível com a união do poder público e dos cidadãos. A desigualdade social e a luta pela moradia só serão cessadas quando estes direitos atingirem a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCOWEB. **Em nota, CAU/SP comenta desabamento de edifício paulistano**. 2018. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/noticias/em-nota-o-causp-comenta-sobre-o-desabamento-de-edificio-em-sp>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BERNARDINO, Iana Ludermir; LACERDA, Norma. Centros históricos brasileiros: tensões entre a obsolescência imobiliária e a construção de novas espacialidades. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.61-74, 25 abr. 2015. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n1p61>.

FGV. **Déficit habitacional é problema comum a todas as regiões, in-**

dica FGV/DAPP. 2014. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/deficit-habitacional-e-problema-comum-todas-regioes-indica-fgv-dapp>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FRAGA, Emerson. Centro de SP tem exemplos de recuperação de áreas como saída para falta de moradia. **CAU/BR**, maio de 2018 - Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/recuperacao-centro-sp-moradia/>. Acesso em: 08/01/2019.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL (Recife). **Moradia no Centro: da reflexão à ação: levantamento de imóveis vazios e ociosos no bairro de Santo Antônio**. 2018. Em parceria com o programa da FASE em Pernambuco, o coletivo A Cidade Somos Nós e o Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS). Disponível em: <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/04/APRESENTA%C3%87%-C3%83O-ESTUDO-ABR-2018-V02.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MORGADO, Carla Sofia – **Protagonismo de la ausencia. Interpretación urbanística de la formación metropolitana de Lisboa desde lo desocupado, 2005**. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Urbanismo, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Barcelona.

MURARO, Cauê. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio histórico. **Globo**, maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>. Acesso em 05/01/2019.

NASCIMENTO, Bartolomeu. Santo Antônio roga por nós. Sobre o debate sobre moradia social na área central de Recife. **Vitruvius**, agosto de 2018 - Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.217/7081>. Acesso em: 07/01/2019.

PORTAS, Nuno – **“Do vazio ao cheio”**. Cadernos de Urbanismo nº2, Disponível em www.cidadeimaginaria.org/eu/Dovazioaocheio.doc

ODILLA, Fernanda; PASSARINHO, Nathalia; BARUCHO, Luís. Brasil tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios, diz urbanista. **BBC- Brasil**, maio de 2018- Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44028774>. Acesso em: 05/01/2019.

Prefeitura Municipal de Recife. **Plano Diretor do Recife, o que é?** Disponível em: <<http://planodiretordorecife.com.br/o-que-e/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

_____ (Município). Constituição (2018). **Decreto nº 31671**, de 10 de agosto de 2018. . Recife

_____ **Serviços para o cidadão: Perfil dos Bairros**. 2011. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife?op=NTI4Mg==>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, Altair. Por que o edifício Wilton Paes de Almeida desabou? **Cimento Itambé**, maio de 2018. Disponível em: <http://www.cimentoitambé.com.br/>

tambe.com.br/por-que-o-edificio-wilton-paes-de-almeida-desabou/
Acesso em 05/01/2019.

SILVA, Luís Octávio da. A reabilitação do centro de São Paulo. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS - GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR, 11., 2005, Salvador. **Artigo**. Salvador: Anpur, 2005. p. 1 - 21.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo**: Cortez, 2009.

SOUSA, Cláudia Azevedo de. **DO CHEIO PARA O VAZIO: METODOLOGIA E ESTRATÉGIA NA AVALIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS OBSOLETOS**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

WORLD INEQUALITY DATABASE. **Top 1% fiscal income share, Brazil, 2001-2015**. 2014. Disponível em: <<https://wid.world/country/brazil/>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ESPAÇO PÚBLICO E MORADIA ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE PLACEMAKING: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE CALIFON EM CAMPINA GRANDE - PB

PUBLIC SPACE AND HOUSING THROUGH PLACEMAKING METHODOLOGY: A CASE STUDY OF THE CALIFON COMMUNITY IN CAMPINA GRANDE - PB

ANA LUZIA LIMA RODRIGUES PITA
IESP, UNIFACISA, analuziapita@yahoo.com.br

LISSANDRA CAVALCANTE DE LIMA
UNIFACISA, lissandralima5@gmail.com

LIVIA ROCHA
UNIFACISA, livia.arqui@hotmail.com

THIAGO SALES DINIZ
UNIFACISA, thiago_sdiniz@hotmail.com

RESUMO

Na contemporaneidade, a questão da habitação pode ser apontada, com um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Aliado a essa perspectiva concebe-se o problema de moradia integrado à questão dos espaços públicos como elementos-chave na melhoria na qualidade de vida nas cidades. Dentro deste contexto, o presente artigo apresenta uma análise sobre a comunidade Califon situado no bairro da Estação Velha em Campina Grande - PB, e tem por objetivo propor possíveis diretrizes utilizando a metodologia de placemaking, com o foco nos espaços públicos e na questão das moradias de acordo com o perfil e necessidade dos moradores. Para atingir esse objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o placemaking como uma ferramenta prática para melhorar a cidade, e traçado o

histórico da urbanização e habitação social no Brasil, a fim de compreender que os atuais problemas urbanos, refletem da ausência de políticas que não consideram a população de baixa renda, desde o passado. O artigo é concluído com estudo de caso da comunidade Califon, apresentando as problemáticas e potencialidades, que direcionaram possíveis diretrizes abordadas pela metodologia do placemaking.

PALAVRAS CHAVES: espaço público; habitação; placemaking; placemaking, urbanização.

ABSTRACT

In contemporary times, the question of housing can be pointed out, with one of the main urban social problems in Brazil. Allied to this perspective is conceived the housing problem integrated to the question of public spaces as key elements in the improvement in the quality of life in the cities. In this context, this article presents an analysis about the Califon community located in the neighborhood of Estação Velha in Campina Grande - PB, and aims to propose possible guidelines using the placemaking methodology, focusing on public spaces and housing issues according to the profile and needs of the residents. To achieve this goal, a bibliographic review of placemaking was carried out as a practical tool to improve the city and trace the history of urbanization and social housing in Brazil, in order to understand that the current urban problems reflect the absence of policies that do not consider the low-income population, from the past. The article concludes with a case study of the Califon community, presenting the problems and potentialities, which directed possible guidelines addressed by the methodology of placemaking.

KEY WORDS: public place; housing; placemaking; placemaking, urbanization.

INTRODUÇÃO

A urbanização surge segundo Santos (2009) no século XVIII, no entanto, no Brasil, apenas no século XX e sobretudo a partir da década de 40, é que o processo de urbanização ocorre de maneira intensa, ocasionando grandes mudanças na estrutura urbana e constituição da sociedade. A população rural dispersou-se para a zona urbana, baseada nas transformações produtivas, na concentração de oportunidades de trabalho e serviços na cidade, nos investimentos predominantemente urbanos e inovações tecnológicas, provocando um crescimento demográfico nas cidades, e conseqüentemente, problemas que até o momento não existiam, decorrentes da necessidade por moradia, infraestrutura, transporte e demais serviços urbanos (PITA, 2018, p.6). Devido superlotação nas cidades e em consequência os problemas urbanos sociais, as pessoas sem alternativa de moradia digna e legal, passam a ocupar espaços irregulares desordenadamente, contribuindo para o aumento de assentamentos habitacionais precários.

Nesse cenário, de acordo com Santos (2009), o país sofreu transformações profundas associadas às desigualdades sociais, que associado ao crescimento das cidades e processo de urbanização, contribuíram na precariedade nas formas de habitar do homem, que se perpetuam até os dias de hoje. Na atualidade, a questão da moradia pode ser apontada, como um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil. Associado a esse contexto, concebe-se a questão habitacional integrado à vitalidade dos espaços públicos como elementos-chave na melhoria na qualidade de vida nas cidades.

Diante do exposto, a proposta do artigo é analisar e traçar possíveis diretrizes para a comunidade Califon situada no bairro da Estação Velha em Campina Grande – PB, com foco no problema de moradias irregulares e espaços públicos ociosos. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o placemaking como uma ferramenta prática para melhorar os espaços públicos, e traçado o histórico da urbanização e habitação social no Brasil, a fim de compreender como isso afeta os problemas urbanos de hoje e refletem na ausência de políticas para a população de baixa renda, desde o princípio.

O artigo é concluído com o estudo de caso da comunidade Califon, que direcionaram possíveis diretrizes partindo da metodologia do placemaking. A premissa fundamental para o desenvolvimento das diretrizes, foi entender a área de estudo, através das suas problemáticas e potencialidades, com intuito de propor qualidade para os espaços existentes e o acesso à moradia, respeitando a identidade da comunidade.

DESENVOLVIMENTO

1. A urbanização no Brasil

De acordo com Pita (2012) o processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir da década de 1950, devido ao processo de industrialização e à modernização das atividades agrárias, que dentre outros fatores, levaram a saída do homem do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida. Essa migração da população ocasionou mudanças demográficas nas cidades que passaram a ser super habitadas, forçando as pessoas a buscarem espaços para moradias. Neste interim ou lacuna, houve o estopim para a construção desordenada em lócus sem qualquer infraestrutura social, transformando um território com potencial para desenvolvimento ordenado, em favelas, gerando inúmeros problemas sociais urbanos e de saúde pública. Sendo assim, é possível considerar que:

Não é somente o trabalhador do extensivo e atrasado terciário urbano informal (e que tantos autores denominaram de “inchado” nas análises comparativas), que habita as favelas, ocupando ilegalmente a terra e lançando mão do expediente arcaico da autoconstrução para poder morar em algum lugar. Essas pessoas são levadas frequentemente a morar em favelas devido aos salários pagos pelas indústrias e políticas de habitação não são suficientes para atender às necessidades de moradia regulares, legais. (MARICATO, 1996, pg.22)

O aumento do número de pessoas residindo em lugares sem qualquer infraestrutura não se dá apenas por trabalhadores informais, mais também por indivíduos mal remunerados que trabalham em indústrias e que não

são assistidos por qualquer política pública que favoreça a aquisição de uma moradia digna e legal.

Maricato (1996) esclarece que a produção ilegal de moradias e o urbanismo segregador, estão, portanto, relacionados às características do processo de desenvolvimento industrial na medida em que o salário do operário industrial não o qualifica para adquirir uma casa no mercado imobiliário.

Ainda segundo Maricato (1996) o crescimento urbano no Brasil, trilhou rumos diferentes do esperado, ou seja, contrariou expectativas, no que se refere a superação do atraso, do arcaico e da marginalidade.

Nesse entendimento, a urbanização desordenada, apanha os municípios despreparados para receber um número grande de pessoas, e conseqüentemente não podendo atender às suas necessidades de imediato, acaba por favorecer a autoconstrução de moradias ilegais, e fortalecendo o processo de favelização.

A velocidade do crescimento urbano, cobrou do Brasil, a partir da década de 80, um alto preço, devido ao crescimento econômico do país, com o crescimento desordenado das cidades, a depredação do meio ambiente foi inevitável, e conseqüentemente, em paralelo houve um aumento da baixa qualidade de vida, miséria social e a violência.

2. O processo de urbanização e a questão habitacional no Brasil

Conforme Moraes (2002), a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, reconhece o direito à moradia adequada como fundamental para um padrão de vida digno. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 prever a promoção de programas habitacionais e de saneamento básico pelos três âmbitos do governo, que compreende a moradia e os direitos sociais mínimos. No entanto, embora existam leis que asseguram a inclusão social, através do acesso a moradia e serviços urbanos adequados e o combate à pobreza, a realidade do país é outra. As condições de moradia da população carente ainda são muito precárias.

No Brasil, essa condição de precariedade surge de acordo com Pagani (2015) devido à expansão urbana que gerou um aumento significativo da demanda por moradia a partir da década de 60, aumentando o déficit habitacional nas médias e grandes cidades. Aliado a esse quadro teve-se ainda problemas decorrentes das demandas por transporte e demais serviços urbanos que até então não existiam.

Nesse sentido, segundo Cecchetto (2015), os problemas começaram a se agravar com o inchaço das cidades e a ausência de leis que gerenciassem esse crescimento. Assim, as cidades foram tornando-se metrópoles, e as paisagens brasileiras passaram a ser invadidas pela à ocupação de terrenos, surgimento das construções irregulares e loteamentos clandestinos.

Segundo Santos (2009), esse processo de urbanização intensificado no século XX constatou a desigualdade social no Brasil, conseqüente da má distribuição de renda, que revelou os indícios do sistema capitalista explícito na criação de espaços de exclusão e proporcionou o surgimento de termos como exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade.

A exclusão social e a inclusão precária no setor habitacional têm sido uma das marcas no processo de urbanização contemporânea, ampliando-se significativamente nas últimas décadas, quando a falta de alternativas habitacionais para os segmentos sociais de menor renda resultaram na expansão das cidades para as áreas mais periféricas. (MONTEIRO, 2013, pg.5)

A atuação do governo durante o período Republicano em relação a construção de habitação era praticamente inexistente. Segundo Pita (2012), baseado no liberalismo, se beneficiava as construções privadas, evitando-se intervir na produção de casas para os trabalhadores. As primeiras providências de intervenção eram higienistas com repressão aos casos de grave insalubridade através da legislação sanitária.

Como incentivo ao setor privado, passou-se a estimular a construção de Vilas Operárias as quais eram construídas pelos próprios industriais para serem alugadas a valores baixos ou fornecidas gratuitamente como moradias para os funcionários das fábricas. Deste modo, as empresas tinham maior controle dos seus operários, já que estariam morando bem próximo ao trabalho. Estas vilas foram consideradas a primeira iniciativa habitacional com salubridade de grande porte do país. (PITA, 2012, p.52)

Em São Paulo, destacava-se a Vila Maria Zélia, que de acordo com Bonduki (1998), era uma vila exemplar em termos da qualidade habitacional, além de seus atrativos de lazer, sendo reconhecida pelo poder público como um modelo a ser reproduzido. Contudo, eram raras vilas como a Maria Zélia, que fossem bem equipadas, visto que, os muitos empresários, as construíam somente com intuito de rentabilizar seus negócios altamente lucrativos como era o aluguel de casas, não existindo a mínima preocupação com a qualidade do espaço a ser oferecido. Esta lógica presidia à construção da habitação popular na República Velha.

A partir do ano 1930, no período Getulista, conforme Botega (2008), a estrutura das cidades brasileiras é intensamente transformada, devido à forte aceleração na industrialização do país acompanhada de grande expansão urbana. Diante desse cenário, e os problemas decorrentes da urbanização surge a chamada “crise de habitação” que afetava principalmente as famílias de baixa renda assentadas em favelas e periferias das grandes cidades brasileiras. Entre as décadas de 1940 e 1960, surge os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), que juntamente com a Caixa Econômica e bancos incorporadores imobiliários, ofertavam crédito imobiliário, na qual a política de habitação estava voltada de forma mais direta para a aquisição da casa própria. Em 1946, é criada a Fundação da Casa Popular (FCP), o primeiro órgão federal que centralizava a política habitacional destinada a população de baixa renda.

Mas em 1964, conforme cita Pita (2012), com a falência dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) e a FCP (Fundação da Casa Popular), o novo governo cria o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH), com objetivo estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. Distantes dos centros urbanos, construíam-se os conjuntos habitacionais de baixa qualidade construtiva, arquitetônica e urbanística, em áreas sem infraestrutura, onde os moradores das favelas eram removidos.

“Só em meados da década de 1970, foram criados programas sociais para implantação massiva de infraestrutura urbana, avistando-se possíveis investimentos para os setores mais carentes e excluídos”. (PEQUENO, 2008, p.4). Contudo, “a década de 1980 é marcada pela desestruturação do setor de habitação” (PITA, 2012, p.56). O BNH não resistiu a grave crise inflacionária vivenciada pelo Brasil principalmente nos primeiros anos da década de 1980 e é extinto.

O quadro habitacional apresentava baixo desempenho e alta inadimplência. A política federal passou a ser conduzida de forma fragmenta, mediante a criação de programas alternativos marcados pela descontinuidade e as ações que estavam sendo implementadas eram desaceleradas devido à contenção de gastos. (PITA, 2012, p.56)

Em 2003, com o desafio de estruturar as políticas urbana e habitacional é criado o Ministério das cidades e do Programa Habitacional Popular – Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde de acordo com Pita (2012), ocorreu um aumento no número de financiamentos voltados à população de baixa renda. Entretanto, conforme Cecchetto (2015) e Pita (2012), embora existirem vários programas habitacionais oferecidos pelo governo para a população de baixa renda, a maioria da população continua desabrigada, sem ter condições de financiar a casa própria ou um terreno com boa localização no espaço urbano da cidade. Dessa forma, a fim de ter um abrigo e as condições difíceis para viver e se

manter, os levam a optar na maioria das vezes habitar uma construção irregular, mesmo que em condições precárias e distantes da cidade devido os valores dos lotes serem mais baixos.

Lançado em 2009, o principal programa habitacional do atual governo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi um passo significativo do ponto de vista da construção de políticas públicas destinadas a garantir o direito à habitação, no entanto, é necessário que se atente para a questão urbana, referente a estrutura política, econômica e social, que geram desigualdades sociais e exclusão socioterritorial (BEZERRA, 2011, p.5).

Arelado o a isso “a produção de moradias pelos programas do governo é escassa e as que são produzidas não possibilitam o bem-estar do seu morador” (PITA, 2012, p.72), pois, estes têm se afastado cada vez mais dos centros sendo realocadas para áreas periféricas, de pouco interesse social, suprimidas em pequenos espaços, subúrbios, com pouca ou sem nenhuma infraestrutura, tornando-se abastadas da produção do espaço urbano.

Acreditamos que a solução dos problemas habitacionais brasileiros não passa apenas pelo investimento em novas moradias, mas, principalmente, pela adequação da oferta habitacional ao nível de renda da população. Os elevados níveis de pobreza e indigência prevalentes no país e os elevados custos construtivos e preços da habitação restringem as escolhas da população brasileira quanto ao regime de ocupação das moradias, o que resulta na exclusão das famílias de baixa renda do mercado formal de compra e aluguel de moradias, forçando-as a recorrer ao mercado informal para satisfazer as suas necessidades habitacionais. A prolongada persistência do déficit habitacional e a favelização no Brasil evidenciam a ineficácia das políticas públicas para solucionar a falha da oferta de habitação adequada ao perfil da demanda habitacional da população brasileira. (MORAIS, 2002, p.117)

De fato, neste cenário, torna-se cada vez mais nítido, que para a população de menor poder aquisitivo, tenha

acesso à moradia juntamente com os equipamentos urbanos e infraestrutura, é preciso superar o problema de acesso à terra urbanizada e ao financiamento, conforme relata Pita (2012).

3. Modelo de placemaking

Conforme Britto (2013), as pessoas estão se tornando gradualmente mais comprometidas no desenvolvimento de projetos para espaços públicos e habitação. Sendo este debate centralizado na habitabilidade do espaço, como também, no desenho e na distribuição do mesmo para as comunidades carentes. É exatamente neste ponto, que o *placemaking* pode oferecer informações valiosas através de suas diretrizes, pois irá priorizar os desejos, interesses, inspirações e necessidades da comunidade local no processo de execução do projeto.

No entanto, como o espaço e desenvolvimento sustentável se exteriorizam dentro das prioridades de quem toma as decisões, inicia-se também estratégias e meios para direcionar a comunidade no projeto de locais não convencionais, ou seja, locais não direcionados a qualquer modificação ou uso a partir de um olhar técnico, sugere-se incluir possíveis prédios públicos como: delegacia, UBS, entre outros.

Desse modo, estabelece-se em todas as etapas da elaboração do projeto a intensa troca de experiências entre a comunidade e o agente técnico envolvido, de modo a enriquecer as informações sociocultural das pessoas que ali residem, além de potencializar as diretrizes projetuais para amenizar e/ou solucionar os problemas evidenciados, proporcionando qualidade de vida e moradia digna aos moradores da comunidade.

3.1 Conceito de Placemaking

Tanscheit (2016) esclarece que o termo *placemaking* originou-se em meados do ano de 1960, quando escritores como Jane Jacobs e Willian H. White passaram a desenvolver ideias revolucionarias sobre a criação de cidades que atendam aos anseios das pessoas, focando na importância de bairros vivos e convidativos. Essa

ferramenta prioriza a opinião dos envolvidos na região, tornando indispensável a participação da comunidade no processo de revitalização urbano social e cultural na tomada de decisões acerca do projeto, esclarecendo as reais necessidades e desejos dos que ali residem, favorecendo a utilização do espaço e a interação social.

Dentro dessa percepção, e referenciando o que preconiza a declaração Universal dos direitos do homem, que inclui o direito à moradia digna, vislumbra-se com o uso dessa metodologia, uma possibilidade real e essencial de prover habitação e serviços urbanos adequados para inclusão social, e sobre tudo, a minimização da segregação espacial.

3.2 Planejar espaço urbano usando o placemaking

A cidade não é apenas um lugar onde casas são erguidas, e separadas por ruas. Elas se constroem com a finalidade de se produzir espaços que favoreçam a convivência e a interação social e cultural, estabelecendo vínculos e se respeitando. Atualmente, este tem se tornado o maior desafio enfrentado por arquitetos e urbanistas, engenheiros e áreas afins: planejar cidades que sejam inclusivas, saudáveis, funcionais e produtivas.

Nos dias que correm, quando se trata do planejamento urbano na construção ou revitalização de uma cidade, o que se prioriza, não é mais a melhoria do tráfego de automóveis, como ocorria anteriormente. Fato que claramente reduziu a oportunidade para o pedestrianismo como forma de locomoção, e desqualificou a função social e cultural dos espaços da cidade, como afirma Gerl (2015). Mas sim, as melhores condições para o pedestre e a vida urbana, tornando o espaço vivo, convidativo e saudável, fortalecendo a função social do espaço da cidade. A Um-HABITAT e Project for Public Space (PPS) segundo Porada (2013), formalizaram uma parceria de 05 (CINCO ANOS) no que diz respeito a fomentar novas e trocas de ideias no intuito de educar novas gerações de planejadores, projetistas e outros líderes no assunto sobre o que chamam de Metodologia de *Placemaking*.

A metodologia consiste de acordo com Porada (2013) em 10 passos que ajudaria na construção de uma cidade segura e saudável, onde as pessoas irão poder viver em segurança, independentemente de sua classe social. Estes 10 passos são:

1. **Melhorar as ruas como espaços públicos:** Encoraja o planejamento dos espaços urbanos para pessoas e os lugares, e não apenas para o tráfego de automóveis.
2. **Criar praças e parques voltados a múltiplas atividades:** Espaços públicos devem reforçar a vida urbana e serem cuidadosamente planejados. As pessoas vão aonde outras estão.
3. **Fomentar a economia local através de mercados públicos:** Mercado público além de favorecer a venda e troca de produtos, proporciona melhoria na qualidade de vida das pessoas, favorecendo um espaço vivo e atraente para visitação.
4. **Edifícios que atendam a lugares:** De acordo com Gerl (2015), edifícios construídos dentro da escala humana aproximam as pessoas, garantindo o contato visual entre as mesmas, e maximizando a sensação de segurança.
5. **Conectar a agenda de saúde pública com a agenda de espaços públicos:** Nesse ponto, o planejamento de espaços públicos como: praças, parques, UBSF entre outros equipamentos públicos, que proporcionasse a integração das pessoas. Tornando um lugar agradável, vivo e criativo.
6. **Reinventar o planejamento comunitário:** Trata-se de identificar pessoas que conheçam a história do lugar e possam contribuir para informações a respeito dos desejos e anseios da comunidade.
7. **O poder de 10:** Gerl (2015), esclarece que o espaço planejado deve oferecer no mínimo 10 alternativas diferentes, ou seja, uma praça não deve ser apenas um lugar de passagem, mas de parada, leitura, contemplação, brincadeiras e etc.

8. **Create a Comprehensive Public Space Agenda:** Uma cidade deve tomar decisões ousadas em relação aos espaços públicos, visando melhorias na qualidade de vida das pessoas e maior interação interpessoal das pessoas.
9. **Mais leve, mais rápido, mais barato: experiências pequenas e inteligentes:** Ousadia e iniciativa pode ser o que uma comunidade precisa para desenvolver-se. A exemplo disso temos as hortas comunitárias, mobiliários urbanos criados pelos moradores e outras e outras ideias criativas que dão charme e vida aos espaços.
10. **Reestruturar o governo para potencializar os espaços públicos:** Gradualmente, os gestores estão passando a ouvir a comunidade sobre seus anseios, interesses da comunidade no desenvolvimento do projeto para o espaço público e habitação.

4. Estudo de Caso: Comunidade Califon no Bairro da Estação Velha

O Bairro da Estação Velha situa-se na zona sul da cidade de Campina Grande-PB, numa porção mais próxima do centro da cidade, na bacia do Riacho do Prado, em área relativamente plana, apresentando ainda vazios urbanos. O bairro surge, segundo relatos dos moradores mais antigos, a partir de invasões e atividades de autoconstrução. Os primeiros moradores do bairro ora estavam relacionados às atividades do trem (maquinistas, mecânicos, auxiliares gerais), ora eram “estrangeiros” que “vinham pelos trilhos” à cidade em busca de oportunidades e melhorias de vida. Sua formação socioespacial é discutida desde seu início com a chegada do trem e da construção da estação ferroviária na cidade de Campina Grande em 1907 até o contexto hodierno vigente.

Conforme o censo 2010 do IBGE, o bairro da estação velha possui uma população de 3.313 habitantes, distribuída entre homens e mulheres. A população predominante é feminina com 1.704 habitantes (51,43%) para 1.609 habitantes (48,57%) do sexo masculino. O bairro 974 domicí-

lios e uma média de 3,40 habitantes por domicílios, onde 11,3% destes domicílios não estão ocupados. De modo geral, o bairro possui boa infraestrutura, mas necessita de intervenções, uma vez que existe problemas de mobilidade urbana e acessibilidade, construções irregulares, falta de saneamento básico e espaços subutilizados.

Um dos problemas bastante explícito na comunidade, diz respeito aos passeios públicos. As calçadas marcadas por barreiras físicas (figura 01), dificultam o deslocamento dos pedestres que precisam caminhar pelas ruas. Outra questão, refere-se as áreas subutilizadas e ociosas, que são bastante expressivas. Sem infraestrutura, uma grande área é ocupada pela criação de animais, e abriga um campo de futebol (figura 02), aos finais de semana, revelando grande potencial para apropriação de novos usos.

Figura 01: Calçada sem acessibilidade



Fonte: Autoria própria, 2018

Figura 02: Espaço subutilizados

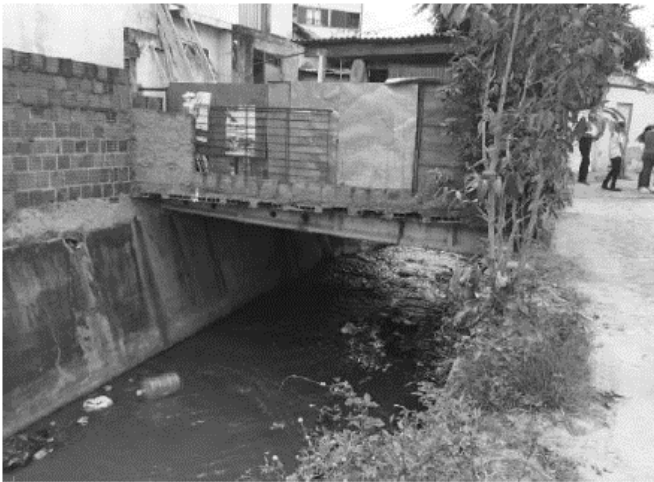


Fonte: Autoria própria, 2018

Possui ainda dois assentamentos irregulares denominados Califon e Estação Velha. Este último localiza-se às margens de um canal que segue em direção ao Canal do Prado. Apresenta condições de moradia e qualidade ambiental baixas, nas áreas ocupadas por estes assentamentos.

É possível identificar essas construções irregulares (figura 04), sem mínima infraestrutura e desprovidas de segurança. Além disso, ficam próximas ou sob o limite do córrego poluído (figura 05) que é uma Área de Preservação Permanente (APP), com presença de redes de esgoto informal e descarte de lixo irregular, favorecendo a proliferação de doenças e contaminação fluvial. Diante desse cenário, ressalta-se à necessidade de intervenção, que proporcione a revitalização do canal e reestruturação das moradias irregulares.

Figura 04: Assentamentos Irregulares



Fonte: Autoria própria, 2018

Figura 05: Córrego poluído sem infraestrutura



Fonte: Autoria própria, 2018

4.1 Uso e Ocupação do Solo

Ao analisar o mapa de uso e ocupação de solo (figura 06), podemos identificar que a área é predominantemente residencial, com alguns usos mistos (residência/comércio). Na Avenida Professor Almeida Barreto se concentra o uso comercial, serviço e algumas residências. O uso Institucional é bem pontual, não tendo tanta ênfase quanto os outros usos mencionados anteriormente. Ainda no mapa, é possível observar grandes áreas sem uso, concentradas no entorno da área de preservação permanente (APP), que poderiam se destinadas a áreas de lazer e equipamentos urbanos.

Figura 06: Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Autoria própria, 2018

Dessa forma o espaço estudado, tem potencial para receber este uso, porém encontra-se em situação de abandono. Ao identificar o bairro como residencial, é notório que os serviços e equipamentos são insuficientes para atender a demanda da comunidade, sendo necessário o deslocamento destes para bairros vizinhos, a fim de poder usufruir dos serviços e comércios (padaria, farmácia, lotéricas, etc.).

4.2 Cheios e Vazios

Através do mapa de cheios e vazios é possível compreender como se organizam os espaços, a partir da relação entre a disponibilidade das áreas livres (vazios) e as áreas construídas (cheios), que possibilita uma melhor compreensão da área de estudo, no desenvolvimento de possíveis diretrizes para intervenção. No

mapa (figura 07) é possível constatar que área possui um traçado com quadras irregulares, com predominância de cheios sobre os vazios na maior parte do bairro. Os cheios estão localizados em sua maioria, onde há maior concentração de imóveis (região sul e limites do perímetro da área). Essas residências, em sua grande maioria não possuem recuos e com ampliações e reformas acabam invadindo o espaço público, ocasionando um traçado labiríntico, desta forma, se configuram como favela. As áreas vazias, se concentram próxima da área de preservação (córrego, linha férrea e museu do algodão) e é cercada por bastante vegetação rasteira, dificultando a ocupação nesse espaço. Portanto, apesar da área ser bem adensada, é considerável o percentual de espaços vazios, que poderiam ser destinados para o uso da população.

Figura 07: Mapa de cheios e vazios



Fonte: Autoria própria, 2018

4.3 Hierarquia Viária

As vias são classificadas pelo Plano de Mobilidade Urbana (2015), como vias locais, vias coletoras e vias arteriais. Nas vias arteriais e coletoras destacadas no mapa (figura 08) onde o tráfego de veículos é de médio a alto fluxo, não foram constatados equipamentos redutores de velocidade. As vias locais que servem predominantemente, às necessidades de circulação dos moradores no acesso aos seus imóveis, na sua maioria estão pavimentadas e apresentam boas condições. O bairro conta com transporte público municipal, onde no mapa foram identificados pontos de parada para ônibus com

quatro linhas de ônibus, que atendem a comunidade em intervalos de 15 minutos.

Entretanto, no bairro a questão de priorizar transporte não motorizados é inexistente, visto que não há ciclovias e/ou ciclofaixas. Assim a população passa a apropriar as vias públicas para fazer o seu deslocamento. A circulação dos pedestres, também é bastante prejudicada uma vez que as calçadas não possuem acessibilidade ou áreas livres para circular, devido as muitas barreiras existentes.

Figura 08: Mapa de Hierarquia Viária



Fonte: Autoria própria, 2018

4.4 Ações e Diretrizes

O desenvolvimento de possíveis diretrizes é focado no espaço público como qualificador fundamental do bairro, a fim de integrar a área de estudo com o seu entorno e manter a identidade da comunidade. Para isso foi preciso entender a dinâmica e o cotidiano do espaço, estudando as demandas, problemas e potencialidades existentes.

Foram elencados 5 problemas em ordem hierárquica de importância, que deram subsídio para apontar possíveis diretrizes:

1. Habitações situadas em área de risco e área de preservação;
2. Poluição e despejo de lixo no córrego;
3. Ausência de saneamento básico e infraestrutura;
4. Espaços sem uso e áreas ociosas;
5. Ruas com alto tráfego e passeios comprometidos.

Com base na metodologia do placemaking foi dado ênfase na criação de espaços de convívio e lazer, ao desenho das ruas como espaço público e na infraestrutura básica, além da realocação e reestruturação das moradias irregulares, que resultaram 5 possíveis diretrizes:

1. Realocação de residências em área de risco e APP:

O Conama (resolução nº 412/ 2009) estabelece a área mínima de 125 m² para o lote ideal e construções a no mínimo de 15 metros do limite de córregos, porém, diversas habitações encontravam-se em situação de risco ou em áreas de preservação ambiental, comprometendo a segurança dos moradores e as condições ambientais. Por esse motivo, considerou-se necessária a realocação dessas construções. A nova área para habitações é proposta numa área vazia do bairro que deverá estar integrada ao parque central.

2. Revitalização do Córrego:

É proposta a revitalização do córrego, ressaltando sua importância como elemento básico na composição da zona urbana. O objetivo é revitalizar o canal poluído, a fim de potencializar a qualidade desse equipamento na comunidade, trabalhando o paisagismo no seu entorno e inserindo passarelas com guarda-corpos.

3. Reestruturação da Infraestrutura:

Requalificação é o ato de providenciar ou desenvolver uma nova estrutura. Sendo assim, o intuito é desenvolver uma infraestrutura que melhore a qualidade de vida no bairro, através da implantação de sistema de saneamento básico, pavimentação de ruas, iluminação pública adequada, alargamento das calçadas livres de barreiras e acessíveis. Outra questão se refere ao sistema de mobilidade urbana (art. 93 do plano diretor de Campina Grande) que tem como objetivo priorizar a acessibilidade cidadã (pedes-

tres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e mobilidade reduzida) sobre o transporte motorizado e a redução da necessidade de deslocamento, podendo ser obtido pelo desenho urbano.

4. Requalificação de áreas ociosas e subutilizadas:

A requalificação urbana é, sobretudo, um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica, através de melhorias urbanas, de acessibilidade ou centralidade (MOURA, 2006, p.20). Ela engloba processos de alteração em uma área urbana com a ideia de lhe dar nova função, diferente daquela pré-existente. Dentro da área de estudo, uma grande área será requalificada. Atualmente o local é coberto por vegetação rasteira e possui dois campos de futebol sem a mínima infraestrutura, iluminação. A fim de potencializar a área é proposto equipamentos que possa atender a comunidade, desde áreas de lazer, esporte, comércio e contemplação como: campo de futebol, quadra poliesportiva, playground, academia pública, quiosques, praças, áreas verdes, mobiliário urbano, creches, área para comércio e serviços, etc.

5. Otimização do sistema viário local e Reestruturação dos passeios públicos:

O desenho urbano seguro ajuda a reduzir a velocidade dos veículos e dá maior protagonismo aos pedestres e ciclistas. Por esse motivo, é proposto vias compartilhadas e elementos redutores de velocidade para as vias de maior fluxo. Para que elas forneçam locais seguros e convidativos para caminhar com segurança e conforto, foram implantadas árvores, postes de iluminação para o pedestre e mobiliário urbano (lixeiras, bancos, paradas de ônibus).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas urbanos brasileiros são particularmente visíveis nas aglomerações urbanas. Estes incluem a exclusão social e a segregação espacial da população pobre nas favelas e assentamentos informais, a carência de moradias, a

escassez de serviços de infra-estrutura urbana e o direito à cidade. Nesse sentido, tornou-se pertinente uma reflexão acerca da produção do espaço urbano e do acesso a moradia na melhoria da qualidade de vida da população.

O presente artigo elencou esses problemas, principalmente aqueles relacionados ao direito à moradia e espaços públicos, que refletem numa política que não contempla a população de baixa renda. Sendo assim, a pesquisa apresentou aspectos particulares da comunidade Califon, desde as problemáticas que surgem devido ao processo de urbanização acelerado no Brasil até suas potencialidades, que contribuem para apropriação do espaço pela população, a partir de novos usos.

Foi importante ressaltar, a necessidade de repensar as estratégias utilizadas para desenvolver as diretrizes, respeitando o contexto histórico e cultural, tanto do lugar como dos moradores, a fim de garantir um ambiente seguro, confortável e de qualidade. Nesse contexto, o estudo e diretrizes apresentadas nesse artigo podem contribuir na sistematização de informações e possíveis intervenções em estudos preliminares para projetos de urbanização, da comunidade Califon e áreas similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Ana Luiza Severino. **Política de habitação de interesse social: o reassentamento do Comunidade do Araxá/Campina Grande-PB em busca da garantia do direito à moradia**. 2011. 19 f. Monografia (Especialização) - Curso de Serviço Social, UEPB, Campina Grande, 2011.

BINDA, Renan. et al. **Placemaking no contexto do desenvolvimento urbano baseado em conhecimento e seus dispositivos de comunicação**. In: Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação, 2017, Foz do Iguaçu. Conhecimento e inovação para competitividade industrial CIKI, 2017. v. VII.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A política habitacional no Brasil (1930-1990)**. Disponível em: <<http://fals.com.br/revela/REVELA%20XVII/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

BRITTO, Fernanda. **Espaços comuns: Urbanismo, Sustentabilidade e a arte do Placemaking**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/104484>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

CECCHETTO, Carise et al. **Habitação de interesse social: alternativas sustentáveis**. Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto - Gedeccon vol.3, nº. 02, 2015.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco, 3º ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MONTEIRO, Adriana Resendo, Veras, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão habitacional no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-22012017000100214&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso: 21 janeiro de 2019.

MORAIS, Maria da Piedade. **Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil**. Ipea: 2002. Disponível em: ><http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4767>< Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

PAGANI, Barbosa Santos et al. **Segregação socioespacial e especulação imobiliária no espaço urbano**. Argumentum, vol. 7, núm. 1, enero-julio, 2015, pp. 167-183

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008, v.XII, n.270, agosto de 2008.

PITA, Ana Luzia Lima Rodrigues. **Segregação urbana e organização socioespacial: um estudo da Comunidade do Timbó, em João Pessoa – PB** – João Pessoa, 2012.

PITA, Ana Luzia; SANTOS, Jakeline Silva. **Segregação e periferia: a expressividade da comunidade do Timbó em João Pessoa-PB**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 5., 2018, Salvador. Anais, Salvador: Edufba.

PODORA, Barbara. **Dez modos de transformar as cidades através de placemaking e espaços públicos**. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-112017/dez-modos-de-transformar-as-cidades-atraves-de-placemaking-e-espacos-publicos>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

SANTOS, Angela Moulin Simões et al. **Direito à moradia: um direito social em construção no Brasil: a experiência do aluguel social no Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt3/gt3_angela.pdf. Acesso em 19/01/2019.

TANSCHKEIT, Paula. **Placemaking x gentrificação: a diferença entre revitalizar e elitizar um espaço público**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/791764/placemaking-x-gentrificacao-a-diferenca-entre-revitalizar-e-elitizar-um-espaco-publico>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

ESTUDO SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NOS BAIRROS CENTRO E JARAGUÁ: CONSEQUÊNCIAS DA CONCENTRAÇÃO DOS MESMOS PARA A DINÂMICA DA CIDADE MACEIÓ - AL.

STUDY ON USE AND OCCUPATION OF THE LAND IN CENTRO AND JARAGUÁ NEIGHBORHOODS: CONCENTRATION OF THE SAME USES AND THEIR CONSEQUENCES TO THE URBAN DYNAMICS OF MACEIÓ CITY.

ANA CLARA FERREIRA ASSIS

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFAL, Bolsista de iniciação científica, CNPq
E-mail - anaclara.assis@outlook.coml

DANDARA MELO CORREIA

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFAL, Colaboradora no Programa de Educação Tutorial - PET, E-mail - dandaramelocorreia@gmail.com

MIRELE SOARES DA SILVA

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU/UFAL, E-mail - mirelesoares@live.com

DÉBORA DE BARROS CAVALCANTI FONSCECA

Doutora em planejamento urbano; Professora adjunta da faculdade de arquitetura e urbanismo (fau), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), E-mail - debora.cavalcanti@fau.ufal.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o uso e ocupação do solo na cidade de Maceió, através de um recorte que compreende os bairros do Jaraguá e Centro, de forma a identificar seus problemas e contribuir para possíveis soluções. Esse estudo foi realizado com base nos ideais dos teóricos que estudam sobre modelos de cidades e as consequências de sua configuração. A pesquisa acerca do tema foi dada através de levantamento histórico dos bairros, identificação de urbanistas relacionados ao tema de estudo. A partir disso, foi desenvolvido uma proposta com o intuito de sanar as problemáticas encontradas nesse recorte.

PALAVRAS CHAVES: Uso e ocupação do solo, Diversificação do uso do solo.

ABSTRACT

The present work aims to study the use and occupation of the land in the city of Maceió, through a cut that includes the neighborhoods of Jaraguá and Centro, in order to identify their problems and contribute to possible solutions. That study was carried out based on the ideals of the theorists who models of cities and the consequences of their configuration. The research on the historical survey of neighborhoods, identification of urbanists related to the subject of study. From this, a with a view to remedying the problems encountered in this cut.

KEYWORDS: Use and occupation of the land; Diversification of land use.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Plano diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2010), O Uso e ocupação do solo é definido em função das normas relativas à densificação, regime de atividades, dispositivos de controle das edificações e parcelamento do solo, que configuram o regime urbanístico. No Plano Diretor da cidade de Maceió (MACEIÓ, 2006), são apresentadas as diretrizes gerais para ordenação de tal uso e ocupação, sendo segmentado em meio

urbano e rural. Dentre as diretrizes expostas no Plano, estão o adensamento controlado nas áreas com maior potencial de infra-estrutura urbana; Requalificação dos bairros da região sul da Cidade, dentre eles o bairro do Centro; incentivo à ocupação dos vazios urbanos situados em áreas com infra-estrutura urbana; descentralização de atividades, ordenando centros de comércio e serviços na Cidade e promoção de um sistema eficiente de acompanhamento da dinâmica urbana.

No escopo da análise crítica dessa ocupação de solo na cidade de Maceió¹, levando em consideração urbanistas de diferentes escolas e períodos, para uma análise mais acentuada com um intuito de não apenas melhor compreender o assunto, mas também trazer o questionamento de como o uso e ocupação do solo acontece na cidade de Maceió - AL, propondo melhorias a este aspecto. Para a investigação do tema, foi feito um recorte na cidade, que compreende parte do bairro do Centro e Jaraguá (Imagem 01). A escolha do trecho se deu a partir do objetivo adotado: o de estudar sobre o Uso e Ocupação do solo nos bairros Centro e Jaraguá, onde há predominância/concentração dos mesmos usos, de modo a conhecer as consequências dessa configuração e os malefícios ou benefícios para a dinâmica da cidade Maceió - AL. A escolha se deu igualmente pelo fato de que ambos os bairros são antigos e possuem edificações históricas relevantes.

Imagem 1: Recorte da área de estudo, trecho dos bairros Centro e Jaraguá.

Fonte: Google Maps. Recorte realizado pelas autoras.



1 Através da disciplina de Planejamento Regional Urbano 1, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade Federal de Alagoas.

O bairro Centro, nome dado devido à sua centralidade na formação de Maceió, apresenta hoje majoritariamente a concentração do comércio local, além de usos institucionais. O bairro também é caracterizado pela diversidade arquitetônica, apresentando exemplares nos estilos eclético, barroco, moderno e alguns resquícios do colonial.

O bairro do Jaraguá por sua vez, apresenta atualmente uma menor concentração de comércio em relação ao centro, mas também apresenta usos comerciais e principalmente de serviços e institucionais, historicamente muito relacionadas à importante presença do Porto do Jaraguá. A própria fundação da cidade de Maceió se confunde com a história do porto, já este foi o principal motivo para que a capital do estado fosse transferida de Marechal Deodoro para a cidade. A localização do Porto, que outrora promovia a vivacidade e valorização do bairro, assistiu a decadência deste, em meados do século XX, quando o bairro passou a abrigar poucas e cada vez mais desvalorizadas residências (SIMÕES, 2017). Apesar da tentativa de revitalização iniciada pela prefeitura na década de 90, e da abertura de boates, casas de shows e restaurantes de rua, o bairro tem novamente sofrido constante desvalorização nos últimos anos.

METODOLOGIA

Para a realização do presente artigo, foram utilizados as experiências e percepções como residentes da cidade de Maceió. Essas experiências juntaram-se a relatos de outros moradores e ao senso comum existente na cidade sobre essas áreas. O recorte da área foi feito através da ferramenta de geolocalização “Google Maps” (GOOGLE, 2018). A discussão foi então embasada por referenciais bibliográficos de teóricos do urbanismo, dentre eles Walter Benjamin (BENJAMIM, 1989), da escola Alemã; Lewis Mumford (CHOAY, 2003) e Peter Hall (HALL, 1970), da escola inglesa; Le Corbusier (CORBUSIER, 1933), da escola francesa; Jane Jacobs (JACOBS, 2011), da escola americana; Milton Santos (SANTOS, 1979), Ermínia Maricato (MARICATO, 2014) e Carlos Leite (LEITE, 2016), urbanistas brasileiros, sendo os dois últimos também contemporâneos. Foram consideradas também como referência as diretrizes do Plano

Diretor da cidade de Maceió e o histórico de intervenções urbanas realizadas pela prefeitura nos anos 90 até os dias atuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde a sua fundação, as cidades sempre serviram como espaços que além da função residencial, agregam o papel de servir de meio para a troca de bens e prestação de serviços. Das feiras dos burgos medievais às megacidades globais, as relações urbanas sempre estiveram ligadas a esses fluxos. A cidade de Maceió, não escapa dessa lógica, e teve sua fundação e crescimento intimamente ligado a um importante instrumento estrutural que possibilita o fluxo de comércio: o porto de Jaraguá.

Apesar da importância da economia para a construção das cidades, estas são antes de tudo, um espaço de vida humana, com todas as complexidades sociais que isso envolve. Como nos diz o filósofo Walter Benjamin (1898), é na cidade, esse espaço-corpo de artifícios, que se inscrevem as paixões e as emoções do homem da multidão, e é o homem que se torna o fluxo da metrópole.

Concentração de usos

No bairro do Jaraguá esse comportamento urbano também pode ser observado, mesmo que em reduzida escala. Essa menor sensação de descaso e sucateamento presenciada no Jaraguá se dá em parte pelos resquícios dos esforços feitos a fim de revitalizar o bairro, que ainda preservam alguns exemplares de casas noturnas e também de espetáculos e atividades culturais propostas pela própria prefeitura, medida paliativa ineficaz no momento em que a própria população maceioense não se sente pertencente ao bairro. No entanto o bairro apresenta subutilização em praticamente todos os horários, atenuando nos fins de semana, uma vez que os usos, de serviço e institucionais, concentrados são direcionados às edificações. O número reduzido de pessoas que são atraídas para o bairro do Jaraguá dirigem-se a edifícios, esses muitas vezes sem contato com a rua. Ao contrário do bairro Centro que embora

apresente predominância de uso, movimentam centenas de pessoas diariamente das 8h às 18h.

Esses esforços de diversificar os usos, mesmo insuficientes, já são consideráveis para que o problema de concentração de fluxos apenas nos horários comerciais no Jaraguá seja menos crítico do que o observado no bairro do Centro, que não foi alvo de um projeto de revitalização com esse cunho, mesmo que pouco eficaz. De fato, no centro de Maceió, as alterações propostas através dos anos (como a criação de um calçadão no comércio) (Imagem 2) tiveram como objetivo a valorização da atividade econômica, e não a diversificação de uso com vistas à vitalidade urbana.

Imagem 2: Calçadão do comércio, rua do Livramento em Maceió, ação para melhoria do uso comercial da área.



Fonte: AUTORAS, 2016

No bairro do centro de Maceió, pode-se observar um desequilíbrio entre as funções econômicas e habitacionais da cidade. A ocupação do solo quase exclusiva para fins comerciais e institucionais têm provocado alguns fenômenos urbanos como uma perceptível falta de ocupação humana nos horários não comerciais. A escassez de residências transforma o espaço em uma verdadeira “cidade-fantasma” durante a noite e aos fins de semana, quando a função comercial está inativa. Essa ausência de usuários do espaço urbano, por sua vez, aumenta a sensação de insegurança, por não proporcionar o que Janes Jacobs (2011) vai conceituar como “olhos da rua”.

Os problemas trazidos por essa concentração de usos únicos, também vai ser abordado pela autora, que vai destacar em sua obra, a falta de comodidade e segurança, ou de uma própria vida urbana intensa ocasionadas por essa monotonia. Jacobs vai defender, por sua vez, que para que a cidade prospere se faz necessário que diferentes pessoas frequentem os espaços em diferentes horários do dia. E essa necessidade é econômica também, uma vez que estabelecimentos comerciais e parques precisam de frequentadores para existirem.

O espaço de praças

Apesar de apresentar majoritariamente áreas de interesse comercial e institucional, o Centro possui em sua infraestrutura praças destinadas para o lazer da população. Muitas dessas foram implantadas com o desejo de modernização da cidade. Mas o uso dessas áreas acompanha a mesma lógica das ruas do Centro da cidade, onde a ocupação é resumida aos horários de comercialização, sendo ocupadas prioritariamente por ambulantes e moradores de rua. No bairro do Jaraguá essa situação é intensificada, já que não só as praças, mas também a orla não é utilizada pela população. Lewis Mumford (2003) criticava a ausência de integração das áreas verdes da cidade com o meio urbano, vistas apenas como refúgio. Defendia a importante função social desses espaços. No recorte em estudo, esses locais não possuem essa função e conseqüentemente não são valorizados pela população.

No centro de Maceió, essa concentração de usos únicos e suas conseqüências são evidentemente notadas, e contribuem para um espaço urbano cada vez mais decadente, e desvalorizado, principalmente para o uso residencial.

O patrimônio existente

Outro problema urbano ocasionado pela concentração de usos repetidos nessa área é o conflito existente entre a necessidade de preservação do patrimônio histórico edificado nesses bairros e os interesses econômicos dos comerciantes que ocupam esses prédios.

Por se tratar de uma das áreas mais antigas da cidade de Maceió, os bairros do Centro e do Jaraguá possuem muitos edifícios históricos. Porém, a atual política de preservação adotada acaba promovendo a criação de edificações “cascas”, onde apenas a fachada é preservada em um prédio oco e completamente descaracterizado. No caso do centro, até essas fachadas “preservadas” são cobertas por grandes letreiros de propaganda, e nomes de estabelecimentos, o que torna a presença dos edifícios históricos quase imperceptíveis à altura do observador. De acordo com a Carta de Atenas, “a morte não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens, e é necessário reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas obras que ainda estão bem vivas, pois nem todo o passado tem direito a perenidade.” (CORBUSIER, 1979)

Sobre a questão da preservação de edifícios, tem-se mais uma vez Jacobs, que afirma que é necessário uma diversidade entre edificações novas e antigas para que uma área não se torne decadente (IMAGEM 03). Com a necessidade de preservação do que já não se tem muito para preservar, é privado o espaço de algo novo, espaços em potencial para a diversidade de usos, esses que pelo Plano Diretor de Maceió são incentivados a ocupação, por se tratar de um bairro com infraestrutura consolidada.

Imagem 03: Patrimônio histórico degradado na rua Sá e Albuquerque, no bairro do Jaraguá.



Fonte: AUTORAS, 2014.

Uso residencial e mobilidade

Em contraste com essa realidade de bairros centrais pouco habitados transformando-se em cidades fantasmas permanentes ou ocasionais, depara-se com uma política pública de habitação social que afasta ainda mais as classes sociais menos favorecidas das regiões centrais. Sobre esse afastamento da população, a urbanista Ermínia Maricato diz que “É uma periferia de tradição escravista que não tem direito aos benefícios urbanos de uma coletividade e que é jogada para áreas ambientalmente frágeis, como áreas de proteção de mananciais, encostas. Esta população não cabe na cidade, ela não tem direito a uma cidade urbanizada e qualificada.” (MARICATO, 2014)

No caso de Maceió, a cidade não se desdobra, possui dois desafios: de um lado há a necessidade de prover os bairros periféricos com os serviços urbanos mais básicos, e de outro a tentativa de revitalizar uma centralidade que se torna inacessível à moradia, devido a setorização do uso. Porém, a visão mercantilista da habitação, continua reproduzindo esses padrões de residências cada vez mais distantes dos centros da cidade, e afastando a população de serviços básicos de infraestrutura.

Ao afastar a população nos bairros periféricos cria-se uma espécie de “dança” na cidade, de movimentos pendulares, nos quais os moradores se deslocam de suas moradias, todos os dias, para os locais de trabalho, trazendo grande impacto, de um lado pela criação de bairros dormitórios; do outro por acarretar problemas em relação ao tráfego intenso em horários de pico face aos longos deslocamentos casa-trabalho.

O fenômeno que ocorre com a população que trabalha no centro da cidade de Maceió, se relaciona diretamente com a descrição de Le Corbusier (1993) sobre a cidade Europeia, em que o maquinismo rompe a proximidade da moradia e a oficina, condicionando os trabalhadores a percorrerem diariamente longas distâncias em condições cansativas de pressa e de agitação, perdendo inutilmente uma parte de suas horas de lazer, derivando um dos grandes males da época: o nomadismo das populações operárias.

Em Maceió, esse fenômeno é ainda mais evidenciado pelas condições precárias de meio de transporte coletivo e sistemas viários, e nos quais a classe mais baixa é a mais afetada. De acordo com Milton Santos (1979), os contrastes socioeconômicos da realidade urbana também se expressam na configuração espacial, desde as dinâmicas internas da produção dos espaços urbanos, até mesmo na circulação da população dentro da cidade, sendo as rotas diárias representativas das realidades vividas distintamente pela população.

Propostas de uso para os bairros do Centro e Jaraguá.

No caso do bairro do Jaraguá, onde há um grande índice de espraiamento e insegurança, seguidos também por edificações abandonadas, o que intensifica a diminuição de fluxo de pessoas para com o bairro, nos traz um grande potencial de implantações de novos usos, tais como residenciais, principalmente para fornecer moradias aos residentes da vila dos pescadores, que ocupam uma área considerada “irregular” pela prefeitura e que já sofreram remoções, essas moradias seriam benéficas, por manter os moradores em seu bairro, proporcionando uma moradia de qualidade, proximidade com o local de trabalho e na tentativa de preservar os laços construídos e o pertencimento com o bairro. Outros usos a serem implantados são os de comércio voltado ao turismo para potencializar a área já que essa apresenta não só um sítio histórico mas também museus, algo semelhante ao que já foi proposto na área do Recife antigo, Recife - PE.

Assim como o urbanista Carlos Leite (2016) defende a ideia de que em territórios compactos de usos diversificados que os moradores poderão desenvolver as atividades da vida cotidiana em pequenos deslocamentos sem depender do carro – morar, trabalhar e encontrar as amenidades do dia a dia de modo compacto e próximo.

O bairro do Centro, também poderia seguir uma lógica similar de diversificação da ocupação, podendo abrigar novas tipologias de moradia, capazes de atender outras demandas. Um exemplo de tipologia que poderia ser implantada é a de pequenos apartamen-

tos, de custo mais acessível para a ocupação de jovens estudantes, de pequenas famílias ou até mesmo idosos. Esse perfil de moradores poderia ser menos dependente de transporte individual, o que compensaria a dificuldade de construção de grandes áreas de estacionamento nesta região. Esse tipo diverso de moradores poderia enriquecer a região com hábitos de vida e ocupação distintos, proporcionando maior vivacidade à região, e também maior qualidade de vida a esses, que passariam a viver em uma região de maior acesso aos serviços e à infra-estrutura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se assim que embora tenha sido feito um recorte do bairros do Centro e Jaraguá, a cidade de Maceió como um todo, possui uma setorização marcante, tanto de usos e ocupação do solo quanto de demarcação de renda. Esse tipo de setorização foi muito defendido por urbanistas progressistas, tais como Peter Hall (1970), em favor das zonas empresariais urbanas, e os distritos planejados para as regiões críticas da cidade. O que Hall e outros da época defendiam, até pode ter sido benéfico para para a década de 60, mas nas dinâmicas atuais, estão de certa forma ultrapassadas. Ao criar zonas, ou bairros (no caso de Maceió) onde um uso é predominante ao outro, há a tendência de se obter problemas de fluxo, mobilidade, adensamento populacional, espraiamento urbano e até insegurança. De acordo com Milton Santos, os contrastes socioeconômicos da realidade urbana também se expressam na configuração espacial, desde as dinâmicas internas da produção dos espaços urbanos, até mesmo na circulação da população dentro da cidade.

Por fim, é preciso então retomar ao conceito francês do “Direito à Cidade, citado e definido por Ermínia Maricato como essa “festa urbana” de uma cidade “que expressa diversidade e que utiliza seus espaços mais valorizados para oferecer lazer, cultura e serviços à população.” (MARICATO, 2014). Essa cidade que pode ser realmente vivida pelos seus moradores, depende muito menos de uma legislação mais eficaz ou de conhecimentos técnicos e muito mais do ques-

tionamento, da participação coletiva e do enfrentamento aos interesses do grande capital que aí estão.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. *Diário de Moscou*. Tradução de Hildegard Herbold. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHOAY, F. *O Urbanismo: utopia e realidades de uma antologia*; São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- CORBUSIER, L. *Carta de Atenas*. Tradução: Lúcia Gomes. Ed. Perspectivas. 3ª ed. São Paulo. 2014.
- CORBUSIER, L. *Planejamento Urbano*. Tradução: Lúcia Gomes. Ed. Perspectivas. 3ª ed. São Paulo. 2014
- CYMBALISTA, R. *Lendo Jane Jacobs*. São Paulo, FAU USP, 2016.
- DUARTE, F. *Cidades na sociedade de informação: Clusters urbanos, Arquitextos*, Vitruvius 2005.
- JACOBS, J. *Morte e Vida de grandes cidades*. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011
- LEITE, C. “Instrumentos urbanos inovadores”. *Arcoweb*, maio 2016.
- MACEIÓ. Lei Municipal nº. 5486, de 30 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Maceió*, Maceió, 30 dez. 2005.
- MARICATO, E. *O direito à cidade depende de reforma urbana que democratize o uso e a ocupação do solo: entrevista*. [Maio de 2014]. São Paulo: Mobilizadores COEP. Entrevista concedida à Rede Mobilizadores.
- _____. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. Belo Horizonte, 2003.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SILVA, P. S. “Walter Benjamin e as Metrôpoles Modernas: A Noção de uma Educação Estética em Infância Berlinese: 1900 E Diário De Moscou”. *Cadernos Walter Benjamin*. n. 12. 2014
- SIMOES, L. (coord.). *Maceió 200 anos*. Maceió: instituto Arnon de Mello, 2017.

INTERVENÇÃO EM CENTRO HISTÓRICO, AVALIAÇÃO DE OCUPAÇÃO URBANA

INTERVENTION IN HISTORICAL CENTER, EVALUATION OF URBAN OCCUPATION

PROF. DR. PIER PAOLO BERTUZZI PIZZOLATO
UNIFACISA. UNIFAVIP. pier.pizzolato@unifavip.edu.br

RESUMO

O tema proposto procurará avaliar a ocupação de imóveis históricos no centro da cidade de João Pessoa, levando em conta o processo de gentrificação em áreas consolidadas, principalmente considerando que a presença de moradores de baixa-renda são constantes nas regiões centrais de cidades antigas. A gentrificação é comprovadamente um processo de exclusão desses moradores, buscando sempre na manipulação de obras de “embelezamento” ou “revitalização” desses centros a melhor forma de capitalização feita pela especulação imobiliária.

É possível considerar a intervenção da Villa Sanhauá como uma ocupação fora da curva, apontando um conceito de cordialidade na revitalização de edifícios históricos degradados, respeitando a comunidade próxima com seus relacionamentos socio-econômicos, permitindo uma nova ocupação, mais consciente e sustentável, evitando espaços voltados para o turismo predatório e exploração imobiliária?

A metodologia utilizada se baseia em análise bibliográfica e empírica a partir de dados obtidos de forma indireta.

Palavras-chave: Intervenção em sítios históricos, gentrificação, patrimônio histórico.

ABSTRACT

The proposed theme to evaluate the occupation of historical properties in the center of the city of João Pessoa, taking into account the process of gentrification in consolidated areas, especially considering that the presence of low-income residents are constant in the central regions of old cities. Gentrification is evidently a process of exclusion of these residents, always seeking in the manipulation of works of “embellishment” or “revitalization” of these centers the best form of capitalization made by property speculation.

It is possible to consider the intervention of Villa Sanhauá as an occupation outside the curve, pointing to a concept of cordiality in the revitalization of degraded historical buildings, respecting the community with its socio-economic relationships, allowing a new occupation, more conscious and sustainable, avoiding spaces predatory tourism and property exploitation?

The methodology used is based on bibliographic and empirical analysis based on data obtained indirectly.

Keywords: *Intervention in historical sites, gentrification, historical patrimony.*

INTRODUÇÃO

“O processo de gentrificação é sempre descrito como negativo, mas é também o motor para a redefinição do urbano”. Esta frase foi proferida pelo arquiteto dinamarquês Bjarke Ingels¹ em entrevista à Revista digital El País (El País Semanal²). Na entrevista ele defende que independente dos efeitos negativos associados ao processo como, por exemplo, a expulsão dos moradores menos favorecidos do local e arredores, a gentrificação também pode ser considerada elemento-chave para a reocupação de es-

¹ Sócio fundador do escritório BIG (2008), discípulo de Rem Koolhaas, atualmente fazendo parte da renomada nova geração de arquitetos europeus. Seus principais projetos são: Denmark Pavilion, Shanghai Expo 2010, VM Houses / BIG + JDS, Mountain Dwellings / PLOT = BIG + JDS e Copenhagen HarbourBath / BIG + JDS

² https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/eps/1508709954_150870.html, acessado em 23/07/2018.

paços degradados no tecido urbano, transformando-os em novos polos de agenciamento da população, trazendo movimento e vida para áreas que até pouco tempo estavam marginalizadas e esquecidas pela sociedade.

A frase, ainda que carregue um sensacionalismo exacerbado, pretendendo causar estranheza em relação à visão negativa da gentrificação como atividade de “pasteurização” do espaço consolidado, desperta uma indagação interessante: existiria da parte do poder público a possibilidade de garantir que investimentos em áreas históricas (seja aporte financeiro ou projeto público ou privado) possam considerar a realidade ali instaurada como elemento a ser trabalhado e ressignificado, evitando a expulsão dos moradores do local?

A proposta deste artigo quer averiguar, a partir da recuperação de oito casarões do início do século XX localizados no centro histórico da cidade de João Pessoa, se o poder público, ao revitalizar o local, promoveu a reinserção da população local na estrutura social vigente, impedindo uma possível substituição de tipos de moradores. Poder-se-ia dizer que houve ali “gentilificação”³, promovendo a tão necessária requalificação do centro histórico da capital paraibana e respeitando população ribeirinha do Porto do Capim?

EMBASAMENTO TEÓRICO

Considerando que a formação e o crescimento urbano de uma cidade passa por sua reconfiguração social, a dinâmica socioeconômica se faz num processo permanente de empreendimentos imobiliários, crescimento populacional e políticas públicas na delimitação dos espaços públicos e privados, com o adensamento de determinadas áreas. Neste cenário, a evasão de atividades econômicas e de população, deflagra o abandono e a degradação de centros já consolidados. Esse movimento de renovação urbana e seus impactos são de grande

3 Neologismo que exprime o conceito de cordialidade através da intervenção em edifícios históricos degradados, respeitando a comunidade próxima com seus relacionamentos sociais e econômicos, permitindo a revitalização mais consciente e sustentável, evitando a criação de espaços voltados para o turismo predatório e exploração imobiliária.

valia para arquitetos e urbanistas no intuito de, a partir deles, definir metas, projetar intervenções e desenvolver planos diretores para o espaço urbano desejado.

O raciocínio que subjaz à legitimação dos investimentos em centros históricos e os efeitos recorrentes da escolha dessas intervenções deve levar em consideração a seguinte indagação: deve ser função do Estado investir na desapropriação da propriedade privada (como a Constituição Nacional prevê⁴), com vistas a renovação urbana ou deve caber ao mercado a capacidade de por si só regular a demanda e oferta de áreas residenciais em espaços urbanos já consolidados?

Quando se fala da apropriação espacial das cidades, os anos a partir de 1980 marcaram tal atividade pela forte injeção de capital privado, sempre com o respaldo do poder público, transformando o espaço resultante em implantações “fragmentadas”, quase destacada de seu envoltório urbano com caráter eminentemente pós-moderno. Grandes áreas industriais desativadas, terrenos vagos ou centros urbanos consolidados decadentes se tornaram foco de intervenções urbanas financiadas por empresas privadas aproveitando a profusão de empréstimos bancários à juros baixos propiciados pela desregulamentação financeira.

Megaprojetos de renovação urbana procuraram atrair novas atividades econômicas através da construção de centros cívicos, de negócios, comerciais e de turismo, com suas modernas torres de escritórios, shopping centers sofisticados, hotéis, centros de convenções, marinas, restaurantes, complexos poliesportivos e parques temáticos em várias cidades do mundo. (Nobre 2003, p. 2)

O poder público, neste cenário neoliberal, tem um papel de gerenciamento e planejamento estratégico dos investimentos, procurando direcioná-los para a autopromoção das cidades, fazendo uso para isso de técnicas de propaganda e marketing – grandes eventos

4 A função social da propriedade privada é prevista na Constituição Federal em seu artigo 182, §2º, quando esta cumpre as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, sendo passível de fiscalização para apurar o uso adequado.

mundiais, como as Olimpíadas de Barcelona, em 1992, e a Expo98, em Lisboa, serviram de alavanca para o financiamento de obras de revitalização de espaços urbanos, sempre em áreas degradadas.

Os países que não contaram com esses eventos aproveitaram a oportunidade para investir na renovação urbana das áreas degradadas⁵, como as Docas na Inglaterra ou na Potsdammer Platz/Band des Bundes em Berlim (unificação da Alemanha após a queda do muro de Berlim)⁶, visando a especulação imobiliária e o setor terciário (sede de multinacionais).

Hoje, após mais de 30 anos, é possível averiguar que o saldo final dessas intervenções perpetuou os interesses do capital imobiliário, principalmente os proprietários de terra, investidores (especulação imobiliária), a construção civil e a indústria do turismo, deixando em segundo plano as demandas de emprego, moradia, saúde e educação da população local de baixa renda, muitas vezes causando a sua expulsão para regiões mais afastadas, via de regra com baixo suporte urbanístico.

Dentro do formato designado por essa tendência, os principais usuários das intervenções urbanas das décadas de 1980 e 1990 têm o perfil de jovens executivos, na maioria solteiros ou casais sem filhos que optaram em adquirir imóveis (ou mesmo no perfil de aluguel) por causa da facilidade da mobilidade urbana implantada ou pelo simples fato de estarem próximos ao trabalho, além da ressignificação cultural do espaço transformado. Esse novo processo de ocupação foi nomeado gentrificação e os principais exemplos foram as ocupações ocorridas nos bairros do Soho (Nova Iorque, 1970), Marais (Paris, 1980) e nas Docklands (Londres, 1981).

5 No Brasil podemos indicar a intervenção ocorrida no Pelourinho (Salvador), aonde a Fundação Roberto Marinho e o Poder Público investiram na capitalização econômica e turística da capital sotero-politana, expulsando a população pobre local.

6 Outra intervenção urbana que ganhou repercussão na época foi a construção do Centro Georges Pompidou em Paris (1977), projeto de Renzo Piano e Richard Rogers que, através de um edifício com função cultural logrou-se a revitalização do bairro de Les Halles que se encontrava bastante degradado na região central da capital francesa.

Nos últimos anos, houve a consolidação desse processo de ocupação do espaço urbano, onde mais e mais áreas degradadas passaram a ser supervalorizadas tornando-se guetos de novos moradores de alto poder aquisitivo ou em ascensão social/econômica em detrimento da população tradicional desses locais, mas apresentados sob o conceito de desenvolvimento sustentável e de conservação urbana.

Entende-se como desenvolvimento sustentável nestes parâmetros, uma política de pluralidade de ocupação do espaço, permitindo uma mescla de tipologias e usos, buscando uma gama cada vez maior de atores sociais, como era comum nas cidades pré-industriais europeias. O esforço na maioria das vezes não se concretiza ou não se sedimenta por causa da dificuldade da harmonização destes elementos.

Importante avaliarmos esse fator, pois o objeto de análise desse artigo tem como forte componente a interação social entre os atores, principalmente quando se libera o uso comercial no térreo dos casarões para que haja um ciclo capitalista completo (moradia e geração de renda), tentando assim viabilizar o componente de mercado, tornando a empreita suficientemente sustentável tanto do ponto de vista econômico quanto social.

CONCEITO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA MANUTENÇÃO E USO

Como vemos comumente, a noção geral de conservação urbana envolve áreas históricas, seu patrimônio cultural/natural e contempla ideias de proteção e manutenção (principalmente a preventiva) como mais eficazes para a conservação do que intervenções de restauro. Essas ações procuram não se tornar obstáculos para a modernização desses espaços, sendo suas transformações elementos balizadores da interação do novo com o antigo, absorvendo as melhorias necessárias para a perpetuação das atividades ali estabelecidas, sem a descaracterização promovida pela ação do mercado imobiliário.

A intervenção implantada pela prefeitura de João Pessoa segue esse viés, buscando a ocupação dos casarões abandonados e destruídos pelo fogo, por meio da

reconstrução de suas partes internas, preservação crítica de suas fachadas e a reinserção da população ao local, reavivando a função social dos imóveis, valorizando e requalificando aquele trecho do centro da cidade (a principal transição entre a cidade baixa e a cidade alta). Para a Prefeitura, a revitalização desse local via recuperação das construções é fundamental para a retomada de ocupações residenciais, entendendo que isto feito impulsionar-se-á a revitalização do bairro central.

Necessário apontar algumas peculiaridades sobre a cidade: fundada em 1585 com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, é considerada a terceira cidade mais antiga do país. A fixação da população se deu às margens do rio Sanhauá, navegável e com muitos pontos de instalação de defesas (Fortes) e extensas áreas para a produção de cana-de-açúcar (Engenhos), importantes itens para a segurança e desenvolvimento do local.

A cidade baixa logo recebeu o nome de Varadouro e a sua principal ligação com a área habitada dava-se pela ladeira do conjunto franciscano, onde todo o comércio de bens e serviços transitava de um lado para o outro. A configuração do trecho da cidade era de quadras irregulares, compostas por lotes estreitos e compridos, acomodando-se à topografia e, portanto, a maioria das ruas eram sinuosas e com a implantação de vários armazens de comércio e distribuição de açúcar.

A implantação do conjunto (datado dos anos de 1920 e 1930, com características do estilo Art'Deco nas fachadas) decorre da ocupação de terrenos já delimitados do período colonial e que sofreram constantes alterações⁷ durante a transição entre o Império e a República, chegando ao ápice no começo do século XX quando hou-

7 “Entretanto, com o processo de urbanização da capital, algumas ruas foram calçadas, enquanto outras foram abertas ou ampliadas. Neste caso, registros históricos e os resultados da pesquisa arqueológica sugerem que esta via foi alargada e os lotes onde se encontram os Casarões foram diminuídos e reconfigurados. Portanto, suas edificações originais, com suas características e tipologias arquitetônicas foram demolidas e reconstruídas, dando lugar ao conjunto atual”. Termo de licitação lançado pela Prefeitura de João Pessoa – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL – SEMHAB, fevereiro 2017. Pág. 3.

ve a consolidação de todo o ideário eclético na região trazido pelo dinheiro da produção algodoeira⁸, o que na época gerou um fluxo considerável de capital nas famílias oligárquicas da região. Neste período foram construídas a Associação Comercial da Paraíba (1917), a fábrica de Vinho de Caju Tito Silva (1930) e a própria praça Antenor Navarro e seu casario característico (conjunto edificado em 1933).

DETALHAMENTO DO CONJUNTO

Segundo o laudo da prefeitura de João Pessoa que serviu de base para o desenvolvimento do projeto, os oito casarões encontravam-se em estado de ruína por causa da falta de manutenção, abandono e das sequenciais invasões, reduzindo-os às fachadas (frontal e fundos) e às paredes laterais estruturais entre eles. Além disso, apenas nos dois casarões (localizados nas extremidades) parte da estrutura de madeira do telhado e seu recobrimento de telhas se manteve no local, sendo utilizado como referência para a altura do pé-direito das edificações.

Quanto à proteção do patrimônio histórico edificado, o conjunto não recebeu ao longo dos anos nenhum tombamento dos órgãos de preservação de forma isolada, mas está inserido nos perímetros de proteção do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e, portanto, contam com legislação específica tanto no plano diretor municipal como nas normas estaduais e federais de preservação (Exemplo: Decreto n.º 25.138, de 28 de junho de 2004 do IPHAEP).

Analisando o edital de contratação (via licitação) redigido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL – SEMHAB, podemos verificar que tal órgão observou com cuidado as normas específicas da

8 “Conquanto toda a República Velha mereça ser considerada como um período de grande crescimento para o ouro branco, a expansão linear do algodão alcançou uma alta espetacular na década de 1920. Mesmo durante a Primeira Guerra Mundial, quando foi interrompido o comércio com os mais importantes clientes da Paraíba – a Alemanha e a Grã-Bretanha -, o comércio costeiro em expansão compensou pela perda dos mercados externos”. (Lewin, 1993, p. 88)

preservação do patrimônio histórico nacionais, tanto no âmbito Municipal, quanto no Estadual e no Federal (municipalidade, IPHAEP e IPHAN)⁹:

Fora as particularidades inerentes ao patrimônio histórico, o edital determinou os desenhos mínimos para a compreensão do projeto técnico-executivo – neste quesito, a solicitação seguiu os trâmites normais de qualquer outra obra pública, em se tratando de contratação de empresa de projeto para a elaboração de novas construções, indicando a necessidade de que todos os desenhos apresentados estejam em escala adequada e legível e apontando todas as informações construtivas pertinentes, além de considerar as normas de acessibilidade (NBR 9050), concessionárias (água, luz e telefonia) e do corpo de bombeiros.

Os memoriais descritivos solicitados contiveram toda a sorte de detalhamentos das soluções arquitetônicas escolhidas, o partido arquitetônico adotado, garantindo o entendimento do projeto e complementando os desenhos naquilo que a representação gráfica não foi capaz de suprir. Também solicitou que os profissionais contratados sejam da área da construção civil, que apresentem competência na execução de projetos de patrimônio histórico, além do recolhimento de todas as licenças e comprovações dos órgãos de públicos e conselhos de classe (no caso CAU e/ou CREA).

Uma particularidade importante do edital trata da relação entre a empresa contratada e a Prefeitura, deixando claro quais são as competências que serão necessárias para o entendimento do projeto junto aos órgãos de preservação e entidades públicas que promovem a discussão sobre a revitalização da região.

Outro elemento singular desta intervenção, e que é imprescindível para que o local se converta em polo de congregação dos atores sociais da região, é a definição imposta pelo órgão municipal das características dos possíveis habitantes a serem contemplados por moradia. O edital que trata da composição dos moradores (Edital de seleção nº 01/2017) apresenta com muita clareza quais são critérios para a escolha dos habitantes dos casarões¹⁰:

17 (dezesete) unidades habitacionais, destinadas exclusivamente às pessoas físicas, que desenvolvam atividades culturais, artesanais ou que promovam a valorização dos elementos típicos da região do nordeste brasileiro (imóveis nºs 01 a 17), situadas na Avenida João Suassuna, Varadouro, Centro Histórico, que receberão a concessão de direito real de uso onerosa (CDRU), pelo prazo de 20 (vinte anos) anos, podendo ser prorrogado, de acordo com o interesse da Administração;

06 (seis) unidades para fins comerciais, exclusivamente nos ramos de alimentos, do turismo e de atividades culturais, artesanais ou que promovam a valorização dos elementos típicos do Nordeste (imóveis nºs 01 a 06), situadas Avenida João Suassuna, Varadouro, destinadas às pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, que receberão a permissão de uso onerosa, pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, de acordo com o interesse da Administração.

A unidade habitacional nº 05 será destinada exclusivamente para os candidatos portadores de deficiência. A comprovação da deficiência deverá respeitar as determinações previstas na Lei Municipal nº 10.983/2007, Lei Federal nº 13.146/15 e nos arts. 3º, IV, 5º, 23, II, todas da Constituição Federal. (Prefeitura de João Pessoa. Edital de seleção nº 01/2017, págs. 01 e 02)

O edital ainda estipula que os candidatos sejam brasileiros, maiores de 18 anos (ou emancipados), além de não

9 Retirada do Termo de licitação lançado pela Prefeitura de João Pessoa – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL – SEMHAB, fevereiro 2017. Pág. 7.

10 Retirada do edital de seleção de moradores para a Villa Sanhauá (n.º01/2017) lançado pela Prefeitura de João Pessoa. Págs.1 e 2.

serem proprietários de nenhuma residência ou ponto comercial tanto no espaço urbano quanto na zona rural, que residam a pelo menos um ano na cidade de João Pessoa, que a renda familiar não ultrapasse dez salários mínimos e, por fim, já apontada necessidade de seus proventos serem obtidos por meio de atividades ligadas à cultura, à produção de artesanato ou promoção de elementos típicos do Nordeste há, no mínimo doze meses.

Sobre as unidades comerciais localizadas no andar térreo dos casarões, as pessoas jurídicas devem ter atividades voltadas ao ramo de alimentos, turismo ou culturais que promovam a valorização da “cultura nordestina”. As pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, não podem ter outro convênio com a Prefeitura em espaços públicos com exploração comercial aprovada e não podem ter débitos perante a Fazenda Municipal. Vale apontar que segue as mesmas restrições em relação ao tempo de moradia na cidade de João Pessoa e sobre a propriedade privada na cidade.

Através da caracterização dos perfis dos locatários, tanto para as moradias quanto para os espaços comerciais, a Prefeitura procurou evidenciar o caráter social e cultural da região estimulando o turismo e incentivar a promoção do comércio local e artesanato nordestino, além da recuperação de imóveis abandonados da União em prol do repovoamento do centro e da preservação do patrimônio histórico municipal. Fica evidente que a ocupação dos casarões também atende à segurança local, já que por meio da ocupação dos edifícios haverá maior circulação de pessoas durante o dia e a noite, reduzindo o abandono da área central.

CONCLUSÃO

A intervenção apresentada corre o risco de causar gentrificação na região central de João Pessoa? Como visto em relação ao modo de operação em intervenções deste tipo desde a década de 1980, o projeto aprovado e executado não trouxe inovação do ponto de vista da compartimentação e soluções arquitetônicas adotadas.

A reconstituição das fachadas - pois não podemos chamar de restauração o refazimento de toda a argamassa

existente - teve um caráter claro de satisfazer o gosto do turista padrão: casinhas coloridas aos moldes do Pelourinho, em Salvador, e instalação de comércio voltado ao visitante, principalmente enaltecendo a cultura nordestina. Isto promove um forte chamamento de empresas de passeios turísticos que já atuam na região – vide o caso da praça Antenor Navarro, que fica ao lado¹¹.

Mas o turismo é sempre predatório? Em sua essência não, afinal dentro de critérios que levam em conta as condições físicas do local, sua dicotomia com os moradores da região e respeito ao patrimônio cultural, funciona como gerador de renda e valorização da identidade da região. O problema surge quando a exploração se torna excessiva, causando a degradação ou mesmo a ruína do sítio, expulsando os moradores e extinguindo as relações sociais que lá existiam.

Mendes já demonstra tal problemática da seguinte forma:

A relação entre o turismo e a cidade não é de modo algum recente. No entanto, hoje em dia o turismo urbano está em plena expansão devido a um urbanismo de mercado, a uma sociedade de consumo cada vez mais profusa, à globalização dos investimentos imobiliários e à internacionalização mundial dos sistemas financeiros que reconhecem as mais-valias retiradas do novo impulso econômico criado pelos investimentos em regeneração urbana, apoiados por políticas urbanas e de governança local. Isso acompanha as mudanças nas motivações para a procura do turismo urbano e os importantes investimentos feitos na preservação do patrimônio construído e na promoção de ambientes cosmopolitas, especialmente nos bairros históricos dos centros das cidades (MENDES 2018, p. 2).

¹¹ O referido caso trata-se do uso voltado ao turismo predatório comumente imposto ao Brasil, durante o dia funciona apenas como “cenário” de nossa identidade nordestina, com artesanato e comidas típicas e, a noite, quando os turistas estão descansando nos hotéis da orla, surgem no local vários barzinhos “undergrounds”, com um público jovem de universitários que apenas consomem mas não ficam, não são da região, esvaziando maiores interações sociais dos moradores do Porto do Capim e redondezas que ficam apartados de todas as atividades.

As imagens de referência utilizadas como demonstração da obra também apontam uma apropriação do espaço do térreo de cada casarão como local privativo dos restaurantes e bares como se fossem extensão dos comércios, algo tendencioso e excludente, podendo dificultar as relações sociais no espaço que deveria ser público e não semi-privado.

No que tange a um possível controle por parte da municipalidade em relação à não gentrificação da área, a Prefeitura soube definir o perfil do morador e o modelo de aprovação do formato de cessão onerosa de cada casarão e espaço comercial, evitando assim a possível especulação imobiliária decorrente de acordos particulares de compra e venda (contratos de gaveta) que tanto ocorreram em assentamentos de conjunto habitacionais em tempos passados.

Acredita-se que o tempo decorrido (pouco mais de seis meses) ainda é pouco para apontar o rumo da ocupação desse espaço, se foi exitosa ou se deixou espaço para a gentrificação do centro. Aponta-se que esse método que a Prefeitura escolheu tem mais méritos do que deméritos e, com alguns ajustes, em médio prazo será possível o repovoamento mais amigável para o Varadouro, trazendo consigo a reinserção da população do Porto do Capim dentro de uma lógica mais igualitária. As chances são grandes de que a Villa Sanhaua torne-se, em pouco tempo, uma ocupação capaz de intermediar e garantir uma ocupação social justa para todos os que ali habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAVALCANTE, Roberta Paiva. **Intervenções de recuperação do Centro Histórico de João Pessoa: Bairro do Varadouro**. Dissertação de Mestrado – Curso de Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GOMES, Raisa Filgueira Soares. **Reabilitação do casario da rua João Suassuna – João Pessoa/Paraíba: uma proposta para o albergue cultural do Varadouro**. Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa – Unipê, sob a orientação da Professora Mércia Parente Rocha. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto e RAZENTE, Nestor. **Intervenções urbanas em áreas deterioradas**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 28, n. 2, p. 147-154, jul./dez. 2007.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução André Villalobos. Rio de Janeiro, Record, 1993. (Capítulo II).

MENDES, Luís. **Gentrificação e turistificação da cidade ou... É a financeirização da habitação, estúpido!** <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/gentrificacao-e-turistificacao-da-cidade-ou-e-a-financeirizacao-da-habitacao-estupido-340218> (acessado em 01/08/2018).

NOBRE, Eduardo A. C. **Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho**. Cidade, planejamento e gestão urbana: história das ideias, das práticas e das representações - X Encontro Nacional da Anpur. 2003.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

PREFEITURA de JOÃO PESSOA. Edital de seleção nº 01/2017.

PREFEITURA de JOÃO PESSOA. **Termo de referência para elaboração de projetos executivos e complementares e execução de obra de reabilitação de oito casarões na rua João Suassuna na cidade de João Pessoa - PB**, Anexo IV. 2017.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. **Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil**. Revista de Direito da Cidade, vol. 10, nº 3. ISSN 2317-7721, pp. 1334-1356.

SALES, Andréa Leandra Porto. **O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e centralidades**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, para obtenção do título de Mestre em Geografia. 2009.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. Cadernos Proarq 19. **Sobrados coloniais: um tipo só?** Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura – Ano 1 (1997) n. 19, dezembro 2012 Semestral ISSN: 1679-7604.

<http://www.memoriajoaopessoa.com.br/acervopatrimonial/71.pdf> (acessado em 17/12/2018)

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/23/eps/1508709954_150870.html, (acessado em 23/07/2018).

MUTIRÃO: PRÁTICA AUTOGESTIONÁRIA DA RESISTÊNCIA

MUTIRÃO: SELF-MANAGEMENT PRACTICE OF RESISTANCE.

LUCAS DE ASSIS COSTA

Titulação: Graduando em Licenciatura em Música pela UNIRIO (atualmente). Filiação institucional: Pesquisador de Etnomusicologia pela UFRJ (2018). E-mail de contato: lucnstrx@hotmail.com

PATRICIA MONTEIRO SANTORO DOS SANTOS

Titulação: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UFRJ (2017). Filiação institucional: Mestranda em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ (atualmente). E-mail de contato: patii.monteiro@hotmail.com

RESUMO

As reflexões deste trabalho têm por base as ideias lefebvrianas que, em diálogo com outros autores, convergem para o protagonismo do “excluído” como agente condutor de uma libertação revolucionária. A questão levantada no estudo pode ser resumida em: *como a supressão da voz desorganiza social e politicamente um ator urbano que deveria estar à frente na condução do seu destino?* Esse estudo pretende ser, também, um manifesto: por uma nova abordagem metodológica (e epistemológica) em urbanismo, apropriada a esses territórios complexos em vulnerabilidade e em celeridade de transformações. A reorientação da prática urbanística para modos mais horizontais e simétricos nos levará à conduta mais socialmente responsável. Favela é cidade!

PALAVRAS CHAVES: favelas; urbanização; participação; autogestão; Alemão.

ABSTRACT

This work's reflections are based on Lefebvre's ideas that, in dialogue with other authors, converge to the protagonism of the “excluded” as the agent leading a revolutionary liberation. The question raised in the study

can be resumed like: how the supression of voice disorganizes social and politically an urban actor, who should be in front of the direction of his destiny? This study is also intended as a manifest: for a new methodological approach in urbanism, appropriated to these territories, complexes in vulnerability and speed of transformation. The reorientation of urban practice to more horizontal and symmetrical modes will lead to more socially responsible behavior. Favela is city!

KEYWORDS: favelas¹; urbanization; participation; self-manegement; Alemão.

INTRODUÇÃO

O povo que sobe a ladeira ajuda a fazer mutirão, divide a sobra da feira e reparte o pão. Como é que essa gente tão boa é vista como marginal? Eu acho que a sociedade tá enxergando mal...

- Arlindo Cruz

O urbanismo necessário não é (ainda) o urbanismo praticado. Precisamente, o que se estuda - há décadas a partir de exemplos lá do outro hemisfério - sobre teoria, história, formação e transformações das cidades - não se aplica à realidade brasileira. Não dialoga, sobretudo, com as práticas cotidianas das favelas do país (ter o Rio de Janeiro como cenário). A reflexão sobre a atuação urbanística contemporânea guia-nos à questão: qual deve ser a nova *práxis* urbana? *Práxis* em sentido político, a ação orientada à transformação (combinação de reflexão-atuação que promoverá a mudança). Por uma nova abordagem metodológica que nos mobilize em direção ao *‘direito à cidade’* através da realização de justiça social.

1 Opta-se, aqui, pela não-tradução de ‘favela’ para o inglês. O termo “slum” (em origem como gíria das ruas – 1812 – e em evolução para termo requintado da literatura – 1830) sempre tendeu – embora, hoje, o crivo moral da sociedade o tenha reformulado – à criminalização desse território citadino e da população que ele abriga. (DAVIS, 2006).

A esse respeito, Rachel Coutinho² define quatro categorias de análise: a) urbanismo **formal** (institucional, promovido por Estado e empresas); b) urbanismo **colaborativo** (promovido em conjunto por urbanistas, moradores, ONGs. etc.); c) urbanismo **de resistência** (contra as remoções, a favor da preservação da memória, avesso às práticas tradicionais); e o urbanismo **informal** (disperso e/ou dominado, sem capacidade associativa). Na evolução das escalas das *práxis*, segundo a autora, partindo da prática que é *possível* (limitada); assumido a *pedagogia* da troca/colaboração para garantir *autonomia*; chegaríamos ao patamar da *luta* - a prática que sustenta o urbanismo de resistência (modelo pretendido a se defender).

Conhecendo o retrospecto de ações e omissões do Estado, discutir ‘participação’ pode soar como uma enorme conquista – de fato, é. Contudo, é ingênuo descreditar no iminente retrocesso político/moral que ameaça o avanço na superação das desigualdades sócio espaciais da cidade. Esse trabalho, em idealização, deveria ser escrito por um *favelado-urbanista*. Todavia, atreve-se - com humildade de reconhecer seu lugar no debate – a defender (por compromisso e por simpatia) **a participação e a autonomia** comunitárias como controle social de ações realmente transformadoras. Nada de pseudoparticipações (“porque a lei exige”, “o prazo é curto” e “o orçamento é baixo”), ou o contato mais *consultivo* do que *mutuamente colaborativo*. Por uma prática urbanística nem omissa, nem impositiva – a participação promoverá a efetiva apropriação do espaço.

A QUEM PERTENCE O DIREITO DE DECIDIR?³

Todo autor crítico de estudos urbanos menciona ou redefine o ‘direito à cidade’ introduzido por Henri Lefebvre – mas muitos não levam em conta que seus escritos nem eram sobre a realidade brasileira, tampouco sobre a realidade favelada. Há que se ter cuidado com a importação de teorias de outras temporalidades ou descoladas do conteúdo completo da obra. Compreendido em que contexto foram escritos, podem, sim (com algumas abstrações), embasar questões relativas à população que vive à margem de todos os direitos por aqui.

Logo no início de ‘O direito à cidade’, lê-se: “*Seus arredores de bairros recentes e de semifavelas, povoadas com pessoas sem raízes e desorganizadas, lhe conferem um poder exorbitante*”. O que, no entanto, é rapidamente contradito em: “*A desordem suburbana oculta uma ordem [...]*” (LEFEBVRE, 1968, p.17 e 27, grifo nosso). Em outras passagens do livro, vemos o uso da “metáfora médica” (a mesma que, por muito tempo, validou o discurso oficial higienista que tentava extinguir as favelas da paisagem urbana): “*Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal [...] uma operação de salubridade pública*” (LEFEBVRE, 1968, p.49). A releitura crítica do autor (pensador francês do séc. XX, 1901-1991) permite situá-lo no tempo e no espaço - e evita a propagação irrestrita de pensamentos que possam estigmatizar a favela. Isso feito, podemos continuar com as reflexões que têm por base, sem dúvida, suas ideias.

Suas reflexões sobre as relações socialmente produzidas em um ambiente – invariavelmente - não neutro, nos ajudam a entender a dificuldade das massas em se organizarem enquanto classe. “*As segregações [...] não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais*” (LEFEBVRE, 1968, p.99). Se a garantia de direitos sociais/civis não preceder a de direitos

2 SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: COUTINHO, Rachel. “Urbanismo pelo avesso: a prática urbanística na cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/ UFRJ, 25 abril/2018.

3 Trecho da construção teórica para a dissertação de mestrado da autora: “Participação em políticas públicas de urbanização de favelas: a gestão (não) compartilhada do PAC – caso Alemão”.

políticos, a segregação permanecerá - como em um círculo vicioso - impedindo o protesto, a contestação e a ação daqueles poderiam fazê-lo, porque:

A massa, premida por múltiplas coações, aloja-se espontaneamente nas cidades satélites, nos subúrbios programados, nos guetos [...]; tem para si apenas o espaço medido com cuidado; o tempo lhe escapa. Leva sua vida cotidiana adstrita (sem nem mesmo talvez saber disso) às exigências da concentração dos poderes. [...] sua vida cotidiana é telecomandada, e que sobre ela pesa a ameaça permanente do desemprego, que contribui para o terror latente e generalizado (LEFEBVRE, 1968, p.121).

A falta de compreensão sobre a história; as tendências individualizantes (e anti-classe); o comodismo - às vezes, inconsciente - de uma sociedade fracionada em posições determinadas pela condição material; somada à sobrevivência ritmada pelo mercado... ajudam a entender porque uma quantidade enorme de indivíduos igualmente precarizados não se mobilizam (ou não conseguem se mobilizar) contra essa exploração. A classe trabalhadora não pode se organizar a partir de pressupostos idealizados pela burguesia, porque está incessantemente reagindo a necessidades concretas: não vivem necessariamente da relação salarial (mas do que conquistam diariamente), sua luta - de classe - é por *tempo*, por poder usufruir desse tempo. Exigir o 'direito à cidade' é reivindicar a cidade pelo 'valor de uso'.

Inclusive, porque as estratégias de classe se apropriam de instrumentos científicos - como aparelho de coação e controle - Lefebvre (1968, p.127) advoga "*Que a realidade urbana esteja destinada aos 'usuários' e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos*". Só a força social capaz de investir a si mesma no urbano pode ser agente, portador e suporte da realização do programa para a sociedade urbana. Eis a missão histórica do proletariado: "*apenas ele pode pôr um fim às separações (às alienações)*" (LEFEBVRE, 1968, p.40).

Esse *protagonismo revolucionário* encontra coro nos escritos do urbanista antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos - compilados recentemente na coletânea de 3 volumes, 'Sementes Urbanas'. Acreditando que nossa contribuição mais positiva, enquanto urbanistas, fosse deixar que os "conceitos" reais corrigissem os nossos "pré-conceitos" (para, então, elaborarmos um conhecimento mais democrático e mais capaz de ajudar o povo em suas lutas diárias), escreveu:

Estou convencido que, em matéria de saber fazer "sínteses de conjuntura", o povo é muito mais sabido do que nós, os eruditos, os técnicos, os intelectuais-urbanistas e os intelectuais-arquitetos

Favelados, moradores de loteamentos de periferia e demais habitantes pobres das grandes cidades já possuem um razoável saber prático sobre suas possibilidades de morar. É uma espécie de estoque que inclui seleção localização, decisões relativas a técnicas e materiais construtivos, uso e destinação de espaços

O resto é discurso cifrado de intelectuais e técnicos, encastelados no mar de categorias exclusivas, que lhes dá aparência de superioridade e lhes mantém tão afastados do povo que dizem querer servir, nem que seja à força (DOS SANTOS, 1980/1983/1983 apud COSTA, 2017, v.1, p.152/p.59/p.65, grifo do autor).

É claro que, para que ocorra de forma correta, se faz necessário um Estado que não só ouça, mas trabalhe com as populações implicadas assimilando suas contribuições - um Estado "*não autoritário e não disposto a promover o 'bem' do povo à sua revelia*" (DOS SANTOS, 1979 apud COSTA, 2017, v.1, p.199). Essa revisão de conceitos, por sua vez, nos leva de volta a um dos instrumentos mentais (*démarches mentais*) lefebvrianos - a "transdução". Uma operação intelectual que ajude a decifrar níveis da realidade que não transparecem *a priori*: construir objetos teóricos com as informações que recaem sobre a realidade é uma retroalimentação permanente entre *conceito* e *observações empíricas*. É

a teoria/metodologia formalizando operações mentais espontâneas do urbanista (LEFEBVRE, 1968, p.109).

A ciência idealiza e recomenda o distanciamento da situação investigada – o que parece ser, no entanto, o não recomendado. É o não afastamento do “objeto” (mas, também, a não contaminação por ele) que permitirá a compreensão da realidade. A heteronomia resultante da divisão do trabalho abstrato e do trabalho útil executado em um canteiro de obras revela, por exemplo, como o mito dos “privilegiados” da academia mantém a hierarquização entre o arquiteto e o operário (FERRO, 2006). O desenho torna-se ferramenta de controle sobre quem o executa sem compreender o processo. O desenhista urbanista não espera – e nem deseja – que o trabalhador o compreenda. Tem-se, então, dupla alienação: a do trabalhador, que não se percebe dominado; e a do arquiteto, atuando a favor do capital e crente detentor do monopólio do poder decisão. Em outros termos, profissionais “técnicos” demais para uma atuação que se pretende e se diz socialmente engajada.

Se Carlos Nelson acusa os planejadores “que se jugam moldadores do futuro” de praticarem “a usura intelectual e antidemocrática, entesourando-as [as categorias]”⁴, é porque “parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado [...] não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato [] por eles interpretado”⁵. A crítica de Lefebvre ao sistema de significações dos arquitetos (grafismos, projeções) vê saída naquilo que sugere Carlos Nelson: reconhecermos, com humildade, mudar nossa teoria a partir da revisão de experiências; e trocar mais entre esses espaços.

Afinal, como se lê na contracapa do volume 1 da coletânea:

[...] os favelados têm suas especificidades culturais próprias que parecem ser essenciais às suas estratégias de sobrevivência, e provam ser perfeitamente habilitados para representá-las no espaço, ou até mesmo por notações simbólicas, bastante abstratas. Afinal, ninguém precisa lhes ensinar como fazer para superar a dureza de suas vidas. Eles são obrigados a redescobri-lo a cada manhã (DOS SANTOS, 1978, grifo nosso).

E “eles estão fazendo tudo para serem ouvidos” (DOS SANTOS, 1984 *apud* COSTA, 2017, v.1, p.48). “Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados” (LEFEBVRE, 1968, p.102), ainda que a tendência do Estado e dos centros de decisão seja olhar com desconfiança para essa forma social que tende à autonomia. De modo que, então, Lefebvre questiona:

Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação [...] que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas? [...] Para a classe operária, [...] apresenta-se um problema prático, portanto político (LEFEBVRE, 1968, p.105).

Até então, lembra o autor, as transformações têm permanecido no nível do discurso; mas a estratégia que se opõe à estratégia da classe dominante é, necessariamente, revolucionária (LEFEBVRE, 1968, p.140/141). Só o proletariado (e, aqui, espera-se já ter compreendido que estamos tratando da classe dos *excluídos* em geral) pode conduzir essa atividade que é, simultaneamente: uma revolução econômica (orientada às necessidades sociais), uma revolução cultural (e permanente); e uma revolução política (ou seja, o controle democrático do aparelho estatal, uma “autogestão generalizada”).

4 (DOS SANTOS, 1980/1983 *apud* COSTA, 2017, v.1, p.68/p.24)

5 (LEFEBVRE, 1968, p.111, grifo nosso).

A noção de ‘revolução’ também está presente em Laval e Dardot:

O sentido revolucionário dos movimentos contemporâneos [...] tem a ver com transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade [...] em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação (DARDOT; LAVAL, 2016, p.9, grifo nosso).

Esse questionamento radical da democracia ‘representativa’ (que delega a ação e a fala da grande maioria a um número limitado de pessoas) levou à ressignificação do termo “comum”, como sugerem esses dois autores, aspecto da democracia ‘real’. O *comum* é um princípio de atividade política constituída de deliberação e decisão: *cum-munus*, ou seja, ‘co-obrigação’ e ‘co-atividade’ (DARDOT; LAVAL, 2016, p.2). Confunde-se com ‘justo’ porque é esta a vantagem comum que a deliberação coletiva deve perseguir. O uso dos *comuns*, que só podem ser definidos pela prática, é inseparável do direito de decidir e governar. Essa *práxis instituinte* assume, totalmente, sua conflitualidade, como se lê a seguir:

De fato, a lógica de agrupamento não deve ser confundida com a busca por unanimidade, harmonia e consenso como algo absoluto. Ao invés disso, ela procura superar os conflitos através da coprodução de normas e não através da abolição imaginária de conflitos que são necessariamente uma parte de toda vida coletiva. Esse ponto precisa ser enfatizado: conflito não é ruim por si (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7).

Aliás, “*não se pode evitar o conflito*” (LEFEBVRE, 1968, p.87); em vez de suprimirmos as contradições por qualquer forma de mediação, criemos meios das pessoas decidirem sobre seus espaços cotidianos (KAPP et al, 2006). A prática que institui o *comum*, por exemplo, deve permitir a modificação das regras que ela própria estabeleceu. O *comum*, segundo Laval e Dardot, é a base primordial do autogoverno: radicaliza a democracia porque permite a libertação da dominação (seja a

explícita, do Estado; ou a abstrata, do sistema econômico). Por caminhar em direção à uma racionalidade política alternativa, denominaram o *comum* “a nova razão do mundo” – em substituição à razão neoliberal:

[...] é impossível combater o ‘sistema’ sem ao mesmo tempo inventar, no nível prático, novas formas de sociedade e política. [...] É essa dimensão inventiva do movimento que consiste hoje no fenômeno mais surpreendente – a definição de uma sociedade desejável não está escrita em lugar algum [...] Nesse sentido é que esses movimentos podem ser considerados profundamente ‘autônomos’ (DARDOT; LAVAL, 2016, p.9).

Indo além, Laval e Dardot sugerem que essas experiências só podem ser vividas se promoverem a demanda da autogestão em todos os níveis – o que nada mais é do que a demanda por *democracia política*. “*Ela impede qualquer tecnocracia ou ‘expertocracia’ (grifo nosso: governo dos especialistas) na medida em que tem de tornar a participação de todos como regra*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.8). Em Kapp et al (2006)⁶, lê-se que autogestão – em sentido amplo – é o exercício coletivo de poder. Para Lefebvre (1968, p.104, grifo nosso): “*É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão.*”

Kapp et al (2006) nos lembra que uma experiência de mutirão autogerido, muito antes dos programas de governo se apropriarem desse tipo de ação, foi a urbanização da favela de Brás de Pina, no Rio de Janeiro (déc.60). A base do pensamento e da prática urbanística de Carlos Nelson parece ter sido construída, principalmente, a partir dessa sua experiência em Brás de Pina:

6 Silke Kapp é uma das arquitetas à frente do grupo de pesquisa ‘Morar de Outras Maneiras/MOM’, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, cujo objetivo é: investigar e propor interfaces participativas que deem autonomia aos usuários na produção do espaço.

Na hierarquia de poder urbano, o discurso do favelado representa o fim da fala. Técnicos, experts e pensadores negam ou desprezam o seu poder. Isto não é exclusividade dos que se comprometem abertamente com o status quo [...] Se tudo o que podemos fazer pelas camadas de população dominada e explorada [...] é minimizar seus efeitos e esvaziar suas formas de expressão, os resultados do nosso trabalho não são dos mais gloriosos

Então que papel teriam os técnicos? Servem para algo ou estou propondo um suicídio profissional? [...] os técnicos têm de começar, de maneira séria e consciente, a denunciar a nudez do rei, o que pode incluir a verificação de sua própria nudez. E podem também começar a tentar trabalhar com o problema que têm de enfrentar e não por cima dele. Onde for necessária teoria, ela tem de ser extraída da prática daquela situação concreta, sob pena de servir mal (DOS SANTOS, 1983/1978 apud COSTA, 2017, v.1, p.57/p.116, grifo do autor).

O que se pretende mostrar é o potencial emancipatório que ações – de fato -autogestionárias podem ter. O Estado tem subsidiado (in)diretamente o lucro das grandes empreiteiras, em vez de investir em alternativas como essas. Desconsideram (porque não lhes convém) a possibilidade de ampliar o poder político dos diretamente afetados por uma intervenção pública (“beneficiários”):

[...] nunca se abre mão de qualquer parcela do processo de tomada de decisões. [] pobre, morador de favelas, não é visto como alguém capaz de decidir sobre o que lhe diz respeito e sobre si mesmo. Precisa ser tutelado. O que varia é o método: com violência ou com compreensão benevolente

Cada vez mais, vivemos em um mundo onde a capacidade de escolher o que convém a cada um e de estabelecer o que cada um se propõe como meta está sendo usurpada e entregue a alguém que tenha “competência técnica” para tomar decisões pelos outros (DOS SANTOS, 1984/1978 apud COSTA, 2017, v.1, p.38/p.114).

Os processos devem ser delineados a partir dos interesses dos habitantes. Respeitar e descobrir as regras daquilo que dizem “informal” deve fazer parte do ‘método’. Com modéstia, deveríamos buscar condições para que pessoas percebam fenômenos urbanos, dos quais também são agentes. A primeira providência para uma ação democrática efetiva, menciona Carlos Nelson (1980, apud COSTA, v.1, p.29), é falar palavras que sejam compreensíveis por todos (romper com os “ismos” para nos aproximarmos da participação real dos indivíduos). Paraphraseando Lefebvre (1968, p.113): a classe “dos excluídos” é a única que pode acabar com uma segregação dirigida **essencialmente** a ela. Afastar-se da vida urbana alienada e assumir-se como ator político é, portanto, exercer seu ‘direito à cidade’.

MUTIRÃO NO MORRO DO ALEMÃO: a perspectiva de um morador

Dois mutirões em um mesmo beco, e os aprendizados do processo. Em um intervalo de quase dois anos, os moradores do beco Leste⁷ conviveram com visitas frequentes de alunos da FAU-UFRJ, resultantes em dois eventos de cooperação “comunitária”: mar/2016 e nov/2017. Inscritos em ‘Projeto de Urbanização Alternativa’ (disciplina de extensão da graduação, parceria dos professores Pablo Benetti e Solange Carvalho com o Instituto Raízes em Movimento), se propuseram a trabalhar sobre situações reais do morro, a partir de práticas urbanísticas de menor escala.

O primeiro dificultador do processo foi a inexistência de qualquer base prévia para *desenho*. ‘Digitalizada’ ou não, ‘atualizada’ em nenhuma hipótese, ‘unificada’ nem em esboço: não havia. O desenho deveria partir de nós - que cursamos o curso de Arquitetura e Urbanismo, em maioria, cheios de déficits em relação à prática. Três turmas se sucederam em inúmeras medições,

⁷ Rua Leste é o nome oficial – não o mais usual – apresentado pela prefeitura em Rio+Social. Disponível em <<http://www.riomaisocial.org/territorios/complexo-do-alemao/?secao=mapas>>. Acesso em fev/2016. Na prática, os moradores o nomeiam de diferentes formas: a maneira mais frequente de comunicar sobre qual beco se fala é citar um “comércio referência” - quando não, um morador bastante conhecido ou o lugar no qual o beco desemboca.

aferições sobre o solo, limpezas no terreno etc. Nem mesmo após as intervenções realizadas, pode-se dizer que o levantamento obtido corresponde à realidade. Do alto, nenhuma aerofotogrametria consegue revelar tudo o que fica oculto sob a projeção das casas muito próximas (alguns trechos de passagem têm largura inferior a 1m). Além disso, o *tempo* de transformação do beco é muito mais veloz do que o aprendizado dos alunos consegue alcançar. Nesse intervalo, trechos desimpedidos e projetáveis ficaram obstruídos com material de obra, muros cegos tornaram-se fachada com janela, por exemplo, etc.

A *aproximação* dos moradores foi, ao mesmo tempo, dificultosa e surpreendente. Mesmo variando os horários das visitas, alternando entre dia de semana, finais de semana e feriado, a disponibilidade de tempo para trocar – das duas partes – era sempre um desafio. Os horários de aula geralmente conflitavam com o horário de trabalho/escola da maior parte dos moradores. O primeiro contato revelava algum grau de desconfiança, naturalmente: éramos pessoas desconhecidas oferecendo um serviço que, apesar de desejarem, não haviam solicitado. Desconfiavam, também, da certeza do cumprimento da promessa e de qual papel lhes caberia ao final. Mas mostravam-se receptivos a qualquer “melhoria”: “*se a prefeitura (o governo) não faz, os meninos vêm aqui e resolvem*”, diziam.

Quando questionados sobre o que imaginavam para o beco, esbarrávamos na falta de *expectativas*. Ou contentavam-se com um “lugarzinho *pra* sentar”, “uma escada direitinha *pra* subir”; ou solicitavam mobiliário convencional de praça, mesas de jogos; ou (geralmente os pequeninos) revelavam grandes desejos não aplicáveis à escala dos espaços livres do beco, como um campo de futebol. Disso, pôde-se entender a falha na troca: se queríamos respostas àquilo que não estavam habituados a ver, deveríamos apresentá-los a esse universo de possibilidades primeiro. Projetar “*in loco*”, papel, lápis e muita conversa ilustrada para fazer funcionar. Todavia - sob a justificativa do ‘*tempo*’ - a participação tornava-se, no máximo, **consultiva**.

A *mobilização*, por todas essas razões, era irregular. Uma vez reservou-se uma visita apenas para convidar os moradores para a apresentação de projetos, no melhor horário de sábado. Distribuímos lembretes, explicamos o motivo, o encontro seria no dia seguinte. Só dois moradores apareceram. Bastante interessados, deve-se dizer. Por outro lado, nos dias de mutirão propriamente ditos, a Teté e o Renato forneciam água; Sr. Raimundo, o balde; Sr. João distribuía bolo e suco todo final de tarde; Dn. Adriana e a Dn. Marlene ligavam as máquinas nas tomadas de suas casas; o bar do Sr. Laerte virava depósito temporário de ferramentas; quando não era o quintal do Ricardinho que ficava tomado por sacos de cimento. Estabelecia-se, rapidamente, uma rede de *colaboração* fundamental à realização dos mutirões.

Mutirões estes, que só puderam ser realizados sob as orientações dos “Mestres das obras” (no sentido estrito daquele que *muito* ensina): Dom Lauro Sidney – em 2016 – e Sr. Roberto – em 2017. Sr. Sidney, à época membro-colaborador do Raízes, chegava a todo dia de obra reclamando estar “*cansado e velho demais para aquilo, que não viria mais*”. Todos os dias, também, inutilizava alguma peça de roupa: não só nos instruía a respeito do traço de concreto, modos de chapiscar, quantidade de vergalhão... como também se debruçava sobre o cimento molhado, limpava tubulação obstruída, plantava mudas de planta etc. Tamanha entrega, que foi elevado carinhosamente à categoria dos nobres (‘dom’). Um amigo, resmungão, mas sempre acessível. De maneira semelhante, Sr. Roberto conduziu a turma do ano seguinte. Morador da Av. Central (a principal via do morro), tinha paciência pedagógica para, antes de executar, ensinar aos estudantes voluntários ‘como fazer’. Era a personificação de que o saber prático do dia a dia em nada é inferior ao saber teórico da academia. Indo além: nesta ocasião, o saber prático acumulado em serviços de obra a vida toda pelo Sr. Roberto foi o que permitiu o desenvolvimento das ações que nós – supostamente detentores do saber teórico – não sabíamos realizar.

Os moradores, que constituíram a base de apoio às obras, não possuíam a visão global do projeto, porém. Compartilhavam o otimismo de que algo bom estava

sendo feito, mas não sabiam qual seria o resultado até que o resultado chegasse. As respostas às perguntas não satisfaziam a necessidade de explanação - não só ilustrativa, como também dos métodos de trabalho, das metas propostas e das alcançáveis, das limitações e das possibilidades na turma. Mesmo o Sr. Sidney e o Sr. Roberto, lideranças nos eventos das obras, participaram de modo **ativo** - com a mão literalmente na massa - mas pouco de modo **deliberativo**. Deliberavam mais no sentido de corrigir a execução, do que no âmbito da criação projetual.

A ausência de consultas prévias ou a ineficiência na gestão desse diálogo, quando não a falta de articulação (comum a muitos territórios de pobreza), abre caminho para obras cujo resultado são transformações limitadas. *“A primeira coisa que deviam fazer era escutar o que a gente acha que é bom pra gente! Porque não tá certa essa mania de dizer o que a gente precisa ou merece”* - L.A., morador, quando perguntado sobre propostas para áreas livres do Morro do Alemão (dez/2015)⁸. Não basta perguntar o que a comunidade deseja (às vezes eles não o sabem), o diálogo precisa ser mais igualitário (BURGOS, 2015). Limitar o número de pensantes agiliza, mas não democratiza a ação.

Muitas outras reflexões podem ser levantadas dessa imersão na vida do beco, a partir das experiências do ‘pré-durante-pós’ mutirão. Ao menos um aprendizado tornou-se consensual entre o projetista-arquiteto e o cliente-favela: há que se planejar com a participação da comunidade. Uma abordagem conduzida horizontalmente e, por princípio, mais democrática. Convém rever equívocos e avaliar o que pode ser aperfeiçoado, objetivando a *participação efetiva do morador* no processo. Por essa razão, este trabalho reserva - a seguir - espaço para a fala de um deles⁹:



Figura 01: Mutirão de construção no beco Leste - (a).

Fonte: Morro do Alemão/Complexo do Alemão - autoria própria (nov/2017). Por Lucas de Assis Costa Em 24 jun/2018.

Eu estive presente no mutirão de novembro de 2017 realizado no beco Leste, por alunos da FAU orientados pelo prof. Pablo e prof. Solange. Meu irmão fazia obra em uma casa do beco e também acabou ajudando. Estavam presentes Seu Roberto e outros moradores ajudaram trazendo água para beber e para o traço (obs.: não a mesma água), cedendo lugar para deixar material e tomadas para ligar as máquinas (makita/betoneira). Embora as pessoas estivessem ali, não sabiam o que seria feito, como seria, porque, mesmo assim estavam solidárias e abertas, mas infelizmente seriam uma ferramenta.

Eu vi o Seu Roberto ensinando os alunos chapisco, mas quem aparece como autor não é ele, e todas aquelas pessoas que foram fundamentais para tudo acontecer, ninguém vai saber ao menos seus nomes. Estão sendo postas em lugares menores do que merecem, e quem sou eu? Sou todas essas pessoas, sou amigo do Ricardo e de sua mulher Kelly (grávida de 9 meses do segundo

⁸ Entrevista realizada para disciplina da graduação FAU/UFRJ, Projeto de Urbanização Alternativa/2015.2, em parceria com o instituto local 'Raízes em Movimento'.

⁹ Morador do Complexo do Alemão, co-autor deste artigo.



filho), da Dona Adriana e da Dona Marlene.

Figura 02: Mutirão de construção no beco Leste – (b).

Fonte: Morro do Alemão/Complexo do Alemão – autoria própria (nov/2017). Legenda: Sr. Roberto, morador do Morro do Alemão, orienta os alunos de Arquitetura e Urbanismo na correção do nível para o novo patamar da escada, enquanto aguarda a betoneira terminar de virar o concreto (canto direito).

Todos têm muito a ensinar, principalmente os mais velhos e merecem respeito e reconhecimento. O trabalho coletivo propõe que, TODAS as escolhas sejam coletivas, quem apresenta, quem fala pelo grupo, onde será apresentado, como e onde será a intervenção, como usar o dinheiro disponível, como usar os apoios (patrocínios), e deve levar uma assinatura coletiva. Abrir mão dos privilégios e repensar o seu lugar é o primeiro passo de algo realmente participativo.

A universidade deve deixar algo melhor que cimento e areia. Se não houver um trabalho para que essas pessoas estejam dentro desses espaços, discutindo e decidindo o que é melhor *pra* si, mestres e doutores continuarão ganhando prêmios e aplausos dentre outras coisas, e os moradores invisibilidades e condicionados a esse lugar.

A relação efêmera entre esses agentes é uma relação de poder, onde é feita uma única vontade, a do planejamento, planejamento e material voltado a um público específico pois, só um lado ganha. Uma intervenção feita dessa maneira torna-se violenta, e não cria relação com o que foi feito dentro de qualquer espaço, sendo muitas vezes depredado ou negligenciado.

A questão participativa envolve uma série de fatores, e o mais importante deles é a *decolonialidade*. O professor Renato Noguera (2012, p.64), em seu texto¹⁰ “*Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade*”, mostra que a igualdade abstrata do Brasil criou uma desvalorização nos materiais teóricos e filosóficos produzidos em diáspora; um olhar *afroperspectivado* valoriza a diversidade de narrativas.

Considerando que “universal” pode ser lido como uma composição do latim unius (um) e versus (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra versus. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas, a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver essa contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade (RAMOSE, 2011, p. 10).

Em espaço periférico e de maioria negra, deve-se, numa tentativa de horizontalizar os conhecimentos, legitimar e valorizar o que é, foi e será produzido pela população negra diaspórica, uma vez que se entende que esses espaços de maior vulnerabilidade são produtores de várias formas de conhecimento prático e teóricos e a que são negados reconhecimento. Qualquer argumento se não vier de uma pessoa não negra em um lugar de poder, é negligenciado. Deve-se repensar formas de ação não coloniais para não se repetir um erro de 130 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos metodológicos, prática de pesquisa e projeto, devem ser repensados a partir das narrativas cotidianas dos atores sociais diretamente afetados. Sobretudo em áreas urbanas instáveis, onde as transformações se dão em ritmo acelerado, o método - mais abran-

¹⁰ NOGUERA, Renato. *Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade*. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Nº 18: maio-out/2012, p. 62-73.

gente e mais próximo - deve revelar particularidades que fujam de noções generalizantes e redutoras do espaço. A perspectiva aérea de um mapa tradicional não consegue explicar as singularidades sócio espaciais imprevistas do interior dos becos. Tampouco análises quantitativas, apenas, serão suficientes para a compreensão das tensões que se configuram ali: a *práxis* urbanística requer deixar-se impregnar pela atmosfera do lugar; o caminhar crítico e flexível é a contribuição do método ‘trabalho de campo’ ao urbanismo (LIMA, C.; 2015).

A contribuição desse urbanismo *ao avesso* seria exatamente a formação de lideranças *livres* (não cooptadas) através da ‘pedagogia da autonomia’ (COUTINHO, 2018). Conscientes de *existirem* em território onde *ine-**xiste* a democracia – vide os rotineiros casos de violência e abuso policial ou as permissões concedidas pelo tráfico, por exemplo – militam politicamente pela garantia do *direito de participar*. Mais que isso, pelo **direito de decidir** (participação deliberativa). A questão não é simplesmente ouvir as demandas imediatas de dada comunidade, mas relativizar nossa posição enquanto urbanistas e pesquisadores. Nosso papel articulador deve imperar sobre qualquer vaidade ou ego: **o ‘arquiteto maestro’ apenas conduz ações (coletivas e sem clara autoria) que respeitam o lugar de fala do morador.** (JACQUES, 2001).

Propagam-se por aí projetos de requalificação urbana sob a bandeira da ‘revitalização’ que nada revitalizam – só acabam com a vida preexistente em determinado local (LIMA, E.; 2018)¹¹. O espaço criado por quem detém o poder hegemônico costuma ser artificial, desorienta; enquanto o espaço criado pelo habitante tende a ser vívido, por ser representativo (permite relações de identidade e memória). É essa memória - do indivíduo, da população – que deve ser preservada, não só a que está

registrada em documentos iconográficos. O respeito¹² está associado, também, à questão *da terminologia* (como os moradores nomeiam o SEU lugar?)¹³; à questão *do nomadismo* (como sobrevive, em reassentamentos, o sentimento de pertencimento/reconhecimento?); à questão *da espera* (as promessas não cumpridas são outro tipo de violência simbólica); à questão *dos novos loteamentos* (a aleatoriedade dos sorteios força a convivência entre vizinhos desconhecidos, rompe relações de afeto e vizinhança), por exemplo.

O **mutirão** é, por excelência, a prática autogestionária da resistência – a materialização do *agenciamento coletivo*. É o encontro oportuno que possibilita habilitar (desde a concepção dos planos) a comunidade organizada em seu espaço – e, por essa razão, identificada com o território recém-valorizado do qual se apropria. As oficinas de capacitação que dele fazem parte (participação ativa) resgatam a cidadania desses indivíduos de modo a facilitar o processo de pós-ocupação da intervenção. Além das ações cooperativas para a qualificação profissional, é possível instrumentalizar o morador por meio de folders explicativos também, por exemplo.

Outros métodos alternativos podem fortalecer esse protagonismo (REGINENSI, 2018): o método *dos itinerários*¹⁴ - uma entrevista-caminhada cujo trajeto é definido pelo entrevistado; o método *dos desenhos* – reali-

11 Processo conhecido como Gentrification = a “requalificação” aumenta o valor do aluguel e expulsa os moradores da favela para regiões ainda mais periféricas da cidade.

12 SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: REGINENSI, Caterine. “A perspectiva das margens como construção da cidade contemporânea”. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/ UFRJ, 02 maio/2018.

13 Arbitrária decisão do atual prefeito do Rio de renomear – à canetada – mais de 40 logradouros públicos da Vila do João (Complexo da Maré): em nada altera o contexto de vulnerabilidade local, passa por cima das experiências cotidianas, deslocamentos e memórias estabelecidas por cerca de 13mil residentes – previsivelmente, não consultados. Assim como a construção do teleférico no Alemão, é exemplo de solução unívoca e centralizadora que pode enfraquecer práticas sociais. Fonte: “Crivella muda nomes de ruas na Vila do João”. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/crivella-muda-nomes-de-ruas-na-vila-do-joao-21905331.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra>. Acesso em 03 out/2017.

14 Como ocorreu, em 2013, no “rolezinho afetivo” promovido pelo ‘Ocupa Alemão’ - coletivo autônomo que se dispôs a pensar a cidade a partir dos sucessivos deslocamentos que ela proporciona ou nega (LIMA, C. 2015). O ‘errante urbano’, quando em movimento, amplia o espaço de troca.

zados em dinâmicas nada impositivas com as crianças; o método *da imersão* – fazer parte da vida da comunidade e estar atento para materializar as ideias que surgem, assim como a favela, organicamente (“a favela já é solução!”¹⁵). Em outras palavras, permitir-se – na prática urbanística - *ser afetado/impregnado* pela atmosfera do lugar (onde as práticas cotidianas – nem sempre os planos - são determinantes no modo de reprodução urbana). Enfatiza-se, no entanto, que esse ‘urbanismo colaborativo’ não retira - *de forma alguma* – a responsabilidade social do Estado. É possível (e necessário) conscientizar, transformar e, ao mesmo tempo, reivindicar – logo, resistir!

Insistir no tema é – apesar de perspectivas pessimistas – mais uma forma de não permitir retroceder nas conquistas até aqui: superada a discussão sobre remoção, garantido o direito à permanência, mantidos os investimentos em urbanização... o espaço-tempo presente é o momento de disputar narrativas sobre a realidade favelada – que não só a da criminalidade, e JAMAIS a do “zoológico de bichos humanos”¹⁶ em que se pode ‘turistar’. A cooperação comunitária e autônoma (ator coletivo, sujeito de si) nos indicará o real desejo dos usuários daquilo que projetaremos; saber ouvir a voz da favela é o que nos permitirá projetar com propósito e sentido – a favor de uma prática urbanística mais socialmente responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIS, Mike. A generalização das favelas. In.: **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.31-58.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **O Comum**: um ensaio sobre a revolução no século 21. Tradução de Renato Porto. In: UniNômade. 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Post Scriptum sobre a Revolução do século XXI. In: Comum – Ensaio sobre a revolução no séc. XXI. Ed.

Boitempo. 2017. **Blog INST. HUMANITAS UNISINOS**. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562765-o-comum-um-ensaio-sobre-a-revolucao-no-seculo-21>>. Acesso em 04 dez/2018.

DOS SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Sementes Urbanas**. COSTA, Maria de Lourdes; DA SILVA Maria Lais P. (org.) Edição 1a. [Rio de Janeiro]: Casa 8; Niterói, RJ, Brasil: Eduff, [2017] 3 volumes. Series Série Universidade (Universidade Federal Fluminense)

FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o desenho**. In: Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

KAPP, Silke *et al.* **Produção habitacional de interesse social por autogestão**: o desenho emancipado? In: II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia, 2006, Florianópolis. Anais do II Congresso Brasileiro e I Ibero-americano de Habitação Social: Ciência e Tecnologia. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Carlos Henrique de. Narrativa e Experiência do outro: um rolê afetivo no Complexo do Alemão. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo** (Oculum Ensaios), v. 12, p. 255-268, 2015.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a educação**: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Nº 18: maio-out/2012, p. 62-73.

SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: COUTINHO, Rachel. “**Urbanismo pelo avesso: a prática urbanística na cidade do Rio de Janeiro**”. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 25 abril/2018.

SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. Palestra de: LIMA, Evelyn Furquim W. “**O Centro do Rio de Janeiro e bairros adjacentes: desafios da política urbana face à preservação do patrimônio cultural**”. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 28 mar/2018.

15 SANTIAGO, Raul - mídia ativista do coletivo ‘Papo Reto’/Complexo do Alemão, em entrevista concedida ao programa de televisão “Conversa com Bial”, Globo. Em 28 set/2017.

16 Ver mais em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/opinion/1506382613_871251.html>. Acesso em 26 set/2017.

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE PATOS, PARAÍBA

THE INVENTORY AS AN INSTRUMENT FOR THE PRESERVATION OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF PATOS, PARAÍBA

PEDRO GOMES DE LUCENA

Arquiteto e Urbanista, graduado pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP) pedroglucena@gmail.com

ANNELIESE HEYDEN CABRAL DE LIRA

Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFPB); Professor das Faculdades Integradas de Patos (FIP) annelieselira@fiponline.edu.br

RESUMO

É possível constatar no centro da cidade de Patos - PB, um processo contínuo de descaracterização de sua memória urbana, observado no grande acervo representativo que já foi gradativamente destruído, diante desse contexto, o estudo compreende a elaboração de um inventário do patrimônio arquitetônico imóvel, com acentuada relevância material. Para tal, foram determinados os seguintes procedimentos: escolha dos bens a serem inventariados a partir da análise de seus respectivos valores, e, sistematização dos dados obtidos em fichas de inventário. Identificou-se 33 edificações remanescentes que possuem significância para o município, desse total apenas quatro possuem proteção legal. Foi possível constatar o contínuo processo de descaracterização das edificações históricas, fruto das dinâmicas imobiliárias, falta de educação patrimonial e insuficiente atuação de órgãos preservacionistas.

PALAVRAS CHAVES: Patrimônio arquitetônico; inventário; memória urbana.

ABSTRACT

It is possible to observe in the center of the city of Patos - PB, a continuous process of discharacterization of its urban memory, observed in the great representative collection that has already been gradually destroyed, before this context, the study comprises the elaboration of an inventory of the architectural patrimony, with marked material relevance. To do this, the following procedures were determined: choosing the assets to be inventoried from the analysis of their respective values, and systematizing the data obtained in inventory records. We identified 33 remaining buildings that have significance for the municipality, of which only four have legal protection. It was possible to verify the continuous process of de-characterization of historic buildings, the result of real estate dynamics, lack of patrimonial education and inefficient performance of preservationist organs.

KEYWORDS: Architectural patrimony; inventory; urban memory.

INTRODUÇÃO

Para Caon (2016) o desenvolvimento intenso no último século experimentado pelas cidades - tendo como propulsores os processos industriais e a modernização -, provocaram mudanças significativas e velozes no âmbito urbano e social, contribuindo para o surgimento de organizações preservacionistas que buscaram resistir às massivas descaracterizações urbanas recorrentes.

Funari e Pelegrino (2009) afirmam que as políticas preservacionistas do patrimônio nos países da América Latina surgiram recentemente e ganharam ímpeto graças as reflexões inerentes ao desenvolvimento urbano moderno, doravante as necessidades geradas pelo crescimento industrial e pelo aumento da densidade populacional nas grandes metrópoles, que legitimaram as reformas urbanas e o conseqüente aumento das demolições nas áreas históricas.

De acordo com, Moraes (2013), defende que as origens da concepção da questão preservacionista dos bens

edificados no território brasileiro surgiram no início de 1920, com a elaboração dos primeiros projetos de lei, com iniciativas locais e estaduais, que garantiram o resguardo desses bens. No período aflora de maneira intensa um sentimento de patriotismo e procura de identidade nacional, reflexo dos episódios sociais¹ e políticos² no mundo.

De maneira geral, é possível ressaltar que o processo de modernização experimentado pelas cidades, responsável por mudanças espaciais e socioeconômicas, desencadeou um contínuo processo de descaracterização da memória urbana e da história, devido à disputa pelos lotes privilegiados, fomentando a total dominação do mercado capitalista, conforme afirma Cavalcante (2005):

Paralelamente ao atual processo de urbanização, ocorre a descaracterização da fisionomia das cidades. A especulação imobiliária ameaça o patrimônio ambiental urbano, pois o Estado, representante das classes dominantes, encontra-se voltado para os interesses destas, visando unicamente o lucro sobre os bens imóveis. (CAVALCANTI, 2005, p. 15)

Esses fatores fortalecem a imprescindibilidade de se pensar as políticas relacionadas à significância do patrimônio arquitetônico das cidades, colaborando para o resguardo da memória urbana. Possibilita-se, assim, a conscientização e educação relativa ao legado socio-cultural atrelados aos bens históricos que, seguindo o Manifesto de Amsterdam (1975, p.3), “está ameaçado pela ignorância, pela antiguidade, pela degradação sob todas as formas e pelo abandono”.

Patos é um município sertanejo com inquestionável influência econômica, histórica e sociocultural para o Estado da Paraíba, está localizado (Figura 1) na mesorregião do sertão paraibano, distante 310 km da capital do Estado (João Pessoa). A cidade vem sofrendo ao lon-

go dos anos, um processo de descaracterização da sua memória urbana, enxergado no contínuo mecanismo de destruições de edificações dotadas de significância para a memória social e evolução urbana do município, sendo possível constatar com frequência nas áreas centrais da cidade, edificações de diferentes tipologias e estilos serem demolidas e nos seus lugares serem construídas novas, geralmente para suprirem as demandas do setor comercial de sua área central.

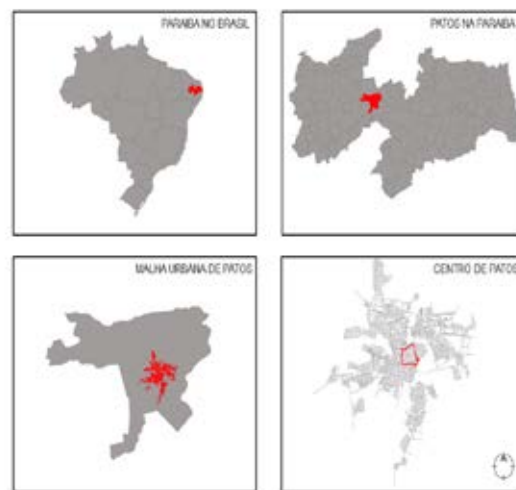


Figura 1: Localização do município de Patos
Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Quando à desvalorização da memória urbana, observa-se no local uma insuficiente participação de órgãos competentes, como: a municipalidade e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), na elaboração de medidas que garantam a conscientização, conservação e preservação do legado arquitetônico do município. Ainda sobre esta visão pode-se acrescentar a inexistência de livro para tombamento de bens e possível falta de educação patrimonial entre os munícipes.

Levando em consideração o grande acervo representativo que já foi gradativamente destruído, se faz necessária a luta pela permanência do que ainda está inserido na malha urbana, que representa e caracteriza a história da formação urbana de Patos, atribuindo-lhe sentido de identidade, enfatizando assim, que a descaracterização da paisagem urbana com as demolições de edificações históricas, se relaciona principalmente com a perda da memória relativa à evolução urbana do município.

1 Consolidação da sociedade de consumo; 1ª fase do Movimento Moderno.

2 Fundação da União Soviética; fortalecimento dos EUA.

Diante do contexto geral exposto, referente aos dilemas relativos a conservação dos bens edificados, importantes para a valorização da memória urbana, o trabalho em questão trata a temática da preservação do patrimônio arquitetônico com relevância histórico-cultural. No seu desenvolvimento, foram diagnosticados exemplares remanescentes e analisadas as suas características com fundamentação de natureza arquitetônica, histórica e cultural, esses procedimentos possibilitaram a caracterização das edificações representativas presentes no centro de Patos, formando um acervo de informações que possibilitará estudos sobre a história e memória urbana da cidade, além disso, fornecerá aporte para futuras ações preservacionistas.

O trabalho tem como objetivo geral elaborar um inventário do patrimônio arquitetônico imóvel, com acentuada relevância material, em recorte espacial envolvendo o bairro Centro da cidade de Patos – PB. Como objetivos específicos busca: Analisar a arquitetura histórica e a evolução urbana do município, através do registro de seu legado arquitetônico; Contribuir para preservação do patrimônio cultural, da memória urbana e do sentido de coletividade atrelados aos bens edificados da cidade; Apresentar-se como fonte de pesquisa de dados para subsidiar discussões que tratem do patrimônio arquitetônico de Patos em futuras ações intervencionistas e atividades relativas a ações de educação patrimonial.

A pesquisa consiste em realizar o levantamento e promover o registro de edificações representativas da memória urbana do município em questão presentes no recorte espacial escolhido, para tal, foram determinados os seguintes procedimentos: 1) escolha dos bens a serem inventariados a partir da análise de seus respectivos valores; 2) definição do método a ser utilizado na catalogação por meio da elaboração da ficha de inventário. As ferramentas utilizadas para obtenção resultados foram: listagem e localização das edificações selecionadas, visitas exploratórias para coleta de informações e para realização do levantamento fotográfico dos bens arquitetônicos, sistematização dos dados por meio do preenchimento das fichas de inventário, elaboração de mapas temáticos materializando os dados

obtidos por meio da análise das informações presentes nas fichas do inventário.

REFERENCIAL TEÓRICO

O patrimônio arquitetônico é visto por Moreira (2014) como detentor da história e cultura de uma determinada sociedade, pois o ambiente urbano contém as marcas que garantem a representatividade física da identidade de uma cidade com seus habitantes, assim, o conjunto de construções que a compõe, é responsável por conferir singularidade e identidade frente às demais, pois neste espaço estão inseridas diferentes edificações dos mais variados estilos e épocas.

Ballart i Hernández et al (1996) afirmam que a concepção do patrimônio está atrelada a definição de bem, remetendo a algo dotado de significação, e nesta esfera todo objeto histórico deve ser observado com base no valor de uso, formal e simbólico. Esta análise da condição de valoração deve ser pautada mediante condições reais e socialmente determinadas, tomando como pressuposto todo o contexto sociocultural de uma determinada nação.³

Consonante com essas ideias, Morais (2013) observa a questão do sentido de valor que deve ser ressaltado ao se tratar a questão do patrimônio cultural:

A atribuição de valores para que um determinado bem seja considerado patrimônio requer embasamentos que sejam capazes de legitimá-lo. Promovendo o reconhecimento dos bens mediante o seu potencial, propiciam-se as bases para definir o que preservar, sendo que as estratégias de proteção e preservação podem mudar de acordo com o contexto e os valores associados ao bem. (MORAIS, 2013, p.37)

Segundo Pelegrini (2007), quando se faz alusão à concepção de patrimônio enquanto expressão intensa da “alma dos povos” ou como “legado vivo” repassado no

³ Tradução do espanhol para o português realizada pelo autor deste trabalho.

decorso do tempo, de geração a geração, pode-se reconhecer que o patrimônio é construído historicamente e garante a manutenção do sentido de pertencimento dos indivíduos a uma determinada cultura. A essa lógica é assegurada uma identidade cultural que fundamenta um suporte precioso para a formação do cidadão:

No entanto, se considerarmos verdadeira a assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. (PELEGRINI, 2007, p. 89)

Castriota (2009) pontua que desde o final da Segunda Guerra Mundial, o âmbito de patrimônio sofreu importantes mudanças, recebendo uma ampliação que muda a natureza do seu tempo. Há uma expansão significativa do que é necessário preservar, havendo um desprendimento da concepção inicial que fazia jus ao patrimônio enquanto monumento, posteriormente, houve uma maior abertura e aceitação, para novos estilos e tipos.

Para Montaner e Muxí (2014), a problemática que envolve o resguardo dos bens arquitetônicos é inerente ao campo das transformações urbanas que, independente dos conflitos econômicos e do Estado, são sempre pautadas pelas indagações sobre o que manter e o que transformar, o que se destrói e como se executam esses processos. Segundo os autores, “a questão do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico é tão capital e sintomática.” (MONTANER; MUXÍ, 2016, p. 159)

Poulot (2009) destaca que, quanto à questão da legitimidade cultural, o âmbito patrimonial abrange um vasto discurso social urbano que engloba fatores pertinentes aos cidadãos e suas relações de poder e organização, fomentando a legitimidade das questões relativas à antropologia jurídica e política, sendo este fator afirmativo para a defesa da preservação do legado patrimonial:

O patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre a identidade e nas políticas do vínculo social. Do ponto de vista da legitimidade, ele tem haver com uma antropologia jurídica e política de longa duração, permitindo inscrever-se em uma filiação e reivindicar uma transmissão. (POULOT, 2009, p. 199)

Ballarte (1997, p.29) afirma que a preservação dos objetos históricos promove a apropriação do passado e garante um elo entre as sociedades e suas histórias:

“Os objetos que permanecem no tempo transmitem de uma maneira direta aos indivíduos notícias e sensações que provêm do passado. Como aponta Kubler, são a porta mais direta para o passado, muito mais que as histórias contadas ou as mesmas ideias escritas, porque estão presentes diante de nossos olhos e se pode tocar. O legado, o patrimônio que se herda, é uma maneira de manter em contato no círculo social familiar, além da morte, uma geração com a seguinte.”⁴

Consonante com Zukin (2017), “a preservação do patrimônio cultural enfrenta obstáculos políticos resultantes do interesse econômico.” (ZUKIN, 2017, p. 27). Ainda segundo a autora, a questão da salvaguarda do patrimônio entra em conflito com os interesses dos proprietários individuais dos imóveis e incorporadores imobiliários que acabam operando contra a preservação. Esse fato afirma-se pela questão dos novos padrões de moradia, onde a maioria da população, além dos consumidores abastados, prefere aderir aos novos e emblemáticos empreendimentos, ao invés de anuírem à questão da valorização e preservação da moradia em áreas históricas, mediante sua reutilização adaptativa.

Morais (2013) explica que para se realizar ações de defesa do patrimônio, é imprescindível a análise para conhecimento prévio dos bens passíveis de preservação, e para esta atividade seja realizada o inventário constitui-se como ferramenta fundamental:

4 Tradução do espanhol para o português realizada pelo autor deste trabalho.

O inventário consiste em um instrumento utilizado na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, incentivando ações no sentido de valorização e defesa, sendo realizado antes de haver uma ação concreta de preservação. (MORAIS, 2013, p.41)

Para Diel (2015) o inventário, como ferramenta de resguardo dos bens culturais, não é de origem brasileira, e constitui-se como uma das mais antigas formas de defesa do legado cultural em nível internacional. Para Caon (2016, p.93) esta ferramenta de salvaguarda “sempre foi instrumento para a preservação dos bens culturais, pois existiu a necessidade cada vez mais ampliada de conhecer e reconhecer os bens culturais e seu acréscimo sobre as questões simbólicas.”

Consonante com Moraes (2013, p.40), “os instrumentos de preservação vêm sendo utilizados no Brasil desde a década de 1930 quando se implanta pelo governo federal o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”. Segundo o mesmo autor, somente com a promulgação da Constituição Federal (1988), o inventário foi implementado no país como ferramenta jurídica de salvaguarda do patrimônio cultural, expresso em seu Art. 216, §1º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Em linhas gerais, Caon (2016) descreve que o inventário de edificações é realizado objetivando identificar bens imóveis, traduzindo-se como método para resguardo da memória urbana, buscando o reconhecimento de valores urbanísticos, históricos e arquitetônicos proeminentes para uma determinada comunidade. A princípio, a manifestação das memórias consistirá na apreensão das características das edificações, “quais suas particularidades, seus elementos construtivos, suas alterações no decurso do tempo, servindo para seguir um procedimento metodológico específico para a preparação de um histórico sobre a edificação”. (CAON, 2016, p.315)

METODOLOGIA

Na pesquisa em questão, de cunho exploratório, a metodologia empregada divide o trabalho em etapas, onde foram utilizadas as seguintes ferramentas para obtenção dos dados: listagem e localização das edificações selecionadas, coleta de dados históricos acerca dos edifícios, levantamento fotográfico dos bens arquitetônicos, elaboração de material gráfico do projeto arquitetônico (plantas de situação) com suporte de programa computacional específico. Dessa maneira, a pesquisa apresenta o seguinte roteiro:

- (1) Pesquisa bibliográfica: buscando abordar os conceitos mais relevantes e atuais acerca do discurso histórico-cultural do patrimônio presentes em literaturas seminais, como: “Uma história do patrimônio no Ocidente” de Poulot (2009); “Patrimônio Histórico e Cultural” de Funare e Pelegrino (2009) e “El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso” de Ballarte (1997); dentre outros autores que apresentaram elevada relevância ao trabalho em questão;
- (2) Mapeamento e triagem dos bens representativos, segundo critérios de atribuição de valores abordados por autores como Moreira (2014) e Lacerda (2012);
- (3) Elaboração da ficha-base a ser utilizada para inventariação das edificações, tomando como referência a ficha utilizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP);
- (4) Coleta de dados mediante pesquisa documental em órgãos locais como: Prefeitura Municipal, Fundação Ernani Sátyro, Instituto Histórico e Geográfico de Patos, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; visitas exploratórias, levantamento fotográfico dos bens selecionados;
- (5) Sistematização dos dados: Elaboração de material gráfico do projeto arquitetônico (plantas de situação) com suporte de programa computacional específico; Interpretação e análise dos dados coletados;
- (6) Preenchimento e anexação dos dados e materiais imagéticos (fotografias, croquis e desenhos digitalizados) nas fichas catalográficas, finalizando a elaboração do inventário de setor urbano central da cidade Patos-PB;
- (7) Elaboração de mapas temáticos materializando os dados obtidos por meio da análise das informações presentes nas fichas do inventário.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS EDIFICAÇÕES A SEREM INVENTARIADAS

O primeiro critério para seleção das edificações a serem inventariadas considera a localização dos exemplares arquitetônicos, onde, serão observados os bens presentes no recorte espacial que compreende um setor urbano na área central na cidade de Patos, cuja escolha considerou os valores geopolíticos e históricos do local em questão.

O segundo critério para especificação das edificações passíveis de serem documentadas, foi um levantamento de 35 exemplares, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Patos - listagem que foi publicada no boletim mensal de outubro de 2003 desse órgão e encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), solicitando o cadastramento e possível tombamento dos referidos exemplares, dentre os bens destacados têm-se parques, praças e edificações, de diferentes épocas e estilos.

O terceiro critério de seleção, diz respeito a identificação dos valores de referência das edificações selecionadas, em primeiro momento foi observada a representatividade histórica das edificações para a sociedade patoense, selecionando os bens com considerável relevância para o estudo da história e evolução urbana de Patos, através de exemplares arquitetônicos de diferentes períodos, cujo eventual desaparecimento ou descaracterização refletiria na perda da memória da cidade, afirmando assim, a importância de catalogação das mesmas.

Para Lacerda (2012), o valor histórico é importante para evidenciar distintas épocas, observando a forma de interação do indivíduo com a cidade, possibilitando a evidenciação de etapas marcantes da evolução urbana de qualquer sociedade. A autora faz alusão às ideias de Rieghl, destacando que a atribuição de valor a determinados bens com base nas preferências atuais das pessoas, possibilita o reconhecimento das existências desses exemplares como criações singulares de determinadas sociedades em diferentes épocas.

Em segundo momento, foram estudados os valores arquitetônicos e morfológicos dos exemplares, procurando destacar as edificações que possuam singularidade na sua conexão com as vias e nas relações morfológicas entre edifício, lote e quadra. Além disso, pretende-se observar a correlação entre diferentes tipologias numa determinada área. Pretende-se ainda destacar os bens que apresentem elementos estilísticos identificáveis em modelos consagrados da história da arquitetura e urbanismo, objetivando um referencial historiográfico fomentado na contemplação de distintos estilos arquitetônicos.

A relevância morfológica-arquitetônica é apontada por Moreira (2014) como um método para verificação dos valores arquitetônicos das edificações, objetivando a constatação das características construtivas que validem a escolha das mesmas para inventariação. Neste método são analisadas características inerentes ao traçado urbano, interação morfologia com o entorno, relação com o contexto urbano, diversidade tipológica, e adequação a estilos arquitetônicos consagrados.

A escolha das edificações representativas advém da observação dos critérios acima mencionados, sintetizando um processo que abrangerá a observação das edificações, em primeiro nível, na sua localização dentro do perímetro de estudo, no segundo nível, tem-se a análise do levantamento anteriormente realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Patos, e em terceiro nível, será realizado o diagnóstico dos bens com base nos valores contemplados na pesquisa conforme esquema a seguir (Figura 2):

Figura 2: Esquema para escolha das edificações passíveis de serem inventariadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Para a identificação dos bens a serem inventariados, foi gerado um mapeamento assente na sobreposição do

levantamento realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Patos com o mapeamento realizado na pesquisa em questão, resultando no mapa de localização de 33 bens dentro da malha urbana do centro da cidade de Patos (Figura 3).

Figura 3: Mapa de localização, dentro da malha urbana do centro de Patos, das edificações passíveis de serem inventariadas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

MODELO DE FICHA A SER PREENCHIDA PARA O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE PATOS

Para a elaboração da ficha-base empregada na catalogação, utilizou-se como referência os modelos de fichas de inventário utilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), trata-se do mesmo padrão utilizado pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tendo em vista a relevância do documento, o processo de catalogação utilizado possibilita uma abordagem técnica e satisfatória para obtenção dos dados necessários para a pesquisa. Os itens contemplados permitem uma leitura precisa de condicionantes das edificações, garantindo a coleta de dados essenciais na compreensão de todas as características construtivas e socioculturais dos bens a serem inventariados.

Na primeira etapa de catalogação, foram utilizadas fichas provisórias para obtenção das informações durante as visitas exploratórias e nas pesquisas documentais,

em seguida, os dados foram registrados nas fichas definitivas, tendo os seguintes itens a serem preenchidos: Identificação do bem, localização do objeto de análise, natureza da propriedade, relação da edificação com o lote e entorno, proteção existente, proposta de proteção, estado de conservação, estado de preservação, Valores/critérios de seleção estabelecido ao bem, histórico e informações relevantes, documentação gráfica, além da caracterização externa da edificação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos na pesquisa demonstram aspectos relevantes do contexto preservacionista de Patos, possibilitando o diagnóstico das características arquitetônicas, históricas e culturais dos bens inventariados, evidenciando os diferentes contextos, de preservação ou modificação, que essas edificações foram submetidas ao longo do tempo, tais fatores, possibilitaram também a análise da evolução citadina, por meio da constatação das transformações da paisagem, durante a sua conformação urbana.

Na etapa de seleção das edificações inventariadas, foram realizadas análises para identificar, na área de estudo, quais bens possuíam valores arquitetônicos, históricos e morfológicos, fundamentando assim, o processo de triagem. Tal abordagem fomenta a construção da dimensão valorativa do patrimônio local, sendo possível estabelecer uma aproximação da comunidade com o simbolismo presente em tais edificações remanescentes. O resultado pode ser observado no mapa abaixo (Figura 4):

Figura 4: Mapa temático dos valores atribuídos às edificações



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Foram identificadas 13 edificações que possuem simultaneamente os três valores analisados, sete com valor arquitetônico, cinco com valores arquitetônico e histórico, cinco com valor arquitetônico e morfológico, duas com valor histórico e uma com valor histórico e morfológico. Esse resultado evidencia a considerável representatividade dos bens inventariados, cuja maioria possui atributos formais e simbólicos que afirmam as suas contribuições para a memória urbana de Patos, além de possibilitar o fomento do sentido de identidade cultural desse local.

Realizou-se a análise das características arquitetônicas, onde foram identificados os elementos constituintes das fachadas dos bens inventariados. O diagnóstico apresentado no mapa a seguir (Figura 5) evidencia a existência, na paisagem urbana, de diferentes correntes estilísticas, como: *art déco*, eclético, moderno, neoclássico, neogótico e rococó, que conformam o perfil arquitetônico do centro de Patos, essa diversificação de estilos demonstra a dinâmica de transformação do ambiente urbano. Outra característica observada foi a presença, em uma mesma edificação, de elementos pertencentes a diferentes períodos da arquitetura, provenientes de adaptação dos edifícios, fortalecendo o hibridismo de suas composições. Observa-se que a classificação das edificações de acordo com os estilos

arquitetônicos se dá da seguinte maneira: oito edificações art déco, nove ecléticas, seis híbridas, seis modernas, duas neoclássicas, uma neogótica e uma rococó.

Figura 5: Mapa temático dos estilos arquitetônicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

O mapa a seguir (Figura 6), que diz respeito ao tipo de propriedade dos bens inventariados, demonstra a que domínio pertencem as edificações, a análise dessas características, possibilita uma melhor configuração dos perfis edilícios, nas suas relações com a população em geral, contribuindo para a correta abordagem, com base na realidade local, de possíveis planos de gestão do patrimônio local.

Figura 6: Mapa temático sobre a natureza da propriedade dos bens inventariados



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Assim da análise em questão, foram identificadas seis edificações alugadas, 14 públicas, 11 privadas e duas mistas. A obtenção de informações sobre o tipo de propriedade, e sobre o nome do proprietário dos bens fichados, foi possível graças a visitas exploratórias às edificações e à Diretoria de Administração Tributária da Prefeitura Municipal de Patos. As visitas de campo foram realizadas no período de 23/02 a 16/03, nelas foram realizados também, o levantamento fotográfico e obtenção de dados básicos relativos ao estado de preservação das edificações, observando as possíveis alterações na composição da forma original.

Quanto ao estado de preservação do acervo arquitetônico analisado, é possível constatar na análise do mapa a seguir (Figura 7), um grau avançado de modificação da composição arquitetônica das fachadas, que tende a descaracterização, ficando evidente a depreciação do patrimônio arquitetônico no centro de Patos, pela falta de consciência da dimensão simbólica de tais bens. Percebe-se uma ausência de educação patrimonial na comunidade local que enxerga as questões de salvaguarda como potencializadoras da desvalorização econômica do imóvel.

Figura 7: Mapa temático com sistematização do estado de preservação dos bens fichados



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Dessa maneira identificou-se que do acervo analisado, sete edificações estão descaracterizadas, nove apresentam poucas alterações dos elementos constituintes de suas fachadas, 16 estão muito alteradas e apenas uma apresenta-se em estado íntegro. De acordo com Silva et al (2016), as dinâmicas urbanas presentes no local estudado, provocaram um processo de descaracterização do centro histórico e social, a partir das intervenções realizadas nas edificações, - em alguns casos modificações parciais, em outras destruições totais - fomentando a adequação do espaço urbano para o mercado comercial intenso na área.

Nesse panorama, constata-se a partir da análise do mapa a seguir (Figura 8) uma considerável transformação da paisagem urbana no perímetro estudado, ficando evidente o caráter de remanescência dos exemplares inventariados, além disso, é possível apreender o estado de vulnerabilidade dos mesmos, apontando a necessidade de salvaguarda desse legado.

Figura 8: Mapa temático sistematizando a situação do entorno das edificações



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

O recorte estudado compreende o centro da cidade de Patos, enquadrando todas as edificações inventariadas em contexto urbano, além disso, observa-se a situação do entorno desses bens, onde 25 edificações possuem seu entorno alterado e oito apresentam conformação arquitetônica classificando-as em conjuntos. Diante da situação crítica que ameaça a reminiscência histórica da área em questão, se faz necessária a luta pela permanência do que ainda está inserido no espaço urbano, que representa e caracteriza o ambiente historicamente produzido, atribuindo-lhe sentido de identidade, enfatizando assim, que a descaracterização da paisagem cidadina, com as demolições de edificações históricas, se relaciona principalmente com a perda da memória relativa à evolução urbana do município.

No que tange às políticas preservacionistas locais, a lei municipal nº 3.749/2008 regulamentou a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (COMPHAC), onde em seu art. 2º inciso IV estabelece que o referido órgão busca “propor, por todos os meios a seu alcance, a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural” (COMPHAC, 2008, p.1). Porém, é possível constatar a inoperância do referido órgão, além disso, observa-se também, a insuficiente participação do IPHAEP na elaboração de medidas que

garantam a conscientização, conservação e salvaguarda do legado arquitetônico da cidade.

Em 2003, o IPHAEP realizou o cadastramento de apenas três edificações que estão localizadas na área de estudo desta pesquisa: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Catedral de Nossa Senhora da Guia e prédio da Prefeitura Municipal, em seguida no ano de 2005, o referido órgão realizou o cadastramento da Fundação Ernani Sátiro. Além desses bens cadastrados está situada no perímetro de estudo, o prédio da estação ferroviária protegida por um tombamento temático das estações ferroviárias do Estado da Paraíba, graças ao decreto nº 22.082/2001, o edifício conta ainda com um tombamento nacional através da portaria nº 407/2010 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que apresenta a lista do Patrimônio Cultural Ferroviário Nacional. O panorama geral das edificações protegidas pode ser visto no mapa a seguir (Figura 9):

Figura 9: Mapa temático sistematizando o panorama geral das edificações protegidas



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se debruçar no contexto das questões inerentes ao patrimônio cultural, pode-se perceber que de maneira global, as questões preservacionistas têm ganhado destaque, apresentando-se como um campo diversificado versando sobre questões que envolvem conflitos sociais e econômicos que variam nos diferentes contextos urbanos, mas que tem um foco bem específico e se relacionado aos dilemas inerentes ao desenvolvimento das cidades e a manutenção do legado histórico-cultural.

No desenvolvimento do presente trabalho foi possível promover a caracterização do acervo patrimonial presente no objeto de estudo, possibilitando a reflexão e análise dos seus marcos técnicos e teóricos, buscando constatar e disseminar o conhecimento das dimensões valorativas presentes nos bens que foram inventariados, despertando assim a importância devida dos mesmos para a construção da identidade de Patos, sendo assim, uma das medidas primordiais para a preservação e conservação do patrimônio local.

Foi garantido o diagnóstico de informações relevantes presentes no acervo estudado, evidenciando assim vestígios do passado da cidade, fomentando a análise de particularidades relativas a evolução urbana da cidade, através de dados históricos, sociais e técnicos atinentes às transformações da arquitetura urbana do município ao longo do tempo, com o objetivo de promover o interesse, da sociedade patoense e dos órgãos legais, pela memória da cidade, vista como um elo de aproximação das diferentes temporalidades vividas.

Da análise dos dados coletados, pode-se perceber o estado avançado de degradação do patrimônio local, além do caráter de remanescência, bem como, as condições críticas de preservação do que ainda permanece edificado, justificando assim a importância de atentar para efetivação de ações de salvaguarda do legado histórico local. Além disso, há a efetivação do inventário em questão, alteando a sua importância como ferramenta de resguardo das edificações com significativa relevância, apresentando-se como meio de ampliação

da aproximação entre a comunidade e sua história urbana, na expectativa de prosseguimento de posteriores estudos e planos estratégicos de conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Editoria Ariel, 1997.

BALLART i HERNANDEZ, Josep; FULLOLA i PERICOT, Josep Maria; DELS ANGELS PETIT i MENDIZABAL, Maria. El valor del patrimonio histórico. **Complutum**. Extra, n. 6, p. 215-224, 1996. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/CM-PL9696330215A/29835>> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – cidades de Caxias do Sul e La Plata**. PUCRS: Porto Alegre, 2016.

CAVALCANTE FILHO, Ivan. **O Patrimônio Arquitetônico de Areia: Um Inventário**. João Pessoa: Idéia, 2005. 216 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural. Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, v. 2209, 2009.

DIEL, Rocheli Andréia. **O inventário do patrimônio arquitetônico Enxaimel da área rural de Santo Cristo**. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM: Santa Maria, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

IPHAN. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã, Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto_Amsterda?1975.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2018.

MONTAINER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política: Ensaíos para Mundos Alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. 251p.

MORAIS, Michelle Campos. **Inventário Urbano de Caçapava do Sul: Patrimônio de Valor Arquitetônico, Histórico e Cultural**. Santa Maria: UFSM, 2013.

MOREIRA, Pedro Couto. **O Inventário do Patrimônio Arquitetônico das Zonas de Entorno dos Bens Tombados de Cruz Alta – RS**. Santa Maria: UFSM, 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A.. O patrimônio Cultural e a Materialização das Memórias Individuais e Coletivas. **Patrimônio e Memória**, Assis - SP, v. 3, n. 1, p.87-100, maio 2007. Semestral. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33/459>>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores**. Estação Liberdade, 2009.

SILVA et al. **Memória e Cidade: Dinâmicas Urbanas e o Processo de destruição Do Patrimônio Arquitetônico do Centro de Patos/PB**. In: IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades, 2016, Ituiutaba, MG. **Anais do evento**. Ituiutaba, MG: Universidade Federal de Uberlândia | Observatório das Cidades, 2016. p. 1210-1229.

ZUKIN, Sharon. **Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural da dimensão urbana**. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz M. **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017.

OCUPE ESSE VAZIO: A REQUALIFICAÇÃO DO PÁTIO DA IGREJA NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO.

OCCUPY THAT EMPTY:

REQUALIFICATION OF THE CHURCH'S PATIO NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO.

MARCELLA NICOLE RODRIGUES SOARES

Arquiteta Urbanista, graduada pelo UNIFAVIP|Wyden, marcella_nicole@hotmail.com

CAMILA LEAL COSTA

Arquiteta Urbanista (UFPB), mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE), docente do UNIFBV|Wyden, camilaleal.arq@gmail.com

RESUMO

As transformações urbanas na cidade contemporânea são também produtos do afastamento das pessoas dos espaços públicos. Na tentativa de minimizar os impactos dessa negação, ações de Urbanismo Tático norteadas pelos fundamentos da Pedagogia Urbana fortalecem os laços sociais e devolvem às cidades espaços públicos vivos, debatidos, idealizados e executados por uma comunidade consciente do seu papel urbano, modificando a dinâmica de muitos lugares no Brasil e no mundo. Este artigo analisa os resultados de uma intervenção urbana tática no pátio da Igreja Nossa Senhora de Assunção, do bairro Indianópolis, em Caruaru- PE, juntamente com a comunidade local. Reavivar espaços urbanos através do direito à cidade é um processo não só democrático como educativo, no qual toda comunidade mobilizada pelo desejo de transformação dos espaços que habitam, não só fazem cidade, mas exercem sua cidadania através da apropriação dos espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo Tático. Urbanismo Participativo. Pedagogia Urbana. Intervenção Urbana

ABSTRACT

The urban transformations in the contemporary city are also products of the remoteness of the people of the public spaces. In an attempt to minimize the impacts of this negation, Tactical Urbanism actions guided by the foundations of Urban Pedagogy strengthen social ties and return to the cities living public spaces, debated, idealized and executed by a community conscious of its urban role, modifying the dynamics of many places in Brazil and in the world. This article analyzes the results of a tactical urban intervention in Pátio Nossa Senhora de Assunção Church, in the Indianópolis neighborhood, in Caruaru - PE, together with the local community. Reviving urban spaces through the right to the city is a process not only democratic but also educational, in which every community mobilized by the desire to transform the spaces they inhabit, not only make city, but exercise their citizenship through the appropriation of urban spaces.

KEYWORDS: Tactical Urbanism. Participatory Urbanism. Urban Pedagogy. Placemaking, Urban intervention..

INTRODUÇÃO

É quando a comunidade se identifica com os espaços da sua cidade e se apropria de cada experiência oferecida que se presencia no cenário urbano o fortalecimento entre os laços sociais: “Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças.” (ROLNK, 2004, pag.25). A falência dos espaços da cidade é uma realidade cada vez mais presente em todo o país, impactando em comunidades segregadas, ruas vazias, violência urbana, espaços públicos negados e degradados.

A participação colaborativa defendida por Lacaze (1993) e o Urbanismo Tático associado às ações bot-

*town-up*¹ discutidos por Moraes (2016), apresentam um tipo de empoderamento cidadão transformador no que diz respeito à melhoria dos espaços públicos pela própria comunidade, a partir de suas insatisfações e anseios, legitimando o processo de democratização e apropriação de áreas de uso coletivo e transformando espaços e ações urbanas.

Não é preciso ser um morador antigo ou frequentador assíduo do bairro Indianópolis na cidade de Caruaru-PE para identificar a ausência de áreas públicas de qualidade. A deficiência desses espaços priva a comunidade do seu direito básico ao lazer com segurança e qualidade. Os vazios urbanos tão frequentes, afastam os moradores da vivência da cidade ao nível da rua, o que tem resultado em um bairro que, apesar de alguns setores com forte mistura de usos e alto fluxo de pessoas, não oferece atrativos urbanos que motivem seus moradores a utilizarem a rua como extensão de suas casas. O resultado é um maior isolamento desses cidadãos, potencializado pela contemporaneidade e as modificações no modo de viver da sociedade, decorrendo no individualismo e na negação dos espaços da cidade, tornando-os seres cada vez mais afastados, individualizados, medrosos e antissociais, como explanado por Maria Ângela D’Incao(1992). A relação entre a falta de urbanidade e a insegurança tem se tornado pauta importante no que diz respeito ao planejamento das cidades, mostrando que a ausência de pessoas nas ruas leva ao aumento considerável dos índices de criminalidade e insegurança das cidades.

Inspirando-se em ações como “A Batata Precisa de Você”, “Quero Nadar no Capibaribe” e o “Forat de la Vergoeyna” que foi realizado o **Ocupe Esse Vazio**. Esta ação urbana tática abrangeu um processo colaborativo junto à comunidade em uma área pública ociosa na cidade de Caruaru - PE: o Pátio da Igreja Nossa Senhora de Assunção, do bairro Indianópolis. Através dessa intervenção buscou-se não só a melhora na qualidade dos

1 Ou seja, “de baixo para cima”, que decorrem de ações realizadas pela base da pirâmide social hierárquica (comunidade), a partir do momento em que se apropriam de questões naturalmente resolvidas pelo topo da pirâmide (o Estado), para solucionar insatisfações coletivas sem o apelo à entidades políticas.

espaços coletivos da comunidade, mas o envolvimento dos moradores em um processo educativo e conscientizador através da participação popular nas transformações dos espaços que se utilizam, fortalecendo os laços sociais, o sentimento de pertencimento e apropriação e a qualidade urbana.

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a ação de intervenção urbana supracitada, à luz dos conceitos e contribuições do Urbanismo Tático, os estudos de Lacaze (1993) referente ao Urbanismo Participativo, a Pedagogia Urbana abordada por Neta (2010), e uma breve elucubração sobre a contemporaneidade e os novos modos de viver cidade, abordados por D’Incao (1992). Tal análise faz-se necessária para auxiliar na compreensão dos processos interventivos urbanos e suas diferentes dinâmicas e complexidades. Este artigo apresenta o embasamento teórico e o processo interventivo, os resultados colhidos e as reflexões extraídas desse experimento urbano, é fruto do trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo desenvolvido pela autora, visando garantir cada vez mais o sucesso nesse tipo de ação.

EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Propor uma intervenção urbana através de uma ação comunitária de cunho efêmero, idealizada em conjunto com a comunidade, liberta de projetos pré-estabelecidos e com o intuito de construir um processo transformador não só para o espaço escolhido, mas também para os envolvidos, exigiu a busca por referenciais teóricos e metodológicos que se utilizassem de práticas nos espaços da cidade como ferramentas produtoras de urbanidade, conscientização e sensibilização urbana. Desse modo, foi necessário refletir sobre as mudanças trazidas pela contemporaneidade nos modos de viver cidade, uma breve abordagem dos métodos do urbanismo participativo defendidos por Lacaze (1992), e do conceito de *placemaking* abordado pelas autoras Heemann & Santiago (2015), além das referências da obra de Neta (2010) a partir dos estudos da pedagogia urbana, fundamental para a compreensão da importância de ações urbanas colaborativas na formação de cidadãos conscientes e participativos.

Junto à contemporaneidade e todas as suas inovações, também chegam as mudanças nas relações entre o ser urbano e os espaços da cidade. A praticidade encontrada nos novos meios de comunicação que encurtam distâncias, favorecem o acesso à informação e facilitam o contato virtual entre as pessoas, levaram a um maior isolamento social, oferecendo uma falsa sensação de interação. Os espaços públicos que até então eram os principais geradores de encontro, trocas, experiências, lazer e contato pessoal, passam a ser meros figurantes na geração da internet, perdendo sua funcionalidade para as telas de eletrônicos. Esta abordagem torna-se fundamental na compreensão do esvaziamento dos espaços da cidade, que potencializado pela falta de interesse do poder público em oferecer espaços coletivos de qualidade, tem provocado o distanciamento social entre cidadãos e urbe, enfraquecendo os laços sociais e resultando em um estranhamento que reverbera na desconfiança e insegurança de uma comunidade frente às áreas públicas coletivas.

A exclusão da rua como local de interação social provoca a distância de percepção entre si dos diferentes grupos ou classes sociais, ocasionando, entre outras coisas, o pânico advindo de em grande parte da ignorância sobre os outros. Não interagindo mais, não frequentando casas diferentes da sua, o indivíduo não pode saber muito sobre as pessoas que vivem nelas. Associa-se com facilidade pobreza com violência, com marginalidade. E, por oposição, associa-se riqueza com vida fácil, felicidade e também (por que não?) com corrupção. O outro é cada vez mais uma face desconhecida, amorfa e distante. (D'INCAO, 1992, pag. 97)

Esse enfraquecimento coloca a cidade em uma posição desprivilegiada, não recebendo o reconhecimento de palco das relações humanas. “A rua e a praça são excluídos como espaço social cotidiano de estar e de integrar e se recrear e se transformam quase que unicamente em espaços de passagem, e no caso do Brasil, especialmente de passagem de carros e motos.” (D'INCAO, 1992, pag. 101). Entender esse novo contexto

social em que as cidades tem se desenvolvido, explica as diversas questões que vem sendo levantadas em relação as novas configurações urbanas discutidas desde estudiosos como Jacobs (2011) e Ghel (2010) e se prolongam até hoje, que resultam em cidades vazias, espaços urbanos negados, degradados, ociosos, os altos índices de criminalidade, insegurança pública, a ausência do sentimento de coletividade e a potencialidade do individualismo que tem afastado cada vez mais as pessoas e extinguido a solidariedade coletiva. Reestabelecer essa relação entre comunidade e cidade é imprescindível para o resgate das relações sociais através do fortalecimento dos laços afetivos.

Juntamente à essa discussão, vale apresentar o Urbanismo Participativo sob o olhar de Lacaze(1993), que surge de maneira espontânea no ano de 1960, motivado pela insatisfação popular à respeito do distanciamento entre grupo responsável pelas decisões e a população em projetos de transformações urbanas.

De fato, num contexto participativo, a avaliação das necessidades a serem satisfeitas não poderia resultar de uma definição de “especialistas” ou de uma codificação pelo aparelho de Estado. As necessidades aparecem mais como a expressão de uma dinâmica social contingente e aleatória, que depende afinal dos tipos de relações particulares que uma microssociedade local travou ou deseja travar com o espaço urbano no qual ela vive. (LACAZE, 1993, pag. 62)

Desse modo, entende-se a importância de envolver a comunidade em ações urbanas interventivas para um melhor resultado, contribuindo para a garantia do direito à cidade e da apropriação dos espaços públicos, fundamental para manutenção, preservação dos mesmos.

Práticas como o *placemaking*, derivada do Urbanismo Tático, se apropriam desse tipo de participação, já que “(...) consiste em olhar, ouvir e fazer perguntas para as pessoas que vivem, trabalham e frequentam um espaço em particular, com o objetivo de descobrir suas necessidades e aspirações.” (HEEMANN & SANTIAGO

2015), buscando entender os reais anseios e necessidade daquela comunidade, antes de fazer qualquer modificação na paisagem urbana local. E como o próprio conceito de Urbanismo Tático aparece sob o olhar de Moraes (2016):

Assim, Urbanismo Tático é uma ferramenta processual de intervenção no espaço urbano com elevado potencial de participação da população em todas as etapas do processo. O grande destaque é a possibilidade de experimentação das intervenções que são construídas de forma leve, rápida e com baixo custo, e depois de implantadas são analisados os resultados decorrentes da apropriação pela população local para assim tornarem-se intervenções permanentes. (MORAES, 2016, P.33).

Juntamente com a Pedagogia Urbana abordada por Neta(2010), que entende a cidade como ferramenta pedagógica, já que defende que “A pedagogização também ocorre na experiência urbana uma vez que se criam as possibilidades novas de encontro, de comunicação, o confronto de condições de vida e (re) construções de consciências” (NETA, 2010, pag. 25), e acredita que há uma educabilidade inserida naturalmente na cidade através dos modos de vivência (rituais, instituições, costumes, valores) que tem o espaço urbano como palco para suas atuações. “[...] o processo educativo não acontece apenas e nem principalmente nos bancos de nossas escolas. A dinâmica urbana como um todo é educativa [...]” (ARROYO, 1997, p. 25, apud, NETA, 2010), esta ação se utiliza da essência desses conceitos para uni-los e fundamentar uma metodologia de intervenção urbana tática que possa oferecer mudanças não só à comunidade através da requalificação de áreas urbanas, mas que também ofereça à cidade cidadãos mais conscientes dos seu papel como elemento constituinte e transformador urbano, a partir de uma visão coletiva. “O cidadão contém a cidade e, ao mesmo tempo, está contido nela. É essa relação entre um e outro que viabiliza uma dada pedagogização pela e na cidade.” (NETA, 2010, p.214).

OCUPE ESSE VAZIO - o Pátio da Igreja Nossa Senhora de Assunção

O espaço escolhido para intervenção localiza-se no bairro Indianópolis, o terceiro mais populoso da cidade de Caruaru (IBGE, 2010). Habitado por uma população de classe média, o bairro é predominantemente residencial com pequenas áreas de concentração de comércio e serviços, muitos espaços vazios e carência de áreas públicas. A tipologia construtiva predominante de casas e edifício de até 5 pavimentos vem sofrendo transformações significativas a partir do processo de verticalização. Tal configuração, tem afastado seus moradores das ruas e, conseqüentemente, ampliado os índices de criminalidade. (Figura 01)

Como principal marco do bairro temos o largo da Igreja Nossa Senhora de Assunção, inserido na sua principal via de acesso, é marcado por um alto fluxo de pedestres, devido ao seu uso como parada de ônibus, campo de futebol, local para caminhadas e conversas ao fim da tarde, apesar de não oferecer nenhum tipo de mobiliário para estas atividades. A igreja torna-se parte da identidade visual do local e corrobora com potencial urbano (Figura 02). Além disso, está inserido próximo à escolas, paradas de ônibus, padarias, oficinas, lojas, lanchonetes, verificando a intensa mistura de usos e a presença de pessoas ao longo de todo o dia nesta área. É importante destacar que a autora é moradora do bairro há 20 anos e a existência do projeto de uma praça concebida pela prefeitura para o local, mas que não foi concluído.

Figura 01 - Bairro Indianópolis e a Igreja N.S.Assunção com destaques em vermelho.



Fonte 01: Google Earth editado pelas autoras (2019)

Figura 02 – Pátio da Igreja Nossa Senhora de Assunção



Fonte 02: Imagem autoral (2018)

A ação urbana junto à comunidade tinha como objetivo a idealização e execução de uma praça de maneira colaborativa, cujo processo se iniciou com o contato direto com a comunidade para ações de conscientização, passando por debates e formulação da proposta, arrecadação de materiais e a execução. Assim, podemos dividir o processo em três etapas que aconteceram entre os meses de Abril e Setembro de 2018:

Etapa 1 - Comunicação e arrecadação

A primeira etapa contou com visitas em campos para compreensão da dinâmica do espaço e na busca por potenciais voluntários para a ação. Identificaram-se alguns moradores que apresentavam um forte poder de

comunicação com os moradores locais e faziam uso diário do pátio da igreja, além de alguns jovens que se utilizavam da praça todos os dias para jogar bola. A abordagem à esses moradores permitiu a captação dos primeiros voluntários para a intervenção, **os voluntário líderes e os voluntários teens**. O segundo passo foi o contato com importantes equipamentos do bairro - escolas e igreja - com o intuito de receber o apoio e conseguir atingir um maior número de moradores através da influência dessas instituições. O terceiro passo, foi a elaboração de um questionário de aproximação com os demais moradores, oportunizando um possível convite à participação da ação. Ao fim da etapa de comunicação e arrecadação, foram captados cerca de 30 moradores que demonstraram interesse em participar da ação de requalificação da praça, seja por meio da doação de materiais ou trabalho braçal. A comunicação com esses moradores foi feita através de aplicativos de mensagem ao longo de todo processo. (Figuras 03)

Figura 03 – Primeira reunião com voluntários teens



Fonte: Imagens Autorais (2018)

Etapa 2 - Imagem e ação

A segunda etapa corresponde às atividades para a estruturação da ação urbana. Foram realizadas reuniões para discussões sobre os problemas urbanos da área, tais como: falta de lixeira, bancos, brinquedos, e as possíveis soluções para melhora do local. Infelizmente percebeu-se, após a realização de 03 reuniões, que os únicos interessados em

colaborar eram os voluntários *teens* e os líderes, totalizando em aproximadamente 9 participantes. A definição dos materiais que seriam utilizados e do tipo de mobiliário produzido também foram definidos em reuniões.

Os próximos passos foram pequenas ações com o intuito de ir preparando a comunidade e solucionar problemas pontuais até a intervenção da praça. “**Venha Ocupar**”, com objetivo de convidar as pessoas para participar da intervenção; “**Um dia de limpeza/ Esse lugar não é para o seu carro**” objetivando a limpeza da praça e a conscientização do não uso do espaço como estacionamento; “**Horta do Ocupe**”, a criação de uma horta comunitária nos canteiros vazios; e por fim a ação “**A cidade que você quer depende do cidadão que você é**”, na qual foi realizada a montagem de arquibancadas com *pallets*, brinquedos, lixeira, com a ajuda de voluntários e o uso de ferramentas trazidas pelos próprios moradores. O local de inserção de cada equipamento, a maneira de montagem e pintura foram escolhidas em grupo. (Figura 04)

Figura 04 – Ações de mobilização e atuação da comunidade no processo de produção do espaço
Fonte: Imagens Autorais (2018)



Etapa 3 - Observação e registro

A terceira etapa consiste no acompanhamento e observação da interação da comunidade com as intervenções realizadas no espaço. Em poucos dias já foi possível presenciar a apropriação dos moradores com o novo cenário do pátio e os seus primeiros usos, marcados pela presença de crianças acompanhada de seus responsáveis, que se utilizaram dos equipamentos para brincadeiras coletivas. (Figura 05)

Figura 05 – Crianças interagindo com o novo mobiliário



Fonte: Imagens Autorais (2018)

Após alguns dias de positivas observações, os membros da igreja entram em contato com o responsável pela ação pedindo a retirada dos mobiliários para a montagem de um palco para a festa da paróquia. Como solicitado, o material foi retirado, mas com o compromisso de que o mesmo seria guardado e remontado pela paróquia ao fim do evento, o que não aconteceu.

Esse imprevisto ocorreu devido à falta de comunicação e envolvimento na intervenção por parte da igreja que foi procurada diversas vezes mas não se mostrou interessada nem disponível em participar da ação. O remonte da praça com a ajuda de alguns voluntários *teens* infelizmente não garantiu o mesmo layout devido à pequena quantidade de voluntárias e a falta de ferramentas, descaracterizando a intervenção. (Figura 06)

Figura 06 – Remonte da intervenção com parte dos voluntários



Fonte: Imagens Autorais (2018)

Ao passar dos dias foi percebido a diminuição do uso do espaço, principalmente por parte das crianças porém, a demanda por mobiliário era visível como, por exemplo, o uso das arquibancadas por parte de moradores para espera do transporte público (Figura 07). A partir desse momento começaram a ocorrer atos de vandalismo com o mobiliário montado e mudanças do layout, o que demandou manutenções quase que diárias realizadas pela autora e 1 ou 2 voluntários na tentativa de preservar o espaço, mas em poucos dias todas as peças foram furtadas e o insucesso da intervenção precisou ser aceito.

Figura 07 – Uso do mobiliário após o remonte da intervenção



Fonte: Imagens Autorais (2018)

TODA AÇÃO GERA UMA REAÇÃO: Reflexões

Como visto, os resultados finais da intervenção não corresponderam à expectativa inicial mas nos convidam a refletir sobre as questões que podem levar ações urbanas táticas ao fracasso e sobre o posicionamento cidadão coletivo dos participantes frente aos espaços urbanos.

Uma das primeiras questões analisada foi a falta de comprometimento por parte dos que se disseram interessados em contribuir para a ação. As autoras Nogueira & Portinari (2016) abordam alguns fatores que podem levar ao insucesso de ações urbanas, e entre eles está a falta de tempo, fazendo até uma comparação direta com as discussões políticas na polis grega sobre os espaços da cidade, onde somente os que dispunham de escravos participavam mais efetivamente das discussões devido à sua maior disponibilidade de tempo.

(...) se as decisões eram tomadas através do “conversar um com o outro e no convencer mútuo” (ARENDR, 1998, p. 66), por outro lado dispor de tempo livre para esta atividade era um privilégio apenas daqueles que possuíam escravos. (NOGUEIRA & PORTINARI, 2016, pag. 182)

Rebatendo essa afirmação para o atual contexto social podemos considerar que, em geral, as pessoas de maior poder aquisitivo encontram-se cada vez mais segregadas e reclusas, distantes dos debates urbanos e reforçam a negação à rua. Considerando o perfil socioeconômico do bairro de classe média, sugere-se este como uma dos fatores que levaram ao desinteresse da participação dos moradores na ação.

Outra questão abordada é a falta de apropriação por parte da comunidade que levou ao furto e a degradação da intervenção montada. As mesmas autoras defendem que os mentores responsáveis por essas ações, em geral pessoas da área criativa, como arquitetos e designers, podem inconscientemente colocar seus anseios acima dos da comunidade, o que pode descaracterizar o processo coletivo da intervenção, levando à não identificação social.

Vemos, por exemplo, que muitas das ações de urbanismo tático evocam um repertório recorrente de formas e materiais, conseqüente da mediação ou atuação direta de pessoas da “classe criativa”. Estes atributos formais não estariam também secretando formas de dominação simbólica, passíveis de produzir sentimentos de pertencimento ou exclusão? (NOGUEIRA & PORTINARI, 2016, pag. 182)

Nesse sentido devemos considerar que tal fato pode ter ocorrido na ação aqui apresentada e levado à essa não apropriação, apesar da mentora também ser moradora do bairro e de todas as ações terem sido construídas a partir das reuniões com o pequeno grupo de voluntários. A escassez de doações de materiais para o acabamento dos equipamentos construídos pode também ter influenciado nessa não apropriação, além da configuração do bairro, marcado por ruas largas e espraçadas,

que favorece uma relação mais fria e menos íntima entre os moradores, dificultando a criação de laços afetivos e cooperativos.

As dificuldades para a realização desta intervenção foram muitas, mas o maior obstáculo foi convencer a comunidade de que a sua participação em ações urbanas coletivas é fundamental para a requalificação e manutenção dos espaços em que habitam. A falta de apoio de grandes instituições do bairro como a igreja e escolas, também é um dos condicionantes do insucesso da ação, já que um pequeno grupo de moradores não tem a mesma força de influência e comunicação em uma comunidade como os seus líderes religiosos e educacionais.

Apesar do insucesso final no que diz respeito ao alcance da sensibilização da comunidade, o feedback dos moradores voluntários pôde oferecer uma rica experiência de transformação do pensamento cidadão, comprovando a eficácia dos métodos colaborativos em ações urbanas táticas e dos conceitos de pedagogia urbana. Constata-se que o envolvimento especialmente das crianças e adolescentes garantem uma experiência transformadora de tomada de consciência coletiva, inserindo cada indivíduo no contexto urbano do espaço onde habitam e apropriando-se deles. Além disso, promovem o fortalecimento dos laços sociais, aproximando a comunidade e oportunizando novos encontros entre as pessoas e a construção de relações de colaboração, empatia e cooperação.

A partir deste cenário fica evidente a importância da construção de uma cultura de participação popular de maneira que se torne possível transformar verdadeiramente a relação entre as pessoas que constituem uma comunidade e a relação com os espaços públicos. Apesar dessa constatação, a baixa aderência de voluntários e a falta de comprometimento nos mostra como algumas comunidades brasileiras caracterizam-se como individualistas e falhas no que tange a educação urbana de seus moradores. A ausência de espírito cooperativo e a falta de interesse no que é público reforça o descrédito da comunidade nos espaços comuns da cidade, estreitamente relacionados à omissão do Estado, à vio-

lência e ao vandalismo. A manifestação da insatisfação com os espaços da cidade a partir de ações interventivas mudando-os com as próprias mãos é considerado tolice por grande parte da comunidade, que não acredita ser possível esse tipo de ação apenas com a colaboração comunitária.

Trata-se de questões econômicas? Sociais? Educacionais? Organizacionais? Muitos fatores devem ser analisados, considerados e testados para que se possa formar diagnósticos e diretrizes para implementação eficaz de ações urbanas táticas nas cidades brasileiras. A nossa constituição social hierarquizada, exploratória, desorganizada e não planejada, nos torna um povo segregado, que não se enxerga como um todo, mas apenas como parte. O nosso não reconhecimento do público como patrimônio coletivo é cultural, e está enraizado na nossa formação de povo explorado e não constituído. Entender nossas relações sociais como comunidade e com os espaços da cidade é fundamental para estabelecer estratégias e prever possíveis limitações que nos impedem de viver plenamente uma experiência pública coletiva de sucesso. Compreender essas questões requer tempo e tentativas diversas, e somente quando pararmos de importar um modelo de urbanismo tático pensado para uma sociedade diferente da nossa e começarmos a desenvolver estratégias de apropriação próprias às nossas cidades e às nossas comunidades é que conseguiremos efetivamente vivenciar os resultados reais das transformações urbanas colaborativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: A sociabilidade urbana. *Revista.usp.br*. 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84913/87649>. Acesso em: Março, 2018.

GHEL, J. *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva S.A, 2010.

HEEMANN, J. S.; SANTIAGO, P. C. Placemaking. *Placemaking*, março 2015. Disponível em: <http://www.placemaking.org.br/home/wp-content/uploads/2015/03/Guia-do-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico1.pdf>. Acesso em: Abril 2018.

IBGE. Base de Dados do Estado. *bde.pe.gov*, 11 mar. 2010. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1167&Cod=3. Acesso: Março 2018.

JACOBS, J. **Morte e Vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2011.

LACAZE, J.-P. **Os métodos do Urbanismo**. São Paulo: Papirus, 1993.

MOARES, André. **URBANISMO TÁTICO: da experiência do fazer a um urbanismo afetivo**. Dissertação de Pós-Graduação em desenvolvimento urbano – Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, p 165. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/andre-moraesdealmeida>>. Acesso em: Fevereiro 2018.

NETA, O. M. D. M. É possível uma pedagogia da cidade? **HISTEDBR**, Campinas, p. 212-221, Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art13_40.pdf> . Acesso : Março, 2018.

NOGUEIRA,P.C.E.; PORTINARI,D.B. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos design**, Rio de Janeiro, v.9,n.2, p 177-188, dezembro de 2016. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art13_40.pdf

ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense s.a, 2004.

RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL

HORTO STREET: RELIGION AND THE FORMATION OF A CULTURAL LANDSCAPE

MARÍLIA JERONIMO COSTA

Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie, FAP - Faculdade Paraíso do Ceará. Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: marilia.jeronimo@fapce.edu.br

SARAH BRANDEBURSKI FARIAS

Especialista em Sustentabilidade das Edificações pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie e Gerenciamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia pelo IPOG Instituto de Pós-Graduação, E-mail: sarah_farias@hotmail.com

GABRIELLA DONATO DE OLIVEIRA LIMA

Especialista em Gerenciamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia e Master em Arquitetura pelo IPOG Instituto de Pós-Graduação, E-mail: gabriella_arquitetura@hotmail.com

JUSSARA BIÓCA DE MEDEIROS TIMÓTHEO

Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba, Centro Educacional de Ensino Superior de Patos - CEESP. Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: jbioca@gmail.com

RESUMO

A cidade de Juazeiro do Norte – CE é reconhecida como a nova “terra prometida” devido à presença do sacerdote e líder pastoral Padre Cícero que, através de sermões, conselhos e orientações, foi determinante para a transformação da cidade em um polo de romarias, indústria e comércio da região do Cariri. Esses fatos induziram o questionamento: quais são os agentes predominantes na formação da paisagem cultural da Rua do Horto, palco da romaria que dá acesso à estátua e ao conjunto da igreja, capela e museu? Investigamos quais aspectos seriam responsáveis pela paisagem da Rua: liderança político-religiosa, os habitantes locais, os romeiros ou os incentivadores do turismo religioso? O trabalho contribui com a discussão sobre a formação da paisagem cultural no percurso das romarias em direção à estátua do Padre,

no intuito de reconhecer as manifestações culturais e religiosas como fenômenos intrínsecos à vida urbana de Juazeiro do Norte. Utilizou-se como método para investigação a pesquisa bibliográfica sobre a vida e obra do padre, a história e evolução da urbe e fotografias. Essa compreensão pode auxiliar à tomada de decisão durante a gestão de intervenções urbanas futuras, além de corroborar para a preservação da memória cultural (material e imaterial) da cidade.

PALAVRAS CHAVES: Padre Cícero; paisagem cultural; romaria; Rua do Horto.

ABSTRACT

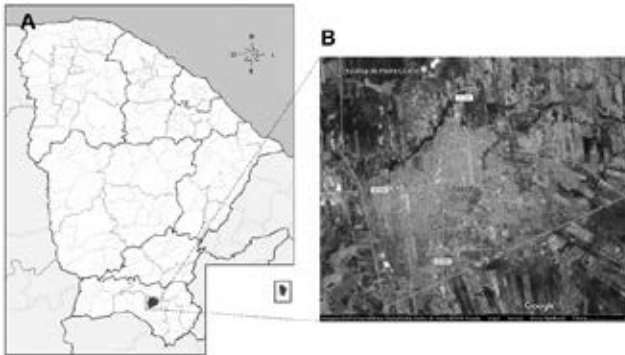
The city of Juazeiro do Norte - CE is recognized as the new “promised land” due to the presence of the priest and pastoral leader Father Cícero, who, through sermons, advice and guidance, was decisive for the transformation of the city into a pole of pilgrimages, industry and commerce in the Cariri region. These facts led to the questioning: which are the predominant agents in the formation of the cultural landscape of Horto Street, stage of the pilgrimage that gives access to the statue and the whole church, chapel and museum? We investigated which aspects would be responsible for the landscape of the Street: political-religious leadership, the local inhabitants, the pilgrims or the incentive of religious tourism? The work contributes to the discussion about the formation of the cultural landscape in the route of the pilgrimages towards the statue of the Father, in order to recognize the cultural and religious manifestations as intrinsic phenomena to the urban life of Juazeiro do Norte. The bibliographical research on the life and work of the priest, the history and evolution of the city and photographs was used as research method. This understanding can aid decision making during the management of future urban interventions, as well as corroborate the preservation of the cultural (material and immaterial) memory of the city.

KEYWORDS: Father Cicero; cultural landscape; pilgrimage; Horto Street.

Os atributos de valor de uma paisagem cultural decorrem da continuidade da prática de atividades responsáveis pela configuração do espaço (VIEIRA FILHO, 2010, p.243). Em outras palavras, surge a partir do resultado de ações acumulativas através do tempo, sendo concebido por agentes sociais que o produzem e consomem. Este processo ocorre na Rua do Horto, onde ano após ano ocorrem eventos de caráter religioso que vem transformando este cenário.

Juazeiro do Norte é uma cidade localizada ao sul do Estado do Ceará no Nordeste brasileiro (Figura 1), tendo a origem do seu nome uma espécie de árvore homônima, típica da região, que servia de abrigo aos viajantes e boiadeiros. Transformada em município em 1911 por meio da Lei nº 1.028, que a desvinculou da tutela do município do Crato, abriga, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2010, uma população de cerca de 249.939 habitantes. O município tem no Padre Cícero Romão Batista, mais conhecido como Padre Cícero, um marco na construção da religiosidade, cultura e fatos políticos do seu povo na região Metropolitana do Cariri.

Figura 1: A - Mapas de Localização do Município Juazeiro do Norte. B - Vista aérea do Município de Juazeiro.



Fonte: Googlemaps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/>>. Acessado em 08/09/2018. Editado pelas autoras.

A origem da cidade do Juazeiro do Norte remonta a um pequeno vilarejo composto por duas ruas com poucas casas, quase todas de taipa pertencente ao território do Crato, que progressivamente cresceu em grande parte

devido à ação pastoral do religioso, ações estas iniciadas em 1872 (HOLANDA, 2008, p.26).

Recém-ordenado, o Padre Cícero assumiu atividades religiosas na vila rural, onde construiu e consolidou gradativamente as bases da coesão social, através de práticas devocionais. O maior milagre do padre Cícero foi o econômico. Ele estabeleceu e solidificou uma cidade em condições adversas, também sobre o aspecto econômico, ampliando a produção em ritmo crescente e acelerado (ARAÚJO, p. 43 e 68).

Durante as ações da pastoral, os fiéis eram orientados a trabalharem em prol do sustento próprio, destacando a importância e valorização ética do trabalho. Desta maneira, o Padre Cícero cooperou para romper com as relações ‘escravocratas’, nas quais o trabalho remetia a ‘dor e ao castigo’ e, portanto, a desvalorização do homem. Ao enfatizar a união do trabalho com a fé, ou seja, declarar o trabalho enquanto forma de orar, e elevar a oração enquanto um trabalho e sacrifício destinado ao divino em gratidão às dádivas materiais, o sacerdote contribuiu para consolidar um ideário político, social, filosófico e econômico sobre o Juazeiro.

Segundo Luitgard (apud ARAÚJO, p. 44), “em 1875, Juazeiro apresentava um importante dinamismo econômico e uma rápida ocupação do espaço”, devido à atividade agrícola de subsistência, que adquiria maiores proporções, indo dos significados materiais aos simbólicos. Ainda neste ano, uma forte seca afligiu o povo sertanejo ameaçando sua sobrevivência, o que o levou a depositar sua esperança na imagem do Padre Cícero como um agente salvador. Nessa situação, o padre orientou as atividades agrícolas para produtos resistentes ao clima, revertendo o problema da fome no Juazeiro.

Diante do flagelo da seca, o Padre Cícero direcionou as atividades agrícolas para o cultivo e colheita de produtos resistentes ao clima, revertendo o problema da fome no Juazeiro. O fato de reverter os impactos da longa estiagem, frente às limitações materiais e imateriais presentes no Juazeiro, foi percebido pela população como sendo um milagre devido a sua ação ao

mesmo tempo religiosa, social, política e econômica, atribuída ao Padre Cícero (autonomia que a cidade e as famílias ganham).

A figura do padre não esteve apenas atrelada às origens, mas também à consolidação da cidade. A crença na benção do eclesiástico atraiu devotos de diferentes cidades para a região, o que incorreu em paulatino incremento do povoado e sua densificação popular, corroborando para a construção do núcleo urbano. As peregrinações em busca de orientação e benção do Padre estimularam o crescimento demográfico e a economia local atraindo novos moradores para a cidade e gerando demanda pelo artesanato, comércio e indústria local.

Os aspectos econômico e social, por sua vez, relacionam-se com o frequente incentivo aos moradores, para que estes fizessem candeeiros e outros objetos relacionados à atividade religiosa para comercialização em certas datas festivas. De maneira geral, os habitantes do povoado viviam em condições de pobreza. Entretanto, os eventos religiosos, como romarias, geravam demanda pelos utensílios que, com o estímulo do Padre, fez emergir a economia local. A preocupação do religioso com questões práticas da população contribuiu para a construção da capacidade de liderança e influência sobre os fiéis da região (HOLANDA, 2008, p.36).

Este trabalho de orientação iniciado foi impulsionado a partir de 1889 quando, (baseado na história local) uma hóstia ofertada pelo Padre Cícero à uma devota que teve manifestações místicas, beata Maria de Araújo, virou sangue em sua boca, fenômeno este que teria se repetido durante aproximadamente dois anos, reforçando assim o movimento de pessoas que iam até a cidade do Juazeiro movidos por motivos religiosos, que logo transformou-se em romaria, atraindo milhares de nordestinos e pessoas de outras regiões. Diante deste fato, disseminou-se a notícia de um milagre na cidade, considerando-a a “nova terra prometida”.

As peregrinações foram determinantes no rápido incremento demográfico do Juazeiro do Norte. Após

o suposto milagre, a vila santuário passou a receber em média 400 romeiros diariamente, muitos dos quais passaram a residir na aldeia (ARAÚJO, 2011, p.77), contribuindo para a expansão do vilarejo ao passo que impulsionava o artesanato, comércio e a pequena indústria. Registra-se que em 1875 a população era de 2.000 habitantes e em 1909, totalizava cerca de 15.000 habitantes (BARTOLOMEU 2010, apud OLIVEIRA E SILVA, 2015, p.12). O crescimento do espaço em tela emerge da ocupação originada pela doação de terras aos fiéis sem recursos financeiros, que ocuparam a região de maneira espontânea, sem planejamento (OLIVEIRA E SILVA, 2015, p.18).

Durante o período de 1981 a 1894, os movimentos religiosos praticados pela população cada vez crescente do Juazeiro, impulsionaram a economia por meio de arrecadações que faziam em prol do movimento em defesa do “milagre”, e doações oriundas de grandes proprietários rurais nesta região. Após esse período até os dias atuais, observa-se que o simbolismo atrelado à imagem do Padre Cícero perpetua-se e confere ao lugar o status de “cidade-sagrada”.

Oliveira e Silva (2015, p.20) sugerem que o núcleo urbano da cidade teve como principais agentes modeladores a Igreja, a população, o Estado e fatores econômicos. Neste sentido, pensando-se na formação da paisagem cultural da Rua do Horto, o presente artigo visa averiguar quais aspectos foram determinantes na construção deste espaço, e os eventos que ocasionaram estas transformações ao longo do tempo. Para tanto, tomou-se como base pesquisas bibliográficas sobre o tema, levantamento histórico e fotográfico, e visitas in loco a fim de compreender e analisar a formação da paisagem cultural.

Desta maneira, são discutidos os conceitos de paisagem cultural instituídos e relacionados ao objeto de estudo na segunda parte deste artigo. Na sequência, é feita uma descrição e análise do itinerário cultural palco das romarias rumo à estátua do Padre Cícero. No capítulo final, são expostas considerações acerca da relação dos agentes de formação da paisagem em questão.

1. Vertentes da paisagem cultural e a Rua do Horto

A compreensão da paisagem cultural enquanto espaço de estudo possui várias vertentes. De acordo com Ribeiro (2007, p. 42), o Comitê do Patrimônio Mundial estabelece três categorias de paisagem cultural: a Paisagem Planejada, que é aquela criada intencionalmente pelo homem, a Paisagem com Continuidade que é resultado de um desenvolvimento orgânico, e a Associativa, que envolve religião, arte e cultura. No contexto das cidades essa paisagem cultural se constitui como uma resolução híbrida, pois combina simultaneamente ações planejadas, espontâneas e diferentes culturas e religiões.

Os espaços urbanos são sítios naturais continuamente alterados pelo homem e ao longo de sua história acumulam ações de domínio planejadas ou espontâneas sobre influências de várias gerações. Segundo Castriota (2009, p. 263) a ONG Cultural Landscape Foundation separa as paisagens culturais em quatro tipos: Sítios Históricos - aquelas paisagens relacionadas a eventos e/ou pessoas históricas; Paisagens Históricas Planejadas - são aquelas executadas intencionalmente por um profissional de acordo com um projeto desenvolvido num estilo ou tradição reconhecida; Paisagens Históricas Vernaculares - são aquelas moldadas pela ocupação do homem, e Paisagens Etnográficas - são definidas como bens patrimoniais naturais e culturais.

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN estabeleceu por meio da Portaria nº 127, de abril de 2009, a chancela da paisagem cultural brasileira e a definiu como sendo uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A Portaria prevê, a partir do risco, a necessidade da salvaguarda da paisagem, sendo esses riscos os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, massificação e globalização das paisagens urbanas e rurais. O texto sinaliza que as ações de preservação da paisagem cultural brasileira estão diretamente vinculadas ao reconhecimento por meio da chancela publicada no Diário Oficial da União para ampla publicidade, sendo

esta revalidada no prazo máximo de dez anos. Sem reconhecimento não há preservação.

É relevante destacar alguns exemplos de cidades nordestinas reconhecidas como paisagem cultural pela vinculação direta com a religião católica. Os santuários dedicados às vidas e obras de religiosos de projeção foram determinantes para o desenvolvimento das cidades de Guarabira e Solânea, no estado da Paraíba, bem como no Juazeiro do Norte, Ceará. Esses religiosos, Frei Damião, Padre Ibiapina e Padre Cicero respectivamente, desenvolveram ações sociais e provocaram, de forma direta ou não, modificações nesses contextos urbanos.

Os citados santuários possuem semelhanças e diferenças a serem consideradas. Nos municípios de Guarabira e Juazeiro do Norte as imagens dos religiosos se transformaram em marcos visuais (LYNCH, 1997, p. 53), devido à localização estratégica, ambos estão em colinas nas áreas periurbanas, enquanto o Santuário de Padre Ibiapina, está localizado em área rural no distrito de Santa Fé, próximo ao acesso do núcleo urbano de Solânea, e não se constitui como elemento de destaque na paisagem urbana como os demais. O santuário de Padre Ibiapina está implantado numa fazenda, que foi doada para uso das obras de caridade, e em construções anexas foram acolhidos órfãos e mulheres abandonadas. Nesse complexo existem ainda um museu na antiga casa do Padre, uma capela e um amplo anfiteatro, onde ocorrem missas campais (Figura 2).

Figura 2 - Vista da Serra do Horto durante a construção da estátua do Padre Cicero, e em segundo plano, vista da casa do sacerdote.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Historia/>>. Acessado em 10/09/2018.

Em Guarabira, Fernandes (2017, p. 18) afirma que o anúncio da instalação do monumento religioso de visibilidade atraiu a implantação de estabelecimentos comerciais, bem como valorização imobiliária de lotes nas suas imediações. O complexo religioso também exerceu influência na direção do crescimento urbano, como exemplificado no lançamento do loteamento Vale Verde, no caminho do santuário Frei Damião (OLIVEIRA, 2011, p. 23).

Independente das diferenças apontadas, Flores Filho (2012, p. 113) destaca que “(...) o magnetismo dos lugares sagrados, dos santuários, é construído, constituído não apenas pela ordem clerical, com os bispos, padres e leigos, mas pela evocação dos romeiros e peregrinos (...)” como se constata no “Caminho do Brejo”, onde percursos entre os santuários de Frei Damião e Padre Ibiapina, são explorados pela arquidiocese e por outros agentes (governo estadual, municipal, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Organizações não governamentais) com finalidades econômica e turística, o que se configura como a mercantilização da paisagem cultural.

Ações de promoção turística e religiosa de trechos de acesso aos santuários promovem eixos de circulação urbana ou rural em rotas de peregrinação e romaria. Divulgações intensas, dos eventos programados referentes às datas no calendário religioso e as festas profanas, nas diferentes mídias auxiliam o fomento a negócios, explorando os espaços de acesso, e promovem os diferentes setores da economia na área, seja por meio do transporte turístico, hospedagem, alimentação, venda de suvenires, envolvendo o comércio formal e informal.

A estradinha de acesso à propriedade do Padre Cícero em Juazeiro transformou-se em RUA DO HORTO quando mudou de feição. Um singelo trecho de caminho íngreme, na zona rural que permitia o acesso a sede da propriedade no alto da serra do Catolé, é reconfigurado pela dimensão de eventos e fatos relacionados ao religioso. (Figura 3).

Figura 3 – Rua do Horto, a Subida do Horto, nos anos de 1960,

onde as casas ainda eram de taipa, sem energia e a rua não havia pavimentação.



Fonte: Site Se eu fosse prefeito. Disponível em: <<http://seeufosse-prefeito.blogspot.com/2014/11/ladeira-do-horto-juazeiro-do-norte.html>>. Acessado em 13/09/2018.

À medida que se amplia a divulgação sobre a vida e as obras do sacerdote intensificam-se as visitas, mais e mais fiéis vindos de outras cidades, buscam suas bênçãos. Quanto mais se propagavam os feitos religiosos, políticos econômicos e sociais do referido religioso maior era a peregrinação por suas bênçãos, resultando em romarias, como descreveu Santos (2006, p. 102):

A cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, tem experimentado o efeito das romarias que fomentam o culto ao Padre Cícero. Com uma grande estátua fixada no horto, seu acesso se dá por escadarias, por onde transitam os romeiros o ano inteiro. Lá deixam seus pedidos ou pagam suas promessas e movimentam o comércio artesanal de imagens, terços quadros, entre outros.

Entende-se assim a Rua do Horto, principal trecho da romaria de acesso a propriedade rural do Padre, como uma paisagem cultural por agregar características “Planejadas”, onde a inserção das Estações da Via Sacra, marcos de patrimônio material como bens móveis integrados foram inseridos de forma planejada para incrementar o percurso dos romeiros (Braga, 2014, p. 205) e da construção da Imagem do Padre Cícero edificada com 27 metros de altura, e concluída em 1969. A referida rua se configura como “Paisagem Cultural Histó-

rica” não fóssil, desenvolvida organicamente por meio de ocupação espontânea, movida pela doação de lotes, e que continua seu processo evolutivo, e como “Paisagem Cultural Associativa”, valor este definido enquanto percurso religioso das romarias que compreendem uma manifestação imaterial devido à sua estreita relação com a devoção à figura religiosa do padre e sua importância no Nordeste brasileiro. O que reforça o entendimento do conceito descrito por Castriota (2009, p. 261) quando aponta que “(...) o termo paisagem cultural vai abarcar uma diversidade de manifestações dos tipos de interações entre a humanidade e seu meio ambiente natural: de jardins projetados a paisagens urbanas, passando por campos agrícolas, rotas de peregrinação, entre outras (...)”. Sendo assim, a Rua do Horto contém todos os atributos de uma paisagem cultural híbrida.

2. Caso Rua do Horto

“Ao visitar Juazeiro
muitos renascem de novo
aonde muitos romeiros
ao horto um lugar vistoso
vão rezar pro milagreiro
que é o pai de Juazeiro
e o padinho deste povo”.

(*Cordel: Poesia sobre Padre Cícero – Cícero Wilson da Silva, 2005*).

A romaria é uma peregrinação religiosa realizada por um grupo de pessoas a uma Igreja Católica Apostólica Romana ou a um local sagrado, seja para pagar uma promessa, para pedir uma graça ou agradecer. “A ideia de romaria, aparentemente, traz em si uma gama de significados, como “sacramento”, penitência e festa” (WEEGE, 2008, p. 188). A penitência na Rua do Horto pode ser cumprida a pé, de carro ou de joelhos.

As romarias da cidade de Juazeiro do Norte são importantes para o desenvolvimento da cidade desde a sua formação até os dias atuais. Menezes (2004, p. 115) reforça “que o que caracteriza ou particulariza as romarias do Juazeiro, reside no fato de serem elas praticamente criadas e sustentadas autonomamente pelo povo, até

por muito tempo serem indesejadas e reprimidas pela Igreja oficial ou sua hierarquia”.

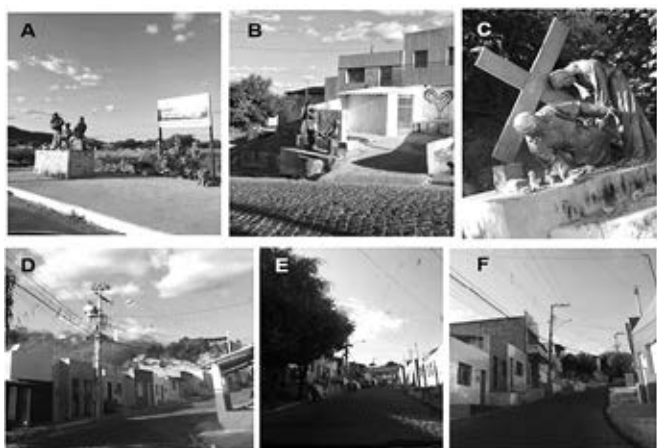
Com a morte de Padre Cícero em 1934, o crescimento da cidade não foi alterado, houve aumento das atividades comercial, artesanal e da migração. Durante o século XX a Subida do Horto passa por grandes transformações, devido as romarias são construídos a estátua do Padre Cícero, a Igreja Nossa Senhora das Dores e o Casarão do Padre. A peregrinação é intensificada nesses pontos turísticos durante pelo menos 05 (cinco) vezes ao ano. São essas as cinco principais romarias: Nossa Senhora das Candeias, que acontece em fevereiro; Aniversário de Nascimento do Padre Cícero, dia 24 de março; Aniversário de Morte de Padre Cícero, 20 de julho; Nossa Senhora das Dores em setembro, e Dia de Finados em novembro, sendo registrado nessa última cerca de 500 mil romeiros na cidade (PEREIRA, 2005, p. 54).

O termo “Subida do Horto” surge a partir do hábito dos romeiros irem ao encontro do Padre Cícero em sua propriedade para que fossem abençoados. O Horto é um relevo acidentado que se encontra dentro da área urbana da cidade de Juazeiro do Norte, chamada de Serra do Catolé, a referida rua corta o bairro de mesmo nome até o alto do morro. “O Horto ou jardim, é uma referência ao Monte das Oliveiras, onde Jesus rezou antes da crucificação” (GREENFIELD, 2013, p. 14). Sua topografia possui terrenos íngremes e sinuosos (figura 3), em sua grande maioria, e alguns trechos com partes estreitas que inviabilizam o fluxo do pedestre e faz com que ele percorra alguns trechos pela rua. O percurso completo considera subida, descida além do contorno da base da estátua do Padre, o que compreende quase seis quilômetros (6 km). Odísio (2006, p. 112) descreve a Serra do Horto como sendo:

Ao norte de Juazeiro, longe três quilômetros da cidade existe uma pequena serra sobre a qual, no ponto mais culminante, o padre iniciou a vasta construção de um templo, ao qual batizou de ‘Horto’; ainda existem os paredões, colossais, largos metro e meio, levantados até poucos metros da terra; esta obra devia coroar a missão de templário do padre Cícero, mas infelizmente não pode ter fim.

As tipologias encontradas na Rua do Horto são de construções simples, em sua maioria geminadas, havendo em poucas edificações com recuos frontais e laterais. O gabarito médio não ultrapassa dois (02) pavimentos. As construções são em alvenaria de tijolos, com fachadas predominantemente compostas por linhas e aberturas retas, sendo as esquadrias em alumínio ou madeira. Quase todas as cobertas são em duas águas, em telha cerâmica capa canal com cumeeira paralela à rua. Algumas edificações apresentam platibandas apenas na fachada principal, sendo em sua maioria desprovidas de tratamento e adornos. As calçadas são irregulares devido a sua topografia, pois apresentam degraus variados, semelhantes a sequencias de patamares de dimensões diversas. Existe, ainda, diferença entre os níveis das calçadas de cada lado da via, que em alguns trechos mede cerca de um (1) metro e meio (Figura 4).

Figura 4 – A, B e C: imagens da Rua do Horto com os monumentos que representam a Via Sacra ao longo de todo o percurso. D, E e F: imagens da via destacando o tipo de calçamento, as características topográficas e as tipologias das edificações (casas geminadas, em sua maioria sem recuos frontal e lateral, telhas capa canal e cumeeira paralela à rua).



Fonte: Marília Costa, julho de 2018.

A caminhada da Subida do Horto é chamada pelosromeiros de Via Crúcis ou Via Sacra, que seria a caminhada que recria os últimos passos de Jesus Cristo a caminho da crucificação. Onde o ponto inicial das romarias é a Av. Leandro Bezerra, no centro de Juazeiro do Norte, depois passam pela Av. José de Melo, pela Rua do Horto, pela Rua Juazeiro do Norte e Av. Padre Jezú Flor, onde terminam ao lado da estátua em homenagem ao religioso. Ao longo da subida existem pequenos monumentos que representam a Via Sacra, são quatorze estações da Paixão de Cristo, onde osromeiros param e fazem seus agradecimentos e suas preces. A Via Sacra começa na Av. José de Melo onde situa-se a primeira estação e termina junto à estátua do Padre Cícero.

A Rua do Horto é considerada a via principal para a chegada até a estátua do Padre, porém o bairro é composto também por ruas secundárias. A antiga estrada da Areia Grossa, com pedras toscas, deu lugar a atual Rua do Horto, pavimentada com paralelepípedos (Figura 04). Essa transformação que ocorreu em 2008 na gestão do então prefeito Raimundo Macedo dividiu opiniões de alguns moradores e historiadores. Santos, E. (2008, p. 1) informa que para o historiador Daniel Walker seria mais importante a preservação da pedra tosca ao invés da substituição.

A paisagem cultural, resultado das marcas que a religião promove na vida das pessoas e da cidade, encaixa-se perfeitamente no que diz respeito às formas, como endossa Santos, M. (2008, p. 113) quando descreve a paisagem como “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”.

É relevante destacar a diferença do espaço da Rua do Horto com a configuração urbana de malha predominantemente ortogonal da cidade. Considerando-a como um dos eixos de expansão, apresenta traçado sinuoso, condicionado à topografia, com largura estreita e variável (Figura 5). Seu fluxo viário, em duplo sentido, sem área para estacionamento, é diversificado e inadequado devido à presença simultânea de pedestres, ciclistas, carroças, além dos automóveis circulando nas faixas de trânsito.

Figura 5: Imagem de satélite com demarcação da ocupação da Serra do Horto na cidade de Juazeiro do Norte.



Fonte: Googlemaps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/>>. Acessado em 10/09/2018. Editado pelas autoras.

3. Considerações Finais

Diante do exposto, observar a Rua do Horto considerando a religião como agente determinante na formação dessa paisagem cultural híbrida, já que se constitui como resultado da sobreposição de classificações estabelecidas - *Paisagem Planejada*, *Paisagem com Continuidade* e *Paisagem Associativa* - os diferentes usos, habitacional, turístico, comercial, de serviços e religioso, consolidam e garantem essa imagem.

Observou-se que o modo como a população passou a ocupar a Rua do Horto iniciou-se de forma complexa e desigual, em áreas antes desocupadas, projetando mudanças na paisagem e, com o passar do tempo, também no cenário socioeconômico.

A Rua do Horto encontra-se no limite do perímetro urbano definido pelo Plano Diretor (CEARÁ, 2000, p.4), tendo o início da ocupação urbana no centro da cidade. Observa-se que os eventos religiosos e o simbolismo atrelado às romarias, à estátua do Padre Cícero e às edificações religiosas do bairro do Horto influenciaram diretamente a expansão urbana em direção a este bairro, além de alavancarem o turismo e a economia local, contribuindo para contínuo desenvolvimento da cidade.

Com a tendência global de crescimento das cidades, infere-se que a ocupação do Bairro do Horto tende a ser continuada o que, indiretamente, alterará a atual paisagem cultural. Entretanto, entende-se que para a manutenção desta paisagem cultural está intrinsecamente ligada à continuidade das atividades humanas ali desenvolvidas, em especial, às romarias, bem como seu reconhecimento e valorização são primordiais para sua preservação. Sabe-se que seu significado pode variar de acordo com os valores e crenças de cada indivíduo, pois representa mais do que o simplesmente visível. Trata-se de algo que não é estático, que pode ser mudado ou substituído de acordo com o desenvolvimento da cidade e sua cultura local, assim como do entendimento de cada um.

“O movimento das romarias ao longo dos anos é um movimento em espiral. É algo que se dá entre o que se repete e o que é novo” (BRAGA, 2014, p. 212). Repetindo-se ano após ano, as romarias nunca são iguais; embora cíclicas, sempre trazem algo novo, ainda que pouco perceptível. São estas tradições e crenças dos romeiros que fazem com que estes eventos religiosos se mantenham renovados, fazendo também com que peregrinos de outras localidades visitem estes lugares considerados sagrados.

Essa crença por parte dos romeiros é reforçada pela existência do monumento religioso que retrata a imagem do Padre Cícero. Sobre marcos visuais como este, Lamas afirma que (2004, p. 104):

O monumento desempenha um papel essencial no desenho urbano, caracteriza a área ou bairro e torna-se polo estruturante da cidade. Nas urbanizações operacionais, a ausência de monumentos representa, de certo modo, o vazio de significado destas estruturas e o vazio cultural das gestões urbanísticas contemporâneas.

Partindo desta afirmação, percebeu-se que a presença do marco visual nas cidades de Juazeiro do Norte e de Guarabira foi determinante. Observa-se que nesses casos, os complexos religiosos de maior projeção e referência visual na cidade atraíram o crescimento urbano.

Alerta-se para que determinadas intervenções que possam oferecer mais qualidade ao espaço em tela também possam interferir diretamente na paisagem cultural. Se por um lado a substituição da pavimentação contribui para oferta de maior qualidade ao tráfego e conforto aos usuários, por outro muda a fisionomia da via. Conforme Maricato (2015, p. 11) pontua, “a cidade é mercadoria” e, se vista sob este prisma, há o interesse do poder público fomentar o desenvolvimento da cultura religiosa como meio de estimular o turismo religioso.

Com isto, pretendemos neste artigo, fornecer subsídios para debates acerca da Rua do Horto e a produção da paisagem cultural da *Subida da Serra do Horto*, e suas transformações em diferentes períodos por parte dos diferentes agentes modeladores presentes na produção deste espaço, e sua relação com o núcleo urbano da cidade do Juazeiro do Norte.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A Cidade do Padre Cícero**. Ed. Imeph. Fortaleza, 2011.
- BRAGA, Antônio Mendes da Costa. A subida do Horto: ritual e topografia religiosa nas romarias de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. **Debates do NER**, v. 1, n. 25, p. 197-214, 2014.
- BRASIL, IPHAN. **Portaria nº 127**, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela do Paisagem Cultural Brasileira.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci, **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- DE OLIVEIRA, Paulo. W. Alves; DA SILVA, Josier Ferreira. Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte - CE. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 07-22, 2015.
- DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Indicadores de População do Município do Juazeiro do Norte, 2007.
- ESTADO DO CEARÁ, Prefeitura Do Município de Juazeiro do Norte. (2000). **Lei Nº 2.569** de 08 de setembro de 2000: Lei de Organização Territorial - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: PMJN. **Conferir se a formatação da referência está correta.**
- FERNANDES, Rondinelle dos Santos. 2017. **O Uso da Imagem de Frei Damião pelo comércio de Guarabira (PB), e sua influência a partir da tradição “inventada”**.
- FLORES FILHO, José Honório das. **Santuário de Frei Damião: a fé na modernidade e tradições católicas no Brejo Paraibano - valores espirituais versus valores materiais**. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- GREENFIELD, Gerald. (Re)lembrando Padre Cícero: memória, classe social e religião. **HISTÓRIA E CULTURAS. Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico em História da UECE**. Vol. 1 Nº 2, 2013.
- HOLANDA, Maria Laudícia de O. **O Político Padre Cícero: entre a Religião e a Cidadania**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3ª edição. 2004.
- LYNCH, Kevin; CAMARGO, Jefferson Luiz. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.
- MENEZES, Eduardo Diathy Bezerra de, “Romarias e o Juazeiro do Padre Cícero”. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre o Padre Cícero do Juazeiro. E quem é ele?** Juazeiro do Norte-Ceará, 2004.
- NASCIMENTO, William e RODRIGUES, Maria. **Rua do Horto**. 2018. Trabalho apresentado a disciplina Desenho Urbano IV para obtenção de grau de Bacharel em Arquitetura e urbanismo.
- ODÍSIO, Agostinho Balmes. **Memórias sobre Juazeiro do Padre Cícero - 1935**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
- OLIVEIRA, J. M. de. **Expansão urbana do Bairro Novo em Guarabira - PB**. 2011. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.
- OLIVEIRA, Paulo. W. Alves.; SILVA, Josier Ferreira da. **Os agentes modeladores da produção espacial do núcleo de formação histórico de Juazeiro do Norte - CE**. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, p. 07-22, 2015.
- PEREIRA, Cieusa Maria C. Análise da Problemática do Lixo nas Romarias em Juazeiro do Norte-CE. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 8, p. 145, 2005.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007.

SANTOS, Adriane Hortênsia Pereira. Artesanato local como expressão diferencial para o lugar turistificado – Arte e ofício de artesão no Ceará. In MARTINS Cleiton (org.) **Patrimônio Cultural: Da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

SANTOS, Elizângela. **Reforma na Rua do Horto divide opiniões**. Diário do Nordeste, Juazeiro do Norte, 18 de março de 2008. Caderno Regional, p. 1.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Cícero Wilson. **Cordel - Poesia sobre Padre Cícero**. Projeto SESCordel. Juazeiro do Norte: SESC, 2005.

SILVA, L. A. da. **O desenvolvimento do turismo religioso na cidade de Guarabira/PB**: Considerações sobre o santuário de Frei Damião. 2015. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Paisagem Cultural. In: **Simpósio Brasileiro / I Congresso Lusobrasileiro / I Colóquio Ibero-Americano**. 2010. p. 243.

WEEGE, Adriana. **Viagem ao centro da romaria**: O corpo como espaço teológico na romaria de Nossa Senhora de Salette de Marcelino Ramos. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2008.

TRABALHADORES INFORMAIS E O DIREITO À CIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E TRABALHO EM BRASÍLIA/DF¹

INFORMAL WORKERS AND THE RIGHT TO THE CITY: AN INVESTIGATION OF THE CONDITIONS OF MOBILITY AND WORK IN BRASÍLIA/DF

PATRÍCIA SILVA GOMES

Dra. em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB – FAU UnB, email: patriciasgomes@unb.br

EDLLA SOUZA DOS SANTOS

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB – FAU UnB, email: esouza019@gmail.com

SACHA QUINTINO PEREIRA

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB – FAU UnB, email: sacha.qpereira@gmail.com

RESUMO

O trabalho informal caracteriza-se pelas ocupações voltadas para a microeconomia local ou para a sobrevivência doméstica, desenvolvendo-se, portanto, no nível (intra)urbano. Apresenta-se como alternativa potente ao desemprego e à economia. Na lógica dos fixos, da mesma forma como os trabalhadores informais dependem dos espaços públicos da cidade para a sua realização cotidiana, notadamente aqueles mais centrais e movi-

mentados, esses agentes acabam por conferir uma maior animação e identidade a esses territórios, dada à viscosidade espacial e heterogeneidade funcional de suas atividades. Na lógica dos fluxos, o sistema de mobilidade urbana é utilizado para o transporte do trabalhador e das mercadorias a serem comercializadas, sendo corrente a informalidade e marginalidade também do seu local de habitação, o que resulta em deslocamentos cotidianos longos e onerosos. Os resultados obtidos da aplicação de questionários, mostraram as lógicas econômicas (rendas, graus de formalização), espaciais (tipos de atividades, condições de trabalho) e de mobilidade urbana (tempo e recursos gastos) dos trabalhadores informais nos espaços públicos da metrópole brasiliense.

PALAVRAS CHAVES: trabalho informal, mobilidade urbana, espaço público, direito à cidade, metrópole de Brasília

ABSTRACT

The informal work is characterized by occupations focused on local microeconomics or domestic survival, developing, therefore, at the (intra)urban level. It presents itself as a potent alternative to unemployment and to the economy. In the logic of the fixed, in the same way that informal workers depend on access to the public spaces of the city for their daily fulfillment, particularly those which are more central and occupied, these agents end up conferring a greater animation and identity to these territories, due to the spatial viscosity and functional heterogeneity of their activities. In the logic of flows, the urban mobility system is used to transport the workers and the goods which will be traded; informality and marginality are also common in their place of habitation, which result in long and costly expenses daily displacements. The results obtained by the application of questionnaires showed the economic logics (income, degrees of formalization), spatial (types of activities, working conditions) and urban mobility (time and resources spent) of informal workers in the public spaces of the Brasília metropolis.

KEYWORDS: informal work, urban mobility, public space, right to the city, metropolis of Brasília

¹ O trabalho em questão deriva-se de pesquisa de iniciação científica, desenvolvida pelas autoras – acadêmicas sob a orientação da docente – junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília.

Desde sua origem, Brasília atraiu migrantes de diversas partes do país, empenhados em ganhar a vida na “capital-esperança”. No entanto, a falta de alternativas de inserção à cidade-política², sem uma estrutura funcional completa, faz com que vários segmentos recorressem ao trabalho informal.

Desse modo, cotidianamente, desde as primeiras horas da manhã até as últimas da noite, os espaços públicos da capital do país são tomados por milhares de trabalhadores informais que buscam ganhar a vida vendendo os mais variados tipos de produtos caseiros e industrializados – em semáforos, nas calçadas, nas estações de metrô, nos pontos de ônibus, nos camelódromos, na porta dos principais equipamentos coletivos e estabelecimentos comerciais. O que forja relações sociais e mercantis com a multidão de anônimos que circulam por esses territórios, conferindo uso e apropriação dos espaços residuais, setorizados e monumentais da capital modernista.

O trabalho informal ocupa importante papel na economia brasileira, o que leva Coraggio (1994) a considerar que a América Latina possua uma economia mista sob a dominância capitalista (Coraggio, 1994). A economia popular, onde se se insere o setor informal, caracteriza-se pelas ocupações voltadas para a microeconomia local ou para a sobrevivência doméstica, desenvolve-se, portanto, no nível (intra)urbano, formando o que Santos (1979) denominou de circuitos inferiores da economia.

Com efeito, é exatamente nos momentos de estagnação econômica que o setor informal se amplia, como estratégia de sobrevivência imediata das famílias, num contexto da perda do emprego, como alternativa para ascensão social, pelo financiamento dos estudos, de um ou mais membros do núcleo familiar.

Frente a isso, o estudo tem por objetivo uma investigação sociológica das condições de trabalho e mobilidade

urbana dos trabalhadores informais nos espaços públicos da Área Metropolitana de Brasília (AMB). Por impacto às condições de trabalho se considerou: i) a duração da jornada de trabalho, ii) a existência de infraestruturas de apoio nos locais de realização das atividades laborais, iii) a avaliação das condições de conforto ambiental e segurança para a realização das atividades, iv) as condições espaciais de comercialização e renda do trabalho. Por impacto à mobilidade urbana se considerou: i) o tempo gasto no deslocamento cotidiano casa-trabalho; ii) as formas de escoamento das mercadorias até os pontos de comercialização; iii) o custo da mobilidade na renda do trabalhador, tendo sido considerado excessivo o comprometimento de mais de 20% desta.

O método de trabalho consistiu na aplicação de questionários semiestruturados à 99 trabalhadores e observações comportamentais *in loco*, a partir das quais foi possível compreender as narrativas das condições de uso cotidiano da cidade por esses trabalhadores, não apenas em suas lógicas de localização no espaço, como também na sua mobilidade pendular, ligando os locais de moradia, geralmente periféricos, aos locais de circulação de pessoas, geralmente centrais.

A pesquisa se pautou pelos seguintes passos metodológicos:

² Bahia (1978) observa que a construção de Brasília como mera cidade-capital embute certo simbolismo político – o da afirmação da cidade burocrática, representativa do Estado-nação, sobre a cidade industrial e sobre os grandes centros metropolitanos do país.

1. Levantamento bibliográfico sobre os temas do trabalho informal, mobilidade urbana e suas relações com o espaço urbano e o direito à cidade. Tal levantamento foi realizado por meio de pesquisa em artigos científicos, dissertações e teses, sítios na internet.
2. Estruturação do questionário, com questões abrangendo quatro temas principais, conforme os objetivos da pesquisa, a saber: i) perfil do entrevistado, ii) classificação econômica e jurídica das atividades (receitas e lucros, formas de produção e comercialização das mercadorias, autorizações e gastos com aluguéis dos espaços, inscrições jurídicas, pagamento de encargos e benefícios sociais), iii) qualidade da mobilidade urbana (tempo gasto nos deslocamentos, modais utilizados para o transporte do trabalhador e da mercadoria, impacto da mobilidade na renda do trabalho), iv) mensuração da qualidade das condições de trabalho (riscos, inseguranças, desconfortos, jornadas de trabalho).
3. Preparação da pesquisa de campo e definição dos locais a serem investigados, notadamente aqueles com maior concentração de trabalhadores informais.
4. Aplicação do questionário, incluindo uma rodada de pesquisa piloto.
5. Registros textuais e fotográficos das narrativas das condições de trabalho e mobilidade obtidas na ocasião da aplicação dos questionários.
6. Tratamento e interpretação crítica dos resultados, por meio de tabelas, gráficos, mapas e textos.

Investigar as condições de trabalho e mobilidade desses profissionais é importante para conduzir ações e políticas de melhoria do sistema de mobilidade, com foco na geração de melhores condições para a reprodução/ganhos desse trabalho e qualidade de vida desse trabalhador, além de buscar possibilidades para sua valorização social e melhoria dos seus espaços de trabalho. Vale ressaltar que essas melhorias produzem efeitos cumulativos para a economia

e redução da pobreza urbana, em boa medida representada pela atuação desses segmentos.

1 LÓGICAS ECONÔMICAS E ESPACIAIS DO TRABALHO INFORMAL

A reestruturação produtiva da indústria, iniciada nos anos 1970 em razão das sucessivas crises do fordismo, fez com que os princípios de integração vertical e divisão técnica do trabalho da grande empresa fordista fossem substituídos por uma organização produtiva mais horizontalizada e flexível (Harvey, 1992). O que resulta no crescimento das produções artesanais (realizadas por pequenas e médias empresas) e sofisticadas (pela expansão de nichos de mercado de produtos customizados).

A nova divisão social do trabalho pauta-se na diminuição dos empregos industriais formais, mediante enxugamento (*downsizing*), por automação e/ou eliminação de tarefas e aumento do número de profissionais empregados no setor de serviços, marcando assim uma forte polarização entre empregos estáveis e bem-remunerados e informais, precários e sub-remunerados (Piore; Sabel, 1984). O que resulta na formação de novos nichos do terciário, não apenas nos circuitos avançados, mas também nos circuitos populares, levados à cabo pelo trabalho informal.

A economia brasileira, assim como a da América Latina, tradicionalmente marcada pela inserção periférica ao capitalismo (Lipietz, 1988), pela industrialização tardia, por substituição de importações (Maricato, 1996), sempre possuiu um alargamento do setor informal. Mesmo no auge desta industrialização fordista periférica, via mão de obra assalariada, Oliveira (1981) esclarece que os baixos salários pagos aos trabalhadores³ não permitem sua inserção econômica e espacial; o autor compreende também a complementariedade entre os setores formais e informais da economia, pois é justamente o setor informal que atua no escoamento de produtos,

³ As raízes explicativas dessa inserção predatória da força de trabalho estão no escravismo e patrimonialismo da terra, bastante tratados em obras seminais da formação social e econômica do país (cf. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, entre outros).

na absorção de resíduos para a indústria da reciclagem, no adensamento das áreas de comércio formal.

Com a abertura do país à globalização, nos anos 1990, toda a rede de proteção à indústria nacional foi retirada, afundando setores que não conseguiram se modernizar pela concorrência internacional, como o de eletroeletrônicos, por exemplo, o que resultou na diminuição do emprego formal.

Tafner (2006) observa que a informalidade passou a ser um fator característico das relações de trabalho na economia brasileira a partir da implantação do Plano Real, em 1995, quando o aumento de postos de trabalho formais deixaram de significar a diminuição dos empregos informais. A recuperação da economia e criação de postos de trabalho formal, nos anos 2000, podem ter significado uma diminuição do nível emprego formal, embora a crise econômica dos últimos anos, sinalize um aumento desse tipo de trabalho.

O debate sobre a informalidade do trabalho teve início nos anos 1970, com a publicação do documento *Employment, Incomes and Equality in Kenya* (ILO, 1972), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir daí, apesar de não consensual, o setor vem sendo caracterizado a partir de duas dimensões – o não registro oficial do empreendimento e/ou o seu porte, menos de cinco empregados, incluindo assim tanto os trabalhadores por conta própria quanto os empregadores. Esta conceituação foi também adotada pelo IBGE (2003) e abrange amplo espectro de funções – vendedores ambulantes, camelôs, entregadores, catadores, empregados domésticos, revendedores, dentre outros.

O setor informal caracteriza-se por um baixo nível de organização e divisão capital-trabalho, com funções produtivas desenvolvidas geralmente por pequenas firmas, instaladas no próprio ambiente doméstico, pela utilização de recursos locais e tecnologias trabalho-intensivas, pela baixa produtividade e valor agregado das mercadorias, por atuar em mercados concorrenciais não regulamentados (Nogueira, 2016; IBGE, 2003).

No tocante à comercialização, o setor é marcado por jornadas de trabalho exaustivas, estendendo por cerca de 12 horas, aos finais de semana, sob condições climáticas e de segurança adversas, sem garantias sociais e infraestruturas de apoio para o desenvolvimento das funções, com ganhos diários bastantes incertos (Cacciari, 2000); o que faz esse trabalhador seja conhecido como “precariado”.

Apesar da importância do setor para a economia e o desemprego, o mesmo é ainda marcado por grande invisibilidade estatística, por encontrar-se à margem da regulamentação pública. O levantamento Economia Informal Urbana (ECINF), uma pesquisa amostral realizada pelo IBGE em todo o país em 2003, estimou que o setor informal abrangia cerca de 50% da população ocupada e que tinha movimentando cerca de R\$ 217,6 bilhões em 2003 (IBGE, 2003). Mostrou ainda que 88% destes trabalhadores atuam por conta própria e 12% são empregadores. Nogueira (2016) observa que esses resultados diferem daqueles levantados pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), que estimou um movimento pela economia informal na ordem de R\$ 357 bilhões em 2003, portanto 65% maior.

O levantamento obtido pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), na série 2000-2007, apurou uma informalidade de 43,5% no país e uma produtividade média do trabalho 4,3 vezes menor do que a do setor formal (IBGE, 2007).

Observando o desempenho da economia informal entre os países, Nogueira (2016) conclui que ela contribuiu com 44% do crescimento em países em desenvolvimento, 30% em países em transição e 16% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 2002.

Na Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 (IBGE, 2015), os trabalhadores informais já representam a maioria da população economicamente ativa brasileira, chegando a 51,29% da classe trabalhadora. Essa ampliação em relação à ECINF de 2003 está atrelada possivelmente à crise econômica vivenciada no país

nos últimos anos, bem como à crescente flexibilização, precarização e terceirização do trabalho, além do enfraquecimento do papel dos sindicatos (Santos, 2008).

Quanto ao grau de informalidade institucional, Nogueira (2016) observa que o setor é ainda marcado pela falta de controle das receitas e despesas – metáfora do “controle no papel de pão” – pela emissão de notas fiscais por empresas formais de transações efetuadas pelo agente informal, que, por sua vez, se encarrega do pagamento dos impostos correspondentes (Nogueira, 2016). O autor observa que a regularização jurídica começou a se tornar mais visível a partir da promulgação da Lei Complementar nº 128/2008, que cria a figura do microempreendedor individual (MEI). No entanto, o cenário pode ser uma regularização pelas metades, visto que o trabalhador obtém a inscrição jurídica, mas não outros documentos autorizativos como alvará, bombeiros, vigilância sanitária, dentre outros.

No plano da cidade, o trabalho informal acaba por territorializar-se nas áreas mais centrais, conferindo-lhes uma maior rugosidade (Santos, 2002), ao ocupar e preencher, aqui e acolá, os diversos recintos urbanos, ao forjar usos heterogêneos, que animam e individualizam os espaços e a vida cotidiana.

A espacialidade do trabalho informal é a da dicotomia entre o lugar central – com maior concentração e visibilidade das pessoas – e ilegal – na zona da clandestinidade, com apreensão de ações fiscalizadoras, que geram, geralmente, fugas perigosas, perdas de mercadorias, insegurança financeira e emocional.

É um setor também marcado pela dicotomia entre a concorrência – na disputa por preços e clientes, nas ameaças do comércio formal – e cooperação – sendo comum, um olhar as mercadorias do outro, enquanto se vai ao banheiro, se abre a marmita para almoçar.

Os espaços e mobiliários urbanos são adaptados conforme as diversas necessidades comerciais – marquises e vãos servem de proteção contra o sol e a chuva, balizadores tornam-se bancos, árvores e postes, locais de estoques

de mercadorias, as edificações mais próximas servem de apoio para o uso de banheiros, de energia, da vigilância noturna dos objetos guardados para o dia seguinte.

De tal modo que o acesso ao espaço público, como fixo cotidiano desses trabalhadores, é um importante elemento do direito à cidade.

2 MOBILIDADE URBANA E SEUS IMPACTOS AO TRABALHO INFORMAL

O crescimento urbano é resultado do avanço dos sistemas de transportes, quando as cidades podiam ser percorridas à pé, a mancha urbana se restringia às áreas centrais, cabendo aos bondes os deslocamentos suburbanos. Sob a lógica rodoviarista teve-se o espraiamento periférico, conduzindo a formação de bairros-dormitórios, enquanto transferiu à população de menor renda os ônus dos deslocamentos caros, longos, truncados e perigosos. Nos últimos anos, sob a égide do automóvel individual, teve-se a dispersão da mancha urbana, com o deslocamento de grandes usos e dos locais de moradia dos segmentos de média e alta renda para as franjas urbanas, notadamente por meio de condomínios fechados (Vasconcellos, 2016). O autor observa que os tempos da cidade também acompanham essas mudanças da mobilidade, passando-se da velocidade do pedestre, de 4 km/h a 6 km/h, para uma velocidade do automóvel, de 50 km/h a 60 km/h.

O sistema de mobilidade urbana presente nas metrópoles brasileiras é resultado dos processos de produção do espaço, levados a cabo não apenas pelo Estado, em suas decisões de direcionamento da expansão urbana e dos investimentos, como também da população, em sua localização socioeconômica pelo território (Maricato, 1996).

O que acaba por configurar diferentes morfologias urbanas – radiais, lineares, tentaculares; dispersas, compactas – e características do sistema de mobilidade – em termos de alcance, integração com o uso do solo, distâncias a serem percorridas –; ensejando, assim, experiências completamente diferentes aos usuários – em termos de custos dos deslocamentos, acesso às oportunidades

de trabalho e estudo, tempo de descanso/lazer e de estar com a família, exposição à situações de estresse.

A política de mobilidade urbana contribui para isso, na medida em que define as condições de integração física e tarifária entre os modais, conforto, segurança e eficiência do sistema. No entanto, apesar dos esforços da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), de buscar estimular um modelo de ocupação do território pautado pelo uso do transporte coletivo, as práticas governamentais, contraditoriamente, concederam cerca de R\$ 16 bilhões por ano em subsídios para a compra do automóvel, enquanto os gastos com o transporte coletivo foram de R\$ 2 bilhões (Vasconcellos, 2012).

A facilidade na aquisição do automóvel concedida pelos Governos Lula e Dilma, como resposta anticíclica à crise mundial financeira de 2008, resultou em uma avalanche de carros nas ruas (Fix *et. al.*, 2015); de fato, a taxa de motorização do país cresceu 2,5 vezes no período de 2001 a 2016 (Observatório das Metrôpoles, 2017).

Ademais, a sobrecarga do sistema viário vem resultando no aumento dos engarrafamentos, bem como no comprometimento da velocidade operacional e, consequentemente, no custo do transporte coletivo, o que é decisivo para reforçar a evasão do transporte coletivo para o individual. Vasconcellos (2016) observa que as dificuldades enfrentadas pelos usuários se devem à primazia dos interesses econômicos sobre os coletivos, em razão da relevância da indústria automobilística, que faz grandes movimentações financeiras no país, com arrecadação de impostos e multas.

Vale ressaltar que as Jornadas de Junho de 2013 desencadeiam justamente dessa contestação de uma população que consegue ter acesso ao automóvel, mas não à uma mobilidade urbana de qualidade.

Segundo Neto e Naldin (2016) o gasto mensal com passagens fica em torno de 19,6%, o que praticamente se equivale ao custo da alimentação. Para o setor informal isso é ainda mais grave, pois, segundo os autores, o tra-

balhador com carteira assinada ganha em média 75% a mais, além de receber o auxílio do vale-transporte, minimizando assim o impacto da decisão da moradia sobre o tempo e custo de deslocamento.

Para o trabalhador informal, o uso do sistema de mobilidade é utilizado ainda para o transporte das mercadorias a serem comercializadas, bem como para os deslocamentos pela cidade, como estratégia de venda aos diversos clientes. É bastante comum o embarque das mercadorias no próprio transporte coletivo, como no caso de bijuterias, importados, alimentos industrializados; do uso do automóvel (individual ou compartilhado), no caso de vendas com estoques maiores, como vestuário, calçados, peças de artesanato, alimentos caseiros; bem como do aluguel de guarda-volumes nos locais de trabalho, para o acondicionamento de carrinhos e mercadorias. Ademais, essa situação de exclusão do mercado de trabalho formal acaba por refletir em outros setores da vida do trabalhador, como na informalidade do acesso à habitação e ao sistema de mobilidade urbana.

De tal modo que o acesso à mobilidade urbana, nos fluxos cotidianos desses trabalhadores, é um importante elemento do direito à cidade.

3 A METRÓPOLE BRASILENSE E O TRABALHO INFORMAL: LÓGICAS ESPACIAIS E DE MOBILIDADE URBANA

A Capital Federal surgiu como símbolo do progresso do país em um contexto de grande crescimento urbano e industrial, sob a égide do capital automobilístico e do ímpeto de interiorização do desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek, cristalizado no Plano de Metas.

O rodoviarismo marcaria assim não apenas o traçado inaugural – “*nasceu do gesto* primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio *signal da cruz*” (CODEPLAN, 1991) – como também a decisão de crescimento por cidades-satélites, alcançadas como tentáculos por meio de Estradas-Parques, bem como a lógica de entroncamento rodoviário do país, juntando as pontas de um Brasil de sul e sudeste para um Brasil de norte e nordeste.

Já nas primeiras décadas, a cidade negaria a intenção de seu criador de manter-se capital bucólica e se metropolizaria, o que foi conduzido pela criação de novas cidades-satélites, a distâncias ainda maiores do Plano Piloto, pelo parcelamento irregular do solo – para abertura de assentamentos precários e condomínios fechados –, e dispersão da mancha urbana pelo entorno goiano, onde a atuação do solo privado representaria a possibilidade de acesso ao pedaço de chão na metrópole brasileira pelos segmentos populares.

Desse modo, a pretensão inicial de formação de uma rede urbana policêntrica, que pudesse contrabalancear o Plano Piloto (Paviani, 2010), é contrastada pela formação de núcleos urbanos carentes de uma base econômica diversificada e de equipamentos coletivos mais qualificados, passando a depender, cotidianamente, de grandes deslocamentos para acessar alternativas de emprego, saúde, educação e lazer melhor estruturados, enfim, o “direito à cidade”, negado em seus territórios.

O resultado dessas decisões é a configuração de um sistema de mobilidade urbana caro, comprometido pelas longas distâncias, elevada pendularidade e fragmentação, baixa renovação dos passageiros e ociosidade ao longo do dia; fazendo com que a população perca oportunidades de emprego, tempo de lazer, descanso e convívio familiar, além de determinar a imobilidade de alguns grupos sociais.

Segundo dados da CODEPLAN (2015), das 31 Regiões Administrativas (RA) do DF⁴, apenas três apresentam mais de 50% de sua população morando e trabalhando na mesma RA, sendo que o Plano Piloto (RA I) concentra 41,53% dos postos de trabalho, seguida por Sobradinho com 44,7% e Taguatinga com 41,8%; na outra ponta, estima-se que mais de 30% da população ocupada dos municípios do entorno trabalhem em Brasília. Tais dados demonstram a dependência econômica existente entre o Plano Piloto e as demais cidades, que somada às grandes distâncias que separam esses espaços, evi-

denciam as dificuldades do trabalhador periférico em se deslocar em busca de emprego.

Conforme a pesquisa origem/destino realizada em 2009, 41% dos deslocamentos do DF e 67% do entorno goiano são realizados por meio do transporte coletivo (GDF, 2010). No entanto, o sistema é caracterizado por vários problemas, tais como o aumento do tempo de viagem pelo compartilhamento de vias com o tráfego normal e os congestionamentos nos horários de pico; elevada pendularidade e baixa renovação de passageiros nos trajetos; falta de integração com o uso do solo e os demais modais; além de baixo investimento no conforto, segurança e acessibilidade (GDF, 2010).

Medeiros e Barros (2015) evidenciam que a distância média ao Plano Piloto é de 69,7 Km para o entorno goiano e 20,2 Km para as cidades satélites. Segundo dados compilados por Neto e Naldin (2016), o tempo médio gasto para o deslocamento do trabalhador formal na metrópole brasileira é de 33,95 minutos, enquanto o do trabalhador informal é de 39,35 minutos (NETO; NALDIN, 2016. p. 257).

Outrossim, seguindo o cenário nacional, o setor de trabalhadores informais é bastante expressivo na metrópole brasileira. Segundo a CODEPLAN (2017), 315 mil pessoas estão desempregadas no Distrito Federal, enquanto 101 mil pessoas trabalham sem carteira assinada no setor privado. O estudo mostrou que a renda média mensal destes trabalhadores foi de R\$ 1.510,00 em 2017.

3.1 Explorando os resultados dos questionários e das investigações *in loco*

O questionário aplicado teve por objetivo investigar os desafios apresentados pelos trabalhadores informais em suas atividades laborais. Obteve-se uma amostra total de 99 pessoas, o que corresponde a uma fração da amostragem de 1/100. Primeiramente foram levantados dados gerais dos questionados: ponto de trabalho, local de residência e cidade de origem, idade, gênero e escolaridade (vide figura 1 e 2 (a) a (c)).

⁴ O Distrito Federal não se divide em municípios, mas sim em regiões administrativas, que abrangem institucionalmente o Plano Piloto e as cidades-satélites.

Figura 1: Local de residência, destino de trabalho e naturalidade

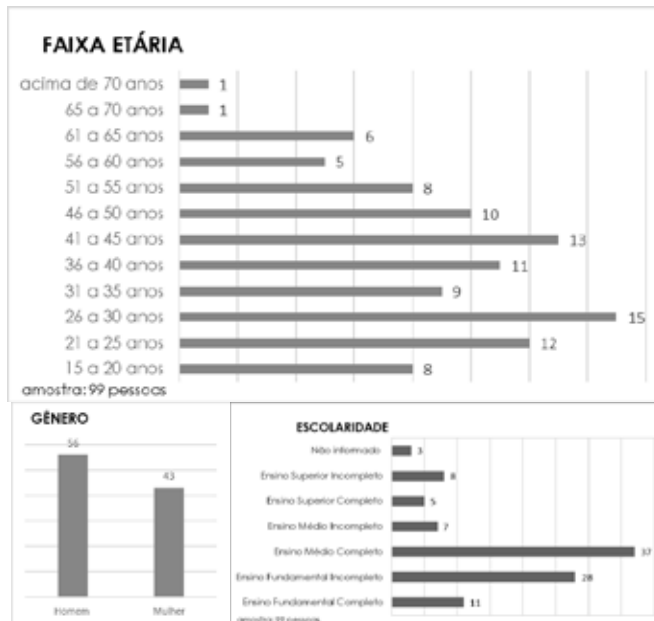


Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Devido ao grande fluxo de pessoas, o que acaba atraindo mais comerciantes, a Rodoviária do Plano Piloto foi o local com maior porcentagem de entrevistados. Destaca-se a heterogeneidade dos locais de residência dos trabalhadores (30 pontos de origem), em sua maioria periféricos, sendo os mais recorrentes Ceilândia e Taguatinga, que atualmente concentram a maior parte da população do Distrito Federal.

A maior parte dos questionados é de naturalidade nordestina. Vale ressaltar que a região tradicionalmente se caracterizou como estoque de mão de obra do processo de industrialização em São Paulo, assim como do canteiro de obras da Capital Federal.

Figura 2 (a) a (c): Dados gerais dos trabalhadores questionados

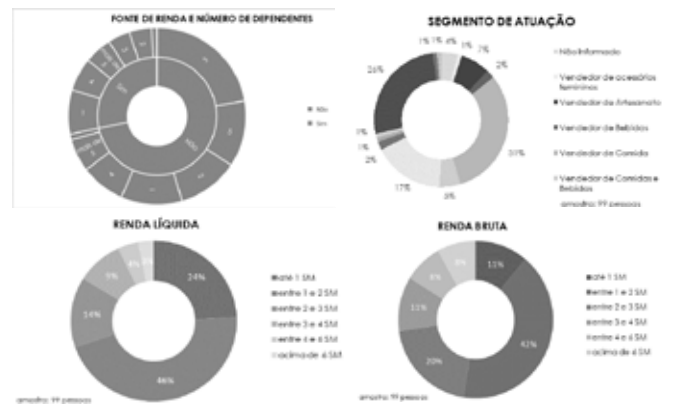


Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Constatou-se que a maior porcentagem dos questionados possui ensino médio completo e ensino fundamental incompleto. Por esse dado é possível observar que a maior parte desses trabalhadores não teve acesso ao ensino superior ou à conclusão dos estudos, o que indica o motivo pelo qual não conseguiram obter melhores oportunidades de trabalho.

Em seguida, levantou-se aspectos do perfil de trabalho: segmento de atuação, renda bruta e líquida, número de pessoas da família providas com o trabalho (vide figura 3, (a) a (d)).

Figura 3 (a) a (d): Dados econômicos dos trabalhadores questionados



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

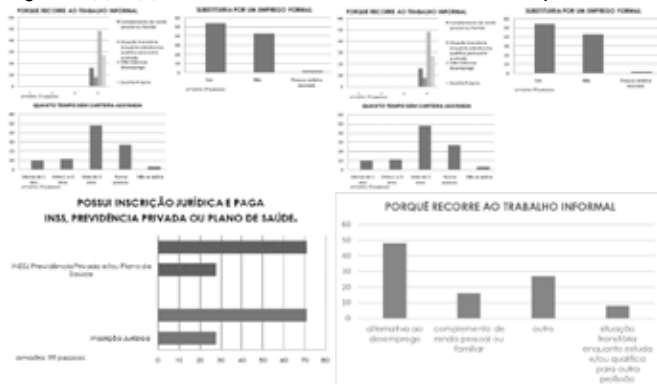
Os segmentos de trabalho que mais se destacaram foram os de vendedores de comida com 31%, roupas com 26% e importados com 17%. O que se deve, possivelmente, à maior abrangência comercial desses produtos, influenciando assim a decisão do trabalhador sobre os segmentos mais rentáveis para se atuar.

Quase metade dos questionados apresentaram renda bruta e líquida entre 1 e 2 salários mínimos, vale ressaltar que esta pesquisa considerou como referência o salário mínimo de R\$ 954,00, vigente em 2018. Tal margem se assemelha com a média de renda de R\$ 1.510,00 apurada pela CODEPLAN (2017), muito embora pondera-se que o método de pesquisa baseado na autodeclaração pelo questionado possa resultar em imprecisões dos valores informados.

Os dados mostraram que a grande maioria dos entrevistados tinham no trabalho informal a única fonte de renda familiar. Quando não, a outra fonte de renda mais recorrente foi a do companheiro(a), provinda da aposentadoria, ou de outra fonte de renda, o que configura a recorrência ao trabalho informal como complemento de renda familiar.

Ainda na caracterização econômica da atividade procurou-se levantar os motivos pelo qual o trabalhador recorreu ao trabalho informal, o tempo de trabalho sem carteira assinada, se o trabalhador possui inscrição jurídica e/ou outros benefícios sociais, tais como imposto sobre tempo de serviço, previdência privada, plano de saúde (vide figura 4, (a) a (d)).

Figura 4 (a) a (c): Dados econômicos dos trabalhadores questionados



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Quase metade dos entrevistados (48%) afirmaram recorrer ao trabalho informal como alternativa ao desemprego, como já dito sendo um espelho do desemprego estrutural crescente e reflexo da crise econômica que o Brasil está imerso há alguns anos. Mais da metade dos questionados respondeu que se tivesse a oportunidade substituiria o trabalho por outro com carteira assinada, o que confirma que a carteira assina confere garantia ao trabalhador de seus direitos assegurados e seu provimento de renda garantido.

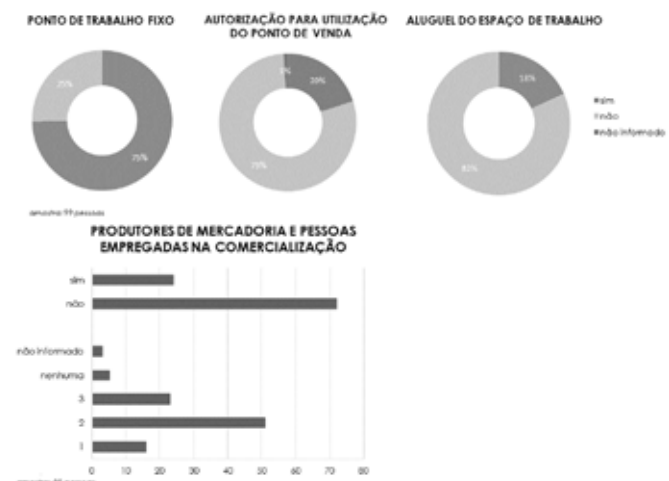
Foram levantados ainda aspectos do perfil espacial do trabalho, se a atividade apresenta ponto fixo, se possui autorização para estar no local, se possui custos com aluguel do espaço, se era o produtor das mercadorias,

o que pressupunha o uso de outro espaço, geralmente o ambiente doméstico, para a fabricação (vide figura 5, (a) a (d)). Observou-se que a maioria apresenta ponto de trabalho fixo (75%), muito em razão da dificuldade de locomoção da mercadoria e confiabilidade da clientela em pontos previamente estabelecidos. Além disso, a maioria dos ambulantes não apresenta autorização para a utilização do ponto de venda e por conseguinte não possui custos com aluguel.

Nos casos em que o trabalhador também é o responsável pela produção das mercadorias, foi recorrente o envolvimento de outras pessoas, geralmente membros da família, nos negócios. Foi recorrente também a comercialização de produtos caseiros não fabricados pelo trabalhador, isto é, com fabricação terceirizada.

No caso dos produtos industrializados, questionou-se a origem das mercadorias, tendo sido autodeclarado como distribuidores mais frequentes os estados do nordeste, Goiás e São Paulo (no caso a capital) para as peças de vestuário; São Paulo (novamente a capital), Paraguai e China, no caso dos produtos importados. Os distribuidores locais mais recorrentemente informados foram Taguatinga e Brasília, no caso dos alimentos industrializados.

Figura 5 (a) a (d): Dados espaciais sobre os trabalhadores questionados



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

No tocante à qualidade das condições de trabalho e mobilidade urbana do trabalhador questionou-se o meio de transporte mais utilizado no deslocamento casa-trabalho, o tempo gasto nesse deslocamento, a porcentagem da renda comprometida com o transporte, a quantidade de vezes e horas trabalhadas por semana (vide figura 6, (a) a (d)).

Juntos, o metrô e o ônibus são os principais meios de deslocamentos dos trabalhadores aos seus locais de trabalho. Separadamente, o carro próprio, com uso individual, foi declarado como principal forma de acesso ao trabalho. O que pode ser explicado em razão da necessidade de deslocamento cotidiano das mercadorias, quando o transporte público se torna inviável; bem como pelo fato de o transporte coletivo não suprir as necessidades do trabalhador, quando mesmo aqueles que comercializam mercadorias pequenas utilizam seu carro próprio.

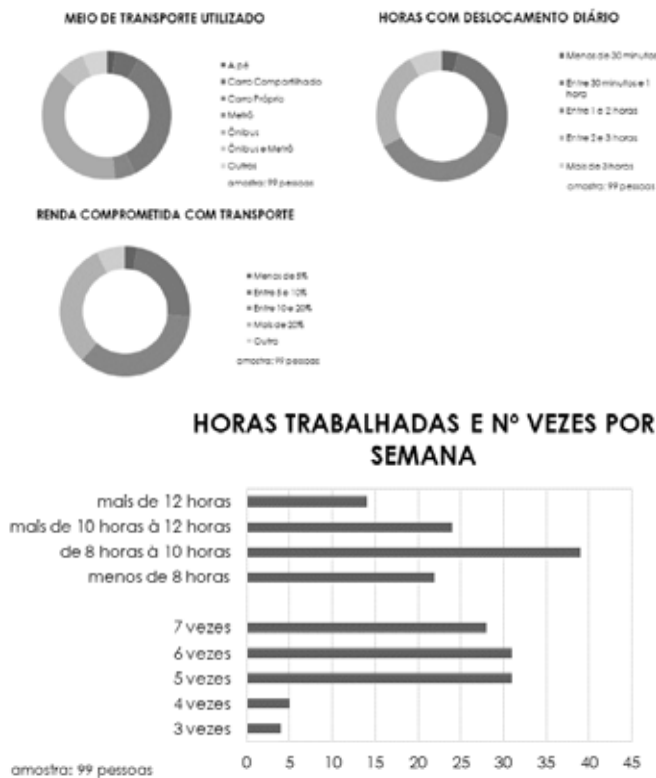
O número de horas trabalhadas por dia e vezes trabalhadas por semana juntamente com o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho comprova o quão exaustiva é a jornada do trabalhador informal. A grande maioria trabalha mais vezes e mais horas por semana que uma jornada de trabalho convencional. Somando-se tal dado ao tempo de horas gastas no transporte, infere-se que isso resulta em poucas horas de sono e descanso diárias.

No tocante ao comprometimento da renda com o deslocamento, as declarações mais frequentes foram na faixa de 10 e 20% da renda bruta informada (vide figura 3 (c)), o que pode ser considerado um valor expressivo, visto à dependência de mais membros da família destes rendimentos (vide figura 3 (d)). O tempo gasto também é elevado, variando entre uma e duas horas, o que é significativo, considerando o número de dias da semana trabalhados.

Por fim, os trabalhadores foram questionados se consideraram que o tempo gasto nos deslocamentos afeta a sua qualidade de vida e quais condições de desconforto julgavam estar expostos no seu exercício laboral (vide figura 7, (a) a (b)).

Além do pouco tempo de descanso, 38% dos trabalhadores relataram que o tempo despendido no deslocamento interfere na qualidade de vida. Quanto a qualidade do trabalho, a grande maioria dos entrevistados relatou a falta de estrutura para se alimentar e beber água, a dificuldade de acesso a banheiro, a exposição frequente ao sol e chuva e a insegurança devido a vulnerabilidade da pessoa física e da mercadoria, como situações de desconforto mais comuns. Majoritariamente, os questionados definiram o medo da fiscalização, como situação de desconforto mais frequente.

Figura 6 (a) a (d): Dados sobre a qualidade do trabalho e da mobilidade dos trabalhadores



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

Figura 7 (a) a (d): Dados sobre a qualidade do trabalho dos trabalhadores questionados



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2019.

A vida do trabalhador informal é cercada por adversidades, ao mesmo tempo em que é muito suscetível à condições adversas de trabalho. Os mesmos são ainda marcados pela invisibilidade social. Se por um lado a competitividade é grande na categoria, pelo excesso de trabalhadores no mesmo lugar, também existe uma relação de cooperação entre eles. Sempre tem aquele que zela pela mercadoria do vizinho, para que ele possa ir ao banheiro, ou o outro que anuncia a chegada da fiscalização. A presença do comércio regularizado logo ao seu lado é outro impedimento nas relações de competição pelos preços dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos das investigações sociológicas *in loco*, mostraram a importância do trabalhador informal para os espaços públicos de Brasília. Assim, da mesma forma como os trabalhadores informais dependem dos espaços públicos da cidade, notadamente aqueles mais centrais e movimentados, para a sua realização cotidiana, esses agentes acabam por conferir uma maior animação e identidade a esses territórios, dada à viscosidade espacial e heterogeneidade funcional de suas atividades. O sistema de mobilidade urbana é utilizado para o transporte do trabalhador e das mercadorias a serem comercializadas, sendo corrente a informalidade e marginalidade também do seu local de habitação, o que resulta em deslocamentos cotidianos longos e onerosos. A importância do trabalho informal como alternativa ao desemprego e à economia evidencia a necessidade de ações e políticas de melhoria dos ganhos do trabalho e qualidade de vida desse trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, L. A. **A cidade política: mudanças e perspectivas**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 12 (2):33-50, abr./jun. 1978.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, (14): 153-174, jun, 2000.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal, PDAD**. Brasília: CODEPLAN, 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Relatório do Plano Piloto**. Brasília, 1991.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED**. Brasília: CODEPLAN, 2017. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PED-DF-resultado-anual-2017.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio do Distrito Federal, PDAD**. Brasília: CODEPLAN, 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CORAGGIO, J. L. **Economia Urbana: La Perspectiva Popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

FIX, M.; RIBEIRO, G. E.; PRADO, A. D. **Mobilidade urbana e direito à cidade: uma entrevista com Lúcio Gregori sobre transporte coletivo e Tarifa Zero**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 3. Recife, 2015. p. 175-191.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION – ILO. **Employment, incomes and equality in Kenya: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Geneve: ILO, 1972.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MEDEIROS, V. A. S. de; BARROS, A. P. B. G. **Organização social do território e mobilidade urbana.** In: RIBEIRO, R. J. da C. R.; TENÓRIO, G. de S.; HOLANDA, F. de (Org.). Brasília: transformações na ordem urbana. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 252-284.

NETO, V. C. L. N. e NADALIN, V. G. **O impacto da formalidade do trabalho e da inserção urbana no deslocamento casa-trabalho: uma análise intraurbana para cinco espaços metropolitanos.** In: BALBIM, R. et al. (orgs.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea, 2016. p. 247-270.

NOGUEIRA, M. O. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Motorização individual continua crescendo nas metrópoles brasileiras.** 2015. Disponível em: <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/motorizacao-individual-continua-crescendo-nas-metrosoles-brasileiras/>. Acesso em: jan. 2019.

OLIVEIRA, F. A **economia brasileira:** crítica à razão dualista. 4. ed. São Paulo: CEBRAP, 1981.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise:** ensaios sobre urbanização. Brasília: Ed. UnB, 2010.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide:** possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

SANTOS, G. P. G. dos. **Desemprego, informalidade e precariedade:** a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pro-Posições [online]. vol.19, n.2, pp.151-161, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão emoção. São Paulo. HUCITEC, 2002.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE MOBILIDADE. **Plano Diretor de transporte urbano e mobilidade do Distrito Federal e entorno.** Brasília: 2010.

TAFNER, P. **Brasil:** o Estado de uma nação. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2006.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

VASCONCELLOS, E. A. **O transporte urbano no Brasil.** In: Le monde diplomatique. n. 59, junho 1. São Paulo, 2012.

VASCONCELLOS, E. **Mobilidade cotidiana segregação e exclusão.** In: BALBIM, R. et al. (orgs.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: Ipea, 2016. p. 101-130.

TRANSECTO E COMPACTAÇÃO, UMA PROPOSIÇÃO A URBANIDADE DISPERSA NO MUNICÍPIO DE ERECHIM

TRANSECT AND COMPACT CITY, A PROPOSITION TO DISPERSED URBANITY IN ERECHIM MUNICIPALITY

RICARDO DE GERONI

Graduado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, Balneário Camboriú/SC, ricardodege@hotmail.com.

STAVROS WROBEL ABIB

Doutor, professor e pesquisador do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí, - UNIVALI, Balneário Camboriú/SC, stavros@univali.br

RESUMO

Esse exercício conceitual e metodológico tem como objeto a realidade de Erechim e região. Tem como objetivo propor um cenário de projeto que explore alternativas contemporâneas de intervenção no espaço urbano e tem como resultado a apresentação de uma proposta de um Projeto de Cidade, orientado por um Projeto urbano baseado na metodologia dos Códigos Baseados na Forma, e inserido no conceito de cidade compacta.

PALAVRAS CHAVES: Transecto, Cidade Compacta, Projeto Urbano, *Form Based Code*.

ABSTRACT

This conceptual and methodological exercise has as object the reality of Erechim and region. It aims to propose a scenario project that explore contemporary intervention alternatives in urban areas and has resulted in the presentation of a proposal for a City Project, guided by an urban design based on the methodology of Formed Based Codes and inserted into the concept compact city.

KEYWORDS: *Transect, Compact City, Urban Project, Form Based Code.*

INTRODUÇÃO

De que forma a Legislação Urbanística pode contribuir para a consolidação de sistemas urbanos contextualmente vinculados ao constructo *Cidade Sustentável*? De que forma encarar os remanescentes de áreas verdes urbanas e os vazios urbanos enquanto sistemas? Quais as alternativas ao Zoneamento Funcional Urbano compatíveis à realidade urbana Brasileira?

O modelo de cidade expansiva, que estimula o desenvolvimento ilimitado do capital, produz um espaço urbano disperso e fragmentado. O padrão de dispersão se torna recorrente no Brasil contemporâneo, sendo um fenômeno distinto do Americano e Europeu, onde é resultado de um planejamento burguês das periferias e do abandono dos centros tradicionais: “No Brasil, a periferação ocorre de forma desordenada e não planejada pela gestão pública, resultando em cortiços, favelas, palafitas, mocambos, entre outras designações para a improvisação de abrigos à população mais pobre.” (GEOVANY E ROMERO, 2011).

O *modus operandi* da produção imobiliária nacional, em continuidade a um processo histórico de produção e de pensamento desenvolvimentista e individualista, onde a estrutura do lote vem sendo precursora da “forma da cidade”, é regulamentada por códigos urbanísticos que não contém os efeitos nocivos da dispersão e que acaba promovendo um “conjunto” de objetos, instituindo “comunidades monolíticas”, onde a cidade serve ao objeto e não para as pessoas.

Na cidade contemporânea, as centralidades apresentam-se em diferentes padrões espaciais, onde a morfologia, função e significação assumem papel de protagonistas urbanos. Nesse contexto de cidade, marcada pela poli nucleação e fragmentação espacial/morfológica da configuração urbana, as centralidades, compreendidas enquanto sistemas aparecem através da superposição de escalas, onde não são facilmente identificadas em termos de organização hierárquica. (OLIVEIRA, 2011)

A centralidade e o espaço público são conceitos advindos de uma mesma prática espacial, a da coletividade (ABRAHÃO, 2008). Observa-se que as novas práticas sociais são hoje mais coletivas que públicas, que as centralidades e, conseqüentemente, os espaços públicos, acabam muitas vezes submetidos aos interesses da iniciativa privada: reincidindo e reforçando o processo de fragmentação e segregação urbana.

Este artigo investiga o projeto urbano, especificamente o projeto urbano no Brasil contemporâneo, assumindo como primeiro pressuposto que o panorama atual da ocupação do território está inclinado ao aumento da fragmentação e segregação urbana, inclusive sobre as centralidades, seja por ação do modelo de cidade expansiva, das práticas ortodoxas do mercado imobiliário nacional, ou ainda, por causa dos interesses da iniciativa privada incidindo sobre os espaços públicos. Contudo, admite um segundo pressuposto, o de que o projeto urbano contemporâneo envolve o desenvolvimento de espaços públicos urbanos protagonistas, que operem a partir da complexidade e não pela via da simplificação. Ou seja, que se incorpore a riqueza e a vitalidade do jogo de escalas que a cidade contemporânea impõe e desafia (OLIVEIRA, 2011), oferecendo uma alternativa à dispersão e fragmentação do tecido da vida urbana.

O objetivo é propor um cenário de projeto que explore alternativas contemporâneas de intervenção no espaço urbano. Nesse sentido, se recorta um contexto urbano em particular, Erechim, RS, a fim de aplicar propostas alternativas às historicamente utilizadas no planejamento deste município. Para tanto serão empregadas técnicas como os Códigos Baseados na Forma (DUANY, 2009) e o “*Sprawl Repair*” (TACHIEVA, 2010) dando ênfase ao Trasecto.

DESENVOLVIMENTO

Dispersão urbana e fragmentação: Problematização

Desde a introdução da perspectiva da economia política no debate acerca da urbanização e sua relação com o planejamento urbano, no último quarto do século pas-

sado (TAYLOR, 1999), fica posta, no campo disciplinar, a percepção da existência de uma relação intrínseca e irredutível entre o território, a sociedade e a econômica política em curso em dado período histórico.

Obras seminais como a *Produção do Espaço* de Lefebvre (1991) inauguram um período de reflexões nos quais a relação entre a teoria e a prática sobre o espaço são estreitadas (SOJA, 2000). O espaço passa a ser compreendido enquanto uma construção social, portanto, umbilicalmente relacionada à condição sócio-político-econômica de certo período histórico.

Estabelecido que a urbanização é um processo social vinculado às perspectivas da economia política e de que a produção do espaço no sistema capitalista deve obedecer a lógicas particulares deste modo de produção, uma lógica em especial interessa a este artigo: a da organização da produção do espaço capitalista com fins ao mercado privado de terras: “nas sociedades capitalistas liberais,(...) uma característica central da economia política relacionada à urbanização será, obviamente, o sistema de direito patrimonial privado e a livre iniciativa do mercado”. (TAYLOR, 1999, p.102)

A dispersão e a fragmentação urbanas são em última instância uma manifestação da organização da produção do espaço capitalista segundo lógicas que atendam a este sistema de mercado. Resultam do tratamento do espaço da cidade enquanto *commodities*. (ROLNIK, 2015).

Parece lógico afirmar que há mudanças na forma como a urbanização se dá no atual estágio da evolução do capitalismo (SOJA, 2000), caso se aceite que a urbanização e seu resultado sobre o território seguem e influenciam as próprias relações societárias e que as mudanças contemporâneas no sistema capitalista o tenham levado a uma fase cooperativa, globalizada e financeira.

O embrião da dispersão e da fragmentação no contexto urbano e territorial pode ser encontrado já na modernidade (MONTANER, 2009), mas sua manifestação na contemporaneidade é particularmente predominante, uma vez que se vale de processos como o da *financei-*

rização para transitar por todo o globo, atingindo aos locais desejados pela massa especulativa que o conduz (ROLNIK, 2015). Isso é o resultado de uma realidade, na qual o capital está arranjado de modo ágil e é pouco controlado pela estrutura do Estado-nação, ou ainda, estar-se-ia vivendo o resultado de um pós-modernismo flexível (HARVEY, 1998) ou de uma organização da sociedade em rede (CASTTELS, 1999): uma realidade fluida, que não têm a preocupação com uma organização final, o que resta de sua ação assemelha-se a um palimpsesto, no qual interação resíduos de informação compondo um todo, que está prestes a ser novamente recolocado em favor dos interesses hegemônicos. Daí a pouca preocupação das grandes obras de arquitetura e urbanismo para com a herança histórica e para com as características locais tradicionalmente utilizadas para compor a vitalidade urbana, como, por exemplo, a proximidade de atividades econômicas e serviços múltiplos junto às habitações no contexto urbano (dispersão), entre outros.

A questão que se coloca é se há alguma forma de urbanização, de projeto, que seja capaz de intervir em realidade tão complexa, uma vez que os instrumentos de planejamento urbano e mesmo o projeto urbanístico parecem mais auxiliar a esta lógica de desarticulação do espaço urbano, que combatê-la.

COMPACTAÇÃO E TRANSECTO: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Contraopondo-se a forma de planejamento urbano tradicional, Os Códigos Baseados na Forma são alternativas ao zoneamento tradicional, uma vez que a regulação acontece na dimensão morfológica ao invés da dimensão funcional. Sua primeira utilização data do ano de 1981 na cidade de Seaside na Flórida, sob autoria do escritório de arquitetura Duany Plater-Zyberk & Company, 1980.

O Transecto utiliza dos princípios desse código, sendo o seccionamento de uma região com o objetivo de revelar a sequência de ecologias, tornando-se ferramenta para o estudo da simbiose entre os elementos dos muitos habitats onde as plantas e animais se desenvolvem. Esta técnica

foi primeiramente utilizada para análise biogeográfica, tendo sido desenvolvida pelo naturalista Alexander Von Humbolt no final do século XVIII. Um século depois Patrick Guedes desenvolve uma transecção geocultural como parte de sua teoria da evolução social (MELLER, 1990).

A utilização do Transecto pode trazer benefícios ao planejamento e projeto urbanístico, uma vez que, provê uma linguagem comum para o sistema de regulação legal urbano, o que faz conectar o zoneamento aos demais códigos e módulos legais complementares, criados por diferentes especialistas no planejamento, arquitetura, engenharia e campos ambientais. Além disso, potencialmente permite às comunidades desenvolverem-se de forma sustentável, já que cria uma continuidade espaço-temporal nas relações de equilíbrio estabelecidas entre comunidades e seu ambiente. Além disso, organiza os elementos do ambiente construído, nas escalas do rural para o urbano. Sua estrutura metodológica está baseada na descrição sistemática do padrão espacial, algo já previsto na obra *SmartCode*, lançada em 2003, o código pioneiro a utilizar o modelo do Transecto. (TACHIEVA, 2010).

Para efetivar o Código é necessária a substituição do mapa de zoneamento por um plano regulador, o qual estipula padrões edílios, de espaço público (vias públicas e espaços cívicos), padrões tipológicos e de fachada, de parcelamento e gestores administrativos que podem ser associados a componentes suplementares não mandatórios, como padrões arquitetônicos, tipológicos, paisagísticos, sustentabilidade e *green buidings*. (TACHIEVA, 2010).

A principal diferença desta frente de planejamento para o tradicional é o detalhamento e a montagem de visão para os padrões espaciais em parceria com a comunidade. O processo de criação se dá em três etapas principais: documentação, visão e montagem (KELLY, 2000). A primeira trabalha na escala micro e macro, a segunda refere-se à participação popular e a terceira à sintetização.

Figura 01: O Transecto urbano de Erechim relacionado com as “T zonas” do FBC. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores, fotografia dos autores, 2014.

Do *Formed Based Codes* ao Transecto, o padrão morfológico e espacial acontece originalmente em “zonas T” que variam conforme a relação e o nível de intensidade de seu habitat natural, edificações e componentes sociais. As “zonas T” coordenam os componentes em diferentes escalas de planejamento, da comunidade, bairro, à escala da quadra até o lote individual e edificação. Códigos e cartilhas de arquitetura com base no Transecto devem ser calibrados para cada local, para refletir o caráter formal/espacial conforme a região, podendo haver mais ou menos “zonas T” podendo ainda possuir subzonas com características mais específicas. (TACHIEVA, 2010). Figura 01.

Cada padrão espacial possui orientações detalhadas de densidade, dimensões e design de vias públicas, dimensão de quadras, geometria e configuração dos espaços públicos, tratamento de fachadas, usos mistos, estacionamentos e outros aspectos da paisagem, ou seja, é referenciado em um Projeto de Cidade e de Paisagem.

O modelo é baseado em “unidades de vizinhanças” ou “*neighborhood units*”, termo introduzido pelo sociólogo Clarence Perry em 1929, em que os bairros deveriam ser planejados como unidades coesas estruturadas por um centro e definido por limites independentemente de seu tamanho. (THADANY, 2011).

Galina Tachieva cria uma metodologia chamada “*Sprawl Repair*” ou “reparo da dispersão”, definindo-se pela trans-

formação de áreas urbanas monofuncionais e dominadas pelo automóvel para o status de “comunidades completas” ou “*complete communities*”, (TACHIEVA, 2010).

A estratégia de reparo, segundo Tachieva, passa por um estudo prévio de viabilidade, onde chega-se a uma proposição enquanto abordagem sobre o potencial para evolução da região dispersa ou a devolução da mesma ao ambiente natural. Essa estratégia aborda reparos em diferentes escalas: escala regional, escala da comunidade (unidade de vizinhança), escala da rua, escala da quadra e escala da edificação, seguindo, portanto, uma progressão de escalas, da macro a microescala.

A técnica de reparo começa na escala regional, considerando o contexto mais amplo, ou seja, a existência de infraestrutura, conectividade das vias, potencial para fluxos, medidas para preservação e regeneração dos ecossistemas naturais. O objetivo é o de analisar a mobilidade e outras infraestruturas e áreas naturais como um sistema completo, e identificar os nós mais adequados para o reparo. (TACHIEVA, 2010).

Para identificar a lógica dos locais para o *retrofit* e reparo, o mapeamento da região deve integrar a análise da projeção de crescimento econômico e geográfico, situação da mobilidade urbana, infraestrutura, nós comerciais, recursos naturais, habitação e concentração de trabalho, resultando em um mapa setorial identificando alvos para o reparo.

O reparo na escala da comunidade concentra-se nas técnicas utilizadas para transformar os elementos individuais desarticulados da dispersão combinando-os para a criação de “comunidades completas”, caminháveis, embasadas na escala humana, com diversidade de usos e mobilidade urbana multimodal, apresentando-se como a mais importante no processo de reparo, isso porque faz a conexão entre a grande escala regional e as especificidades de ruas e edifícios. É nessa escala em que se conseguem os elementos cruciais do método de reparo: caminhabilidade e espaços públicos.

O reparo na escala da rua parte do pressuposto de que estas são dos principais componentes do domínio público das cidades, e juntamente com as praças e parques configuram o sistema de espaços públicos urbanos. A rua promove a circulação simultânea de pedestres, bicicletas e veículos, sendo palco de diversas relações sociais. Seus principais atributos são enquanto a capacidade e característica.

A separação de pedestres e veículos desempenha papel fundamental na sintaxe urbana, desta forma, o *Sprawl Repair* dá diretrizes enquanto tipologias de reparo para ruas mais humanizadas e caminháveis.

O Reparo na escala da quadra atua tanto pela morfologia quanto pela estrutura fundiária, trabalhando com a subutilização e superutilização da preexistência enquanto densidade, usos e espacialidades. As estratégias variam desde a re-espacialização da quadra com inserção de novos usos, fragmentação das mesmas para criação de maior permeabilidade ao pedestre e inserção de edificações de baixa e média altura fazendo transição de altura com edifícios isolados por exemplo, a fim de manter uma continuidade de fachadas ativas para a rua, escala humana e conjunto urbano.

O Reparo na escala da edificação tem como abordagem remediadora a de fazer o *retrofit* dos protótipos edifícios que definem o subúrbio, uma vez que apresentem potenciais que, após intervenções relativamente modestas, contribuam para uma maior diversidade e a configuração de um *layer* de tecido urbano mais coeso.

Dispersão e Fragmentação em Erechim/RS: Dinâmica urbana, Projeto e Planejamento Urbano.

Erechim está localizada na região Noroeste Rio-grandense no Vale do Rio Uruguai, enquadrando-se como Centro Sub-regional entre duas Capitais Regionais (Passo Fundo ao sul e Chapecó ao norte em Santa Catarina), apresentando uma conectividade privilegiada por configurar um anel com irradiações de vias onde a BR-153 assume maior hierarquia (figura 02).

A cidade, segundo o censo de 2011 do IBGE, possui uma população de 96.105 mil habitantes, sendo 94,8% urbana, possuindo densidade de 221,5 hab/km², PIB de R\$ 1.978,622,945 e IDH de 0,826, estando a 783m de altitude e 375 km de Porto Alegre, capital do estado. O crescimento populacional acontece acima da média estadual e acima da média nacional, com taxa de 1,6% ao ano.

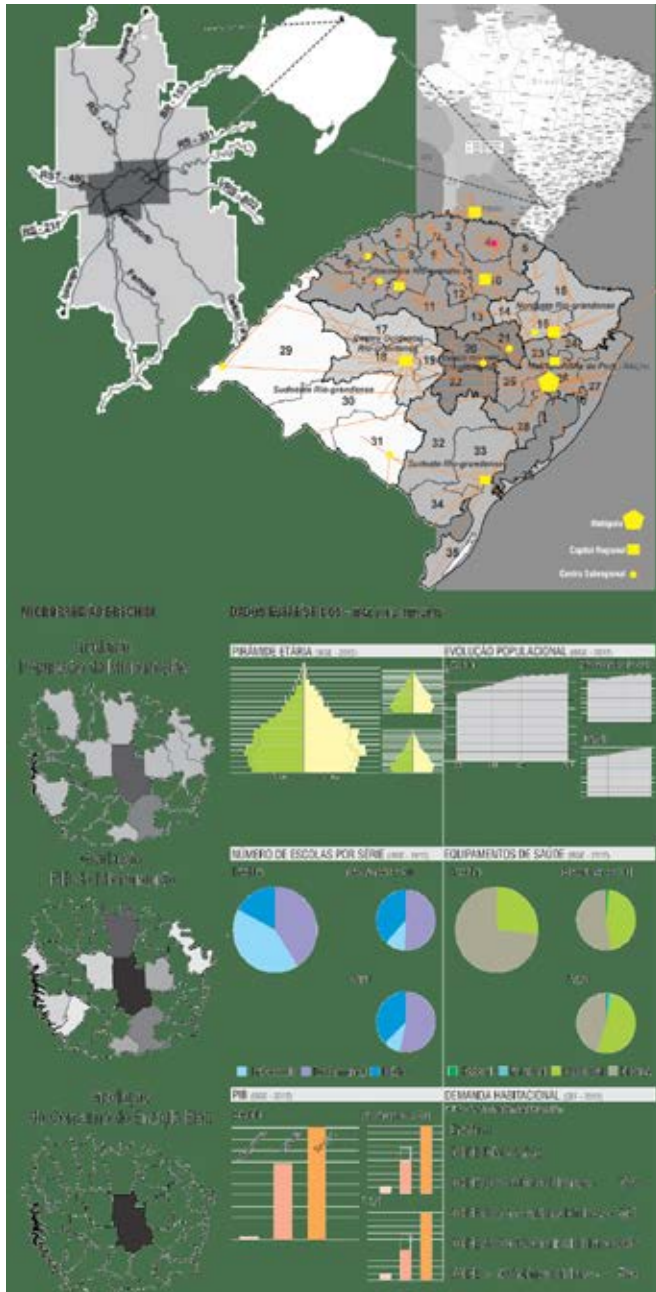
A cidade foi fundada pela Comissão de Terras para abrigar imigrantes italianos, poloneses, israelitas e alemães, sendo rota da via férrea que liga o município à Santa Maria, privatizada pela ATT Logística, estando desativada desde 1995, com projetos para reativação para transporte de cargas.

O Plano Urbanístico (1914) é do Engenheiro Agrimensor Carlos Terras Gonçalves e é baseado no modelo de Cidade Barroca, onde a unidade de planejamento é a Rua, conformando um sistema hierarquizado com um eixo monumental estruturador e terminações em praças. Sendo implantado sobre topografia irregular, demandando grandes movimentações de terra.

Na década de 30 uma nova frente urbanística passa a reger o Plano Urbanístico, baseada na Cidade Jardim, onde, mantendo-se os elementos do plano original, o traçado passa a respeitar a topografia, ficando vigente por poucos anos até que o plano anterior volta a ser praticado.

A evolução da mancha urbana indica que na década de 10 a 40, acontece sobre a cidade planejada, até que na década de 50 acontecem alterações no perímetro urbano e começa a dispersão para fora deste perímetro, surgindo uma região designada como área suburbana, termo utilizado pelos moradores e municipalidade (figura 03).

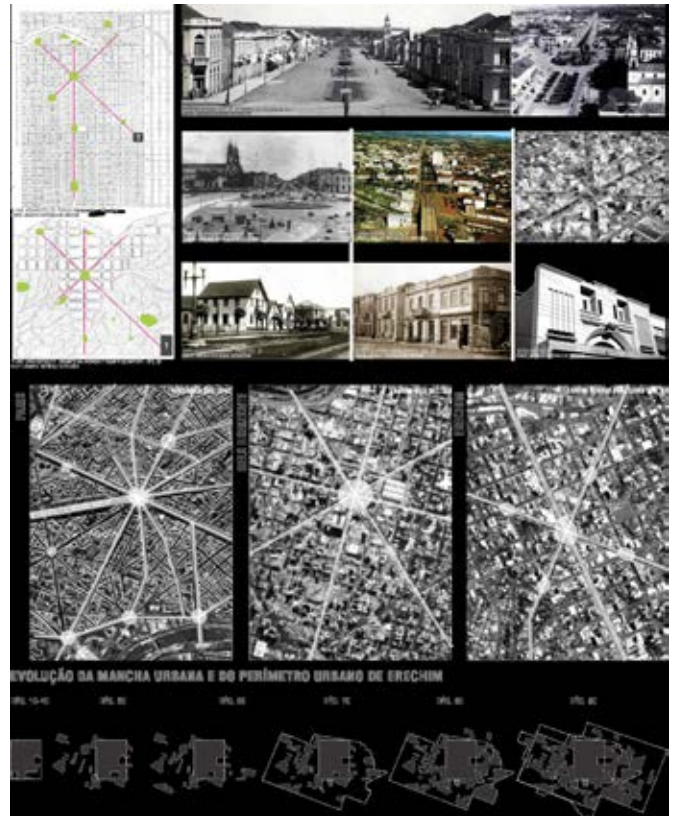
Figura 02: Gradações de População, PIB e Consumo de Energia de Erechim em relação a Microrregião. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores, dados retirados do IBGE, 2011.

A década de 90 já demonstra uma mancha urbana fragmentada com descontinuidades e vazios urbanos. Cada período deixa uma leva finita de elementos que só podem ser “expandidos” adicionando-se outros elementos. A conexão desses fragmentos acontece por justaposição. Em Erechim, como em outras cidades brasileiras, os fragmentos se enredam entre o crescimento espontâneo, seguindo as diagonais e o eixo monumental do traçado Barroco.

Figura 03: Crescimento da mancha urbana e perímetro urbano de Erechim.



Fonte: imagem elaborada pelos autores, dados FUNFGELT, 2004.

A atual configuração urbana da cidade não se assemelha àquela sonhada pelos seus idealizadores, uma vez que a memória urbana aos poucos vem sendo abandonada e esquecida em prol do desenvolvimento e crescimento travestido de progresso e modernidade. Sendo concebida em forma tradicional de cidade Barroca, compacta já em seu traçado radial, o desenvolvimento urbano, políticas habitacionais e especulação imobiliária fazem a cidade crescer em dois movimentos: do centro para a borda e da borda para o centro, caracterizando o município como cidade difusa. (FUNFGELT, 2004).

As áreas verdes estão associadas a equipamentos educacionais, apresentando grande potencial pela configuração morfológica para um sistema de espaços coletivos, ainda mais quando associados à ferrovia.

As centralidades de maior influência concentram-se no eixo monumental, sendo que outros focos são encontrados coincidindo com praças e/ou equipamentos de porte, não necessariamente estando em função da hierarquia viária. As maiores densidades acontecem nas bordas e perimetral ao centro.

O processo de ocupação do perímetro urbano resulta em grandes vazios urbanos, muitas vezes configurando áreas subutilizadas, sendo na maioria de propriedade municipal, as quais começam a ser ocupadas após o ano 2000, porém ainda recorrendo os vazios extensivos.

A existência da cidade planejada e o desenvolvimento suburbano acabam demandando estratégias de estruturação: o primeiro Plano Diretor do município é de 1934, onde a distribuição das densidades ocorre em função das infraestruturas. Dessa forma acaba fazendo uma gradação da avenida de maior hierarquia/infraestrutura, até os setores residenciais unifamiliares adjacentes.

Este sistema de zoneamento acaba produzindo morfologias mais densas e diversas na área central, configurando, por outro lado, uma suburbe monofuncional unifamiliar de baixa densidade.

O Plano Diretor vigente data de 1994, o qual estrutura a lei de Zoneamento e Uso do Solo através de Unidades Territoriais de Planejamento UTP's, que constituem parcelas do território urbano através do agrupamento de zonas de uso, cujos limites serão preferencialmente estabelecidos pelo traçado viário, considerando as vias existentes e projetadas. (Artigo 16, Lei 2595/94). Os limites de bairros do município são definidos por legislação específica, não correspondendo necessariamente às UTP's.

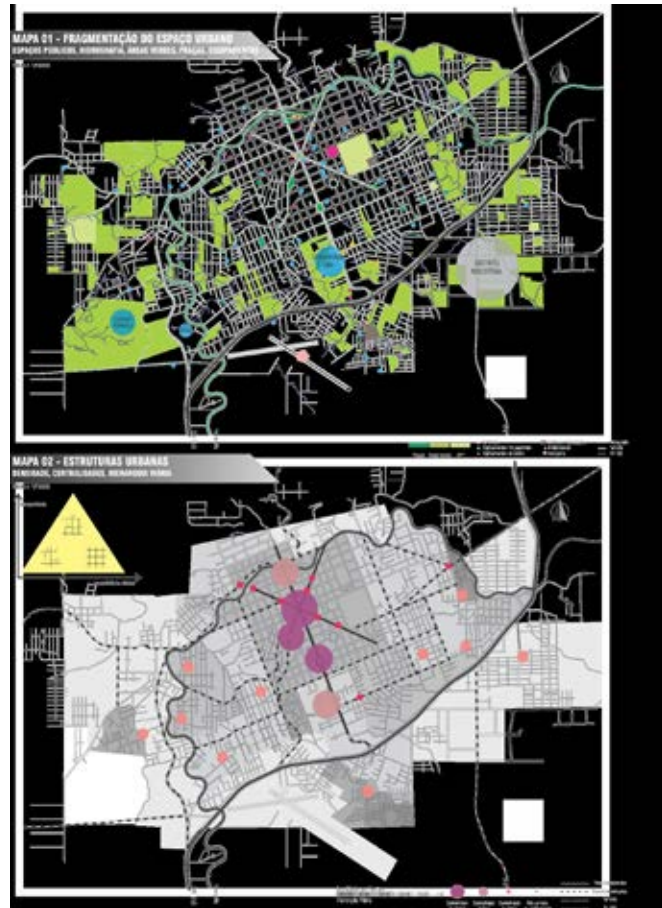
Sintetizou-se como estudo da lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, o mapa temático da Densidade Resultante dos Índices Urbanísticos Estabelecidos para as Unidades de Uso, não se preocupando em estabelecer termos numéricos, e sim através da gradação de cores, do mais denso ao menos denso, onde se observa que há um forte incentivo para o adensamento do Centro e das áreas lindeiras, porém a distribuição das densidades em relação às áreas urbanas periféricas não é estruturada.

O zoneamento por si só, da forma como está, não consegue configurar ou reforçar centralidades fora do centro, uma vez que o zoneamento e densidade são extensivos e pouco especializados, recobrando grandes áreas com diferenciações apenas nos Eixos e Corredores de

Serviços que, por sua vez, estão mais relacionados às infraestruturas e à conectividade do sistema de mobilidade urbana, configurando um sistema desconexo pautado em trechos de eixos e corredores, não conformando um sistema fechado.

Os Instrumentos do Estatuto da Cidade são inseridos no Município no ano de 2001. Desde então a cidade vem utilizando o IPTU progressivo, Direito de Preempção e Transferência do Direito de Construir, este último, ligado à política de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal, não definindo no Zoneamento as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Figura 04 – Mapa da Fragmentação do Espaço Urbano. 2014



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

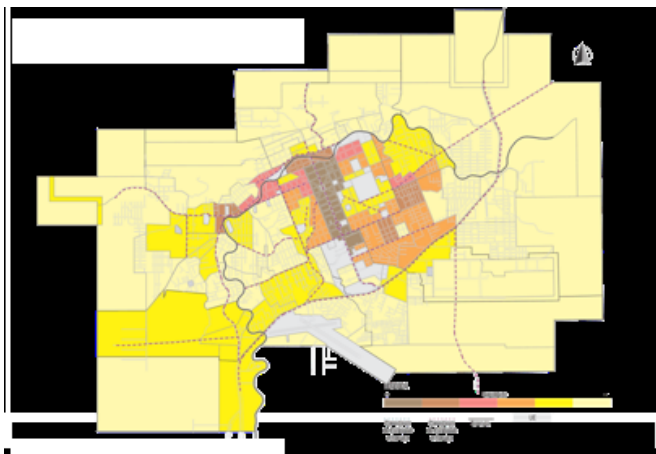
Figura 05 – Mapa de Estruturas Urbanas – Densidade, centralidades, Hierarquia Viária. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

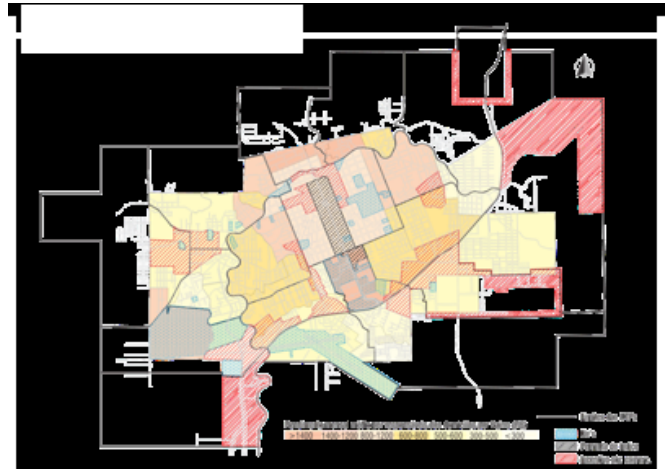
O município conta também com a Agenda Erechim 2018, Planejamento Estratégico, um documento que se refere ao centenário do município e desenvolvido entre março e agosto de 2007 sob a consultoria da Acquavia - Planejamento e Consultoria e América, Estudos e Projetos Internacionais. Como intuito, a Agenda pretendia fomentar um contrato político e social, bem como intentava servir enquanto instrumento de controle social sobre as políticas públicas municipais. Neste documento instituiu-se o Planejamento Estratégico Municipal que possui como produto três frentes de abordagem em forma de Estratégias: Estratégia de Fortalecimento Industrial e da Economia Urbana, Estratégia de Consolidação da Identidade da Cultura Local e Estratégia de Desenvolvimento do mundo Rural, não abrangendo a área do planejamento urbano e não mencionando projetos fora do campo econômico.

Figura 06 – Mapa da Dispersão pelo Potencial Construtivo: Interpretação da Lei de Zoneamento Urbano vigente (1994). 2014



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Figura 07 – Mapa da Dispersão pelo Zoneamento Funcional: Interpretação da Lei de Zoneamento Urbano vigente (1994). 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Erechim-RS, em busca de alternativas ao modelo disperso fragmentado

O desenvolvimento de um cenário alternativo ao contexto de produção do espaço que resultou na dispersão e fragmentação do tecido da cidade empregando os Códigos Baseados na Forma (DUANY, 2009), o “Sprawl Repair” (TACHIEVA, 2010) e o Trasecto tem como objetivo criar um projeto urbanístico no qual se articulem os espaços públicos e áreas verdes urbanas, enquanto sistemas, e se superponha as diversas escalas reparando a dispersão e a fragmentação, visando que as diversas centralidades operem de modo integrado.

O projeto urbano é sistematizado em etapas de implantação e inserido num contexto de sistema macro urbano e de infraestruturas via estratégia de *infill* (TACHIEVA, 2010), onde na macroescala, procura-se a consolidação da cidade como um sistema fechado, cíclico e sustentável, em relação não apenas ao meio urbano, como também em relação às dinâmicas econômicas e mercadológicas, onde as áreas de adensamento demandariam projetos urbanos específicos para orientar e fomentar o desenvolvimento, bem como para adequar as infraestruturas ao aumento da densidade.

Os arruamentos passam a ser tratados de forma mais específica: o eixo monumental com 40m passa a serem identificadas e tratadas como Ramblas, as vias de 30m

de *Boulevard*, Avenidas com 25m, Ruas Comerciais com 20m e Ruas Locais com 15m, cada denominação acompanhada de projetos específicos e já respeitando a infraestrutura preexistente no município que conta com arruamentos generosos. Ou seja, se emprega aqui a lógica de organização do sistema viário, não por sua característica funcional, mas por sua característica formal e locacional. A isso se segue uma classificação de vias com o intuito de organizar a macroescala morfológica do município: “R” para Rambla, “B” *Boulevard*, etc. Cada classe de via irá estabelecer regras básicas para a morfologia da estrutura fundiária e edilícia lindeira, respeitando-se os padrões locais encontrados.

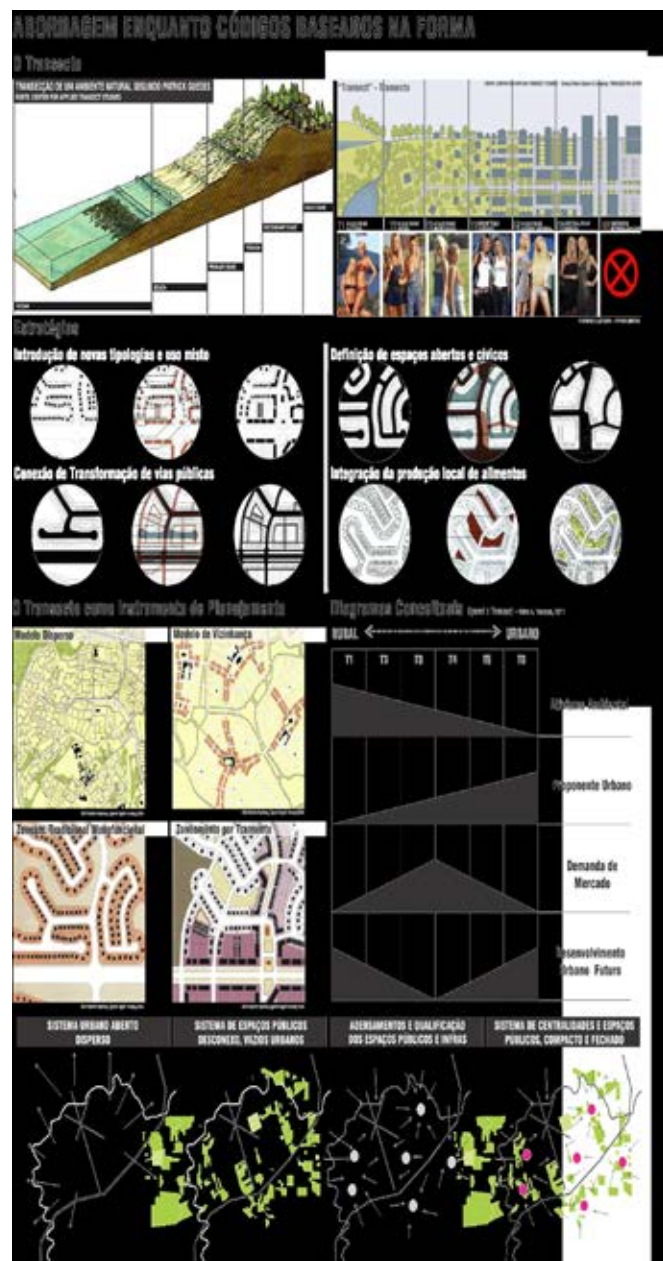
Dando prosseguimento à mesma lógica, a realidade topográfica da cidade é um limitante para as soluções de mobilidade e acessibilidade para pedestres e bicicletas, porém observa-se o caminho ferroviário perimetral como potencial por configurar-se como mais estável linearmente para essas práticas, promovendo-se desta forma a configuração de uma *Parkway*, configurando um anel perimetral junto a BR-153. Vale-se da rica paisagem natural com a inserção de novos modais de transporte e a qualificação das calçadas, promovendo-se uma renovação espontânea da arquitetura e dos usos neste percurso. Como exemplo da relação via-morfologia, no caso da realidade fundiária da *Parkway*, indica-se que a abordagem para as quadras neste trecho, aconteça em paralelo à realidade fundiária urbana local (lotes mínimos de 350m² e 12m de testada), propondo-se o aumento do lote mínimo para a implantação de edifícios e possibilidade de aumento de densidade e multifuncionalidade.

Com a intenção de reforçar e criar centralidades se desenvolve um sistema de eixos de comunicação e áreas verdes, procurando projetar a paisagem urbana orientada através do Transecto a partir da especialização das Zonas T estimulando o aumento de densidade nas áreas lindeiras as maiores infraestruturas urbanas e públicas.

Na microescala, procurou-se “ensaiar” os métodos de reparo e dos *Formed Based Codes*, na região correspondente ao vazio urbano no bairro Linho (Figura 09). Esse se caracteriza por ser predominantemente residencial

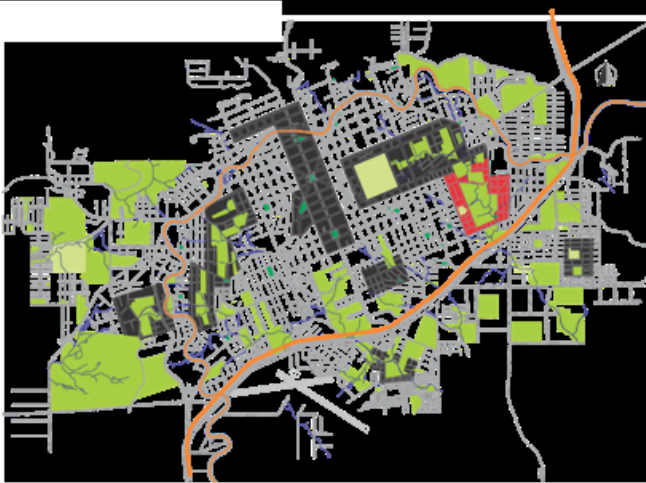
e de baixa densidade (26,5 hab. hectare), comportando uma população de 3.600 pessoas. Apresenta um grande vazio cuja estrutura fundiária é composta por grandes lotes de posse predominantemente municipal. Esses vêm recebendo equipamentos educacionais como uma escola de ensino fundamental municipal e uma unidade do SENAI. Contudo, identifica-se um potencial no que tange a reserva e captação de água, no desenvolvimento de espaços públicos e de lazer e em sua relação ao aumento de conectividade do entorno.

Figura 08 - Diagrama propositivo da macroescala urbana: Compactação do Sistema Urbano. 2014.



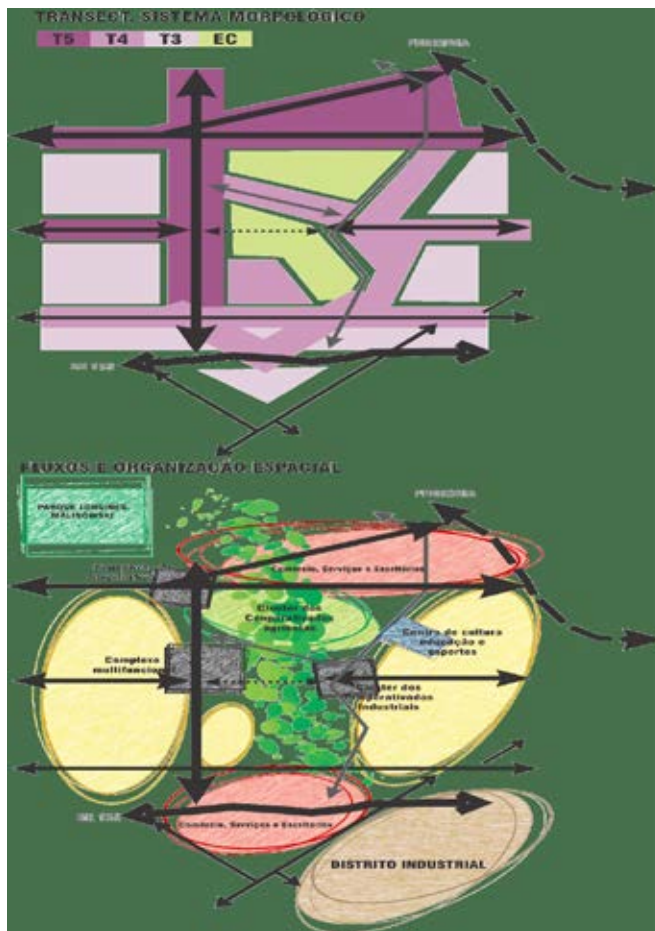
Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Figura 09 – Mapa da Organização das Densidades. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

Figura 10 - Sistema Morfológico e Fluxos e Organização Espacial proposta. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

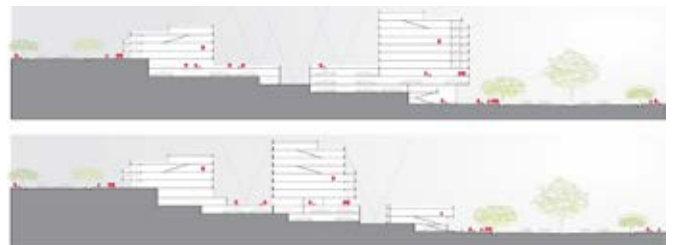
Nesta escala, a tática é da inserção de elementos tidos como “necessários” como: edificações, densidade, espaços públicos e conexões para completar e diversificar a aglomeração monofuncional. (Tachieva, 2010). Desta

forma, são identificados no projeto empreendimentos chave/âncoras que são implementados nas primeiras etapas de implantação de forma a promover aumento de densidade, estimular investimentos e promover a diversidade de usos.

A hidrologia é uma premissa de projeto e utilizada de forma estratégica como área de retenção para manutenção e uso local e alternativa aos períodos de estiagem. A vegetação predominante existente não é nativa, propondo-se o fomento de policulturas, compatíveis a uma prática já utilizada pelos moradores da região e mencionadas no Plano Estratégico Erechim 2018. A proximidade com o distrito industrial associado ao aumento da densidade, alinha-se aos conceitos de sustentabilidade em termos de proximidade de trabalho-ócio-moradia, estimulando a diversidade de usos e a caminhabilidade, promovendo equipamentos cotidianos básicos a uma curta distância e viabilizando diversidade de modos de transporte. A maior variedade tipológica oferece mais opções para residentes e aos negócios, encorajando a diversidade.

Estudou-se ainda o impacto que o aumento de densidade traria à espacialidade destas áreas com predomínio de residências unifamiliares de até 02 pavimentos, utilizando como referência o sistema *tower-base* canadense, onde o corpo da edificação é recuado de forma a manter a escala humana, sendo as frentes ocupadas por fachadas ativas, ficando os estacionamentos resguardados para a parte posterior dos lotes, sendo inclusive uma possibilidade formal de trabalho com a topográfica acidentada que é recorrente na cidade (figura 11).

Figura 11 - Estudo de espacialidade tower-base canadense. 2014.



Fonte: imagem elaborada pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de estratégias projetuais advindas dos Códigos Baseados na Forma, do “*Sprawl Repair*” e do Transecto como orientação à proposição de um cenário alternativo ao atual de dispersão e fragmentação no caso de Erechim, RS obtém como resultado um cenário de composição projetual no qual transparecem maiores níveis de conexão entre os diversos fragmentos encontrados. O FBC e o Transecto permitiram respeitar a estrutura fundiária local, a realidade histórica da arquitetura urbana, ao mesmo tempo em que integravam novos padrões de organização aproveitando aos fragmentos. A dispersão acaba diminuída com a proximidade gerada entre centralidades existentes e propostas interligadas por meios de uma sobreposição de sistemas de espaços públicos e ambiental, concebidos em função de vias pensadas em termos de sua espacialidade.

Ainda que exista uma grande distância entre a proposição contida em um projeto urbano em um caso específico e sua realização (o próprio estudo sobre o histórico dos projetos urbano e planejamentos urbanos do município de Erechim demonstra a isso), os resultados obtidos e a literatura específica indica a possibilidade de obtenção de melhores resultados frente a Legislação Urbanística, no que tange a consolidação de sistemas urbanos contextualmente vinculados ao constructo *Cidade Sustentável*. Também se identifica que os remanescentes de áreas verdes urbanas e os vazios urbanos podem ser concebidos enquanto sistemas.

Diante do exposto se considera que há evidências parciais de que, ao menos em essência, existem alternativas contemporâneas adequadas ao contexto brasileiro para o enfrentamento da questão da tendência de ampliação da dispersão e fragmentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço Público, do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

CARMONA, Matthew. *Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique*. The Bartlett School of Planning,

University College London, UK. 2011.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - A Era da Informação - Vol. 1 - 10ª Ed.* São Paulo: Paz e Terra. 1999.

DUANY, Andres. SORLIEN, Sandy. WRIGHT, William. *The SmatCode*. The Town Paper Publisher. 2003.

FUNFGELT, Karla - *História da Paisagem e Evolução Urbana da Cidade de Erechim - RS*. Dissertação de mestrado. UFSC: Florianópolis. 2004.

HARVEY, David. *A Produção do Espaço Capitalista*. São Paulo: Annablume. 2005.

Condição Pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola. 7 ed. 1998.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. 13ª Ed. Massachusetts: Blackwell Publishing. 2000.

MONTANER, Josep Maria. *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2009.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes. São Paulo. 2011.

OLIVEIRA, Lisete. *Caminhos da Centralidade na Cidade Contemporânea*. Um Jogo de Escalas. In (2) OLIVEIRA, Lisete et al. (Orgs.) *Arquitetura da Cidade Contemporânea, Centralidades, Estruturas e Políticas Públicas*. Itajaí: Univali. 2011.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares*. A colonização da terra e das moradias na era das Finanças. São Paulo: Boitempo. 2015.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.

TACHIEVA, Galina. *Sprawl Repair Manual*. Island Press. USA. 2010.

TAYLOR, Nigel. *Urban Planning Theory*. Since 1945. London: Sage Publications. 1999.

THADANI, Dhuru. *The Language of Towns & Cities*. A Visual Dictionary. New York: Rizzoli. 2011.

UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE INFOGRAFIAS E DIAGRAMAS QUE EXPLICAM O PLANO PILOTO

A SEMIOTIC ANALYSIS OF INFOGRAPHICS AND DIAGRAMS THAT EXPLAIN THE PILOT PLAN

CAROLINA RESENDE FERRAZ

Arquiteta e Urbanista; Mestranda do Curso de Design na linha de pesquisa Design, Utopias, Territórios e Ecologias Urbanas do PPG Design, Instituto de Arte – Universidade de Brasília (UnB) - fer-raz2801@gmail.com

FÁTIMA APARECIDA DOS SANTOS

Designer; Mestre e Doutora em Comunicação e Semiótica, Estágio pós doutoral pela Università Degli Studio di Torino; professora do curso de Graduação em Design, do PPG Arte e do PPG Design ambos do Instituto de Arte – Universidade de Brasília (UnB) - designer-fatima2012@gmail.com

RESUMO

O presente artigo versa sobre a lógica matemática presente no projeto do Plano Piloto de Brasília e como essa modelização matemática do espaço cede lugar a subjetividade. O objeto da semiótica está centrado no modo como o signo e a linguagem representam o espaço. Fundamentamos a pesquisa na semiótica da cultura pelo viés do semioticista soviético Iuri Lotman, conceituamos diagrama em Charles Sanders Peirce e Ellen Lupton, e ainda, direcionamos o nosso olhar para o espaço sob a perspectiva de David Harvey e Milton Santos. Enquanto método, partimos da análise dos signos presentes em infografias e diagramas realizada pelo viés semiótico. Dividimos a análise em duas etapas: morfológica e sintática. O objetivo das análises é compreender como tais diagramas e infográficos representativos do espaço urbano explicam o funcionamento da cidade.

PALAVRAS CHAVES: Brasília; infografia e semiótica.

ABSTRACT

This article deals with the mathematical logic present in the project of the Pilot Plan of Brasília and how this mathematical modeling of space yields subjectivity. The object of semiotics is centered on the way sign and language represent the space. We base the research on the semiotics of culture by the bias of the soviet semiotician Iuri Lotman, conceptualize diagram in Charles Sanders Peirce and Ellen Lupton, and also, we direct our gaze to the space from the perspective of David Harvey and Milton Santos. As a method, we started from the analysis of the signs present in infographics and diagrams performed by the semiotic bias. We divided the analysis into two stages: morphological and syntactic. The purpose of the analyzes is to understand how these diagrams and urban infographics representing the urban space explain the functioning of the city.

KEYWORDS: Brasília; infography and semiotic.

INTRODUÇÃO

Brasília, neste momento crítico da nossa angústia brasileira, parecia uma idéia antipática; Lúcio ganha o concurso do plano piloto para a construção da futura capital e o seu projeto, lembrando um avião em reta para a impossível utopia, logo dá à iniciativa um ar plausível (Manuel Bandeira, *Jornal do Brasil*, março - 1957).

Brasília, cidade inventada e, no entanto, real, surgiu como símbolo da identidade de uma nação. Desde sua concepção, recebe diversos estudos sobre a implicação de sua configuração nos aspectos de vida da sociedade que vive seus espaços. A cidade foi implantada entre os anos de 1957 e 1960. Sua concepção nasceu do gesto primário do cruzamento entre dois eixos em ângulo reto (COSTA, 1957), formando uma cruz (Figura 1). No início do desenvolvimento do projeto, houve sempre a intenção de fidelidade ao risco original.

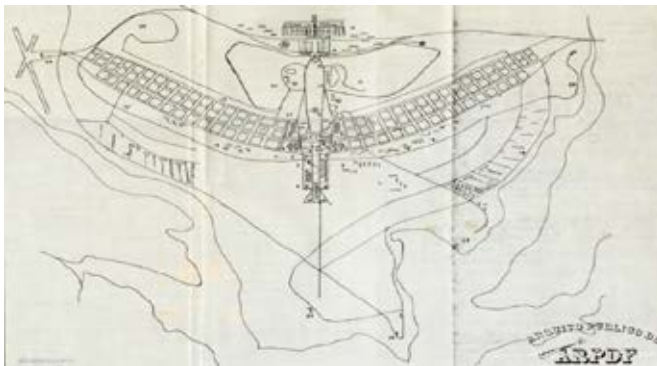
Figura 1 - Croquis: Plano Piloto de Brasília



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa - ArPDF, 1957 – 1962.

Apesar do estranhamento dos traços iniciais hoje se pode dizer que Brasília realmente se tornou uma cidade que se faz e existe além da alegoria midiática. O Plano Piloto como é chamado o partido arquitetônico de Brasília tem as suas inquietações, dentre elas está o fato de não possuir ruas e avenidas com nomes de flores, heróis ou figuras históricas, mas sim vias distribuídas por uma espécie de função matemática assim explicadas no relatório por Lúcio Costa:

Figura 2 - Planta do Plano Piloto de Brasília



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa - ArPDF, 1957 – 1962.

Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades Norte e Sul; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim por exemplo, N-Q3-L ap. 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma (COSTA, 1957: 13).

Tal função matemática nos leva a questão norteadora do presente artigo, pois, apesar da simplicidade e aparente lógica autoexplicativa, existe uma produção considerável de infografias que traduzem o funcionamento

do Plano Piloto para leigos, novos moradores e turistas. Logo, buscamos compreender como a despeito da lógica matemática presente no projeto do Plano Piloto de Brasília, existem tantos infográficos e diagramas para explicar seu funcionamento?

Sabemos que no uso cotidiano do Plano Piloto pelas pessoas, a modelização matemática (LOTMAN, 1996: 91) do espaço cede lugar à subjetividade, a SQN (Super Quadra Norte) 403 vira a quadra onde se faz compras ou se almoça em uma cantina Italiana e não uma coordenada geográfica. Entretanto, para o visitante e o novo morador que ainda não criaram laços afetivos e que vieram de cidades naturais, a lógica matemática precisa ser traduzida, tais traduções são feitas em representações que decalcam o mapa do plano piloto ou o sintetizam em linhas e formas econômicas. Portanto, entendemos a relação construída entre o Plano Piloto e as diversas infografias que tentam explicá-lo como uma relação semiótica por excelência, na qual a cidade representada no Plano Piloto é traduzida em esquemas, infografias e diagramas. Tal tradução pode ser observada a luz de Lucrecia Ferrara quando a mesma afirma que:

O objeto da semiótica está centrado no território da aparência, ou seja, no modo como o signo e a linguagem representam o objeto. Desse modo, a semiótica se ocupa do universo das representações e conseqüente possibilidade de resgatar, nos fenômenos, sua densidade representativa, ou seja, representação é mediação que se situa entre o objeto, o mundo, o cotidiano e o intérprete (FERRARA, 2007: 52).

Assim, a fim de resgatar a cidade de Brasília a partir de suas representações propomos uma série de análises morfológicas e semióticas de diagramas e infográficos que explicam o funcionamento do Plano Piloto.

CAMPO TEÓRICO

A cidade e suas dinâmicas é sobretudo o escopo de estudo de arquitetos e geógrafos, mas em virtude da complexidade de territórios e ecossistemas que a mes-

ma apresenta, torna-se também o campo de pesquisa para disciplinas de modelização, como as engenharias e o design; disciplinas que buscam entender as dinâmicas das relações sociais, como a sociologia e também de disciplinas que compreendem os suportes de informações como o estudo de redes e comunicação. Para fundamentar esta discussão sobre cidade e representação, buscamos conceituar a cidade, com seu escopo social, em Milton Santos, Certeau e outros. Trabalhamos com a semiótica, representação, diagrama e decalque com base nos textos de Charles Sanders Peirce, Lúcia Santaella, Lucrecia D'Aléssio Ferrara e por fim, trabalhamos o conceito de diagrama também com base em autores da área de design como Ellen Lupton e Jennifer Cole Phillips e, Willian Lidwell, Kristina Holden e Jill Butler.

Cidades

As cidades, são pontos de discussão devido sua complexidade, representada a partir de sua imagem e significados, pode ser vista como artefato e espaço produzido historicamente por forças econômicas, territoriais, políticas, sociais, especulativas e culturais. Todos os espaços, estruturas, objetos, equipamentos presentes no território, foram produzidos e apropriados socialmente, ao qual lhe é imposto função, forma e sentido. O funcionamento das cidades vai além das configurações e práticas impostas já que as práticas sociais é que produzem sua representação.

Para Gomes (1994, p. 45) cidades são interpretadas como representação da diversidade, da proliferação de imagens, da polifonia de vozes.

Do final do século XIX em diante a cidade se torna cada vez mais complexa, ao mesmo tempo em que se acentua seu caráter de um sistema de representações. Christine Boyer (1994) distingue três categorias de representações da cidade: a cidade como obra de arte, característico da cidade tradicional; a cidade como panorama, característico da cidade moderna; e a cidade como espetáculo, característico da cidade contemporânea. A cidade contemporânea, em função da contextualização socioeconômica verificada nas últimas dé-

cadadas, torna-se cada vez mais fragmentada, dispersa, pulverizada e difusa.

Pequenas cidades foram constituídas ao redor de Brasília desde sua inauguração, de forma que sua história não caminhou de modo linear (COSTA; ELOÍSA, 2015: 38). Múltiplas culturas se juntavam no espaço migrante da nova capital e novos processos culturais foram produzidos na articulação dessas diferenças culturais oportunizando a reconstrução das identidades dos imigrantes, bem como práticas de colaboração e contestação (BHABHA, 2001: 20). Assim, existem inúmeras cidades dentro de um mesmo espaço urbano (CERTEAU, 1990: 12).

Se na primeira metade do século XX, a prática urbanística percorria o zoneamento funcional e a hierarquia do espaço pela mobilidade do automóvel, muitas vezes de cunho estatal, a contemporaneidade assiste a um controle velado do espaço, com a inserção de elementos padrões, justapostos entre os tecidos urbanos históricos, resultando numa configuração espacial de escala planetária, tateada por uma rede de fluxos e fixos (SANTOS, 1996).

Milton Santos (1996) reflete acerca do contexto socioeconômico que permeia os ambientes construídos, ressaltando os aspectos da globalização na transformação espacial das cidades que dispõe de atividades relacionadas ao fluxo de informações, capital e pessoas. A configuração espacial dessas cidades contemporâneas implica uma nova realidade e uma nova sociedade diferente daquela consolidada no período industrial.

Cidade e Representação

Cidades são, pensando semioticamente, a soma das representações de todos os seus moradores, das influências culturais, das emergências históricas com significados que a olho nú não se consegue alcançar. As cidades são também o lugar onde os sistemas econômicos e sociais se expressam. Assim, estão presentes nas cidades, grandes e pequenas, os signos que designam aspectos publicitários, das trocas de mercadoria, das trocas simbólicas, mecanismos de memória,

reguladores temporais. Entretanto, à guisa de todos esses processos escolhemos trabalhar neste artigo três representações urbanas: os mapas; as infografias e os diagramas.

Mapas

Os mapas são representações estéticas com capacidade de incorporar valores culturais, são dotados de crenças políticas ao configurar e reconfigurar o espaço. A cartografia e sua representação a partir da interpretação da linguagem e dos signos é capaz de construir o mundo e seus espaços. Concebidos com bases técnicas ou a partir da capacidade artística, os mapas revelam universos culturais em constante transformação.

Os mapas responderiam, assim, à necessidade de descrever, entender e controlar o mundo, bem como a arte. É capaz de nos mostrar, concisamente, algo que ninguém jamais viu (TURCHI, 2004: 13).

Nesse contexto, a imagem é uma representação artística de características naturais e políticas. É uma construção que transparece na cartografia urbana de várias formas, conforme os diferentes mapas, possibilitando a visão do espaço em seu contexto geográfico. A superfície plana da cartografia permite ver os continentes, as fronteiras políticas dos estados, a nomenclatura dos territórios bem delimitados, como por exemplo a identificação de ruas, praças, bairros, demarcação de municípios, vias, limites, pontos nodais, edificações, zonas rurais e muitos outros aspectos das cidades. Para Lúcia Santaella (2001, p. 235 e 237) os mapas e diagramas são formas pictóricas, características da matriz visual do pensamento, são um exemplo preciso de registro por convenção, sendo que o mapa seria uma síntese dos modos de registro imitativo, por convenção e registro físico. Logo os mapas conseguem cada vez mais representar de modo dinâmico um território e, neste sentido, atuam como ícones como a figura 3, porque têm uma relação de semelhança com a cidade representada, já no nível indicial permitem indicar uma relação entre o desenho, a representação gráfica e o território de fato.

Existe ainda o nível simbólico, já que as cartografias e mapas, em suas versões gráficas, seguem convenções arbitrárias para a maioria dos seus usuários.

Figura 3 - Mapa Satélite de Brasília



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/brasilia>> Acesso em 15/07/2018.

A imagem acima (Figura 3) reflete de forma plana a cartografia da cidade de Brasília na qual serve de suporte para compreensão de suas representações, linguagem e significados. As formas visuais se tornam sensorialmente apreensíveis permitindo identificar a circulação da cidade, a presença do lago, sua forma e sua expansão territorial como particularizações das representações sociais da cidade.

A compreensão da imagem e consequente construção discursiva sobre os significados apreendidos vai depender da percepção de cada indivíduo, do conteúdo histórico, das técnicas disponíveis, da linguagem e da leitura pessoal sobre o espaço. Nesse processo cognitivo, a memória recebe informações e influências como cultura e diversos aspectos das cidades para construção de novas conexões a partir das sensações vividas como satisfação, conforto e apropriação do espaço pelo indivíduo (LEE, 1977).

Os aspectos materiais são sensorialmente apreendidos para a organização do território, elementos pontuais como o traçado das ruas por exemplo, podem constituir um conjunto de significações da cidade que representam sua morfologia urbana.

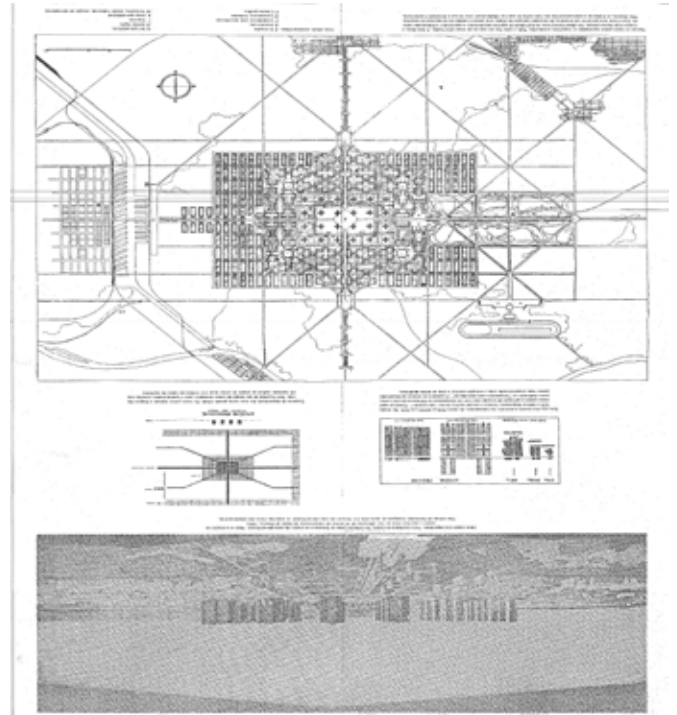
Mais complexa do que a concepção de um mapa que mantém com o território representado uma relação de semelhança e de indicição, seria a concepção de infografias e diagramas. Etimologicamente, a palavra infográfico vem da combinação do latim *informatio*, dados sobre algo ou alguém, com o *graphos*, escrita, registro. O termo aparece em português a partir do neologismo inglês *infographics* (MARCONDES F., 2009: 185). Já para o termo diagrama, uma das afirmações que melhor o definem é a de Peirce (2003: 64), que o caracteriza como um hipóicone, isto é uma representação predominantemente imagética, pictórica e ao mesmo tempo convencional. Segundo ele, um diagrama representa as relações, principalmente as diádicas, ou as que são assim consideradas, um diagrama seria, portanto, uma analogia visual entre as partes constituintes de uma representação e, teria a capacidade de demonstrar graficamente um pensamento ou um conceito de modo comparativo e dinâmico. Já Lupton e Phillips (2008: 199) definem diagrama como a representação gráfica de uma estrutura, situação ou processo e tem a função de descrever a anatomia de uma criatura, a hierarquia de uma corporação ou um fluxo de ideias. Portanto existem sobreposição de definição entre esses dois tipos de representações, os infográficos, cada vez mais, ganham dinamicidade por meio de ferramentas digitais, mostram graficamente a evolução de um processo, combinando números e imagens de forma a tornar clara ideias complexas, os diagramas, sintetizam pensamentos e os expõe de modo lógico por meio de imagens dialógicas. Assim, a definição de infografia se estende ao diagrama e vice-versa.

APRESENTAÇÃO DO PLANO E DAS INFOGRAFIAS

Neste tópico serão apresentados diagramas e infográficos que representam a cidade de Brasília e tentam traduzi-la. Antes, porém, é necessário observar que o princípio diagramático conforme enunciado no tópico acima, faz parte dos princípios de Le Corbusier e influenciaram o planejamento urbano moderno, levando ao desenvolvimento de novas tipologias de habitação

densificadas. Essa tipologia, dada como resposta para a falta de habitação durante a pós-guerra, fez parte de inúmeros projetos residenciais ao redor do mundo que se adaptaram aos novos costumes e valores.

Figura 4 - Urbanismo de Le Corbusier



Fonte: Diorama da Cidade Contemporânea. 1922.

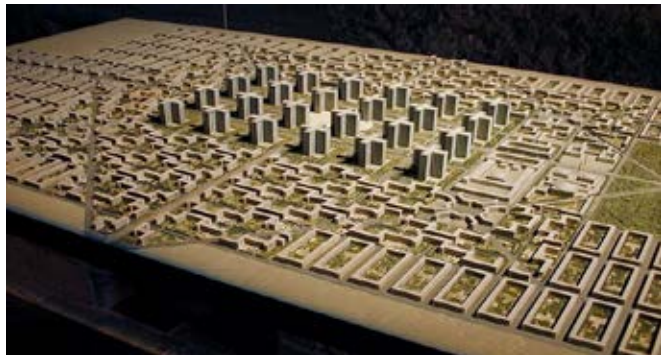
A cidade de hoje, vem morrendo porque seu planejamento não está na proporção geométrica de um quarto. O resultado de um verdadeiro layout geométrico é a repetição, o resultado da repetição é um padrão. A forma perfeita (Le Corbusier).

O plano urbano concebido por Le Corbusier (Figura 4), apresentado em 1922, possuía princípios de simetria e padronização além de meios para o funcionamento do transporte de pessoas. Abundância em espaços verdes e luz solar fazia parte de seus ideais para garantir maior qualidade de vida aos seus moradores. O zoneamento foi planejado a partir da divisão da cidade em zonas segregadas com implantação de áreas específicas para o desenvolvimento de cada tipologia de atividade, residencial, comercial, negócios e lazer.

O centro da cidade seria compreendido pela área de negócios, com prédios altos e padronizados. As zonas

residenciais contariam com edifícios idênticos e simétricos, feitos a partir de blocos pré-fabricados, sem dispensar a implantação de parques entre esses edifícios proporcionando, assim, a maior incidência de luz natural e menor interferência de ruídos para os moradores.

Figura 4.1 - Plano Urbano de Le Corbusier em 1924



Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier>> Acesso em 24/01/2019.

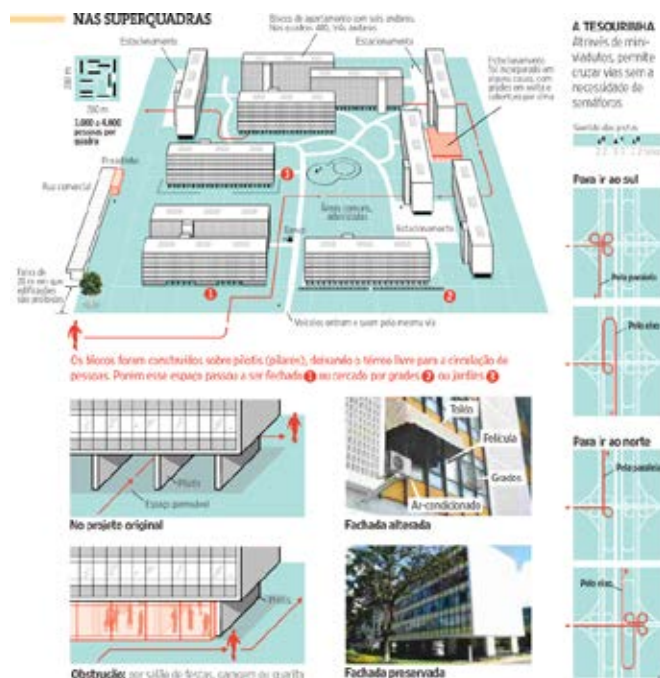
Obviamente, a cidade de Brasília é filha ou herdeira dos princípios fundados por Le Corbusier, ela surge como a maior realização de suas idealizações, concebida como capital do Brasil, construída em território nacional no centro geográfico do país. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer implementaram a cidade seguida por seus princípios, diante disso, Brasília nasce segregada em quatro escalas distintas: monumental, residencial, bucólica e gregária.

Nesse sentido, o diagrama das Superquadras em Brasília (Figura 5) representa como o planejamento da cidade foi modificado a partir do uso pelas pessoas e por sua remodelação sobre o espaço planejado. A construção dos blocos residenciais sobre os pilares possuía a intenção no projeto original em proporcionar a livre circulação das pessoas. Porém, as circunstâncias de criminalidade remodelaram o uso das pessoas em favor da segurança. O espaço passou então a ser fechado, ou cercado por grades, ou com jardins.

A obstrução dos espaços também foi de interesse dos moradores para criação de salões de festa, guaritas de segurança e garagens. Outras remodelações de uso pela população que vive nas Superquadras residenciais no Plano Piloto de Brasília foi a instalação de toldos e equipamentos refrigeradores de ar que garantem maior conforto térmico nas edificações.

Dessa forma, observa-se que o planejamento deve ser cuidadoso quanto a qualidade de vida, tráfego, ruído, espaço público e transporte, de forma a garantir a preservação e integridade física dos espaços construídos.

Figura 5 - Infográfico: Superquadras em Brasília



Fonte: Pinterest. Disponível em: <<https://www.pinterest.pt/pin/514043744950330527/>> Acesso em 24/01/2019.

Apesar da quantidade de explicação, não podemos considerar que o infográfico apresentado na figura 5 comporte-se como um verdadeiro diagrama já que o uso em excesso de imagens perspectivadas e até de fotografia gera grande quantidade de informação visual e não permite compreender de forma sintética e total o funcionamento de uma superquadra.

A partir deste ponto passa-se a analisar representações mais sintéticas e que, portanto, são mais eficientes em termos de transmissão de um determinado conceito, no tempo de percepção e entendimento necessário para a sua percepção e, portanto, na própria informação visual.

O Infográfico apresentado na Figura 6, Mapa interativo Rodoviário explica o funcionamento do Plano Piloto em Brasília de forma parecida como o mapa apresentado na Figura 6. É acentuado e demarcado visivelmente o ponto de interseção da cidade, porém o Eixo Monumental recebe maior riqueza de detalhes em relação a

localização de seus Monumentos como a Torre de Tv, o Congresso Nacional, a Catedral, o Estádio, o Parque da Cidade e a Rodoviária, além das informações sobre a linha de metrô. Esses Monumentos e espaços são representados simbolicamente com pictogramas e cores escolhidas aleatoriamente.

O Eixo Rodoviário também é apresentado com 16 quadras em casa Asa, porém foram acrescentadas todas as vias paralelas ao Eixo Rodoviário, a relação desse eixo com o acesso ao aeroporto e a localização da Universidade de Brasília. A infografia complementa com dados sobre a altitude, latitude e longitude da cidade.

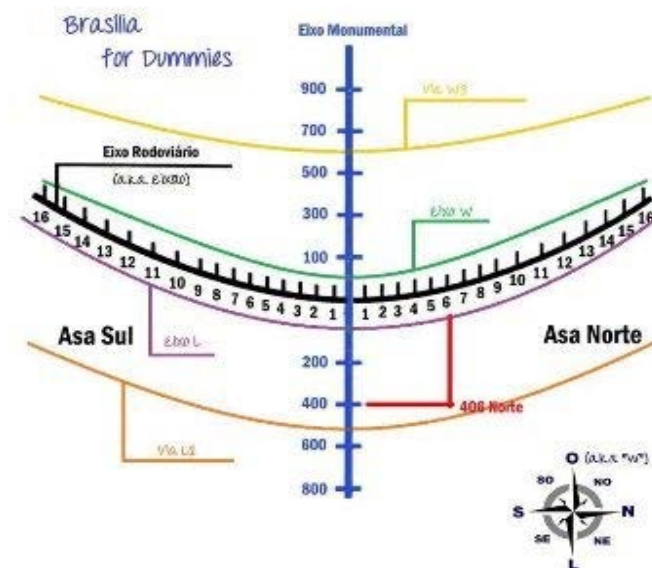
Figura 6 - Infografia: Mapa interativo Rodoviário



Fonte: WBrasília. Disponível em: < <http://wbrasil.com/maplink.htm> > Acesso em 24/01/2019.

O Infográfico Brasília para leigos (Figura 7), explica o funcionamento do Plano Piloto em Brasília, de forma que apresenta o ponto de interseção da cidade formado pelo cruzamento entre o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário planejado por Lucio Costa em 1957. A infografia demonstra a composição do Eixo Rodoviário com 16 quadras na Asa Norte (apontado para o norte) e 16 quadras na Asa Sul (apontado para o Sul), e o Eixo Monumental com as quadras ímpares voltadas para o poente (apontado para o oeste) e as quadras pares voltadas para o nascente (apontado para o leste). Também são apresentadas as vias paralelas ao Eixo Rodoviário, via “W” ao oeste e via “L” localizada ao Leste.

Figura 7 - Infográfico: Brasília para leigos



Fonte: Pinterest. Disponível em: < <https://www.pinterest.es/pin/332351647475874676/> > Acesso em 24/01/2019.

O diagrama abaixo: Entenda Brasília (Figura 8) abaixo apresenta informações similares sobre o funcionamento da cidade. Portanto, não representa o desenho da cidade como ele realmente foi planejado e implantado.

Figura 8 - Infográfico: Entenda Brasília.



Fonte: Pinterest. Disponível em: < <https://www.pinterest.es/pin/622974560928641181/> > Acesso em 24/01/2019.

É visto que o diagrama não possui referência de localização com apresentação da bússola, no entanto é bem demarcado e delimitado os dois Eixos principais

da cidade (Monumental e Rodoviário), assim como nas infografias acima. Os Eixos se cruzam e recebem a Rodoviária do Plano Piloto nesse ponto de interseção da cidade. O diagrama apresenta uma linearidade em sua composição, na qual não respeita o desenho real, em formato de avião, da cidade analisada. É perceptível a localização do aeroporto na saída sul e a presença de Sobradinho na saída norte. A UnB (Universidade de Brasília) está bem situada entre as vias “L2” e “L4” ocupando a Asa Norte. Dois parques que existem na cidade também são representados, um com acesso a partir Eixo Monumental e o outro com acesso na Asa Norte, por meio das quadras SQN 412 e SQN 414, indicados na figura acima (Figura 8). O principal motivo pelo qual classificamos a figura 6 como um diagrama é o fato da mesma não precisar de uma relação de semelhança gráfica com o Plano Piloto para explicar o seu funcionamento, assim os traços se tornam mais sintéticos e econômicos, o aspecto lógico e informacional tem primazia sobre o aspecto pictórico e representacional.

ANÁLISES MORFOLÓGICAS E SEMIÓTICAS

As infografias e diagramas apresentados no tópico anterior variam desde a representação formal em perspectiva (Figura 5) até os traços sintéticos que compõem a figura 8.

Enquanto técnica representacional observa-se maior domínio da linguagem gráfica presente na representação de uma superquadra (figura 5) do que nas linhas cromáticas exibidas no diagrama (figura 8).

Observa-se a literalidade do objeto representado na figura 5 nele não existe dinâmica ou espaço para a imagem ser mais ou significar mais do que ela mesma: um prédio, uma via ou os pilotis, por exemplo, é representado por um desenho literal, semelhante à fotografia que também compõe as explicações. Já as figuras 6, 7 e 8 fazem uma gradação sintética do Plano Piloto.

Na figura 6, todas as vias do Plano Piloto estão representadas por linhas que se curvam em referência às curvas presentes na asa norte e sul, cada superquadra é representada numericamente, duas figuras pictóricas

delimitam o infográfico: o lago e o parque da cidade, o primeiro representado pela cor azul e o segundo pela cor verde. Azul e verde indiciam os elementos água e mata na tentativa da construção de uma relação de similaridade com os pontos reais. A força desta representação está em relacionar, de modo sintético, as vias e quadras e de modo pictórico a curva das asas e os elementos conectados à natureza: lago e floresta.

Na figura 7, o desenho da asa não é literal, a quantidade de vias é explicada por uma relação gráfica funcional, não existem elementos pictóricos representados e uma rosa dos ventos indica a posição no espaço. Entretanto o infográfico apesar de mais sintético permite alcançar maior percepção do Plano Piloto e seu funcionamento, a medida que substitui elementos gráficos por uma explicação visual lógica e concisa. Observa-se que a infografia não decalca literalmente a imagem do Plano Piloto dos mapas topográficos ou se quer apela para a semelhança entre as linhas curvas e o desenho das asas, neste sentido, a síntese alcança eficiência informacional.

Na figura 8, desaparecem quaisquer elementos representativos literais do Plano Piloto, ao contrário tudo é substituído por faixas com cores diferentes e informação numérica. Não existe nenhuma relação de semelhança com a forma das asas, do lago ou do parque. Entretanto, mesmo assim o infográfico acaba por explicar Brasília e consegue comunicar a ideia do seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo do Design de Informação certamente explicaria tais características a partir de uma pesquisa de recepção na qual se pudesse aferir quantos e quais aspectos cognitivos cada elemento de representação mantém. Entretanto, a nós interessa responder por que, a despeito da simplicidade matemática da sua forma, Brasília necessita de tantos infográficos informativos? Iniciamos por entender que as infografias produzidas sobre Brasília acontecem como uma forma de substituição aos mapas, tais representações no processo de sintetizar pretendem que a cidade, assim como desenhou Lúcio Costa, possa ser compreendida com um olhar, apreendida como forma sintética e como todo. Talvez, dentre as

possibilidades de cidades existentes, as cidades modernas e planejadas, alcancem realmente tal objetivo.

A dificuldade em compreender o desenho da cidade e seu funcionamento advém do estranhamento gerado por sua lógica e pelos elementos distintos que a compõem. Por vezes, a modelização matemática utilizada em sua criação não é conhecida ou é esquecida pelos seus usuários. O termo modelização (op. cit.) foi cunhado por Iuri Lotman para explicar a primazia de determinadas linguagens sobre a forma de produzir pensamento e, portanto, influenciar modelos físicos e funcionamento do mundo. Assim, a linguagem verbal modelizaria todas as outras linguagens porque é impossível falar das demais linguagens e expressões sem o auxílio desta primeira.

No caso de Brasília, a linguagem matemática modeliza o espaço, não apenas como poética, já que as funções matemáticas são pressupostos históricos para o funcionalismo e racionalismo modernos. Não se pode esquecer que tal movimento pretendia antes de tudo a síntese, o funcionamento do mundo de modo mais objetivo e racional.

Logo quando os infográficos presentes na figura 6, 7 e 8 tentam explicar Brasília, eles também acabam por ensinar ao usuário da cidade o seu mecanismo de funcionamento com base nas funções matemáticas e na lógica das coordenadas e abscissas, desta forma, apesar de sintético, o Plano Piloto revela sua representatividade no sentido poético, pois permite projetar o pensamento matemático sobre a forma da cidade. Resta, então, resgatar a definição de diagrama presente em Peirce (op. cit) ou seja a concepção de que um diagrama seria, portanto, uma analogia visual entre as partes constituintes de uma representação e teria a capacidade de demonstrar graficamente um pensamento ou um conceito de modo comparativo, dinâmico e sintético. Assim, quando alcançam essa capacidade, as infografias atuam também como diagramas pois adquirem a capacidade sintética de explicar o fluxo de determinado conceito ou pensamento.

Nesse sentido, acreditamos finalmente que a persistência da criação de infografias para explicar o Plano Piloto advém inicialmente do estranhamento do funcionamento de Brasília

em detrimento das outras cidades e em segundo lugar da qualidade sintética que a cidade tem para ser representada de modo lógico. A qualidade sintética e a capacidade que a cidade tem em promover essas diversas tipologias de representação possui abertura para novas pesquisas e apreensões dos indivíduos no espaço dentro de uma temporalidade. As apreensões sensitivas dos indivíduos dentro da cidade podem resultar em infográficos e diagramas a partir de narrativas que qualificam e explicam o uso no espaço urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.
- BOYER, M. Christine. **The city of collective memory**. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments. Cambridge Mass., MIT Press, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CUENCA, Rogério López. **Iconografias metropolitanas**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2002.
- FERRARA, Lucrécia d'Aléssio. Do desenho ao design: um percurso semiótico? *in Galáxia*, v. 4, n. 7. São Paulo: Educ, 2007. p. 47 a p.58.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, 2000.
- LIDWELL, Willian, HOLDEN, Kristina e BUTLER, Jill. **Princípios universais do design**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- LOTMAN, Iuri. M. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Edições Catedra, 1996.
- LUPTON, Ellen e PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MARCONDES F., Ciro. Infográfico [verbete] *in Dicionário da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 185.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem de do pensamento: sonora, visual, verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- TURCHI, Peter. **Maps of the imagination: the writer as cartographer**. San Antonio: Trinity University Press, 2004.

VAZIOS URBANOS DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE: DIAGNÓSTICO E SIMULAÇÃO

URBAN VOIDS OF CAMPINA GRANDE: DIAGNOSE AND SIMULATION.

FRANCISCO ALLYSON BARBOSA SILVA
Graduando, UFCG, allyson@labrua.org

CLAUDIA PALMEIRA LUCENA AMORIM
Graduanda, UniFacisa, claudia@labrua.org

PERSIO PADRE DE MACÊDO
Graduando, UniFacisa, persio@labrua.org

THAÍS RODRIGUES DA PAIXÃO
Graduanda, UniFacisa, thais@labrua.org

RESUMO

O crescimento físico e populacional das cidades vem sendo marcado pela sua expansão periférica, resultando uma mancha urbana descontínua, com grande disparidade social, demográfica e econômica. Este trabalho tem o objetivo de investigar os vazios urbanos do núcleo central de Campina Grande, que foram identificados e categorizados, através de ferramentas de geoprocessamento, visitas *in loco*, e depois uma simulação de ocupação desses espaços. Identificou-se que 52% da área construída no perímetro analisado apresenta-se sem uso ou subutilizada, não cumprindo sua função social. Existem diversos espaços ociosos no perímetro urbano existente, sem a necessidade de espraiar a malha urbana para zonas periféricas da cidade como é observado em Campina Grande. Os resultados aqui apresentados demonstram a dinâmica no centro da cidade, que apresenta pouco uso residencial e subutilização dos espaços, trazendo consequências negativas para a área, como a insegurança no período noturno.

PALAVRAS CHAVES: Vazios Urbanos, Núcleo Central, Uso e Ocupação do Solo, Função Social da Propriedade

ABSTRACT

The physical and population growth of the cities has been marked by its peripheral expansion, resulting in a discontinuous urban spot with great social, demographic and economic disparity. This work has the purpose of investigating the urban voids of the central nucleus of Campina Grande, which were identified and categorized through geoprocessing tools, on-site visits, and then a simulation of occupation of these spaces. It was identified that 52% of the constructed area in the analyzed perimeter is presented without use or underutilized, not fulfilling its social function. There are several idle spaces in the existing urban perimeter, without the need of spreading the urban environment to peripheral areas of the city as it is observed in Campina Grande. The results presented here demonstrate the dynamics in the center of the town, which presents little residential use and underutilization of the spaces, bringing negative consequences for the area, such as insecurity at night.

KEYWORDS: Urban Voids, Central Nucleus, Soil Use and Occupation, Social Function of Property

INTRODUÇÃO

O crescimento físico e populacional das cidades brasileiras vem sendo marcado pela sua expansão periférica, resultando uma mancha urbana descontínua, com grande disparidade social, demográfica e econômica (Romanelli & Abiko, 2011). Segundo Maricato (2015), esse espraiamento urbano pode ser justificado pela visão de cidade como mercadoria, quando sua função social é colocada a prova e seu valor de uso é enfraquecido à medida que é confrontada pelo valor de troca.

Esse processo provoca deficiências urbanas, nos equipamentos sociais e na infraestrutura, além do nascimento de vazios urbanos e crescimento da especulação imobiliária (Romanelli & Abiko, 2011). O surgimento de novos bairros longe do centro urbano, muitas vezes sem condições básicas de moradia, como abastecimento de água, luz e esgoto, ou onde os recursos de manutenção da administração local não vão ou chegam

de forma insuficiente, muitas vezes estão destinados às pessoas com menos condições de renda (Rolnik, 2015).

Os centros urbanos são abandonados e os espaços urbanos ociosos existentes neles não estão sendo ocupados. Esses espaços ociosos têm grande potencial de utilização, uma vez que estão na área mais consolidada em termos de infraestrutura, mobilidade urbana, diversidade de usos e oferta de serviços.

Nesse contexto, e objetivando abrir a discussão para outras percepções acerca dos vazios urbanos centrais de Campina Grande, a pesquisa traz contribuições teóricas através de pesquisas de caráter exploratório, com mapeamentos, classificações dos vazios existentes na área objeto de estudo e simulações. Pretende-se então, compreender a cidade a partir de uma leitura dinâmica das suas diversas configurações morfológicas.

O estudo tem relevância uma vez que busca atrair e contribuir para a formação do pensamento crítico da comunidade acerca dos usos do solo impostos na cidade, usando uma porção do Centro da cidade como recorte. Procura-se debater sobre a função social da cidade e seu enfraquecimento ao longo dos anos, entender o que molda esse enfraquecimento e a segregação espacial da cidade, entendendo os agentes responsáveis por esse fenômeno, e questionar o papel das políticas públicas de controlar e mudar esse processo, seja com a produção ou execução de legislações específicas.

O objetivo geral desta pesquisa é estudar e simular os usos que podem ser dados aos espaços vazios no núcleo central de Campina Grande de forma que eles cumpram a função social da propriedade. Os resultados apresentam um mapeamento dos vazios que estão localizados em um recorte do Centro da cidade de Campina Grande, identificando tanto os vazios edificados quanto os não-edificados, assim como categorizá-los de acordo com os usos, identificando também aqueles que são subutilizados. Desta forma, o estudo contribui para um melhor entendimento das dinâmicas na área. Entender como as diretrizes de gestão urbana lidam com esses espaços e se estão cumprindo seu ob-

jetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

A pesquisa se deu por meio de investigação científica e exploratória, possuindo três fontes: a primeira consiste no resgate histórico, objetivando entender o contexto da área objeto de estudo; a segunda consiste na coleta de dados e informações existentes, a fim de reforçar o diagnóstico em desenvolvimento; e, por fim, construir um referencial teórico coeso no intuito de justificar e respaldar os resultados das investigações da pesquisa, sendo estas técnicas de elaboração, operação e avaliação de modelos, como levantamentos fotográficos, projeções demográficas e mapas. Os dados foram coletados em fontes primárias, como arquivos públicos e privados; e em fontes secundárias, como bibliotecas e rede virtual (Serra, 2006).

A coleta de dados in loco passou por 5 etapas. A primeira consistiu na fundamentação teórica sobre o tema, para definir as características de uso e ocupação do solo relevantes para o estudo. Em seguida, foram levantados dados já existentes da área em artigos e estudos publicados, assim como na página da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). A terceira etapa consistiu nos levantamentos realizados in loco, através de observação e conversa com pessoas que usam a área, foram apurados os usos dos diversos pavimentos das edificações. A sistematização dos dados foi feita a partir da criação de códigos localizadores para identificação das quadras e dos lotes. Por fim, foram feitas análises e simulações na área objeto de estudo.

Foi trabalhado sobre modelos digitais, utilizando o QGIS, AutoCad e ferramentas gráficas de edição (Illustrator), simulando as adaptações espaciais dos espaços vazios e subutilizados, com o objetivo de experimentar alternativas, como a inserção de uso residencial na área. Para sistematizar os dados, Planilhas do google foram utilizadas.

Os resultados elaborados aqui trazem o questionamento para o uso e ocupação do solo existente na área assim como levantam o questionamento sobre a adequabilidade da legislação urbanística do município, tal

como o Plano Diretor, de forma que a qualidade de vida urbana seja preservada garantindo o benefício da coletividade, como descreve o Estatuto da Cidade (Estatuto da Cidade, 2001).

DESENVOLVIMENTO

Expansão urbana das cidades

Segundo Rolnik (1995), a cidade é, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia, um ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. Assim, devemos entender que a cidade é coletiva e local de diversas atividades dos homens. Um conjunto que abrange a moradia, o trabalho, as relações pessoais, encontros e outros. A cidade rompe as fronteiras e se expande para todas as direções. A partir da definição de Rolnik (1995), podemos contextualizar o crescimento das cidades brasileiras e suas atuais configurações.

Com a Revolução Industrial, o crescimento populacional se intensifica, e com isso, os grandes centros urbanos passam a receber uma grande demanda de pessoas vindas do campo, em busca de melhores condições de vida. No Brasil, o processo de expansão urbana teve início na década de 1950, com a chegada da industrialização. Já no fim da década de 1970, a população rural diminuiu consideravelmente, na mesma proporção que crescia a população urbana. Esse crescimento desordenado das cidades, sem um ordenamento no processo de ocupação, gerou diversos problemas sociais e morfológicos nas urbes, cujos impactos ainda são visíveis.

É tendência nas cidades brasileiras a ocupação de áreas periféricas da cidade. Diversos condomínios são projetados e executados para essas áreas da cidade, fenômeno conhecido como “Espriamento Urbano”. O termo se refere a expansão horizontal das cidades antes destas atingirem uma densidade demográfica ideal nas áreas consolidadas (CAU-BR, 2014).

Nos anos 60 e 70, os tecidos urbanos das cidades são expandidos de forma descontrolada. Com isso, uma parcela da população é levada para áreas com carên-

cia de equipamentos e serviços urbanos, gerando uma grande demanda por infraestrutura. Esse tipo de ocupação é bastante criticado, uma vez que existem espaços vazios dentro da malha urbana existente e que possuem uma ótima infraestrutura e potencial para ocupação. O espraiamento dos grandes centros urbanos, gera um baixo adensamento nos bairros da cidade, com isso há um crescimento acentuado na escala horizontal. Como resultado dessa dinâmica, a área em estudo apresenta uma densidade habitacional de 5,8 hab/ha, mais baixa que a média de Campina Grande que é de 64,8 hab/ha.

Um grande exemplo são os vazios encontrados no centro da cidade de Campina Grande, mas que tem grande potencial de ocupação. Hoje, o centro é um espaço consolidado, sendo a área da cidade melhor dotada de infraestrutura urbana no que diz respeito a rede de água, esgoto e energia, coleta de lixo, praças, mobilidade urbana, vias, entre outras potencialidades. De fato, é notório que as áreas centrais se valorizaram consideravelmente ao longo do tempo, fazendo com que o metro quadrado tenha um alto valor para a população mais pobre, que em busca de novos espaços, acabam se deslocando para longe do centro urbano.

Desenvolvimento da área de estudo

Figura 01 - Mapa de localização do Centro de Campina Grande com destaque para o perímetro do núcleo central.



Fonte: LabRua (2015).

Localizada no estado da Paraíba – Brasil, a cidade de Campina Grande foi fundada no final do Século XVII. De um pequeno vilarejo, transformou-se em vila no ano de 1790 e se estabeleceu como cidade em 1864. O município possuía um núcleo urbano restrito, englobando um total de 731 edificações delimitadas através de ruas e becos que se organizavam em volta do templo religioso (Câmara, 1947, p. 79 apud Queiroz, 2008, p. 26).

A construção da estrada de ferro, no início do século XX, possibilitou pela primeira vez a expansão da cidade. A necessidade de criar caminhos em uma topografia plana fez a cidade chegar até às proximidades do Açu-de Velho, a mais de um quilômetro do centro, possibilitando a construção de novas casas e surgimento de novos aglomerados. Estes eram considerados subúrbios, zona rural ou distritos, por possuírem densidade menor que o núcleo central (Queiroz, 2016).

Seguindo a linha rodoviária e higienista, as modificações que aconteceram nos anos seguintes permitiram mais ainda a expansão da cidade para além do centro. Um exemplo disso é o alargamento e prolongamento da Av. Floriano Peixoto. O que a cidade cresceu nas primeiras décadas dos anos de 1900 foi quase o quádruplo do que ela levou para crescer em mais de 200 anos.

Ainda segundo Queiroz (2016), nos anos 30, na gestão de Vergniaud Wanderley, se iniciou um processo de readequação das quadras e construções do bairro central, entre 1934 a 1935. A época chamada de 'bota abaixo' derrubava algumas edificações e construía novas, seguindo as características arquitetônicas da época, e aliando-as aos limites das ruas e avenidas. Era preferível que fossem de uso comercial e incentivada a verticalização dando preferência ao uso público, este principalmente nos trechos da Floriano Peixoto.

Ao mesmo tempo que era incentivado o crescimento vertical no intuito de adensar a área e usufruir da infraestrutura existente, prolongavam-se vias, possibilitando o crescimento horizontal da cidade, a exemplo disso a Avenida Floriano Peixoto.

Queiroz (2016) ainda afirma que esse incentivo ao uso comercial e a obrigatoriedade de modificação arquitetônica fizeram com que muitas famílias, consideradas incompatíveis com os novos interesses, fossem obrigadas a sair das localidades. Justificados pelo embelezamento urbano, mas atendendo a interesses públicos e privados.

Esses interesses públicos (melhoramento da infraestrutura) e privados (chegada de empresas de telefonia e

eletricidade) se aliaram aos interesses imobiliários, começando a ocupar a periferia da cidade, na época os Bairro São José e Prata. Esse fenômeno, de união de interesses dos agentes modeladores do espaço urbano que detém o maior poder, para modificação desse espaço, se repete até os tempos atuais. Assim como afirma Corrêa (1995) a cidade é um processo de modificação e relação entre esses agentes: promotores imobiliários, grandes proprietários de terra, Estado, proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos, e acontecem até os dias atuais.

O núcleo central hoje caracteriza-se pela maior concentração de comércios e serviços da cidade em seu uso e ocupação do solo, com alguns lotes de uso misto, residencial e institucional. As edificações ali inseridas são majoritariamente de dois pavimentos algumas ultrapassam esse gabarito. Os lotes têm uma taxa de ocupação alta, sem recuo frontal e lateral, e poucos recuos de fundos. Existem alguns vazios urbanos que são em sua maioria usados como estacionamentos privados, além de alguns edifícios abandonados ou com seus andares acima dos térreos desocupados.

Densidade Urbana

Para entender essas dinâmicas que se remetem aos espaços livres da área central da cidade, é necessário buscar definições no intuito de entender os significados e singularidades de cada uma. Primeiramente, deve-se entender que existem diversas categorias que estão atreladas à conceituação de vazios urbanos e espaços subutilizados. Muitos desses conceitos se confundem entre si, dadas suas similaridades, como ociosidade, situação de vacância, subaproveitamento, entre outros. Saber identificar e diferenciar estes termos são essenciais para o andamento da pesquisa, uma vez que as categorias citadas se encontram na área objeto de estudo.

Etimologicamente, vazio vem do latim *vacivus*, palavra que significa desocupado, vago, desprovido, sem nada (Cunha, 2010, apud Clemente, 2012, p.19). Por outro lado, podemos seguir a conceituação de Portas (2000), que diz que a terra não precisa estar literalmente va-

zia, mas encontrar-se desvalorizada parcialmente ou totalmente sem uso (Portas, 2000, p.01 apud Clemente, 2012, p.19).

Figura 02 - Imóvel Vazio no Perímetro de estudo - Cine Capitólio.



Fonte: Thaís Paixão (2018).

Campina Grande possui diversos espaços vazios dentro da sua malha urbana. Após uma rápida análise de percepção visual na área em estudo, foi possível observar que esses são, em sua maioria, estacionamentos privados. Apesar disso, a cidade cresce periféricamente, muitas vezes além do perímetro disposto no Plano Diretor de 2006. É notório que a área de estudo possui muitos espaços que ainda podem ser ocupados dentro da malha urbana consolidada cumprindo a função social da propriedade. Com o intuito de fazer um levantamento desses espaços, a pesquisa busca ainda fazer uma crítica a alguns usos e ocupações dos lotes, a falta de manutenção e a baixa densidade atrelado ao déficit habitacional da cidade.

Acioly e Davidson (1998) reconhecem que a densidade é um dos mais importantes indicadores e parâmetros de desenho urbano a ser utilizado no processo de planejamento e gestão dos assentamentos humanos. Ela representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes por uma unidade de terra ou solo urbano, ou o total de habitações de uma determinada área urbana, expressa em habitantes por uma unidade de terra.

Desse modo, os instrumentos de controle de crescimento urbano, como o tamanho do lote; a taxa de ocupação e o índice de aproveitamento, são ferramentas essenciais para melhorar a morfologia da cidade. Acioly e Davidson (1998) afirmam ainda que lotes de grandes dimensões e as formas de ocupação do solo frequente-

mente não planejadas acabam por resultar em configurações urbanas ineficientes.

Os instrumentos urbanísticos, representados por simulações espaciais, trazem maior qualidade urbanística para área em estudo. Por fim, conclui-se que os espaços livres – e suas paisagens – desempenham um papel fundamental nas políticas de ordenação territorial e urbanística e, inclusive, nas políticas mais setoriais de caráter social, cultural e econômico.

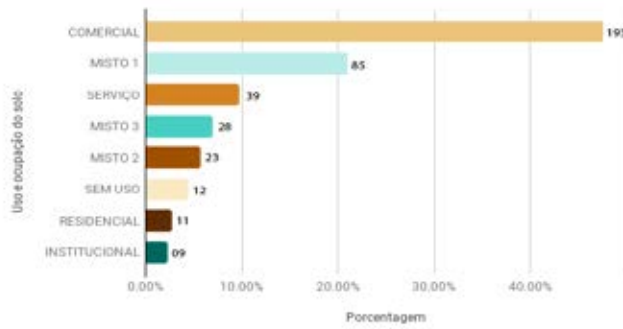
Resultados, análises e simulações

Sabe-se que a área passou por diversas mudanças ao longo do tempo. Os dados coletados mostram que as configurações morfológicas da área se transformaram. Ao longo dos anos, lotes se lembraram e se desmembraram, imóveis mudaram seus usos. Além disso, lotes e imóveis vazios e/ou subutilizados surgiram na área.

Presente no Estatuto da Cidade, no inciso 1º do art. 5º, a definição de subutilização refere-se aos solos e/ou imóveis que não aproveitam o mínimo do potencial construtivo presente nas legislações vigentes, a exemplo do plano diretor. Vale salientar que a equipe considera além dos dados quantitativos, os qualitativos, assim como destacado no Estatuto da Cidade (Estatuto da Cidade, 2001), uma vez que esses imóveis possuem características em comum: edificações históricas com usos específicos (como depósitos), excludentes, com pouca diversidade de usos e que não cumprem com a função social da propriedade. Os pavimentos que foram considerados subutilizados são, em sua maioria, sem uso e depósitos.

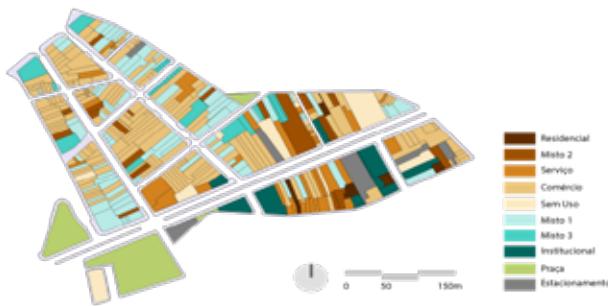
Ao todo foram coletadas informações de 406 lotes, dentre eles 193 são comércios, 39 lotes voltados para serviços, apenas 11 residenciais, 09 com uso institucional, e uma grande parte dos lotes foram identificados como de uso misto. Os usos mistos foram divididos em três categorias: (i) misto 1, onde se adequam comércio e serviço, com 85 lotes; (ii) misto 2, para comércio e residência, contendo 23 lotes; e, (iii) misto 3, que é composto por comércio, serviço e residência no mesmo lote, com um número de 28 lotes, como mostra nas figuras 03 e 04.

Figura 03 - Gráfico de Porcentagem de Uso e Ocupação do Solo.



Fonte: LabRua (2018).

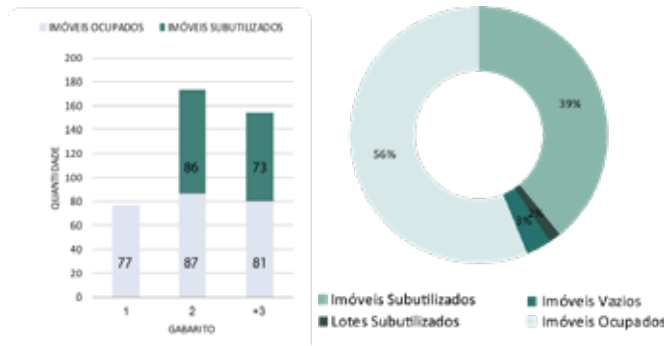
Figura 04 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo do núcleo central.



Fonte: LabRua (2018).

Na área encontram-se 18 vazios urbanos e 159 imóveis subutilizados, isto é, aqueles que já possuem uso, mas atualmente são usados parcialmente, (correspondendo a 41% do total dos imóveis existentes no perímetro). Dentre os 159 subutilizados, 155 têm algum tipo de comércio no lote, isso faz com que os pavimentos superiores sejam utilizados como depósitos, caracterizando-os como subutilizados. Os dados levantados trazem relações de gabaritos e vacância (Figuras 05 e 06).

Figura 05 e 06 - Gráfico de Imóveis ocupados e subutilizados por gabarito e Situação de Vacância na área.

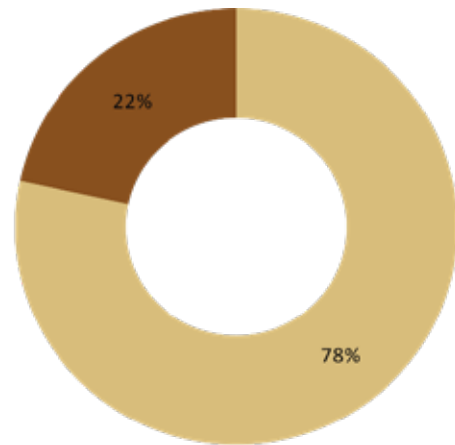


Fonte: LabRua (2018).

Entre a totalidade dos 406 lotes analisados na área de estudo analisados, 80% deles apresentam algum tipo de comércio ou serviço no lote, com horário de funcionamento até às 18h em média, isso faz com que o núcleo central de Campina Grande se torne ocioso durante a noite, levando a população para qualquer outro local da cidade em busca de descanso e lazer.

Como foi levantado anteriormente, a área passa por um processo de esvaziamento e problemas de diversidade para os diferentes grupos de usuários. Ao todo, existem 178 lotes e imóveis que não cumprem com sua Função Social. A relação de pavimentos ocupados e subutilizados (Figura 08) mostra 22% dos pavimentos do centro são subutilizados. Quando calculada a área desses pavimentos, a situação se apresenta mais crítica: 52% da área total construída no núcleo central de Campina Grande se apresenta sem uso ou subutilizada.

Figura 07 - Gráfico da quantidade de pavimentos ocupados e desocupados.



■ Pavimentos Ocupados ■ Pavimentos Subutilizados

Fonte: LabRua (2018).

Entende-se que a propriedade deve girar para além dos interesses individuais. O Estatuto da Cidade (Estatuto da Cidade, 2001), descreve no Capítulo III, art. 39 sobre a função social da propriedade:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei.

Segundo o Ministério das Cidades, o déficit habitacional campinense é de 11 mil moradias. No Brasil, o déficit chega a 7,7 milhões de moradias. Em meio a tantos comércios e serviços, as habitações se camuflam na paisagem urbana. Os dados mostram que dos 406 lotes, apenas 58 tinham algum uso residencial, em contrapartida 159 são subutilizados, totalizando 219 pavimentos desocupados, em torno de 20% do total da área construída. Esses espaços são potenciais para habitação, diminuindo o déficit existente na cidade e aumentando a diversidade de usos. Segundo Bourlegat et al. (2017), as áreas centrais da maioria das cidades latino-americanas passaram de centros da vida e da diversidade para centros de conflitos, de exclusão e de pobreza.

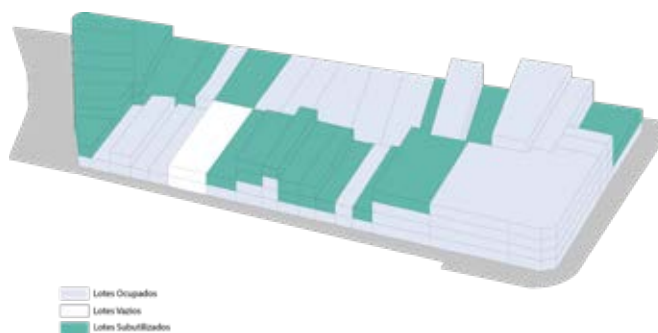
Figura 08 - Mapa de Lotes Vazios e Subutilizados.



Fonte: LabRua (2018).

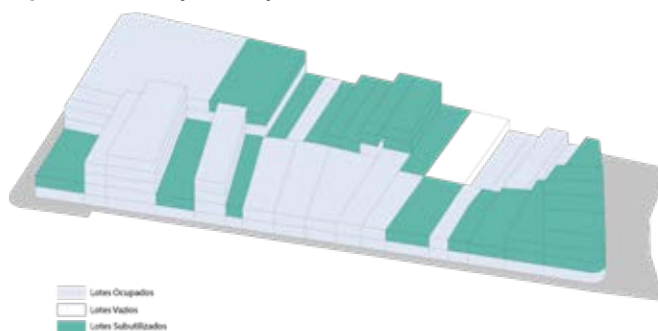
As figuras 09 e 10 representam a quadra da área estudada que possui o maior número de pavimentos subutilizados e que não estão sendo inseridas nas diretrizes de gestão urbana, não cumprindo, portanto, seu objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Figura 09 - Simulação situação de vacância. Rua Marquês do Herval.



Fonte: LabRua (2018).

Figura 10 - Simulação situação de vacância. Rua Venâncio Neiva.



Fonte: LabRua (2018).

A cidade deve ser um produto de esforços de todas as pessoas em busca da qualidade de vida e da propriedade como benefício da coletividade, tal como descreve o Estatuto da Cidade (Estatuto da Cidade, 2001), portanto é papel das políticas públicas de controlar e mudar esse processo, seja com a produção ou execução de legislações específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Campina Grande vem passando por um processo de expansão da sua malha urbana promovida pela Prefeitura Municipal com o objetivo de diminuir o déficit habitacional do município. No entanto, esse espraiamento urbano pode ser justificado pela visão de cidade como mercadoria, quando sua função social é colocada à prova e seu valor de uso é enfraquecido à medida que é confrontada pelo valor de troca (Maricato, 2005). Além disso, os novos bairros localizados longe do centro urbano são muitas vezes destinados às pessoas com menos condições de renda (Rolnik, 1995). Esse processo provoca deficiências urbanas, nos equipamentos sociais e na infraestrutura, além do nascimento de vazios urbanos e crescimento da especulação imobiliária (Romanelli & Abiko, 2011).

Por outro lado, existem muitos vazios e espaços subutilizados nos bairros centrais da cidade de Campina Grande. Este trabalho fez o levantamento desses espaços na área do núcleo central da cidade, local onde a oferta de infraestrutura é abundante. Em relação ao uso e ocupação do solo, foi identificado que a porcentagem de comércio na área é mais de 80% e, por outro lado, a existência do uso residencial é inexpressiva. Uma das principais consequências dessa configuração é o esvaziamento do centro após o horário comercial, deixando a área insegura.

Outro dado relevante é que, em relação à área total construída, 52% não está cumprindo a função social da propriedade. Tendo a área, portanto, um grande potencial para absorver outros usos, principalmente o uso residencial que é escasso. A presença de usos mistos garante “os olhos da rua” (Jacobs, 2011), a vacância existente na área poderia ser usada como ferramenta essencial para melhorar a segurança do núcleo central de Campina Grande.

Entretanto, o principal questionamento a ser feito é sobre a política que vem sendo adotada na cidade de expansão urbana. Recentemente a PMCG construiu 4100 casas em bairro afastado do centro, fora da malha urbana. A área do núcleo central tem potencialidade de abarcar uma média de 850 unidades habitacionais do tamanho das que foram implantadas no bairro novo.

A área possui um potencial acervo “Art Déco”, porém, muitas edificações não estão em bom estado de conservação. Isso se dá pela dificuldade de acesso e usos que esses espaços recebem atualmente, dificultando a manutenção necessária que estes necessitam. Trazer habitação para essa área possibilita uma maior inserção da população no núcleo central e uma preservação mais eficiente do patrimônio proporcionado através da relação que as pessoas vão ter com o lugar.

A falta de gestão urbana é um dos principais problemas da área de estudo, uma vez que não existem políticas públicas que tornem o perímetro central mais atrativo. O Plano Diretor, por exemplo, é o principal instrumento de política urbana e não contribui efetivamente para a ocupação dos vazios existentes na malha urbana, contribuindo para o espraiamento da cidade.

Esse estudo tem relevância uma vez que busca contribuir para a formação do pensamento crítico da comunidade acerca dos

usos do solo impostos na cidade. Procura-se debater sobre a função social da cidade e seu enfraquecimento ao longo dos anos, entender o que molda esse enfraquecimento e a segregação espacial da cidade, reconhecendo os agentes responsáveis por esse fenômeno, e questionar o papel das políticas públicas de controlar e mudar esse processo, seja com a produção ou execução de legislações específicas. Acredita-se que os resultados obtidos neste trabalho possam contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas do Centro da cidade de Campina Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acioly, C., & Davidson, F. (1998). **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad.

Bourlegar, C. A. da S.L.; Vieira, M. P. A., & Borgers, F. D. da C. de M. F. (2017). **Habitação Social no Centro de Presidente Prudente - SP**. *Colloquium Socialis*. Vo. 01, No. 2. (pp. 722-727). Presidente Prudente.

CAU-BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2014). *Espraiamento*. Disponível em: <<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/espraiamento/>>. Acesso em: 18/04/2018

Clemente, J. C. (2012). **Vazios Urbanos e Imóveis Subutilizados no Centro Histórico Tombado da Cidade de João Pessoa-PB**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Corrêa, R. L. (1995). **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S.A.

Estatuto da Cidade (2001). Lei n 10.257, de 10 de Julho de 2001. Brasil

Jacobs, J. (2011). **Morte e vida das grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Maricato, E. (2015). **Para Entender a Crise Urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.

Queiroz, M. V. D. de. (2016). **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930 - 1950)**. Campina Grande: EDUFCG.

Rolnik, R. (2015). **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo.

Rolnik, R. (1995). **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense.

Romanelli, C., & Abiko, A. K. (2011). **Processo de Metropolização no Brasil**. São Paulo: EPUSP. 34 p.

Serra, G. (2006). **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: Guia Prático para o trabalho de Pesquisadores em Pós-graduação**. São Paulo: EdUSP.

**MORAR,
VIVER E
(RE)EXISTIR
NAS CIDADES**

**MORAR ,
VIVER E
(RE)EXISTIR
NAS CIDADES**